



Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

27 a 29 de novembro de 2017
Universidade Federal do Pará/UFPA
Belém, Brasil



Universidade Federal do Pará - UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: Rômulo Simões Angélica

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA

Diretor: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Sílvio José de Lima Figueiredo

Editora

Nirvia Ravena - Editora-Chefe

Lairson Costa - Diretor Executivo

Comissão Editorial

Nirvia Ravena - NAEA/UFPA (Presidente)

Edna Castro - NAEA/UFPA

Flavio Gaitán - UNILA

Gisela Leitão - EUC (Colômbia)

Lucimara Costa - UFAM

Marion Glaser - LCTME (Alemanha)

Monica Aparecida da Rocha Silva - UFT

Peter May - UFRJ

Renato Boschi - IESP/UFRJ

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Ana Lúcia Prado Reis dos Santos

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS





Anais

II Seminário Internacional América Latina: Políticas e conflitos contemporâneos **SIALAT**

Tema:
Colonialidade, Poder e Territórios

Edna Maria Ramos de Castro
Suely Rodrigues Alves
(Orgs.)

Belém
NAEA/UFPA
2017

Arte da Capa
Andréa Pinheiro

Capa
Ione Sena

Editoração
Ione Sena
Suely Rodrigues Alves

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos – SIALAT (2.: 2017: Belém, PA)
Anais do II Seminário Internacional América Latina: política e conflitos contemporâneos [recurso eletrônico] / Edna Maria Ramos de Castro, Suely Rodrigues Alves (organizadoras) _ Belém: NAEA, 2017.

6.0000 páginas
ISBN: ISBN:978-85-7143-167-6

1. Território – América Latina. 2. Poder regulamentar – América Latina. 3. Conflito social – América Latina. 4. América Latina – Política governamental. I. Castro, Edna Maria Ramos de. II. Alves, Suely Rodrigues. III. Título.

CDD 22. ed. 320.12098

Comissão Científica

Ana Maria Araújo – Universidad de la República – Uruguay
Andréa Zhouri – GESTA/PPGA/UFMG
Ana Prado - NAEA/UFPA
Antônia Nascimento - PPGSS/UFPA
Assunção José Pureza Amaral - UFPA-Castanhal
Carmem Izabel Rodrigues – PPGSA/IFCH/UFPA
Cristina Cancela - PPGHIST/UFPA
Edna Ramos de Castro – GETTAM/NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura – PPGSA/IFCH/UFPA
Eduardo Gudynas – Centro Lati no Americano de Ecologia Social/CLAES – Uruguaiy
Eliane Cantarino O’Dwyer - UFF
Emilie Stoll - Museum Nati onal d’Histoire Naturelle - França
Elenise Scherer - UFAM
Dalva Mota – CPATU/EMBRAPA
Delma Pessanha Neves - UFF
Eunápio do Carmo – CESUPA e GETTAM/NAEA
Elaide Martins – PPGCOM/UFPA
Fabiano Bringel - UEPA
Fabio Castro - PPGCOM/UFPA
Flávio dos Santos Gomes - UFRJ
Francilene Rodrigues - PPGSOF/UFRR
Gilberto Marques - PPGE/ICSA/UFPA
Helena Lúcia Zagury Tourinho - UNAMA
Hector Atilio Poggiese - UBA-Argentina
Izabel Valle - UFAM
Indira Rocha - ICSA/UFPA
Jose Vicente Tavares dos Santos – ILEA/UFRGS
João Márcio Palheta - PPGE/UFPA
James Léon Parra Monsalve - Colômbia
José Sobreiro Filho - UFPA-Ananindeua
José Raimundo Trindade - PPGECO
Juarez Carlos Brito Pezzuti - NAEA/UFPA
Luzia Álvares – PPGCP/UFPA
Luis Aragón Vaca – NAEA/UFPA
Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR
Marcela Vecchione Gonçalves – NAEA/UFPA
Mirleide Char – NAEA/UFPA
Maria José Aquino – PPGSA/IFCH/UFPA
Marcel Hazeu – PPGSS/ICSA/UFPA
María Ernestina Garreta Chindoy – Colômbia
Nirvia Ravena – NAEA/UFPA
Otacílio Amaral Filho - ILC/UFPA
Paola Bolados Garcia – Instituto de Hist. y Ci. Sociales de la Univ. de Valparaíso, Chile
Pascale de Robert - IRD – França
Philippe Plas – Universidade Paris 13, França
Pierre Salama – Universidade Paris 13, França
Pedro Staevie – UNILA
Pierre Teisserenc – Univesite Paris 13, França
Rodrigo Peixoto – PPGSA/UFPA
Renan Freitas Pinto – UFAM
Sara Alonso – Universidade de Barcelona, Espanha
Saint-Clair Trindade – NAEA/UFPA



Sandra Helena Ribeiro Cruz - ICSA/UFPA
Simaia das Mercês - NAEA/UFPA
Sirlei Silveira - UFMT
Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA
Socorro Amora - ICSA/UFPA
Solange Gayoso - ICSA/UFPA
Sabrina Mesquita - ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA
Simy Corrêa - MPF - GETTAM/NAEA/UFPA
Vera Lúcia Gomes - PPGSS/UFPA
Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA
Voyner Ravena Cañete - PPGSA/UFPA
Welson Cardoso - ICSA/UFPA-GETTAM
Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega - UFRN
William Santos de Assis - NCADR/UFPA
Jondison Rodrigues - GETTAM/NAEA
Jader Gama - GETTAM/NAEA/UFPA
Rosane de Seixas Brito Araujo - NAEA/UFPA
Larissa Carreira - GETTAM/NAEA/UFPA
Marília Lobato - UNIFAP
Alexandre Lins - PPGDSTU/UFPA
Raifran Abidimar de Castro - IFMA
Ireneide Souza Silva - GETTAM/NAEA/UFPA
Amarildo Ferreira Júnior - UFRR
Pedro Henryque Loureiro de Bragança - ESTÁCIO FAP - GETTAM/NAEA

Comissão Organizadora

Edna Castro – GETTAM/NAEA - Coordenadora
Eunápio do Carmo – CESUPA – GETTAM/NAEA
Silvio José de Lima Figueiredo – NAEA/UFPA
Suely Rodrigues Alves – GETTAM/NAEA
Jondison Rodrigues – GETTAM/NAEA
Nirvia Ravena - NAEA/UFPA
Edila Arnaud Moura - IFCH/UFPA
Larissa Carreira – GETTAM/NAEA
Jader Gama – GETTAM/NAEA
Domingos Ribeiro – GETTAM/NAEA
Rosane Brito – IFCH – GETTAM/NAEA
Sabrina Mesquita – ICSA – GETTAM/NAEA
Marcel Hazeu – ICSA – GETTAM/NAEA
Welson de Souza Cardoso – ICSA – GETTAM/NAEA
Rafaela Santos Carneiro - GETTAM/NAEA
Marília Lobato - UNIFAP - GETTAM/NAEA
William Rocha – UNAMA – GETTAM/NAEA
Simy de Almeida Corrêa - GETTAM/NAEA
Ireneide Silva – PPGDSTU/GETTAM/NAEA

Comissão de Apoio

Raissa Nobre Barros - IFCH/UFPA
Natália Camila Ferreira de Souza - PIBIC - CCS/IFCH/UFPA
Matheus Ricardo da Silva Lima - PIBIC - CSS/ICSA/UFPA
Juliana Azevedo Hamoy - Mestranda do PLADES/NAEA/UFPA
Samyra Milleno Rocha das Mercês - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Thamara Magalhães - Graduanda/Jornalismo - FEAPA
Mônica de Melo Medeiros - Graduada pelo ICSA/UFPA
Maria da Paz Saavedra - Técnica - NAEA/UFPA
Laurêncio Oliveira - Graduando/Jornalismo - FEAPA

Introdução



O II Seminário Internacional América Latina: conflitos e políticas contemporâneas/ II 2017 pretende ampliar o debate sobre questões cruciais que tem estado nas preocupações das ciências sociais, e dos movimentos sociais, na América Latina. Trata-se de temas relacionados aos processos políticos do desenvolvimento, aos conflitos e à colonialidade, considerando abordagens críticas e comparativas. Pretende criar um espaço para o debate e a análise de situações comuns que ocorrem em muitos países da América Latina, em especial no Brasil, com base em resultados de pesquisas produzidas em universidades, em institutos de pesquisa, em programas de pós-graduação e outras instituições reconhecidas pela sua excelência acadêmica, mas também integra as análises produzidos pelos movimentos sociais e étnicos, por organizações ativistas que têm contribuído para renovar o campo conceitual e teórico, portanto, o conhecimento, a partir de uma reflexão mais pertinente sobre a prática e as experiências sociais, culturais e políticas de grupos que são marcados por grande diversidade. Espera-se, assim, aprofundar o debate crítico sobre as políticas, os conflitos sociais, o processo histórico de transformação de territórios, as lutas sociais, os movimentos sociais no contexto de conjunturas de crise econômica e política e da globalização de mercados.

Este encontro almeja fomentar uma revisão de saberes cristalizados, estimular a busca de novos esquemas interpretativos, a revisão de conceitos e a produção de leituras críticas através de estudos comparativos e do que nos ensinam os processos insurrecionais que atravessam toda a América Latina. E por isso, o entendimento do Brasil para além dele mesmo, no sentido de gestar olhares críticos sobre as narrativas ocidentais que tem predominado na interpretação da sociedade brasileira. Cabe ainda ressaltar a contribuição do evento para ampliar os interesses de pesquisadores e aumentar a inserção dos programas de pós-graduação nos estudos internacionais, com intercâmbios direcionados à América Latina. Reafirmamos que isso constitui uma lacuna nos centros de formação localizados no Brasil, sobretudo tributários da ciência produzida na Europa e nos Estados Unidos, exigindo um esforço complementar de formação de agendas, como esta proposta pelo II SIALAT ao definir como tema central *Colonialidade, Poder e Territórios*.

A programação do II SIALAT/2017 está composta de várias atividades de caráter científico, tecnológico, político e cultural. Conta-se com as seguintes atividades: Conferência, Mesas Redondas, Grupos de Trabalho (apresentação de Trabalhos Completos e de Pôsteres), Minicursos, Oficinas, Mostra de Filmes da América Latina e Ações Culturais. Essas atividades estão estruturadas pelo eixo temático do evento, buscando manter coerência com o tema abordado.

A relevância do evento também pode ser vista pelo alcance de público. O SIALAT 2015, realizado em novembro de 2015, contou com poucos recursos, entretanto foi registrado aproximadamente 500 participantes. Para o II SIALAT a submissão de trabalhos foi surpreendente, com 1.020 resumos para trabalhos completos e pôsteres recebidos. O público alvo é formado por docentes e discentes de Programas de Pós-Graduação, de Grupos de Pesquisa, de demais professores, pesquisadores, estudantes de graduação, de professores da rede de ensino médio e básico, técnicos, gestores públicos, movimentos sociais, profissionais e interessados em geral nas temáticas abordadas.

Desta forma, este evento propiciará o intercâmbio de ideias, estudos, pesquisas e debates na análise de experiências de pesquisa sobre o Estado, governos e suas políticas, pensamento social no Brasil e na América latina, lutas sociais e organizações da sociedade civil, processos de trabalho, relações de gênero, processos de migração e deslocamentos forçados, imaginário, mídia e poder, mudanças no agrário, transformação do urbano, grupos étnicos, natureza e direitos, cultura e turismo, mineração e grandes obras hidrelétricas, todos eles temas que têm incrementado o intercâmbio acadêmico-científico tomando como referência os próprios programas de pós-graduação que incutem problemas relacionados ao desenvolvimento capitalista - esses temas são priorizados nos treze Grupos de Trabalho.

Um evento como este não se faz sem o apoio de instituições, grupos de pesquisa e pessoas. Inicialmente um agradecimento para a Universidade Federal do Pará através da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação e do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, essenciais na sua execução. Ao CNPq, à CAPES e a FAPESPA, como agências de financiamento que acreditaram e apoiaram este projeto. Às instituições parceiras com as quais esperamos continuar realizando atividades acadêmicas e políticas, como o CLACSO, a SBS, a ANPUR, o PPGSA/IFCH/UFPA, o ILEA/UFRGS e a UNILA (no seu núcleo sobre a Amazônia). E, em especial a todos que compõem a equipe do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Território e Mercados Globalizados (GETTAM), formada por docentes e discentes da pós-graduação do NAEA, de professores do CESUPA e da UNAMA, responsáveis pela organização do II SIALAT 2017.

Edna Castro
Coordenadora do GETTAM/NAEA/UFPA



Programa

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



PROGRAMAÇÃO

27 de novembro de 2017, segunda-feira

08h30 às 18h00

Credenciamento

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

09h30

Mesa de Abertura

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

10h30

Mesa Redonda 01 – Razão Descolonial e Pensamento Crítico Latinoamericano

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Nirvia Ravena - NAEA/UFPA

Expositores:

Adélia Maria Miglievich Ribeiro- UFES

Carlos Walter Porto-Gonçalves - UFF

Hector Atilio Poggiese – FLACSO, Argentina

Edna Castro - NAEA/UFPA

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h00

CONFERÊNCIA DE ABERTURA: La política de los extractivismos sudamericanos: progresistas y conservadores

Conferencista: Eduardo Gudynas - Centro Latino Americano de Ecología Social (Montevideu)

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

20h00 às 21h00

Lançamento de Livros

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



28 de novembro de 2017, terça-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 02 – Conjuntura política, violências e lutas sociais na América Latina

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Silvio Figueiredo - NAEA/UFPA

Expositores:

José Vicente Tavares dos Santos - ILEA/UFRGS

Ana Maria Araujo - Universidad de la República, Uruguay

Marcela Vecchione Gonçalves - NAEA/UFPA

Jacques Rhéaume - UQAM, Canadá

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 03 - Hidrelétricas no contexto das políticas de grandes obras de infra-estruturas e privatização

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Luis Aragon Vacca - NAEA/UFPA

Expositores:

Philip Martin Fearnside - INPA

Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR

Sara Alonso - Universidade Ramon llul-Barcelona, Espanha

Edizângela Alves Barros – MAB

Dion Monteiro – Xingu Vivo

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso I: Teoría de los extractivismos: conceptos, dinámicas, impactos y derrames.

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professor: Eduardo Gudynas – Centro Latino Americano de Ecologia Social (Montevideu)

18h00 às 18h30

Coffee Break

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA



18h30 às 20h30

Mesa Redonda 04 - Mineração, desastres socioambientais e novas configurações econômicas

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: France Rodrigues - UFRR

Expositores:

Paola Bolados - Universidad de Valparaíso, Chile

Ester Limonad - UFRJ

Violeta Loureiro - PPGSA/UFPA

Silvia Molina - CEDLA, Bolívia

Eunicéia Fernandes Rodrigues - Com. de Curuperé – Barcarena Livre

18h30 às 20h30

Oficinas

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 01: Ciência de Dados e Big Data, possibilidades e desafios à pesquisa na área das Ciências Sociais

Proponente: Jader Gama - Pesquisador do GETTAM e da IPPA (Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia).

Público-alvo: Estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências Humanas e Computação.

Oficina 02: TV Digital no Brasil e na Amazônia

Proponente: Thiago Novaes (UFF)



29 de novembro de 2017, quarta-feira

08h30 às 10h30

Mesa Redonda 05 - Agriculturas em disputa, territórios sociais e étnicos sob ameaças

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Edila Moura PPGSA/UFPA

Expositores:

Delma Neves - UFF

Dalva Motta - EMBRAPA

Eliane Cantarino O'Dwyer - UFF

Pascal De Robert - IRD/França

10h40 às 12h40

Mesa Redonda 06 - África e América Latina: histórias entrecruzadas, subalternidade e resistência

Local: Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenação: Gilmar Pereira da Silva - UFPA

Expositores:

Flávio dos Santos Gomes - UFRJ

Zélia Amador de Deus - PPGCOM/UFPA

Ernesto Renan de Freitas Pinto - PPGSC/UFAM

Representante de Movimento Social

12h40 às 14h00

Almoço

14h00 às 18h00

Grupos de Trabalho

Local: Salas do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) e do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA) - Setor Profissional/Campus da UFPA

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal/UQAM)

14h00 às 18h00

Minicurso II: Psicosociología Clínica

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professores: Ana Maria Araujo (Universidad de la República – Uruguay) e Jacques Rhéaume (Université du Québec à Montréal)



14h00 às 16h00

Minicurso III: Traços da Urbanização Recente no Brasil e suas interações com a América do Sul

Local: Auditório do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA

Professora: Ester Limonad – UFF- Rj

16h00 às 18h00

Oficina

Local: Sala do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA)

Oficina 03: Agitação e propaganda

Proponente: Érica Souza-MAM

Público-alvo: movimentos sociais e estudantis



GRUPOS DE TRABALHO E LOCALIZAÇÃO

GT 01 - Estado, políticas e novas configurações do mercado na América Latina

Coordenadores: Nirvia Ravena (NAEA/UFPA), Marcela Vecchione Gonçalves (NAEA/UFPA), José Raimundo Trindade (PPGECO/UFPA), Rosane de Seixas Brito Araújo (NAEA/UFPA) e Jader Gama (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala 12 e 13 - NAEA

GT 02 - Movimentos sociais e lutas sócio-territoriais: olhares sobre a África e a América Latina

Coordenadores: Eliane Cantarino O'Dwyer (UFF), Rodrigo Peixoto (PPGSA/UFPA), Pierre Teisserens (Université Paris 13), Flávio dos Santos Gomes (UFRJ), Assunção José Pureza Amaral (UFPA-Castanhal), José Sobreiro Filho (UFPA-Ananindeua) e Raifran Abidimar de Castro (IFMA).

Sala 15 e 17 - NAEA

GT 03 - Colonialidade e grandes obras de infra-estrutura: hidrelétricas, portos, hidrovias, rodovias e ferrovias

Coordenadores: Luiz Fernando Novoa (UNIR), Sara Alonso (Universidade de Barcelona), Sabrina Mesquita (ICSA e GETTAM/NAEA/UFPA) e Jondison Rodrigues (GETTAM/NAEA).

Sala Ip 02 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 04 - Natureza, sociedade e direitos: políticas e conflitos na América Latina e na Pan-Amazônia

Coordenadores: Edila Moura (PPGSA/UFPA), Voyner Canete (PPGSA/UFPA), Juarez Carlos Brito Pezzuti (NAEA/UFPA), Emilie Stoll (Museum National d'Histoire Naturelle), Maria José da Silva Aquino (PPGSA/UFPA) e Maria Ernestina Garreta Chanoy (Colômbia), Simy Correa (GETTAM/NAEA/UFPA).

Sala Ip 03 e Sala Ip 04 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 05 - Mineração, desastres e neoextrativismos na América Latina

Coordenadores: Eunápio do Carmo (CESUPA e GETTAM/NAEA/UFPA), Paola Bolados (UV - Chile), Gilberto Marques (PPGE/ICSA/UFPA), Indira Rocha (ICSA/UFPA) e Pedro Henrique Paes Loureiro de Bragança (UNAMA e GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 05 - Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

Coordenadores: Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaine Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA) e Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Ip 06 - Pavilhão de Aulas do ICSA



GT 07 – Cidades e transformações do urbano na América Latina

Coordenadores: Saint-Clair Trindade (NAEA/UFPA), Simaia das Mercês (NAEA/UFPA), Philippe Plas (Universidade Paris 13, França), Sandra Helena Ribeiro Cruz (ICSA/UFPA), Helena Lúcia Zagury Tourinho (UNAMA) e Welson Cardoso (ICSA/UFPA-GETTAM).

Sala Kp 12 e Kp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 08 – Migração, mobilidade e deslocamentos: exclusão social, diferenças culturais e ação política

Coordenadores: Luis Aragon Vacca (NAEA/UFPA), Marcel Hazeu (ICSA/UFPA-GETTAM), Pedro Staevie (UNILA), France Rodrigues (PPGSOF/UFRR) e Solange Gayoso (ICSA/UFPA)

Sala Hp 12 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 09 – Pensamento social e imaginário na América Latina

Coordenadores: Ana Maria Araújo (Udelar-Uruguai), Renan Freitas Pinto (UFAM), Edna Castro (GETTAM/NAEA/UFPA), Sirlei Silveira (UFMT) e Amarildo Ferreira Júnior (UFRR)

Local: Mini-auditório do NAEA (Altos)

GT 10 – Campesinato e conflitos fundiários na América Latina

Coordenadores: William Santos de Assis (NCADR/UFPA), Delma Pessanha Neves (UFF), Dalva Motta (EMBRAPA), Fabiano Bringel (UEPA) e James Léon Passa Monsalve (Colômbia)

Sala Hp 11 e Ip 12B – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 11 – Gênero, colonialidade e teorias feministas na América Latina

Coordenadores: Luzia Álvares (PPGCP/UFPA), Cristina Cancela (PPGHIST/UFPA), Socorro Amora (ICSA/UFPA)

Sala Hp 10 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 12 – Cultura, mercados, tradições e turismo na América Latina

Coordenadores: Silvio Figueiredo (NAEA/UFPA), Carmem Izabel Rodrigues (PPGSA/UFPA), Wilker Ricardo de Mendonça Nóbrega (UFRN), Mirleide Char (NAEA/UFPA) e Iraneide Souza Silva (GETTAM/NAEA/UFPA)

Sala Hp 09 – Pavilhão de Aulas do ICSA

GT 13 – Trabalho, mercado de trabalho e desemprego: novas regulações, novas formas de dominação?

Coordenadores: Izabel Valle (UFAM), Elenise Scherrer (UFAM), Antônia Nascimento (PPGSS/UFPA), Vera Lúcia Gomes (PPGSS/UFPA), Alexandre Lins (PPGDSTU/UFPA) e Marília Lobato (UNIFAP)

Local: LAENA - NAEA



LANÇAMENTO DE LIVROS E REVISTAS

Local: Hall de entrada do Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA

Tráfico de pessoas para exploração sexual

Editora: Lumen Júris, 2017

Andreza do Socorro Pantoja de Oliveira Smith

Bragança: famílias, política e comércio

Editora: Livraria da Física

Ipojucan Dias Campos (Org.)

Sociodemografia da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá 2001 a 2011.

Editora: AM: IDSM; Belém: NAEA, 2016

Edila Arnaud Ferreira Moura, Ana Claudese Silva do Nascimento, Dávila Suelen de Souza Corrêa, Edna Ferreira Alencar, Isabel Soares de Sousa.

Garimpagem e Mineração no Norte do Brasil

Editora: EDUA, 2017

Francilene dos Santos Rodrigues

Territórios e Conflitos: a relação de empresas de mineração com as comunidades em Barcarena

Editora: NAEA/UFPA – 2017

Eunapio Dutra do Carmo

Para além da tradição: casamentos, famílias e relações conjugais

Editora: UEPA & Fonte Editorial

Ipojucan Dias Campos

Palavras entre rios e ruas: ensaios sobre Literatura na Amazônia

Editora: FCP- Fundação Cultural do Pará, 2016.

Maria de Nazaré Barreto Trindade

Territórios em transformação na Amazônia: Saberes, rupturas e desconstruções

Editora: NAEA/UFPA – 2016

Edna Maria Ramos de Castro (Org.)

Obra Contemplada pelo Premio Literário Dalcídio Jurandir

Coleção Encauchados: 1º Vol. Encauchados 20 anos do Acre para o Mundo

2º Vol. Encauchados na visão da Academia

3º Vol. Encauchados Produção científica e Tecnológica Educacional.

Gráfica: Supercoros

Francisco Samonek; Assunção José Pureza Amaral, Régis Abreu Paiva e Maria Zélia Machado Damasceno



Cidadania Coletiva - Política da Diferença e o Princípio da Participação

Editora. Juruá

Homero Chiaraba Gouveia

Pense Direito: Sujeitos e Atores na Formação da Consciência Jurídica

Editora: Appris

Fabian Serejo Santana

Territórios, Ordenamentos e Representações na Amazônia

Editora: GAPTA/UFPA - 2017

Christian Nunes da Silva, Ricardo Ângelo Pereira de Lima, João Marcio Palheta da Silva.

Crítica da Economia Política da Dívida Pública e do Sistema de Crédito Capitalista

Editora: CRV

José Raimundo Trindade

Postos no Rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?

Cartilha – IBASE (RJ) – 2017

Jondison Cardoso Rodrigues

Revista Novos Cadernos NAEA: NCN Vol. 19, n. 3; Vol. 20, ns. 1 e 2

A geopolítica de Infraestrutura da China na América do Sul: um estudo a partir do caso do Tapajós na Amazônia Brasileira

ActionAid Brasil e Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) – 2017

Diana Aguiar

História da Amazônia: do período da borracha aos dias atuais - Estudos Amazônicos

Editorial Cultura Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Amazônia: temas fundamentais sobre o meio ambiente - Estudos Amazônicos

Editora Cultural Brasil

Violeta Refkalefsky Loureiro.

Territórios, Mobilizações e conservação socioambiental

Maria José da Silva Aquino Teisserenc, Horácio Antunes de Sant'Ana Júnior, Neide Esterici (Orgs.).

São Luis: EDUFMA, 2016.

Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil

Sílvio Lima Figueiredo (Orgs.)

NAEA/UFPA - 2017



Grupos de Trabalhos

II Seminário Internacional América Latina: Políticas
e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 06

A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

Coordenadores

Fabio Castro (PPGCOM/UFPA), Ana Prado (NAEA/UFPA), Elaide Martins (PPGCOM/UFPA), Otacílio Amaral Filho (ILC/UFPA), Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Ementa: Este GT tem o propósito de debater trabalhos que tragam uma contribuição de pesquisa sobre a mídia e a construção de imagens, informações e confrontos no sentido de desvelar processos e discursos sobre as relações entre comunicação e política, comunicação e meio ambiente. O GT acolhe trabalhos com base em pesquisas empíricas, teóricas e reflexões que tenham como objetivos entender a dimensão discursiva e simbólica da mídia na relação com a política, de que forma esses discursos transitam e sua relação com a construção da democracia na Pan-Amazônia e na América Latina.



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS
DE DISCURSOS EM DISPUTA • Sala Ip 06 – Pavilhão de Aulas do ICESA

Dia 27 de novembro de 2017 / segunda-feira

1ª SESSÃO: COMUNICAÇÃO, DISCURSO E PODER

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Prof^ª. Dr^ª. Elaide Martins (PPGCOM/UFPA) e Prof^ª. M^a. Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. O CASO JBS NOS JORNAIS O LIBERAL E DIÁRIO DO PARÁ: MAIS UM “ROUND” NO JOGO CRUZADO ENTRE MEMÓRIA, SILÊNCIO E DISSIMULAÇÃO.

Rosaly Brito (UFPA) e Rosane Steinbrenner (UFPA)

2. REGIME HÍBRIDO E LIBERDADE DE IMPRENSA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O CASO VENEZUELANO EM TEMPOS DE CRISE.

Rodolfo Silva Marques (UFRGS/UNAMA) e André Silva de Oliveira (UFPE)

3. AS ESTRATÉGIAS DISCURSIVAS DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA DOS GOVERNOS DO PSBC NO PARÁ, 1996-2003.

Marise Rocha Morbach (UFPA)

4. RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E SUBMISSÃO NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO DOS PROGRAMAS ELEITORAIS SOBRE O PLEBISCITO DE DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ.

Carlos Borges Júnior (Unitins)

5. COMUNICAÇÃO E POLÍTICA NA AMAZÔNIA PARAENSE: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA “METENDO BRONCA”.

Ana Carolyn Pinho (PPGCOM/UFPA) e Alda Cristina Costa (PPGCOM/UFPA)

6. NOVA FASE PARA O AMAZONAS: A IMPLANTAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS NAS NOTÍCIAS DO JORNAL DO COMMERCIO.

Vanessa da Costa Sena (Poscom/UFMS) e Ada Cristina Machado Silveira (Poscom/UFMS)

7. REPRESENTAÇÕES DISCURSIVAS SOBRE O AGRONEGÓCIO E A AGRICULTURA FAMILIAR NA MÍDIA.

Nárgila Silva de Sousa (SEDUC) e Rosângela do Socorro Nogueira de Sousa (UFPA)

Pôster:



**GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS
DE DISCURSOS EM DISPUTA • Sala Ip 06 – Pavilhão de Aulas do ICSA**

1. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DA AMÉRICA LATINA A PARTIR DO DISCURSO DE DONALD TRUMP: IMPACTOS NO CENÁRIO POLÍTICO.

Mathaus Viana Campos (UNAMA), Ana Catarina Bastos (UNAMA) e Nara Marques Monteiro (UNAMA).

2. SANEAMENTO E CONFLITOS URBANOS PELAS LINHAS DO JORNAL DOS BAIRROS EM BELÉM DO PARÁ – PEDREIRA E FÁTIMA.

André Luiz Santos Alves (UFPA), Sandra Helena Ribeiro Cruz (UFPA) e Edivania Santos Alves (SEDUC).

2ª SESSÃO: MÍDIA E RETRATOS DA VIOLÊNCIA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Prof. Dr. Otacílio Amaral (ILC/UFPA) e Prof^ª. Dr^ª. Ana Prado (NAEA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E SUBALTERNIZAÇÃO: O SISTEMA PENAL A PARTIR DA COLONIALIDADE DO PODER.

André Martins Pereira (UFPA)

2. O IMAGINÁRIO DO MEDO E AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DE VIOLÊNCIA.

Nathan NguanguKabuenge (UFPA), Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior (UFPA) e Alda Cristina Costa (UFPA).

3. JORNALISMO COLABORATIVO: PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DE PRODUÇÃO JORNALÍSTICA DO CASO “CHACINA DE BELÉM”.

Ana Paula Souza Gama (Estácio/PA), Felipe Augusto Ferreira Pereira (Estácio/PA), Renan Lobato dos Santos (Estácio/PA) e Arcângela Sena (Estácio/PA).

4. CHACINA DE PAU D'ARCO: UMA ANÁLISE NARRATIVA DE GUERRAS INVISÍVEIS NO CAMPO EM PÁGINAS DE JORNAIS IMPRESSOS DE BELÉM.

Ana Paula de Mesquita Azevedo (UFPA), Karina Samille Alves Costa (UFPA) e Victor Pereira Furtado (ESAMAZ).

5. O USO DA IMAGEM DE SUSPEITOS DE CRIMES NOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO DE ARAGUAÍNA: REPRESENTAÇÃO DA MÍDIA, POLÍCIA, SOCIEDADE E DO PRESO.

Keliane M. Silva Santos Vale (UFT).

6. VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MEIO DIGITAL: ANTIFEMINISMO E OUTRAS MODALIDADES.

Jéssica Modinne de Souza e Silva (UFPA); Maria Lúcia Chaves Lima (UFPA).



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS
DE DISCURSOS EM DISPUTA • Sala Ip 06 – Pavilhão de Aulas do ICESA

7. NARRATIVIZAÇÃO DE ACONTECIMENTOS VIOLENTOS: LEITURAS EM TORNO DA
CONFIGURAÇÃO DA INTRIGA

Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior (UFPA), Nathan NguanguKabuenge (UFPA) e Alda Cristina Costa (UFPA)

Pôster:

1. INDÚSTRIA CULTURAL E VIOLÊNCIA: OBSERVAÇÕES A PARTIR DO NOTICIÁRIO POLICIAL
PARAENSE.

Mateus Abreu Pereira (UFPA) e Mauricio Rodrigues de Souza (UFPA)

Dia 28 de novembro de 2017 / terça-feira

1ª SESSÃO: MÍDIA, NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenação: Prof^a. M^a. Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA) e Prof^a. Dr^a. Ana Lucia Prado (NAEA/UFPA)

Comunicação Oral:

1. VOZES DA RESISTÊNCIA: O PAPEL DOS PERSONAGENS NA CONSTRUÇÃO DE NARRATIVA
JORNALÍSTICA SOBRE FAMÍLIA HOMOAFETIVA.

Elias Santos Serejo (UNAMA), Vânia Maria Torres Costa (UNAMA), Paulo Jorge Martins Nunes (UNAMA).

2. OS DISCURSOS PRODUZIDOS PELO RÁDIO EDUCATIVO: ENTRE PRÁTICAS E
REPRESENTAÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO AOS JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS
DA AMAZÔNIA PARAENSE (1960- 1975).

Rogério Andrade Maciel (PPGED/IDED/UFPA) e Maria do Perpetuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (UFPA).

3. ARGENTINAS E BRASILEIRAS: ANÁLISE DE OPINIÃO PÚBLICA E RELAÇÃO DE SENTIMENTO
NAS POSTAGENS DO NI UNA MENOS.

Neusa Pressler (PPGCLC/UNAMA) e Vanda do Socorro Furtado Amin (UNAMA).

4. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DISCURSOS DA MÍDIA: MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS

Luiza Elayne Correa Azevedo (UNAMA), Dilson Carneiro de Oliveira (UNAMA) e Juliana Cristina dos Santos Miranda (UNAMA).



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS
DE DISCURSOS EM DISPUTA • Sala Ip 06 – Pavilhão de Aulas do ICESA

5. AMAZÔNIA CODIFICADA: NARRATIVAS SOBRE O TERRITÓRIO DE CARAJÁS.

Lídia Karolina de Sousa Rodarte (PPGCOM/UFPA) e Thaís Luciana Corrêa Braga (UMinho, Portugal).

6. MOVIMENTOS SOCIAIS, COMUNICAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA.

Dennis de Oliveira (USP) e Fabiana Felix do Amaral e Silva (UPS).

7. WALL KINTUN TV: UMA TRAJETÓRIA DE CONFLITOS E DISPUTAS PELA
AUTORREPRESENTAÇÃO NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PRIMEIRO CANAL
TELEVISIVO DE POVOS ORIGINÁRIOS NA ARGENTINA.

Estela Rocha de Ungaro (UNILA)

Pôster:

1. UMA BREVE REFLEXÃO SOBRE “JUVENTUDE E SEXUALIDADE” NO GOOGLE-BRASIL-
IMAGENS.

Rafael Rodrigues Pantoja de França (UFPA), Darliane Marques Borges (UFPA), Eliany Cristina dos Santos
Fonseca (UFPA).

2. ENUNCIÇÕES SOBRE OS TENETEHARA NO CYBERESPAÇO.

Josué de Oliveira Pinheiro Filho (FALE/UFPA), Ivânia dos Santos Neves (PPGL/PPGCOM/FALE/UFPA)

2ª SESSÃO: MEIO AMBIENTE, TERRITÓRIO E DISCURSO DESENVOLVIMENTISTA

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Prof. Dr. Otacílio Amaral (ILC/UFPA) e Profª. Drª. Elaide Martins (PPGCOM/UFPA)

Comunicação Oral:

1. COMO AS IMAGENS, OS DISCURSOS E OUTRAS PRÁTICAS CONSTRUÍRAM O CAMINHO DA
PECUÁRIA NA AMAZÔNIA.

Livio Sergio Dias Claudino (UFPA/FADECAM).

2. AMAZÔNIA BRASILEIRA NO DISCURSO OFICIAL VEICULADO EM MEIO IMPRESSO, DESDE
ASSOCIAÇÕES À ARQUITETURA E URBANISMO..

Renato Luiz Sobral Anelli (USP) e Vlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker (USP)

3. NÃO ESCRAVIZO NINGUÉM. DOU TRABALHO PRA QUEM ESTAVA DESEMPREGADO”. DA
NEGAÇÃO À CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS E IMAGENS SOBRE O TRABALHO ANÁLOGO À
ESCRavidão EM ÁREAS RURAIS NO ESTADO DO PARÁ.

Juliete Miranda Alves (UEPA)



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS
DE DISCURSOS EM DISPUTA • Sala Ip 06 – Pavilhão de Aulas do ICSA

4. O MEGA EMPREENDIMENTO PORTO DO AÇU-RJ EM SUA NARRATIVA SOBRE O DESENVOLVIMENTO REGIONAL: O DISCURSO DE VÍDEOS INSTITUCIONAIS QUE LEGITIMA AÇÕES NO TERRITÓRIO.

Ives da Silva Duque Pereira (UFF).

5. REVITALIZAÇÃO OU INTERVENÇÃO? INTER-RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO, ARTE E IDENTIDADE NO PROJETO STREET RIVER NA ILHA DO COMBU, EM BELÉM (PA).

Will Montenegro Teixeira (PPGCLC/UNAMA) e Neusa Gonzaga de Santana Pressler (PPGCLC/UNAMA)

6. PERSPECTIVAS DA CIDADE E A CIDADE EM PERSPECTIVA: A MÍDIA ESTATAL E OS PLANOS URBANÍSTICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM.

José Júlio Ferreira Lima (UFPA), Jorge Leal Eiró da Silva (UFPA) e Mateus Carvalho Nunes (UFPA)

7. GEOPOLÍTICA DO PETRÓLEO, COMUNICAÇÃO E PSICOSFERA: OS USOS DO TERRITÓRIO SOB OS INTERESSES DO CAPITAL TRANSNACIONAL.

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan (USP).

Pôster:

1. ENTRE A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO: PARADIGMAS DO DISCURSO AMBIENTALISTA NO JORNALISMO DA AMAZÔNIA.

Carlos Fábio Morais Guimarães (PPGSCA/UFAM) e Gilson Vieira Monteiro

Dia 29 de novembro de 2017 / quarta-feira

1ª SESSÃO: PRODUÇÃO DE IMAGENS E DISPUTAS NARRATIVAS

Horário: 14h00 às 16h00

Coordenador(a): Prof^ª. M^a. Larissa Carreira (GETTAM/NAEA/UFPA) e Prof. Dr. Otacílio Amaral (ILC/UFPA)

Comunicação Oral:

1. FOTOJORNALISMO COLABORATIVO: UM ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO JORNALISTAS LIVRES.

Thaís Christina Coelho Siqueira (UFPA) e Raoni Lourenço Arraes (UFPA).

2. O “RAGABUNDO” E A COMUNIDADE - O INDIVIDUAL E O COLETIVO NO POÇO DA DRAGA – Glória Maria dos Santos Diógenes (UFC) e Edvaldo Siqueira Albuquerque (UFC/UNIFOR).



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS
DE DISCURSOS EM DISPUTA • Sala Ip 06 – Pavilhão de Aulas do ICSA

3. SOBRE A INFLUÊNCIA ÉTICO-ESTÉTICA DA IMAGEM FÍLMICA: UM BOSQUEJO SOBRE O CINEMA COMO ARTE.

Valber Oliveira de Brito (PPGSA/UFGA), Jorge Oscar Santos Miranda (PPGSA/UFGA) e Katia Marly Leite Mendonça (PPGSA/UFGA).

4. A PRODUÇÃO DE IMAGEM DA PRAIA DE IRACEMA (CE) NAS DISPUTAS NARRATIVAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO.

Rafaela Kalaffa Sergio e Silva (UFBA).

5. A AMAZÔNIA ‘NOSSA’ DE CADA DIA NO JORNALISMO DE TV.

Vânia Torres Costa (PPGCLC/UNAMA).

6. TELEJORNALISMO LOCAL: REDES DE MEMÓRIAS E PROCESSOS DE DOCILIZAÇÃO DESDE A PAUTA À REPORTAGEM SOBRE O INDÍGENA NO PARÁ.

Arcângela Sena (ESTÁCIO/PA).

7. PUBLICIDADE DO BASA – BANCO DA AMAZÔNIA – COMO MARCA DE DIVULGAÇÃO DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO.

Luiz LZ Cezar Silva dos Santos (PPGCom/ILC/UFGA).

Pôster:

1. REGIÃO TEM MARCA? A RELAÇÃO ENTRE PÚBLICO, MÍDIA E CONSUMO E A “MARCA AMAZÔNIA”.

Camila Braga (FAPEN), Daniely Cabral (FAPEN), Elen Silva (FAPEN) e Enderson Oliveira (FAPEN)

2ª SESSÃO: INTERNET, REDES E PARTICIPAÇÃO

Horário: 16h00 às 18h00

Coordenação: Profª. Drª. Ana Prado (NAEA/UFGA) e Profª. Drª. Elaide Martins (PPGCOM/UFGA)

Comunicação Oral:

1. A INFÂNCIA DO MARAJÓ NOS DISCURSOS DAS MÍDIAS SOCIAIS.

Jacqueline Tatiane da Silva Guimarães (UFGA/CUMB), Letícia Costa de Carvalho (UFGA) e Valéria de Oliveira Pena Borges (UFGA)

2. O PROTAGONISMO DIGITAL INDÍGENA NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO: ANTECEDENTES, EXPERIÊNCIAS E DESAFIOS.

Alejandra Aguilar Pinto (Universidad Arturo Prat del Estado de Chile)



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS
DE DISCURSOS EM DISPUTA • Sala Ip 06 – Pavilhão de Aulas do ICSA

3. IDOSOS, INTERNET E RECONHECIMENTO.

Camila de Andrade Simões (UFPA) e Walter Teixeira Lima Junior (UFPA)

4. MODOS DE FALAR E VER A AMAZÔNIA NA INTERNET: UMA ABORDAGEM INTERSUBJETIVA SOBRE CONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS.

Rebecca dos Santos Lima (PPGCOM/UFPA) e Manuela do Corral Vieira (PPGA/UFPA).

5. MULHERES INDÍGENAS NOS ESPAÇOS HETEROTÓPICOS: ATIVISMO E SUBJETIVIDADES NOS ESPAÇOS DA WEB.

Raimundo de Araújo Tocantins (PPGL/UFPA).

6. COMUNICAÇÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS E DISCURSO NO SITE DO GREENPEACE BRASIL.

Douglas Junio Fernandes Assumpção (UTP) e Analaura Corradi (UNAMA).

7. YOUTUBE INFANTIL: MÍDIA E INFÂNCIA DIGITAL.

Danuta Leão (UNAMA) e Neusa Pressler (UNAMA)

Pôster:

1. AS OCUPAÇÕES NAS UNIVERSIDADES* E A UTILIZAÇÃO DE REDES SOCIAIS COMO MEIO DE AMPLIAÇÃO DAS LUTAS SOCIAIS.

Rafaela Cristine da Cruz Tavares (FACS/UFPA) e Tássio De Souza Damasceno (PPGSA/UFPA).

2. AS REDES SOCIAIS COMO UM OBSTÁCULO A SER SUPERADO PELOS EDUCADORES: CONFLITOS GERADOS PELA UTILIZAÇÃO DO SMARTPHONE EM SALA-DE-AULA.

Jefferson Nascimento Ramos (UEMASUL), Tamires Rodrigues dos Santos (UEMASUL) e Gilvânia Ferreira da Silva (UEMASUL)



Trabalhos completos

GT 06

II Seminário Internacional América Latina:
Políticas e conflitos contemporâneos

II SIALAT



GT 06 - A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSOS EM DISPUTA

REGIME HÍBRIDO E LIBERDADE DE IMPRENSA: UMA BREVE ANÁLISE SOBRE O CASO VENEZUELANO EM TEMPOS DE CRISE

Rodolfo Silva Marques¹

Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

E-mail: www.rodolfo.smarques@gmail.com

André Silva de Oliveira²

Universidade Federal de Pernambuco - UFPE

E-mail: www.bandarraportugal@ig.com.br

Resumo

Após o colapso do comunismo soviético e regimes do Leste europeu no final do século XX, o mundo assistiu ao advento dos regimes híbridos ou, como os chamou Fareed Zakaria em artigo icônico, “democracias iliberais”. A interação entre regimes híbridos e imprensa, notadamente a ligada à oposição leal, tem sido marcada por forte tensão, engendrando discussões acerbadas sobre os eventuais constrangimentos oficiais criados à liberdade de informar corretamente. O caso venezuelano se apresenta como emblemático não somente porque o seu regime político é caracterizado pela literatura como híbrido, semidemocrático ou autoritário, mas também em razão do tratamento oficial dispensado à imprensa que lhe faz oposição. A extrema polarização política, agravada pela grave crise econômica daquele país, torna nebulosa e intrincada a análise crítica da questão. O presente artigo pretende, portanto, escrutinar o caso venezuelano a partir de duas premissas: a) a visão do regime bolivariano sobre o papel da imprensa livre; e b) o estado atual da imprensa livre no país, identificando a divisão entre imprensa governista e oposicionista, bem como o grau efetivamente assegurado à liberdade de informar. A conclusão principal é a de que subsiste algum grau de liberdade de informar no país, embora exponencialmente limitado pelos constrangimentos colocados pelo regime bolivariano à atuação da imprensa oposicionista.

Palavras-chave: Regime híbrido; Liberdade de imprensa, Venezuela.

1. Doutorando em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/7865990074375419>

2. Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Endereço para acessar o CV: <http://lattes.cnpq.br/2586731460206297>

INTRODUÇÃO

O colapso do comunismo soviético e dos regimes do Leste europeu que gravitavam na órbita de Moscou não representou o triunfo do liberalismo, tal como preconizara Francis Fukuyama sobre aqueles eventos surpreendentes do final do século XX. Em lugar disso e mesmo após uma onda de redemocratização ter varrido regimes militares de diversos continentes, inclusive a América Latina, assistiu-se ao advento das chamadas “democracias iliberais”, assim denominadas por Fareed Zakaria em icônico artigo. Tais democracias



caracterizavam-se por forte adesão popular aos governos, mas baixo apreço pelo constitucionalismo liberal. Na esteira da brilhante teorização de Fareed Zakaria e já no início do século XXI, uma consistente literatura em Ciência Política passou a classificar como regimes híbridos, semidemocracias ou autoritarismos competitivos governos ao redor do planeta, sobretudo na América Latina, que detém por escopo substituir as instituições da democracia representativa do tipo liberal por desenhos de democracia radical. A Venezuela chavista ou bolivariana é apontada pela literatura como um dos modelos emblemáticos de regime híbrido ou autoritarismo competitivo, daí porque importa escrutinar sua experiência no que concerne ao exercício da liberdade de imprensa. O agravamento da crise econômica venezuelana, acrescida da extrema polarização política naquele país, torna bastante intrincada a tarefa de identificar o efetivo grau de liberdade de imprensa existente. A conclusão principal do trabalho é a de que subsiste algum grau de liberdade de informar, embora submetido a fortes constrangimentos criados pelo regime bolivariano à atuação da imprensa oposicionista.

1. COMO A LITERATURA EM CIÊNCIA POLÍTICA IDENTIFICA OS REGIMES HÍBRIDOS

A Guerra Fria opôs as democracias ocidentais liberais aos regimes socialistas, mais identificados com os modelos experimentados a leste do planeta. Tratava-se, na verdade, de dois blocos ideológicos antagônicos que opunham no campo econômico as economias de livre mercado às economias totalmente planejadas e, no campo político, as democracias eleitorais às chamadas democracias populares, supostamente apoiadas na vontade da maioria dos trabalhadores voltados à construção de uma sociedade igualitária. A longa competição entre os dois blocos antagônicos, iniciada ao final da II Guerra Mundial, terminou na última década do século XX com o colapso do comunismo soviético e do bloco do Pacto de Varsóvia, prefigurando uma aparente vitória definitiva das democracias liberais.

Todavia, apenas alguns depois, várias ditaduras militares foram derrubadas nos continentes africano, asiático e latino-americano, conduzindo ou reconduzindo diversos países à institucionalização democrática. Essa onda de democratização não levou, porém, à adoção de desenhos institucionais que tivessem por fim o constitucionalismo liberal, mas a adesão à ideia de democracia plebiscitária. Esse movimento massivo de países rumo a um modelo divergente do constitucionalismo liberal foi corretamente chamado por Fareed Zakaria de “democracias iliberais”. Em icônico artigo, Zakaria (1997) anotou que a redemocratização não conduzira ao liberalismo constitucional, pilar histórico da democracia ocidental, fundada na ideia do juiz imparcial. Em lugar disso, as democracias iliberais apostaram em mecanismos de participação popular e conferiram pouco apreço pelo



constitucionalismo liberal. Esse modelo de democracia plebiscitária contrasta frontalmente com a ideia de juiz imparcial como pedra de toque da democracia liberal ocidental:

Para grande parte da história moderna, o que caracterizava os governos da Europa e da América do Norte, e diferenciava-os daqueles em todo o mundo, não era a democracia, mas o liberalismo constitucional. O “modelo Ocidental” é melhor simbolizado não pelo plebiscito de massa, mas pelo juiz imparcial. (Zakaria: 1997, 27).³

Zakaria (1997: 28) argumentou então que o constitucionalismo liberal tem conduzido à democracia, mas nem sempre a democracia tem, por sua vez, levado ao constitucionalismo liberal. Ao concluir o seu ensaio, Zakaria (1997: 42-42) ponderou que “democracia sem constitucionalismo liberal não é simplesmente inadequado, mas perigoso, trazendo consigo a erosão da liberdade, o abuso de poder, divisões étnicas e, inclusive, a guerra.”⁴ e, para fazer frente à disseminação do vírus do iliberalismo das novas democracias, sugeriu que os Estados Unidos deveriam procurar proteger o constitucionalismo liberal nos locais em que já estivesse consolidado.

Regimes híbridos têm se caracterizado pela concentração de poderes presidenciais capaz de colocar em cheque o necessário equilíbrio do sistema de freios e contrapesos (checks and balances system) ao reduzir os poderes das instituições incumbidas de realizar o controle externo (accountability horizontal), bem como criar constrangimentos legais e/ou informais à atuação da oposição leal e da imprensa livre.

3. Nossa tradução para o seguinte trecho do texto originário: *For much of modern history, what characterized governments in Europe and North America, and differentiated them from those around the world, was not democracy, but constitutional liberalism. The ‘Western model’ is best symbolized not by the mass plebiscite but the impartial judge.*

4. Tradução livre para o seguinte trecho: *Democracy without constitutional liberalism is not simply inadequate, but dangerous, bringing with it the erosion of liberty, the abuse of power, ethnic divisions, and even war.*

Já no início do século XX, Steven Levitsky e Lucan Way (2002: 51) assinalaram, por exemplo, que o período pós-Guerra Fria estava sendo marcado pela proliferação de regimes políticos híbridos que combinavam regras democráticas com governança autoritária durante os anos 1990. A natureza política ambivalente dos regimes híbridos levou, inclusive, algumas organizações a criar novas categorias de avaliação para aferir o grau de democracia existente em cada país. Daí resulta, por exemplo, que a Freedom House passou a classificar alguns regimes híbridos como (democracias) “parcialmente livres” (Levitsky e Way: 2002, 51). Levitsky e Way (2002: 52) classificam o autoritarismo competitivo como um tipo particular de “regime híbrido” no qual os incumbentes violam as regras – inclusive, eleitorais – tão extensiva e frequentemente que os regimes falham em oferecer padrões



mínimos de democracia. Para os autores (2002: 53), os modernos regimes democráticos são conduzidos por quatro critérios mínimos⁵ e os autoritarismos competitivos violam séria e suficientemente tais critérios, de modo a criar uma assimetria no jogo democrático entre governo e oposição. Os constrangimentos criados pelos autoritarismos competitivos incluem o uso abusivo de recursos públicos, negação de cobertura midiática adequada à oposição, assim como ameaças, assédio e prisões de jornalistas:

Although elections are regularly held and are generally free of massive fraud, incumbents routinely abuse state resources, deny the opposition adequate media coverage, harass opposition candidates and their supporters, and in the some cases manipulate electoral results. Journalists, opposition politics, and other government critics may be spied on, threatened, harassed, or arrested. Member of the opposition may be jailed, exiled, or – less frequently – even assaulted or murdered. Regimes characterized by such abuses cannot be called democratic. (Levitsky e Way: 2002, 53).

A despeito dos sérios constrangimentos que os autoritarismos competitivos podem criar à atuação da oposição legal e à imprensa livre, Levitsky e Way sugerem quatro arenas para a contestação democrática⁶ nas quais as forças oposicionistas podem atuar periodicamente visando combater as autoridades incumbentes.

5. Levitsky e Way (2002: 53) arrolam os seguintes critérios mínimos de padrão democrático: a) Executivos e legislativos são escolhidos através de eleições que são abertas, limpas e justas; b) virtualmente, todos os adultos possuem o direito de voto; c) direitos políticos e liberdades civis, incluindo liberdade de imprensa, liberdade de associação e liberdade de criticar o governo sem represálias, são extensamente protegidos; e d) autoridades eleitas possuem real autoridade para governar e não estão sujeitas ao controle ou tutela de líderes militares ou clericais.

6. As quatro arenas de contestação democrática sugeridas por Levitsky e Way (2002: 54-57) são as seguintes: a) a arena eleitoral; b) a arena legislativa; c) a arena judicial; e d) a mídia.

No tocante à mídia – a quarta arena indicada –, embora se trate de “um ponto central de contenção” dos abusos governamentais, nos autoritarismos competitivos a mídia frequentemente está nas mãos – ou sob o controle - do Estado, fortemente censurada ou sistematicamente reprimida (Levitsky e Way: 2002, 57).

De fato, o controle robusto ou dissimulado da mídia é indubitavelmente um dos mecanismos mais utilizados pelos regimes híbridos para evitar a ampliação da contestação pública, de modo a inibir o acesso à informação correta e às eventuais críticas que resultem em perda de popularidade para o governo com o conseqüente fortalecimento da oposição leal. Mesmo em blocos de países marcadamente democráticos – como o é, sem dúvida, o caso do Mercado Comum Europeu – pode suceder que um governo apresente



características de regime híbrido ao tentar inibir ou restringir a atuação na arena destinada à mídia.

É o caso da Hungria, governada desde 2010 pelo primeiro-ministro Viktor Orbán e seu partido, o conservador Fidesz (em húngaro, Aliança dos Jovens Democratas). O jornalista Rafael Cariello (2017) relata que, dentre os vários constrangimentos criados para a oposição, está o cerco à imprensa livre e a tentativa de controlá-la. Nesse passo, Cariello (2017: 26) informa que, após trocar de proprietários por meio de negócios obscuros, “o *Népszabadság* – o mais confiável diário húngaro, e o mais crítico ao governo Orbán – não voltaria a ser impresso.” Assim como sucede com a América Latina, vários países da Eurásia pós-comunista apresentam uma forte tradição política iliberal, dificultando, assim, o pleno exercício e/ou consolidação de direitos civis como o de livre associação e a liberdade de imprensa.

Em síntese, Javier Corrales e Manuel Hidalgo (2013: 49) definem regime híbrido como “*un régimen en el que coexisten rasgos democráticos y autocráticos simultaneamente, y en el que las reglas de juego son arbitrariamente utilizadas en desmedro de la oposición.*” De fato, embora os regimes híbridos mantenham em funcionamento o sistema eleitoral, as regras são constantemente modificadas em meio ao jogo provocando um tratamento assimétrico entre oficialismo e oposição em desfavor dos movimentos e partidos empenhados em aprofundar a contestação pública.

De qualquer modo, a literatura predominante em Ciência Política classifica a Venezuela chavista ou bolivariana como um regime híbrido. Nesse passo, vale destacar os trabalhos de Javier Corrales e Manuel Hidalgo (*El Régimen Híbrido de Hugo Chávez en transición (2009-2013)*: 2013, 45-84), Javier Corrales (*A Seatback for Chávez*: 2011, 121-136); Daniel Levine (*The Decline and Fall of Democracy in Venezuela: Ten Theses*, 2002, 248-269); Daniel Levine e José Molina (*Calidad de la Democracia en Venezuela*: 2012, 157-175); Miriam Kornblit (*Chavismo after Chávez?* 2013, 46-61); Raúl Urribarrí (*Venezuela (2015): Un Régimen Híbrido in crisis*, 2016: 365-381); Laura Gamboa (*Venezuela Aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia?*: 2016, 55-66). Um breve escrutínio sobre a história política venezuelana é necessário para indicar como, depois de 40 anos de vigência do *Pacto de Punto Fijo*, o país deixou de ser uma democracia eleitoral típica para se converter em um reconhecido regime híbrido.

2. A TRAJETÓRIA DA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA: DA DERRUBADA DO ANTIGO SISTEMA POLÍTICO À CRISE DO PRÓPRIO REGIME



Após a queda da ditadura de Marcos Perez Jiménez em 1958, as forças políticas venezuelanas celebraram o *Pacto de Punto Fijo* e editaram em 1961 a nova Constituição. Durante exatos 40 anos, as eleições presidenciais e legislativas ocorriam a cada cinco anos, alternando-se no poder o COPEI, partido democrata-cristão de centro-direita, e a Aliança Democrática (AD), partido social democrata de centro-esquerda. Apesar das diferenças de orientação política, Michael Coppedge (1992: 33) sustenta que as duas agremiações políticas “receberam significativo apoio de todas as classes, grupos ocupacionais e regiões”. Cabe frisar que, segundo Rafael Villa (2005: 153), o Partido Comunista e outras forças à esquerda foram excluídas do *Pacto de Punto Fijo*, uma vez que foram “consideradas forças desestabilizadoras do nascente sistema democrático”. Daniel Levine (2002: 248) entende igualmente que o *Pacto de Punto Fijo* excluiu a esquerda.

A aparente estabilidade democrática produzida pela alternância no poder entre os dois maiores partidos – AD e COPEI – foi afetada pela rede de clientelismo e *patronage* que ambos criaram, fundamentalmente graças ao rentismo petrolífero (Urribarri: 2011, 861-862). Por sua vez, Villa (2005: 154) informa que essa rede clientelista alcançou amplos setores da sociedade venezuelana, “tais como partidos, sindicatos, forças armadas e setor privado.” A vasta rede clientelista, ancorada no rentismo petrolífero, está sujeita, todavia, à oscilação do preço dessa *commodity* no mercado mundial, uma vez que a economia é bem pouco diversificada. Com o agravamento da crise econômica, inflação alta, corrupção sistêmica e queda no preço do barril de petróleo, o governo de Carlos Andrés Pérez foi obrigado a adotar um programa de austeridade fiscal, provocando uma furiosa revolta popular que ficou conhecida como *Caracazo*. Foi necessária a intervenção do Exército para conter a revolta popular que se espalhou por todo o país e, ainda hoje, não se chegou a um número preciso de mortos e feridos que ocorreu durante aquele famoso evento histórico.

A percepção pública predominante era a de que o sistema político corrupto, somado à notória ineficiência da economia, estava a serviço não do povo, mas das elites dirigentes. Esse quadro desolador para o sistema político venezuelano favoreceu a ascensão do coronel paraquedista da Força Armada Nacional (FAN) Hugo Chávez Fria, o homem providencial que derrocara a democracia representativa plena de falhas. Inicialmente, Chávez intentaria chegar ao poder através de um golpe de Estado. Em 4 de fevereiro de 1992 – o 4F, como o evento passou a ser conhecido na história venezuelana; os chavistas chamam-no de “Dia da Dignidade Nacional” – Chávez estava no comando dos rebelados quando se produziu o ataque ao Palácio Miraflores, sede do governo central, à residência oficial de *La Casona* e outros locais. A intentona militar tornou Chávez popular diante do descrédito do sistema político contra o qual ele passou a pregar. Chávez funda inicialmente o Movimento Revolucionário Bolívar 200 e, em seguida, o Movimento Quinta



República até chegar em 2006 à unificação dos partidos e movimentos de esquerda no Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), ainda o único partido que oferece sustentação política ao regime bolivariano. Raúl Urribarrí (2011: 873) ressalta, porém, que, a despeito da unificação ocorrida sob o guarda-chuva do PSUV, a consolidação das diferentes forças chavistas desde 2006 tem sido assimétrica e problemática.

Chávez soube tirar proveito eleitoral da fama que o 4F lhe deu e, atacando fortemente o desacreditado sistema político criado pelo *Pacto de Punto Fijo*, foi eleito presidente em 1998 com 58% dos votos válidos. O fim do arranjo institucional que havia gravitado em torno da AD e COPEI durante longos 40 anos cedeu lugar a um projeto difuso de democracia radical centrado na figura do grande líder, o Comandante Chávez. A Revolução Bolivariana exigia a liquidação da antiga ordem representativa do tipo liberal – e Chávez pronto se lançou à tarefa de redesenhar as instituições públicas para mudar o curso da história venezuelana.

Na arena judicial, por exemplo, Chávez empreendeu sucessivas reformas que resultaram na submissão do Poder Judiciário ao ramo executivo, retirando-lhe a necessária independência (Urribarrí, 2011; Taylor, 2014). Os poderes do Poder Judiciário previstos na Constituição de 1999 foram, de fato, negados inicialmente pelo governo pelo recurso a diversos constrangimentos dirigidos aos juízes que decidiam em desacordo com os interesses da Revolução Bolivariana. De acordo com Matthew Taylor (2014: 249), os constrangimentos incluíam desde intimidação de juízes até chegar à sua remoção ou substituição por outros magistrados mais afinados com o regime chavista. Em um segundo momento, iniciado em 2004 quando já havia ocorrido “a consolidação de poder do regime” (Urribarrí: 2011, 273), Chávez decide modificar a própria estrutura do Poder Judiciário, sancionando a Lei Orgânica do Tribunal Supremo de Justiça (TSJ), órgão de cúpula do Judiciário venezuelano, que resultou na elevação do número de magistrados de 20 para 32. O Conselho Eleitoral Nacional (CNE) passou igualmente a atuar de modo alinhado, e não independente, com os interesses políticos do regime chavista. A usurpação da autonomia do Poder Judiciário se constitui, sem dúvida, em uma das etapas indispensáveis à concentração de poderes executivos levados a cabo pelos regimes híbridos.⁷ Mas, além da arena judicial, Chávez incumbiu-se de levar adiante o plano de concentrar poderes, incluindo a arena referente à mídia. Laura Gamboa faz uma síntese adequada de como ocorreu o agigantamento dos poderes executivos no período de 2002 a 2010:

Em 2002, Chávez emitiu 49 decretos presidenciais a fim de, entre outras coisas, aumentar o seu domínio sobre a companhia de petróleo estatal (PDVSA). Entre 2004 e 2010, usou repetidamente a legislação para condicionar o Supremo Tribunal de Justiça (2004) e enfraquecer os meios



de comunicação adversos (2004, 2005, 2010), bem como referendos (2007 e 2009) para prolongar indefinidamente o seu tempo de poder.

No total, Chávez levou seis anos para corroer a responsabilização horizontal e mais três para corroer a responsabilização eleitoral. Apesar de limitadas, as eleições na Venezuela em 2006 ainda eram consideradas livres e justas. Em 2009, já não era o caso. (Gamboa: 2016, 57).

De fato, para a organização Freedom House, a Venezuela chavista deixou de ser uma democracia eleitoral desde o relatório de 2009. Daniel Levine e José Molina (2012:169) relatam que, no período de 2005 a 2010, numerosos candidatos da oposição foram “desqualificados” pelo CNE⁸ para participar das eleições locais e regionais, configurando procedimentos que a Corte Interamericana de Direitos Humanos considerou contrária à Carta Americana de Direitos Humanos. Levine e Molina (2012: 169) argumentam que, embora o discurso oficial acene com o reconhecimento dos resultados eleitorais, o tratamento entre situação e oposição é, em verdade, assimétrico ou desigual, uma vez que o regime chavista utiliza amplamente recursos públicos sem que o CNE oponha qualquer obstáculo. Por sua vez, Javier Corrales (2011: 129) considera que a Lei Orgânica do Processo Eleitoral de 2009 se constituiu em “um óbvio golpe legal contra a oposição.”⁹

7. Cariello (2017: 22-23) assim descreve como Victor Orbán alterou a composição do Judiciário húngaro para atender aos interesses do executivo: “A primeira mudança importante foi feita na própria Corte Constitucional, o único órgão que àquela altura ainda tinha autonomia para barrar as iniciativas de Orbán. Expandido, o tribunal passou a ter quinze juízes, em vez de onze que originalmente o compunham. Todos os novos integrantes foram nomeados pelo governo. Como se isso não bastasse, novas regras que limitavam o poder revisor da Corte, foram aprovadas”.

8. Tibisay Lucena Ramirez, uma notória simpatizante do chavismo, preside o CNE desde 2006, tendo sido reeleita duas vezes para um mandato que termina em 2018.

9. Corrales cita as duas mudanças principais no processo eleitoral que trouxeram efeitos “deletérios” para a oposição: a) a lei diminuiu o número de cadeiras para o parlamento que eram escolhidas pelo sistema de representação proporcional (vinda da chamada lista de candidatos) em favor de maiorias seletivas; e b) a mudança era um *gerrymandering* unilateral. Distritos-fortaleza da oposição foram fundidos com distritos pró-governamentais, de modo a diluir ou destruir a vantagem da oposição.

A erosão pelo chavismo das instituições que fazem o controle horizontal teve como resultado o crescimento exponencial da corrupção governamental, de tal modo que, no relatório sobre a percepção de corrupção no planeta de 2016 (*Corruption Perceptions Index 2016*) da Transparência Internacional, a Venezuela figura em 166º lugar, acima apenas 10 lugares da Somália, a última colocada que ocupa a 176ª posição do *ranking*.

Atacado por um câncer desde 2011, Chávez veio a falecer em 5 de março de 2013 aos 58 anos de idade, sendo sucedido por Nicolás Maduro, seu ex-Ministro das Relações Exteriores. Maduro derrotou Henrique Capriles nas eleições presidenciais de outubro de 2013 cujos resultado foi fortemente contestado pela oposição. O CNE se recusou a proceder à recontagem, mesmo que parcial, dos votos.

3. REGIME HÍBRIDO E MÍDIA NA VENEZUELA: O QUE RESTA DA LIBERDADE DE INFORMAR NO PAÍS?



A trajetória política de Hugo Chávez foi sedimentada na demonização do sistema político criado pelo *Pacto de Punto Fijo* de 1958. Desde o início, o discurso violento e anatematizante de Chávez contra os adversários reforçou exponencialmente a polarização política no país. Assim, vincular a oposição aos interesses norte-americanos, ao capital estrangeiro, ao retorno ao sistema corrupto de *Punto Fijo*, etc., marcou os discursos dos dirigentes chavistas, não só do Comandante Supremo. Mas, como sucede com o padrão autoritário estabelecido pelos regimes híbridos, apenas demonizar os adversários não é suficiente – é preciso criar mecanismos legais que permitam ao regime político controlar fortemente a imprensa ou mídia. Javier Corrales (2011) aduz, por exemplo, ao “legalismo autocrático” que foi criado ainda ao tempo do governo de Hugo Chávez para constranger a mídia. Corrales (2011: 128) recorda que, em junho de 2010, um decreto presidencial criou o Centro para Estudos Situacionais da Nação com amplos poderes para limitar a disseminação pública de “informação, fatos ou circunstâncias” – e propôs a condenação pública da organização Human Rights Watch por chamar a nova instituição de “gabinete de censura”.¹⁰

10. No original, “In June 2010, a presidential decree created the Center of Situational Studies of the Nation, with broad powers to limit public dissemination of ‘information, facts or circumstance[s],’ prompting Human Rights Watch to publicly condemn this ‘censorship office.’”

O assédio sobre a mídia seguiu com a não renovação da concessão da RCTV, que fazia oposição ao governo, remanescendo então apenas a *Globovisión*¹¹ como único veículo fora do controle governamental, embora submetida aos constrangimentos habituais pelo regime híbrido venezuelano:

Autocratic legalism has had a chilling effect on press freedom. Since RCTV stopped broading cast, the only television station broading cast news in the country outside government control has been Globovisión, some of whose assets have been seized and whose owner has been arrested for giving a speeche that Chávez found ‘offensive’. (Javier Corrales: 2011, 128-129).

Corrales (2011: 129) revela que, no período entre 2008 e 2009, foram documentados 120 casos de agressão contra a mídia e repórteres, incluindo 32 casos nos quais estações de rádio tiveram sua transmissão suspensa. Por conta disso, lembra Corrales (2011: 129), a Freedom House classificou a Venezuela de país “parcialmente livre” para “não livre” em seu relatório de 2010 sobre liberdade de mídia. Concorreram para o aprofundamento da polarização política o incremento da grave crise econômica – com inflação altíssima, corrupção estatal sistêmica, ineficiência governamental, paralisia do setor econômico



produtivo do país, etc.¹² – e a notória falta de carisma político de Nicolás Maduro se for comparado ao intenso e hiperbólico ex-presidente Hugo Chávez. Em estudo bem fundamentado, Iria Puyosa (2015: 505-506) ressalta igualmente que, a partir de 2007, o regime bolivariano revelou um “incremento das práticas autoritárias”, dentre as quais se destacam aqui as disposições de controle de conteúdo da Lei de Responsabilidade Social em Rádio e Televisão e o estabelecimento do modelo político de “poder popular” baseados em órgãos comunais que se reportam diretamente à Presidência da República. Puyosa (2015: 507-508) aduz ao “dilema do ditador” que implica tentar controlar a internet¹³ e, para evitar danos reputacionais significativos no plano internacional, relata que o regime bolivariano tem preferido exercer o controle político da internet de segunda geração.¹⁴

11. Algum tempo depois, todavia, a Globovisión passaria ao controle de novos proprietários alinhados com os interesses do regime bolivariano. A semelhança com o padrão apresentado pela atual Hungria do primeiro-ministro Viktor Orbán é notável.

12. Os mesmos males políticos e sociais, senão até mesmo agora mais agravados, que a Revolução Bolivariana herdara do sistema político criado pelo *Pacto de Punto Fijo* e que prometera abolir para permitir que a renda petroleira chegasse, enfim, a beneficiar a população venezuelana, não somente as elites dirigentes.

13. “O dilema do ditador” consistiria em ter que optar entre controlar o conteúdo político da internet, restringindo a ação dos grupos opositores, e pagar o preço pelos danos reputacionais que representa no plano internacional exercer tal controle que pode chegar ao “estabelecimento de políticas restritivas por países aliados” (Puyosa: 2015, 507-508).

14. Os mecanismos de controle de primeira geração se referem ao filtro de palavras-chave e bloqueio de conteúdos cujo uso acarretaria altos custos em termos de reputação internacional e legitimidade interna. Já os controles de segunda geração dizem respeito aos controles administrativos e impositivos, estipulando regulações de conteúdo para os meios digitais. Por exemplo: por força de lei, os administradores de sítio web estão obrigados a monitorar aos usuários e a reportar ao governo sobre a potencial violação do conteúdo regulado. O regime híbrido pode optar pelo controle de primeira geração em situações de alta conflitualidade política, apesar dos elevados custos que representa na arena internacional. (Puyosa: 2015, 506; 512-513).

Os abusos cometidos pelo regime híbrido têm sido robustos, chegando ao ponto de a Venezuelana de Televisão, canal televisivo governamental, exibir conteúdos pessoais de opositores políticos:

En programas de opinión transmitidos por el canal de TV gubernamental, Venezolana de Televisión, se han presentado imágenes de correos electrónicos, grabaciones de conversas telefónicas e, incluso, grabaciones de conversas personales sostenidas en las casas de dirigentes de oposición. Este tipo de prácticas basadas en el uso de información publicada en-línea para hostigar o acusar legalmente a activistas políticos se relaciona con el “patriotic hacking” y es otra modalidad de control político de internet de segunda generación. (Puyosa: 2015, 513)

Por fim, Puyosa (2015: 514) revela que, no período de 2013-2015, os controles de segunda geração se intensificaram, inclusive evidenciando formas mais sofisticadas de monitoramento, e desvelando, assim, o crescente caráter autoritário do regime híbrido venezuelano.



Curiosamente, o regime liderado por Nicolás Maduro se tornou ainda mais autoritário quando a oposição já passara a adotar uma linha de atuação mais institucionalizada com mais probabilidades de levar a uma transição para a democracia (Gamboa: 2016).¹⁵

Acosado pela grave crise econômica, corrupção governamental sistêmica e a brutal escassez de produtos básicos, Maduro tem preferido radicalizar o discurso anatematizante contra a oposição, um recurso cada vez menos convincente diante da conjugação de fatores que corroem a popularidade do regime híbrido venezuelano. O incremento da política de polarização resulta em evidentes danos reputacionais ao regime no plano internacional, podendo levá-lo a um isolamento crescente. Em seu relatório de 2017, a Freedom House passou a considerar a Venezuela um país “não livre”, ou seja, uma ditadura.

Muitos jornais foram, ao longo do tempo, passando das mãos de empresários opositores para o controle de empresários alinhados com o chavismo. É o caso do jornal El Universal e da rede de TV Globovisión. Essa ofensiva contra a mídia independente reforça o entendimento de que esse controle político se constitui num dos elementos essenciais para a manutenção dos regimes híbridos.

A despeito desse ambiente político-institucional de franco assédio à atividade jornalística autônoma, subsistem ainda alguns periódicos independentes em atividade na Venezuela como se observa do Quadro 1 abaixo.

15. Gamboa (2016: 57-58) lembra que antes a oposição venezuelana havia tentado um golpe de Estado (2002), uma greve geral por tempo indeterminado (2002-2003) e um boicote eleitoral, estratégias equivocadas que serviram tão-somente para incrementar a legitimidade interna e externa do regime chavista.

Quadro 1: A Mídia Frente ao Regime Híbrido na Venezuela

Jornal, televisão e blogs relevantes	Governista	Oposição	Status atual
El Nacional		X	Circula apenas na versão digital em razão da falta de papel. É alvo de ataques de <i>hackers</i> governamentais
El Universal	X		Foi comprado por empresários chavistas
Tal Cual		X	Pertence ao jornalista Teodoro Petkof que tem sido acossado judicialmente pelo regime híbrido venezuelano



Aporrea	X		Chavista, mas com crescentes críticas ao governo de Nicolás Maduro
Caracas Chronicles		X	Blog em inglês, administrado por venezuelanos que vivem no exterior
Prodavinci		X	Jornal/Blog que não produz reportagens originais, mas apresenta análise crítica de conteúdo político ao regime bolivariano
Televisora Venezolana Social (TVES)	X		Emissora estatal. Substituiu a RCTV cuja concessão não foi renovada pelo governo de Hugo Chávez
Venezuelana de Televisão (VTV)	X		Criada em 1964 com o nome de Cadeña Venezolana de Televisión (CVTV). Totalmente alinhada ao regime chavista.
Televisão de Venezuela (Televen)	X		Ênfase em novelas e programas de entretenimento

Elaboração: Os autores com a colaboração de Juan Nagel (Universidade dos Andes, Chile)

O futuro político do regime híbrido venezuelano se apresenta como incerto, considerando o agravamento da crise econômica e falta de canais de comunicação efetiva com a oposição e organizações não governamentais. A aposta oficial até aqui tem sido pelo recrudescimento do jogo político, o que implica até mesmo no uso do aparato militar e apelo aos *Coletivos*¹⁶, com o objetivo de inibir manifestações massivas de contestação pública. A sobrevivência da mídia independente se deve, em larga medida, à necessidade que o regime bolivariano tem de obter alguma legitimidade no plano internacional como governo democrático, evitando a aplicação de sanções que possam agravar, ainda mais, a tormentosa crise econômica em curso. É difícil, portanto, prognosticar o que sucederá com a mídia independente no país. O que pode ser afirmado com absoluta segurança é que não há democracia sem a existência de uma mídia independente que possa criticar os atos governamentais, contribuindo, assim, para o controle social dos governantes pelos governados.



CONCLUSÕES

As seguidas falhas do sistema de representação política do Pacto de Punto Fijo concorreram, em larga medida, para a ascensão do chavismo.

A forte tradição iliberal do continente sul-americano foi outro componente fundamental para que Hugo Chávez se apresentasse como o homem providencial que reescreveria a história da Venezuela. O projeto chavista implicou no redesenho robusto das instituições públicas, chegando ao ponto de modificar o nome oficial do país. A democracia social radical, que substituiria a fracassada e elitista democracia representativa do passado, não realizou, todavia, as promessas do futuro glorioso que anunciara. Até mesmo autores simpáticos ao chavismo reconhecem que as instituições criadas pelo chavismo apresentam fortes incongruências entre o que foi prometido e o que foi efetivamente cumprido. Até mesmo autores simpáticos ao chavismo reconhecem que as instituições criadas pelo chavismo apresentam fortes incongruências entre o que foi prometido e o que foi efetivamente cumprido.

Ao mesmo tempo, as instituições que faziam o controle horizontal, típicas da democracia liberal, foram paulatinamente erodidas, resultando no incremento exponencial e praticamente incontrastável dos poderes presidenciais.

16. Regimes híbridos recorrem frequentemente à proteção de “milícias cidadãs”, vale dizer, de organizações paramilitares que recebem incentivo oficial e violam as liberdades fundamentais da oposição leal, como pontua com acerto Marcus Melo (2010: 55-56).

Classificada como regime híbrido pela maior parte da literatura em Ciência Política, o regime bolivariano, seguindo o padrão predominante, dedicou-se a criar limitações legais e informais que pudessem constranger fortemente a mídia independente. Ainda assim, remanescem alguns periódicos que fazem oposição ao regime híbrido venezuelano, denunciando e criticando os atos abusivos ou incongruentes dos seus dirigentes.

A provável razão para que o regime bolivariano ainda consinta com o seu funcionamento reside na necessidade de preservar algum verniz democrático, sobretudo na arena internacional. Evitar sanções no plano internacional é essencial para a sobrevivência do regime híbrido venezuelano que, a despeito de tudo, tem-se recusado a observar a agenda eleitoral prevista na própria Constituição. O agravamento da crise política, impulsionada pela crise econômica sem precedentes na história venezuelana, torna, no mínimo, incerto ou nebuloso o futuro da mídia independente no país. Mas, como vimos, a forte impopularidade governamental – evidenciada, inclusive, por divergências no interior do próprio bloco oficialista – acena com a probabilidade de que o regime híbrido venezuelano tenha entrado em um irreversível estado de entropia, abrindo, assim, perspectivas



interessantes para os estudos voltados ao funcionamento dos regimes híbridos em Ciência Política.

REFERÊNCIAS

ALMAGRO, Luís. Luis Almagro promove debate na OEA sobre situação da Venezuela. O Globo de 21.03.2017. Disponível no sítio: www.oglobo.globo.com. Acesso em: 31.03.2017, p. 1-5.

CARIELLO, Rafael. A Fronteira. Revista Piauí nº 127, abril de 2017, p. 16-26.

CORRALES, Javier e HIDALGO, Manuel. *El régimen híbrido de Hugo Chávez en transición (2009-2013)*. Desafíos, Bogotá (Colômbia), semestre I de 2013. Disponível no sítio www.scielo.org.co/scielo. Acesso em: 15.09.2015, p. 45-84.

CORRALES, Javier. *A Seatback for Chávez*. Journal of Democracy, Volume 22, Number 1, January 2011, Johns Hopkins University Press, p. 122-136.

ELLNER, Steve. *El modelo de la democracia social radical en Venezuela: innovaciones y limitaciones*. Cuadernos del Cendes, Año 29, Nº 79, Tercera Época, Enero-abril 2012, p. 107-133.

FREEDOM HOUSE. Freedom in the World 2017, Venezuela Profile. Disponível no sítio: www.freedomhouse.org. Acesso em: 18.04.2017, p. 1-4.

GAMBOA, Laura. Venezuela Aprofundamento do autoritarismo ou transição para a democracia? Relações Internacionais, nº 52, Lisboa, Dez.2016, p. 55-66.

JUAN, Toro. *CNN em español censored in Venezuela*. Disponível no sítio: www.caracaschronicles.com. Acesso em: 10.03.2017, p. 1-2.

KORNBLITH, Miriam. *Chavismo After Chávez?*. Journal of Democracy, Volume 24, Number 3, July 2013. The Johns Hopkins University Press. Disponível no sítio: <https://muse.jhu.edu/journals/jod/summary/v024/24.3.kornblith.html>. Acesso em: 02.02.2014, p. 47-61.

LEVINE, Daniel. *The Decline and Fall of Democracy in Venezuela: Ten Theses*. Bulletin of Latin American Research, vol. 21, nº 2, 2002, The University of Michigan, p. 248-268.

LEVINE, Daniel & MOLINA, Enrique. *Calidad de La Democracia en Venezuela*. América Latina Hoy, vol. 62, 2012. Universidad de Salamanca. Salamanca, España, p. 157-175.

LEVITSKY, Steven e WAY, Lucan. *The of Competitive Authoritarianism*. Johns Hopkins University Press: Journal of Democracy; Volume 13, Number 2, April 2002, p. 51-65.

MELO, A. Marcus. Controle do Poder Executivo e presidencialismo de coalizão. Cadernos Aslegis nº 40, maio/agosto, 2010. Disponível no sítio: www.aslegis.org.br. Acesso em: 12.09.2012, p. 55-77.



PUYOSA, Iria. *Control político de internet en el contexto de un régimen híbrido Venezuela 2007-2015*. Revista Teknokultura, Vol. 12(3), p. 501-526.

TAYLOR, Matthew. *The limits of Judicial Independence: A Model with Illustration from Venezuela under Chávez*. Journal of Latin American Studies, Volume 46, Issue 02, May 2014, p. 229-259.

TRANSPARÊNCIA INTERNACIONAL. *Corruption Perceptions Index 2016*. Disponível no site: www.transparency.org. Acesso em: 10.04.2017, p. 1-8.

URRIBARRI, Raul. *Courts between Democracy and Hybrid Authoritarianism: Evidence from the Venezuelan Supreme Court*. Law & Social Inquiry, Volume 36, Issue 4, Fall 2011, p. 854-884.

_____. *Venezuela (2015): Un Régimen Híbrido en crisis*. Revista de Ciência Política, Vol. 36, Nº 1-2016, p. 365-381.

VILLA, Rafael. (2005), "Venezuela: mudanças políticas na era Chávez". Estudos Avançados, vol. 19, número 55, São Paulo Sept./Dec, 2005. Dossiê América Latina, p. 153-172.

ZAKARIA, Fareed. *The Rise of Illiberal Democracy*. Foreign Affairs, Vol. 76, Nº 6, (Nov. – Dec., 1997). Disponível no site: www.jstor.org/stable/20048274. Acesso em: 05.06.2013, p. 22-43.

**GT 06 – Mídia, Produção de Imagens e Estratégias de Discurso em Disputa****RELAÇÕES DE DOMINAÇÃO E SUBMISSÃO NO DISCURSO POLÍTICO-MIDIÁTICO DOS PROGRAMAS ELEITORAIS SOBRE O PLEBISCITO DE DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ¹**

Carlos Borges Júnior (Universidade Estadual do Tocantins - Unitins)²
borges-junior@hotmail.com

RESUMO

Este trabalho discute como os programas eleitorais político-midiáticos da *Frente Pró Estado do Carajás* constroem relações de dominação e submissão em campanhas eleitorais do Plebiscito de Divisão do estado do Pará, exibidas no Horário Eleitoral Gratuito de televisão, em 2011. Essas relações foram analisadas a partir das práticas sociais de produção, exibição e construção de discursos com foco no gênero cartaz, que aparece nas dimensões visuais e verbais dos programas n.º 14 e 20. Nesses programas, o gênero cartaz foi utilizado para apresentar aos telespectadores os discursos dos moradores da região onde seria criado o estado de Carajás. A análise desses materiais aponta que os discursos produzidos constituem o gênero prece, representativo de práticas sociodiscursivas assimétricas de poder, quando o enunciador (solicitante) se dirige ao enunciatário (solicitado) para que este lhe conceda a realização de seu pedido/desejo. Essas práticas põem em evidência relações de dominação que, no contexto sociomidiático, podem se naturalizar, sendo vistas como habituais, favorecendo a manutenção do poder e do discurso dominante. Com o intuito de problematizar essa questão, os fundamentos teóricos da Análise Crítica do Discurso, Análise Crítica de Gênero e Análise Textualmente Orientada, com base em Fairclough (2008) e Chouliaraki e Fairclough (1999), entre outros, propõem um olhar crítico para as instituições e suas práticas, alertando quanto à construção de discursos que reforçam desigualdades na vida social. Assim, este trabalho evidencia o papel da mídia na construção de discursos sociais quando interage diretamente com a esfera política em processos eleitorais, denunciando as práticas dominantes.

Palavras-chave: Programas Eleitorais, Plebiscito de divisão do estado do Pará, Relações de dominação e submissão.

1. INTRODUÇÃO

¹ Este trabalho é parte da tese intitulada *Relações de dominação em programas eleitorais do plebiscito de divisão do estado do Pará*, defendida no Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, no ano de 2017.

² Doutor em Linguística e Mestre em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Possui graduação em Letras pela Universidade Federal do Pará. É professor de linguística na Universidade Estadual do Tocantins, Unitins e integrante do Grupo de Pesquisa “Língua, Discurso e Interação”.



A mídia³ é o elemento central de organização do novo capitalismo⁴. Essa relação se torna mais compreensível se for entendida no contexto da Modernidade Tardia. Anthony Giddens utiliza o termo “Modernidade Tardia” ou “Alta Modernidade” para aludir à “presente fase de desenvolvimento das instituições modernas, marcada pela radicalização e globalização dos traços básicos da modernidade” (GIDDENS, 2002, p. 221, grifos do autor). Esses traços básicos constituem o dinamismo da modernidade pela *separação de tempo e espaço*, pelos *mecanismos de desencaixe* e pela *reflexividade institucional* (GIDDENS, 2002, p. 26, grifos do autor). Em tal perspectiva, segundo Resende e Ramalho, “o dinamismo da modernidade relaciona-se diretamente com o aumento na mediação da experiência que a comunicação de massa proporcionou” (REZENDE; RAMALHO, 2014, p. 95).

Portanto, a mídia ilustra o caráter transnacional da globalização, rompendo com as rígidas fronteiras de tempo e espaço. Ela mostra e reporta os acontecimentos com diversos modos de transmissão da informação e compartilhamento das experiências humanas, sobretudo em tempo real. Esses fatores reforçam o papel que essa instituição social tem desempenhado na construção do dinamismo social e na reorganização das fronteiras de tempo e espaço na sociedade. As mídias, nesse sentido, podem ser vistas tanto como “expressões das tendências globalizantes, desencaixadoras da modernidade, quanto como instrumento de tais tendências” (REZENDE; RAMALHO, 2014, p. 95).

Na Modernidade Tardia⁵, os modos de ‘produção, distribuição e consumo de bens’ não estão mais organizados a partir de modelos sob os quais operários agem como “indivíduos que desempenham rotinas repetitivas em um processo de produção invariante, mas como grupos em relações flexíveis com um processo acelerado de mudança” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 25). Esse caráter flexível, característico dos tempos pós-modernos, possibilita a produção de bens variados, inclusive de bens simbólicos para serem consumidos. Entendida também como uma indústria/empresa de caráter público, mas com

³ A concepção de mídia abordada neste trabalho não está enraizada em um conceito fixo e/ou estável, visto que ao longo da discussão os contextos em que o termo é utilizado constroem diversas possibilidades de significação. Entre as possibilidades, é possível destacar a abordagem de Bonini (2011) em que 1) mídia é entendida como meio de circulação para diversos gêneros; noutra perspectiva, associa-se ao termo 2) o entendimento de grupos midiáticos de comunicação (empresas) e 3) como meio de projeção em massa de discursos, entre outras concepções possíveis de imbricamento/analogias nestes tempos contemporâneos de significações líquidas.

⁴ A leitura que se faz do novo capitalismo está associada às mudanças nos modos de produção e consumo. A produção de bens e produtos simbólicos de acumulação flexível se torna a estética do novo capitalismo. Leia-se estética como modos de sentir, interface possibilitadora de múltiplas semioses.

⁵ Para Chouliaraki e Fairclough (1999), a modernidade tardia é entendida como um período de transformações econômicas, culturais e sociais profundas em escala global. Está caracterizada pelas mudanças econômicas em que as unidades de produção estão cada vez mais transnacionais, as transformações culturais sendo referidas como pós-modernas, deslocáveis das determinações de espaço e tempo e, devido aos avanços na tecnologia da informação, que proporciona novas formas de experienciar e conhecer novas possibilidades de relacionamento com as outras pessoas, entre outros aspectos.



interesses privados, a mídia se constitui como geradora, projetora e distribuidora de bens simbólicos, agindo como reorganizadora dos modos de produção e consumo no contexto social. Nesse sentido, torna-se o eixo central do novo capitalismo, produzindo discursos e transformando-os em mercadorias.

Em *Discourse in late modernity*, Chouliaraki e Fairclough (1999) destacam que, na Modernidade Tardia, o discurso assume um lugar central. Os autores relacionam discurso com prática social e, para isso, se apoiam em Harvey, que entende e “propõe uma visão dialética do processo social em que o discurso é um ‘momento’ entre seis: discurso/linguagem, poder, relações sociais, práticas materiais, instituições/rituais; e crenças/valores/desejos”, que se constituem nas práticas sociais de uso da linguagem” como acontecimentos/eventos específicos e singulares (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 6, tradução nossa), isto é, o discurso é entendido como um modo de ação e de representação. Essa concepção de discurso possibilita inserções de contextos sócio-históricos, em que relações de poder, lutas, práticas de dominação e desigualdades são identificadas como constituintes de significação e estão sempre em disputa na vida social. Portanto, quando a mídia projeta e constrói discursos, reiterando concepções dominantes de exploração, age no sentido da manutenção de práticas sociais assimétricas, disseminando ideologias hegemônicas e legitimando assimetrias entre grupos sociais diferentes. Essas ações resultam, muitas vezes, em políticas de controle e dominação por parte dos que detêm o poder de acesso aos meios de comunicação na posição de enunciadores do discurso. Segundo Van Dijk (2015), o lugar dos enunciadores é ocupado por representantes da classe hegemônica. Ela projeta suas ideologias como se fossem universais, contudo representa apenas seus próprios interesses, sejam eles econômicos, políticos e outros.

Mídia e política podem se utilizar dos contextos/espços eleitorais para produzir discursos voltados a manipular e influenciar grupos sociais a partir das ideologias das classes que ambas estejam representando. A produção dessa relação (rede de influências) é diversa (flexível e variada), podendo ocorrer de forma material, mas também simbólica, discursiva e ideológica etc. Fairclough aponta que “muitas dessas mudanças [sociais] não envolvem apenas a linguagem, mas são constituídas de modo significativo por mudanças nas práticas de linguagem; e talvez seja uma indicação da importância crescente da linguagem na mudança social e cultural (2008, p. 24). Mudanças nas práticas de linguagem podem implicar em alterações sociais e culturais. Quando ocorrem modificações no contexto cultural e organizacional das atividades humanas, as relações passam a ser definidas de acordo com novos modos de interação resultantes dessas alterações. De acordo com Fairclough, “as práticas discursivas em mudança contribuem para modificar o conhecimento (até mesmo a crença e o senso comum), as relações sociais e as identidades sociais”



(2008, p. 27). Se essas práticas acontecem a partir das relações com os discursos, refletem também no papel dos gêneros com os quais se relacionam, pois eles são vistos “como um dos momentos da prática social” (BONINI, 2013, p. 108). Entendido como um modo de ação e de representação (FAIRCLOUGH, 2008), “por meio do discurso as pessoas não apenas agem sobre o mundo e as outras pessoas, mas também representam o mundo e outras pessoas a partir de determinadas perspectivas” e posições (FERNANDES, 2014, p. 93); implicando em compreender que há “uma relação dialética entre discurso e estrutura social” (FAIRCLOUGH, 2008, p. 93).

Desse modo, os contextos sócio-discursivos em que se dão as relações sociais se configuram como arenas políticas nas quais estão em disputa as lutas pelo poder e hegemonia sociais, sendo que os grupos dominantes levam vantagem por deterem controle sobre os meios de produção e distribuição desses discursos. Van Dijk (2015) caracteriza esses grupos pelos acessos centrados em um ou mais tipos de discurso nos contextos sociais. Tais privilégios, de ordem econômica e/ou social, resultam no controle sobre os espaços e discursos mais influentes, regulando processos de interação e produção de sentidos, gerenciando cuidadosamente quem é ou não autorizado a falar. Na produção de discursos midiáticos não é diferente. Mídia e política se ajustam mutuamente, sobretudo, em períodos eleitorais. Por isso, é importante observar como mídia e política se valem do gênero programa eleitoral e agem na esfera pública na produção, distribuição e consumo de discursos naturalizando relações de dominação e submissão. Em busca desse objetivo, toma-se como objeto empírico de análise dois programas da Frente *Pró Estado do Carajás*, nos quais se observa a intenção político-midiática de projetar a imagem de assujeitamento dos moradores da região de Carajás valendo-se do gênero *cartaz*, utilizado nas dimensões visuais e verbais dos programas n.º 14 e 20.

2. CONTEXTOS POLÍTICO-SOCIAIS DA DIVISÃO

O plebiscito que consultou os eleitores paraenses sobre a divisão ou não do estado do Pará para a criação de duas outras unidades federativas se consolidou como o resultado de discussões e lutas sociais empreendidas desde os idos de 31 de março de 1986, quando foi fundada a *Comissão Brandão*⁶ “pelo professor José Brandão e outros entusiastas do comércio e da política local do sul e sudeste do Pará”, resultante de “uma iniciativa

⁶ Mantida por abnegados idealistas, essa entidade sobrevive há mais de três décadas: “*nunca deixou de visitar escolas, sindicatos e organizações comunitárias, com o objetivo de divulgar e esclarecer de maneira didática, o que é e como se encontra a tramitação do projeto da criação do Carajás*”, como informou seu secretário geral José Soares de Moura e Silva. ‘*Há outros comitês Pró Criação do Estado do Carajás instalados nos 39 municípios que compõem o mapa do pretense estado. Todos, de alguma maneira, contribuem para o esclarecimento da população, sobre os objetivos do projeto emancipacionista e as melhorias que podem beneficiá-los com a presença de um governo que possa, um dia torna-los cidadãos*’ (COSTA, 2011, p. 32, grifos do autor relativos à fala de José Soares de Moura e Silva).



legitimamente popular pela autonomia político-administrativa da região, tendo surgido antes mesmo que algum projeto político nesse sentido viesse a ser apresentado no congresso nacional” (COSTA, 2011, p. 32). No ano de 1989, o 1º Encontro de Presidentes de Câmaras Municipais do Sul do Pará foi considerado a primeira manifestação pública de autoridades com grande repercussão em prol do projeto de criação do estado de Carajás (COSTA, 2011). “A omissão do governo paraense quanto aos serviços públicos naquela região deu vazão ao sentimento autonomista, que ali aflorou com grande força” (COSTA, 2011, p. 33). A década de 1990 pode ser definida como o período histórico em que o debate sobre os problemas sociais da região logrou a criação de projetos mais consistentes, aliando representantes políticos e iniciativas populares. Em consequência disso, alguns projetos passaram a tramitar, sendo levados à votação no Congresso Nacional. O momento mais marcante dessas lutas acontece em 26 maio de 2011, quando os plebiscitos⁷ sobre a divisão foram aprovados para consulta eleitoral.

O economista Célio Costa (2011) realizou um estudo sobre a viabilidade de criação do estado de Carajás. Ele apresentou elementos técnicos favoráveis ao projeto de divisão, analisando aspectos históricos, sociais, econômicos, financeiros, entre outros, fundamentais para a implementação do projeto. Entre as várias justificativas para o desmembramento, sem dúvidas, as diferenças sociais entre os moradores das três regiões do estado e o baixo investimento, como assegura o economista, são considerados, segundo o autor, entraves ao desenvolvimento, visto que as políticas públicas não alcançam a todos, aprofundando as mazelas sociais (pobreza, desassistência do estado aos direitos básicos etc.), causa de maior insatisfação popular. O estudo atual e completo está registrado no livro *Assimetrias regionais no Brasil: fundamentos para a criação do estado de Carajás*, podendo ser consultado sobre os aspectos socioeconômicos que dão viabilidade e independência a Carajás.

3. O PLEBISCITO E OS PROGRAMAS ELEITORAIS

O plebiscito sobre divisão do estado do Pará ocorreu em 11 de dezembro de 2011, sendo a Campanha Eleitoral realizada no período de 11 de novembro a 7 de dezembro daquele ano. Portanto depois de aprovado o PDL n.º 52/2007, o Tribunal Superior Eleitoral

⁷ Consulta sobre a criação de dois estados: Carajás (o projeto que foi aprovado para votação foi o PDL n.º 52/2007, de autoria do senador do estado do Tocantins Leomar Quintanilha do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)); e Tapajós (projeto criado pelo deputado Mozarildo de Melo Cavalcanti, do Partido Popular Socialista (PPS) (BRASIL, 1999)). Os projetos legislativos aprovados em 2011 foram respectivamente numerados: n.º 136/2011 e n.º 137/2011 e publicados na forma de decretos legislativos (BRASIL, 2011a; 2011b).



definiu, no dia 30 de junho de 2011 (sob resolução nº 23.342⁸), que ficaria “designada a data de 11 de dezembro de 2011, domingo, para a realização, por sufrágio universal e voto direto e secreto, dos plebiscitos em toda a circunscrição do Estado do Pará” (TSE, 2011, p. 1). De acordo com a decisão, toda a população do estado do Pará, diretamente interessada, deveria ser consultada acerca do desmembramento do estado para a criação de outras duas unidades federativas: Carajás e Tapajós, conforme figura a seguir (em verde, Tapajós; em laranja, Pará e em marrom, Carajás).

Figura 1: Limites territoriais



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=Do1AdwWYwmE>

Na mesma sessão de 30 junho de 2011 também foram decididas as perguntas que os eleitores responderiam nas urnas eletrônicas: “a) *Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado de Carajás?*” e b) *Você é a favor da divisão do Estado do Pará para a criação do Estado do Tapajós?*” (TSE, 2011, p. 1). As duas questões tinham como alternativas de voto as palavras responsivas SIM ou NÃO, representadas respectivamente nas urnas pelos números (77) e (55), sorteados em sessão administrativa plenária realizada pelo TSE¹⁰.

A resolução n.º 23.342 destacou que poderiam ser formadas quatro frentes de trabalho que apoiariam às seguintes correntes: “a) A favor da criação do Estado do Carajás [liderada pelo Deputado Estadual João Salame Neto (do Partido Republicano da Ordem Social – PROS)]; b) Contra a criação do Estado do Carajás [presidida pelo Deputado

⁸ O documento foi assinado no original pelos Ministros Ricardo Lewandowski (presidente), Arnaldo Versiani (relator), Cármen Lúcia, Marco Aurélio, Nancy Andrighi, Gilson Dipp e por Marcelo Ribeiro.

⁹ Conforme sorteio realizado pelo TSE, no dia 9 de agosto de 2011, em sessão administrativa, ficou estabelecido que a primeira pergunta registrada na urna eletrônica para consulta à população seria relativa à criação do estado do Tapajós e, após a escolha e confirmação do eleitor, seria realizada a pergunta sobre a criação do estado do Carajás. A sessão pode ser acessada no seguinte endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/watch?v=K35VJldwJbk>.

¹⁰ Sorteio disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K35VJldwJbk>. Pela ordem do sorteio: 77 (SIM) e 55 (NÃO).



Federal Zenaldo Rodrigues Coutinho Júnior (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)]; c) A favor da criação do Estado do Tapajós [liderada pelo Deputado Federal Joaquim de Lira Maia (do Democratas – DEM)]; d) Contra a criação do Estado do Tapajós [presidida pelo Deputado Estadual Celso Sabino de Oliveira (do Partido da Social Democracia Brasileira – PSDB)]” (TSE, 2011, p. 2). Essas frentes de apoio ficaram caracterizadas nos programas eleitorais de televisão como *Frente Pró Estado do Tapajós* (Programa do Sim), *Frente Pró Estado do Carajás* (Programa do Sim), *Frente Contra a Criação do Estado do Tapajós* (Programa Não e Não Tapajós), *Frente Contra a Criação do Estado de Carajás* (Programa Não e Não Carajás). Na prática, as frentes foram definidas em relação às novas macrorregiões: Tapajós (Sim à divisão em relação ao Pará); Carajás (Sim à divisão em relação ao Pará) e Pará (Não à divisão em relação a Tapajós e Carajás).

Os programas eleitorais de cada um dos plebiscitos (a favor e contra a divisão) foram exibidos em dias alternados, conforme o artigo 30 da resolução nº 23.354, onde se lê que “O Tribunal Regional Eleitoral do Pará distribuirá os horários reservados à propaganda gratuita, com a divisão, de forma isolada e independente, de cada um dos plebiscitos nos respectivos dias, sendo *um dia para o plebiscito de criação do Estado do Tapajós e outro dia para o plebiscito de criação do Estado do Carajás*” (TSE, 2011, p. 2, grifos nossos). Os primeiros materiais exibidos para todo o estado pertenciam às Frentes Pró e Contra Carajás, alternados no dia seguinte pelos programas das Frentes Pró e Contra Tapajós e assim sucessivamente. Também ficou definido que seriam alternadas as ordens na transmissão; ora o horário eleitoral gratuito iniciaria com a veiculação das campanhas favoráveis à divisão, ora começaria com a exibição dos programas das frentes contrárias à separação, sem privilégio de nenhuma das partes, segundo o TSE.

A resolução nº 23.354 definiu que a *propaganda eleitoral gratuita no rádio e televisão* começasse trinta dias antes da data de realização do plebiscito, portanto no dia 11 de novembro e deveria terminar no dia 7 de dezembro daquele ano, quatro dias antes da votação. Essa resolução estipulou o regulamento para as campanhas eleitorais no horário eleitoral gratuito de rádio e televisão. Nas emissoras de televisão, os programas foram exibidos duas vezes ao dia – no começo da tarde e também à noite “das 13h às 13h10 e das 20h30 às 20h40” (STF, 2011, p.12), sendo 10 minutos de duração, já que cada programa foi produzido com 5 minutos de duração. A resolução nº 23.354, determinou que “a propaganda gratuita no rádio e na televisão [fosse] veiculada às segundas, terças, quartas, sextas-feiras e aos sábados” (STF, 2011, p.12). Assim, foram 20 dias de exibição, sendo alternados entre as frentes dos estados de Tapajós e Carajás. Por esta razão, cada frente ocupou apenas dez dias de exibição dos programas.



4. PERCURSOS METODOLÓGICOS

Os programas foram transcritos com base no método de transcrição elaborado por Silva Júnior (2017), aprimorando e combinando as propostas de Rose (2008) e Ferretti-Soares (2013). O método adotado possibilita o mapeamento da microconstituição do gênero quanto seus aspectos composicionais relacionados à estrutura, forma que se organiza, sendo possível identificar os gêneros que constituem o hipergênero programa eleitoral; em que momento a estrutura do hipergênero se modifica; que dimensões verbais e visuais compõem cada cena; em que momento-tempo tais eventos discursivos e/ou práticas discursivas ocorrem, bem como a identificação dos enunciadores. Após a transcrição, observou-se a prática social em que o gênero cartaz é utilizado. Então, considerou-se, *a priori*, três momentos específicos: 1) quando os cartazes são confeccionados (**confeção**); 2) o momento em que pessoas seguram e mostram esses materiais (**exibição**) em direção à câmera, para que se identifique 3) seus respectivos discursos escritos (**enunciados escritos**). Em seguida, valeu-se de fundamentos da Análise Crítica do Discurso, Análise Crítica de Gênero e da Análise Textualmente Orientada para analisar os enunciados escritos, gerando as categorias de análise. Neste trabalho será focalizada apenas a análise dos enunciados escritos nos cartazes.

5. ANÁLISE DOS DADOS

O gênero cartaz¹¹, em via de regra, é utilizado com a intenção de exibir comunicados (avisos); tem relação com manifestações/passeatas, palavras de ordem (reivindicações), por isso, integra práticas e movimentos contestatórios, contudo o que se observou nos programas da *Frente Pró Estado do Carajás* é que o gênero foi usado pelos moradores da região de Carajás para construir *preces*, isto é, apelos e súplicas direcionados à região de Belém, deixando evidente uma relação assimétrica de poder entre os paraenses. De um lado os aspirantes à divisão (dominados) e, do outro, os que preferem manter o Pará com sua dimensão territorial atual (dominantes). Nos programas analisados, a interação/confluência entre os gêneros *prece* e *cartaz* pode ser identificada. É possível notar que a dimensão visual dos programas eleitorais passa a mostrar *cartazes*, sendo escritos/produzidos/ confeccionados de forma manual e exibidos/ostentados por adultos e crianças, práticas que constroem uma relação específica de uso da linguagem.

¹¹ O cartaz pode ser entendido como suporte ou mídia e também possibilita pensar em um gênero cartaz. Nesta tese, prece e cartaz serão discutidos como gêneros, cuja interface se dá na constituição da prática discursiva.



Os enunciadores desses discursos poderiam apenas defender a criação do estado de Carajás, ou até mesmo usar a linguagem simplesmente para convencer o eleitor a votar a favor da divisão, porém, em sua maioria, os cartazes foram utilizados para fazer pedidos aos eleitores de Belém. Os pedidos se assemelham a preces. Mas, por que preces? Preces são súplicas e pedidos endereçados a alguém a quem se acredita possuir o poder de realizar ou conceder algo esperado, desejado, mas que não será possível alcançar sem esse auxílio. A prece é sempre destinada à alteridade que pode realizá-la, àquela a que cabe o poder de julgar procedente, executar e concretizar o desejo do solicitante, caso avalie merecedor de tal atenção. Portanto, o ato enunciativo de uma prece revela uma relação de poder absolutamente desigual. Do solicitante em relação ao solicitado. O primeiro, vendo a impossibilidade de conseguir realizar sozinho sua vontade, dirige-se ao solicitado para que ele possa concedê-lo ou auxiliá-lo em seu projeto, cabendo ao solicitado a decisão de permitir que tal desejo se realize.

A dimensão visual de dois dos seis programas exibidos pela *Frente Pró Estado do Carajás* registra preces em cartazes: os programas do dia 28 de novembro (programa 14) e do dia 6 de dezembro de 2011 (programa 20). Os dados relativos à análise dos enunciados escritos nos cartazes foram organizados no quadro 1, *Preces a Belém*, que serve de base para identificação das relações assimétricas de poder, com destaque às relações de dominação e submissão, produzidas nos/pelos discursos. Nele, pode-se observar como acontece a prática social de uso dos cartazes nos programas 14 e 20, explorando o momento de exibição do cartaz ante à lente da câmera, para que o telespectador seja sensibilizado por meio do enunciado.

Quadro 1: Preces a Belém

Produção do gênero			
Gn.	Programa 14	Gn.	Programa 20
Jin.	[60] OLHE BEM PRA MIM E ME DIGA SIM.	Jin.	[34] ME DIGA SIM.
Jin.	[63] BELÉM, O FUTURO DESSE POVO ESTAR NAS SUAS MÃO.	Jin.	[47] DIGA SIM PRA MIM, E ME DIGA SIM.
Jin.	[64] Belém, não se Esqueça de XINGUARA.		
Exposição do gênero			
Gn.	Programa 14	Gn.	Programa 20
Rep. dep. em off)	[23] BELEM, A MELHORA DO POVO DE MARABÁ ESTÁ NA TUA MÃO.	Jin.	[40] BELÉM, O FUTURO DE SANTARÉM ESTÁ NA SUA MÃO.



Rep.(dep. em off)	[30] Belém, não se esqueça de XINGUARA ¹² .	Jin.	[45] BELÉM, O FUTURO DE NOSSOS FILHOS ESTÁ NA SUA MÃO!
Rep. Img.	[46] BELÉM, NÃO SE ESQUEÇA DE REDENÇÃO.	Jin.	[46] O MEU FUTURO DEPENDE DE VOCÊS.
Rep.(dep. em off)	[54] BELÉM, PARAUPEBAS CONTA COM VOCÊ!	Jin.	[54] BELÉM, OLHEM COM CARINHO POR FARO.
Jin.	[61] OLHE BEM PRA MIM E ME DIGA SIM ¹³ . [04:35]	Jin.	[56] BELEM, OLHE BEM PRA MIM. VOTE SIM!
Jin.	[65] ESTADO MAIS EDUCAÇÃO SIM 77. [outro cartaz com a frase:] BELÉM PARAUPEBAS CONTA COM VOCÊ ¹⁴ ! [04:50]	Jin.	[57] BELEM, NÃO SE ESQUEÇA DE XINGUARA.
Jin.	[66] BELEM OLHE BEM PRA MIM. [Outro cartaz com a frase:] ME DIGA SIM SIM SIM.	Jin.	[58] BELEM, CONTO COM VOCÊS. VOTE SIM.
Jin.	[67] O MEU FUTURO DEPENDE DE VOCÊS.	Jin.	[59] BELEM, SANTARÉM CONTA COM VOCÊ.

Fonte: Elaboração do Autor

Cartazes podem ser constituídos por palavras de ordem, apelos, avisos etc. Nos programas eleitorais, a prece foi o gênero escolhido para organização discursiva da prática. Os dados expostos no quadro 1 demonstram que a maior parte das ocorrências de linguagem são pedidos e súplicas endereçadas aos moradores da capital paraense. O apelo desses enunciados constrói relações de sentido específicas que serão tematizadas em sete categorias mais adiante. Também há o registro de expressões contestatórias no gênero. Os enunciados com palavras de ordem poderiam ser considerados pedantes e talvez a opção pela prece foi escolhida por aparentar menos arrogância por parte dos que defendem o projeto de divisão, provocando melhor aceitação dos moradores de Belém e região, mas insuficientes para vencer a eleição. Se por um lado, os materiais enviam pedidos a Belém; por outro, deflagram e questionam as relações sociais constituídas entre os cidadãos paraenses, denunciando as assimetrias do poder e a diferença social entre os moradores de regiões distantes; põem em evidência relações hegemônicas e desigualdades no estado. Essas assimetrias contextuais e discursivas podem ser constatadas na análise da relação social que as frases estabelecem. Os solicitantes, numa posição inferior, fazem apelos aos cidadãos/eleitores belenenses, tornando evidente que estes detêm o poder de decisão sobre a vida dos moradores das outras regiões do estado. Para melhor compreendermos o sentido dos discursos produzidos pelo gênero cartaz, os enunciados foram organizados em sete seções/categorias (significativamente definidas a partir de alguns aspectos recorrentes na constituição das preces), de acordo com sua relação de proximidade, tendo a construção frasal e os sentidos que expressam como orientadores/dispositivos de análise. Ei-las:

¹² Essa cena se repete no programa 20, porém em gêneros diferentes.

¹³ Esta frase aparece duas vezes nos dados, mas a cena é diferente.

¹⁴ Esta frase aparece duas vezes nos dados, mas a cena é diferente.



5.1 Relações de entrega:

Esta seção apresenta construções formadas com o uso de vocativos, seguidos de sujeito, complemento nominal (com palavra que denota sentido coletivo), verbo ser conjugado na 3ª pessoa do singular e predicativo do sujeito. Ilustram essa classe: BELÉM, O FUTURO DESSE POVO ESTAR NAS SUAS MÃO; BELÉM, A MELHORA DO POVO DE MARABÁ ESTÁ NA TUA MÃO; BELÉM, O FUTURO DE SANTARÉM ESTÁ NA SUA MÃO; BELÉM, O FUTURO DE NOSSOS FILHOS ESTÁ NA SUA MÃO. Nessa seção, todas as frases invocam a capital paraense (vocativo), delegando a ela *o futuro do povo, a melhora do povo, o futuro de uma cidade e o futuro dos filhos*, por meio de um verbo (*ser/ está*), cuja função é estabelecer a ligação entre o sujeito e o seu predicativo. Nessas frases, o predicativo estabelece uma relação de entrega, isto é, o enunciador entrega *o futuro e a melhoria do povo* ao interlocutor, dando-se, talvez, por vencido na relação assimétrica existente entre ambos. Nota-se que o enunciador tenta construir seu discurso, valendo-se de ideias coletivas para conseguir a adesão e o voto do interlocutor pela causa que defende. Isso pode ser percebido no complemento nominal do sujeito: *desse povo, do povo de Marabá, de Santarém* (uma cidade completa) e *de nossos filhos*, por exemplo. Ao estabelecer a relação sujeito e predicativo do sujeito, o enunciador parece se dar por vencido, entregando seu destino nas mãos do dominante (BECHARA, 2004).

5.2 Construindo a confiança:

As frases desta seção contribuem para a formação da relação de confiança entre o enunciador e o interlocutor. O enunciador afirma para o interlocutor que conta com o apoio dele quanto à divisão do estado. São pedidos indiretos, colocados sobre a guarda do interlocutor, lembrando-o para que este não frustrasse as expectativas do povo que defende o desmembramento do Pará. Além disso, o programa invoca o discurso da justiça social, ao argumentar que a pobreza dessas regiões vem da disparidade na distribuição de recursos. O pacto de confiança que a prece estabelece com o interlocutor pode favorecer as práticas de mudança e justiça sociais. Ilustram esta seção as seguintes frases: BELÉM, CONTO COM VOCÊS. VOTE SIM., BELÉM, PARAUAPEBAS CONTA COM VOCÊ! e BELÉM, SANTARÉM CONTA COM VOCÊ. Todos os exemplos iniciam com o vocativo à cidade de Belém. O primeiro enunciado possui um sujeito individual que está oculto (eu) e nas outras duas, essa função é exercida pelo nome de duas cidades paraenses. Embora compondo um sujeito simples, a cidade possui o aspecto coletivo. O núcleo verbal das frases é constituído com um verbo transitivo indireto, conjugado na 1ª e 3ª pessoa do singular (*conto, conta*) e um verbo transitivo direto (*vote*), possuindo como complemento um objeto indireto: *com*



você(s) e um objeto direto: *sim*. Conforme se observa, os exemplos pretendem estabelecer uma relação de confiança entre os envolvidos na prática social, mediante ao uso do verbo *contar*. É essa relação que configura a ideia de um apelo ao voto, de um pedido, uma prece (BECHARA, 2004).

5.3 Invocações de clemência:

Esse sentido é estabelecido em razão de as frases relacionarem o discurso ao fato de o eleitor belenense não ignorar os outros moradores do Pará na hora de votar. As invocações de clemência podem ser consideradas resultado de um discurso de relação de poder naturalizado. Nesse sentido, o verbo esquecer, equivalendo a lembrar, refere-se a enfrentar/não ignorar. Fazem parte dessa seleção as seguintes assertivas: BELEM, NÃO SE ESQUEÇA DE XINGUARA e BELÉM, NÃO SE ESQUEÇA DE REDENÇÃO. As frases desta seção apresentam um vocativo inicial. Um aspecto interessante é a presença do advérbio *não* modificando o significado do verbo *esquecer*, construindo o sentido do verbo lembrar. *Não se esqueça* equivale a *lembre-se*, porém a escolha linguística selecionada para o cartaz vale-se do advérbio de negação. Os enunciados podem denotar a pouca esperança de mudar as relações de poder instituídas, pois seria muito difícil um morador da capital votar pela divisão do estado, o que transparece certo pessimismo quanto ao resultado das eleições. O verbo esquecer aparece conjugado na terceira pessoa do singular e possui transitividade indireta, que é completada com preposição seguida do nome de uma cidade. O pronome *se* contribui na construção de um aspecto reflexivo: o desejo de que a cidade das mangueiras se recorde dos paraenses do interior que anseiam por mudanças sociais por meio da divisão do estado (BECHARA, 2004).

5.4 Discursos do reconhecimento:

Nesta seção o sentido é construído a partir do uso do verbo *olhar*. A prece invoca que os moradores da capital paraense direcionem seus olhares aos outros habitantes, no sentido de: *você é obrigado a reconhecer (olhe bem)*. Quanto ao significado religioso da prece, olhar é solicitar ao outro que compreenda sua condição subalterna e o auxilie a superar os problemas. Essa construção de sentidos pode ser encontrada nos seguintes enunciados: BELÉM OLHE BEM PRA MIM; BELÉM, OLHEM COM CARINHO POR FARO; BELÉM, OLHE BEM PRA MIM. VOTE SIM! e OLHE BEM PRA MIM E ME DIGA SIM. As três primeiras frases desta seção iniciam com o vocativo à cidade de Belém. Na última esse vocativo não aparece, fato este que direciona a prece, de modo geral, a todos os paraenses. O verbo olhar é empregado nas quatro assertivas. Em três delas há um advérbio de modo (*bem*) com função de objeto direto e em uma ocorre a locução adverbial de modo (*com*



carinho). Para completar o sentido do verbo bitransitivo *olhar* aparecem os objetos indiretos: *pra mim* e *por Faro*. A terceira frase é constituída por duas sentenças e na segunda parte ocorre a associação de sentido entre olhar bem e votar sim, bem como a função apelativa para votar sim no plebiscito. Já a última frase constitui uma oração coordenada sindética aditiva com uma conjunção aditiva que aciona a ação de olhar o fato de dizer sim, logo, de votar a favor da divisão (BECHARA, 2004).

5.5 Relações de dominação:

Na construção desse sentido, uma prece declara, mais precisamente, estar sob domínio de seu interlocutor. A relação estabelecida é de subordinação. Em um dos cartazes foi escrito: O MEU FUTURO DEPENDE DE VOCÊS. O enunciado constrói o sentido de estar submetido ao poder de um dominante. O enunciador destaca que seu futuro está sob domínio de seu interlocutor, constituído em uma relação de dependência. A frase possui sujeito simples formado por artigo masculino e singular (*o*), pronome possessivo (*meu*) e um núcleo do sujeito (*futuro*). Esses elementos estão atrelados significativamente ao verbo transitivo indireto depender, conjugado no presente do indicativo (*depende*), tendo o fato como certo. O complemento do verbo por meio do objeto direto (*de vocês*) aponta para os interlocutores sob os quais se efetivam as relações de poder e dominação. O objeto indireto identifica aqueles que detêm o poder sobre o futuro do enunciador, portanto as relações de dominação são estabelecidas e efetivadas também por meio da linguagem (BECHARA, 2004).

5.6 Submissão ao poder:

Nesta seção são apresentadas as preces que imploram o sim. Elas são construídas e suplicam o voto pela divisão do estado. A repetição de palavras demonstra o posicionamento submisso dos moradores de Carajás. Essa relação aparece nas seguintes assertivas: ME DIGA SIM; DIGA SIM PRA MIM, E ME DIGA SIM; e ME DIGA SIM SIM SIM. A construção dessas frases com os reiterados apelos pela divisão favorece a leitura dos excessos (reiteradas repetições). A frase, iniciada por um pronome oblíquo, já denota o tom de quem suplica ao fazer um pedido, expressando, de forma mais evidente, o grau de afinidade (subjetividade explícita) do enunciador ao discurso. Nos três enunciados aparece o verbo *dizer*. Na primeira e na terceira frase ele é transitivo direto e está conjugado na terceira pessoa do singular (*diga*). Seu objeto direto é o advérbio *sim*. Na segunda frase, ele é bitransitivo, tendo objeto direto (*sim*) e objeto indireto (*pra mim*). A segunda frase aparece ligada pela conjunção aditiva *e*, tendo por função reiterar ao eleitor o voto pela divisão do estado. Em todas as frases ocorre a reincidência do pronome oblíquo *me*. Ele faz referência



ao enunciador que espera seu sim no plebiscito para poder conquistar sua autonomia federativa estadual. Todas as repetições constroem a ideia da submissão e da reiterada súplica aos moradores de Belém. As relações de poder construídas nessa categoria (submissão ao poder) estão no seu grau mais expressivo, ou seja, nesses enunciados, os moradores de Carajás expõem, de forma mais evidente, as relações de força a que estão submetidos, por isso revelam-se dominados (BECHARA, 2004).

5.7 Questionamento institucional:

A única ocorrência desse dado está exposta em um cartaz amarelo, onde se lê: ESTADO MAS EDUCAÇÃO / SIM 77. A frase contestadora pode ser interpretada como o motivo mais relevante das desigualdades sociais no estado: a ausência de políticas públicas igualitárias aos cidadãos. Pode-se destacar que esse enunciado tem sentido questionador, logo crítico. Está destinado às autoridades políticas do Estado. Embora sem a pontuação, a palavra Estado apresenta a função de vocativo. O enunciador cobra mais políticas/investimentos na educação. Na frase, a palavra *mais* é classificada como advérbio de intensidade e o termo *educação* tem a função de complemento nominal. Enquanto todos os outros discursos faziam súplicas a Belém, *a priori* construções discursivas nas quais se notava relações de poder assimétricas sem questionamento; a última seção convoca o Estado para investir mais em educação. O gênero cartaz foi menos usado para construir práticas discursivas questionadoras. Em contraste, o que se evidencia nos cartazes é a construção de pedidos nos quais se revelavam as relações assimétricas de poder entre os moradores da capital e do interior do estado do Pará (BECHARA, 2004).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar que independentemente de serem criadas seções específicas com as frases expostas nos cartazes, dependendo do ponto de vista do leitor, elas também podem ser reorganizadas dentro de outras seções e/ou dentro das seções anteriores, visto que as leituras não são fixas nem tautológicas, sendo dialógicos os sentidos apresentados e por elas produzidos. Esse aspecto possibilita que os enunciados podem integrar, ao mesmo tempo, mais de uma seção entre as que foram discutidas e analisadas. A partir da análise dos elementos sintáticos e da prática social do gênero cartaz nos programas da *Frente Pró Estado do Carajás* é possível destacar que a linguagem midiática utilizada para enviar apelos a Belém é construída sob uma relação assimétrica de poder, em que o enunciador mais assume o papel de dominado do que daquele que reelabora práticas para a resistência ou mudança social. Isso pode ser constatado nas categorias de análise, pois apenas na última ele *questiona as instâncias do poder institucional, criticando o Estado*, apenas



solicitando mais educação, sem exercer um papel mais ativo ou revolucionário com seu discurso no programa.

7. REFERÊNCIAS

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37ª ed. rev. E ampl. 14ª reimp. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BONINI, Adair. Análise crítica de gêneros discursivos no contexto das práticas jornalísticas. In: SEIXAS, Lia; PINHEIRO, Najara Ferrari. *Gêneros: um diálogo entre comunicação e linguística*. Florianópolis: Insular, 2013.

BRASIL. Congresso. Senado. *Decreto Legislativo n. 136, de 2011*. Brasília, DF, 26 maio 2011a. Disponível em: < <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=538263&id=14368456&idBinario=15839519&mime=application/rtf>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Congresso. Senado. *Decreto Legislativo n. 137, de 2011*. Brasília, DF, 02 jun. 2011b. Disponível em: < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2011/decretolegislativo-137-2-junho-2011-610722publicacaooriginal-132714-pl.html>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Congresso. Senado. *Projeto de Decreto Legislativo n.19, de 1999*. Brasília, DF, 1999. Disponível em: < <http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:senado.federal:projeto.decreto.legislativo;pds:1999-03-02;19>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

_____. Congresso. Senado. *Projeto de Decreto Legislativo n. 159-B, de 1992*. Brasília, DF, 1992.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity: rethinking critical discourse analysis*. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.

COSTA, Célio. *Assimetrias regionais no Brasil: Fundamentos para criação do estado de Carajás*. Ribeirão Preto: Instituto de Pesquisa, Ciência e Tecnologia, 2011.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.

FERNANDES, Alessandra Coutinho. *Análise de discurso crítica: para leitura de textos da contemporaneidade*. Curitiba: Intersaberes, 2014.

GIDDENS, Anthony. *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2014.

ROSE, Diana. Análise de imagens em movimento. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George (Ed.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. 7ª Edição. Petrópolis: Vozes, 2008.

SILVA JÚNIOR, Carlos Borges. *Relações de Dominação em programas eleitorais do plebiscito de divisão do estado do Pará*. 2017. 431 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

SOARES, Vanessa Arlésia de Souza Ferretti. *A série televisiva O Sagrado e a prática de publicidade institucional indireta da rede globo: uma análise crítica de gênero*. 2013. 280 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Santa Catarina,



Florianópolis, 2013. Disponível em: < <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/123003/325522.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 29 abr. 2015.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). *Plebiscitos 2011*. 12 dez. 2011. Disponível em: < <http://www.tre-pa.jus.br/eleicoes/eleicoes-anteriores/plebiscito-2011/plebiscitos-no-estado-do-para>>. Acesso em: 20 set. 15.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Plebiscitos e referendos*. 19 mar. 2015. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/plebiscitos-e-referendos/plebiscito-e-referendo>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

_____. *Resolução nº 23.342*. Disponível em: <<http://www.justica-eleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-23342-instrucao-116326>>. Acesso em: 01 nov. 2015.

_____. *Resolução nº 23.343*. Disponível em: <http://www.justica-eleitoral.jus.br/arquivos/resolucao-23343_instrucao_116326>. Acesso em: 01 nov. 2015.

_____. *Resolução nº 23.354*. Propaganda Plebiscitária e as condutas ilícitas nos plebiscitos no estado do Pará. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/arquivos/tse-propaganda-plebiscitaria-e-as-condutas-ilicitas-nos-plebiscitos-no-estado-do-para-res-23.354/view>>. Acesso em: 02 nov. 2015.

_____. *Resolução nº 23.385*, de 16 de agosto de 2012. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/legislacao/codigo-eleitoral/normas-editadas-pelo-tse/resolucao-no-23-385-de-16-de-agosto-de-2012>>. Acesso em: 01 jan. 2017.

VAN DIJK, Teun A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2015.

**GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****NOVA FASE PARA O AMAZONAS: A IMPLANTAÇÃO DA ZONA FRANCA DE MANAUS NAS NOTÍCIAS DO JORNAL DO COMMERCIO**

Vanessa da Costa Sena (UFSM/IFAM)¹
senna.vanessa@gmail.com
Ada Cristina Machado Silveira (UFSM)²
adac.machadosilveira@gmail.com

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre a noticiabilidade do Jornal do Commercio, no primeiro mês após a publicação do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que reformulou a Zona Franca de Manaus. O decreto estabeleceu incentivos fiscais para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Busca-se verificar como o periódico noticiou mais uma fase histórica da modernidade em Manaus, momento em que as indústrias foram instaladas. Constata-se numa primeira abordagem que este jornal nas edições referidas, buscou apenas fontes oficiais que reforçavam o discurso da modernidade. Nota-se a ausência do ponto de vista de indivíduos que foram seduzidos e acreditaram nas promessas de progresso igual para todos.

Palavras-chave: Modernidade, Descolonial, Imprensa, Jornal do Commercio, Zona Franca de Manaus.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer de seu desenvolvimento, Manaus (AM) viveu diversas transformações que resultaram em mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais, particularmente no final do século XIX e início do século XX, fases ápice e de declínio do ciclo da borracha, quando a paisagem urbana e os hábitos da população foram influenciados por costumes de cidades europeias e, principalmente pelo capitalismo. Com a queda na produção de látex, em virtude do contrabando de mudas de seringueiras para Malásia, a extração declinou e a economia despencou. Manaus viveu retornou ao cenário nacional com a chegada do modelo atual de Zona Franca de Manaus (ZFM), na década de 60 do século XX, do qual foi possível se reerguer novamente como um importante polo da região Norte.

¹ Discente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (Poscom/UFSM), Brasil. Jornalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM), Brasil.

² Docente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (Poscom/UFSM), Brasil. Líder do grupo de pesquisa Comunicação, Identidades e Fronteiras – CNPq.



A ZFM foi criada com o objetivo de viabilizar uma base econômica na Amazônia Ocidental, promover a melhor integração produtiva e social dessa região ao país, garantindo a soberania nacional sobre suas fronteiras (SUFRAMA, 2017). Foi também no século XX que a imprensa manauara experimentou transformações principalmente em relação à consolidação do jornal enquanto estrutura empresarial com elevadas tiragens e custo de produção (PINHEIRO, 2001), período em que houve também o surgimento do rádio, TV e internet.

Diante da função social que o jornalismo exerce e sua contribuição enquanto agente histórico, este trabalho tem como objetivo propor uma reflexão sobre a noticiabilidade do Jornal do Comercio (JC), nas notícias veiculadas após a publicação do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que reformulou a Zona Franca de Manaus e estabeleceu incentivos fiscais para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Criado em 02 de janeiro de 1904, o JC é o periódico mais antigo e ainda em circulação em Manaus, e continua acompanhando as ações e estratégias deste modelo de desenvolvimento socioeconômico ainda praticado na região Amazônica. Busca-se verificar como o periódico noticiou mais uma fase histórica da modernidade em Manaus, momento em que as indústrias “[...] tudo trouxeram de fora, da tecnologia ao capitalismo majoritário, e que do Amazonas somente aproveitaram a mão de obra barata e os privilégios institucionais [...]” (SOUZA, 2009).

Nessa perspectiva, pretende-se também observar de que forma o Jornal do Comercio atuou como um dos agentes no reforço do discurso da modernidade, salientando que essa ideia era voltada para a ordem e ao progresso. Como base da modernidade, encontra-se a globalização, resultado de um processo que teve início com a criação e colonização da América e também do capitalismo centrado na Europa como um novo padrão de poder mundial (QUIJANO, 2005).

Para a contextualização deste trabalho, recorre-se a Mignolo (2011) e Quijano (2005) para abordar os pressupostos da modernidade e colonialidade, além das ideias da descolonialidade que se mostra necessária para romper a colonialidade. Uma vez que a modernidade fragmenta o mundo e diferencia os indivíduos, impondo uma nova maneira de estar no mundo. Em relação à Zona Franca de Manaus como parte da história da cidade, tem como base Souza (2009). Sobre noticiabilidade, utiliza-se Wolf (2009), quem define o termo “[...] como o conjunto de elementos por meio dos quais o aparato informativo controla e administra a quantidade e o tipo de acontecimentos que servirão de base para a seleção das notícias [...]” (WOLF, 2009, p. 202).

Os autores aqui mencionados sustentam as observações feitas nas capas de duas edições do Jornal do Comercio que circularam em março de 1967, mês seguinte à



publicação do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. Trata-se de um estudo de doutoramento que se encontra em fase inicial e ainda haverá desdobramentos que serão abordados posteriormente em outros trabalhos sobre o jornalismo e modernização na Amazônia brasileira.

2. COLONIALIDADE DO PODER COMO ESTRATÉGIA DA MODERNIDADE

A experiência do colonialismo resultou na destruição e espoliação dos africanos, asiáticos e latino-americanos, entretanto, o que se tem reproduzido constantemente pelas ciências sociais e pela filosofia, é o imaginário colonial, o qual apenas apresenta o inevitável caminho em direção ao desenvolvimento e à modernização desses povos. Esse imaginário não considera o impacto da experiência colonial na formação das relações propriamente modernas de poder. Como consequência, a modernidade aparece como um fenômeno somente europeu e não planetário, com as mais variadas posições de poder (QUIJANO, 2005).

Como base da modernidade europeia, encontram-se a constituição do estado-nação e a produção capitalista, tendo como consequência a globalização. Dessa maneira, a globalização é o resultado de um processo que teve início com a criação e colonização da América e também do capitalismo centrado na Europa como um novo padrão de poder mundial. Quijano (2005) aponta que um dos princípios desse padrão de poder é a classificação da população de acordo com a ideia de raça, visto por ele como “[...] uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e que desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo [...]” (QUIJANO, 2005, p. 107).

Quijano (2005) esclarece que a ideia de raça, no sentido moderno, não possui registro antes da América, e que talvez tenha surgido devido às diferenças fenotípicas entre colonizadores e colonizados. Para Quijano (2005), a ideia de raça na América foi uma maneira de legitimar as relações de dominação impostas pela colonização, pois:

[...] Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. Desde então demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, pois dele passou a depender outro igualmente universal, no entanto mais antigo, o intersexual ou de gênero: os povos conquistados e dominados foram postos numa situação natural de inferioridade, e conseqüentemente também seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais [...] (QUIJANO, 2005, p. 107)



Perante esse cenário de formação das relações sociais tendo como base a raça, produziram-se novas identidades sociais: índio, branco e mestiço e redefiniu outras, estabelecendo uma conotação racial. Depois de estabelecidas, essas novas identidades foram associadas a hierarquia, lugares e papéis sociais que fortaleceram o padrão de dominação que se impunha. “Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população (QUIJANO, 2005, p. 107).

Em relação aos indígenas principalmente que, segundo Quijano (2005), eram sociologicamente invisíveis, aos poucos estão se mobilizando para defender seus ambientes que arriscam perder face ao capital global. Então, o capitalismo se configura e continua atuando como um fenômeno apenas europeu, com diferentes níveis de poder, tratando este como um eixo que organiza a diferença colonial.

Nesse sentido, há a necessidade de assumir a responsabilidade da colonialidade, considerada por Mignolo (2011) como um projeto ocidental que ao mesmo tempo que apresenta a ideia de desenvolvimento, também traz consigo a indiferença, insegurança, crimes e violência. Em face das desigualdades, a descolonização mostra-se necessária para romper a colonialidade. Uma vez que a modernidade fragmenta o mundo e diferencia os indivíduos, impondo uma nova maneira de estar no mundo, enquanto que o pensamento descolonial procura estabelecer o pluriversal, promovendo um espaço e tempo onde seja possível pensar e agir diferente do contexto imperial.

3. EM BUSCA DA MUDANÇA DESCOLONIAL

Pensar a partir das línguas e das categorias de ideias que não estão inseridas nos fundamentos dos ideais ocidentais, é um dos objetivos do pensamento descolonial, fundamentado nas línguas e costumes dos indígenas e dos povos afro-caribenhos escravizados, e que surge como contraponto à modernidade/colonialidade. Pensar desta maneira é um meio para chegar à pluriversalidade, o que implica ir contra a ocidentalização das sociedades e das culturas não-europeias estabelecidas pela teoria da modernização.

Mignolo (2011) revela que a mudança epistêmica descolonial é uma consequência da formação e fundação da matriz colonial do poder, ponto que Quijano (apud MIGNOLO, 2011) foi pioneiro e quem considera ser necessário afastar-se de todas as relações entre racionalidade/modernidade e colonialidade, assim como de todo poder que não é constituído por decisões livres feitas por pessoas livres, e assim chegar à única alternativa para pôr fim à colonialidade do poder mundial.



The decolonial turn is the opening and the freedom from the thinking and the forms of living (economies-other, political theories-other), the cleansing of the coloniality of being and of knowledge; the de-linking from the spell of the rhetoric of modernity, from its imperial imaginary articulated in the rhetoric of democracy (MIGNOLO, 2011, p. 05)

Logo, a mudança epistêmica descolonial surge como consequência da formação e implementação de estruturas de dominação, por isso sua genealogia encontra-se na colônia ou no período colonial, e o pensamento descolonial tem como objetivo a descoloniada do poder. Para Mignolo (2011), a opção descolonial denuncia a identidade ocultada sob a pretensão de teorias democráticas universais que constroem identidades racializadas instituídas pela hegemonia do ocidente, e colocam os sujeitos na contínua razão imperial, na política imperial de identidades. Na modernidade, uma das ações dessa razão imperial foi se afirmar como uma identidade superior ao definir determinadas nações como inferiores em relação à raça, nacionalidade, religião e gênero, e posicioná-las numa esfera normativa fora do real estabelecido pelo Europa.

De acordo com Mignolo (2011), o descolonial está presente nas mentes e corpos dos indígenas e afrodescendentes que vivem nas américas do Sul e Central e no Caribe. Nos países localizados nessas regiões destaca-se, conforme Quijano (2005), que 90% da população na época da independência em princípio do século XIX, era formada por negros, índios e mestiços, salienta ainda que a tais raças foi negada a participação das decisões sobre a organização social e política. “No caso do Brasil, os negros não eram nada além de escravos e a maioria dos índios constituía-se de povos da Amazônia, sendo desta maneira estrangeiros para o novo Estado” (QUIJANO, 2005, p. 122).

Apesar da negação e ocultação da identidade dos povos das américas, há de ressaltar que línguas, religiões e formas de pensar estão sendo reescritas em contraposição às categorias de pensamento do ocidente. Mignolo (2011) frisa que essa confrontação de ideias faz parte do pensamento descolonial, sendo uma saída para evitar o fundamentalismo ocidental quanto o não-ocidental.

Ainda há uma dificuldade em superar a colonialidade diante de uma perspectiva moderna ocidental, e os argumentos descoloniais insistem na falta da imparcialidade dos pressupostos da modernidade. Por esses motivos apresentados até aqui, o pensamento descolonial faz-se necessário na Amazônia, pois imagina o mundo no qual muitos mundos podem coexistir, independente de questões étnicas, principalmente. Em especial, na capital do Amazonas, onde está situada a Zona Franca de Manaus. Quando criado, o modelo econômico foi visto com entusiasmo por diversos setores, como comerciais e industriais da cidade, pois entendiam que a ZFM contribuiria para o desenvolvimento da região.



4. NOVA FASE PARA O AMAZONAS

Por meio da Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, a Zona Franca de Manaus foi criada como Porto Livre, tendo dentre suas finalidades o armazenamento, conservação, beneficiamento e retirada de produtos e mercadorias de qualquer natureza oriundas “[...] do estrangeiro e destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas” (BRASIL, 1957, p. 01).

Após dez anos de criação, o Governo Federal publicou o Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, ampliando a legislação anterior e tornando a ZFM “[...] uma área de livre comércio de importação e exportação e de incentivos fiscais especiais, estabelecida com a finalidade de criar no interior da Amazônia um centro industrial, comercial e agropecuário [...]” (BRASIL, 1967, p. 01). A nova resolução tinha como propósito criar condições econômicas para permitir o desenvolvimento da Zona Franca de Manaus, considerando os fatores locais e distância dos centros consumidores de seus produtos. Ainda no mesmo documento, para administrar suas instalações e serviços, é criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Assim, a instituição da Zona Franca de Manaus como um modelo de desenvolvimento, pode ser reconhecida como um acontecimento histórico e também jornalístico. Este último esteve presente nos veículos de comunicação que existiam em Manaus, naquela época. O Jornal do Comercio foi um dos periódicos que noticiou a nova fase para a região e apresentou o assunto como manchete, conforme consta na capa da edição de 1º de março de 1967 (Figura 1).



Figura 1: Capa do Jornal do Comercio – Edição de 1º de março de 1967
Fonte: <http://digital.maven.com.br/pub/acervo/?numero=22909>

Com o título ‘Nova Fase Para o Amazonas: Manaus dentro da Zona Franca’, o Jornal do Comercio trouxe no texto da capa, na íntegra, os seis primeiros artigos do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, e quatro personalidades para abordar sobre o fato “que, efetivamente, representa o surgimento de uma nova fase para o progresso amazonense”.

O ex-governador Danilo Areosa, Jorge Furtado, da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Jorge Baird, da Secretaria da Fazenda, e o deputado federal Raimundo Parente foram os entrevistados e ambos viam no decreto um ato de preocupação do Governo Federal com a situação do Amazonas e que o mesmo beneficiaria todos no caminho para o desenvolvimento e progresso do Estado.

Quase duas semanas depois da publicação do decreto, no mesmo periódico, é noticiada a ida de famílias holandesas para Zona Franca de Manaus, onde deveriam construir granjas leiteiras e pomares, após solicitarem permissão ao embaixador do Brasil e terem o pedido concedido. O fato foi uma das notícias de capa da edição do dia 12 de março de 1967 (Figura 2), com o título ‘Seiscentas famílias holandesas vêm para a Zona Franca’.



Figura 2: Capa do Jornal do Comercio – Edição de 12 de março de 1967
Fonte: <http://digital.maven.com.br/pub/acervo/?numero=22890>

Tal interesse dos estrangeiros por Manaus mostrava êxito da ZFM. No texto, houve apenas uma fonte, o ex-superintendente da Zona Franca de Manaus José Roberto Cavalcante. Na fala dele, a ida dos holandeses significava a grande repercussão que o órgão estava tendo no exterior, pois se tratava de uma área de comércio liberado e de incentivo à indústria e agropecuária.

Após a descrição do conteúdo presente nas duas capas das edições do Jornal do Comercio referente à reformulação da Zona Franca de Manaus, é notável a relevância que a ZFM exerceu nos seus primeiros anos, por ser vista como o início de uma fase histórica que tinha como objetivo a implantação da modernização na região Amazônica. Nos seus primeiros anos, teve a predominância da atividade comercial, grande fluxo turístico doméstico devido à venda de produtos cuja importação estava proibida no restante do país, expansão do setor terciário e início da atividade industrial (SUFRAMA, 2017).

Entretanto, como consequência da modernidade, há a fragmentação da sociedade. Nesse contexto, percebe-se que mesmo com o propósito do progresso por meio da ZFM, houve divergências em que nem todos os indivíduos conseguiram usufruir das vantagens que a modernidade proporcionava. E qual seria motivo para essa diferenciação? Se, de acordo com Quijano (2005),

[...] o conceito de modernidade refere-se única ou fundamentalmente às idéias de novidade, do avançado, do racional-científico, laico, secular, que são as idéias e experiências normalmente associadas a esse conceito, não cabe dúvida de que é necessário admitir que é um fenômeno possível em



todas as culturas e em todas as épocas históricas [...] (QUIJANO, 2005, p. 112)

Um dos pontos de divergências se refere à oferta de empregos que seriam gerados com a instalação de diversas indústrias, porém a promessa não se cumpriu e ocasionou uma explosão demográfica em Manaus, atraindo uma população de imigrantes que não cessou de chegar à capital do Amazonas (SOUZA, 2009).

Souza (2009) relata que as transformações sociais e culturais da ZFM foram bastante diferentes daquelas que ocorreram durante o ciclo da borracha, quando Manaus se consolidou como centro urbano, desenvolveu os primeiros sistemas de serviços públicos (eletricidade, água e esgoto), teve um crescimento planejado e abriu-se para as influências culturais cosmopolitas. “É claro que todas aquelas vantagens eram direcionadas aos ricos, àqueles que lucravam com comércio do látex. No entanto, o desenvolvimento de Manaus durante o ciclo acompanhou o crescimento populacional, sem degradação dos serviços” (SOUZA, 2009, p. 338). Com a Zona Franca, ocorreu o oposto e houve um crescimento desordenado da capital.

As indústrias foram instaladas na área chamada de Distrito Industrial, com terrenos a preços irrisórios e urbanizados, como nenhuma moradia para pessoa de baixa renda recebeu. “E, assim, entrou em atividade um parque industrial de ‘beneficiamento’ produzindo em toda sua capacidade e operando numa área onde as facilidades eram, na verdade, uma conjuntura favorável” (SOUZA, 2009, p. 337).

Frente às desigualdades geradas com o início das atividades da ZFM, nota-se as consequências da modernidade e a necessidade da busca pelo pluriversal proposta por Mignolo (2011), justificativa para a mudança descolonial que procura romper a colonialidade pertencente ao processo de modernização, onde todos participam, mas com diferentes posições de poder a partir do capitalismo considerado como um novo padrão de poder mundial.

Em face do exposto, Souza (2009) acredita ser impossível pensar culturalmente a cidade de Manaus no futuro, depois que o processo de Zona Franca passar. Para ele, a capital

[...] tende a se transformar num polo tecnológico, num centro de biodiversidade de alta tecnologia. Para que isto ocorra, a capital do Amazonas deve superar a tentação populista, oferecer uma rápida integração das massas de migrantes pelos processos educacionais e culturais, acumulando ao lado do capital financeiro um capital intelectual com massa suficiente para fazer de sua população mais do que reserva de mão de obra e energia humana escravizada à expansão global do capitalismo (SOUZA, 2009, p. 340)



Sendo assim, pode-se inferir que as duas edições do Jornal do Commercio aqui apresentadas tiveram um papel fundamental na divulgação dos ideais da modernidade e contribuíram até mesmo para moldar a identidade da sociedade da época que recebeu influências de cidades nacionais e internacionais.

Constata-se que, nas duas edições, houve a ausência de representantes da classe dos trabalhadores ou até mesmo o ponto de vista de indivíduos que foram seduzidos e acreditaram nas promessas de progresso igual para todos que eram propagadas junto ao nome da ZFM. Buscou-se apenas a fala de fontes oficiais, que reforçavam o discurso de prosperidade para todos e com grandes vantagens para o desenvolvimento da região.

Tais constatações possuem relação com a definição de Wof (2009) sobre noticiabilidade, a qual é entendida a partir de requisitos complexos “[...] do ponto de vista da estrutura do trabalho nos aparatos informativos e do ponto de vista do profissionalismo dos jornalistas -, para adquirir a existência pública de notícia [...]” (WOLF, 2009, p. 195). Portanto, o que não atende a esses requisitos é suprimido, por não se mostrar adequado ao cotidiano de produção e aos cânones da cultura profissional” (WOLF, 2009, p.196).

Dessa forma, os jornais tornaram-se, como propõe Caliri (2013), reguladores da vida dos moradores da capital do Amazonas, incentivando a ideia da modernidade proposta pela sociedade capitalista industrial da época. O trabalho de Caliri (2013) retrata os periódicos do início do século XX, mas pode ser aplicado também a este artigo que aborda a imprensa amazonense, com foco no Jornal do Commercio, na segunda metade do mesmo século.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como proposto inicialmente e por trata-se de um estudo de doutoramento que se encontra em fase inicial e ainda haverá desdobramentos que serão abordados posteriormente em outros trabalhos, este artigo buscou uma reflexão sobre a noticiabilidade do Jornal do Commercio, em notícias veiculadas em março de 1967, mês seguinte à publicação do Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que reformulou a Zona Franca de Manaus, e identificou o uso apenas de fontes oficiais para declarações que remetiam a uma nova fase da cidade que traria beneficiamento para toda a população, excluindo as próprias consequências da modernidade.

Em Manaus-AM, de maneira histórica, observa-se as mudanças no cenário local presentes até hoje como consequência da modernização, principalmente, ao longo do ciclo da borracha, quando se constituiu um espaço moderno tendo como modelo a cidade de Paris. Após viver uma crise econômica com o fim da exploração do látex, décadas mais tarde, em 1957, durante a gestão do ex-presidente do Brasil Juscelino Kubitschek, foi criada a Zona Franca de Manaus, com a finalidade de impulsionar o crescimento econômico da



Amazônia Ocidental. Tal modelo de desenvolvimento socioeconômico ainda é praticado na região Amazônica no século XXI.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei Nº 3.173, de 06 de junho de 1957. **Cria uma zona franca na cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, e dá outras providências.** Rio de Janeiro, RJ, 1957. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3173.htm. Acesso em 11 de julho de 2017.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 288, de 28 de fevereiro de 1967. **Altera as disposições da Lei número 3.173 de 6 de junho de 1957 e regula a Zona Franca de Manaus.** Brasília, DF, 1967. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0288.htm. Acesso em 11 de julho de 2017.

CALIRI, Jordana. **Os sonhos da cidade:** a modernidade e os jornais amazonenses no início do século XX. Escritas vol. 5 n.1 (2013). ISSN 2238-7188, pp. 3-13.

MIGNOLO, Walter D. Epistemic disobedience and the decolonial option: a manifesto. In: **Transmodernity**, 2011.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **Folhas do Norte:** letramento e periodismo no Amazonas (1880- 1920). Tese de Doutorado em História. São Paulo: PUC, 2001.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber:** eurocentrismo e ciências sociais perspectivas latino-americanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro 2005.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia.** Manaus: Editora Valer, 2009.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Modelo Zona Franca - O que é o Projeto ZFM?** Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_o_que_e_o_projeto_zfm.cfm. Acesso em 11 de julho de 2017.

SUFRAMA – Superintendência da Zona Franca de Manaus. **Modelo Zona Franca – História.** Disponível em: http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm. Acesso em 11 de julho de 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação de massa.** São Paulo: Martins Fontes: 2009.

**GT 06 – Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa.****CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA E SUBALTERNIZAÇÃO: O SISTEMA PENAL A PARTIR DA COLONIALIDADE DO PODER**André Martins Pereira (UFPA)¹
andremartinsp@gmail.com**RESUMO**

O trabalho aborda a relação entre mídia, sistema penal e colonialidade do poder. O problema que orienta a análise é: Qual o papel da mídia hegemônica nos processos de criminalização e continuidade da subalternização? O objetivo é analisar de que forma e com quais estratégias a mídia hegemônica constrói a representação da “criminalidade” ou do “criminoso” e como essa imagem pode servir para conformar o exercício do poder penal como um instrumento de subalternização. Como objetivos específicos podem ser citados a compreensão da colonialidade do poder, bem como a compreensão dos processos de criminalização e o que se denomina de criminologia midiática. Justifica-se o estudo na medida em que pouco se explora a colonialidade do poder interseccionada com processos de criminalização ignorando permanências coloniais no exercício do poder punitivo. A revisão bibliográfica parte do pensamento decolonial de Anibal Quijano, essencial para compreensão da colonialidade do poder como padrão de poder mundial. Perpassa pela criminologia crítica em autores como Eugenio Raúl Zaffaroni, Nilo Batista e Lola Anyiar de Castro como forma compreender os processos de criminalização e a criminologia midiática.

Palavras-chave: Mídia; Colonialidade do Poder; Criminologia; Criminologia Midiática

1. INTRODUÇÃO

O processo de colonização originado na Europa produziu a expansão de poder, forjando um falso universalismo com imposição ao resto do mundo de ideias e valores locais como forma de reafirmar a superioridade dos países dominantes. Tal relação de imposição não se dá apenas no campo das relações geopolíticas, mas alcança todas as formas de viver e relacionar-se em sociedade. Essencial para esse processo de dominação são os saberes que estão a fundamentar o exercício do poder.

A partir do paradigma europeu colonizador, erigiu-se uma percepção de ciência e passou a ser entendido como tal apenas aquele saber que fosse produzido dentro da academia e que atendesse à algumas exigências como objetividade, neutralidade, separação entre sujeito pesquisador e objeto pesquisado, dentro outros. Esse saber marcado com essas características é que irá ser imposto como parâmetro de cientificidade, produzindo o apagamento e o assujeitamento dos outros saberes locais e tradicionais não correspondentes ao paradigma científico criado como universal.

¹ Especialista em Direito Penal e Criminologia pelo Instituto de Criminologia e Política Criminal, mestrando em Direitos Humanos pela UFPA, membro do Grupo Cabano de Criminologia, Defensor Público no Estado do Pará.



A criminologia enquanto saber, historicamente recebe o influxo desse paradigma de cientificidade, sendo produto desse saber hegemônico imposto como científico. Assim é que se difundiu uma teoria criminológica marcada por influxos teóricos advindos de áreas centrais do planeta, inicialmente Europa e depois Estados Unidos da América. É essa mesma criminologia teórica proveniente de países que dominaram o planeta que é difundida e ensinada nas academias dos países não dominantes na ordem mundial, a despeito da disparidade de realidades. Não significa que a criminologia central seja inútil ou de todo inadequada e, embora a evolução do pensamento criminológico revele grandes avanços na compreensão da questão criminal, não pode ser negado que a importação desse saber dominante marcado pelas peculiaridades dos países centrais e imposto de forma irrefletida na realidade periférica pode causar sérios danos; desde a explicação equivocada dos fenômenos em nossa realidade até a legitimação da expansão do poder punitivo.

Nesse sentido é preciso que se façam esforços na direção de uma criminologia apropriada para nossa realidade e que seja capaz de explicar de forma apropriada nossos problemas a partir de nossas peculiaridades. Esse saber apropriado à nossa margem não se produz a partir do nada. Uma possibilidade é que ele seja pensado a partir do próprio saber dominante para que dele se desprenda. A ruptura para com a dominação científica pode ser produzida no diálogo com o próprio saber dominante e uma estratégia para buscar essa ruptura é considerar a colonialidade do poder interseccionada com o exercício do poder punitivo para compreender o que pode ser revelado a partir de tal inclusão.

É com essa percepção que se pretende pensar o sistema penal a partir da colonialidade do poder e qual o papel da mídia hegemônica em tal relação. Para tanto, problematizou-se da seguinte forma: Qual o papel da mídia hegemônica nos processos de criminalização e continuidade da subalternização? O objetivo é analisar de que forma e com quais estratégias a mídia hegemônica constrói a representação da “criminalidade” ou do “criminoso” e como essa imagem pode servir para conformar o sistema penal como um instrumento de subalternização. Especificamente pretende-se compreender a colonialidade do poder, bem como a compreensão dos processos de criminalização e do que se denomina de criminologia midiática.

O referencial teórico utilizado parte de pensamento decolonial de Anibal Quijano, essencial para compreensão da colonialidade do poder. Perpassa pela criminologia crítica em autores como Eugenio Raúl Zaffaroni, Nilo Batista e Lola Anyiar de Castro, que buscam pensar a criminologia de forma mais adequada para a realidade periférica e que são essenciais para compreender os processos de criminalização e a criminologia midiática.



2. A COLONIALIDADE DO PODER COMO PADRÃO DE PODER MUNDIAL

A América pode ser compreendida como o primeiro espaço/tempo de um padrão de poder de vocação mundial e, por isso, como a origem da modernidade como resultado da associação e convergência de dois processos históricos que se estabeleceram como os dois eixos fundamentais do novo padrão de poder, quais sejam a codificação a partir da ideia de raça e a fundação de uma divisão racial do trabalho. (QUIJANO, 2005, p. 117 e 118)

A codificação das diferenças entre conquistadores e conquistados na ideia de raça, impõe o sentido de uma supostamente distinta estrutura biológica que situava a uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Tal ideia de raça em seu sentido moderno não tem história conhecida antes da América, sendo assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo e fundacional das relações de dominação que a conquista exigia. Assim, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumento da classificação social básica da população, outorgando legitimidade às relações de dominação que foram impostas no processo de conquista. (QUIJANO, 2005, p. 117 e 118)

A codificação por meio da raça demonstrou ser o mais eficaz e durável instrumento de dominação social universal, na medida em que deste instrumento passou a depender outro instrumento de dominação igualmente universal, no entanto mais antigo, qual seja, o intersexual ou de gênero. É a partir dessa codificação racial que os povos conquistados e dominados foram postos numa situação integral e natural de inferioridade, incluindo não apenas seus traços fenotípicos, mas também e sobretudo suas descobertas mentais e culturais. A raça, assim converteu-se em critério fundamental e, modo básico e universal para hierarquização da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. (QUIJANO, 2005, p. 117 e 118). É a partir da raça, portanto, enquanto categoria mental da modernidade que se possibilita a classificação da população da América e por extensão de qualquer grupo subalternizado (ou que se deseja subalternizar) no mundo inteiro, a partir desse novo padrão de poder.

Por outro lado, associado e reforçando-se mutuamente com a classificação e hierarquização por meio da raça, ocorre também como estratégia, a articulação de todas as formas históricas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos, em torno do capital e do mercado mundial, o que funda uma sistemática divisão racial do trabalho. Aos índios foi reservada a estrutura de servidão, sendo-lhes permitido o intercâmbio de sua força de trabalho no exercício do trabalho sem mercado como forma de reproduzir sua força de trabalho essencialmente como servos. Excepcionalmente e em alguns casos, a nobreza



indígena recebeu tratamento especial, sendo eximida da servidão e sendo permitida em participar de alguns trabalhos que eram reservados aos espanhóis que não fossem da nobreza. Já os negros foram reduzidos à escravidão. Os espanhóis e os portugueses constituíam a raça dominante e, portanto, podiam receber salários, exercer comércio, artesanato ou agricultura independentes, constituindo-se como produtores independentes de mercadorias. No entanto, os médios e altos postos da administração colonial, civil ou militar eram reservados para a nobreza europeia. Essa distribuição racista do trabalho engendrada no interior do capitalismo na modernidade se manteve por todo o período colonial e reverberou pelo mundo com a expansão mundial de dominação colonial da raça dominante, inicialmente os brancos posteriormente entendidos como europeus, proporcionando a imposição do mesmo critério de classificação social associada ao trabalho em escala global. Isso provocou a produção de novas identidades históricas e sociais como os “amarelos” e os “azeitonados”. Essa distribuição e hierarquização racista do trabalho provocou uma quase exclusiva associação da branquitude social com o salário e com os postos de mando da administração colonial. (QUIJANO, 2005, p. 118 e 119)

Esses dois processos, fizeram com que cada forma de trabalho estivesse articulada com uma raça particular, o que permitiu que o controle de uma forma específica de trabalho representasse o controle de um grupo de pessoas dominadas. A articulação entre raça e trabalho como se fosse natural, representa uma nova tecnologia de dominação/exploração que se mantém bem-sucedida até o momento. (QUIJANO, 2005, p. 119)

Nesse sentido a colonialidade do poder, pode ser entendida como chave para compreensão da América Latina e dos processos de subalternização que marcam a vida na região. Diferentemente do colonialismo que implica uma forma de dominação político administrativa, econômica e social marcada no tempo e no espaço; a colonialidade pode ser vista como algo que não tem a mesma temporalidade e nem a mesma localidade, sendo um processo ou uma forma mais extensa e profunda, referindo-se à um padrão de poder global. Uma noção que inclui o colonialismo, mas o excede e se refere a uma forma de pensar que se direciona às relações entre os sujeitos e que segue se perpetuando como um colonialismo moderno, segundo o qual não há qualquer relação com a história e a racionalidade dos povos não ocidentais.

É essa colonialidade do poder que se encontra na origem da modernidade com o contato Europa/América e que se constitui em elemento chave indispensável para compreensão da América Latina, vez que forja as relações sociais e molda as relações de poder de forma dissimétrica a partir da relação dominante/dominado, hegemônico/subalternizado. Esse padrão reverbera até os dias de hoje e suas



permanências podem ser vistas de diversas formas em diversos ambientes e relações, como no sistema penal e nos meios de comunicação.

3. EXERCÍCIO DO PODER PENAL, COLONIALISMO E COLONIALIDADE

A partir das noções de colonialidade do poder, é preciso pensar qual o papel do poder penal na elaboração da colonialidade enquanto padrão de poder e em que medida esse padrão de poder mundial pode ser notado no exercício do poder penal na atualidade.

O poder da Europa se amplia para outras partes do globo a partir do século XV na forma do colonialismo, continuando sua expansão, desde o século XVIII na forma de neocolonialismo até que, a partir do século XX, combinando-se com outras potências mundiais se exerce como globalização. (ZAFFARONI, 2007, p. 29)

O poder punitivo aparece como dado essencial a essa expansão de poder planetário, na medida em que para exercer a dominação foi necessário, primeiro, organizar-se de forma dominante. E para iniciar o processo de mundialização do poder, a Europa precisou inicialmente reordenar suas sociedades com base em uma forte hierarquização, retomando para tanto o exercício do poder interno punitivo como forma de promover tal hierarquização. Esse poder punitivo exercido por meio do confisco do conflito, revelou-se como o instrumento essencial à forte verticalização social necessária ao processo de colonização. Mostrou-se como indispensável para dotar as sociedades europeias de uma estrutura e uma organização colonizadoras. A expansão de poder para a América e África não teria sido possível sem essa verticalização interna a partir da qual se estabeleceu a vigilância, controle, disciplina e neutralização daqueles que eram considerados disfuncionais. Da mesma forma, é a partir da verticalização das relações sociais por meio do exercício do poder punitivo que se possibilita a imposição de formas hierarquizantes próprias nas colônias, dotando-as de uma organização e uma estrutura colonizadas. (ZAFFARONI, 2007, p. 30 a 32)

A retomada da verticalização social por meio do exercício do poder punitivo pode ser encontrada na revolução mercantil, que produz junto com os processos de colonização o saber inquisitorial; um saber que se generalizou nas práticas de poder penal e ainda pode ser tido como em curso e aperfeiçoamento, se fazendo sentir na vivência do sistema penal, em especial nas margens como a América Latina. Não diferente ocorre com a revolução industrial, período em que o poder punitivo continua ocupando centralidade na verticalização das relações de poder. Da mesma forma no novo ciclo de colonização (neocolonização) viabilizado pela revolução industrial, a mesma técnica para verticalização de relações



continua a ser usada. Na revolução tecnológica que precede a globalização e na própria globalização, é possível perceber a manutenção da mesma ferramenta de dominação.

Há assim, uma centralidade do poder punitivo na verticalização das relações até os dias de hoje, na medida em que a relação dominação/dominado, hegemônico/subalternizado é mantida com auxílio indispensável do sistema penal. Portanto, é possível pensar o poder punitivo como um dado indispensável para a relação de dominação que se expressa no processo de colonização, a partir do qual se erigiu a colonialidade enquanto padrão de poder mundial.

Até aqui se buscou compreender qual o papel do exercício do poder penal na colonialidade; agora é preciso buscar compreender qual o papel da colonialidade no exercício do poder penal na atualidade.

A colonialidade no exercício do poder penal que pode ser observada essencialmente pelo encarceramento em massa na América Latina. A noção de raça, não enquanto sinal de pertencimento a um grupo étnico em particular, mas sim como marca de uma história de dominação colonial que é mantida até os dias de hoje é essencial para a compreensão e isso porque as nações latino-americanas mantêm em seu interior a estrutura colonial e a ordem racial. Assim, a força do aparato estatal de segurança é dirigida contra aqueles que ostentam as marcas da derrota no processo fundacional de conquista da África e da América, aqueles que foram racializados pela dominação colonial. Então, o cárcere do presente representa uma continuação da subalternização e escravização do passado e é isso que permite naturalizar o sofrimento e a morte do não branco. (SEGATO, 2007, p. 144)

A partir dessa perspectiva é possível afirmar que a política criminal na atualidade e em especial na América Latina, não é apenas um governo da miséria como diria Wacquant (2001), mas sim a construção sistemática da indesejabilidade e da repugnância física e moral para aprofundar uma usurpação que impede a preservação da vida e de um domínio próprio de existência para as comunidades marcadas. A construção permanente da raça obedece a finalidade de subjugação, subalternização e exploração, sendo a ordem racial de onde emana a ordem carcerária; sendo que a ordem racial é a ordem colonial. Assim, se forma um capital racial positivo para o branco e um capital racial negativo para o não branco; o que orienta o encarceramento seletivo. (SEGATO, 2007, p. 150 e 151). Raça, modernidade, colonialidade e Europa são uma formação única na história mundial, sendo a classificação da população mundial em torno da invenção da raça o que fundamenta a colonialidade do poder enquanto padrão de poder mundial. (QUIJANO, 2005, p. 117)



Uma vez que a raça pode ser entendida como um traço, uma pegada, uma marca da história de outrificação essencial à construção da Europa como ideia epistêmica, econômica, tecnológica, jurídica e moral que fixa os valores e significados em nosso mundo; o expurgo, a exclusão e o encarceramento não se dirigem prioritariamente contra o índio ou o africano, mas contra todo aquele que tem a marca do índio e do africano, todo aquele que ostenta a marca de sua subordinação histórica e estes são os que constituem a grande massa de despossuídos (SEGATO, 2007, p. 157). Assim; é possível perceber que uma das funções do poder penal na atualidade na margem latino americana é de perpetuar a dominação colonial, mantendo a subalternização dos não brancos. É um dispositivo que serve para viabilizar o encarceramento em massa em condições desumanas ensejando o massacre de pessoas indesejadas ou tidas por inimigas naturalizando o extermínio e a neutralização de certas pessoas. Se esse objetivo ou essa função, não declarada do sistema penal, for considerado como o objetivo que efetivamente o orienta, é possível entender o mesmo como um sistema extremamente eficaz; capaz de viabilizar a perpetuação da relação de dominação própria da colonialidade.

O poder punitivo parece exercer papel central na própria condição de possibilidade da colonização, processo circunscrito, espacialmente e temporalmente, que estabelece a colonialidade enquanto padrão de poder mundial. Cessado o colonialismo enquanto processo histórico, é possível observar a colonialidade como padrão de poder a partir da associação da invenção da raça com a organização do trabalho, enquanto um fator que orienta o exercício do poder punitivo na atualidade. A colonialidade, enquanto poder exercido de forma global, impregna e orienta o exercício do poder penal para a manutenção da verticalização social, mantendo as relações de dominação e subalternização com o controle, neutralização e eliminação do “outro”, do não hegemônico, do que é compreendido como inimigo.

4. OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO COMO AGÊNCIA DO SISTEMA PENAL E A CRIMINOLOGIA MIDIÁTICA COMO ESTRATÉGIA DE SUBALTERNIZAÇÃO.

Sobre a questão criminal existem três “palavras”. A palavra da academia, a palavra dos meios de comunicação e a palavra dos mortos. A palavra da academia nos mostra a percepção da criminologia acadêmica sobre a questão criminal e embora esse saber criminológico seja quase todo central, advindo de regiões dominantes como Europa e Estados Unidos da América, por vezes é aplicado de forma irrefletida na região marginal, o que faz com que a criminologia acadêmica seja em algumas vezes funcional ao exercício do poder punitivo massacrante. (ZAFFARONI, 2012, p. 23 a 25)



As palavras dos meios de comunicação de massa, são as palavras que constroem a criminologia midiática, a qual se opõe à criminologia acadêmica e que propõe um modelo de Estado massacrante por meio do exercício do poder punitivo. No entanto, partindo da ausência de neutralidade política na criminologia; para enfrentar essa criminologia midiática e para selecionar as palavras da academia que sejam úteis para construir uma criminologia que seja orientada para evitar massacres, é preciso reconhecer a realidade da violência. Aqui é que está a palavra dos mortos, uma vez que o exercício do poder penal e a violência na realidade marginal produzem cadáveres e é preciso que se reconheça a existência desses mortos, confrontando-os com a teoria produzida pelo saber criminológico e com a criminologia difundida na mídia. (ZAFFARONI, 2012, p. 28 e 29).

A criminologia acadêmica ao alcançar um viés crítico modifica o olhar sobre o exercício do poder punitivo, permitindo compreender o crime não como um dado ontológico, mas como uma construção social. Fixa as noções de criminalização primária, criminalização secundária e seletividade penal através das quais se compreende o crime como um bem social negativo distribuído de forma desigual na sociedade; o que representa também uma ruptura com o paradigma etiológico, o qual buscava a relação de causa e efeito associando criminalidade a características físicas do autor do fato ou à pobreza, por exemplo.

A criminalização, essencial ao exercício do poder punitivo, pode ser entendida como o processo pelo qual o poder estabelecido seleciona um reduzido número de pessoas para que sejam submetidas à coerção penal, sendo que tal seleção não ocorre de forma aleatória, mas sim como resultado de ação do conjunto de agências que formam o sistema penal. O processo de criminalização ocorre em duas etapas denominadas de criminalização primária e secundária. Por criminalização primária se entende o ato de sancionar leis penais materiais que incriminem ou permitam a punição de certos comportamentos ou de certas pessoas. A criminalização secundária é a ação punitiva exercida efetivamente sobre pessoas concretas, operacionalizada também por todas as agências do sistema. No entanto a criminalização primária é muito vasta e nunca se desejou executá-la de forma integral e, mesmo que se quisesse, tal não seria possível, vez que o próprio sistema e suas agências possuem capacidade operacional limitada. Em razão disso, toma especial relevância a noção de seletividade como o processo pelo qual são escolhidas as pessoas criminalizadas e as pessoas vitimizadas; um processo que se inicia já na criminalização primária e se conclui com a criminalização secundária. (ZAFFARONI et al., 2013, p. 43 e 44)

O sistema penal por meio de suas agências operacionaliza os processos de criminalização. E nesse sentido, entende-se por sistema penal, o conjunto de agências que operam a criminalização (primária e secundária) ou que convergem na sua produção, sendo



que as agências não funcionam de forma coordenada, mas de forma estanque orientadas cada qual de acordo com seus interesses setoriais, embora possa até existir a convergência no funcionamento, não sendo esta uma marca ou uma regra da relação entre as agências. Como regra, as agências são regidas por relações de concorrência entre si e dentro de suas próprias estruturas. (ZAFFARONI, *et al.*, 2013, p. 60 e 61)

Podem ser listadas como agências do sistema penal; as de natureza política (parlamentos, legislaturas, ministérios), as judiciais (juízes, ministério público, serventuários, advogados, defensoria pública), as policiais (policias em geral), as penitenciárias (administração penitenciária como um todo), as de comunicação social (televisão, rádio, cinema, jornais), as de reprodução ideológica (academia, institutos de pesquisa) e as internacionais (organismos especializados da ONU, OEA, fundações, dentre outras). (ZAFFARONI *et al.*, 2013, p. 60 e 61). Assim, os meios de comunicação podem ser considerados como uma das agências do sistema penal na medida em que influenciam no processo de criminalização, tanto primária, quanto secundária. Podem orientar o funcionamento das agências políticas como o parlamento na produção legislativa de normas que incriminem determinadas condutas ou intensifiquem punição para condutas já criminalizadas. Da mesma maneira, podem orientar as agências policiais ligadas diretamente à criminalização secundária com a difusão massiva de determinado tipo de conduta criminosa ou com a construção de uma imagem específica do criminoso.

É a partir da percepção da mídia hegemônica como uma das agências do sistema penal que se afirma a existência de uma criminologia midiática que diverge da criminologia acadêmica, com algumas características próprias e que acaba por criar uma realidade através da informação, subinformação e desinformação midiática com a utilização de preconceitos que se baseiam em etiologia criminal simplistas. A criminologia midiática não é uma novidade, sempre existiu; embora tenha variado de acordo com as tecnologias comunicacionais próprias de cada período. Da mesma forma, nem sempre divergiu da criminologia acadêmica, por vezes coincide com a mesma, em especial e sua fase ou viés clássico, positivista e etiológico. Na atualidade a criminologia midiática é marcada pela divergência com o saber criminológico acadêmico de viés crítico, uma vez que reproduz o discurso neopunitivista dos Estados Unidos da América que se expande pelo mundo globalizado (ZAFFARONI, 2012, p. 303 a 305), apresentando determinadas características que impactam a verticalização social essencial ao exercício do poder punitivo e do controle social. Dentre suas principais características podem ser citados o uso de estereótipos, o uso da imagem e do vocabulário de guerra, e a manipulação do medo e da sensação de insegurança.



Os estereótipos podem ser compreendidos como elementos simbólicos que facilmente são manipulados em sociedades complexas e, portanto, assumem determinadas funções, sendo amplamente explorados pela mídia hegemônica. O estereótipo criminal utilizado pelas agências policiais na criminalização secundária e construído pela agência dos meios de comunicação se compõe de caracteres que correspondem aos extratos subalternizados da sociedade (CASTRO, 2005, p. 215). Esse estereótipo passa a ser associado a delitos tidos por grosseiros, em regra, vinculados à “criminalidade” violenta urbana e é tal tipo de delito que os meios de comunicação hegemônicos expõem de forma massiva, fazendo com que a maioria das pessoas acredite que apenas esse tipo de delito ou de “criminalidade” existe, bem como acredite que a “criminalidade” existe apenas nos seguimentos subalternizados da sociedade, contribuindo para direcionar o desejo punitivo e o aparato repressivo estatal para pessoas que identificadas por meio do estereótipo difundido.

A criminologia midiática cria, assim, uma realidade de um mundo de pessoas decentes em oposição a uma massa de criminosos que é identificada através dos estereótipos que configuram um “eles” separados do resto da sociedade como um conjunto de pessoas diferentes e más que ameaçam os bons. No entanto, o “eles” não é composto apenas por aqueles que cometeram algum delito e que sofrem o processo de criminalização, mas ao conjunto de pessoas que podem ser identificadas pelos estereótipos e que não cometeram nenhum delito e que podem nunca o cometer no curso de suas vidas. (ZAFFARONI, 2012, p. 307). Os estereótipos usados permitem que a força do poder punitivo seja direcionada para um número maior de pessoas. Dito de outra forma; os estereótipos vulneram e expõe ao poder punitivo um número de pessoas maior, contra as quais sequer se deveria direcionar tal força estatal.

O “eles” fabricado é poroso, uma vez que os preconceitos utilizados nos estereótipos que produzem a diferença são diversos e variam de acordo com o tempo e conjuntura social e política. Assim, pode-se identificar recortes de raça (negros ou índios), de classe social (jovens pobres de áreas periféricas dos centros urbanos) ou mesmo políticos (subversivos ou burgueses) na construção dessa diferença que orienta o exercício do poder punitivo, sendo que tais recortes podem ser identificados de forma isolada ou mesmo combinada. Quanto mais poroso o estereótipo, maior a arbitrariedade no direcionamento do poder punitivo contra o grande número de pessoas alcançadas pela diferença fabricada. (ZAFFARONI, 2012, p. 309)

Assim, essa vinculação fabricada faz com que se interpretem os estereótipos vinculados às classes subalternizadas como causas da criminalidade. Abrem-se as vias para o reforço de um discurso etiológico sobre a criminalidade. (ZAFFARONI, *et al*, 2011,



p.48 e 49), em franca oposição ao que a criminologia acadêmica de viés crítico sustenta em relação ao real funcionamento do sistema penal.

O estereótipo do delinquente passa servir para delimitar uma suposta zona do bem de uma suposta zona do mal, produzindo a noção da existência de classes criminosas e de classes não criminosas, (ou mesmo de raças criminosas e raças não criminosas) acobertando as práticas sociais danosas dos hegemônicos que não apresentam correspondência aos estereótipos. (CASTRO, 2005, p. 215).

Essa associação de estereótipos à parcela da população subalternizada, que ostenta as marcas da dominação colonial, é o mais comum de se perceber na mídia hegemônica, ou seja, associados à parcela da população subalternizada, que ostenta as marcas da dominação colonial. No entanto, recentemente no Brasil, se percebe uma exposição massiva nos meios de comunicação de casos como a “Operação Lava Jato”, que de forma explícita ou implícita constrói a percepção de combate à corrupção na figura do juiz herói que enfrenta uma massa de políticos e empresários corruptos responsáveis por males sociais. Isso gera a impressão de que o direito penal e o sistema penal funcionam de forma igualitária, atingindo também os poderosos e membros de extratos hegemônicos da sociedade. Como efeito, produz-se uma demanda por punição de pessoas envolvidas com a corrupção, bem como gera deterioração nas práticas judiciárias, em especial, no que diz respeito ao processo penal e a garantias constitucionais que passam a ser ignoradas e violadas com ampla aceitação da população e do próprio sistema de justiça.

A criminologia midiática utiliza também a imagem bélica (ZAFFARONI, 2012, p. 311) e a construção da percepção de que há uma guerra contra o crime, contra as drogas ou contra a corrupção traz consigo elementos implícitos. Se o que há é uma guerra, há de se localizar e individualizar o inimigo, o qual não pode ser um objeto, mas um sujeito. E o objetivo, como em toda guerra, é eliminar o inimigo.

Assim, por meio do uso dessa linguagem bélica é que se normalizam as mortes decorrentes da violência urbana e do exercício do poder punitivo. A violência letal decorrente do exercício do poder punitivo passa a ser vista como natural e inevitável, como um produto decorrente da violência “deles”, de todos os que correspondem aos estereótipos. (ZAFFARONI, 2012, p. 311).

A lógica de guerra produz necessidade de neutralização e de eliminação do inimigo identificado pelo estereótipo, naturalizando a camuflagem de execuções em atos de resistência e a ação de grupos de extermínio e de milícias. Também pode ser o que naturaliza as condições desumanas de encarceramento, uma vez que a submissão a tais condições de encarceramento equivale à efetiva eliminação, vez que a possibilidade de morte por violência ou por doença é uma realidade palpável. As condições desumanas dos



cárceres têm pouca visibilidade na criminológica midiática, geralmente aparecendo por ocasião de algum evento violento que tenha ocorrido dentro dos ambientes carcerários como rebeliões ou motins.

Há também o medo e a sensação de insegurança que são produzidos e manipulados pela criminologia midiática gerando o temor em relação ao que é compreendido como “eles”, o que é fabricado como diferente. O “eles” passa a ser temido e é esse temor que gera o desejo de eliminação que será operacionalizada pela criminalização. Nesse sentido a criminológica midiática constrói um conceito de segurança específico (ZAFFARONI, 2012 p. 308), associando insegurança à delitos violentos do dia a dia como roubo, homicídios e tráfico de drogas. Constrói-se, assim, uma realidade temível para que o medo incontrolável seja capaz de fazer com que as pessoas deixem de valorizar a intimidade e o espaço social de liberdade (ZAFFARONI, 2012, p. 318) e passem a desejar um aparato repressivo penal mais extenso e forte.

Medo e sensação de insegurança são dados que possuem potencial de impactar a política criminal e por isso podem ser politicamente manipulados. O funcionamento da criminologia midiática estimula e reforça fatores como risco, sensação de insegurança e medo, que são próprios da vida em sociedade no contexto atual; gera sensação de impunidade e provoca demanda por segurança e punição; sendo tal demanda direcionada ao poder punitivo que é visto, ou tem sua imagem construída, como única forma de prover segurança e justiça. Nesse sentido, Nilo Batista (2002, p. 271 a 288) afirma a existência, nos meios de comunicação, do que denominou de credo criminológico, o qual seria composto por dois dogmas. No dogma da pena, a mesma é demonstrada como mecanismo legítimo e capaz de resolver os problemas de conflitividade social. No dogma da criminalização provedora, o que se difunde é a percepção de que a criminalização de condutas é capaz de resolver os problemas sociais, por meio de impacto efetivo no comportamento das pessoas. Assim, difunde-se a necessidade de maior criminalização de condutas no plano abstrato e de maior punição em concreto.

Esse discurso promove o retorno ao paradigma etiológico, com a demonstração de uma suposta relação de causa e efeito que Eugenio Raul Zaffaroni (2012, p. 313) chama de causalidade mágica que é apresentada pelos meios de comunicação hegemônicos em decorrência da urgência de respostas frente ao evento em concreto. A resposta explicativa ao evento violento ou delitivo deve ser dada de forma imediata atendendo-se ao drama do momento e à urgência conjuntural, impedindo-se a reflexão séria, inclusive para que seja pensado se há realmente alguma relação de causa e efeito.

A partir do que se entende por criminologia midiática, evidenciam-se os meios de comunicação hegemônicos como agência do sistema penal. Como tal, também estão



marcados pela colonialidade que orienta o exercício do poder punitivo. Nesse sentido, os meios de comunicação enquanto agência do sistema penal e por meio da criminologia midiática contribuem para perpetuar as relações e poder e subalternização que marcam a colonialidade na América Latina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonialidade do poder enquanto padrão de poder mundial surgida no contato Europa/América, por meio da articulação da ideia de raça com a divisão do trabalho, produziu uma nova tecnologia de dominação/exploração que reverbera até os dias de hoje, sendo importante para compreensão das relações de poder na América Latina.

A colonização, processo que originou a colonialidade do poder, tem o exercício do poder punitivo como condição de possibilidade. Estabelecida a colonialidade enquanto padrão de poder, esta orienta o exercício do poder punitivo na atualidade, em especial na América Latina, sendo o exercício do poder punitivo, assim orientado, um fator essencial para a manutenção das relações de dominação e subalternização com o controle, neutralização e eliminação do não hegemônico compreendido como inimigo. Uma das formas de subalternização é fazer com que a força do sistema penal no exercício do poder punitivo seja direcionada para aqueles marcados pelos sinais específicos como raça e classe criados para identificar a diferença e justificar o controle, a neutralização e até a eliminação que ocorre mediante os processos de criminalização seletivos levados a cabo pelo sistema penal.

Os meios de comunicação como uma das agências do sistema penal exercem papel relevante nos processos de criminalização, que ocorre por meio da criminologia midiática, a qual diverge da criminologia acadêmica, direcionando a força do aparato punitivo para um setor específico da sociedade como forma de manter a ordem de dominação se valendo para tanto do uso de estereótipos, do da imagem bélica e da manipulação do medo e da sensação de insegurança. Cria, assim, as condições de possibilidade para que o poder penal se expanda cada vez mais.

A criminologia midiática funciona como mantenedora da ordem. Quando fabrica o “eles”, os diferentes; o faz de forma ampla e porosa para abarcar todos que se desviam da normalidade controlada e da ordem estabelecida. O que ela oculta é o efeito potencializador do controle e redutor da liberdade social, uma vez que a necessidade de proteção contra o inimigo para vencer a guerra justifica todos os controles estatais punitivos e sofisticados



para promover a segurança e a justiça. (ZAFFARONI, 2012, p. 317). Assim, há o incremento do controle social sobre todos e não apenas aqueles marcados pela diferença ameaçadora.

Isso produz implicações políticas, uma vez que de toda criminologia se depreende uma política criminal (ZAFFARONI, 2012, p. 316) e a política criminal depreendida da criminologia midiática é uma política criminal que está implicada em debilitar os vínculos sociais horizontais (solidariedade e simpatia), reforçando os vínculos sociais verticais (autoridade e disciplina) (ZAFFARONI, *et al.* 2013, p. 59). Trata-se de política criminal orientada pela colonialidade e que tem por objetivo manter as relações de dominação com a subalternização de determinadas pessoas, produzindo também um Estado cada vez mais autoritário.

REFERÊNCIAS

BATISTA, Nilo. Mídia e sistema penal no capitalismo tardio. Discursos Sediciosos: Crime, Direito e Sociedade, Rio de Janeiro: Revan, Instituto Carioca de Criminologia, ano 7, nº 12, p. 271-288, 2º semestre de 2002.

CASTRO, Lola Aniyar de. Criminologia da Libertação. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do Poder Eurocentrismo e América Latina, *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas.* Argentinna: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

SEGATO, Rita Laura. El color de la cárcel em América Latina. Apuntes sobre la colonialidade de la justicia em um continente em desconstrucción. Revista Nueva Sociedad, n. 208, marzo-abril 2007.

WACQUANT, Loïc. As Prisões da Miséria. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

ZAFFARONI, Eugenio Raul. Em Busca das Penas Perdidas. A perda de legitimidade do sistema penal. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

_____. O Inimigo no Direito Penal. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

_____. *et al.* Direito Penal Brasileiro - I. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

_____. A palavra dos Mortos: Conferências de Criminologia Cautelar. São Paulo: Saraiva, 2012.

**GT 06 – A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****O IMAGINÁRIO DO MEDO E AS NARRATIVAS JORNALÍSTICAS DE VIOLÊNCIA**Nathan Nguangu Kabuenge (UFPA)¹

nathannguangu@yahoo.fr

Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior (UFPA)²

esferreira.sergio@gmail.com

Alda Cristina Costa (UFPA)³

aldacristinacosta@gmail.com

RESUMO

Partindo da compreensão do jornalismo como forma narrativa, a presente comunicação objetiva refletir sobre como os jornais impressos *Diário do Pará* e *O Liberal* constroem o imaginário do medo como estratégia de seus *modus narrandi* sobre a violência na Amazônia paraense. Nossas discussões dialogam com Ricoeur, Durand e Delemeau. Com Ricoeur, a narrativa atinge o seu pleno significado quando se torna uma condição da existência temporal. A identidade de um texto narrativo deve ser buscada no caráter temporal da experiência humana porque a narrativa é sempre um mundo temporal, o tempo tornado humano na medida em que este é narrativamente reconfigurado. Com Durand, seguiremos seu trajeto antropológico, ou seja, em que as imagens se formam pela interação da subjetividade com o social, e o imaginário se dá na confluência do subjetivo e do objetivo, do mundo pessoal e do meio cósmico. Com Delemeau, encontra-se a dimensão social do medo como um dos pilares básicos da experiência humana, alertando-nos sobre como o medo pode, através da sua produção ideológica, a fim de ser um dispositivo de controle social. Como escopo de análise, selecionamos matérias publicadas de 04 a 11 de junho de 2017, sobre a chacina ocorrida no bairro Condor, com o assassinato de 5 pessoas e outras 14 feridas. Nosso objetivo é entender como o imaginário do medo emerge como um dos elementos estruturadores da narrativa jornalística de violência, situada em uma confluência da organização narrativa dos acontecimentos e de uma experiência social em torno do fenômeno da violência urbana.

Palavras-chaves: Imaginário do medo, Narrativa jornalística, Violência.

1. INTRODUÇÃO

A profusão de informações torna a contemporaneidade uma sociedade complexa, uma vez que interpretar o presente para entender a sociedade e a si fica cada vez mais em descompasso com o surgimento de novas tecnologias de informação e de comunicação. Observamos já na abertura das estradas comunicacionais eletrônicas e digitais, que as

¹ Mestrando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA).

² Mestrando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA).

³ Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA).



estradas ferroviárias, rodoviárias, aéreas e fluviais revolucionaram o presente ao modificarem drasticamente a relação entre o espaço e o tempo.

Portanto, a transição do aqui e agora, ou do ao vivo ou da atualidade ao tempo real, a relação entre o espaço cada vez mais tende a revelar a dominação do tempo sobre o espaço tendo como implicação, a alteração significativa da vida contemporânea através de um processo de virtualização de processos socioculturais chamados de “mídiatização”. Sodré (2002) analisa,

A sociedade contemporânea (dita ‘pós-industrial’) rege-se pela mídiatização, quer dizer, pela tendência à “virtualização” ou telerrealização das relações humanas, presente na articulação do múltiplo funcionamento institucional e de determinadas pautas individuais de conduta com as tecnologias da comunicação. A estas se devem a multiplicação das tecnointerações setoriais. (SODRÉ, 2002, p. 21, grifo do autor).

Neste sentido, podemos falar do conceito de mídiatização quando analisamos os processos midiáticos na capital paraense com objetivo de mostrar a influência da mídia nos processos comunicacionais. Em relação a este artigo, podemos falar de processos comunicacionais de (des)construção de sentido de violência e de sua (res)significação na sociedade paraense. Observamos que os indivíduos são impactados pela mídia, assim como esses indivíduos impactam também o processo de mídiatização, e a figura do jornalista e/ou jornalismo ainda tem um papel importante na interpretação do presente através de suas produções narrativas diárias que visam a fazer interagirem os indivíduos entre si e estes com a sociedade e também com a mídia.

Segundo Sponholz (2007, p. 2), “através do jornalismo tem-se diariamente a chance de saber o que acontece no próprio meio ambiente. Um ambiente que fica cada vez mais complexo e do qual só uma pequena parte pode ser vivenciada diretamente”. Continua a autora dizendo que, com o jornalismo, “tem-se a possibilidade de saber não só sobre coisas que se usam no dia-a-dia, mas também sobre outras, que formam as imagens que se têm do mundo”.

Podemos ver isso, por exemplo, no estado paraense em que, todos os dias, tanto no horário do almoço quanto do jantar, somos bombardeados na televisão por programas televisivos com notícias sobre a violência urbana ou cotidianamente lemos jornais com destaque sobre caso de violência que acontece na cidade de Belém ou na sua Região Metropolitana.

Nos jornais, a violência é apresentada geralmente como caso estatístico que pode ser resolvido objetivamente através de medidas repressivas e restritivas, portanto, policiaiscas.



Para (des)construir o sentido e (res)significar a chacina ocorrida em Belém, no dia 06 de junho de 2017, os jornais construíram uma narrativa jornalística de violência - uma narrativa construída a partir de fatos policiais (KABUENGE; SAMUEL; COSTA, 2016) – no intuito de criar certos efeitos de sentidos nos seus leitores.

A partir da narrativa jornalística de violência percebemos no início do nosso projeto de pesquisa que os jornalistas (res)significam ou (des)constroem a cidade em lugares ou espaços através de binômio valorativos: seguros – inseguros; com leis – sem leis; centros – periferias, violentos – não violentos, etc. Da mesma forma que classificam lugares ou espaços na cidade, a narrativa, entendida através da violência como elemento distribuidor da cidadania no estado do Pará (KABUENGE; SAMUEL; COSTA, 2016), classifica também os cidadãos entre os merecedores de cidadania, que o governos estadual tem de proteger a qualquer custo, mesmo mediante as medidas repressivas ou restritivas; e cidadãos não merecedores da cidadania que devem ser presos, punidos e castigados e na melhor hipótese, ser morto em fim de se tornarem “bandidos bons”.

De acordo com estado da pesquisa⁴, percebemos que a narrativa jornalística de violência construída pelo jornalismo paraense (res)significa a violência no Pará com base no que chamamos de “imaginário do medo”, causado pela sensação de medo, da insegurança e da criminalidade na sociedade vivenciada ou relatada ou narrada por outras pessoas da família ou não. Esta mistura de imaginário e do medo torna, de acordo com as nossas observações da narrativa jornalística, a violência como uma arma poderosa na construção de sentido no estado do Pará e da (des)construção e (res)significação de espaço ou lugares no estado paraense.

Neste sentido, considerando o jornalismo como forma de narrativa (ALBUQUERQUE, 2000) que se autolegitima a partir da reivindicação do presente, do atual, do ao vivo, portanto, do tempo real, este artigo tem como objetivo analisar a construção narrativa da chacina, ocorrida no bairro da Condor, pelos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*, assim como suas estratégias de (des)construção e (res)significação da violência com base no imaginário do medo.

Sendo assim, a partir da teoria da narrativa em Ricoeur (2010) e a sua operacionalização em Motta (2013), da teoria do imaginário em Durand (1997) e da discussão de Delumeau sobre o medo, vamos analisar as edições de 04 a 11 de junho de 2017 desses periódicos, semana que ocorreu a chacina no bairro de Condor em Belém no intuito de entender a construção do imaginário do medo.

⁴ Pesquisa em andamento no PPGCom/UFGA, no âmbito do mestrado e financiada pelo CNPq.



2. A NARRATIVA JORNALÍSTICA DE VIOLÊNCIA E IMAGINÁRIO DO MEDO

Nas suas considerações sobre a narrativa, Barthes (2011), na forma de um resumo do seu pensamento afirma que não existe uma sociedade sem narrativa, ou seja, o ato de narrar se apresenta como universal e presente, de acordo com contextos espaciotemporal, entre os indivíduos. É neste sentido que, Ricoeur (2010) nos mostra que vivemos narrando e que estruturamos nossas vidas a partir das narrativas.

A narrativa em Ricoeur (2010) alcança seu ponto alto uma vez que faz do tempo a condição da existência, quer dizer, o “tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal” (RICOEUR, 2010, p. 93). Em outras palavras, neste autor, percebemos que o tempo depende da rememoração. No entanto, a memória depende para a manutenção da narrativa. Neste sentido, podemos considerar a narrativa como um dispositivo importante na plausibilidade do tempo. Ou seja, é através da narrativa que o tempo se liberta da sua condição linear enquanto *cronos*, por não mais depender da sua remissão ao passado nem da sua projeção ao futuro, tampouco da sua dependência na efemeridade do presente, uma vez que ele ganha a sua circularidade enquanto *kairos*.

Para Ricoeur (2010, p. XVII), “a compreensão da configuração do tempo pelas narrativas exige não só a consideração dos elementos temporais presentes em sua estrutura como também sua inserção na totalidade do arco hermenêutico”. Arco que, para o autor, é possibilitado pelo desdobramento da mimesis em três. A mimesis ricoeuriana é entendida um processo ativo de imitação que possibilitaria compreender como o passado e o futuro se integram no presente através da intriga que media o mundo prefigurado e o mundo reconfigurado.

É desta mediação que a teoria da narrativa em Ricoeur se apresenta importante para o estudo da comunicação, principalmente na análise das produções midiáticas que se produzem, enquanto narrativas, a partir de um processo mimético. Neste sentido, entendendo o jornalismo como narrativa, podemos dizer que a narrativa jornalística de violência se apresentaria como um dispositivo mimético de interpretação da violência urbana por intermédio do tempo real. Como dispositivo mimético, esta narrativa tende a organizar a experiência de seus leitores a partir da interpretação de acontecimentos violentos ocorridos na sociedade

Se para Simmel (2006, p. 59), a sociedade é “interação entre indivíduos”, podemos dizer que a sociedade seria, portanto, um conjunto de experiências vividas e compartilhadas entre cidadãos que buscam juntos significar a sua realidade. Entretanto, na construção narrativa jornalística de violência nos jornais analisados, principalmente em seus cadernos



polícia, a sociedade, portanto, a cidade, é apresentada ou (des)construída como espaço ou lugar de violência. Isto é, do medo. O medo que faz da cidade um espaço que não pode mais ser desfrutado, uma vez que se pede uma vigilância redobrada para não ser surpreendido pela barbaridade a qualquer hora e lugar da cidade.

O medo em Boldt (2013, p. 96) é configurado como medidas repressivas penais inconstitucionais de aceitação popular. Ou seja, “uma vez que a sensação do medo possibilita a justificação de práticas contrárias aos direitos e liberdades individuais, desde que mitiguem as causas do próprio medo”. Essas medidas repressivas podem ser percebidas na construção narrativa dos jornais analisados em relação a (res)significação e (des)construção do sentido de violência urbana no estado do Pará quando ela preconiza como abordagem de combate à violência uma abordagem policlesca que muitas vezes, se baseia na violação de direitos humanos, por exemplo, o direito de “presunção de inocência” do suspeito acusado de ter cometido um ato delituoso, antes do julgamento por instâncias competentes.

Se considerarmos em Martín-Barbero (2000), que nas produções diárias midiáticas, o medo ocupa um lugar central, podemos dizer, considerando em Durand (2010) a mídia como uma das produtoras do imaginário contemporâneo, que a construção de narrativa jornalística de violência se baseia, geralmente, do medo. Melhor dizendo, do imaginário do medo. Entendemos imaginário do medo àquele formado a partir do medo provocado pela sensação e percepção de insegurança e de criminalidade causada por um malfeitor. Observações essas constatadas na manchete da capa do caderno polícia do Diário do Pará - edição de 09/06/2017 - “Madrugada de medo em Belém: grupos de criminosos invadiram duas casas em invasão em Icoaraci e também na Cabanagem e mataram três pessoas. Um feirante foi morto a facadas no Entroncamento”.

Durand (1997, p. 18) define o imaginário como um “conjunto das imagens e relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens”, portanto, um “grande denominador fundamental onde se vêm encontrar todas as criações do pensamento humano”. Assim, pensando com Durand, e sobre o imaginário do medo, interpretando Touraine (2009, p. 11), justificaria a emergência de um “discurso interpretativo dominante” quando aborda a questão da violência urbana como podemos ver isso na declaração quase popular do “bandido bom é o bandido morto”.

Neste sentido, podemos dizer junto com Delumeau (2009), que o medo presente na construção narrativa de violência urbana nos jornais analisados é um medo como dispositivo ideológico e não como um dos elementos estruturadores da experiência humana. Ou seja, o imaginário ou representação social, e como emoção que a sensação e percepção de um



determinado perigo provocaria no intuito de fisiologicamente e anatomicamente mobilizar o corpo a se defender.

O medo como ideologia é observado nas (des)construções diárias da violência urbana nos impressos paraenses, principalmente no Diário do Pará. Este periódico, pertencente aos familiares de um político representante do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁵, que faz oposição contra o atual governador do Estado, ligado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Neste sentido, a narrativa jornalística de violência é direcionada para mostrar à sociedade a incapacidade do governo do estado em garantir a segurança aos cidadãos, conforme constatado na manchete da capa do caderno polícia - edição de 07/06/2017: “Mais 5 na conta do ‘carro prata’: Três dos assassinatos aconteceram ontem de tarde, nos bairros da Terra Firma (2) e Guamá (1). Os outros 2 foram na Sacramenta e Castanheira, um dia antes. Os matadores fugiram no misterioso veículo”.

Percebemos nesta manchete que a narrativa tenta mostrar a facilidade com que operam os acusados de cometer seus crimes na cidade de Belém. Na narrativa, observamos a construção contra a ausência do poder público em proteger os cidadãos contra a criminalidade.

No entanto, como ideologia, o imaginário do medo presente nos jornais analisados, principalmente nos cadernos polícia desses periódicos, ao invés de estruturar o pensamento dos seus leitores, de provocar o debate social acerca da violência, se apresenta como suporte da economia do medo. Essa economia, nas nossas análises, gira em torno da venda e compra de elementos de proteção que já fazem parte do cenário da vida urbana contemporânea: carros blindados, cercas elétricas, serviço de vigilância, entre outros instrumentos de proteção.

Além de ser um dispositivo ideológico, o imaginário do medo se apresenta como um instrumento disciplinar de um poder – midiático – difuso e capilarizado (FOUCAULT, 2004; 2007), sob o regime de controle e de disciplina que (des)organiza ou (des)construa a cidade como lugar ou espaço a partir de um binômio, terra sem leis – terra com leis.

O imaginário do medo enquanto ‘ideologia’ na narrativa jornalística de violência reduz a compreensão do problema social quando limita seu entendimento apenas às ações policiais no enfrentamento da violência urbana. Apresenta-se como uma estratégia comunicacional baseada na abordagem informacional da comunicação, em que a narrativa jornalística de violência se limita em fornecer narrativamente números soltos ou dados estatísticos sobre os fatos de violência urbana ocorridos na cidade.

⁵ O jornal Diário do Pará nasceu em 22 de agosto de 1982 para sustentar a campanha de Jader Barbalho ao governo do Estado, em oposição à candidatura do empresário Oziel Carneiro, apoiado pelo jornal O Liberal.



Em outras palavras, a narrativa jornalística de violência dificulta a captação de todas as dimensões da violência urbana, entendida aqui como um fenômeno social complexo, uma vez que ela não é uma novidade de nosso tempo, mas um antigo estigma da colonização ou da escravidão que acompanhou o imperialismo europeu e deixou na América Latina, de acordo com Jovchelovitch (2000), a desigualdade social, a corrupção, o populismo e patrimonialismo, a miséria generalizada e exclusão do outro, portanto, a discriminação de indivíduos, o tráfico de drogas e de seres humanos. Realidade que não é estranha ao Brasil, principalmente, ao estado do Pará.

Analisando as edições de 08 e 09/06/2017 do jornal O Liberal, observamos que, apesar de ser uma construção intencional do jornal, o tratamento dado à chacina do bairro da Condor, não é único ocorrido no estado do Pará, somente como um *déjà vu* em que o esforço jornalístico nestas matérias se limitou em preencher fielmente o lead da notícia, sem preocupação em aprofundar as causas das mortes na chacina.

A chacina enquanto uma execução em massa poderia levar os jornalistas apurar a questão do pistoleirismo⁶ no estado do Pará, que cada vez mais ganha proporções mais evidentes que transbordam atualmente os conflitos fundiários, beirando no campo político⁷ para chegar até ao tráfico de drogas de varejo, sem invadir os conflitos comuns do dia a dia.

Observamos que a chacina teve tratamento diferenciado no Diário do Pará, após o dia da chacina, em 06/06/2017, com a publicação de várias matérias, 9 (nove) no caderno principal, nas edições de 07, 08, 09 e 11/06/2017. Mas o periódico na sua narrativa não passou do lead jornalístico, ou seja, não aprofundou as causas da chacina e também sobre a questão de pistolagem, considerado um mercado da morte que tira a vida dos pequenos consumidores e vendedores da força de trabalho – melhor dizendo, a vida – que não se adequa com a lógica do mercado definido por grandes burgueses e donos de meios de produção que, através dos pistoleiros, pequenos burgueses, controlam o mercado.

Falar da chacina é mostrar a divisão do trabalho no crime existente neste mercado de morte

3. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Nas análises das edições, utilizamos a teoria do imaginário de Durand (2010), e sua noção da “Gramática do imaginário”, a teoria da narrativa em Ricoeur (2010), com sua configuração da intriga e a operacionalização da narrativa de Motta (2013).

⁶ Para Souza (2008), o pistoleirismo é um fenômeno preocupante do Brasil, e particularmente do Pará por ser difuso e envolver até certos membros das forças de polícia. O pistoleirismo é um mercado que alimenta economias do crime: tráfico de drogas, contrabando de mercadorias, de armas e munições, lavagens de dinheiros, grilagem de terra, entre outros.

⁷ Entre 2016 e 2017, três prefeitos (Goianésia, Tucuruí e Breu Branco) e dois vereadores (Rio Maria e Pau D’Arco) foram assassinados no Estado do Pará.



A “gramática do imaginário” em Durand (2010, p. 88), é um procedimento que, através de um determinado período, na construção imaginativa, “o substantivo deixa de ser o determinante, o ‘sujeito’ da ação e, a fortiori, o ‘nome próprio’, para dar lugar a muitos atributos – os ‘adjetivos’ -, sobretudo, a ‘ação’ expressa pelo verbo”. Para o autor, é “desta relativização do nome próprio surge o fenômeno duplo”: o revestimento atributivo e ubiquidade e a vicariante. O mais importante nesta relativização é quando o autor mostra como o império do verbo sobre o seu sujeito faz com que “‘vozes’ verbais passivas e ativas” sejam “substituídas com uma maior facilidade”. Para o autor, isso explicaria, por exemplo, numa narrativa, a ambiguidade das “divindades das tempestades” que podem tanto proteger dos raios quanto podem também ser a origem desses raios.

Esta colocação de Durand mostra bem a ambiguidade da narrativa jornalística de violência em relação, por exemplo, a ‘aprovação da execução’ de um “bandido”, como se apresenta nos jornais, por outro “bandido” e a tristeza que gera a mesma execução nos mesmos contextos espaciotemporais, de um “cidadão de bem”.

A aproximação que se faz entre Durand e Ricoeur, neste artigo, é a relação com o tempo, ou seja, quando os dois filósofos mostram a complexidade do pensamento humano que não se esgota no pensamento positivista ou na linearidade do tempo. Com Durand percebemos que a construção da narrativa jornalística de violência, enquanto imaginário, não se constitui um produto dos próprios jornalistas, mas como um produto social definido pelo contexto sociocultural e espaciotemporal em que esses jornalistas estão inseridos.

Para Durand (1996), as imagens que constituem o capital pensante do *Sapiens sapiens* se formam na interação entre a subjetividade e o social. Esta interação, segundo o autor, é sedimentada por uma “bacia semântica”. Nesta bacia semântica, o tempo tem um papel muito importante, uma vez que justificaria as mudanças no pensamento do ser humano. Sendo assim, o imaginário seria “uma re-presentação incontornável, a faculdade da simbolização de onde todos os medos, todas as esperanças e seus frutos culturais jorram continuamente desde os cerca de um milhão e meio de anos que o *homo erectus* ficou em pé na face da terra” (DURAND 2010, p. 117).

A noção da “bacia semântica” de Durand (1996; 2010), apresenta duas noções capitais: a) a sobreposição das fases tópicas, isto é, a coexistência, por exemplo, de dois mitos cujo um é latente e outro dominante; e 2) a memorização que possibilita “a reutilização que se manifesta por ressurgimentos de estilos, de modos diversos, de mitologemas” (DURAND, 1996, p. 164). Entretanto, esta reutilização, adverte o autor, não significa a uma repetição mecânica estereotipada, mas sim, uma “re-injeção”, isto é, “cada utilização é modificada pelo crescimento das existências de informação” (IDEM, p. 165).



A noção da re-injecção presente na “bacia semântica” de Durand constitui a segunda aproximação com Ricoeur, quando este considera a mimesis como sendo uma imitação ativa. Ou seja, aproximamos os dois através da noção de re-injecção e de imitação ativa que mostram a complexidade do pensamento do ser narrante ou imaginante na re-apropriação de sua realidade.

Nesta complexidade, o tempo não é mais *cronos*, mas *kairos*. Isto é, ele se torna vivido, um tempo definido pela experiência que faz do dia um ano e um ano um dia. Melhor dizendo, o tempo se torna narrativa e é articulado narrativamente tendo como implicação, o tempo passa a mediar às práticas e relações sociais enquanto *kairos* humano, ou seja, “o tempo do sentido, das maturações [que se baseia] numa reminiscência, num atraso, [fazendo, por exemplo, que] o fruto do Outono encontrava-se já na flor da Primavera” (DURAND, 1996, p. 163).

A articulação faz do tempo narrativo diferente do tempo do acontecimento no tecer da intriga que, para Ricoeur (2010), faz aparecer, por exemplo, o acidental do inteligível. Sendo assim, neste autor, consideraremos a configuração da intriga como procedimento analítico uma vez que nele, a intriga se configura como uma representação narrativa de uma ação. No entanto, a compreensão da intriga, além do tempo, é tributária do desdobramento da mimesis em três momentos distintos: 1) a mimesis I, mundo prefigurado ou social por ser o mundo ético ou de representação do real e da verdade; 2) a mimesis II, mundo configurado ou do narrador, portanto, da criação ou da poesis. A mimesis também se apresentaria neste autor, como mundo da mediação da mimesis I e III; 3) a mimesis III, mundo reconfigurado ou do leitor. Para Ricoeur, ele é um mundo de apropriação da narrativa pelo seu leitor que busca entender-se e também o seu mundo.

Sendo assim, podemos dizer que é a mediação da mimesis II das duas outras que nos possibilitaria em entender o mundo prefigurado e o mundo reconfigurado que determinam a construção da narrativa jornalística de violência nos periódicos analisados. A partir da compreensão da teoria narrativa em Motta, Kabuenge (2016, p. 103) mostra que “a narrativa não é como um qualquer artefato ou objeto cultural, por não ser pleno e fechado, mas que pode ser preenchido de vários elementos argumentativos de (res)significação de realidades”

Neste sentido, Motta (2013, p. 135), ao analisar uma narrativa, propõe três planos que se entrecruzam na (des)construção de sentido e (res)significação de realidade: a) plano da linguagem ou do discurso, portanto, da expressão; b) plano do conteúdo ou da história; e c) plano de tema de fundo ou da metanarrativa. Para o autor, é a partir desses planos que se inicia “o mergulho até a essência do objeto e, a partir dele, retirar deduções sobre a relação comunicativa” (MOTTA, 2013, p.135).



A partir desses planos, Motta propõe 7 movimentos de análise pragmática da narrativa. Entretanto, para este artigo, consideraremos apenas 3 desses movimentos, ou seja, o movimento de construção da narrativa, de determinação do personagem da narrativa e da ação principal da narrativa.

4. O MERGULHO COM MEDO NA CHACINA NO CONDOR

A escolha das edições – de 04 a 11/06/2017, se deu a partir da chacina que ocorreu no bairro de Condor em Belém, deixando 14 feridos e 5 mortos no dia 06/06/2017. Selecionamos dois dias antes do ocorrido e cinco dias após a chacina, com a finalidade de entender a construção narrativa sobre a violência urbana nos jornais O Liberal e Diário do Pará.

O tecer da intriga para a análise, de acordo com a operacionalização feita por Motta, começa pela reconstrução, a partir de matérias jornalísticas diárias soltas acerca de um fenômeno, com o objetivo de ter uma narrativa coerente e completa para a análise, ou seja, de acordo com Ricoeur, obter o inteligível a partir do accidental.

Neste sentido, consideramos 16 manchetes principais das capas dos cadernos polícia de cada jornal publicado durante o período de 4 a 11 de junho de 2017. Isto implica que a nossa narrativa terá como início, o dia 4 e o final, o dia 11. No entanto, devido à falta dos cadernos polícia dos dias 4 e 11 do jornal O Liberal que não publica este caderno no domingo, a construção de fato da nossa narrativa vai começar no dia 5 até o dia 10 de junho de 2017. Sendo assim, depois de análise de todas essas capas e como mostram as figuras dos dias 5 e 10 dos 4 cadernos de dois jornais, a nossa narrativa reconstruída é: “exacerbação de execução na cidade de Belém”.

Na narrativa, percebemos que os dois jornais, através de elementos gráficos (Figuras 1 e 2), constroem discursos diferentes em relação ao poder público motivado pelos interesses particular de cada um dos jornais. Se no Diário do Pará o discurso é a ausência do Estado em proteger os cidadãos contra a criminalidade, no O Liberal, o discurso é de mostrar o esforço do estado apesar de tudo, para proteger os cidadãos.

Figura 1 – Capas do caderno polícia do Diário do Pará, 05 e 10 jun. 2017.





Fonte: Diário do Pará, 2017.

Figura 2 – Primeiras páginas do caderno polícia O Liberal, 05 e 10 jun. 2017.



Fonte: O Liberal, 2017.

Nas 4 manchetes principais, observamos que todas falam sobre os assassinatos ocorridos em Belém. Do mesmo modo, entendemos que a narrativa construída entre os dias 5 a 10, enfatizava o aumento de execução em Belém. No entanto, observando as imagens, podemos perceber que, no O Liberal, o periódico apresenta a presença do estado através da atuação da polícia, enquanto no Diário do Pará, é ressaltado a ausência total do estado, quando apresenta com nitidez os corpos das vítimas do homicídio. Na capa em que há a presença da polícia, encontra-se borrada com um vermelhão que evocaria, o sangue, portanto, a generalização da violência na cidade. A foto borrada da foto pode parecer uma escolha estética, no entanto, sabendo do posicionamento ideológico do jornal, isso nos leva a pensar na construção discursiva da ausência do estado.

A análise desta narrativa, nos mostra que o personagem principal é o acusado de ter cometido o ato delituoso e que a ação principal da narrativa é a violência urbana. Como uma narrativa sempre se alimenta de conflitos que demarcam episódios, consideramos que cada uma das 16 manchetes constitui um episódio da narrativa principal.

Ressaltamos que a construção da narrativa jornalística da violência se faz na dependência do posicionamento ideológico, sociopolítico e econômico de cada jornal. Percebemos isso na importância dada pelos jornais na cobertura do caso. O Diário do Pará publicou 9 matérias nos dias 07, 08, 09 e 11 sobre o caso no caderno principal do jornal, ou seja, no caderno em que se discute política e economia, assuntos considerados “relevantes”, e nenhuma matéria no caderno polícia. O que podemos considerar contraditório à linha editorial do jornal, uma vez que seu caderno polícia concentra matérias e imagens de violência e mortes. Mas não identificamos essa mudança como um interesse jornalístico pelos fatos acontecidos, mas uma motivação política para contra-atacar o governo do PSDB e sua impotência ou incapacidade de proteger os cidadãos paraenses contra a criminalidade.



Em relação ao jornal O Liberal, veículo de comunicação alinhado aos governos de situação no estado do Pará, publicou a chacina em duas matérias no seu caderno polícia, nas edições dos dias 08 e 09/06/2017. Diferente do Diário, o jornal O Liberal não deu destaque no seu caderno principal, mas apenas uma nota quase invisível nas capas dos dias 08 e 09.

No entanto, apesar dos dois jornais atribuírem, de acordo com seus interesses, diferente importância na cobertura da chacina, ambos se apoiaram no imaginário do medo para estruturar suas narrativas. Se no O Liberal a construção deste imaginário se pautou nos elementos textuais, no Diário do Pará as narrativas tiveram como base além dos elementos textuais, os elementos imagéticos e cromáticos.

Textualmente, percebemos que os dois jornais usam os verbos, os adjetivos e os substantivos para evocarem o medo de uma maneira imaginativa, conforme os seguintes títulos: No O Liberal: “chacina deixa 5 mortos” e “Matadores treinados”. E no Diário do Pará: “Terror em Belém”, “Número de mortos na chacina sobe para 5”, “Helder quer Exércitos e Força Nacional nas ruas” e “Belém pede paz”. Analisando, por exemplo, o título “Matadores treinados”. Mesmo que no imediato, ele não cause medo, mas a partir dele imaginamos o perigo que ronda a vida de algumas pessoas andando na cidade, que podem morrer a qualquer momento, atacadas por indivíduos qualificados para matar, conforme nos filmes Hollywoodianos de faroestes.

Se os dois jornais utilizaram os elementos textuais para construir imaginativamente a partir do medo, as suas narrativas sobre a violência urbana, percebemos que no O Liberal, o imaginário do medo construído exige uma imaginação imaginante, ou seja, uma imaginação segunda. Pois, lendo os títulos do O Liberal, sem uma imaginação segunda, não é possível chegar diretamente ao acontecido, uma vez que matadores treinados poderiam ser também de animais ou outros, menos humanos, pois, não há uma categoria de pessoas consideradas como matadores no linguajar social. No outro título, a personalização da chacina levaria a confusão sobre os autores verdadeiros do acontecido.

No Diário do Pará a construção é direta na utilização dos elementos textuais. Por exemplo, no dia 07, além dos elementos textuais evocarem o medo, no título: “Terror em Belém”; no chapéu: “Nova chacina”; sutiã: “Na capital, atiradores dispararam mais de 80 tiros em direção a pessoas que assistiam a um jogo de futebol na TV. Duas crianças foram feridas. Ontem à noite, foram registrados mais 2 homicídios e vários baleamentos por homens encapuzados”. E nos elementos iconográficos: 15 homens armados, 4 pessoas mortas, mais de 11 feridos.



Figura 3 – Corte das capas das edições do Diário do Pará, 07 jun. 2017.



Fonte: Diário do Pará, 2017.

A partir desses elementos textuais, observamos que o leitor é informado da situação de ‘caos’ ocorrida em Belém, provocando muito medo da cidade. Mas o jornal usa também a linguagem ou elementos cromáticos e imagéticos para deixar bem claro a marca da violência na cidade.

O Diário do Pará abusa do uso das cores, massivamente a cor preta, que remeteria à morte materializada pela presença de 4 corpos sem vida no chão, apresentadas nas fotografias. O jornal usa também a cor branca na identidade visual do veículo, no título principal, no chapéu que acompanha o título e no sutiã. O uso desta cor remeteria talvez, na paz que o jornal noticiou, em relação a chacina no título principal da edição do dia 11 de junho de 2017. De acordo com a composição da capa, a paz viria do jornal que se coloca como aliado da população deixado pelo poder público e também da polícia que podemos ver mexendo um dos corpos sem vida no chão.

Na abordagem da narrativa jornalística de violência, a polícia é uma peça principal para combater a criminalidade e a insegurança no Estado. A presença da polícia como provedora da paz também é recorrente na capa do O Liberal do dia 09/06/2017. Mas para este veículo, não é a polícia sozinha que assegura a paz, mas o estado como um todo, conforme elementos destacados na fotografia, além do policial, a presença dos integrantes da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social.

Por fim, o jornal usa a cor vermelha nos elementos iconográficos, destacando os números dos envolvidos no crime, das vítimas mortas e feridas. A cor vermelha evocando o sangue se configuraria aqui, como materializadora da violência urbana na cidade na sua forma mais aguda. Todos esses elementos combinam com o título principal ou reforçam a ideia presente no título “terror em Belém”, portanto, da violência urbana.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto no Liberal quanto no Diário do Pará percebemos que, sem o recurso do imaginário do medo, a construção da narrativa jornalística da violência fica em certa medida difícil. No entanto, a abordagem da violência a partir do imaginário do medo, além de ser ideologicamente direcionada, é reducionista em ambos os jornais, com tratamento simplista da questão de chacina no Pará, ou seja, um tratamento que se limita em responder à questão clássica do lead jornalístico e não do problema social violência.

As análises das publicações dos dois jornais antes, durante e depois da chacina no bairro de Condor em Belém apontam a uma utilização do imaginário do medo na construção da narrativa jornalística de violência por meio de elementos textuais, imagéticos, cromáticos e icnográficos. Esta narrativa se revelou insuficiente para descortinar todos os contornos que envolvem a violência urbana enquanto fato social. A narrativa jornalística de violência se revelou também como um dispositivo ideológico de proteção de interesses quer políticos, sociais ou econômicos.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. A narrativa jornalística para além dos fait divers. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 3, n. 2, p. 69-91, jul./dez. 2000.

BARTHES, R. Introdução à análise estrutural da narrativa. In: BARTHES, R. et. al. **Análise estrutural da narrativa**: pesquisas semiológicas. Petrópolis: Vozes, 2011, p.19-62.

BOLDT, R. **Criminologia midiática**: do discurso punitivo à corrosão simbólica do Garantismo. Curitiba: Juruá, 2013.

DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300 – 1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário**: introdução à arqueologia geral. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. Método arquetipológico: da mitocrítica à mitanálise. In: **Campos do imaginário**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, p. 145-169.

_____. **O imaginário**: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. 4. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis, Vozes, 2004.



JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000.

KABUENGE, N. N.; SAMUEL, K.-J. P.; COSTA, A. C. A violência como elemento de distribuição social da cidadania nos programas televisivos no Pará. In: ENCONTRO DE ANTROPOLOGIA VISUAL DA AMÉRICA AMAZÔNICA, 2., 2016, Belém. **Anais...** Belém: Eavaam, 2016.

KABUENGE, N. N. **A construção/fabricação da imagem pública**: análise das narrativas jornalísticas impressas sobre os presidentes da República Democrática do Congo e do Brasil. 2016. 175 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. La ciudad: entre medios y miedos. In: ROTKER, S. (Org.). **Ciudadanías del miedo**. Caracas: Nueva Sociedad, 2000, p. 29-35.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. v. 1. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2010.

SIMMEL, G. **Questões fundamentais da sociologia**: indivíduo e sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.

SODRÉ, M. **Antropológica do espelho**: uma teoria da comunicação linear e em rede. Petrópolis: Vozes, 2002.

SPONHOLZ, L. Entre senso comum e ciência: o conhecimento híbrido do jornalismo. **Ciências & Cognição**, v. 10, p. 02-14, 2007.

TOURAINÉ, A. **Pensar outramente**: o discurso interpretativo dominante. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

**GT 06 – MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSOS EM DISPUTA****JORNALISMO COLABORATIVO: PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DE PRODUÇÃO
JORNALÍSTICA DO CASO “CHACINA DE BELÉM”**Ana Paula Souza Gama (Faculdade Estácio do Pará)¹

apgama59@gmail.com

Felipe Augusto Ferreira Pereira (Faculdade Estácio do Pará)²

felipeaugusto.fp12@gmail.com

Renan Lobato dos Santos (Faculdade Estácio do Pará)³

renanlobato.rl@gmail.com

Profa. MSC. Arcângela Sena⁴**Resumo**

Neste trabalho, vamos refletir sobre o caráter colaborativo no telejornalismo, em que os telespectadores, além de serem consumidores de notícias, também assumem o papel de colaboradores na construção da informação. A intenção é verificarmos o processo comunicacional com o suporte de tecnologia *mobile*⁵, tendo como *corpus*⁶ o caso “Chacina de Belém”, ocorrido em novembro de 2014, veiculado pelo Jornal Liberal 1ª Edição, da TV Liberal, emissora afiliada da Rede Globo no estado do Pará e o Jornal SBT Pará, do Sistema Brasileira de Televisão (SBT). O estudo terá como base as obras “A Ordem do Discurso” e “Arqueologia do Saber”, de Michel Foucault. Além do teórico francês, usaremos autores que tratam de conceitos como convergência, interação e cultura da participação, como Henry Jenkins, para assim entendermos o processo de colaboração do produtor/telespectador na produção de materiais telejornalísticos.

Palavras-chave: Telejornalismo; Convergência; Foucault; Discurso; Produção.

1 INTRODUÇÃO

A convergência de mídias assumiu o papel de reorganizar o método de comunicar. As mudanças ocorridas trouxeram consequências às áreas de produção jornalística, fato que causou uma adequação no modo de fazer notícia. Nota-se, portanto, que o processo de participação do telespectador com o produtor passou a fazer parte do cotidiano das redações. De acordo com Jenkins (2009), a convergência é um conceito antigo que apresenta novos formatos.

Com o passar do tempo, o jornalismo e os setores de produção da notícia mostram uma mudança no processo do fazer notícia. Com isso, percebe-se que o telejornalismo já não é o mesmo. O desenvolvimento de uma nova comunicação instantânea, como *WhatsApp* e

¹ Graduanda do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade Estácio do Pará.

² Graduando do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade Estácio do Pará.

³ Graduando do curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, da Faculdade Estácio do Pará.

⁴ Mestre em Comunicação Social, coordenadora e professora dos cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda, da Faculdade Estácio do Pará.

⁵ Tecnologia Móvel com acesso à internet e outros recursos computacionais por meio de dispositivos móveis, tais como, celulares, iPhone, iPod, iPad, notebooks, smartpads, dentre outros.

⁶ Coletânea ou conjunto de documentos sobre determinado tema; repertório ou conjunto da obra científica, técnica e/ ou artística de uma pessoa ou a ela atribuída.



Facebook, causa a reestruturação nos meios de produção jornalística, como exemplo o telejornal, que constantemente se adequa às novas mídias.

Com a junção das mídias, atuais e tradicionais, ocorre a definição do termo convergência (JENKINS, 2009). Esse novo cenário propiciou transformações no telejornalismo, que passa a adquirir particularidades dos novos modelos. Diante disso, muda-se também o comportamento do público nos perfis virtuais.

Com o objetivo de analisar as interações e suas consequências no contexto de adequação, demos enfoque no estudo do caso “Chacina de Belém”, ocorrida em novembro de 2014, veiculada pelas TV Liberal, afiliada a Rede Globo, e TV SBT Pará, afiliada ao Sistema Brasileiro de Televisão.

O objetivo geral deste trabalho tem como base a compreensão do processo comunicacional da produção jornalística colaborativa do público/telespectador com o suporte da internet. No corpus da pesquisa, utilizaremos como objetivo de análise, o Jornal Liberal 1ª edição e Jornal SBT Pará, com ênfase na cobertura jornalística da “Chacina de Belém”, ocorrida em novembro de 2014 e veiculada dia 5 do mesmo mês.

Como objetivos específicos, vamos analisar critérios de noticiabilidade, com a colaboração do público; organizar critérios utilizados na relação da colaboração do telespectador e produção jornalística na cobertura da matéria “Chacina de Belém”; analisar o processo de apuração dos materiais colaborativos enviados pelos telespectadores. Além de verificar o modo de contato entre telespectador-produtor ou produtor-telespectador; analisar a matéria em questão no Jornal Liberal 1ª Edição e Jornal SBT Pará, com o intuito de identificar o modo de participação colaborativa do público. Neste experimento, busca-se compreender a responsabilidade do jornalista pela edição dos telejornais, ao apropriar-se da colaboração; evidenciar o modo como o telejornal constrói a participação do telespectador, além de observar a interação entre destinadores (jornalista) e destinatários (público), tendo em vista o modo de organização das reportagens e a linha editorial dos telejornais analisados.

Sendo assim, o trabalho propõe uma análise qualitativa, com o uso de uma metodologia que irá explorar e explicar com base nos dados adquiridos, com a proposta do entendimento do novo formato comunicacional interativo. Além do mais, conhecer o mais novo processo de convergência, já sinalizado como uma característica no jornalismo mundial. A parte empírica do estudo é voltada para o levantamento de informações coletadas através de visitas às emissoras para assim entender o processo de produção coletiva que envolve a relação produtor/telespectador.

Com isso, o trabalho aborda a convergência no telejornalismo, algo que está cada vez mais presente na sociedade, haja vista que novos meios de comunicação surgem e, conseqüentemente, fazem com que os meios tradicionais trabalhem em conjunto com atores sociais. Além disso, cria expectativas para outras pesquisas acadêmicas. Temos a convicção de que poderemos contribuir e incentivar a continuidade do entendimento e investimento de



pesquisas e ações que elevem o crescimento de outros profissionais.

2 OS PRIMEIROS PASSOS DA TV NO BRASIL

Componente presente no dia-a-dia da população brasileira, a televisão trouxe uma mudança na maneira de veicular a notícia. Para Ribeiro, Sacramento e Roxo (2010), a televisão tornou-se um importante elemento no cotidiano nacional. Desde o início de sua existência, foi se firmando como a mídia de maior impacto na sociedade brasileira e a principal ferramenta de informação da grande maioria da população do país, tornando-se parte da vida nacional.

De acordo com Sena (2015), mesmo com o avanço da tecnologia, de diversos dispositivos para a busca de informações e do crescimento no acesso à internet, a televisão continua sendo presença dominante nos lares do Brasil.

O sistema de televisão começa aparecer no ano de 1924, passando por inúmeras transformações que vinham desde a maquinaria pesada, de baixa definição e tela em preto e branco, até os aparelhos de altíssima definição, com formatos portáteis e interativos. Inovadora pela combinação de som e imagem em movimento, a TV expõe particularidades como meio massivo, conquistando grande diversidade de públicos e audiências.

A televisão é um elemento importante da vida cotidiana [...], é um fluxo que tem presença determinante; ver televisão contribui para o modo como os indivíduos estruturam e organizam seu dia, com respeito às suas atividades cotidianas e ao tempo, à hora de dormir ou de trabalhar. Atualmente, representa uma tecnologia insubstituível, podendo faltar algum [...] eletrodoméstico, mas a televisão é indispensável. (ALVARADO apud SOUZA; CARLOS 2004, p.23).

Observa-se então que as informações veiculadas por meio da TV têm atribuição de envolver o telespectador sobre qualquer acontecimento, já que ao ser transmitido através desse meio, o fato acaba se tornando referência de verdade para quem assiste. Apesar do aparecimento de outros dispositivos, a televisão ainda é um meio de muita relevância para a população.

Segundo Wolton (2012), a TV possui um sucesso de grande magnitude, além da transmissão duradoura e real da informação. Apesar das críticas relacionadas à má qualidade das programações, o indivíduo mesmo assim à assiste assiduamente.

A televisão surge no Brasil por meio da precursão de Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo. Implantada em 18 de setembro de 1950, surge PRF-3 TV Difusora, primeira emissora de TV no país e pioneira na América Latina.

Na década seguinte, o sistema televisivo alcançou a consolidação a partir da introdução do videoteipe (VT)⁵. Com o crescimento da tecnologia, foi possível atualizar as operações de edição, o que possibilitou ao telejornalismo um maior dinamismo dentro e fora dos estúdios. Pereira (2010) afirma que a utilização do VT trouxe melhora para os produtos televisivos e

⁵ Fita de material plástico fino que tem uma cobertura de partículas magnéticas, normalmente usava para o registro de imagens televisivas.



consequentemente para o processo de produção, permitindo com isso o alcance do material em diferentes países.

2.1 O Surgimento da TV no Pará e o Sistema Brasileiro de Televisão – SBT

Responsável pelo surgimento da TV no Brasil, Chateaubriand também insere no estado do Pará, em 1961, 11 anos depois da chegada da TV no Brasil, a primeira emissora de televisão, conhecida como TV Marajoara. Engana-se quem pensa que o envolvimento de Assis Chateaubriand com o Estado estava ligado apenas à TV. Em 1940, o “Jornal A Província do Pará”⁶ já fazia parte dos empreendimentos do empresário. Segundo Sena (2015), “Não há muita bibliografia disponível sobre este acontecimento. Os relatos disponíveis sobre a chegada da televisão em território paraense não dão conta dos conjuntos enunciativos das condições da inauguração em terras amazônicas”.

Em um período de seis anos, a TV Marajoara foi a única emissora presente no Estado. Em 1967, surge a TV Guajará ocasionando a quebra do controle da TV Marajoara. Após nove anos, no dia 27 de abril de 1976, é inaugurada a TV Liberal, de propriedade do jornalista Rômulo Maiorana. Alguns anos antes do surgimento da TV, Rômulo Maiorana já possuía a Rádio Liberal AM e o Jornal O Liberal, criado com o propósito político e, em pouco tempo, se tornou um dos mais importantes jornais do norte do país.

Em sua grade de programação a emissora direcionou um espaço que teria a informação como destaque. No dia 1º de maio de 1976 começa oficialmente o jornalismo da TV Liberal. Após alguns ajustes técnicos, o canal passou a produzir dois telejornais e, consequentemente, a exibi-los em seu conteúdo programático: o Jornal Hoje Edição Local e o Jornal Nacional Edição Local.

Hoje, em sua produção local, a TV Liberal possui os telejornais Bom dia Pará, Jornal Liberal 1ª Edição e Jornal Liberal 2ª edição, o Globo Esporte edição local, além de dois programas semanais, É do Pará e Liberal Comunidade, exibidos no sábado e domingo, respectivamente

Já o Sistema Brasileiro de Televisão entrou no ar para todo o Brasil como Canal 4 de São Paulo no dia 19 de agosto de 1981. Anos depois a emissora se popularizou como SBT. Atualmente, o Sistema conta com emissoras próprias nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Pará e Rio Grande do Sul. A TV possui ainda mais de 100 canais afiliados distribuídos por todo cenário nacional.

O Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) possui uma história que por muitas vezes foi confundida com o fim da TV Tupi, na década de 1980. Liderando a Rede de Emissoras Independentes (REI), a TV Studios (TVS) e a Rede Record

Com as mesmas atrações da TV Studios, o SBT preenchia sua grade de programação com filmes, desenhos animados e programas de auditório. No mesmo ano da inauguração, o

⁶ Jornal periódico fundado em 25 de março de 1876 em Belém, por Joaquim José de Assis. A Província do Pará circulou no período da borracha como jornal diário por 125 anos.



SBT lança em 18 de novembro o primeiro telejornal que faria parte da programação, o Noticentro, que configurou os 5% do jornalismo imposto pela lei.

Por fazer parte do grupo de emissoras próprias do Sistema Brasileiro de Televisão, em Belém, o SBT possuiu a mesma programação que passara nas outras emissoras. Sendo assim, foi alugado no centro da cidade um espaço destinado às operações que transmitiriam as programações. Neste local já existia uma torre de TV, o que possibilitou a entrada do Sistema no ar no dia 2 de setembro de 1981.

Hoje, o SBT Pará possui em sua grade de programação duas produções locais. São elas: o Jornal SBT Pará e o SBT Esporte Pará.

3 CONVERGÊNCIA NO TELEJORNALISMO E AS TRANSFORMAÇÕES MUDIÁTICAS

Com o surgimento da convergência de novas e tradicionais mídias, a televisão passou por mudanças ocasionadas pelo avanço e expansão da internet, fato este que vem transformando os hábitos dos telespectadores.

Agora, a convergência ressurgue como um importante ponto de referência, à medida que velhas e novas empresas tentam imaginar o futuro da indústria de entretenimento. Se o paradigma da revolução digital presumia que as novas mídias substituiriam as antigas, o emergente paradigma da convergência presume que novas e antigas mídias irão interagir de forma cada vez mais complexas. (JENKINS, 2009, p. 33).

Por serem incentivados a alcançar novos conteúdos em diferentes espaços, o público passa por uma transformação cultural, movido pela convergência, que por muitas vezes é entendida apenas como um procedimento tecnológico que conecta diversas plataformas dentro dos mesmos dispositivos. De acordo com Jenkins (2009), o processo de convergência não pode ser visto apenas como uma junção de diversas tecnologias dentro dos mesmos aparelhos, mas sim como uma nova maneira dos consumidores interagirem e procurarem novas informações.

A convergência pode ser explicada como um fator que transforma a ligação entre as ferramentas tecnológicas e o público filtra o conteúdo. Nota-se, portanto, que o ciberespaço possibilita a interação entre os meios de comunicação, sem a necessidade de substituí-los. Conforme afirmam Grusin e Bolter (1999), os novos meios se apropriaram de particularidades dos veículos que os antecederam, o que contribui também na modernização dos atuais. (DUARTE; CASTRO, 2010).

Com a interação mais ativa e interativa do público, o conceito de convergência midiática ganha novos adeptos e, conseqüentemente, novos rumos. Conceito este considerado como um fenômeno da cibercultura⁷, modificando a mídia tradicional. Para Santaella (2003), o público converge para a construção de um novo meio de comunicação, pensamento e trabalho, ocasionando o aparecimento de métodos híbridos que atuam de maneira veloz.

⁷ Forma sociocultural que advém de uma relação de trocas entre a sociedade, a cultura e as novas tecnologias de base microeletrônicas.



A convergência no telejornalismo nos faz pensar as fases que a televisão percorreu, dispositivo fundamental do nosso estudo no cenário tecnológico, haja vista que o surgimento de novos meios tecnológicos obriga com que os meios tradicionais se adaptem. É comum notar que as características das novas mídias passam a coexistir com as existentes, que em diversos momentos possibilitam a apropriação de características de um meio para o outro. Para Castells (2003), tanto a internet quanto a televisão agregaram elementos típicos que as relacionassem.

É notável perceber as mudanças pelas quais a televisão passa e o modo com que o compartilhamento da informação é transmitido. Hoje, a televisão trabalha em conjunto com as novas mídias e, conseqüentemente, absorve características hipermediáticas⁸. A possibilidade de entrar nos lares como agente de comunicação pública garante à TV não apenas o gerenciamento dos meios de entretenimento, mas também ser utilizada como ferramenta de transporte de informação para a sociedade.

A convergência remodela tudo: da linguagem à organização das empresas, que estão revendo seu plano de negócios e reorganizando seu modelo de produção. Uma tendência crescente no mundo da convergência é o desenvolvimento de produtos e serviços cruzados entre empresas de diferentes setores da indústria de comunicação e entretenimento. Uma imagem produzida originalmente para cinema pode, com a tecnologia digital, ser exibida também no celular. Isso faz que as obras sejam, desde o início, concebidas com uma linguagem adequada a várias saídas, ou com conteúdos extras que possibilitem ações *cross media* (mídia cruzada) ou *transmídia*. (CANNITO, 2010, p.84).

Ao apropriar-se de elementos tecnológicos, alteram-se paradigmas de produção, distribuição e consumo de informação, o que pode ser chamado de jornalismo multiplataforma, que nada mais é do que a veiculação dos produtos jornalísticos em diversos meios, que insere o jornalismo em redes digitais. Para Prado (2011), o jornalismo multimídia é a junção de vídeos, áudios e diversos tipos de materiais que darão suporte a uma determinada reportagem.

A convergência, de acordo com os estudos de Firmino (2013) em relação às teorias de Jenkins (2009), possibilita ao público não apenas um processo de consumo, mas também de produção, compartilhamento e apropriação do conteúdo, reafirmando que a convergência ultrapassa o aspecto tecnológico.

A partir da distribuição de novas plataformas midiáticas e dos meios digitais, o processo de convergência desencadeou novas maneiras de praticar o jornalismo, além de mudanças no ambiente de trabalho, que deixou de ser tradicional para se adequar às modificações ocasionadas pela reconfiguração da notícia no telejornalismo.

De acordo com Santaella (2004), o campo da interatividade nos fala sobre o processo de dualidade que incide na produção ao trabalharem em conjunto. Santaella diz ainda que o termo interação é visto como o diálogo entre pessoas e o entendimento. Por fim, a autora retrata a interatividade como um processo comunicacional no qual em um simples diálogo são encontradas formas de manifestação de maior privilégio.

⁸ O conjunto de meios que permite acesso simultâneo a textos, imagens e sons de modo interativo e não linear, possibilitando fazer links entre elementos de mídia, controlar a própria navegação e, até, extrair textos, imagens e sons cuja sequência constituirá uma versão pessoal desenvolvida pelo usuário.



Nota-se então que a internet tornou-se o meio que possibilita uma maior visibilidade no processo de convergência e com isso, integra as mídias em apenas um suporte, objetivando que a televisão possa ser uma ferramenta interativa. Partimos do pressuposto que a interatividade disponibilizada ao público, por meio dos dispositivos tecnológicos, garante uma interação entre os chamados atores sociais, estes, pertencentes ao meio digital das mídias sociais, auxiliam na produção e reconfiguração das novas práticas do telejornalismo.

4 ANÁLISE EMPÍRICA E O PROCESSO DE INTERAÇÃO NO TELEJORNALISMO

4.1 Análise da Cobertura da “Chacina de Belém” sob o olhar do Jornal Liberal 1ª Edição

Os telejornais regionais, cada vez mais, possibilitam uma maior interação do telespectador com o produtor, aproximando-os das informações locais. Nesta etapa da pesquisa, faremos uma análise do que foi exibido pelo Jornal Liberal 1ª Edição, no dia 05 de novembro de 2014, sobre o caso “Chacina de Belém”, ocorrido na noite do dia 04 e na madrugada do dia 05 de novembro de 2014.

De acordo com a editora-chefe do Jornal Liberal 1ª Edição, Josy Maciel, em 2015, com o acesso maior em relação à internet, a TV Liberal sofreu algumas mudanças na maneira de produzir informações. Com a intenção de aproximar cada vez mais os telespectadores, a TV Liberal lançou, no dia 05 de outubro de 2015, o aplicativo para dispositivos móveis “VC na TV Liberal”, disponível em sistemas operacionais como *Android*⁹ e *iOS*¹⁰. O aplicativo foi lançado com a finalidade de proporcionar mais um canal que possibilitasse o envio de conteúdos por meio de fotos, vídeos e textos de maneira rápida, prática e dinâmica. Além disso, o aplicativo garante ao público sigilo e segurança no envio do material.

No caso da “Chacina de Belém”, ocorrido em novembro de 2014, a emissora ainda não possuía o dispositivo citado anteriormente, fazendo com que todo o material enviado pelo público fosse recebido pelo *WhatsApp* pessoal dos produtores. De acordo com a produtora do Jornal Liberal 1ª edição, Ana Thaynara Cruz, no dia do ocorrido, o público colaborava enviando informações por meio de telefone fixo e mensagens instantâneas (*WhatsApp*), porém, as informações não davam conta do que realmente havia acontecido e do que viria ocorrer. A produtora afirma ainda que as primeiras informações relatavam a morte de um policial militar, identificado como Marco Antônio da Silva Figueiredo, no bairro do Guamá, em Belém. A morte do PM causou, posteriormente, uma “onda” de assassinatos nos bairros da Terra Firme, Guamá, Marco, Jurunas, Sideral e Tapanã, todos localizados na capital paraense.

Após a morte do PM, ainda na noite de terça-feira, dia 04 de novembro de 2014, começaram a surgir nas mídias sociais conteúdos que relatavam estar acontecendo uma “chacina” em diversos bairros da cidade, e que dezenas de pessoas já haviam sido assassinadas. Vários vídeos e áudios começaram a ser publicados e compartilhados na internet

⁹ Sistema operacional para dispositivos móveis

¹⁰ Sistema operacional para dispositivos móveis



e entre a população de Belém, conteúdo este que continha supostos tiros sendo disparados pelos possíveis executores. Além disso, alguns perfis no *Facebook*¹¹, atribuídos a policiais, chamavam PM's para a "chacina". Diversos áudios compartilhados via *WhatsApp* reproduziam a voz de uma pessoa pedindo para que a população não saísse de suas casas, pois iria haver uma "limpeza" na área. Como comprovamos a seguir em um áudio distribuído na madrugada do dia 05 de novembro de 2014: "*Senhores, façam o que for preciso, mas não vão para o Guamá, Canudos, nem para a Terra Firme hoje à noite. Mataram um policial nosso e vai ter uma "limpeza" na área. É uma questão de segurança dos senhores, tá?!*"

O conteúdo estudado, sobre a "Chacina de Belém", exibido no dia 05 de novembro de 2014, pelo Jornal Liberal 1ª Edição, da emissora TV Liberal, afiliada à Rede Globo, mostra a repercussão da "onda" de execuções ocorridas na noite do dia 04 e na madrugada do dia 05 de novembro. Do tempo total de duração do telejornal, cerca de 38', 23'10" foram destinados apenas para a cobertura do caso. Na abertura do jornal a apresentadora destaca o ocorrido, atualizando o número de mortos de acordo com uma fonte oficial, neste caso, a Secretaria de Segurança do Estado do Pará (Segup).

Posteriormente, o repórter que está no link chama um VT (*videotape*), que destaca detalhes do assassinato do policial e enfatiza o silenciamento dos moradores do bairro, que não quiseram gravar entrevistas. O VT conta com a sonora de uma fonte oficial, em que é explicado o trabalho de investigação iniciado após o crime. Em seguida, o repórter que está no link destaca a repercussão da "onda" de assassinatos nas mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas como *WhatsApp*. No estúdio, a apresentadora pede para que o público colabore com comentários sobre a "chacina", disponibilizando meios interativos como *e-mail* e telefones da emissora. Com isto, podemos perceber o processo de convergência usado pela TV Liberal, no qual afirma o teórico Henry Jenkins:

A circulação de conteúdos – por meio de diferentes sistemas de mídia, sistemas administrativos de mídias concorrentes e fronteiras nacionais – dependem fortemente da participação ativa dos consumidores. Meu argumento aqui será contra a ideia de que a convergência deve ser compreendida principalmente como um processo tecnológico que une múltiplas funções dentro dos mesmos aparelhos. Em vez disso, a convergência representa uma transformação cultural, à medida que consumidores são incentivados a procurar novas informações e fazer conexões em meio a conteúdos de mídia dispersos. (JENKINS, 2009, p. 29)

Após a sugestão de envio de comentários do público, solicitado pela âncora do telejornal, percebemos que a apresentadora possui um *tablet*¹², onde são recebidos e lidos os comentários da população, fato este que atribui mais dinamismo para o jornal, além de aproximar e fidelizar o telespectador. Além disso, o apresentador pode ler os comentários que achar interessante no momento da apresentação, sem interferência, muita das vezes, da figura do editor do telejornal.

¹¹ É uma ferramenta lançada em 2004 em que usuários criam perfis que contem fotos e listas de interesses pessoais. Serve também como uma forma de interação entres os membros.

¹² É um tipo de computador portátil, de tamanho pequeno, de espessura fina e com tela sensível ao toque.



De acordo com a produtora do Jornal Liberal 1ª edição, o processo de apuração no caso da “Chacina de Belém” foi minucioso, pois a todo o momento a produção recebia um grande número de materiais, que chegavam de diferentes lugares. Conteúdos como vídeos e fotos retratavam as supostas mortes que estavam acontecendo em Belém, além de áudios com gravações de prováveis policiais e criminoso. Todas essas informações precisavam ser checadas, para em seguida se constatar, ou não, a veracidade dos fatos. *“Todas as fotos, vídeos, mensagens, áudios... tudo o que recebemos é checado várias vezes, com várias fontes diferentes, até termos certeza de que o fato é verdadeiro”.*

Para Lage (2003), “a apuração, fundada no cultivo das fontes e nas entrevistas, parece insuperável. Tudo o que discute, na verdade, é ética – algo determinante, mas externo ao processo produtivo. O computador chegou para mudar isso. Estabeleceu diferencial entre jornalista que domina a máquina e o que não domina – isto é, entre uma nova geração e uma geração antiga”.

Ana Thaynara explica que mesmo com uma grande quantidade de materiais que chegaram à redação do telejornal, nenhum foi veiculado, restrição essa que está ligada às questões editoriais da empresa. Para Foucault (2013), esse processo é configurado como um aspecto de interdição, silenciamento ou da exclusão desses conteúdos, pois a produção do discurso é controlada pelo poder, que é explicado como um dispositivo que tem o objetivo de exercer uma determinada força. No ocorrido de novembro de 2014, o poder é atribuído à editoria do Jornal Liberal 1ª Edição, que controlou toda a informação que foi veiculada.

Foucault reforça ainda que em nossa sociedade existem vários tipos de procedimentos de exclusão. No caso da “chacina” fica evidente que esse procedimento foi o de interdição.

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. O discurso não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nós queremos apoderar. (FOUCAULT, 2013, P. 10)

Os discursos empregados no telejornal revelam as muitas vozes constituídas na docilização do corpo. Podemos perceber este fato em todo o processo de produção da informação, em que ocorre a seleção do que, posteriormente, irá se tornar notícia e em seguida a sua veiculação. De acordo com Foucault (1999), a docilização dos corpos nos faz refletir sobre como este processo é empregado nas redações. O profissional “foca”, termo utilizado para os jornalistas iniciantes, deve ter o seu corpo inserido em uma microfísica para então realizar suas funções.

Devido às rotinas habituais de uma determinada redação, o produtor é constantemente exposto ao processo corporativo e mercadológico da empresa. Com isso, esse profissional aceita a correlação de poder imposto nas redações, a partir do uso de discursos. Desta forma, o ramo comunicacional proporciona que identidades sejam atualizadas, excluídas ou interditadas.



O profissional da comunicação está constantemente envolto pela produção de notícias e pelo exercício do poder empregado sobre o que opta ou não em dizer. Neste caso, a ordem do discurso que a mídia produz “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, por certo número e procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório...” (FOUCAULT, 2013,p.08).

4.2 O Jornal SBT Pará e a repercussão Da “Chacina de Belém”

A TV é mais do que um dispositivo tecnológico, ela se utiliza de enunciações que geram efeitos na forma de apresentar os conteúdos. Além disso, traz à tona assuntos polêmicos como o caso da “chacina”.

De acordo com Foucault, o dispositivo televisivo se utiliza do termo “verdade” durante a exibição dos telejornais. Este fato está intimamente ligado ao exercício do poder que a televisão exerce.

Os objetos visíveis, as enunciações formuláveis, as forças em exercício, os sujeitos numa determinada posição, são como que vetores ou tensores. Dessa maneira, as três grandes instâncias que Foucault distingue sucessivamente (Saber, Poder e Subjetividade) não possuem, de modo definitivo, contornos definitivos; são antes cadeias de variáveis relacionadas entre si. (DELEUZE apud SENA; 1990, p.01)

A escolha pelo SBT se deu pelo fato da emissora ter se diferenciado, da TV analisada anteriormente, na forma do discurso empregado na exibição dos materiais enviados pelo público. Nosso conteúdo de análise se restringe a dois VT’s veiculados no dia 05 de novembro. Esse material deu ênfase à repercussão do caso nas mídias sociais e no aplicativo de mensagem instantânea (*WhatsApp*). Neste trabalho não tivemos acesso ao Jornal SBT Pará na íntegra. Por conta disso, interpretaremos somente VT’s, como mencionado anteriormente.

O primeiro vídeo analisado relata as primeiras informações relacionadas à morte do cabo *Pet*. O *off*, texto feito pelo repórter, no início da matéria, mostra imediatamente a colaboração do público através de vídeos, gravados por câmera de celular, que supostamente foram feitos na periferia de Belém. Uma das imagens mostra uma pessoa, que estaria ferida, sendo socorrida pela população.

A matéria exhibe ainda *print*s¹³ de mídias sociais em que supostos policiais estariam convocando para uma “chacina” na área. Além dos *prints*, a repórter usa áudio de um suposto policial que sugere que a população não saia de casa. É importante ressaltar que a todo o momento o *off* da repórter é coberto com vídeos e áudios enviados pelos telespectadores.

A produtora do Jornal do SBT Pará, Thais Damasceno, relata de que maneira a emissora selecionou os materiais.

Recebemos vários materiais pelo *WhatsApp*. A ideia era juntar tudo o que a gente tinha e depois ir fazendo a triagem de acordo com a confirmação dos órgãos de segurança. Tinha muita coisa que era verdade, mas também teve muita gente que se aproveitou da situação pra espalhar mais medo pelas redes sociais, então a gente tinha que ter esse cuidado na chegada desse material na redação. (THAIS DAMASCENO, PRODUTORA DO JORNAL SBT PARÁ).

¹³ É uma captura em forma de imagem de tudo que está presente em uma tela.



Assim como ocorreu no Jornal Liberal 1ª Edição, o telejornal SBT Pará também reafirmou, por meio de um representante de segurança do Pará, que os conteúdos propagados nas mídias sociais “*causaram pânico na população*” e que esses compartilhamentos passariam por investigações para checar a veracidade das informações.

Percebemos com isso, que a todo o momento são veiculadas imagens de grande impacto, mostrando a valorização dos critérios de noticiabilidade. Podemos notar esses critérios no momento em que a repórter seleciona vídeos aos quais, em seu entendimento, são merecedores de estar contribuindo para o processo de fazer notícia.

Onde quer que haja circulação de discursos, lá estarão as relações de poder. Não podemos ignorar que o homem é capaz de recriar criativamente a história, o que torna possível, sim, tomar o poder, subvertê-lo, modificá-lo, encontrar novos caminhos. Mas também, não nos esqueçamos de que não se publica um livro, não se realiza uma pesquisa, não se coloca um site na internet, nem mesmo se consegue audiência em uma praça pública fora das teias do poder. (NEVES, apud SENA, 2009, p. 105)

De acordo com Traquina “o jornalista relata, capta, reproduz ou transmite o acontecimento” (TRAQUINA, 2005, p. 62.). O profissional também coopera na construção da realidade social.

Com isso, torna-se importante usar elementos que contribuam para o trabalho jornalístico no processo de seleção dos fatos. Como podemos notar no caso dos valores-notícias, que para Wolf (2001) é conceituado como uma ferramenta de noticiabilidade, permitindo ao profissional compreender e avaliar quais materiais devem ir para o telejornal.

Os valores-notícias são a qualidade dos eventos ou da sua construção jornalística, cuja presença ou ausência os recomenda para serem incluídos num produto informativo. Quanto mais um acontecimento exibe essas qualidades, maiores são suas possibilidades de ser incluído. (WOLF, 2001, p. 196).

No segundo VT, o repórter entrevista a irmã de uma vítima. Ela revela, de acordo com relatos de testemunhas, que homens em uma motocicleta abordaram a vítima e efetuaram os disparos com uma arma de fogo. A mulher faz questão de enfatizar que seu irmão não tinha envolvimento com a criminalidade, como observamos na transcrição a seguir: “*O meu irmão era inocente. O meu irmão nunca teve passagem pela polícia. Ele trabalhava desde os oito anos de idade*”.

Podemos perceber que o discurso empregado pela irmã da vítima é uma forma de justificar que o jovem não era aquilo que a sociedade rotula. Para Foucault (2013), isto é explicado como a subjetivação dos seres, na qual o fato do jovem ser de classe social baixa e por morar em bairro periférico, torna-o um sujeito marginalizado. Foucault ressalta ainda que a situação descrita acima está inserida em um contexto histórico, sendo constantemente atualizado no discurso empregado pelos jornalistas.

No decorrer do VT o repórter relembra os acontecimentos que ocasionaram a “chacina”, fazendo novamente uso de vídeos e *print's* de postagem em mídias sociais. O jornalista ainda reproduz um áudio em que um policial, supostamente, estaria fazendo convocação para uma “limpeza” na área.



Eliana Amaral afirma que o telejornal viu a necessidade de se adaptar as novas ferramentas de interação para estar mais próximo do telespectador.

Começamos a fazer esses *lives*¹⁴ e *videoselfies*¹⁵ este ano. Já as chamadas com os destaques do jornal há mais tempo; cerca de três anos. Começamos a fazer porque se tornou uma tendência nas redes sociais. Se tem um público que nos acompanha por elas, precisamos nos adaptar às ferramentas disponibilizadas, que mudam constantemente. O *feedback* quase sempre é positivo. (ELIANA AMARAL, EDITORA-CHEFE DO SBT PARÁ, 2016)

Observamos então que o processo de interação a partir de mídias sociais ocorre tanto no Jornal Liberal 1ª Edição quanto no Jornal SBT Pará. Entretanto, foram exemplificados no decorrer do estudo que a colaboração nos telejornais, permitiu que a produção de notícias ultrapassasse os métodos tradicionais, possibilitando maior proximidade entre público e mídia. Tais ferramentas passaram a ser consideradas canais de ligação do profissional de comunicação, que passa a reconfigurar o modelo da notícia com a colaboração dos atores sociais. Cada vez mais as pessoas têm consciência da importância das redes sociais como espaços de visibilidade na produção de conteúdo e com isso, as emissoras de telejornais se adequam às transformações.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente estudo, o tema abordado mostra as importantes mudanças pelas quais a televisão está passando com a utilização de novos dispositivos que tornam a colaboração mais recorrente. Salienta-se a análise do crescimento da interação do público, via internet, com as emissoras. É importante destacar que os domínios profissional e organizacional trabalham em conjunto, haja vista que as emissoras passaram a se utilizar de conteúdos dos telespectadores, garantindo o fortalecimento da correlação entre os telejornais e seu público.

O novo processo de se utilizar de materiais cedidos pelos atores sociais permite a criação de novos paradigmas na produção jornalística, o que gera novos formatos de apuração e veiculação das notícias. A internet possibilita, seja por meio de computadores ou dispositivos móveis, um novo formato de cognição, ou seja, adquirir novos conhecimentos de forma mais didáticas, garantindo que a opinião pública se torne mais precisa.

O público vê nas ferramentas de busca uma forma constante de obter informações, de maneira que cada um cria versões de diferentes ângulos.

No momento em que um determinado telespectador disponibiliza materiais para a veiculação nas emissoras, a possibilidade de gerar consequências à população torna-se maior, visto que um pequeno compartilhamento de informações pode ser tornar pauta e destaque dentro do telejornal.

Observa-se então que as mídias sociais e os aplicativos de mensagens instantâneas passaram a ganhar maior destaque na produção do telejornalismo, pela possibilidade de

¹⁴ Vídeo ao vivo disponibilizado nas mídias sociais.

¹⁵ Chamada de vídeo, que permite ao utilizador ver e ser visto pelo interlocutor enquanto fala.



interação a nível mundial. De acordo com nossa análise, verifica-se que a produção do caso “Chacina de Belém” se utilizou dessas ferramentas comumente conhecidas para entretenimento, ultrapassando paradigmas criados. Ainda segundo análise, verificamos que a facilidade e propagação de informações, no caso do objeto em questão, possibilitou uma mudança na forma de se fazer notícia.

O estudo, de modo geral, mostra a importância de haver conhecimento dos novos formatos disponibilizados que influenciam no dia-a-dia do trabalho jornalístico, trabalho este que passou a não se limitar a ter características de um meio coletor de informações. Este fenômeno merece destaque e análise contínua, pois trata de ambientes com vasto nível de interação, na qual o telespectador possui voz ativa no processo de veiculação e na sugestão de conteúdos produzidos, tornando-se um novo gênero, com novas possibilidades. Com isso percebemos que o novo meio colaborativo passa por reformulação na construção e veiculação da notícia.

Além disso, podemos analisar o discurso empregado no modo em que os telejornais estudados, Jornal Liberal 1º Edição e Jornal SBT Pará, construíram a narrativa do caso “Chacina de Belém”. No Jornal Liberal 1º Edição, percebemos o que Foucault (2013) analisa como um processo de interdição, silenciamento ou exclusão, em que não houve veiculação de conteúdos disseminados nas mídias sociais e aplicativos de mensagens instantâneas, o que podemos inferir que o discurso é controlado pelo poder e, conseqüentemente, exerce uma determinada força. Já no Jornal SBT Pará, analisamos em um dos VT's a subjetivação dos seres, em que o sujeito é marginalizado, e que esse discurso é constantemente atualizado pela mídia (FOUCAULT, 2013).

Este trabalho possui também representatividade de avanços nos meios de comunicação, devido sua inserção no formato de comunicação digital, domínio que retrata questões singulares e importantes, tal como a utilização de novos modelos midiáticos no ambiente comunicacional, anteriormente conhecido como comunicação tradicional.

REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

ALMEIDA, Edileuson. **A TV na Amazônia: uma história pelas margens**. Roraima: 2011

BÓRIO, Pâmela Monique Cardoso. **PROSUMER: o novo protagonista da comunicação**. João Pessoa, 2014.

CABRAL, Águeda Miranda. A travessia do analógico para o digital. In: SILVA, Fernando Firmino da; SOSTER, Demétrio de Azeredo (Org.). **Metamorfoses Jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa cruz: EDUNISC, 2009. p. 174-193.

CANNITO, Newton Guimarães. **A televisão na era digital: interatividade, convergência e novos modelos de negócio**. São Paulo: Summus, 2010.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Editora paz e terraS/A, 2003.

DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de. **Convergências midiáticas: produção ficcional**. Porto Alegre: Sulina, 2010.



- DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio ((org.)). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. Atlas, 2015. 380 p
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- _____. Michel. **A ordem do discurso**. 23.ed. São Paulo: Loyola 2013.
- _____. **Vigiar e punir**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GREGOLIN, Maria do Rosário. **Identidade: objeto ainda não identificado?. São Paulo**.
- JENKINS, Henry. **Cultura da Convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.
- LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2003.
- PATERNOSTRO, Vera Íris. **O texto na TV: Manual de Telejornalismo**. 2 Ed. Rio de Janeiro:Elsevier, 2006.
- PEREIRA, João Carlos (Org.). **Memória da televisão paraense e os 25 anos da TV Liberal**. Belém: SECULT; ORM, 2002. 116 p.
- PRADO, Magaly. **Webjornalismo**. Rio de Janeiro: LTC, 2011.
- PRIMO, Alex e RECUERO, Raquel da Cunha. **Hipertexto cooperativo: uma análise da escrita coletiva a partir dos blogs e da Wikipédia**. Revista da FAMECOS, Porto Alegre. n.22, 2003.
- SACRAMENTO, Igor; ROXO, Marco; GOULART, Ana Paula. **História da televisão no Brasil: do início até aos dias de hoje**. . São Paulo: Contexto, 2010. 347 p.
- SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.
- _____. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. São Paulo: Paulus, 2004.
- SENA, Arcângela. **O indício notícia na televisão, corpos de memórias coletivas**. Belém, 2015.
- SILVA, Arlindo. **A Fantástica História De Silvio Santos**. Ed. Brasil: 2000.
- SILVA, Fernando Firmino da; SOSTER, Demétrio de Azeredo (Org.). **Metamorfoses Jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa cruz: EDUNISC, 2009. p. 154-173.
- SOUSA, Jorge Pedro. **Jornalismo Online**. 2007. Disponível em <<http://www.ipv.pt/forumedia/5/13.htm>> Acesso em: 22 de janeiro de 2013.
- TOFFLER, Alvin. **A terceira onda**. Trad. João Távora. 29. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.
- TORRES, Hideide Brito. **O telejornalismo global e suas relações discursivas a partir de Foucault**. Rio Grande do Sul: 2010.
- TV LIBERAL. Disponível em <<http://redeglobo.globo.com/pa/tvliberal/noticia/2015/10/tv-liberal-lanca-aplicativo-para-celular-vc-na-tv-liberal.html>> Acesso em 17/11/2016.
- TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo. A tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis: Insular, 2005.
- WOLF, Mauro. **Teoria da Comunicação**. Tradução: Editora Presença. Lisboa. 2001.

**GT 6 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****CHACINA DE PAU D'ARCO: UMA ANÁLISE NARRATIVA DE GUERRAS INVÍSIWEIS NO CAMPO EM PÁGINAS DE JORNAIS IMPRESSOS DE BELÉM**

Ana Paula de Mesquita AZEVEDO¹
Karina Samille Alves COSTA²
Victor Tiago Pereira FURTADO³

Resumo: Este artigo, a partir dos estudos das narrativas, procura analisar a dimensão narrativa presente nos principais jornais impressos de Belém sobre o caso de Pau D' Arco. Buscamos como aporte teórico Motta (2013) e Ricouer (2014), para nos sustentar nas discussões sobre a narrativa presente nas matérias dos jornais impressos e como esse conflito social, que muitas vezes é invisibilizado, está sendo construído pela mídia impressa. Entendemos que analisando as matérias pela perspectiva da narrativa, podemos compreender a estrutura desse discurso que é construído pela mídia sobre o caso de Pau D' Arco e as vozes presentes nas matérias impressas. Castoriadis (1982) e Boff (2016) para analisar como esse conflito social presente no caso de Pau D'Arco é simbolizado pela mídia e pelas instituições, bem como compreender a violência no ambiente rural, sob as perspectivas histórica e sociológica. Nesse sentido, ressalta-se a importância da análise crítica acerca desta temática, para que se possa apreender as ramificações que envolvem as narrativas empregadas no jornalismo impresso local sobre a violência ocorrida no município de Pau D'Arco.

Palavras – chaves: Mídia impressa; Narrativa; Violência no campo

1 Introdução

O caso da chacina no município de Pau D'Arco, região Sudeste do Pará, fomentou discussões e despertou, novamente, o olhar da sociedade para a violência no campo. Foi a repercussão mais moderna e intensa desde o Massacre de Eldorado do Carajás, em 21 de abril de 1996. A chacina de Pau D' Arco ocorreu na fazenda Santa Lúcia, no dia 24 de maio do ano em curso. A fazenda é ocupada ilegalmente desde 2015. Entre 2016 e o início de 2017, já havia sido feitas reintegrações de posse, mas a propriedade foi ocupada novamente. Um grupo de policiais civis e militares foi até a fazenda para cumprir 16 mandados de prisão e de busca e apreensão. Além de não prender ninguém, os policiais deixaram dez pessoas mortas.

Os alvos eram suspeitos na morte de Marcos Batista Ramos Montenegro, segurança da fazenda que foi assassinado em abril deste ano. A versão dos policiais diz que os

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. Email: anapazmesquita@gmail.com

² Jornalista graduada em Comunicação Social pela UNAMA, pós-graduação em Educação para as Relações Etnicorraciais pelo IFPA e discente do curso de Licenciatura Plena em Letras-Português da UFPA. Email: karinasamille@gmail.com

³ Jornalista graduado em Comunicação social pela FAP, pós-graduação em Comunicação Corporativa pela Esamaz. Email: victortiogopf@gmail.com



acampados estavam armados e reagiram à abordagem. Porém, familiares das vítimas e sobreviventes alegam que os policiais chegaram com violência e atiraram primeiro.

A Secretária de Estado de Segurança Pública e Defesa Social do Pará (Segup), no dia 12 de julho, confirmou, em entrevista coletiva, que as mortes dos dez trabalhadores rurais em Pau D'Arco têm características de execução. O caso ganhou destaque na imprensa local, nacional e internacional. Fomentou discussões no tecido social, envolvendo instituições públicas como “personagens” nesse cenário de violência e conflitos de terra.

É esse cenário que este trabalho pretende analisar, a partir da narrativa de matérias impressas dos jornais Diário do Pará e O Liberal, ambos paraenses e sediados em Belém. O objetivo é compreender como esse discurso sobre a violência no campo é construído nessas mídias e como a violência no campo é simbolicamente representada.

2 A violência no campo e sua representação simbólica

A violência é algo intrínseco nas relações humanas, uma vez que, por mais justa e equilibrada seja uma sociedade, segundo Boff (2016), sempre iremos contar com conflitos e violência. Mas isso não é um desvio da construção do ser humano e sim da constatação da sua existência ambígua e finita. Para o autor, isso nos permite compreender, no caso do Brasil, por que sempre há violência, incluindo a do campo, objeto de estudo deste trabalho, justamente “por causa de nossa formação social, violência exacerbada, quer dizer, mais demente que sapiente.” (Boff, 2016, p. 27).

Além disso, herdamos, ressalta Boff (2016, p. 27), “quatro sombras que pesam sobre nós e que originaram e originam a violência”, tais como: o nosso passado colonial, o genocídio indígena, a escravidão e a Lei de Terras do Brasil, de nº 601 de 18 de setembro de 1850. Essas “sombras” foram determinantes na configuração dos conflitos de terra que persistem até hoje no Brasil. Desse modo, podemos constatar que no processo colonialista (primeira sombra) há uma ou várias ações de violência, que de acordo com Boff (2016, p. 28) “implica invadir terras, submeter os povos, obrigá-los a assumir a cultura do invasor/colonizador”, gerando assim um sentimento de dependência e de exagerado valor ao que vem de fora.

No caso do genocídio indígena (segunda sombra), o qual dizimou mais de quatro milhões de indígenas, entre eles, os Tupiniquim da Capitania de Ilhéus e os Botocudos (Krenak) no Vale do Rio Doce, no decorrer da constituição histórico-política do Brasil, “a consequência é a falta de respeito e a discriminação presentes na sociedade.” (BOFF, 2016, p. 28). Já na terceira sombra, referente à escravidão, à violência gerada através da exploração de cerca de cinco milhões de africanos trazidos para o país como “peças”, para o autor, negou-lhes a humanidade, criando assim, a instituição da Casa Grande e Senzala.



A escravidão gerou a falta de respeito aos direitos e a discriminação da cultura e religiões afro. Desse processo surgiu uma nação profundamente dividida entre os poucos ricos e grandes maiorias pobres. [...] somos, pois, um dos países mais desiguais do mundo, o que significa um país violento e cheio de injustiças sociais. Esta desigualdade social é uma das causas principais da violência no campo e na cidade. (BOFF, 2016, p. 28).

E por fim, a quarta sombra que trata da Lei de Terras do Brasil, a qual explica grande parte da violência no campo, uma vez que determinava a apropriação de terras somente mediante compra feita à coroa, então proprietária de todas elas. Em decorrência disso, “os pobres e afrodescendentes, por falta de dinheiro, foram totalmente excluídos e entregues ao arbítrio do grande latifúndio, submetidos a trabalhos sem garantias sociais.” (BOFF, 2016, p. 28). Neste sentido, temos uma divisão demográfica e social ainda hoje, extremamente desigual, no qual levou para as favelas e espaços inóspitos, os sem-terra e sem-teto, que caracterizam a pobreza e a miséria da maior parte de nossas cidades, consequências desses processos histórico-sociais.

Para Castoriadis (1982), no mundo social-histórico, tudo o que nos apresenta está indissociavelmente entrelaçado com o simbólico. Contudo, não se esgota nele. Na linguagem, por exemplo, encontramos primeiro o simbólico, tendo como um componente essencial o imaginário. Inicialmente, quando falamos de imaginário, nos vem logo a ideia de algo inventado, uma história imaginada em toda a sua construção ou pelo deslocamento de sentido, no qual os símbolos já disponíveis passam a assumir outras significações, como as metáforas. No entanto, o imaginário se apresenta também nas instituições, nas sociedades com culturas mais integradas, bem como em sociedades capitalistas, as quais, segundo o autor, se constituem de um imaginário centrado no “pseudo-racional”⁴.

Acerca dos simbolismos que envolvem os conflitos sociais presentes no caso de Pau D’Arco e a comunicação narrativa utilizada pelo jornalismo impresso de Belém, Motta (2013) destaca que a mídia e a comunicação narrativa na contemporaneidade, enquanto instrumentos de representação e instituição do mundo, adquiriram importância fundamental e estratégica, tanto na construção como na constituição do mundo na forma narrativa por meio da mídia. Motta (2013) afirma ainda, que a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo, seja de natureza física, das relações humanas, das identidades e personalidades, das crenças, dos mitos e dos valores, por meio de relatos. A forma narrativa descreve algo enunciado em diversas formas de estados de transformação, ou seja, “toda e qualquer narrativa é a enunciação de uma sucessão de estados de transformação.”

⁴ Ver em CASTORIADIS, Cornélius. *A instituição imaginária da sociedade*. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Título original: *L’institution imaginaire de La société*.



(MOTTA, 2013, p. 47). No que se refere à narrativa jornalística, esta é considerada pelo autor como uma forma de narrativa objetiva, uma vez que os relatos buscam se aproximar do real.

Os narradores da história e do jornalismo procuram, por estratégias e artimanhas próprias manter a objetividade do relato, representar *fielmente* o real: procuram contar desde uma *visão externa dos fatos*, para provocar, a falsa imagem que os fatos *falam por si mesmos*. [...] e exploram com astúcia, premeditação e profissionalismo o discurso narrativo, para causar efeitos de sentido. (MOTTA, 2013, p. 48;49).

Nesta perspectiva, compreende-se que as narrativas jornalísticas não somente destacam a vida das pessoas, os acontecimentos, da maneira como são, mas também como deveriam ser, voltando-se para o imaginário individual e coletivo. Motta (2013) ressalta que, para analisar a mídia (nesse caso, o jornalismo impresso), é preciso focar no processo de comunicação narrativa, na atitude e na posição em que se encontra o narrador, assim como “em suas intencionalidades e estratégias, seu papel mediador, nos dêiticos e implicaturas, nos efeitos de sentido possíveis e em outros aspectos...” (MOTTA, 2013, p. 50), não se limitando, portanto, ao foco apenas no produto.

Sob esta concepção, a comunicação narrativa relacionada à violência no campo requer uma análise focada no processo, pois como evidencia Boff (2016, p. 29), tal violência não se apresenta de maneira pontual, visto que “estamos montados sobre uma estrutura social e estatal marcada pela violência sistêmica contra pobres, afrodescendentes, camponeses e mulheres”, sendo essas minorias e classes excluídas, representadas por movimentos sociais e do campo, transmitem simbolicamente um tipo de resistência coletiva e organizada, o que conseqüentemente, resulta na violência rural, ao disputarem terras com fazendeiros e grileiros em regiões de expansão do agronegócio.

Segundo Castoriadis, “podemos descrever, explicar e até “compreender” como e porque as classes se *perpetuam* na sociedade atual. Mas não podemos dizer grande coisa quanto à maneira como nascem, ou melhor, como nasceram.” (CASTORIADIS, 1982, p. 184). Entende-se que as classes mencionadas por Castoriadis (1982), uma vez estabelecidas em determinadas sociedades, apresentam todo o processo de transformações históricas, já que se encontra num ciclo de riqueza e pobreza, de poder e submissão, visto que a sociedade se instituiu, não com base nas diferenças entre categorias de homens, mas nas diferenças não simétricas.

Além disso, outro fator que contribui para a violência no campo, são as crises políticas, visto que o latifúndio e o agronegócio acabam por se beneficiar dos entraves ideológicos e político-sociais, como por exemplo, os referentes à reforma agrária, os quais mantêm os trabalhadores rurais e a agricultura familiar a margem das políticas públicas



voltadas para o setor econômico rural, estabelecendo uma estrutura econômico-social extremamente desigual e um ambiente de disputa e conflitos pela posse da terra. Com isso, Boff (2016) destaca que na última década, a violência no campo apresentou:

[...] um crescimento impressionante e preocupante das ocorrências de conflito por terra onde está presente algum tipo de violência contra a ocupação e a posse (expulsão, despejo, destruição de bens, famílias submetidas a ações de pistoleiros) ou contra a pessoa (assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte e outras) que tiveram um “crescendo” constante nestes últimos dez anos, passaram de 615 em 2007 para 1.079 em 2016. (BOFF, 2016, p. 29;30).

Tais dados ainda não incluem a chacina ocorrida em Pau D’Arco. O que significa que os números poderão ser maiores. A partir disso, a instituição jornalística se apropria de uma rede simbólica, onde os discursos narrativos se constroem através de estratégias comunicativas e operações linguísticas e extralinguísticas que representam a realidade dentro de um contexto pragmático e político, pois mesmo que essa organização do discurso seja espontânea e intuitiva, de acordo com Motta (2013), ela não é aleatória.

Não podemos analisar as instituições, bem como, o conjunto da vida social apenas como um sistema exclusivamente funcional, uma vez que, de acordo com o autor, formam uma rede simbólica. Contudo, essa rede remete a algo que não o simbolismo, pois ultrapassa as considerações formais e/ou estruturais. “Compreender, e mesmo simplesmente captar o simbolismo de uma sociedade, é captar as significações que carrega. Essas significações só aparecem veiculadas por estruturas significantes.” (CASTORIADIS, 1982, p. 166). Mas isso, destaca o autor, não reduz essas estruturas somente pelas significações, nem que elas resultem de maneira unívoca ou que por elas sejam determinadas.

Logo, o mais importante desse trabalho é analisar de que maneira a violência no campo se apresenta enquanto discurso e produção simbólica da realidade, por meio das narrativas jornalísticas no caso de Pau D’Arco. Como ressalta Motta (2013), é preciso considerar as condições de produção do narrador, a narração como ato de fala em contexto, a retórica utilizada, os jogos de linguagem, a narratividade encoberta e descoberta, entre outros fatores que envolvem o ato comunicativo no jornalismo impresso, o qual se utiliza de uma comunicação e enunciação majoritariamente textual.

3 compreendendo o plano da ação no jornalismo

Dessa forma, para alinhar este trabalho, vamos traçar um campo teórico da ação. Ação a partir do dizer humano. Essa teoria é estudada por Miguel Silva (2001), uma contribuição para o entendimento da filosofia da linguagem e a hermenêutica do si. é analisada por Paul Ricoeur (2014). Nesse plano da ação que se constitui pelo plano do



dizer, se forma também pelo plano do agir. Esse plano do agir, diz Silva (2001, p.17), se divide em duas abordagens: semântica e pragmática. A primeira analisa a ação humana que está expressa no sentido do enunciado e no restante dos outros fenômenos expressos verbalmente. A pragmática verifica as possibilidades da ação do agente. De quem enuncia. É todo esse plano da ação que pode ser percebido nas matérias de jornais impressos sobre o caso de Pau D' Arco. Alguém enuncia algo para o outro ler.

Assim, “a ação e agente pertencem a um mesmo esquema conceitual, que contém noções como circunstância, intenções, motivos, deliberações, impulsos voluntários ou involuntários, passividade, coerção, resultados desejados, etc.” (RICOEUR, 2014, p. 41). O estudo da Ação de Ricoeur (2014) consiste na descrição da ação humana de frases que são construídas no dia a dia das pessoas. Nesse agir humano, a partir da linguagem e que está imbuído de intenções e um objetivo, que desenvolve o que Ricoeur (2014) chama de “rede”. Rede que sugere “[...] relações de intersignificações, assim, seus respectivos sentidos, de tal modo que saber usar um deles, é saber usar de maneira significativa e apropriada a rede inteira” (RICOEUR, 2014, p. 41). As matérias sobre o caso de Pau D' Arco são cheias de significações. Quem enuncia tem uma intenção ao transmitir de determinada forma. O jornal O Liberal tem uma forma de enunciar, de agir sobre outro, que é diferente da forma de ação do jornal Diário do Pará. O assunto é o mesmo, mas a enunciação, o agir humano presente nos jornais é diferente. Cada um tem sua intenção e motivo, impulso e deliberações.

Na filosofia da linguagem, os dois universos do discurso, ação e acontecimento, estão em oposição. Silva (2001) ao interpretar Paul Ricoeur na obra “O si mesmo como outro”, mostra a diferença entre Acontecimento e Ação. Para Silva (2001) o Acontecimento é um objeto, que depois de observado no mundo da vida, está enunciando descritivo verdadeiro ou falso. É algo que pode ser reproduzido por alguém que o observou.

A ação é o que dá movimento, sentido ao acontecimento, e que o faz tornar verdadeira ou falsa na realização. “[...] o que se faz ocorrer não é verdadeiro nem falso, mas torna verdadeira ou falsa a asserção de certa ocorrência, a saber, a ação cumprida” (RICOEUR, 2014, p. 46). É como dar vida ao enunciado. O discurso só terá movimento e sentido a partir de uma ação. A oposição está no sentido de que o acontecimento apenas ocorre. O que o “faz ocorrer” é a ação. Um é argumento, o outro é movimento. No jornalismo, o acontecimento ganha movimento com a ação de quem vai enunciar o fato. As notícias sobre a chacina de Pau D' Arco só tornaram conhecidas porque houve uma ação sobre esse acontecimento. A ação da população, pela indignação; a ação da mídia, por tornar público.

Buscamos em Ricoeur (2014) a explicação de que um novo “abismo lógico” se abre nessa reflexão, mas dessa vez entre o motivo e causa. O filósofo esclarece que o motivo



está implicado na noção de ação executada ou por executar. E a causa nas noções de Acontecimento. No universo do discurso, o conceito de causa é independente do conceito de efeito. Não há nenhuma alusão lógica do sentido. Ambos podem ser definidos isoladamente. “Neste sentido, uma explicação causal é a que estabelece correspondências entre fenômenos independentes uns dos outros” (SILVA, 2001, p. 19).

Já o motivo não pode ser definido sem a ação. Existe entre ambos uma relação mútua, uma conexão lógica. Onde o motivo se assemelha às ações do agir. Essas implicações lógicas estão tanto no fazer como desejar em fazer. “Na verdade, o desejo intervém na ação quer como dimensão racional, como sentindo, quer como força que constrange e afeta o sujeito” (SILVA, 2001, p. 19). O desejo está na dimensão racional porque algo será percebido, interpretado. A partir do momento que o sentido é percebido por alguém num determinado contexto, pode ser interpretado e afetará a forma de agir no mundo e nas relações.

Os discursos nos jornais impressos estão imbuídos de intencionalidades. Este agir pode estar presente nos enunciados narrativos das matérias sobre o caso de Pau D’ Arco. À medida em que o caso foi ganhando proporção nas mídias, provocou nas pessoas variadas reações. Quem lê o Diário do Pará poderá ter uma reação diferente de quem lê O Liberal. Ou ambos os leitores podem ter a mesma reação. De qualquer forma, o caso afetou a forma de pensar e agir desses leitores em relação à sociedade.

É por essa razão que Ricoeur (2014) diz que o agente é princípio da ação. É uma relação de dependência. A ação só acontece com um agente. Silva (2001) completa que esse princípio na relação entre agente e ação também pode se dar no plano físico. “Uma acção pode dizer-se ter o seu princípio no agente pelo facto de ser ele, ser o seu corpo, a desencadear um conjunto de movimentos físicos, observáveis, que dão origem à acção” (SILVA, 2001, p.23-24).

3.1 Narrativas cotidianas jornalísticas

Quando narramos algo, narramos com a intenção de que alguém escute ou preste a atenção. Motta (2012) diz que estudar as narrativas é compreender o sentido da vida e interpretar as ações dos indivíduos e suas relações sociais no mundo da vida. “Estudá-las é refletir sobre o significado da experiência humana e sobre o que as narrativas realizam enquanto atos de fala” (MOTTA, 2012, p. 23).

As narrativas nos permitem uma interação com outro. Vivemos em uma narrativa e somos a própria narrativa. “Nossas narrativas nos instituem e constituem. Por isso psicanalistas, no divã, nos solicita sempre contar a eles estórias de nossas vidas” (MOTTA, 2012, p. 24). Compartilhar, interagir as estórias é terapia, aproxima e faz bem.



É nessa linha de pensamento que Motta (2012) defende que as narrativas são mais presentes nas práxis da interação social do que na aquisição da linguagem. Para narrar deve existir um outro que receba os relatos. As interações podem ocorrer nesse momento. As narrativas nos ajudam a compreender o mundo e o ser humano. Esse indivíduo que está no mundo da vida atuando de diversas formas em comunicação com outro. Onde os significados e conceitos são compartilhados e depois dessa interação são ressignificados.

Para Motta, a narrativa “traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo (o conhecimento sobre a natureza física, as relações humanas, as identidades, as crenças, os valores e mitos) em relatos”, (MOTTA, 2005, p.02). Ao estabelecer uma continuidade ou/e descontinuidade, as narrativas agregam passado, presente e futuro em uma sequência.

Psicólogos culturais afirmam que a nossa tendência para organizar a experiência de forma narrativa é um impulso humano anterior à aquisição da linguagem: temos uma predisposição primitiva e inata para a organização narrativa da realidade (J. Bruner, 1998). A nossa biografia, por exemplo, não é apenas uma autopercepção do nosso eu. Ser um eu com passado e futuro não é ser um agente independente, mas estar imerso em relações, em sequencias globais dirigidas a metas. (MOTTA, 2005 p. 02).

Entendemos assim que as narrativas não são apenas contar relatos de forma cronológicas, mas que exigem, para compreende-las, uma amplitude de significados e sentidos, principalmente subjetivos. É compreender o acontecimento em um contexto, tempo e espaço. Por isso, muitas vezes, ser tão complexo no entendimento. Narrar já não mais é contar os relatos cronologicamente. No campo jornalístico, de acordo com Motta (2005), as narrativas podem ser fáticas ou fictícias. O campo produtivo da mídia tem o interesse em explorar narrativas fáticas, imaginárias e híbridas com a intenção de ganhar o interesse dos receptores. “Exploram o fático para causar o efeito do real (a objetividade) e o fictício para causar efeitos emocionais (subjetividade)” (MOTTA, 2005, p. 02).

Os discursos narrativos midiáticos são construídos por meio das estratégias comunicativas. Tudo tem uma intenção, não é aleatório. A finalidade é surtir efeito na utilização de recursos, códigos, articulações sintáticas e pragmáticas. O narrador investe na organização narrativa do seu discurso e solicita uma determinada interpretação por parte do seu destinatário” (MOTTA, 2005, p. 03). Assim como Motta, Araújo (2011) destaca que as narrativas midiáticas são produtos culturais que advêm de uma realidade construída. Essa realidade é construída da forma em que ela se encontra (contexto) e da forma como de quem observa (subjetiva). Tal é a responsabilidade do jornalista, de relatarmos o que é “real” para não causar graves alterações no espaço público. “Nessa medida, considere-se que as narrativas mediáticas apresentam visões construídas dos acontecimentos, formatando imagens, que funcionam como óculos” (ARAÚJO, 2011, p. 07).



Os recursos narrativos empregados pelos jornalistas não são apenas utilizados para legitimar as notícias veiculadas, mas também, segundo Albuquerque (2000), para reforçar a autoridade retórica dos jornalistas. Ou seja, eles (jornalistas) serão os interpretes legítimos dos acontecimentos do mundo. Passam a ser referência sobre determinado assuntos. "Legitimam determinados profissionais os grupos jornalísticos como os mais autorizados do que outros para relatar determinado acontecimento e sustentam a autoridade interpretativa da comunidade jornalística" (ALBUQUERQUE, 2000, p. 06). Entretanto, o que se observa é que as narrativas existem no âmbito jornalístico para adquirir um poder.

Pode-se dizer que é uma forma estratégica que advém do polo produtivo da comunicação com apenas um objetivo: o de atrair o receptor. Para tanto, o estudo do contexto social, do tempo e espaço em que as matérias são produzidas é importante para reter as informações na cabeça do receptor. Conhecer o público, de onde ele vem e o meio em que vive, são passos determinantes na comunicação contemporânea. As narrativas jornalísticas são construídas mediante a realidade do público. Por isso o grande interesse das empresas de comunicação em adotar essa estratégia como uma das principais no fazer jornalístico.

4 As primeiras narrativas da Chacina de Pau d'Arco

A chacina ou massacre de Pau d'Arco tinha essas nomenclaturas ao evento, diluídas em meio a termos como "confronto", "conflito" e "operação". Isso porque o posicionamento oficial original da Segup era de que havia ocorrido mesmo um conflito. Seria a segunda matança de sem-terras num governo do PSDB no Pará. Eldorado do Carajás, em 21 de abril de 1996, foi durante o mandato de Almir Gabriel. E Pau d'Arco durante a gestão de Simão Jatene.

Os dois principais jornais impressos do Pará, ambos objetos de estudo deste artigo, Diário do Pará (com postura claramente antigovernista) e O Liberal (com postura entre neutra e pró-governo), tiveram abordagens diferentes. Motta (2005) é enfático: "...nenhuma narrativa é ingênuas".

Na proposta de análise narrativa de Motta sobre produtos jornalísticos, este artigo propõe o que ele chama de "1º movimento: recomposição da intriga ou do acontecimento jornalístico", que é construção de uma narrativa sólida, coesa e coerente a partir de vários produtos jornalísticos diários.

Rocha (2008) pontua:

"...a Teoria Etnoconstrucionista ou do News Making entende que o processamento jornalístico da notícia - selecionando, excluindo, acentuando ou minimizando diferentes aspectos dos eventos e temáticas, seguindo a orientação de um determinado enquadramento - dá vida aos



acontecimentos, pois os faz significar de uma ótica própria, e, assim, reconstrói esses fatos e, a partir deles, participa da construção da realidade" (ROCHA, 2008, p.48)

4.1 O dia seguinte à chacina de Pau d'Arco: entre amenidades e sensacionalismo

O Diário do Pará, na edição do dia 25 de maio, um dia após o evento, na capa trazia destaque à manchete "Violência no Campo. PM promove chacina no interior do Pará". O texto vinha numa moldura de mancha de sangue, com transparência vermelha aplicada à foto dos corpos das vítimas.

Na primeira linha da matéria, o texto falava em "conflito". As informações eram ainda escassas. Ao longo de duas páginas, o jornal buscava opiniões, fontes críticas e contrárias ao governo e traçar um paralelo entre os eventos em Pau d'Arco e Eldorado do Carajás. Apesar de ter um caderno específico para falar de violência, chamado de "Polícia", o Diário optou por dar a matéria no caderno principal do jornal. Uma forma de destacar o assunto de forma diferente.

A matéria do Diário do Pará aproveitou para falar sobre violência no campo e fazer um balanço de mortes por conflitos agrários. Buscou causas da violência no campo, como terras ocupadas indevidamente e omissão do poder público em cancelar títulos de terras fraudulentos.

A edição do dia 25 de O Liberal trazia a informação na capa, mas com uma chamada sem destaque: "Operação policial deixa 10 mortos no sul do Pará". A escolha de palavras não atribuía culpa à polícia. Pelo posicionamento pró-governo Jatene, O Liberal colocou a informação acima da manchete principal do dia, que era "Temer põe Exército na rua". A fonte usada era de menor tamanho que a manchete.

A matéria de O Liberal não teve nem a metade do tamanho da matéria do Diário do Pará. O texto, com três fotos - representantes da Segup, armas apreendidas com as vítimas da chacina e os corpos das vítimas sujos de sangue e jogados no chão -, ocupou cerca de 70% do espaço de uma página. As fotos dos corpos e das armas tinham, juntas, o tamanho da foto dos representantes da Segup.

O texto de O Liberal fugia dos termos chacina e massacre. Não foi traçado qualquer paralelo com o massacre de Eldorado do Carajás. Não fez qualquer balanço sobre violência no campo e nem qualquer abordagem mais profunda sobre o tema. Por outro lado, não parecia confiar totalmente na palavra dos agentes de segurança. Usou o termo "suposto confronto" e, em duas frases distintas, lembrou que nenhum policial foi ferido para parecer um confronto de fato. Num destaque editorial (conhecido como "olho"), havia uma declaração do secretário titular da Segup, Jeannot Jansen: "Eu entendo que não eram trabalhadores rurais. Eles estavam armados". O destaque desqualificava as vítimas como se



a posse de armas - legal ou ilegal - no campo fosse algo fora do comum na realidade brasileira. Só que esse destaque estava fora de contexto. No parágrafo de onde foi tirado, o texto completo era o seguinte:

"“Eu entendo que não eram trabalhadores rurais. Eles estavam armados. Seria prematuro qualquer conclusão sobre a operação antes que se conclua as investigações e perícias a cargo da Polícia Civil”, afirma Jansen”. Entre as armas apreendidas estavam armas que são comumente usadas no campo, como espingardas, geralmente de fabricação caseira e mais indicadas para amedrontar ou caçar.

Em ambos os casos, a afirmação de Motta de que nenhuma narrativa é ingênuas é perceptível. Motta diz ainda: "Pretende-se observar as narrativas jornalísticas como jogos de linguagem, como ações estratégicas de constituição de significações em contexto, como uma relação entre sujeitos atores do ato de comunicação jornalística. A narrativa não é vista como uma composição discursiva autônoma, mas como um dispositivo de argumentação na relação entre sujeitos".

4.2 Alguns dias depois: a narrativa da violência e a mudança de discurso

Com jornalistas em Pau d'Arco, o Diário do Pará passou a dar mais voz aos sobreviventes. Contudo, o mesmo empenho em contextualizar a violência no campo não foi visto como na primeira edição sobre o caso. O Liberal optou por dar mais voz aos agentes de segurança, fontes oficiais e acompanhar os passos da investigação a distância. Se O Liberal não havia se empenhado em falar de violência no campo de forma mais ampla antes, depois não fez nem tendo mais tempo.

No dia 28 de maio, o Diário do Pará trazia uma ilustração: uma cerca com arame farpado, como alusão ao campo; uma cruz com várias perfurações de tiros; a foto dos corpos das vítimas sobre um túmulo; um céu que se tornava uma mancha vermelha de sangue. Elementos gráficos suficientes para retratar uma cena de violência no campo, mas o problema foi limitado aí. A manchete da edição trazia o que seria um policial falando durante a chacina: "É a polícia, porra! Quem correr morre!". O palavrão dá a tônica da violência que começava por meio verbal, segundo as vítimas relataram.

A matéria sempre evocava o governador Simão Jatene como responsável pelas mortes. E buscava terceiros que fizessem tal afirmação. Agora em apenas uma página, tinha um espaço inteiro para a acusação formal da Comissão Pastoral da Terra (CPT). Foi o mais próximo que o jornal, nessa edição, chegou de falar sobre violência no campo. Apenas porque deu voz à principal entidade que fala do assunto no Pará.

Ainda com um discurso que desqualificava as vítimas, O Liberal as chamava de "posseiros". Não que, na prática, não fossem posseiros. Mas de um ponto de vista mais



humanista do jornalismo, era como culpar uma pessoa por ser vítima de violência. Por conta das mortes de quem deveria ser preso para investigar um homicídio, dificilmente se saberá se realmente quem morreu era culpado de algo.

A cada etapa da investigação, a Segup convocava entrevistas coletivas. A entrevista do dia 12 de julho foi emblemática para este estudo. A Segup reconheceu que foram dez execuções intencionais. Para o Diário do Pará, era a validação do que já vinha sendo dito pelo jornal. A manchete do dia 13 de julho foi "Governo admite que houve chacina em Pau d'Arco".

Na matéria que não ocupava mais as primeiras páginas, o Diário do Pará voltou a usar o fato para fins políticos. O jornal é da família Barbalho, formada por políticos. Um deles, de destaque nesta matéria, é Helder Barbalho, que na data de publicação, ocupava o cargo de Ministro da Integração Regional. Na segunda metade da matéria dessa edição sobre Pau d'Arco, vinha o questionamento de que o governador Simão Jatene havia recusado a ajuda da Força Nacional de Segurança, articulada, obtida e oferecida por Helder Barbalho.

A edição de 13 de julho de O Liberal, mesmo com o posicionamento da Segup, optou pelo termo "execuções". A chamada para a matéria, agora na metade inferior da capa do jornal, era "Segup admite que houve execução em Pau d'Arco". No entanto, a matéria explicou bastante todas as informações da coletiva, como o laudo balístico apresentado e ainda usou um infográfico para detalhar as informações.

Em O Liberal, fica difícil entender o porquê de o evento de Eldorado do Carajás ter sido chamado de massacre pelo mesmo jornal, enquanto que os dez homicídios em Pau d'Arco são chamados de execuções. São os jogos de palavras descritos por Motta.

4.3 Os culpados denunciados e presos

No dia 10 de julho, 13 dos 29 policiais que participaram da chacina foram presos temporariamente. Alguns até fizeram colaborações premiadas que descartavam a tese de confronto. Os relatos foram revelados pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), em entrevista coletiva após as prisões.

Ambos os jornais noticiaram o fato nas edições do dia 11 de julho. Somente o Diário do Pará deu destaque para o caso na capa, mas agora sem artifícios gráficos. O Liberal noticiou na capa em espaço reduzido.

Somente em 27 de setembro de 2017, O Liberal passou a chamar o evento de "Chacina de Pau d'Arco". Não havia mais como negar os crimes cometidos. A Justiça paraense tornou a prisão dos 13 policiais em preventiva - mais rígida e sem prazo para acabar, diferente da prisão temporária, limitada a 30 dias - e ainda mandou prender mais



dois policiais militares. Ao todo, eram 15 policiais presos. Essa edição era a do dia seguinte ao da decisão judicial.

Após tantas matérias com destaques na capa o Diário do Pará, pela primeira vez, não deu destaque na metade superior da capa para a prisão dos policiais, na edição de 27 de setembro. Já não havia mais o que explorar do assunto e a matéria vinha com um tom de conclusão ao caso, ocupando menos de um quarto da página 5.

Para O Liberal, a edição do dia 27 de setembro também parecia ser uma conclusão ao caso, mas tinha o espaço de uma página inteira. Havia um infográfico que contava a história e a dinâmica de toda a investigação e assassinatos, incluindo os nuances narrativos e mudanças de versões e informações da Segup.

5 Considerações finais

O Massacre de Eldorado do Carajás é um episódio emblemático da violência no campo no Pará. Um exemplo de como o Estado, agentes de segurança pública e movimentos sociais não se entendem. Por vezes, se veem em conflitos violentos. O evento de Eldorado do Carajás é muito vivo na memória da imprensa paraense e tomado como base para se falar em violência no campo quando o tema é pauta nos jornais. E apesar de o Pará ser um estado com frequentes ocorrências de violência no campo, a pauta não é tratada com a devida importância. Daí um conflito que não cessa no estado e que só volta à tona quando um caso muito grave ocorre.

É de se notar que quando a violência no campo é pauta novamente para os jornais, sempre se foca nas consequências e quase nunca nas causas. Na Chacina de Pau d'Arco, apenas o Diário do Pará tocou no assunto e apenas na primeira matéria. Em O Liberal, o tema não foi abordado de forma ampla em nenhum momento.

Quando Ricouer (2014) afirma que uma ação só pode partir de um agente, significa que apenas o Diário do Pará agiu para conceituar os conflitos no campo. Essa ação tinha um resultado esperado: o de tornar o fato, em si, em ataques ao desafio político do jornal e manter firme a linha editorial que é pautada por notícias de violência. Mas ao passo que a Chacina de Pau d'Arco tinha menos repercussão, menos espaço para vozes terciárias era dado. Em determinado momento, não havia mais sobreviventes e entidades comentando; nem balanços sobre a violência no campo. Nem repórteres no local o jornal mantinha mais. Se limitou a concluir o que havia começado.

Já O Liberal agiu, mas não para evidenciar a violência no campo. Fez porque precisava, por não poder ignorar. Só que apenas reportou o que ocorria dia após dia,



entrevista coletiva após entrevista coletiva. Se em um momento o Diário do Pará aprofundou a história, formou fontes e se preparou para edições subsequentes, O Liberal não fez. As ações de O Liberal foram apenas para noticiar o óbvio e com caráter oficial. Ricoeur (2014) identifica as ações de O Liberal no conceito de plano de ação com uma palavra: passividade.

A imprensa paraense, como agente para a defesa dos Direitos Humanos, preservação da cidadania e promotora da igualdade social, não agiu para esses fins. Agiu com finalidades propriamente políticas e comerciais.

Ao final da cobertura de mais um conflito agrária, nota-se que a violência no campo continua invisível para a imprensa do Pará, palco de muitas das mortes no campo. As soluções seguirão sendo pensadas e discutidas fora dos jornais.

O tema estará esquecido até, pelo menos, 24 de maio de 2018, quando a Chacina de Pau d'Arco será lembrada por ambos os jornais e vários outros veículos de outras mídias no "aniversário de um ano", uma prática comum. Será apenas a lembrança de que conflitos por terra podem ser letais e catastróficos no País. Talvez se torne referência para matérias futuras. Mas é fato que a menos que haja uma intenção de se discutir a violência no campo, como uma causa social de conflitos e desigualdade, o problema seguirá invisível. Até um novo massacre.

Referências

ALBUQUERQUE, Afonso. **A narrativa jornalística para além dos faist-divers**. Facom UFJF: 2000.

ARAÚJO, Bruno Bernardo. **A narrativa jornalística e a construção do real: como as revistas Veja e Isto É trataram as manifestações dos estudantes da Universidade de São Paulo em 2011**. BOCC: 2011.

BOFF, Leonardo. **Conflitos no campo, suas causas e possíveis saídas**. In: Conflitos no Campo – Brasil 2016 [Coordenação: Antônio Canuto, Cássia Regina da Silva Luz, Thiago Valentim Pinto Andrade - Goiânia]: CPT Nacional – Brasil, 2016.

CASTORIADIS, Cornélius. **A instituição imaginária da sociedade**. Tradução Guy Reynoud. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Título original: L'institution imaginaire de La société.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2013.

_____. **Análise pragmática de narrativa jornalística**. Intercom: 2005
MOTA, Célia Ladeira; MOTTA, Luiz Gonzaga; CUNHA, Maria Jandyra. **Narrativas midiáticas**. Org. Florianópolis: Insular, 2012. P. 23-32.



RICOEUR, Paul. **O si-mesmo como outro**. Tradução: BENETTI, Ivone C. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

ROCHA, Heitor Costa Lima. **Habermas e a Teoria do Jornalismo: A Manipulação Ideológica no Jornalismo como Distorção Sistemática da Comunicação**. Estudos em Comunicação nº 4, p. 41-57: 2008.

SILVA, Miguel Franquet dos Santos. **O contributo da comunicação para a constituição do 'si-mesmo'**. Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação. Trabalho apresentado Seminário de licenciatura em Comunicação Social e Cultural, sob a orientação do Professor Doutor Joaquim de Sousa Teixeira e coordenação da Professora Doutora Isabel Férin, setembro de 2001. www.bocc.ubi.pt

**GT 06 - A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER EM MEIO DIGITAL: ANTIFEMINISMO E
OUTRAS MODALIDADES**

Jéssica Modinne de Souza e Silva (UFPA)¹
modinnejessica@gmail.com
Maria Lúcia Chaves Lima (UFPA)²
marialuciacl@gmail.com

RESUMO

Este trabalho é uma ramificação da pesquisa de mestrado em andamento e tem como objetivo analisar os discursos de violência praticada contra a mulher feminista em meio virtual, problematizando a constituição desta mulher militante dentro e fora das redes sociais. Como metodologia, fez-se uso da análise de documentos de domínio público por meio da captura de postagens e comentários de uma página antifeminista do *Facebook*. Como resultados preliminares, podemos apontar um prejuízo na autoestima e no estado emocional e psíquico das mulheres militantes feministas. Pode-se verificar uma tentativa de manipular o comportamento e a expressão da mulher feminista em sua feminilidade. Observa-se cercos de controle social e agressões anônimas nas redes, através dos diversos instrumentos tecnológicos proporcionados pela internet, que propiciam anonimato para denúncias e reivindicações de mulheres perseguidas, mas também nos revelam como o mau uso deste anonimato causa violência contra militantes feministas. As militantes feministas são representadas, equivocadamente, como mulheres que desejam se sobrepor aos homens, ou “exterminá-los” (como seria feito em um regime totalitário) por meio do movimento feminista. A conquista do ciberespaço como meio político e que proporciona o alcance de informação sobre o movimento feminista permite a desmistificação em torno do próprio movimento. Favorecer a oportunidade de conhecer o feminismo requer esforço tanto da parte dos seus sujeitos quanto dos que não se consideram sujeitos desse movimento. Faz-se necessário produzir meios democráticos de dialogar acerca do que a sociedade ainda precisa para alcançar justiça e direitos iguais entre homens e mulheres.

Palavras-chave: Feminismo, Redes sociais, Antifeminismo.

1. INTRODUÇÃO

Ao longo da história, os movimentos de mulheres e feministas conseguiram produzir estratégias de organização entre suas militantes. A informatização da comunicação facilitou a organização do movimento, sobretudo com o advento da internet. Da mesma forma, o antifeminismo também tem se organizado melhor, informatizando-se por meio da internet.

¹ Psicóloga e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), UFPA, Brasil.

² Doutora em Psicologia Social, Professora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia (PPGP), UFPA, Brasil.



O meio virtual, enquanto espaço onde o fluxo informacional ocorre de forma cada vez mais rápida, é uma espécie de nicho para os movimentos sociais se organizarem nos espaços urbanos (CASTELLS, 2013). Tal efeito se dá devido ao forte caráter político que emerge nas redes sociais, utilizado como estratégia pelos próprios movimentos. Tanto o feminismo, quanto o antifeminismo, se inserem nesse processo politizador das redes sociais na internet.

Podemos ler o antifeminismo como tudo aquilo que vai de encontro ao progresso social relativo à igualdade de direitos entre homens e mulheres, tendo em mente a transversalização entre subjetividades presentes nos discursos feministas e as relações de gênero, bem como das minorias referentes à raça, classe e sexualidade que moldam as faces dos movimentos de mulheres. Maria Bernardete Flores (2004), ao citar a historiadora e feminista francesa Michelle Perrot, afirma que o antifeminismo caminha de mãos dadas com os feminismos; assim, o antifeminismo se caracteriza como um tipo de “vacina” contra as conquistas feministas, como se elas próprias fossem as iniquidades sofridas pelas mulheres.

O antifeminismo, na qualidade de *backlash*³, está presente em nosso cotidiano de várias maneiras, desde a mais agressiva até a mais imperceptível possível. Sua prática não tem gênero, portanto, é possível que mulheres pratiquem *backlash* e se sintam contempladas pelo antifeminismo. Para Susan Faludi (1991), o sucesso do *backlash* é diretamente proporcional as suas sutilezas discursivas; em outras palavras: enquanto os discursos antifeministas não são encarados como atos políticos, esses mesmos discursos passam despercebidos, se fazendo valer de falsos mitos que apelam à razão dos indivíduos para serem fatos.

É importante ressaltar que discursos antifeministas possuem em seu núcleo o medo da mudança como principal articulador de ameaça (FALUDI, 1991). Este medo de mudança, segundo Marcia Tiburi (2015), impossibilita diálogo e troca de informação sobre os diversos discursos que circulam em nossa sociedade. O medo, enquanto investimento afetivo, antecede o ódio. Politicamente, este segundo tipo de afeto se manifesta em forma de intolerância através do não-diálogo entre os sujeitos políticos. Para Tiburi (2015, p. 37), “[...] nenhum afeto é totalmente espontâneo [...] nenhum sentimento é natural. O treino para o amor ou para o ódio se dá pela repetição dos discursos”.

Mas como explicar a rejeição ao feminismo? Como explicar a recusa a um movimento que busca o reconhecimento dos direitos das mulheres, tornando-as sujeitos de

³ *Backlash* é um termo explicado pela jornalista norte-americana Susan Faludi (1991). Autora do livro, que também leva o nome de *Backlash*, Faludi explora os discursos antifeministas de seu país fazendo uso da mídia norte-americana como ferramenta para alcançar tais discursos.



sua própria história, através da melhor convivência entre os gêneros feminino e masculino? Ainda é intrigante, de certa forma, ver parte da população (principalmente feminina) rejeitar o feminismo. Há muitas hipóteses para se explorar diante dessas indagações.

2. ANTIFEMINISMO, UMA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

O antifeminismo se solidifica em meios de comunicação, mais fortemente em redes sociais no espaço virtual. Para Rodrigo Leite e Gabriela Cardoso (2015, p. 139), “é inegável a importância das redes sociais virtuais no cotidiano da sociedade”. O número de usuários de redes sociais cresce a cada ano e, paralelamente, também aumenta a importância da difusão de informação e conhecimento para um maior número de pessoas em um reduzido espaço de tempo, especialmente informações de caráter político.

Com a internet restrita a e-mails, blogs e fóruns, a chegada de sites de redes sociais proporcionou uma explosão de acessos, bem como facilitou a interação entre os indivíduos (RECUERO, 2009). E, paralelo ao crescimento do espaço digital através da popularização de redes sociais (*Facebook*, *Twitter*, *Instagram*, *Youtube*, entre outras), vê-se progredir também discursos autoritários/fascistas⁴, em forma de *backlashes*, contra diversas páginas feministas. Esses se discursos se fazem tanto de forma agressiva, com xingamentos, quanto de forma humorística, sutil. Basta que prestemos atenção à representação ilustrada da mulher feminista em comentários depreciativos nas redes sociais.

Talvez o rótulo mais conhecido nas redes sociais seja o de “feminazi”, um termo extremamente equivocado para ser relacionado à luta por direitos iguais. “Feminazi” é uma comparação grosseira e ofensiva entre feminismo e nazismo. Se compararmos o significado de feminismo e de nazismo, veremos que esta comparação é, minimamente, paradoxal: enquanto o primeiro se propõe a lutar por direitos iguais entre homens e mulheres, servindo, assim, para o avanço social, o segundo propõe exatamente o oposto – e não só quando a questão é sobre relações de gênero, mas também de crença religiosa, nacionalidade, saúde mental, entre outras.

O antifeminismo se configura como uma ferramenta opressora e, portanto, uma modalidade de violência contra a mulher, pois os discursos que permeiam essa prática atingem diretamente as mulheres que se propõem à militância feminista. Quando examinamos os ataques na internet contra nós, feministas, vemos o quanto a nossa saúde

⁴ Discursos autoritários/fascistas são aqui abordados como aquele da ordem do não-diálogo. Vê-se crescer, principalmente em redes sociais nos moldes do *Facebook*, o número de páginas que organizam interações de usuários com as mesmas opiniões e que reprimem toda e qualquer tentativa de diálogo com discursos diferentes.



mental é mutilada em um campo de batalha fria que são as postagens e comentários em meio virtual. O antifeminismo tem protagonizado violentos episódios de ofensas no ciberespaço justamente por atingir, de forma pessoal, a nossa militância.

A violência de gênero na internet não está alienada da realidade. Sua existência consiste no desrespeito às decisões as nossas decisões enquanto mulheres feministas, contrapostas à expectativa social dos papéis de gênero institucionalizados (AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO, 2017). Os meios de comunicação tornaram-se ferramentas de violência psicológica contra as mulheres, de sorte que, questões antes restritas ao âmbito físico, passaram a fazer parte das redes e dos muitos instrumentos que possibilitam uma comunicação instantânea. Intimidações são observadas nas redes, assim como no ambiente real, havendo transferência de opressão do ambiente real para o virtual e vice-versa, intensificando o controle sobre os nossos corpos para além da tela de um computador.

3. INTERNET, REDES SOCIAIS E ATIVISMO

A internet ainda é um espaço a ser explorado dentro da pesquisa social. Possuindo fáceis e rápidas estratégias de comunicação, a internet se tornou o meio onde se produzem as mais diversas formas de práticas discursivas⁵ contemporâneas. A rapidez, que torna tudo possível em tempo real, também aprisiona os interlocutores em relações superficiais, que podem ser, muitas vezes, desmotivadoras quando as opiniões são contrárias.

Pode-se considerar a internet um espaço de domínio público, pois os registros testemunhais estão ao alcance livre dos indivíduos. Tendo a internet o caráter de livre e rápida circulação de informações, é plausível dizer que os documentos extraídos de páginas públicas do *Facebook* se enquadram enquanto espaços para a produção de dados. Segundo Peter Spink (2013), documentos de domínio público – ou seja, produtos sociais que se tornaram, eticamente, públicos (p. 112) – reverberam em duas formas de práticas discursivas: como gênero de circulação e como conteúdo. A primeira se caracteriza como “artefato do sentido de tornar público” (p. 102); já a segunda, se mostra puramente como informação daquilo que se pretende documentar. São componentes significativos do cotidiano e formam uma teia combinada de narrativas e memórias; de discursos produzidos, mas que também são produtores.

Os documentos de domínio público, enquanto registros, são documentos tornados públicos, sua intersubjetividade é produto da interação com um outro desconhecido, porém significativo e frequentemente coletivo. São

⁵ Por práticas discursivas entende-se uma forma de conceber a linguagem enquanto uma prática, uma ação no mundo, um conjunto de enunciados ou formações discursivas que possibilitam o exercício de saberes, operando e instituindo acontecimentos em campos estratégicos (FOUCAULT, 1996).



documentos que estão à disposição, simultaneamente traços de ação social e a própria ação social. São públicos porque não são privados. Sua presença reflete o adensamento e resignificação do tornar-se público e do manter-se privado; processo que tem como seu foco recente a própria construção social do espaço público (p. 102).

O *Facebook*, sendo uma rede social, absorve essa característica pública enquanto espaço possível de produção de documentos. Serão aqui tratados como documentos as postagens e seus respectivos comentários; neles se fazem emergir as práticas discursivas e produções de sentidos entorno do antifeminismo. Por se tratar de uma pesquisa em meio público, este estudo utiliza apenas a modalidade “pública” de páginas antifeministas para alcançar produções discursivas sobre o tema, não necessitando, assim, explorar páginas categorizadas como “fechadas” ou “secretas” do *Facebook*.

A proposta do estudo é de utilizar o *Facebook* com ferramenta de busca de práticas discursivas antifeministas, explorando as possibilidades oferecidas de páginas com este tema. O *Facebook* é uma rede social criada em 2004 pelo norte americano Mark Zuckerberg na Universidade de Harvard. A ideia inicial de Zuckerberg era focar na interação entre os alunos calouros de sua universidade. Atualmente, o *Facebook* é considerado como a maior base de usuários de redes sociais do mundo (RECUERO, 2009). O Brasil, segundo estatísticas do *Facebook*, possui média diária de 76 milhões de pessoas ativas⁶.

Além de proporcionar perfis pessoais, a rede social oferece plataforma de cadastro para lojas virtuais e páginas com temáticas específicas e variadas. Em relação às páginas, a rede social se mostra “neutra” para o cadastro, apenas atentando para crimes quando os são denunciados anonimamente por usuários/as. As denúncias anônimas, após feitas, passam por uma análise no banco de dados do *Facebook*. Apesar das denúncias, muitas vezes, as decisões sobre o fechamento de uma página parecem seguir critérios aleatórios, sem constituir uma base clara de explicações. A rede social sempre reitera o seu compromisso social com causas de direitos humanos, mesmo alegando a neutralidade das análises de denúncias.

O fechamento de páginas é bastante conhecido na rede social; quando uma página é fechada ou bloqueada pelas análises de denúncias, costuma-se dizer que foi “derrubada” através de um tipo de linchamento virtual, o qual conta com a participação de muitos/as usuários/as denunciando compulsivamente as postagens de uma determinada página, a fim de que ela seja fechada.

⁶ Dados referentes a novembro de 2016, última atualização oficial do *Facebook* para as atividades brasileiras na rede social. Essa informação pode ser encontrada no endereço do site <https://br.newsroom.fb.com/company-info/>.



Segundo Luisa Alvim (2011), o triunfo do *Facebook* está atrelado a uma necessidade contemporânea, “[...] baseada em conexões fortes no mundo físico para criar outras conexões fortes e exclusivas do mundo virtual” (p. 20). É possível perceber como esta conexão entre o mundo físico e virtual produz práticas discursivas diversas, funcionando como máquina que engendra modos de subjetivação através de posicionamentos divergentes, sobretudo, referentes à política e movimentos sócias, dois temas bastante presentes nas discussões da rede social no Brasil.

No que tange o contexto político brasileiro, o *Facebook* tem se mostrado como uma arma efetiva nas produções cotidianas de discursos pró e antifeministas. É importante ressaltar o valor dos movimentos sociais nas redes sociais como uma nova maneira de praticar militância, pois, das articulações que acontecem no meio virtual, organizam-se passeatas, protestos, intervenções artísticas urbanas, entre outros acontecimentos que marcam, de forma diretiva, as necessidades reclamadas pelas minorias do país. O movimento feminista brasileiro, atrelado às demandas que lhe são caras (direitos humanos relacionados às causas de LGBTQ’s, mulheres e homens negros, educação, infância etc.), protagoniza um forte levante popular contra os retrocessos do governo brasileiro atual. O seu pioneirismo no *Facebook* se consolidou em páginas famosas, como a do coletivo Não Me Kahlo, da revista Capitolina, da organização política Geledés – Instituto da Mulher Negra, da ONG Think Olga, entre outras.

Entretanto, apesar dos benefícios que se colhem do ativismo virtual, há que se considerar a diversidade que proporciona a produção de retrocessos nas práticas discursivas diárias. Enquanto há no *Facebook* uma espécie de refúgio para as militâncias em direitos humanos, há também o lado oposto: os que combatem avanços e ganhos sociais conquistados, com esforço, por esses movimentos. É a partir desta dualidade que é possível produzir dados de discursos de retrocesso nas redes sociais, sobretudo quando falamos em feminismo.

4. FEMINAZI?: ALGUNS QUESTIONAMENTOS PRELIMINARES

Diante do rápido crescimento de acessos em redes sociais como o *Facebook*, se observa também o aumento no fluxo de informação acerca do feminismo. Porém, este crescimento segue duas vias opostas: enquanto se tem várias páginas informando sobre militância, epistemologia, eventos, protestos, enfim, acontecimentos que circundam o movimento feminista, também há, no outro polo, o aumento de informações falsas e propagandas antifeministas, sendo sustentadas por discursos científicos ou não. A formação



destas páginas cria, tanto para um lado, quanto para o outro, espécies de “bolhas”, ou, como chama Cass Sustain (2001), *Echo Chambers*.

Echo Chambers, ou Câmaras de Eco, consistem na ideia de formação de grupos fechados entorno de ideias específicas, algo que é bastante comum em fóruns de discussão e, agora, em páginas do *Facebook*. As câmaras de eco são facilmente identificadas quando a produção discursiva gira em torno de ideias minimamente parecidas, bem como pelo uso de linguagem específica para o assunto em questão. Quando falamos de páginas (câmaras de eco) antifeministas no *Facebook*, termos como “vagabunda”, “comunistas”, “socialista” e, principalmente, “feminazi”, se fazem frequentes tanto nas postagens, quanto nos comentários dos seguidores das páginas. Fora isto, há a exacerbação de discursos retrógrados relativos a direitos humanos, principalmente no que diz respeito às relações raciais (discursos racistas).

É imprescindível atentar para o ponto de repressão, o qual algumas instituições (igreja, família, trabalho etc.) e grupos também construíram, no ambiente real, mas que foi transferido para as redes. Podemos verificar que se instaura um modo de manipular o comportamento e a expressão da mulher, no que tange às suas roupas, seus costumes, suas relações, além de como e com quem acontecem.

Nesse mesmo eixo de repressões contra as mulheres feministas, em meio virtual, podemos observar cercos de controle social e agressões anônimas, através dos diversos instrumentos tecnológicos proporcionados pela rede, que, de um lado, propiciam anonimato para denúncias e reivindicações de mulheres perseguidas, mas igualmente nos revelam como o mau uso desta ferramenta causa violência anônima contra as mulheres, assim como muitas outras classes de indivíduos perseguidos e menos favorecidos socialmente.

É nesse contexto que o ataque antifeminista borbulha. Muitas falas perversas e antifeministas se direcionam devido ao nosso posicionamento político enquanto militantes do movimento feminista em redes sociais. Para além de indivíduos, coletivos e organizações feministas, como as que administram páginas no *Facebook* e contas no Twitter, são incessantemente denunciadas com a intenção de se “derrubar” a proliferação do feminismo na internet.

Tudo isso se faz possível, quando voltamos para a possibilidade de anonimato oferecida pelo meio virtual. Colocando-o como destaque, vemos como uma ferramenta de direito se torna uma arma. Via de regra, as consequências disso atingem a saúde mental de militantes feministas expostas em rede. As carreiras profissionais, políticas e pessoais destas mulheres são seriamente prejudicadas devido aos “cercos” sociais controlarem que tentam controla-las através de práticas discursivas, alienando-as de seus direitos legítimos. Muitas chegam a perder emprego, amizades, parceiros/parceiras etc., por terem o



feminismo como estandarte político, em suas vivências fora e dentro da internet. Muitas de nós chegamos a perder emprego, amizades, parceiros/parceiras etc., por termos o feminismo como estandarte político em suas vivências fora e dentro da internet.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O termo “feminazi”, que aqui se destaca, sustenta o imaginário amaldiçoado que nos encobre enquanto mulheres feministas. Por partir da comparação com o nazismo, “feminazi” pressupõe que nós nos comportamos de forma autoritária e injusta numa tentativa impositiva de “ocupar o lugar do homem” na sociedade. Da mesma forma, outros xingamentos servem de ferramenta para nos rechaçar nas redes sociais, tornando o ambiente tóxico para a nossa militância. Boa parte da prática antifeminista se baseia em xingamentos que remetem à prostituição ou qualquer outra coisa que sirva de humilhação para quem ler, sobretudo, humilhação voltada para a aparência física, perpassante frequentemente pelo racismo.

O antifeminismo se propõe a “vacinar” a sociedade contra o feminismo, como se valores de independência feminina fossem abomináveis quando falamos em desenvolvimento de direitos humanos em nossa sociedade. Dessa forma, o antifeminismo nas redes sociais se constitui como uma tecnologia de disciplinamento dos corpos femininos através de postagens e comentários violentos. Mas essa violência não acaba na tela do computador ou do celular; ela se estende para dentro das casas, para as escolas, para as igrejas, para um Estado inteiro que pretende ignorar violência contra a mulher em nome de uma economia estável – economia esta que capitaliza desde a nossa aparência física, até a nossa saúde mental.

Como comparar um movimento – que se presta ao serviço de toda a sociedade, procurando integração justa da mulher em uma sociedade machista – com um regime que exterminou direitos fundamentais por quase um continente inteiro? Que informações/produções tornam possível práticas como esta?

O medo e o receio que encobrem o discurso da “feminazi” (e de outros xingamentos) tornam a nossa imagem algo macabro, algo que, por despertar medo, deve ser combatido e exterminado violentamente, suscitando práticas discursivas de ódio. O mesmo discurso que se fez anos atrás, quando se caçavam “bruxas”, ainda se faz hoje: a mulher que é independente financeira e emocionalmente se encontra à margem do padrão feminino, sem contar com outros marcadores de ordem racial, sexual e de classe. Independente das pautas que se consolidam nas agendas feministas, sendo elas para combater o assédio, o estupro, ou o feminicídio, o foco da prática antifeminista se encontra na justificativa de que o



feminismo é o oposto do machismo e que, por isso, não faria sentido apoiar o movimento, já que não existe sociedade funcional sem a cooperação dos dois gêneros – feminino e masculino. Tal justificativa é contraditória, visto que os próprios movimentos feministas acreditam exatamente em uma sociedade cujo o funcionamento ocorra através dos direitos e deveres iguais para homens e mulheres.

Um questionamento se faz pertinente frente a esta contraditória situação: que tipo de informação está sendo alcançada por pessoas que se dizem antifeministas? Pois se vê, claramente, que acreditam no que o feminismo também acredita e se opõem ao movimento, muitas vezes, de forma agressiva. Há de se averiguar, no momento, que tipo de informações sobre o feminismo são veiculadas e de que forma essas informações ganham alcance. Não podemos falar em falta de informação por parte de pessoas antifeministas, pois as produções que essas pessoas consomem são informação também, por mais que não correspondam com às militância e epistemologia feministas.

Entretanto, por mais que se tenha em mente que a circulação de antifeminismo também se constitui como uma verdade, é necessário que se combata esta circulação, a fim de que não haja equívocos sobre o que realmente são movimentos feministas, sobretudo o que nós, mulheres feministas, somos. Combater esta prática também serve de auxílio para diminuir a violência contra nós que, cotidianamente, somos atacadas pelo nosso posicionamento político. O diálogo reverte a lógica fascista/autoritária dos discursos antifeministas, que se mostram, em grande parte, em xingamentos gratuitos e ataques de linchamento em redes sociais, assumindo um posicionamento não-argumentativo, apenas agressivo. A reversão desta lógica violenta está no diálogo, prática que propõe a produção de sentidos de forma não-violenta.

A conquista do ciberespaço como meio de prática discursiva política permite, justamente, a desmistificação em torno do próprio movimento. É preciso que esta conquista seja usada em forma de diálogo e não ataques de violência gratuita. A conquista de firmar nossas ideias no mundo físico, através de um espaço cibernético, favorece a oportunidade de informar, democraticamente, o feminismo. Para tal oportunidade, é preciso esforço, tanto de nossa parte, mulheres feministas, quanto das pessoas que não se consideram sujeitos do feminismo. Transformar isso em hábito produz meios democráticos de dialogar, refreando os avanços de práticas fascistas/autoritárias que minam, através de do controle de relações de gênero, a nossa saúde mental diariamente.



REFERÊNCIAS

AGÊNCIA PATRÍCIA GALVÃO (Brasil). **Violência de gênero na internet**. Disponível em: <<http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-de-genero-na-internet/>>. Acesso em: 13 jun. 2017.

ALVIM, Luísa. Impossível não estar no *Facebook!*: o nascimento das bibliotecas portuguesas na rede social. **Cadernos Bad**, Lisboa, v. 2, n. 1, p.14-26, out. 2011.

MÉLLO, Ricardo Pimentel et al. Construcionismo, práticas discursivas e possibilidades de pesquisa em psicologia social. **Psicologia & Sociedade**, Florianópolis, v. 19, n. 3, p.26-32, jun. 2007.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

FALUDI, Susan. **Backlash**: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres. Rio de Janeiro: Rocco, 1991.

FLORES, Maria Bernardete Ramos. O pensamento antifeminista: a querela do sexo. **História Revista**, Goiânia, v. 9, n. 2, p.227-252, jun. 2004.

Foucault, Michel. **A ordem do discurso** (3. ed.). São Paulo, SP: Loyola, 1996.

RECUERO, Raquel. **Redes sociais da internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SPINK, Mary Jane Paris; FREZZA, Rose Mary. Práticas Discursivas e Produção de Sentido. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 1-21. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

SPINK, Peter. Análise de Documentos de Domínio Público. In: SPINK, Mary Jane (Org.). **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano**: aproximações teóricas e metodológicas. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2013. p. 100-126. Disponível em: <http://www.bvce.org.br/DownloadArquivo.asp?Arquivo=SPINK_Praticas_discursivas_e_producao_FINAL_CAPA_NOVAc.pdf>. Acesso em: 4 maio 2016.

SUSTEIN, Cass. **Echo Chambers**. Princeton: Princeton University Press, 2001.

TIBURI, Marcia. **Como conversar com um fascista**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

LEITE, Rodrigo de Almeida; CARDOSO, Gabriela Santos. A arbitrariedade dos parâmetros de censura no *Facebook* e a proibição da página do FEMEN. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 19, n. 1, p.137-143, 30 jul. 2015.

**GT 06 – A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****NARRATIVIZAÇÃO DE ACONTECIMENTOS VIOLENTOS: LEITURAS EM TORNO DA CONFIGURAÇÃO DA INTRIGA**Sergio do Espirito Santo Ferreira Junior (UFPA)¹

esferreira.sergio@gmail.com

Nathan Nguangu Kabuenge (UFPA)²

nathannguangu@yahoo.fr

Alda Cristina Costa (UFPA)³

aldacristinacosta@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho, analisamos a composição da intriga em narrativas jornalísticas sobre violência urbana, partindo da trílice *mimesis* em Paul Ricoeur, a fim de compreender os elementos e as estratégias alinhavados pela intriga da narrativização jornalística, bem como na constituição da violência como domínio narrativo capaz de dar vida a um enredo em constante atualização. A composição da intriga emerge como momento do processo da *mimesis*, que instaura uma configuração narrativa de um mundo prefigurado rumo a uma refiguração do mundo, articulando uma síntese do heterogêneo que agencia acontecimentos e os associa a ações, causas e intenções. Diante disso, analisamos no presente artigo matérias sobre mortes violentas publicadas nas seções policiais dos jornais paraenses *Diário do Pará* e *O Liberal*, dos dias 23 de janeiro, 15 de março e 02 de maio de 2017. Para tanto, fazemos recurso ao projeto ricoeuriano de uma hermenêutica do texto e da narrativa, e das leituras realizadas a respeito da composição da intriga por comentadores em diálogo com sua obra. As leituras dos jornais nos permitem compreender uma armação da intriga que alinhava as narrativas como únicas, mas episódicas, assinalando percursos da violência como elemento a ser explicado e compreendido narrativamente.

Palavras-chaves: Narrativização, Intriga, Violência.

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestrando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA). Integrando do Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia).

² Mestrando em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCom/UFPA). Integrando do Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia).

³ Doutra em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Docente do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCom/UFPA) Coordenadora do Grupo de Pesquisa Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense (Narramazônia).



As narrativas sobre violência que emergem nas páginas dos jornais, nas imagens televisivas e nas linhas do tempo de mídias sociais são parte de uma teia de disputas, de embates e de estratégias de conferência de sentido ao que se pode determinar como violência difusa, violência contra gênero, violação de direitos humanos, violência urbana, dentre outras ainda. São narrativas calcadas em um contexto no qual seu objeto surge como situação que convoca à fala, à discussão, à publicização, bem ao modo do problema público presente na reflexão de Quéré (2011), para quem se trataria este de ocorrências relacionadas a um dado domínio societal, que são transformadas em acontecimentos e tornadas parte da experiência de um grupo social a partir da sua narrativização e da sua individualização, processo pelo qual se confere identidade a tal acontecimento.

É possível divisar no contexto brasileiro um processo no qual “o tema da violência e dos conflitos é cada vez mais instigador, diversificando-se, tornando-se mais complicado e obtendo novas configurações” (BARREIRA, 2016, p. 478, tradução nossa), nas quais, entre muitas as dinâmicas, como das sociabilidades ou das causas sociais, etc., é relevante compreendermos que “as matérias jornalísticas deixam transparecer a vulnerabilidade dos transeuntes, a crueldade das ações, assim como a imprevisibilidade das práticas delitivas” (BARREIRA, 2016, p. 476-477, tradução nossa). Nesse cenário se projeta a violência difusa relacionada, sobretudo, ao tráfico de drogas, aos crimes de pistolagem e homicídios, mas que se caracteriza pelo seu espraiamento no tecido social urbano e pela potencialidade de envolver e vitimar quaisquer pessoas, atrelando as histórias narradas a medos sociais e sensação de insegurança.

No caso da violência difusa, que anima e é alinhavada em conversas cotidianas, coberturas midiáticas, iniciativas político-estatais, a singularização ou individualização apresenta nuances diversas, todas tributárias dos *modus narrandi* a partir dos quais são perspectivadas. É possível falar de acontecimentos violentos que são identificados a partir dos agentes por eles englobados, a exemplo dos ‘casos’, como o ‘Caso Nirvana Evangelista’, ‘Caso Eloá’, dentre outros. É possível ainda que sejam identificados a partir de uma tipologia convencionalizada, a exemplo dos acertos de contas, das chacinas, e mesmo de categorias como assaltos, homicídios, etc. É relevante darmos essa ênfase à identificação pela palavra, naquilo que ela comporta de múltiplo, heterogêneo e contíguo, porque serve a diferentes propósitos, visa a diferentes efeitos, integra modos de falar específicos e de alinhavar narrativas de maneiras distintas.

Por isso mesmo, um acontecimento que não se situe como aquele com potencial disruptivo ou que mobilize sujeitos em torno de seu início-meio-fim, pode ser compreendido como algo que afeta e é afetado pela vida social que o forma, que possui uma relação com



a perspectivação de um fenômeno ou domínio temático. Trata-se de um processo de individualização a ser informado pelo objeto empírico em análise.

No caso deste estudo, vemos a emergência da violência em uma cobertura diária, da qual nos interessam, sobretudo, as mortes violentas, pois que são mobilizadas pelos repertórios dos jornais e ancoradas a processos já tipicamente inteligíveis nos textos e também nas falas da sociedade, tais como de criminalização da pobreza, de redução do fenômeno ao crime e à criminalidade, de reforço da segregação social e negação da cidadania, de espetacularização da dor e da morte, de exaltação de medidas repressoras para o combate à violência e silenciamento em torno de um debate público sobre o tema, além do deslocamento de perspectivas para a imagem de uma guerra urbana em uma cidade do medo (COSTA, 2011; COSTA ET AL., 2017; FERREIRA JUNIOR; COSTA, 2017, 2016a, 2016b).

No entanto, os caminhos teórico-analíticos com que nos ocupamos neste trabalho não são tanto da representação – entendida como construção transparente da realidade –, quanto são da constituição simbólica do acontecimento (QUÉRÉ; NEVEU, 1997), que nos põe a perspectiva rumo à narrativização e às configurações narrativas envolvidas em processos de proposição de interpretações de eventos que emergem em um contexto social específico. Tal assertiva se faz relevante à medida que podemos enxergar nas narrativas sua natureza de formas simbólicas (THOMPSON, 1991), entendidas como formas culturalmente estruturadas, social e historicamente produzidas, capazes de serem compreendidas pela articulação entre sua contextualização, estruturação e (re)interpretação.

Diante disso, analisamos no presente artigo matérias sobre mortes violentas publicadas nas seções policiais dos jornais paraenses *Diário do Pará* e *O Liberal*, dos dias 23 de janeiro, 15 de março e 02 de maio de 2017. As edições foram selecionadas a partir da comparação e verificação de jornais que cobriram os mesmos eventos. A seleção ocorreu dentro do *corpus* de jornais coletados em pesquisas financiadas pela Capes e pelo CNPq. Nosso objetivo é compreender os elementos e as estratégias alinhavados pela intriga da narrativização jornalística, que, por sua vez, encontra-se envolvida na constituição da violência como domínio narrativo capaz de dar vida a um enredo em constante atualização. Para tanto, fazemos recurso ao projeto ricoeuriano de uma hermenêutica do texto e da narrativa (RICOEUR, 1981, 2010, 2011, 2013, 2016), assim como a comentadores que partem de interfaces e diálogos com a sua obra.

2. PRESSUPOSTOS DE UMA APROXIMAÇÃO ÀS NARRATIVAS

As narrativas como forma de partilhar experiências e formas de coesão de grupos sociais são práticas de carácter espaciotemporal disperso, mas no escopo de investigações



contemporâneas resgatam acepções que as ligam à experiência, ao cotidiano, ao presente, ao acontecimento, às interações, às falas e mesmo aos saberes (CARVALHO, 2014; LEAL, 2006; MOTTA, 2013; QUÉRÉ, 2011). Trata-se de uma postura diante das obras da linguagem, para usar uma expressão ricoeuriana, pois que não se trata de, ao nos depararmos com elas, fazermos recurso ao linguístico ou mesmo ao semiótico, mas sim de compreendê-las como implicadas em urdiduras de relações e de mediações. A esse respeito, é mesmo Ricoeur (2010) quem nos adverte que seu projeto hermenêutico da tríplice *mímesis* não visa somente à compreensão da configuração de mundo na narrativa (*mímesis II*, ela mesma a composição da intriga), mas a sua articulação com o mundo prefigurado da prática e da ação (*mímesis I*) e o mundo refigurado pela leitura da obra (*mímesis III*), considerados como o antes e depois do texto, pois

[...] é tarefa da hermenêutica reconstituir o conjunto de operações pelas quais uma obra se destaca do fundo opaco do viver, do agir e do sofrer, para ser dada por um autor a um leitor que a recebe e assim muda seu agir. [...] preocupa-se em reconstruir todo o arco das operações mediante as quais a experiência prática dá a si mesma obras, autores e leitores. [...] A questão é portanto o processo concreto pelo qual a configuração textual faz a mediação entre a prefiguração do campo prático e sua refiguração pela recepção da obra. (RICOEUR, 2010, p. 94-95).

Essa postura nos conduz a um proceder que busca desancorar uma noção essencialista ou mesmo reificadora de linguagem, pois não se trata ela de uma coisa, mas de uma condição de possibilidade para a realização da comunicação (MARCOS, 2007; QUÉRÉ, 1995). Já que é nela e por meio dela que nos pomos em relação, não é somente um recurso de que nos utilizamos, é por meio dela e com ela que habitamos o mundo humano. É mesmo nisso que se baseia toda a tese ricoeuriana apresentada no seu *Tempo e Narrativa*, obra cuja eixo fulcral consiste em as narrativas tornarem acessível a experiência humana do tempo, e em o tempo só se tornar humano pelas narrativas (RICOEUR, 2010, p. 93).

É uma ordem de preocupações completamente distinta daquela que enxerga o texto como cindido da vida, da ação, dos sujeitos, sobretudo, porque em Ricoeur a incursão às obras da linguagem se dá pela ênfase no languageiro (em vez de no linguístico). Porque a linguagem é compreendida como um modo de ser no mundo, a expressão humana possui um carácter languageiro, que se caracteriza pela “minha pertença a uma tradição ou a tradições passa pela interpretação dos signos, das obras, dos textos, nos quais se inscreveram e se ofereceram à nossa decifração as heranças culturais” (RICOEUR, 2013, p. 50). Isso se traduz ainda na nossa condição histórica e na pertinência do mundo sócio-histórico no antes e depois da narrativa.



Diante disso e de modo mais específico ao escopo dos estudos preocupados com a comunicação, cumpre fazermos referência a duas elaborações conceituais, que nos ajudam a sedimentar essa concepção do languageiro como pressuposto imprescindível ao estudo da narrativa na sua dimensão comunicacional; são elas: o princípio da relação (MARCOS, 2007); e esquema constitutivo (ou abordagem praxiológica) da comunicação (QUÉRÉ, 1995). No primeiro, Marcos nos instiga a abandonar a ideia de que a linguagem é uma ferramenta do pensamento e da comunicação, por meio da qual ambos seriam exteriorizados; ela está situada muito mais no âmbito da partilha, do compartilhamento intersubjetivo do mundo, que emerge, por sua vez, “como horizonte da vida”, pois “entre comunicação e linguagem deixa de haver um ‘antes’ e um ‘depois’, para as percebermos como essencialmente imbricadas”. (MARCOS, 2007, p.44). Trata-se mesmo do itinerário teórico-metodológico de que a autora trata na conceptualização sobre fenômenos comunicacionais (naquilo que encerram de ligação, interações, relações, etc.), em uma perspectiva que deve partir das considerações sobre as possibilidades da comunicação, sendo relevante, pois

Perceber a condição da relação como possibilidade do humano constitui uma introdução necessária a uma reflexão sobre o fenômeno comunicacional. É neste quadro que esse fenômeno emerge com um contorno específico e que sua problematização teórica pode ser feita. (MARCOS, 2007, p. 32).

Já Quéré expõe dois posicionamentos conflitantes em torno da comunicação, especialmente no que concerne a uma concepção da linguagem. O esquema representacionista trabalha com uma noção de mundo sem referência a ela, em que a linguagem só serve para externar estados intencionais pelos sujeitos em comunicação, e se resume de modo simples a uma questão de produção e interpretação de signos, já que se tratam de aferir a qualidade da representação das coisas em termos de verdadeiras ou falsas, em termos de correspondência com a realidade. Essa concepção integra o que ele chama de “modelo epistemológico de comunicação”, que se caracteriza pela ênfase na transmissão e no processamento de informação, na produção de representações na mente de receptores e na existência de sinais a partir dos quais esses estados mentais e representações podem ser extraídos e inferidos.

A lógica que se opõe a essa é aquela presente no que ele chama de “abordagem praxiológica da comunicação”, que pressupõe um esquema constitutivo, cujo carácter é hermenêutico e contempla processos relacionais de modelagem conjunta do mundo, a partir da produção de um comum, base para inferência e ação. O sentido redonda, pois, das interações com o mundo e com seus sujeitos, da partilha de mediações simbólicas, na qual



a linguagem ocupa um papel central. Sobretudo, porque deixa de ser o veículo de um duplo do mundo, para ser mediação no animar desse mundo, por meio de performances que lhe dão forma e significado, passando a ser uma condição para a compreensão das atividades sociais e dos alinhavos entre prática, relações humanas e modos de viver. É uma concepção diante da qual categorias como produtor e receptor perdem a acepção – e a força de cindir papéis definidos de modo simples – que possuem no modelo epistemológico (também identificado por outros autores como informacional).

É nesse cenário, de consideração do mútuo imbricar e da performance que participa da partilha do mundo, que podemos situar as narrativas como integrantes de processos comunicacionais. Os momentos da *mímesis* são mesmo exemplares, já que se referem a elementos contextuais, ao texto e à atividade de leitura – não como momentos isolados, mas como momentos de afetação, de acúmulo, de emergência, de idas e de voltas, de inovação semântica e de uma poética languageira. É desse modo que somos chamados de volta aos movimentos da *mímesis*, pois é a composição da intriga como ponto de partida que nos interessa aqui como pressuposto teórico metodológico que servirá de guia para o nosso percurso analítico das narrativas jornalísticas sobre mortes violentas.

3. COMPOSIÇÃO DA INTRIGA NAS NARRATIVAS

A *mise en intrigue* ou composição da intriga é um dos momentos centrais na mediação das narrativas, segundo a proposta ricoeuriana, é por meio dela que, no texto, se dá forma ao mundo, já que é “a totalidade inteligível que governa a sucessão de acontecimentos em qualquer história” (RICOEUR, 1981, p. 167). Antes, porém de voltarmos ao tema da intriga, cumpre nos determos na noção ricoeuriana de texto, já que ela é base para a compreensão que o autor trará nas suas obras de proposição da hermenêutica narrativa, marcadamente em *Tempo e Narrativa*. O texto é por ele encarado como obra, que pressupõe um processo de feitura, um trabalho por parte de seu autor, que se difere da fala porque seu pressuposto é que não tenha sido falado, já que o texto que interessaria à hermenêutica é sobretudo o escrito, com uma existência diferenciada (RICOEUR, 2013, 2016). É diante disso que ele articula uma de suas perspectivas, a da de mundo do texto, a que se refere também como coisa do texto, sendo-nos relevante pelo fato de que “o sentido do texto repousa não atrás do texto, mas em frente a ele” (RICOEUR, 2016, p. 139, tradução nossa). A esse respeito, ele mesmo nos interpela:

O que deve ser interpretado, num texto, é uma *proposição de mundo*, de um mundo tal como posso habitá-lo um mundo para nele projetar um de meus



possíveis mais próprios. É o que chamo de mundo do texto, o mundo próprio a este texto (RICOEUR, 2013, p. 66, grifo do autor)

A sua articulação da *mimesis* baseia-se nesses pressupostos, já que se volta para a reflexão sobre o tempo nas narrativas históricas e ficcionais – essencialmente narrativas que precisam ser escritas –, mas mobiliza o texto como chave para compreensão de uma rede de elementos e fenômenos, com especial ênfase às ações, alinhavadas pela composição da intriga, que é compreendida enquanto agenciamento de incidentes, à medida que “ela ‘toma juntamente’ e integra numa história inteira e completa os acontecimentos múltiplos e dispersos e, assim, esquematiza a significação inteligível vinculada à narrativa tomada como um todo” (RICOEUR, 2010, p. 2). Trata-se de uma proposição bastante original e teórico-metodologicamente orientada para abarcar a problemática da parte e da totalidade significativa, que há séculos faz parte dos expedientes da hermenêutica, bem como é um dos elementos constitutivos do círculo hermenêutico (ALVESSON; SKÖLDBERG, 2000).

Em Ricoeur, a composição da intriga é um ato configurante que caracteriza a histórica como feita de acontecimentos e transforma os acontecimentos em histórias, por excelência articulando um processo de extrair uma configuração de uma sucessão (RICOEUR, 2010, 2016). Ou seja, procede-se na *mimesis II* em uma operação de configuração, por meio da qual os estados sucessivos e os acontecimentos postos em sequência transformam-se em uma totalidade significativa, inteligivelmente arranjada.

De acordo com Kearney (2002), essa tríplice *mimesis* de Ricoeur pode ser lida em termos de um recontar criativo, sobretudo, porque na narrativa se cria uma espécie de espaço ou vão (*gap*) entre o mundo narrado e o mundo vivido, espaço possível porque as narrativas são contadas a partir do ponto de vista de alguém, dentro de certas convenções de estilo e gênero. Mesmo nos casos de violência presente em mídias de entretenimento ou noticiosas, comumente relacionada com o aumento da violência nas ruas, diz-nos o próprio Kearney, é possível estabelecer a diferença entre a passagem do real para o imaginário e vice-versa. No caso das narrativas históricas, o autor infere que as mesmas licenças poéticas do recontar criativo se aplicam, com acionamento mais enfático da suspensão da descrença, da dimensão do credível. Em consequência,

História e ficção, em suma, ambas se referem à ação humana, mas o fazem com base em reivindicações referenciais distintas. Onde a ficção revela mundos possíveis de ação, a História procura *grosso modo* cumprir os critérios de evidência comuns ao corpo geral da ciência. [...] [A História] é sempre, ao menos em parte, figurativa à medida que envolve contar de acordo com uma certa seleção, sequenciamento, composição da intriga e perspectiva. (KEARNEY, 2002, p. 135-136, grifo do autor, tradução nossa).



Vemos nessa aproximação entre o abrir de mundos possíveis e o acionamento de um carácter de evidência na suspensão da descrença uma chave para ler as narrativas jornalísticas a partir dos referenciais que vimos mobilizando ao longo deste trabalho. É uma chave muito mais profícua, porque nos permite justamente ler a performance narrativa, o alinhavo dos acontecimentos em uma forma linguageira – pertinente em um contexto e entre o grupo ao qual se refere e no qual circula. Distanciamo-nos, pois, de uma perspectiva que enxerga na narrativa um potencial de reforço de estados de representação, capaz de infundir sem mediações sentimentos de medo, de ódio e de reciprocidade negativa. A nossa preocupação é, sobretudo, com o saber e o conhecimento divisados no texto, na articulação complexa do seu antes e do seu depois; buscamos cá, de modo muito modesto, pôr em trabalho neste esforço de investigação alguns pressupostos genuinamente de ordem hermenêutica.

A discussão de Augé (1998) em torno da *mímesis* ricoeuriana nos ajuda mais uma vez a compreender esse entrecruzamento que é teórico-conceitual, mas também teórico-metodológico. Para ele, os relatos do vivido, da ação humana, não possuiriam nenhuma lacuna em relação aos aspectos apontados por Ricoeur para o texto ficcional ou histórico. Antes, seriam mais sintomáticos para compreendermos nossas ficções, já que pressupõem “roteiros” dessa vida já vivida, que “são objeto constante de relatos espontâneos por parte de quem os vive e de relatos mais elaborados (reportagens televisivas ou matérias jornalísticas) por parte de quem os observa e comenta” (AUGÉ, 1998, p. 18, tradução nossa). Esses roteiros são da ordem da compreensão da prática, portanto, da *mímesis I* e dão a ver o quanto a vida individual e coletiva se constrói de modo amplo como ficção, como um roteiro que está situado dentro de certas possibilidades e leituras, não escapando à mediação simbólica da narrativa e da composição da intriga plasmada na *mímesis II*.

Por fim, cumpre dizer que a perspectiva ricoeuriana nos é relevante, à medida que nela a ação só pode ser narrada porque pode ser simbolicamente mediada, articulada em signos, regras, códigos culturais, normas, inteligíveis aos seres humanos que partilham uma cultura comum (RICOEUR, 2010, 2013). Desse modo, buscamos pensar a articulação do conceito de configuração da intriga na tessitura de narrativas jornalísticas, pois que invoca a designação da ação, a mediação entre o agenciamento dos acontecimentos e sua contingência. A narrativa jornalística de violência, assim, ancorada aos jogos de linguagem, aos movimentos da temporalidade e ao lugar narrativo da compreensão do que emerge no texto e em suas adjacências, leva-nos a compreender o seu papel na organização e inscrição de saberes e experiência em torno da violência, sendo significativa porque aponta para ações que são colocadas em evidência nos enunciados do jornalismo.



4. PERCURSOS DA NARRATIVIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Dentre as narrativas selecionadas, temos seis matérias sobre mortes violentas ocorridos em Belém (PA), das quais foram publicadas três em cada uma das seções policiais dos jornais *Diário do Pará* e *O Liberal*. Trata-se de coberturas sobre casos de ‘execução’, com menção a chacinas e ação de milícias – algo que é típico na cobertura dos jornais paraenses, mas que toma outros matizes quando se levam em consideração os casos de chacinas de que reverberaram como acontecimentos públicos nos últimos anos. Desse modo, do ponto de vista do conhecimento das ações integradas na narrativa, esse carácter do dizer jornalístico sobre a chacina faz entrar em cena a inteligibilidade e o mundo prático como aquele sobre o qual se imbrica o mundo possível da narrativa.

Diante desses caminhos apontados pela discussão sobre a *mimesis*, a composição da intriga e as possíveis leituras da obra de Ricoeur, buscamos aqui traçar um percurso analítico que dê conta de encararmos as narrativas jornalísticas de violência naquilo que elas mobilizam de complexo e no que faz transbordar nos acontecimentos narrados aquilo que é pertinente ao seu antes e seu depois – processo em que consideramos esse depois o mesmo momento de leitura pelo analista. Desse modo, porque nos interessa a composição da intriga, além dos conceitos apresentados em Ricoeur, procedemos também na leitura dos elementos constitutivos da narrativa por meio das proposições metodológicas de Leal (2006) e Motta (2013) a partir da Comunicação.

Em Leal (2006), a narrativa assume três características, de metáfora, que emerge de uma articulação elaborada teoricamente; de objeto, como fenômeno com o qual o pesquisador se defronta; e de procedimento analítico, que pressupõe lógicas e escolhas. É como este último que o autor defende a um “olhar narrativizante” diante do carácter fragmentário e disperso das narrativas na vida social, olhar que “faz emergir as formas de articulação do cotidiano. Com isso, ‘narrar’ apresenta-se como metáfora de ‘articular’ e o trabalho do pesquisador funda-se na apreensão dessas relações” (LEAL, 2006, p. 22). Consiste, portanto, em perceber aquilo que é alinhavado não só nas narrativas, mas nas teias de que elas fazem parte, podendo abarcar outras narrativas, a dimensão do mundo sócio-histórico, destacando o seu aspecto único, mas também de similitude com outras manifestações linguageiras e da vida social.

Na esteira disso, pensamos também na leitura de Ricoeur realizada por Motta (2013), a respeito da composição da intriga, que compõe o primeiro movimento analítico da sua “análise crítica da narrativa jornalística”. A esse movimento, Motta denomina como “compreender a intriga como síntese do heterogêneo” (MOTTA, 2013, p. 140), por meio do qual insta como momento analítico essencial perceber o enredo e o projeto dramático por



meio da organização das partes, a fim de delinear os acontecimentos, as relações entre os elementos constitutivos, compreendendo que uma narrativa jornalística, que se desdobra em torno de personagem ou eventos e é definida nos termos de um cobertura dada e assim identificada pelos veículos que a produzem, pode ser lida como uma obra completa.

É este caminho que cremos profícuo na leitura da narrativa jornalística sobre as mortes violentas, porque, se são todas apresentadas sob o domínio temático de violência e violência urbana, tal ancoragem não é gratuita, antes serve às convenções narrativas que não de ser adotadas na narrativização dos acontecimentos violentos por ela iluminados. A violência não emerge de outro modo se não pelo destaque do fundo opaco do viver de que nos fala Ricoeur. Os acontecimentos são postos sob um holofote ao se transmutarem em texto jornalístico, já que essa descrição que comporta a *mise en intrigue* é estreitamente relacionada ao acontecimento (NEVEU; QUÉRÉ, 1997).

Desse modo, temos as seis matérias que falam sobre ocorrências específicas de homicídio (Quadro 1), que mantêm a referência à violência difusa, mas também referenciam a potencial ação de milícias em práticas de execução similares a de chacinas. O que elas apresentam de disperso se dá pelo fato de serem eventos distintos nos tempos de sua ocorrência e na descrição feita deles. Apesar disso, podemos nos referir a elas como episódios de uma narrativa em andamento, narrativa sobre a violência urbana e o estado da vida na cidade, em que esse mesmo material do vivido se transmuta em espaços, agentes e incidentes narrativos.

Quadro 1 - Matérias sobre mortes violentas publicadas nas seções policiais dos impressos

23 jan. 2017.	Encapuzados matam rapaz com três tiros	O Liberal
	Carro vermelho ataca: executado com 8 tiros	Diário do Pará
15 mar. 2017	Dois mortos em meia hora	O Liberal
	Terra firme: 2 mortes simultâneas	Diário do Pará
02 maio 2017	Ida ao barreiro foi fatal	O Liberal
	Morto com 15 tiros na frente de amigos	Diário do Pará

Fonte: elaborado pelos autores

Se fizermos recurso à tentativa de olhar o enredo, vemos algo muito típico nessas narrativas sobre mortes violentas, podendo mesmo dizer que há uma “esquematização” (RICOEUR, 2010) presente na composição da intriga. O agenciamento dos incidentes ocorre na medida em que uma morte ocorre, a polícia é acionada, moradores e testemunhas interpelam com a fala ou com o silêncio e explicações são dadas para reforçar a coesão dos elementos apresentados. Essa coesão trata-se de algo somente possível pelo movimento



de pôr em intriga esses elementos esparsos. É, na verdade, um elemento condicionante para narrativa constituir-se como totalidade significativa, ou seja, que tenha sentido e tome parte na mediação simbólica dos acontecimentos.

Uma rápida olhada em torno dos fatos agenciados nos permite considerar de modo mais enfático esses elementos, tomados aqui nos primeiros parágrafos de cada matéria.

Encapuzados matam rapaz com três tiros. Mais um homicídio com características de execução foi registrado no final da tarde de ontem, no bairro do Barreiro, em Belém. Jefferson Serrão Macedo, de 21 anos, conhecido como “Pretinho”, foi executado com três disparos de arma de fogo. Dois projéteis atingiram a cabeça da vítima. Testemunhas apontam a participação de homens encapuzados em um carro vermelho, e acreditam que crime seja continuação da represália de milícias pela morte do sargento da Rotam Rafael da Silva Costa, de 29 anos, na última sexta-feira, apesar de a polícia não confirmar (ENCAPUZADOS..., 2017, p. 3).

Carro vermelho ataca: executado com 8 tiros. Era por volta das 17h do último domingo (22), quando Jefferson Serrão Macedo, de 20 anos, voltava da casa da ex-companheira onde foi visitar a filha de apenas 2 anos. Antes de atravessar a rodovia Arthur Bernardes, ainda na passagem Joana Dark, esquina com a passagem Santa Rita, bairro do Telégrafo, em Belém, ele foi assassinado como 8 tiros. (CARRO..., 2017, p. 7).

Dois mortos em meia hora. Em 30 minutos, dois homens foram assassinados ontem à tarde no bairro da Terra Firme, em Belém. As duas vítimas tinham antecedentes criminais. Os casos se diferenciam apenas no tipo de veículo usado pelo executor e também porque os homens foram mortos em ruas diferentes. Uma equipe de policiais civis da Divisão de Homicídios esteve nos locais e irá investigar as mortes. (DOIS..., 2017, p. 6).

Terra Firme: 2 mortes simultâneas. Dois homens foram executados a tiros, no bairro da Terra Firme, em Belém, ontem (14). Os crimes aconteceram em ruas diferentes, mas praticamente no mesmo horário: Por volta das 18h. Segundo os policiais, uma das vítimas tinha ficha criminal. Já havia sido presa por tráfico de drogas. (TERRA FIRME..., 2017, p. 5).

Ida ao Barreiro foi fatal. Adriano da Gama Dantas, 22 anos, foi assassinado na madrugada de ontem, no Barreiro. Ele já não morava mais no bairro, mas estava lá para visitar a família e amigos. Dois homens o executaram a tiros. A “Lei do Silêncio” dificultou o início das investigações dos policiais civis e militares, para os quais os poucos relatos colhidos mais atrapalharam que ajudaram. A vítima havia sido presa apenas uma vez, por formação de quadrilha. (IDA..., 2017, p. 5).

Morto com 15 tiros na frente de amigos. Adriano da Gama Dantas, 32 anos, morava no bairro da Pratinha, Grande Belém, e trabalhava no Aeroporto Internacional de Belém. Aos finais de semana, aproveitava a folga para visitar parentes que moram no Barreiro, na capital paraense. No domingo (30), ele estava escalado para o serviço, mas resolveu faltar. Enquanto estava em um bar com amigos, acabou sendo assassinado, no Dia do Trabalhador, com 15 tiros.



Ao vermos essa disposição na configuração da intriga, vemos elementos que fazem parte de um repertório da narrativa sobre violência, do jornal, mas também de falas cotidianas, pois todos se entrelaçam no conhecimento advindo de um dos caracteres da *mimesis* I a que Ricoeur (2010) chama de legibilidade, pois são entendidas em um contexto de descrição e que se manifesta no texto a partir de um sistema simbólico que lhe é anterior. É possível, portanto, explicar narrativamente todas as ações – morte, fuga, silêncio, o acontecer do crime, o assassinato, a execução – porque elas podem ser compreendidas dentro desse sistema simbólico ao qual a composição da intriga está imbricada. São acionados os saberes sobre as condições da morte violenta, da ação das polícias e milícias, dos riscos das áreas periféricas, dos espaços típicos da violência, da susceptibilidade de ocorrência de homicídios quer pela violência difusa quer pela violência policial/miliciania.

Não obstante, a intriga alinhava momentos similares nas narrativas, que mais do que torná-las cindidas em relação às outras – o que se poderia dizer pela simplificação de que a narrativa é a mesma, só se mudando os personagens –, faz com elas emergem no bojo da inovação semântica, dando vida ao acontecimento que, mesmo fugidio e restrito a um dia de cobertura, voltará a ser apanhado novamente pela intriga da narrativa em andamento. Isso se dá pela dimensão episódica com que é possível ver essas mortes violentas. Mortes diferentes, mas porque são execuções em circunstâncias de descrição similares, são “tomadas juntamente” pela intriga, são inscritas no mesmo domínio narrativo, são tornadas histórias. Esse carácter típico, mas criativamente articulado se dá quando, ao “olharmos para trás a partir da conclusão dos episódios que levam a ela, nós temos que ser capazes de dizer que esse fim requereu esses tipos de eventos e essa cadeia de ações” (RICOEUR, 1981, p. 170, tradução nossa).

Por fim, podemos afirmar que essa composição da intriga como ato configurante é tributária da “historicidade”, conceito tão importante na reflexão ricoeuriana, caracterizado como “o fato fundamental e radical de que fazemos história, de que estamos imersos na história” (RICOEUR, 2016, p. 236, tradução nossa). Na esteira da consideração que produzimos as ficções por meio do discurso narrativo como prática languageira no mundo sócio-histórico que habitamos. Desse modo, a intriga nas narrativas jornalísticas de violência, sobretudo, no caso das mortes violentas faz o cruzamento desses dois momentos centrais para a compreensão do processo de narrativização, a vida enquanto conhecimento das ações, experiências práticas e seus sentidos, e da fabulação que se faz dela, tornada outra coisa que não os acontecimentos que narra, mas a narração desses acontecimentos.



5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse caminho aqui empreendido tem carácter bastante experimental, sobretudo, por fazer parte de esforços de pesquisa ainda em andamento. No entanto, já nesta aproximação seminal, a riqueza das narrativas sobre violência como objeto de pesquisa se revela de maneira enfática, mostrando-se como o revés da narrativa amena e desejável sobre a vida social brasileira, porque arrolam elementos produzidos no bojo de problemáticas sociais, tensionamentos e conflitos simbólicos, percursos históricos sedimentados e esquecidos.

A narrativa jornalística de violência que emerge todo dia e parece repetir-se à exaustão, esgotar-se em si mesma, de modo a não dar margem a um novo dizer, é ela mesma bastante sintomática das ficções que a sociedade produz sobre si, naquilo que elas têm de (des)estabilizador, de aquiescente, de interpretável.

Voltar nossa preocupação para esse domínio do languageiro e do narrativo tem a ver, portanto, com uma tentativa de compreendê-lo como substrato para a interação, para a fala, mas também para entender como são mobilizados, tal qual nos adverte Kearney (2002), os elementos dessa vida que está sempre em direção à narrativa, que é parte de um processo de refiguração do social.

Considerando a vasta obra de Ricoeur, o que buscamos cá apresentar como parâmetros teórico-metodológicos de análise dá uma ideia dos potenciais que a hermenêutica ricoeuriana nos fornece para encarar esse fenômeno da violência a partir de um olhar distinto de perspectivas correntes que situam a mídia como interveniente direto ou sem mediações em processos sociais. Ao mesmo tempo em que nos dá ideia do que é endereçado no texto narrativo sobre violência de modo complexo, nas suas temporalidades, na sua esquematização e em uma narrativização que amplifica um processo de imaginação criativa e mesmo de poética jornalística de um fenômeno que se baseia nos anátemas e nas feridas de uma sociedade fragmentada.

REFERÊNCIAS

ALVESSON, M.; SKÖLDBERG, K. **Reflexive methodology: new vistas for qualitative research**. London: Sage, 2000.

AUGÉ, M. **Las formas del olvido**. Barcelona: Gedisa, 1998.

BARREIRA, C. Muerres violentas y escenarios urbanos: inseguridad, miedo y crueldad. In: BARREIRA, C.; SANTOS, J. V. T. (Org.). **Paradoxos da segurança cidadã**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2016. p. 475-489.

CARVALHO, C. A. A comunicação como metáfora para compreensão do social. **Líbero**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 131-144, jul./dez. 2014.



CARRO vermelho ataca executado com 8 tiros. **Diário do Pará**, 23 jan. 2017. Polícia. Belém: Rede Brasil Amazônia, 2017. p. 7.

COSTA, A. C. A violência e os modelos midiáticos de espetáculo. In: MALCHER, M. A., et al. (Org.). **Comunicação Midiatizada na e da Amazônia**. Belém: FADESP, 2011. p. 179-204.

COSTA, A. C.; CORRADI, A.; KABUENGE, N.; FERREIRA JUNIOR, S. E. S. Narrativas jornalísticas e representações sociais da violência na Amazônia urbana. In: MARTINS, F. (Org.). **Trajetos da narrativa: ensaios sobre narrativa, mídia e cognição**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2017. p. 95-106.

DOIS mortos em meia hora. **O Liberal**, 15 mar. 2017. Polícia. Belém: Organizações Rômulo Maiorana, 2017. p. 6.

ENCAPUZADOS matam rapaz com três tiros. **O Liberal**, ano 00, n. 00.000, 23 jan. 2017. Polícia. Belém: Organizações Rômulo Maiorana, 2017. p. 3.

FERREIRA JUNIOR, S. E. S.; COSTA, A. C. Enquadramentos e representações sociais da violência urbana na imprensa da Amazônia paraense. **Revista Estudos de Jornalismo**, Porto, v. 2, n. 5, p. 99-114, abr. 2016a.

_____. Representações de morte e desvio em narrativas jornalísticas da Amazônia urbana. **Estudos em Comunicação**, Covilhã, n. 23, p. 139-170, dez. 2016a.

_____. Urdiduras do representacional em narrativas jornalísticas de violência. **Revista Comunicação, Cultura e Sociedade**, Alto Araguaia, v. 6, n. 6, p. 2-16, 2017.

KEARNEY, R. **On stories**. London: Routledge, 2002.

IDA ao Barreiro foi fatal. **O Liberal**, 02 maio 2017. Polícia. Belém: Organizações Rômulo Maiorana, 2017. p. 5.

LEAL, B. S. Saber das narrativas: narrar. In: GUIMARÃES, C.; FRANÇA, V. (Org.). **Na mídia, na rua: narrativas do cotidiano**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 19-27.

MARCOS, M. L. **Princípio da relação e paradigma comunicacional**. Lisboa: Edições Colibri, 2007.

MORTO com 15 tiros na frente de amigos. **Diário do Pará**, 02 maio 2017. Polícia. Belém: Rede Brasil Amazônia, 2017. p. 4.

MOTTA, L. G. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

NEVEU, E.; QUÉRÉ, L. The age of events. The spume of history - or an information master-frame? **Réseaux**, v. 5, n. 1, p. 9-25, 1997.

QUÉRÉ, L. From an epistemological model of communication to a praxeological approach. **Réseaux**, Paris, v. 3, n. 1, p. 111-133, 1995.

_____. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. **Caleidoscópio**, Lisboa, p. 13-37, primavera 2011.

RICOEUR, P. Narrative time. In: MITCHELL, W. J. T. (Org.). **On narrative**. Chicago: Chicago University Press, 1981. p. 165-186.



_____. **Tempo e narrativa: 1.** A intriga e a narrativa histórica. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

_____. **Escritos e conferências 2:** hermenêutica. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

_____. **Hermenêutica e ideologias.** 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

_____. **Hermeneutics and human sciences.** Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

TERRA FIRME 2 mortes simultâneas. **Diário do Pará**, 15 mar. 2017. Polícia. Belém: Rede Brasil Amazônia, 2017. p. 5.

THOMPSON, J. B. Depth Hermeneutics and the analysis of symbolic forms. **Sociology**, v. 25, n. 3, p. 395-401, aug. 1991.



GT 06- Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputas

DISCURSOS PRODUZIDOS PELO RÁDIO EDUCATIVO: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES DE ALFABETIZAÇÃO AOS JOVENS E ADULTOS NAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS DA AMAZÔNIA PARAENSE (1960-1975)

Rogério Andrade Maciel (Universidade Federal do Pará - UFPA)¹
rogeriom@ufpa.br

Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de França (Universidade do Estado do Pará –UEPA)²
soccoavelino@hotmail.com

RESUMO

Este estudo tem como objetivo analisar os discursos produzidos pelo rádio educativo entre suas práticas e representações desenvolvidas para alfabetizar os jovens e adultos em duas escolas radiofônicas na Amazônia Paraense, no período de 1960 a 1975. Metodologicamente este trabalho se insere no campo da história cultural e da educação que toma como fio condutor uma análise dos discursos produzidos pelo rádio enquanto elementos de disputa para alfabetizar os jovens e adultos. Os resultados nos indicam que as práticas desenvolvidas pelo rádio educativo perpassam pelos bispos que estiveram à frente destas escolas, isto porque de um lado tem-se o movimento de Educação de Base que apresenta uma concepção emancipatória de alfabetização e de outro lado o grupo conservador que imprime a alfabetização pela mensagem do evangelho. Estes discursos são reproduzidos pelos professores locutores por meio das cartilhas de alfabetização. A cartilha “Viver é lutar” era orientada pelo Movimento de Educação de Base que possuía discursos políticos sobre a reforma agrária. Esta concepção se aproxima com a cartilha de alfabetização “O ribeirinho” da escola radiofônica de Santarém-PA, que apresenta em seus discursos a cultura do ribeirinho. Enquanto que a cartilha “SERB” da escola radiofônica de Bragança - PA, obtinha uma concepção de alfabetização pela mensagem do evangelho. Conclui-se que os discursos dos professores são marcados por práticas e representações culturais de ordem religiosa e emancipatória aos sujeitos jovens e adultos.

Palavras-Chave: discursos pelo rádio educativo, escolas radiofônicas, cartilhas de alfabetização, práticas e representações aos sujeitos jovens e adultos.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho faz parte do recorte da tese de doutorado que discute a cultura material nas escolas radiofônicas do Estado do Pará. Objetiva-se neste artigo, analisar os discursos produzidos pelo rádio educativo entre suas práticas e

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação pela Universidade Federal do Pará – PPGED/IDED/UFPA. Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudo e Documentação em História da Educação e Práticas Leitoras – NEDHEL, Brasil. E-mail: rogeriom@ufpa.br.

² Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará- UEPA e Coordenadora do Grupo de Pesquisa História da Educação na Amazônia – GHEDA, Brasil. E- mail: socorroavelino@hotmail.com.



representações desenvolvidas para alfabetizar os jovens e adultos em duas escolas radiofônicas da Amazônia Paraense, no período de 1960 a 1975.

Os autores que fundamentam a análise são: Fávero (2006); Wanderley (1987), Vidal (2005), Castro; Castellanos (2013). Estes autores nos subsidiam para compreender as concepções, práticas e representações desenvolvidas nas escolas radiofônicas na Amazônia Paraense.

Metodologicamente este trabalho se insere no campo da história cultural e da educação que toma como fio condutor uma análise dos discursos produzidos pelo rádio enquanto elementos de disputa para alfabetizar os jovens e adultos. Com base na pesquisa documental, foi possível identificar no Centro de Documentação e Informação Científica Professor Casemiro dos Reis Filho -CEDIC a cartilha de alfabetização “Viver é lutar” e nos Arquivos do MEB na arquidiocese de Santarém alguns vestígios da cartilha de alfabetização “O Ribeirinho”. E na arquidiocese de Bragança, alguns fragmentos da cartilha do Sistema Educativo Radiofônico de Bragança – “SERB”.

Diante do exposto, apresenta-se os “discursos produzido pelos professores – locutores nas escolas radiofônicas: entre práticas e representações na utilização das cartilhas de alfabetização”, como uma análise sobre os discursos utilizados pelos professores na utilização das cartilhas de alfabetização para educar os jovens e adultos na Amazônia Paraense. Por fim, tecemos nas considerações finais, uma síntese da realidade que nos propomos a investigar.

2. DISCURSOS PRODUZIDO PELOS PROFESSORES – LOCUTORES NAS ESCOLAS RADIOFÔNICAS: ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES NA UTILIZAÇÃO DAS CARTILHAS DE ALFABETIZAÇÃO

A história das escolas radiofônicas são marcadas por inúmeros conflitos políticos entre os bispos e padres das prelazias com os sujeitos do Movimento de Educação de Base. Estes conflitos estão relacionados a produção dos materiais escolares como as cartilhas de alfabetização, que eram constituídas por uma concepção oriunda do Movimento de Educação de Base, defendida, ainda, pela Teologia da Libertação onde apresenta uma concepção emancipatória de alfabetização. Por outro lado, dependendo dos bispos que estiveram à frente destas escolas, estes materiais escolares poderiam ser produzidos por uma concepção do movimento conservador da igreja, que imprime a alfabetização apenas pela mensagem do evangelho.



Os discursos utilizados pelo rádio educativo tem como um dos seus principais representantes nas escolas radiofônicas, os professores - locutores. Eles utilizavam cartilhas para alfabetizar os jovens e adultos nas escolas radiofônicas da Amazônia Paraense. O professor- locutor tinha que se reunir com os demais professores para planejar ações para serem desenvolvidas pela rádio e utilizar uma linguagem acessível para os alunos.

Fávero (2006) considera que o professor-locutor tinha a tarefa de se comprometer com a organização geral do treinamento no sistema, saber sobre os relatórios, lazer, liturgia e as ações envolvidas pela situação das aprendizagens, conteúdos e disciplinas dos alunos.

Segundo Wanderley (1984), as escolas radiofônicas desde 1962, vinham se preocupando com uma linguagem acessível aos camponeses, de formar um pensamento crítico e concreto; pretendia-se a libertação dos camponeses, estimulando a criação e expressão espontânea, através de técnicas e atividades, criadas ou adaptadas ao Movimento de Educação de Base e o professor era fundamental para reproduzir através do microfone um discurso acessível aos alunos.

A partir do momento que este professor – locutor utiliza as cartilhas, é possível de acordo com Castro; Castellanos (2013), analisar os discursos presente nelas, pois as cartilhas apresentam as completudes dos cotidianos escolares, imbuídos nos hábitos, tradições, ideologias e sujeitos relacionados com as escolas radiofônicas da Amazônia Paraense.

Na cartilha Viver é lutar, seu propósito era promover uma educação de base pelo viés da cultura popular, mediados pelos processos de leitura e escrita, e ainda, correlacionadas a vida cotidiana dos sujeitos educandos.

Figura 01: Cartilha “Viver é Lutar”



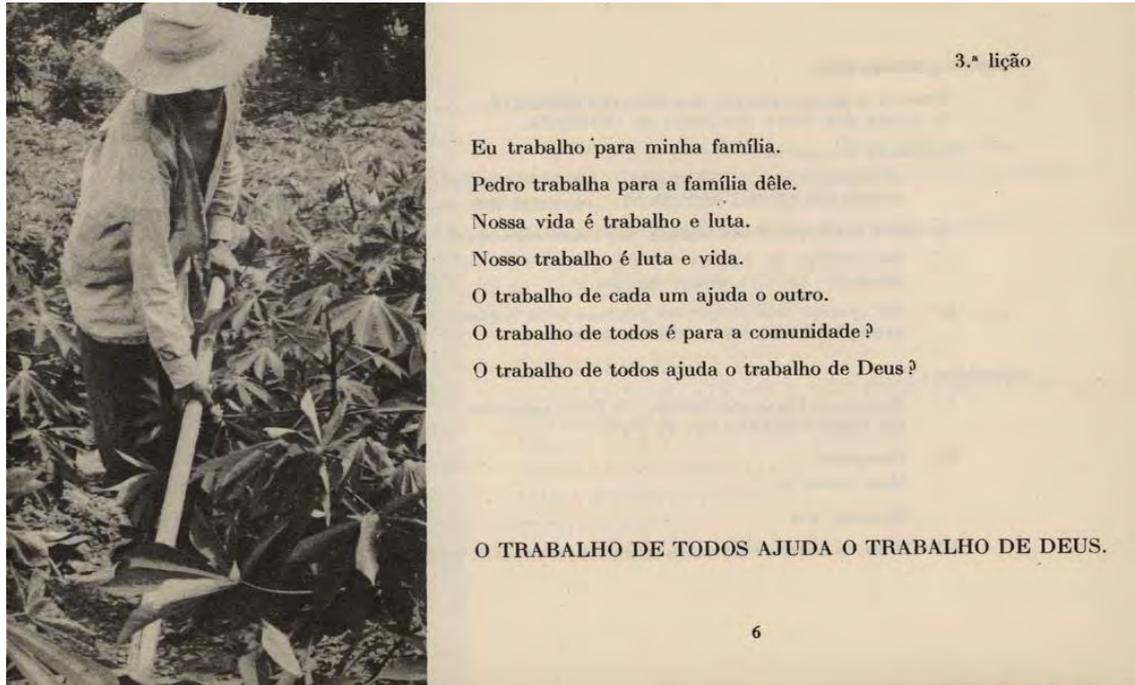
Fonte: Centro de documentação e informação científica professor Casemiro dos Reis Filho - Arquivo do MEB/Nacional: Relatórios de 1961- 1965.

A cartilha “Viver é lutar” é um instrumento de alfabetização aos educandos jovens e adultos. Esta tinha por objetivo contribuir para que homens e mulheres



refletissem sobre o mundo, as relações entre os sujeitos e a sociedade brasileira. A capa desta cartilha representa diversos bonecos de barro que estão constituídos no cotidiano de uma escola radiofônica. No centro, encontra-se o rádio como um dos objetos escolares que mediam os discursos dos professores nas mais diferentes formas de ensinar aos jovens e adultos. Em uma das lições contidas nesta cartilha, constitui-se a seguinte atividade:

Figura 02: Lição da Cartilha “Viver é Lutar”



Fonte: Centro de documentação e informação científica professor Casemiro dos Reis Filho - Arquivo do MEB/Nacional: Relatórios de 1961- 1965.

Na lição que trata sobre as relações de trabalho enquanto parte integrante da família camponesa, está constituído o trabalho coletivo em prol da comunidade como um instrumento de luta e vida. Este discurso de educação presente na cartilha “Viver é Lutar”, era profundo e o povo não aceitava mais meias- palavras. Por outro lado, os discursos desta cartilha representava um material didático subversivo para o grupo político conservador da igreja católica, pois este grupo geralmente optavam por um conjunto de materiais didáticos que compreendia outros folhetos, principalmente aquele que explicitava a mensagem religiosa (FÁVERO, 2006). Logo, as lições contidas na cartilha viver é lutar estava repleta de diversas representações do cotidiano para alfabetizar os educandos jovens e adultos no Brasil.

Imagem 01: Práticas e Representações na Cartilha “Viver é Lutar”



<p>Práticas nas Lições de alfabetização aos Educandos Jovens e Adultos em sua materialidade</p>	Representações
	Viver é Lutar
	Trabalho
	Família
	Profissões
	Pobreza
	Trabalho Infantil
	Direitos negados
	Escola
	Camponês- Alimento
	Deus e Trabalho
	Consciência

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Nesta cartilha de alfabetização os discursos dos professores estavam constituídos por saberes emancipatórios, pois estes traziam diversas as temáticas contidas nas lições sobre família, trabalho, relações sociais, práticas de trabalho que problematizam as realidades educativas do povo brasileiro. Estas práticas de leitura perpassam pela conscientização dos sujeitos, em prol da luta de resistência aos opressores no período de 1960 a 1966. Na cartilha de alfabetização o ribeirinho, identifica-se a realidade da população ribeirinha.

Figura 03: Cartilha o ribeirinho da rádio rural do Município de Santarém –PA



Fonte: Arquivos do MEB na arquidiocese de Santarém, 1965

Na cartilha do MEB, “O ribeirinho”, existem orientações dos temas que são discutidos pelos professores locutores e monitores, no sentido de desenvolver práticas educativas de acordo com os objetos do cotidiano dos alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA (RODRIGUES, 2012).

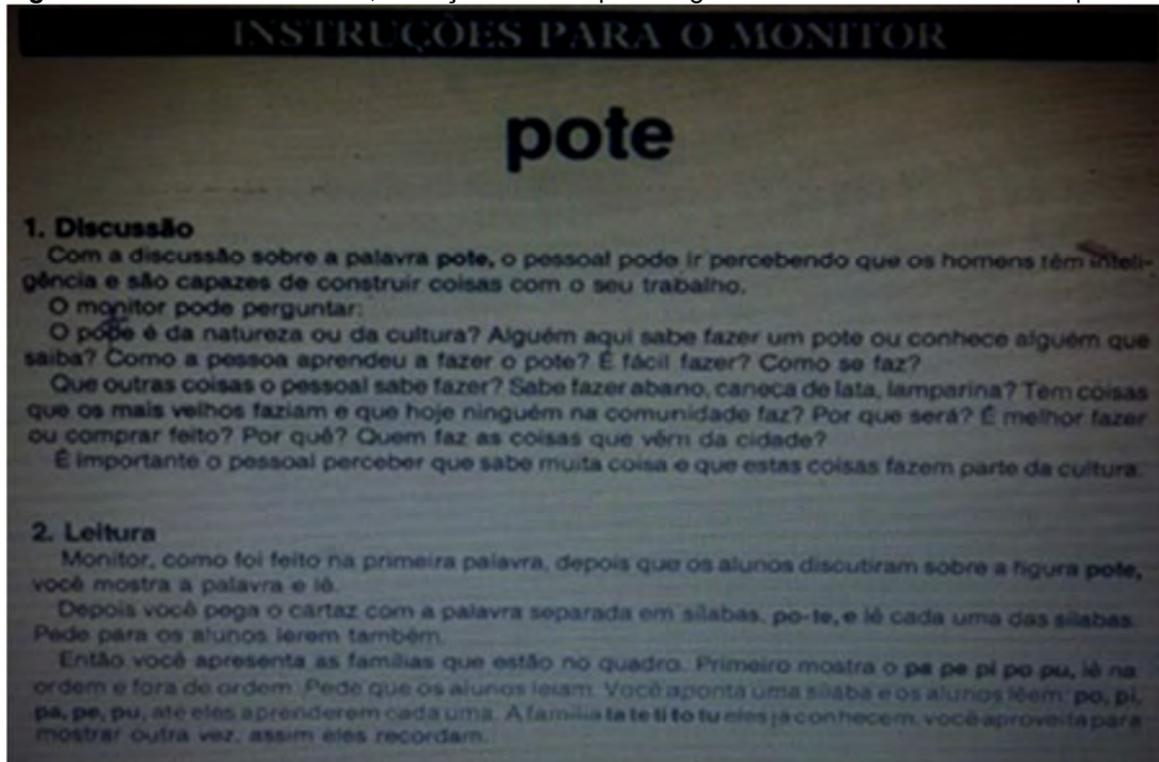
Nas instruções para os monitores, destaca-se em uma das atividades “o pote” enquanto elementos de sustentação da conservação da água para a população



ribeirinha. Segundo Fávero (2006), o monitor era escolhido por ter habilidade de leitura e escrita, ele orientava os alunos na comunidade para a aprendizagem com os conteúdos das cartilhas.

A seguir demonstra-se o seguinte fragmento constituído na cartilha “O Ribeirinho”, onde identifica-se o papel do monitor no que se refere a orientação para os alunos nas comunidades do Município de Santarém:

Figura 04: Cartilha o Ribeirinho, instrução de uma palavra geradora da rádio rural do Município de



Santarém

Fonte: Arquivos do MEB na arquidiocese de Santarém, 1965.

O conteúdo orientado pelo monitor para os alunos eram ministrados pelos professores locutores nos rádios educativos da Amazônia Paraense, pois algumas comunidades se situavam nos lugares mais longínquos da Amazônia. Nesta cartilha estavam expressas as seguintes representações:

Imagem 02: Práticas e Representações da Cartilha “O Ribeirinho”



<p>Práticas nas orientações das Lições na cartilha “O Ribeirinho” na alfabetização de Educandos Jovens e Adultos em sua materialidade</p>	<u>Representações</u>
	Pote
	Canoa
	Cultura do açaí
	Rede de pescar
	Rio Amazonas

Fonte: Elaboração do autor, 2017.

Na cartilha o “ribeirinho”, as práticas de leitura e escrita sobre o “pote”, canoa, cultura do açaí, rede de pesca, dentre outras lições, representavam a cultura e utilização dos instrumentos sobre o trabalho do ribeirinho, constituindo por uma ideologia da cultura local.

Os discursos presente nas cartilhas de alfabetização “Viver é Lutar” e “O Ribeirinho”, para os jovens e adultos, se constituem enquanto elementos da cultura material escolar radiofônica, devido apresentarem os saberes imersos na cultura camponesa e do ribeirinho.

Diferentemente da representação contida na cartilha “o Ribeirinho”, agregada as práticas de uma cultura popular coadunada com a realidade do ribeirinho no Baixo Amazonas. A cartilha do SERB apresenta uma representação oriunda das práticas de Alfabetização pela mensagem do evangelho aos educandos jovens e adultos. A seguir, apresenta-se as práticas presentes nesta cartilha:

Figura 05: Cartilha o SERB, instrução pela evangelização aos jovens e adultos

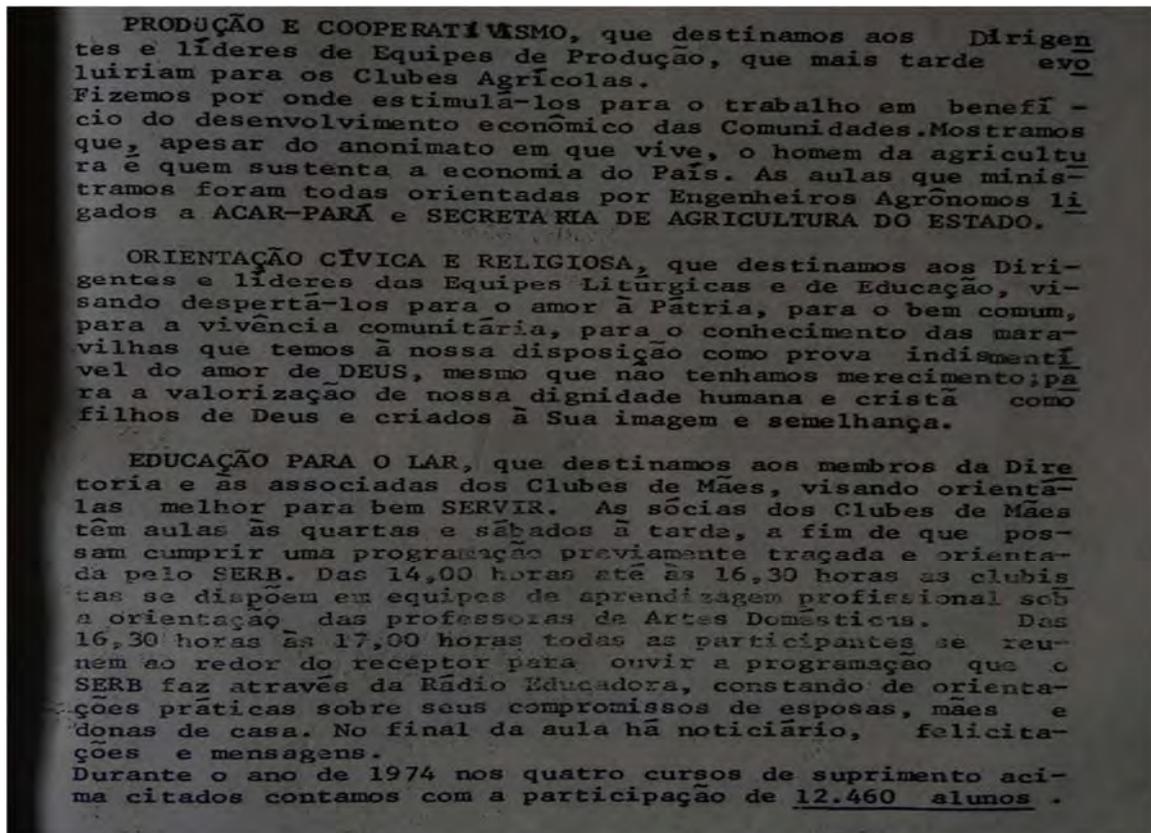


Fonte: Arquivos do Memória de D. Eliseu de Bragança, 1975.

A cartilha o “SERB” O Pioneiro em Tele Educação na Amazônia O que é O que faz”; discute os Campos de Atuação do SERB; Metas alcançadas; Entidades que colaboram com o SERB. É um dos manuais pedagógicos do sistema educativo radiofônico de Bragança, que indica uma proposta de alfabetização pela cooperatividade em prol de uma alfabetização constituída pela mensagem do evangelho.

Esta cartilha se coaduna com as concepções da doutrina dos Barnabitas, mediados pelo padre Maria Giambelli e Dom Eliseu Maria Corolli, ambos tinham como objetivo alfabetizar jovens e adultos da Amazônia.

Figura 06: Cartilha o SERB, instrução pela evangelização aos jovens e adultos



Fonte: Arquivos do Memorial de D. Eliseu de Bragança, 1975.

Esta orientação indica que as cartilhas utilizadas no SERB, eram desenvolvidas pelo prelado, por uma orientação de atividades sob o viés do controle da comunidade, da catequese da ação missionária, obtendo assim uma alfabetização por uma vertente ideológica de evangelização, da congregação Barnabítica.

A ideia de nacionalismo, educação para o lar, religiosa e cooperativismo era um dos principais discursos para romper com a lógica emancipatória de alfabetização aos educandos jovens e adultos. Conforme a cartilha o SERB, visualiza-se nas práticas dos professores locutores, as seguintes práticas e representações:

Imagem 03: Práticas e Representações da Cartilha “O SERB”



Práticas de alfabetização no manual de orientação a aos Educandos Jovens e Adultos	Representações
	Cooperativismo
	Ação Cívica e Religiosa
	Educação para o Lar
	Comunidades Cristãs de Base
	Promoção da Higiene e Saúde
	Renovação Religiosa
	Renovação Moral da Família
	Profissionalização- Horticultura
	Mutirões

Fonte: Elaboração do autor, 2017

Os saberes constituídos nesta cartilha de alfabetização se faziam presentes nas aulas dos professores locutores da escola radiofônica de Bragança e também tinham como base alfabetizar os jovens e adultos nos lugares mais longínquos do Estado do Pará.

As cartilhas de alfabetização são artefatos escolares que apresentam as completudes dos cotidianos escolares, imbuídos nos hábitos, tradições, ideologias e sujeitos relacionados com a escolas (CESAR, CASTELLANO, 2013).

Diante da análise destas cartilhas, verifica-se que no interior das escolas radiofônicas, os professores – locutores tinham a orientação de utilizar a cartilha de Alfabetização do Movimento de Educação de Base “Viver é lutar”, que tinham como base a luta pela reforma agrária (FÁVERO, 2006). Esta concepção se aproxima com a cartilha de alfabetização “O ribeirinho” da escola radiofônica de Santarém-PA, que apresenta em seus discursos a cultura do ribeirinho. Enquanto que a cartilha “SERB” da escola radiofônica de Bragança - PA, obtinha uma concepção de alfabetização pela mensagem do evangelho. Conclui-se que os discursos dos professores são marcados por práticas e representações culturais de ordem religiosa e emancipatória aos sujeitos jovens e adultos.

3 - CONSIDERAÇÕES FINAIS



Ao analisar as cartilhas de alfabetização aos jovens e adultos, identificou-se que elas estão imersas as práticas, representações, saberes, culturas, ideologias, que são peculiares a cada contexto histórico da educação brasileira numa lógica de formação que molda os sujeitos jovens e adultos.

Os discursos proferidos pelo rádio educativo tinha como um dos seus principais representantes, os professores- locutores. Estes professores deveriam possuir uma linguagem acessível ao ler as cartilhas pelo rádio para os educandos jovens e adultos, as compreenderem nas mais variadas comunidades.

A produção das cartilhas de alfabetização obtinham diversas representações, contidas por práticas emancipatórias e práticas de evangelização. Estes dois discursos faziam parte do cotidiano das escolas radiofônicas.

A compreensão sobre as práticas emancipatórias se fazem presentes tanto na cartilha do “Viver é Lutar”, quanto na cartilha “O ribeirinho”. Ambas desenvolviam práticas e representações sobre a valorização do Camponês e do Ribeirinho na Amazônia Paraense.

Na Cartilha o “SERB”, visualiza-se uma alfabetização destinada pelo propósito da evangelização. Esta evangelização era retratada pela formação do cooperativismo e desenvolvimento das comunidades, formados apenas pela expansão de fiéis missionários a congregação Barnabítica.

Portanto, as cartilhas de alfabetização é um dos objetos escolares das escolas radiofônicas que fazem parte de um patrimônio cultural, que guarda em si uma representação do lugar, da memória material de representações nas concepções de jovens e adultos no período de 1960 a 1975.

Neste sentido, fica evidente que os discursos presente nas cartilhas de alfabetização são marcados por inúmeros conflitos, pois nem todos os padres e bispos possuíam as mesmas práticas de alfabetização aos educandos jovens e adultos nas escolas radiofônicas da Amazônia Paraense.

4. REFERÊNCIAS

CASTRO, Cesar Augusto; CASTELLANOS, Samuel Luís Velázquez. Cultura material escolar **IN: a escola e seus artefatos culturais, (MA, SP, PR, SC E RS) - 1870/1925.** São Luís/EDUFMA: Café & Lápis, 2 ed. 2013.

FÁVERO, O. **Uma pedagogia da participação popular:** análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006.



FREIRE, Paulo. **Conscientização: teoria e prática da libertação – uma introdução ao pensamento de Paulo Freire**. 3.ed. São Paulo: Cortez e Moraes, 1980.

MACIEL, Rogério Andrade; FRANÇA, Maria do Perpétuo Socorro Gomes de Souza Avelino de. **Sistema educativo radiofônico de Bragança: saberes da prática educativa na educação de jovens e adultos (1960 – 1970)**. Dissertação de Mestrado em educação – Universidade do Estado do Pará, Belém. 2014, p. 171.

RODRIGUES, Rosa Lucenira Pereira. **Rádio e educação popular na Amazônia: o processo comunicacional do projeto rádio pela educação**. Dissertação de mestrado de comunicação- UFPA, 2012, p. 179.

VIDAL, Diana Gonçalves. **Culturas escolares: estudo sobre práticas de leitura e escrita na escola pública primária**, (Brasil e França), no final do século XIX, Campinas e outros associados, 2005.

WANDERLEY, L. E. W. Educação popular e o processo de democratização. In: BRANDÃO, C. R; BEZERRA, A. (Org.) **A questão política da educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1987.p. 62- 78.



GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E DISCURSOS DA MÍDIA: MOVIMENTOS SOCIAIS INDÍGENAS

Luiza Elayne Azevedo Luíndia (UNAMA)¹
azevedoluíndia@gmail.com

Dilson Carneiro de Oliveira (UNAMA)²
dilsonco@hotmail.com

Juliana Cristina dos Santos Miranda (UNAMA)³
julianacsmiranda@gmail.com

RESUMO:

Compreendeu-se as representações sociais da mídia e os discursos sobre 14^o Acampamento Terra Livre, de 24 a 28 de abril de 2017 em Brasília - DF/BR, tendo como eixos as abordagens de Van Dijk (2014, 2016 e 2017). Utilizou a etnografia virtual (HINE, 2000) e netnografia (KOZINETS, 2014) na matéria publicada pelo Portal G1/DF⁴ intitulada “Índios fecham Esplanada e entram em conflito com PM em ato por demarcação”. Nas duas análises se evidenciam uma disputa entre o progresso (a vinda dos indígenas para a cidade e lutar por seus direitos – territórios) e o estereótipos de bandidos, alcoólatras e prostitutas. Se remetem ainda a estereótipos de preguiçosos e inferiores. Estabelecem dicotomias entre indígenas tecnológicos e indígenas selvagens.

Palavras-chave: Acampamento Terra Livre, Netnografia, Representações Sociais da Mídia.

1. Introdução

Os movimentos sociais e civis organizados e articulados em redes estão ligados diretamente às questões políticas, econômicas, tecnológicas, socioculturais e antes de tudo por reivindicações de territórios e demarcações quando se refere aos grupos indígenas. Partiu-se da premissa de do fato de os movimentos sociais em rede se posicionarem atualmente como geradores de mobilização e articulação de mudanças concretas para os grupos considerados subalternos, a exemplo dos indígenas.

¹ Prof.^a Ps. Dr.^a Associada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (Unama – Belém – Pará). Sub-líder do Grupo de Pesquisa Capital Social e Cultural no Contexto Midiático Contemporâneo (Unama);

² Mestrando no programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (Unama – Belém – Pará). Pesquisador do Grupo de Pesquisa Capital Social e Cultural no Contexto Midiático Contemporâneo (Unama);

³ Mestranda no programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia (Unama – Belém – Pará);

⁴ O G1 é um portal de notícias brasileiro ligado ao portal Globo.com e com orientação direta da Central Globo de Jornalismo. Dispõe de notícias nacionais e regionais. Na matéria utilizada neste artigo, a postagem foi do Portal G1 do Distrito Federal (DF) e, portanto, esta referência aparece no decorrer do texto.



Objetiva-se compreender as representações sociais da mídia sobre os Movimentos Sociais Indígenas, especificamente do 14º Acampamento Terra Livre, de 24 a 28 de abril de 2017 em Brasília - DF/BR, tendo como eixos abordagens de Van Dijk (2014, 2016 e 2017). Selecionou-se a matéria e as imagens publicadas pelo Portal G1/DF intitulada “Índios fecham Esplanada e entram em conflito com PM em ato por demarcação”⁵, postada no dia 25/04/2017, às 15h59min e atualizada 25/04/2017, às 21h50min. Sua escolha foi pelo fato de possuir o expressivo número de 1056 comentários até a data de 01 de maio de 2017⁶. Houve, posteriormente, outra coleta de comentários realizada no dia 30 de setembro de 2017 para a atual proposta. Tanto o *corpus* teórico quanto metodologicamente seguem abordagens Van Dijk (2004, 2016 e 2017), de Chauí (1994), Orlandi (2001) e Charadeau (2016) para se efetivar a compreensão dos discursos realizados pela mídia. Utilizou-se a pesquisa etnográfica virtual (HINE, 2000) e a netnografia (KOZINETS, 2014).

2. Movimentos sociais, Tecnopolítica, Protagonismo e Viralidade

Para Touraine (1981) e Melucci (1989) o conceito de movimentos sociais se dirige a uma ação coletiva mobilizada por atores sociais que possuam uma identificação com uma causa em comum e que, geralmente, vai ao encontro das organizações hegemônicas. Os movimentos sociais, por se tratarem de ações em coletividade, ganham maior legitimidade quando angariam maior quantidade de membros e indivíduos que assumam a sua luta. Enfatizam que os movimentos adquirem um caráter de representatividade sobre a causa, ou ainda, sobre a classe envolvida nas questões suscitadas pelo grupo. Além do intuito de tornar pública a causa também tem como objetivo mobilizar mudanças sociais em defesa das questões levantadas pelo movimento. Os movimentos sociais de modo geral contribuem na tentativa de expandir os direitos e ampliar a cidadania a todos os indivíduos.

Touraine (1981) ao estudar os movimentos sociais de trabalhadores, especificamente na América Latina, notou a centralidade de um conflito dentro um certo grupo social que se opõe aos conceitos mercadológicos ou aos poderes autoritários. Tais conflitos tinham como cerne a liberdade e respeito por direitos e percebeu que ao se organizarem em movimentos sociais as sociedades não lutavam por valores materiais, mas por motivos mais significativos. Assim, Touraine (1981) defende a proposta que os movimentos sociais possuem duas direções: a vertente utópica em que os direitos dos indivíduos são destacados e a vertente ideológica quando a luta se motiva contra um adversário social.

⁵ Disponível em <<http://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/indios-fazem-manifestacao-em-brasilia-e-fecham-esplanada-houve-confronto-com-pm.shtml>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.

⁶ Essa coleta realizada no dia 01 de maio de 2017 foi apresentada por Azevedo Luíndia; Oliveira e Miranda (2017) no I Seminário Latino-Americano de Estudos em Cultura – SEMLACult.



Afirma Castells (2013) na contemporaneidade os novos movimentos sociais também incorporam as tecnologias e se reestruturam em novas configurações. As tecnologias em rede permitem aos indivíduos organizarem-se concretamente nesses ambientes pela vontade de luta, ou pela simpatia com a causa manifestada por comunidades em rede.

Parte-se da premissa de que esses movimentos sociais em rede são geradores de mobilização e articulação na busca de mudanças políticas, econômicas, socioculturais, e sobretudo, pela garantia e autonomia de territórios indígenas. Para tanto se considerou o Blog da Mobilização Nacional Indígena⁷ pelo fato de ter se tornado à época uma relevante interface do marco teórico para a construção dos discursos dos grupos indígenas, garantindo o protagonismo dessas sociedades indígenas justamente por seu caráter informativo e representativo e de auto escrita dos movimentos sociais indígenas tornando-o acessível para diferentes comunidades. Este movimento visou denunciar junto à opinião pública nacional e internacional os ataques e medidas adotadas pelo Estado brasileiro voltados a suprimir os direitos garantidos pela Constituição Federal e pelos Tratados internacionais ratificados pelo Brasil.

Reunidos desde o dia 24 de abril de 2017, os grupos indígenas denunciaram a “maior ofensiva contra os direitos dos povos originários nos últimos 30 anos”, debatendo entre os principais assuntos a paralisação das demarcações de terras indígenas; o enfraquecimento das instituições e das políticas públicas indigenistas; e as iniciativas legislativas anti-indígenas que tramitam no Congresso a exemplo da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que pretende transferir a competência das demarcações e titulações de terras indígenas e quilombolas do Executivo para o Legislativo.

O termo tecnopolítica se remete ao contexto de atuações políticas estabelecidas no enlace com as diversas tecnologias digitais existentes e suas plataformas, argumento cruzado pela conexão das perspectivas apontadas anteriormente. A viralidade está na possibilidade de compartilhamento desses conteúdos em diversas plataformas, até mesmo com discursos e a reprodução do poder social. A seguir adentraremos em temas voltados aos discursos e a reprodução do poder social, ideologia e o discurso da mídia.

3. Discursos e reprodução do poder social e o discurso da mídia

Quando Van Dijk (2017) aborda o tema *discurso e reprodução do poder social* analisa mecanismos de defesa de interesses dos detentores do poder em detrimento dos dominados, o que configura, então, o abuso do poder: “o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo

⁷ Disponível em <<https://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com>>. Acesso em 25 de outubro de 2017.



controlados, isto é, seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais.” (VAN DJIK, 2017, p.18).

Entre outros aspectos abordados por Van Dijk (2004) está aquele que se transforma em impasse para quem trabalha com a Análise do Discurso Crítica, ao tentar relacionar a análise discursiva com o social, sem perder o foco na sua concretização, resultante no aprofundamento analítico e complexo das estruturas de organização, do controle e do poder. Muitas vezes, tal ação acarreta o surgimento de problemas metodológicos, pela impossibilidade de acesso às fontes, que sonegam dados ou se recusam a fornecer a informação necessária e indispensável. As relações entre discurso e poder social levam em conta que esse poder exerce uma forma de controle social se a sua base for constituída de recursos socialmente relevantes.

Van Dijk (2004) ressalta de forma recorrente a importância da estrutura ideológica para o exercício e a manutenção do poder social, compreendendo cognições fundamentais, socialmente compartilhadas e relacionadas aos interesses de um grupo e dos membros. Essa base ideológica é adquirida, mantida ou alterada, através da comunicação e do discurso. Intencionalmente, o uso de uma ideologia proporciona a necessária coerência às atitudes sociais para transformá-las nas práticas sociais.

O autor enfatiza que a saída para esse impasse somente pode ser representada pelo *contra poder*, como resistência ao poder constituído, o que, para ele, apesar de ser difícil, acontece. Entende-se o *contra poder* como a capacidade de reação dos grupos considerados minoritários (dentre eles os indígenas) que buscam destacar suas lutas e reivindicações através da tecnopolítica e no ciberespaço. É o contra poder que alimenta o estado de constante vigília, que permite o combate a tantas atrocidades. É sempre assim que o contra poder, materializado na resistência à dominação, reinaugura um novo e desejável tempo. Nesse contra poder se insere a tecnopolítica e a viralidade dos movimentos sociais dos grupos indígenas.

Pressupõe-se que o exercício da manutenção do poder social para reduzir o *contra poder* tenha como fator a estrutura ideológica mediante o uso do controle do discurso e dos modos de reprodução discursiva. Em Orlandi (2001, p. 15), o discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem; com o estudo do discurso observa-se o homem falando. Todo discurso está atrelado a um contexto sócio histórico para o qual os fatores ideológicos exercem um papel preponderante, uma espécie de condição básica para a constituição de significados. Chauí (1994) argumenta: a ideologia se constitui um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações (ideias e valores) e de normas ou regras (de conduta) que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar e



como devem pensar, o que devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer.

Sabemos que a “informação é essencial, uma questão de linguagem e a linguagem não é transparente” (CHARAUDEAU, 2016, p.15). Assim é possível descobrir, mediante a observação de diferentes fenômenos linguísticos-discursivos em um amplo *corpus* na matéria selecionada, aquelas estratégias argumentativas, persuasivas ou manipuladoras, que participam na construção da identidade e da imagem social. As estratégias discursivas se interconectam com as representações sociais que para Moscovici (2015) é em função das representações (e não necessariamente das realidades) que se movem indivíduos e coletividades.

Chaparro (1994) considera o discurso jornalístico como o resultado de um complexo processo de produção envolvendo as camadas superiores da empresa formada pelos diretores, editores, repórteres, dentre outros, por deterem controle ou “conhecimento” sobre os acontecimentos, e as camadas “proletárias”, formadas por todos aqueles que contribuem direta ou indiretamente para que a informação chegue ao seu destino final: o público.

A mídia ocupa um espaço de destaque na formação da esfera pública e conforme Jovchelovitch (2000), ideias somente passariam a ter valor quando expressadas através da comunicação, ou seja, através do discurso. Quem participasse do debate ingressaria na esfera pública despojado de condições sociais privilegiadas, cargos, títulos ou posição social, num espaço para expressão de conteúdo do senso comum circulante na sociedade. Seria o “fórum” onde os indivíduos construiriam suas representações sociais, transpondo ideias e valores de si e do grupo social pertencente.

4. Representações dos indígenas: do mito do selvagem ao reivindicador no ciberespaço

Conforme Azevedo Luíndia e Oliveira (2011), sobre a imagem do índio na mídia, grande parte do processo de eternização é destituído de historicidade, pois cristaliza mensagens que remontam à carta de Pero Vaz de Caminha. Para Chamie (2002), Caminha observa nos índios traços que decorrem de três atributos principais: a inocência, a bondade e a alegria.

Caminha vai enfocando os principais atributos do “outro”, o indígena, sempre em confronto com os atributos ou referências do conquistador português. Aquilo que Caminha vê ou parece ver no corpo do índio lhe vem como uma “outra realidade”, longe de seus referenciais (CHAMIE, 2002, p. 30).

Na mídia tendem para um “resgate” de elementos etnocêntricos cristalizados no imaginário de grande parte da população brasileira, com olhares que vão do índio mitificado e mistificado ao índio miscigenado, “adulterado” pela influência da cultura europeia. Assim,



os indígenas são revestidos de estereótipos que lhes atribuem uma imagem ao mesmo tempo perversa e exótica.

Os povos indígenas figuram como parte importante da história do Brasil. Entretanto, junto com a recorrência da participação desses povos na construção da história brasileira, também cresceu o preconceito e a assimilação de índios com animais e a constatação do fato de serem inferiores (CHAGAS; NASCIMENTO, 2014). A imagem do indígena brasileiro, ainda hoje, é marcada por uma herança dos primeiros escritos dos colonizadores europeus.

É uma visão que revela a idealização do índio, primeiramente visto como habitante do paraíso terrestre, depois visto como selvagem. Segundo Ailton Krenak (2001), boa parcela dos cidadãos brasileiros acredita que as sociedades indígenas só terão perspectivas de crescimento se tornarem-se mais semelhantes aos povos não-indígenas (VIANA; LIMBERTI, 2010).

Grande parte da mídia se refere ao indígena como figura romântica, ora um ser preguiçoso, ou perigoso; ora um selvagem, ou pacífico. A pluralidade dos povos indígenas brasileiros ainda é encarada como uma cultura única, não levando em conta a diversidade étnica e cultural que permeia esses povos (VIANA; LIMBERTI, 2010). Enfatizam: a imagem do indígena brasileiro ainda é marcada por uma forte herança dos primeiros escritos realizados pelos colonizadores europeus. Essa visão revela a idealização do índio, que primeiramente foi visto como habitante do paraíso terrestre, para depois ser considerado um perigoso selvagem. (VIANA; LIMBERTI, 2010).

4.1. Análise, dados e resultados

A análise das estruturas narrativas e argumentativas, movimentos estratégicos semânticos ou retóricos, características estilísticas e conversacionais do discurso da mídia têm como pressupostos (VAN DIJK, 2014; 2016; 2017). Selecionou-se a matéria divulgada pelo Portal G1/DF intitulada: “Índios fecham Esplanada e entram em conflito com PM em ato por demarcação”, postada no dia 25/04/2017 às 15h59min e atualizada em 24/04/2017, às 21h50min, possuindo nove parágrafos, quatro vídeos e seis fotos. Sua escolha foi de possuir o expressivo número de 1056 comentários até a data de 01 de maio de 2017.

Ao iniciar a matéria, depara-se com um vídeo do Jornal Nacional, produto televisivo do grupo Globo (o mesmo que controla o Portal G1/DF), com orientação direta da Central Globo de Jornalismo. Em apenas 31 segundos de duração, o vídeo (figura 1) informa que cerca de 2.000 indígenas estavam presentes no ATL e os apresenta como causadores da desordem, motivados principalmente pela PEC 215, anteriormente esclarecida neste estudo.



Figura 1 – Frame do vídeo Jornal Nacional
Fonte: <https://goo.gl/gK2DiA>

O próximo produto visual é uma imagem (figura 2) que chama a atenção pela tensão existente na mesma. Um policial com uma arma em confronto com um indígena munido de arco e flecha durante os protestos ocorridos em Brasília/DF. No vídeo que aparece em seguida, a informação de que 50 flechas foram apreendidas pelos policiais militares está em destaque. Ainda conforme este vídeo, os PMs foram perseguidos pelos índios que estavam armados com arcos e flechas, não considerando o poder de fogo existente do lado oposto. Apresenta os indígenas como indivíduos primitivos, sem conhecimento e diálogo, não considerando que as populações indígenas perderam suas terras e sofreram um extermínio gradativo desde o descobrimento do Brasil e que por este motivo estão protestando no ATL.



Figura 2 – Policial *versus* Indígena
Fonte: <https://goo.gl/gK2DiA>



Figura 3 – Policiais fugindo



Fonte: <https://goo.gl/gK2DiA>

Durante todo o texto do Portal G1/DF, o termo 'índio' é empregado de modo superficial, não considerando a pluralidade de culturas existentes. Além disso, percebe-se na matéria a intensa presença do que nos remete ao colonialismo. Os vídeos e imagens veiculados pelo Portal G1/DF também contribuem para que os indígenas pareçam marginalizados e vistos como cidadãos fora do contexto aceito pela sociedade. No final desta matéria, foram postados 1056 comentários correspondentes ao período de 25/04 a a 01/05/2017.

Dessa forma, apresentaremos os dados coletados no dia 30/09/2017 e, apesar da notícia não permitir mais que comentários novos sejam realizados, os antigos ainda podem ser lidos diretamente no portal.

Ao total, 70 comentários foram coletados, 30 foram analisados e codificados. Foram encontrados 3 contextos recorrentes entre os comentadores da notícia, assim organizados:

- a) Alusão ao extermínio: essa categoria mostra comentários de pessoas que acreditam que a solução para o problema da demarcação de terras seja o extermínio dos povos indígenas;
- b) Indígenas Preguiçosos: essa categoria traz comentários de indivíduos que acreditam que os povos indígenas brasileiros são preguiçosos que não querem trabalhar e por isso fazem questão das terras demarcadas.

4.1.1 Categorias de comentários coletados

a) Alusão ao Extermínio

Apesar das diversas campanhas de inclusão e a importante participação histórica da população indígena, ainda é muito comum de se ver grandes manifestações de preconceito e discurso de ódio em relação à população indígena. A demarcação de terras para povos indígenas é um assunto delicado e não tão pacífico entre diversos grupos de discussão política.

Para muitos militantes contrários à população indígena, as terras não deveriam ser demarcadas e, segundo eles, os índios deveriam pagar para viver naquelas regiões. Essa parte da população não leva em consideração o tempo que as comunidades indígenas já vivem naquela região, muito menos a cultura e os aspectos religiosos que a comunidade pode ter relacionada àquela região. Essa discussão rende muitas brigas e discussões tanto dentro quanto fora da arena política formal, levando a diversas brigas em ambientes online, por exemplo. Nesse contexto, analisamos os comentários realizados na notícia do G1 e encontramos diversos discursos que remetem ao extermínio da população indígena, como podemos ver nos exemplos a seguir:



Teor do comentário	Comentários
Raça inferior	Essa raça nojenta deveria sumir da face da terra
Utilidade do indígena	PRA QUE SERVE ÍNDIO??
Índios criminosos	Índios são bandidos com alforria para cometer crimes. Morte aos índios já!!
Contextualização histórica	Tudo culpa dos portugueses que não terminaram o serviço.
Violência direta	Mete bala nessa cambada de inútil

Quadro 1 – Teor e comentários extraídos

Fonte: Dados da pesquisa efetuada

Os comentários mostram ódio e forte preconceito em relação à população indígena. Se levarmos em consideração o que esses comentadores escreveram, podemos levantar a hipótese de que essas pessoas estão carregadas pelo senso comum que considera o indígena um selvagem inferior que existe apenas para prejudicar o resto da população. A incitação da violência nesses comentários é de alto nível, por isso, acreditamos, que todos os comentários foram realizados de caráter anônimo.

b) Indígenas Preguiçosos

O fato de os indígenas praticarem, principalmente, atividades de subsistência, pode levar à crença de que os mesmos não possuem compromisso com o seu trabalho. A representação do indígena como animal selvagem e preguiçoso está presente, inclusive, em livros didáticos direcionados para o aprendizado de crianças e adolescentes (CHAGAS; NASCIMENTO, 2014).

O pensamento de que o indígena é preguiçoso ainda é bastante forte entre diversas pessoas. Como dissertamos anteriormente, a questão política indígena é debatida tanto dentro quanto fora de plataformas políticas formais e isso leva pessoas a exporem suas opiniões com mais frequência, principalmente com a popularidade dos debates ocorridos na internet. Esses preconceitos podem ser vistos através dos seguintes comentários:

Teor do comentário	Comentários
Desconfiança acerca do local de residência indígena	Alguém já viu índio trabalhando ou vivendo da natureza alguma vez? Pelo que eu saiba uma verba milionária é gasta anualmente com essa turma. Eu trabalho pro índio fazer barulho,
Pensamento acerca das atividades indígenas	Eles só dormem e elas só transam. O que mais índio faz?
Índios preguiçosos	Índios são uma cambada de folgados. Só querem o dinheiro dos meus impostos. Vamos acabar com essa bandidagem! Índio não gosta de trabalhar.
Propriedade de terreno	Trabalhar pra comprar terreno ninguém quer né? Até quando essa palhaçada vai continuar?

Quadro 2 – Teor e comentários extraídos

Fonte: Dados da pesquisa efetuada



Essa imagem estereotipada do indígena, infelizmente, é apresentada com frequência nas grandes mídias, perpetuando o preconceito e o racismo. Esse fenômeno reduz toda a variedade característica de um grupo social a alguns poucos atributos especiais (nem sempre verdadeiros), ou estereótipo denominado por Barthes (1999) como “o vírus da essência”. Segundo Viana e Limberti (2010), essa visão estereotipada em relação aos povos indígenas contribui para a negação da identidade indígena e para o silenciamento de muitos povos, de forma que a questão indígena passe a ocupar:

(..) um espaço secundário na atualidade brasileira, submetendo-se a outros vetores dinâmicos, políticos e econômicos, tais como a questão agrária, questões estratégicas de fronteiras, desenvolvimento econômico, questões ecológicas etc. Assim, o debate, as políticas e as ações referentes à questão indígena subordina-se a outros eixos temáticos, dos quais ela aparece como uma extensão ou uma particularidade. (ARRUDA, 2001, p. 47).

c) População aculturada

É muito comum de se ouvir em conversas cotidianas comentários sobre o vestuário e a usabilidade de tecnologia de populações indígenas. O fato de um índio utilizar algo que seja, teoricamente, de pertencimento e criação de um não-indígena, faz com que o índio em questão esteja perdendo sua cultura. Tal crença é reforçada pela mídia que costuma mostrar os indígenas em situação de subalternidade. Para muitas pessoas, o indígena é pobre e logo não tem direito nem meios de utilizar certos objetos e apetrechos (FREIRE, 2004). Esse tipo de raciocínio descredita os indígenas quando utilizam tecnologias e vestuário não-indígena, inferindo a perda todos os seus direitos e até mesmo sua identidade indígena. Essa crença leva a diversos comentários de ódio que sugerem que, já que índio usa tecnologia, não tem direito de reclamar demarcações territoriais. Eis os comentários:

Teor do comentário	Comentários
Povos primitivos no comando	Mas no Brasil é assim mesmo, sempre dão razão pra esses primitivos. Deram muita corda pra eles no passado e hoje eles acham que mandam em tudo. Querem pagar de índio mas moram em apartamento e usam celular. Índio Manda e Justiça e Governo obedecem.
Índio deve viver isolado na floresta	Solta esses índios no meio da floresta Amazônica sem nenhum meio de comunicação pra ver se eles se viram, pra variar. Eles precisam viver de pesca e caça, e não do dinheiro dos meus impostos. Fim da FUNAI já!!!!
Não se deve usar objetos de não indígenas	Tô vendo ali um índio de óculos da Oakley querendo pagar de coitado. Nem eu tenho um óculos desse kkkkkkkkkk. Até quando esses filhos da puta vão ficar querendo terra pra usar iphone e tênis de marca? Se podem comprar essas coisas, também podem pagar a terra em que vivem.

Quadro 3 – Teor e comentários extraídos

Fonte: Dados da pesquisa efetuada

Essa crença, entretanto, não leva em consideração o fato de que as terras já pertenciam às aldeias há muito tempo e que, apesar do contato e da troca entre indígenas e



não-indígenas, questões culturais e religiosas estão ligadas ao território em que as aldeias ocupam. No texto produzido pelo Portal G1/DF, os comentários tanto da primeira coleta quanto da segunda tratam a expressão 'índio' de modo genérico e impreciso. Ambas não consideram a existência de uma pluralidade culturas indígenas e são carregados de preconceitos (figura 4). A maioria dos comentários analisados (favoráveis e desfavoráveis) remetem-nos ao colonialismo português (índios indefesos com arcos e flechas *versus* armas de fogo) e ao extermínio que deveria ter sido realizado no período colônia.

Atitudes que remetem ódio e violência em relação aos povos indígenas são perigosas para o desenvolvimento de uma sociedade, pois como Barros (2000) argumenta, o preconceito é o primeiro passo para se chegar à intolerância.



Figura 4 – Protesto indígena
Fonte: <https://goo.gl/gK2DiA>

O destaque para o policial militar atingido pela flecha (figura 5) remete-nos ao discurso dos indivíduos que comentaram na matéria e que conseqüentemente produziu as categorias 'Armas de fogo x Flechas e lanças' e 'Criminosos alforriados', exposta no quadro 2. Essas e as demais categorias encontradas apontam um olhar do outro imbuído de representações sociais construídas pelo eurocentrismo e os relatos dos viajantes.



Figura 5 – Policial atingido com flecha
Fonte: <https://goo.gl/gK2DiA>



No último vídeo disponibilizado pelo Portal G1/DF na matéria em questão, percebe-se a preocupação do líder indígena do norte da Bahia, Hawaty Tuxá (figura 6), em afirmar que o protesto do 14º ATL é um ato simbólico e pacífico, solicitando a liberação de quatro indígenas detidos pela polícia militar durante os protestos, assim como surge em uma das categorias existentes no quadro 2 e em diversos comentários selecionados para o quadro 1. O que não é exposto de modo coeso e incisivo nesta matéria é o fato de que os grupos indígenas denunciam a 'maior ofensiva contra os direitos dos povos originários nos últimos 30 anos', debatendo entre os principais assuntos a paralisação das demarcações de terras indígenas; o enfraquecimento das instituições e das políticas públicas indigenistas; e as iniciativas legislativas anti-indígenas que tramitam no Congresso Nacional.

Além disso, não ficou claro durante o texto do Portal G1/DF e, conseqüentemente, refletiu nos comentários, a justificativa do protesto no 14º ATL, que teve como principal motivador a proposta de emenda à constituição – PEC 215, a qual almeja transferir a competência das demarcações e titulações de terras indígenas e quilombolas do Executivo para o Legislativo. Percebe-se o reflexo dessa ausência de informação tanto no quadro 1 e 2 da coleta primeira. Dados que se repercutem na coleta segunda.



Figura 6 – Líder indígena Hawaty Tuxá
Fonte: <https://goo.gl/gK2DiA>

De modo geral os comentários evidenciam uma disputa entre o progresso (a vinda dos indígenas para a cidade e lutar por seus direitos – territórios) e o estereótipos de bandidos, alcoólatras e prostitutas. A análise desta matéria sobre o 14º Acampamento Terra Livre (ATL) é perpassada por uma complexa problemática do discurso dos meios na história das relações políticas, ideológicas, econômicas e socioculturais que se estabeleceram entre o Estado Nacional e os indígenas.

Assim, percebe-se que Orlandi (2001) está correta ao afirmar que todo discurso está atrelado a um contexto sócio histórico, pois tanto os comentários favoráveis quanto os desfavoráveis enfatizam as várias formas de relações assimétricas de poder e contra poder (VAN DJIK, 2017). Os indígenas seguem sendo representados sob os olhares dos europeus



ocidentais e pela Carta de Caminha: seres menos civilizados e culturalmente inferiores entre outros atributos negativos.

5. Considerações Finais

Essas análises buscaram fornecer elementos de como a mídia escreve sobre minorias e, conseqüentemente, das microestruturas da ação diária do poder por parte do grupo dominante, seus membros e instituições. Deste modo, o termo tecnopolítica adotado neste artigo é uma menção ao contexto de atuações políticas constituídas no enlace com as diversas tecnologias digitais atuais e suas plataformas, enredo cruzado pela conexão das perspectivas apontadas ao longo do texto. A viralidade está na possibilidade de compartilhamento desses conteúdos em plataformas distintas e até mesmo com discursos desiguais.

Percebeu-se que, de modo geral, os comentários evidenciam uma disputa entre o progresso (a vinda dos indígenas para a cidade e lutar por seus direitos – territórios) e o estereótipos de bandidos, alcoólatras e prostitutas. A matéria e as imagens são perpassadas por uma complexa problemática do discurso dos meios na história das relações políticas, ideológicas, econômicas e socioculturais que se estabeleceram entre o Estado Nacional e os indígenas.

Notou-se que tanto os comentários favoráveis quanto os desfavoráveis enfatizam as várias formas de relações assimétricas de poder e do contra poder, tendo como olhares os viajantes europeus e a Carta de Caminha para representaram os indígenas como seres menos civilizados e culturalmente inferiores entre outros atributos negativos. A maioria dos comentários analisados (favoráveis e desfavoráveis) remetem-nos ao colonialismo português (índios indefesos com arcos e flechas versus armas de fogo) e ao extermínio que deveria ter sido realizado no período colonial, conforme a avaliação dos dados selecionados para esta pesquisa. A expressão ‘índio’ de modo genérico e impreciso nos remete ao fato de não considerarem a existência de uma pluralidade culturas indígenas e são carregados de preconceitos.

Atualmente os movimentos indígenas se realizam no ciberespaço. a pesquisa possibilita que estudiosos de diversas áreas percebam o papel relevante da mídia na construção de uma sociedade e apliquem suas análises em outros meios de divulgação e abordagens distintas, como uma continuidade desse estudo, com o objetivo de traçar o perfil dos indígenas na grande mídia.



REFERÊNCIAS

- ARRUDA, R. S. V. **Imagens do índio: signos da intolerância. Povos indígenas e a tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo: Editora da USP, p. 43-63, 2001.
- AZEVEDO LUÍNDIA, L.; OLIVEIRA, G. **Da Carta de Caminha ao caso Galdino: uma breve análise da imagem dos indígenas na mídia.** Conferência apresentada em Mídia Cidadã — II Conferência Sul Americana/VII - Conferência Brasileira: Amazônia e o Direito de comunicar, Belém-PA, 20–22 de outubro de 2011. Disponível em <<https://goo.gl/Pd2Btx>>. Acesso em 25 de abril de 2017.
- BARTHES, R. **Mitologias.** Siglo XXI, 1999.
- CASTELLS, M. **A política da Internet |: redes de computadores, sociabilidade civil e o Estado.** In: A Galáxia da Internet. p. 114-138, Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- CHAGAS, W. F. ; DO NASCIMENTO, D. C. **A representação dos povos indígenas no livro didático de história.** In: Anais do XVI Encontro Estadual de História (v. 16, n. 1, 2014). 2014.
- CHAMIE, M. **Caminhos da Carta: uma leitura antropofágica da Carta de Pero Vaz de Caminha.** Ribeirão Preto: FUNPEC, 2002.
- CHAPARRO, M. C. **Pragmática do Jornalismo: buscas práticas para uma teoria das ações jornalísticas.** São Paulo, Summus, 1994.
- CHARAUDEAU, P. **Discursos das Mídias.** Rio de Janeiro. São Paulo, 2016.
- CHAUÍ, M. **Simulacro e poder - Uma análise da mídia.** Ed Fundação Perseu Abramo, 2006.
- FREIRE FILHO, J. **Mídia, estereótipo e representação das minorias.** Eco Pós. Rio de Janeiro: Pós-Graduação em Comunicação e Cultura, UFRJ, v. 7, n. 2, p. 45-65, 2004.
- HINE, C. **Virtual Ethnography.** London: Sage, 2000.
- JOVCHELOVITCH, S. **A cobertura da vida pública: representações sociais da esfera pública na imprensa.** IN: _____. Representações Sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2000, pp. 66-85.
- KRENAK, A. **Uma visita inesperada. Povos indígenas e tolerância: construindo práticas de respeito e solidariedade.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, p. 71-78, 2001.
- KOZINETS, R. V. **Netnografia: realizando pesquisa etnográfica online.** Penso Editora, 2014.
- MELUCCI, A. **Nomads of the Present.** Social Movements and Individual Nerds in Contemporary Society, Londres, Hutchinson, 1989.
- MOSCOVICI, S. **Representações sociais, investigações em psicologia social;** editado em inglês por Gerard Duveen; traduzido do inglês por Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.



ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

TOURAINÉ, A. **The Voice and the eye**. Nova York. Cambridge University Press, 1981.

VAN DJIK, T. A. **Discurso de Poder**. Trad. Judith Hofnagel; Karine Falcone. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2017.

_____. **Racismo e discurso na América Latina**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2016.

_____. **Cognição, Discurso e Interação**. São Paulo: Contexto, 2014.

VIANA, O. S. C.; LIMBERTI, R. C. A. P. “Índios no Brasil: quem são eles?” – **Um estudo sobre o preconceito contra o indígena a partir de depoimentos em vídeo**. Anais do I Encontro do Grupo de Estudos Interdisciplinares de Literatura e Teoria Literária–MÖEBIUS, 2010.

**GT 6 – A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****AMAZÔNIA CODIFICADA: NARRATIVAS SOBRE O TERRITÓRIO DE CARAJÁS**Lídia Karolina de Sousa Rodarte (UFPA)¹lidiakarolina@gmail.comThaís Luciana Corrêa Braga (UMinho)²thaislcbraga@gmail.com**RESUMO**

O artigo visa à análise da narrativa sobre o território de Carajás construída na edição número 19 da revista *Amazônia Viva* – encarte patrocinado pela empresa Vale S/A e publicado pelo jornal *O Liberal*, das Organizações Romulo Maiorana. Como postura teórico-metodológica, apropriamo-nos do arco hermenêutico proposto por Ricoeur (2010), o qual é composto por três etapas da *mímesis*. A *mímesis* I caracteriza-se pela pré-compreensão estrutural, simbólica e temporal da narrativa. Por isso, apresentamos as características da revista; traçamos relações entre a Vale S/A, o jornal *O Liberal* e o Estado do Pará; bem como reconstituímos a formação do território de Carajás. Na *mímesis* II, que possui função mediadora, aplicamos as técnicas da análise crítica da narrativa, indicadas por Motta (2007, 2013). Na *mímesis* III, reinterpretamos os sentidos identificados pela tessitura da intriga. As principais conclusões apontam que a revista *Amazônia Viva* produz uma narrativa enviesada, que apela para elementos estéticos a fim de consolidar uma imagem positiva da Vale S/A perante o público paraense.

Palavras-chave: Carajás; Narrativa; *Amazônia Viva*; *O Liberal*; Vale S/A

1. INTRODUÇÃO

No contexto amazônico, a palavra Carajás remete à Serra dos Carajás, descoberta em 1967, cujas reservas de ferro de alto teor são as maiores; a terceira maior reserva mundial de bauxita, além da grande reserva de manganês, níquel, cobre, entre outros recursos minerais. Neste artigo, objetivamos identificar e compreender a narrativa construída pela revista *Amazônia Viva* – encarte patrocinado pela empresa Vale S/A e publicado pelo jornal *O Liberal*, das Organizações Romulo Maiorana (ORM) – sobre o território de Carajás.

Entendemos a narrativa como condição da existência temporal (RICOEUR, 2010, p. 93) e o território a partir de Haesbaert (2010, p. 166), cuja definição parte de uma

¹ Mestre em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Amazônia da Universidade Federal do Pará (PPGCOM/UFPA). Integrante do grupo de pesquisa “Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense” (Narramazônia).

² Doutoranda em Ciências da Comunicação na Universidade do Minho (Portugal). Integrante dos grupos de pesquisa “Mídia e Violência: representações e percepções na Amazônia” e “Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense” (Narramazônia).



abordagem sobre o espaço que prioriza a dimensão, isto é, “as problemáticas de caráter político ou que envolvem a manifestação/realização das relações de poder, em suas múltiplas esferas”. Souza (1995, p. 78) acrescenta que não são as características geológicas ou os recursos naturais de determinada área que caracterizam o território, tampouco as ligações afetivas ou a identidade entre um grupo social e o espaço; mas, sim, a identificação de quem exerce domínio ou influência sobre quem, em determinado espaço, e de que forma.

Adotamos a fenomenologia hermenêutica de Ricoeur (2010, p. 94) como postura teórico-metodológica, a qual estabelece uma relação entre tempo e narrativa, por meio do papel mediador de composição da intriga. O percurso é dividido em três *mímesis*, cujo eixo central da análise reside na *mímesis* II. A *mímesis* I analisa os elementos estruturais, simbólicos e temporais necessários à pré-compreensão da ação. A *mímesis* II possui a função de mediadora da intriga por meio da síntese do heterogêneo, isto é, transforma os episódios individuais numa narrativa tomada como todo. Utilizamos as técnicas da análise crítica da narrativa, indicadas por Motta (2007, 2013), para analisar a reportagem principal da edição número 19 da revista *Amazônia Viva*, intitulada “Carajás preservada”, publicada em março de 2013. À guisa de conclusões, a *mímesis* III marca a intersecção entre o mundo do texto e o mundo do leitor por meio de uma nova experiência sobre o tempo, conjugada pela linguagem.

O círculo mimético inicia-se com a *mímesis* I. Pelo aspecto estrutural, caracterizamos a revista *Amazônia Viva*; pelo aspecto simbólico, consideramos as relações entre a Vale S/A, a patrocinadora da revista, o jornal *O Liberal*, responsável pela produção jornalístico-editorial, e o Estado do Pará; pelo aspecto temporal, refletimos sobre a formação do território de Carajás. Na *mímesis* II, adotamos os sete movimentos prescritos por Motta (2007, 2013) para analisar a narrativa: 1) compreender a intriga como síntese do heterogêneo; 2) compreender a lógica do paradigma narrativo; 3) surgimento de novos episódios; 4) revelação do conflito dramático; 5) personagem – metamorfose de pessoa a persona; 6) estratégias argumentativas; 7) afloração das metanarrativas. A *mímesis* III apresenta-se sob a forma de considerações finais, lançando novas perspectivas críticas.

2. SOBRE A REVISTA AMAZÔNIA VIVA

A pré-compreensão do mundo da ação inicia-se com a análise de aspectos estruturais. Para Ricoeur (2010, p. 100), compreender uma história significa compreender, ao mesmo tempo, a linguagem do “fazer” e a tradição cultural da qual procede a tipologia



das intrigas, isto é, do agenciamento dos fatos. Portanto é necessário compreender do que se trata o objeto empírico deste artigo.

A revista *Amazônia Viva* corresponde a um editorial mensal, publicado às quartas-feiras de cada mês, encartado ao jornal *O Liberal*, das Organizações Romulo Maiorana (ORM) – um dos cinco grupos de comunicação amazônicos que se projetam regionalmente ou mesmo nacionalmente (CASTRO, 2012, p. 180). Composta, em média, por 70 páginas coloridas no formato 25 cm x 30 cm, a publicação circula no estado do Pará desde setembro de 2011, com tiragem de 35 mil exemplares por edição. Possui colunas fixas, cuja ordem pode sofrer pequenas variações a cada edição. A cada vez que a revista completa um ano, reformulam-se as colunas. Algumas permanecem e se mantêm desde o primeiro ano da revista, outras saem e dão lugar a novas.

Além das seções e matérias jornalísticas, dentro do encarte encontram-se dois informes publicitários da Vale S/A, a patrocinadora da revista. O primeiro, localizado na contracapa, páginas dois e três, e o segundo, ao meio da revista, pouco antes da matéria principal. Além disso, a *Amazônia Viva* contém um informativo regional das ações da Vale S/A no Pará, que possui, normalmente, quatro páginas coloridas, impressas em papel cartão reciclado, com a logomarca da empresa destacada no canto superior direito da primeira página, bem como a palavra “notícias” destacada no título.

De acordo com Felipe Melo³, a proposta da revista *Amazônia Viva* é produzir conteúdo informacional sobre a Amazônia numa perspectiva diferente da usual. O editor afirmou que o projeto foi pensado e proposto pelo presidente das Organizações Rômulo Maiorana, bem como patrocinado e apoiado pela empresa Vale S/A. Melo, que era jornalista recém-contratado do jornal *O Liberal*, quando da criação da revista, aponta que a equipe aprendeu a fazer a *Amazônia Viva*, desenvolvendo-a na prática.

Apesar de patrocinada por uma empresa privada, o editor afirma que os profissionais envolvidos na produção da revista possuem liberdade de escolher as pautas, algumas das quais envolvendo temas relacionados à patrocinadora. Porém, advertiu que a equipe busca dar a maior imparcialidade possível ao texto, por isso não define a revista como um meio de comunicação institucional e defende que a essência do material gráfico se mantém a mesma desde a primeira edição, isto é, a de buscar inovações, de mostrar o que acontece e o que é produzido na Amazônia, atualmente, em termos de ciência, cultura, arte e produção industrial.

Melo define o jovem como o principal público-alvo da revista, o que se reflete na valorização do *design*, do projeto gráfico e do trabalho do ilustrador e do fotógrafo como estratégias para torná-la mais atraente. Ao trabalhar o interesse que o *design* desperta na

³ MELO, Felipe. Entrevista concedida à pesquisadora Lídia Rodarte. Belém: 13 dez. 2015.



nova geração, Flusser (2013, p. 135) lembra que sua própria geração foi programada por textos, para “ler” o mundo; porém a nova geração não compartilharia dos mesmos valores do autor, uma vez que, programada por imagens eletrônicas, constitui-se como uma geração que demanda, para reter sua atenção, muito mais conteúdo visual que a anterior.

Lipovetsky (2015) atribui essa mudança na percepção da geração atual a uma nova etapa do que ele denomina “capitalismo artista”, no qual o *design* desempenha papel central na comunicação. Assim como Flusser (2013), o autor entende o *designer* como uma espécie de “deus-criador”, por ter a capacidade de criar mundos e alterar a realidade. O *design* incorporou características que, antes, eram atribuídas apenas às obras de arte, como “raridade, distribuição em galerias, trabalho sistemático de comunicação-promoção” (LIPOVETSKY, 2015, p. 240).

Para Felipe Melo, além do público e do *design*, outro diferencial da Amazônia Viva consiste no objetivo das matérias, que é não focar nas deficiências da região amazônica, mas, sim, nas soluções, nas boas iniciativas, mostrando seus aspectos positivos. Os temas principais que compõem o conteúdo da revista vão da sustentabilidade e biodiversidade à cultura e à ciência na Amazônia, com colunas fixas sobre personalidades paraenses do meio artístico, científico ou cultural. A Amazônia Viva é produzida em parceria com pesquisadores, universidades e instituições de pesquisa, desenhando-se, portanto, como um objeto de pesquisa rico e multifacetado.

3. VALE, O LIBERAL E O ESTADO DO PARÁ: RELAÇÕES

A segunda ancoragem que a composição narrativa encontra na compreensão prática reside nos recursos simbólicos do campo prático (RICOEUR, 2010, p. 100). Significa compreender a ação a partir do caráter estruturado de um conjunto simbólico. Entende-se, assim, que é preciso observar as relações estabelecidas entre a Vale S/A, o jornal O Liberal e o Estado do Pará.

Com sede no estado de Minas Gerais, a então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) iniciou seus trabalhos no Pará com a descoberta da mina de Carajás, em 1967. Dez anos depois, a mineradora Vale S/A – que, na época, era estatal – propôs a criação do Programa Grande Carajás (PGC), o qual foi prontamente aceito pelo Estado brasileiro que viu, na oportunidade, uma estratégia de desenvolver “uma nova fase da fronteira: a da indústria de exploração mineral” (BECKER, 2015, p. 474).

A exploração do minério, no entanto, só foi possível com a colaboração de uma empresa americana, que barganhou com o Estado brasileiro tanto a exploração do minério quanto a logística da exploração (BARBOSA, 2010). A proposta da CVRD, na década de



1980, incluía a criação de um território, o “Carajazão”, que foi aceito pelo Estado brasileiro e, segundo Becker (2015, p. 478) constituiu-se no “maior projeto de desenvolvimento integrado do mundo” e sobre o qual se criou, para deliberar sobre sua criação e fixação de políticas, uma esfera organizada de poder político, constituída por conselhos, secretarias e superintendências ligadas ao governo. O complexo territorial ficou sobre controle da mineradora (em torno de 90 milhões de hectares) e, de acordo com a autora, correspondia a 10% do território nacional, ocupando áreas referentes aos estados do Pará, Goiás e Maranhão.

Na década de 1990, surgiram novas tensões entre a Vale S/A e o Estado do Pará com a decisão da empresa de escoar o minério de ferro extraído do Pará pelo Estado do Maranhão. A relação desgastou-se, ainda mais, com a privatização da mineradora, em 1997, durante o governo do então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso. De acordo com (BARBOSA, 2010), o processo não sofreu resistência ou reação pública do então governador do estado do Pará, Almir Gabriel, de mesmo partido do presidente.

A imagem de um Pará explorado e desrespeitado pela Vale, que levava as riquezas minerais e deixava somente os ‘buracos’ no solo paraense, tornou-se recorrente nas manifestações das autoridades políticas e de grupos empresariais. Na tentativa de justificar os erros e transferir a responsabilidade, a Vale simbolizava a principal causa dos problemas paraenses, o autêntico *Dragão da Maldade*, segundo a metáfora cunhada pelo jornalista Lúcio Flávio Pinto. (BARBOSA, 2010, p. 229) [grifo do autor].

Apesar do cenário adverso, a Vale S/A afirmou-se no mercado como uma das maiores mineradoras do mundo. “Tem 500 mil acionistas espalhados pelos cinco continentes, nos quais atua, em 38 países, com 126 mil funcionários. É responsável por metade das exportações brasileiras com o produto que está no topo do ranking, o minério de ferro” (PINTO, 2012, p. 332). A empresa, somente de minério de ferro, beneficia 120 milhões de toneladas por ano – número que faz da mina de Carajás, no estado do Pará, a maior mina a céu aberto do mundo. “Ao todo, 900 toneladas de material são movimentadas por dia, o minério produzido na mina é considerado um dos melhores do mundo, com alto teor de ferro” (ROCHA, 2015, p. 44).

Uma das formas escolhidas pela Vale S/A para consolidar uma imagem positiva perante o público paraense foi por meio da parceria com um dos maiores veículos de comunicação do Norte do Brasil, o jornal O Liberal – parceria estabelecida após uma série de conflitos na seara mediática e até judicial. O jornal das ORM tentou, diversas vezes, mobilizar a opinião pública contra a mineradora, constituindo-se num “agente político, mediando e envolvendo-se nos casos em que os interesses do Estado pareciam estar ameaçados” (BARBOSA, 2010, p. 231).



A ofensiva de O Liberal foi tamanha que a mineradora processou o periódico, em 2003. Barbosa (2010, p. 234) explica, no entanto, que O Liberal procurou retratar a Vale S/A como vilã, porque a mineradora havia se recusado a patrocinar alguns projetos das ORM, como o Arte Pará 2003 e o Caminhando pelo Pará – este último, uma tentativa de promover a candidatura de Romulo Maiorana Junior, possivelmente, ao Senado. Afinal, desde a sua fundação, em 1946, O Liberal constitui-se como um agente político-comunicacional. Em princípio, era vespertino e representava, de forma oficial, o Partido Social Democrata (PSD) – na época, Partido Liberal – em contraposição ao jornal Folha do Norte. Atualmente, consolida-se como jornal que apoia os governos de situação, em especial, os governos do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), bem como pela oposição ao jornal Diário do Pará, da Rede Brasil Amazônia (RBA), representante direto do senador Jader Barbalho⁴ e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) (COSTA; AQUINO; BRAGA; 2017, p. 116).

Percebemos, portanto, que o esforço comunicativo empreendido pela Vale S/A, ao se unir a um expressivo jornal de circulação no Norte do país, demonstra a necessidade da consolidação de uma imagem positiva perante à sociedade. Essa construção se forja no âmbito do simbólico, fazendo parte do mundo em que vivemos e no qual estamos, irremediavelmente, imbricados, pois a comunicação se “estabelece num mundo codificado, ou seja, um mundo construído a partir de símbolos ordenados, no qual se representam as informações adquiridas” (FLUSSER, 2013, p. 96).

Os símbolos produzidos pela Vale S/A, na Amazônia, narram uma história marcada por conflitos e resistências, por altos e baixos. Barbosa (2010) destaca a apatia das elites paraenses, bem como a ausência de uma estratégia por parte do governo do Estado para mediar o relacionamento com a mineradora. De acordo com o autor, em 2002, a Vale lucrou, no Pará, quase o dobro da arrecadação do governo estadual, transformando-se em uma espécie de ‘poder paralelo’ ao Estado, inclusive, com maior poder de barganha junto ao governo federal; em uma espécie de ‘cavalo de Tróia’, em função da expectativa de retorno para o Estado a partir da exploração mineral – o que nunca veio a acontecer.

Com tanto poder econômico e apoio político do governo federal, a Vale S/A consolidou-se sem prestar contas ao Estado do Pará. Com a privatização, a empresa adquiriu a liberdade de capital privado, sem perder muitas das vantagens de uma estatal. O

⁴ Jader Barbalho é atual senador da república, no entanto, desde que se elegeu governador do Pará pela primeira vez, em 1982, vê-se “enredado em um sem-número de denúncias de corrupção, que incluem desvios de recursos do Banco do Estado do Pará (Banpará) e da Sudam, a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia, extinta no governo de Fernando Henrique Cardoso e regriada no governo Lula” (VELOSO, 2008, p. 83). Isso não passa despercebido a O Liberal, que, de acordo com a autora, cede espaço para os adversários de Jader Barbalho atacarem-no publicamente.



relacionamento com a sociedade, também, caracteriza-se por conflitos que revelam interesses dos grupos de comunicação.

3. CARAJÁS: O TERRITÓRIO

A intratemporalidade, em Ricoeur (1994, p. 99), não coincide com a representação ordinária do tempo, que se conhece como tempo cartesiano, inspirada no tempo da natureza (dia, noite, estações, um ciclo completo da terra). A medida da intratemporalidade está ligada a um elemento subjetivo, ao tempo próprio do ser, das coisas que estão sob seu cuidado e atenção, ou o tempo com o qual o ser conta.

No exercício do ato de recontar (RICOEUR, 2010, p. 18), observamos a configuração do território de Carajás a partir dos anos 1980, quando se iniciou a fase industrial de expansão da fronteira amazônica, com a exploração de recursos minerais em larga escala por empresas estatais e/ou estrangeiras, ao lado da busca por ouro nos garimpos. Uma das descobertas minerais mais importantes foi a província metalogênica da Amazônia Oriental, localizada entre os rios Araguaia e Xingu, no sul do Pará. Com mais de 100.000 km², trata-se de uma das maiores “anomalias geológicas do planeta, no que tange ao volume e à concentração de metais do uso industrial e/ou alto valor unitário num raio de 60 km, a partir da Serra dos Carajás (25 a 30 bilhões de toneladas)” (BECKER, 1996, p. 65).

Para subsidiar a exploração na Serra dos Carajás, foram planejados dois núcleos urbanos: de um lado, a vila de Carajás, localizada no topo da serra, cuja função era abrigar os funcionários da então CVRD envolvidos, diretamente, na extração do minério; do outro, Parauapebas, localizada no sopé da serra, uma espécie de depósito de mão de obra para a construção de Carajás e das estradas de acesso à vila, ao mesmo tempo em que retinha a migração. Becker (1996, p. 73) afirma, no entanto, que a estratégia não impediu o movimento migratório, de forma que, ao lado da cidade planejada de Parauapebas, cresceu, espontaneamente, Rio Verde.

O território de Carajás forja-se em torno de uma verdadeira cidadela, isto é, de uma “cidade da companhia” (BECKER, 1996, p. 72), da cidade da Vale S/A, pois a concepção de cidade passa pela condição de ordenamento do território. Na visão de Trindade Júnior e Madeira (2016, p. 43), Carajás consiste numa cidade-empresa concebida discursivamente sob modelo de interação fechada, onde a interdição, o controle e a são vigilância rígidos, bem como os espaços residenciais são voltados para atender a demanda da mineradora. Trata-se de uma “cidade na floresta”, uma vez que tende a se articular, principalmente, às demandas externas, fazendo da floresta um elemento de pouca integração aos novos valores da vida urbana, sendo mesmo sua negação, vista, principalmente, como espaço de



exploração econômica (madeiras, minérios, fragrâncias, espécies animais e vegetais, turismo etc.) (TRINDADE JÚNIOR, 2010, p. 118).

Parauapebas e a guarita no sopé da Serra dos Carajás não são os únicos elementos da estratégia de controle do acesso ao território, que inclui, ainda, um vasto cinturão amortecedor de conflitos planejado pela Vale S/A em torno da cidadela. Becker (1996, p. 73) cita a reserva indígena Caeté, como bastião de defesa no sudoeste, e os projetos de colonização, nos setores sul e leste. A vulnerabilidade de Carajás consiste no setor norte-noroeste, no entanto uma vigilância executada por homens patrulha o território e suas vias de acesso.

Essa proposta territorial tornou-se um “modelo de um urbanismo de enclave, de pouca troca favorável à população do entorno e de clara conexão com espaços extra locais” (TRINDADE JÚNIOR; MADEIRA, 2016, p. 43). Uma das consequências são os violentos conflitos decorrentes da disputa não apenas pela terra, mas por territórios onde se localizam as jazidas. Os principais autores envolvidos nessa disputa de territorialidade são as empresas, os garimpeiros e os povos indígenas (BECKER, 1997, p. 75).

Os garimpeiros atuam como rastreadores de minérios, ao passo que o garimpo se constitui como válvula de escape à tensão social como emprego alternativo à população móvel. Juntos, garimpo e garimpeiro cumprem o papel do povoamento, originando ou expandindo cidades. “Se alguns garimpos estagnam ou desaparecem, outros permanecem fazendo crescer o núcleo em que se apoiam, e outros que lhes prestam serviços, como é o caso da serra Pelada, e de Curionópolis e Eldorado” (BECKER, 1997, p. 77). Entretanto a atuação de “rastreadores” de garimpo diminuiu à medida em que se desenvolveu, de forma mecanizada, a mineração empresarial – o que resultou numa guerra social e tecnológica.

4. ANÁLISE CRÍTICA DA NARRATIVA

A função mediadora da ação caracteriza a *mimesis* II, no círculo hermenêutico. Conforme a perspectiva ricoeuriana, este é o momento de acompanhar uma história por meio de suas contingências e peripécias sob a condução de uma expectativa que encontra sua satisfação na conclusão – a qual não está logicamente implicada por qualquer premissa anterior. “Entender a história é entender como e por que os sucessivos episódios conduziram a essa conclusão, que, longe de ser previsível, deve ser finalmente aceitável como sendo congruente com os episódios reunidos” (RICOEUR, 2010, p. 116).



Motta (2007, p. 155; 2013, p. 196) enfatiza que nenhuma narrativa é ingênua, neutra e imparcial, mas, sim, constitui-se de forma argumentativa entre sujeitos interlocutores ativos envolvidos em um ato de comunicação. Conforme indica Rodarte (2017), a edição de número 19 da revista *Amazônia Viva* chama a atenção pela comunicação visual empreendida tanto pelas fotografias de capa, quanto pelas imagens que permeiam a matéria principal.



O título de capa destaca e expressa a expressão “Carajás preservada” (Figura 1) e a matéria principal acrescenta a este o hiperbólico termo “magnitude” (MAGNITUDE..., 2013, p. 34), já como uma preparação para a quantidade vasta de hipérboles que serão acessadas pelo narrador nesta narrativa, dividida em três episódios. A fotografia selecionada na capa é a imagem de uma onça pintada em posição frontal, porém o animal não é apresentado de forma ameaçadora, mas em posição de quem está se espreguiçando.

Ao se associar com a mensagem verbal “preservada”, com a característica “encantadora” atribuída à onça, transmite-se ao leitor uma ideia de segurança, mesmo para um animal como a onça, que está ameaçado de extinção.

No primeiro episódio, o narrador apresenta a Floresta Nacional de Carajás, a chamada Flona, que completa quinze anos sob a proteção da Vale (MAGNITUDE..., 2013, p. 36-37). Logo no subtítulo da matéria, identificamos algumas características atribuídas à Flona, “viva”, “produtiva” e “consagrada”. O texto aparece em destaque dentro de uma imagem de duas páginas inteiras da floresta densa e de aparência selvagem, na qual predomina o verde das árvores e um céu envolto em neblina. Percebemos, na construção narrativa, que o autor trabalha de forma proporcional a manutenção da Flona à exploração



da mina de Carajás pela Vale, por meio da construção utilizada, na qual ele seleciona no mesmo excerto os termos contraditórios: “exploração” e “sustentável”.

A Flona é exaltada por meio de vários adjetivos nos três quadros, seu nome é retomado 44 vezes no texto, enquanto o da Vale é mencionado 11 vezes. Entre os adjetivos que gravitam em torno do nome da floresta encontramos: modelo, heterogênea, rica, intacta, imensa, belíssima, riquíssima, diversa, produtiva, conservada e preservada. Porém, além dos adjetivos que produzem efeitos de sentido, o narrador acrescenta uma fatura de números, dados e comparativos, que produzem efeitos de realidade e acrescentam ao personagem principal, a floresta, uma dimensão de grandeza. Assim, o narrador busca manter o caráter jornalístico e pretensamente fático do texto, sem perder também o caráter narrativo, o que transforma o texto em uma

[...] narrativa singular: um jogo de linguagem situado entre a narrativa da história (realista) e a literária (imaginativa). É esse jogo entre correspondência e desvios textuais da comunicação jornalística que a análise da narrativa pode observar e desvelar o sentido. (MOTTA, 2013, p. 200).

Mesmo que o leitor não possua a exata noção do que representa o tamanho da área da floresta nacional (repetido seis vezes no texto) em quilômetros quadrados, o narrador utiliza recursos facilitadores, como comparar o tamanho da Flona ao de áreas como Cabo Verde, Luxemburgo, Polinésia Francesa e Ilha da Madeira ou a 400 campos de futebol, conforme informado no texto (MAGNITUDE..., 2013, p. 38). Dessa forma, ele aproxima a informação numérica do mundo do leitor e constrói o efeito de sentido desejado. A utilização de recurso numérico e comparativo é recorrente, sendo retomada em todos os episódios da narrativa. Ao todo são mencionados 45 dados numéricos, entre datas, porcentagens, área, e contagem de espécies.

O segundo episódio é composto de infográficos, localizados na narrativa principal logo após a apresentação da floresta. A natureza é personificada no título, denominada pelo narrador como “mãe-natureza”, e, além de fotos, percebemos a utilização de recursos visuais como mapas, gráficos que demonstram a área de preservação e quadros com nomes e números de espécies (MAGNITUDE..., 2013, p. 38). Os termos em destaque nos quadros são respectivamente: floresta, gigante, proteção, preservação, vigilância e biodiversidade – os quais introduzem o assunto tratado em cada *box*.

No terceiro episódio, o narrador direciona o enfoque para as espécies animais presentes na Floresta Nacional e utiliza grande quantidade de adjetivos ao trabalhar o tema principal deste quadro (MAGNITUDE..., 2013, p. 40). Gravitando em torno da palavra espécie, encontramos expressões como “infinitude”, “milhares” e “riquíssima variedade”.



Outros sentidos, de ameaça, também são configurados, quando o narrador menciona “espécies” juntamente com a ação humana; utiliza as expressões “ameaçadas de extinção”, “ação lesiva do homem”, “ameaça”, “extinção”, “incêndios”, “degradada”, “desmatamento” e “extrema violência”, excertos que produzem o conflito, configurado na possibilidade de uma mudança de sorte da floresta, enquanto personagem central da narrativa.

O sentido de ameaça é configurado fora da narrativa da Flona, como um antagonismo à preservação que ocorre dentro dela. O narrador constrói a seguinte argumentação: “a floresta guarda ainda uma espécie ameaçada nacional e mundialmente, a conhecida arara-azul-grande, e cinco em risco de extinção no planeta” (MAGNITUDE..., 2013, p. 41), e configura a Flona como resistência à degradação ambiental. Observamos que essa construção semântica atravessa a construção narrativa inteira, como no excerto:

[...] a Flona de Carajás compõe o mosaico de unidades de conservação do complexo de Carajás. O conjunto reúne uma área de biodiversidade preservada de mais de um milhão de hectares, em uma região em que já muito degradada pela atividade humana, onde o ‘arco do desmatamento’ passou com extrema violência. (MAGNITUDE..., 2013, p. 41).

No terceiro episódio, o narrador apresenta o tema da educação ambiental e destaca as parcerias com instituições de pesquisa e com o Estado em prol da comunidade do entorno da Flona Carajás (MAGNITUDE..., 2013, p. 42-43). Utiliza discurso direto de um porta-voz da Vale S/A, engenheiro agrônomo da empresa, na busca por um equilíbrio discursivo, visto que a empresa, no plano da ação do mundo fora do texto, sofre críticas de ambientalistas por suas atividades exploratórias, tendo sido eleita, em 2002, pelo Public Eye Awards, “o ‘Prêmio Nobel da vergonha corporativa mundial’” (PINTO, 2012, p. 229), como a pior corporação do mundo, em uma votação feita via internet, na qual obteve 25 dos 80 mil votos e ganhando das outras cinco empresas multinacionais.

Por esta razão, a personagem, em discurso direto, busca oferecer um discurso antagônico ao da exploração, com um tom conciliador, como o disposto no excerto

Outra maneira de conservar a floresta é operar nossas minas com o máximo respeito ao meio ambiente, desenvolvendo e buscando pesquisas científicas que nos permitam aplicar a mais moderna tecnologia disponível no mercado mundial para mitigar ou minimizar os impactos ambientais inerentes à exploração de minérios. (CASTILHO, Alexandre apud MAGNITUDE..., 2013, p. 42).

Além dessa personagem, o chefe da Flona Carajás também é apresentado ao leitor e são reproduzidas algumas falas em discurso direto, distribuídas no primeiro, terceiro e quarto episódios. Todas elas são semanticamente similares aos sentidos evocados pela fala



do personagem supracitado e, também, pelas do narrador: de conciliação entre degradação e preservação, e de compensação por parte da empresa pelas atividades extrativistas exercidas na mina.

De uma forma geral, além do conteúdo informativo da narrativa, ela também apresenta conteúdo técnico e pedagógico, utiliza nomes científicos de todas as espécies citadas no texto entre parênteses, ao lado do nome utilizado correntemente. Assim, cria “referencialidade de autoridade para dizer e poder dizer [...] que autentica e legitima a relação” (MOTTA, 2013, p. 201) e a informação. O narrador opta, ainda, por ilustrar várias dessas espécies citadas com imagens, fornece dados sobre quantas dessas espécies ainda existem e quais estão ameaçadas de extinção. Ao todo 26 são citadas, entre animais e vegetais. Desse modo, se consolida a dimensão de poder técnico sobre o assunto tratado e se criam as “condições de verdade” (MOTTA, 2013, p. 201) assentadas na ideia de fidelidade e veracidade da representação narrativa.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O arco hermenêutico ricoeuriano não se trata de uma tautologia morta, mas, sim, de uma tarefa de configuração narrativa atualizada por meio da leitura. Para Ricoeur (2014, p. 134), o leitor recebe o sentido da obra e, também, sua referência – isto é, a experiência que a obra traz para a linguagem e, em última instância, o mundo e a temporalidade que ela estende diante de si.

A revista *Amazônia Viva*, apesar de se afirmar para o público paraense como uma narrativa nova, (re)produz uma estética que conduz o leitor a impressões positivas dos temas trabalhados nas matérias, bem como investe no *design* para preparar os sentidos para a assimilação dessa ideia. Portanto, além da propaganda tradicional, apresentada por meio de peças publicitárias, é possível encontrar outro tipo de propaganda, menos explícita, distribuída em doses homeopáticas dentro do conteúdo informacional da publicação.

O que se percebe é a existência de um discurso mediático atenuante, construído pelas narrativas de sustentabilidade trabalhadas pela publicidade inserida no texto jornalístico. O equilíbrio da notícia fica prejudicado pela visão configurada, a partir de elementos ficcionais, na qual se enquadra uma Amazônia em constante desenvolvimento, onde se realizam investimentos de sucesso, avanços científicos, acordos políticos com foco na sustentabilidade e desenvolvimento ecológico e humano.

Além de tais fatores, encontramos os fatores estéticos atrelados à notícia, fenômeno denominado por Marshall (2003, p. 143) como “jornalismo estetizado”, isto é, a transformação da “realidade em pastiche, em simulacro, em mimese, esvaindo os sentidos e



os conceitos sobre a própria realidade”. Por meio da utilização da ciência na argumentação, dificulta-se a contestação por juízo de valor ou empirismo e a propaganda torna-se uma entidade difícil de questionar. À essa escolha midiática Marshall (2003) denomina “informação-publicidade”. Trata-se de uma forma de comunicação que já não se satisfaz apenas em ocupar os espaços próprios da linguagem publicitária, ela vai além e “pula o muro”, de forma a invadir o próprio território destinado à informação, tornando-se uma comunicação mestiça ou híbrida.

A revista *Amazônia Viva*, além da informação-publicidade, utiliza-se de recursos imagéticos que apelam ao fantástico, ao exótico e ao diferencial da região. O periódico é relevante por sua regularidade de publicação, pela sua estrutura editorial, que valoriza o *design* e a fotografia, contando com colunas fixas sobre personalidades paraenses do meio artístico, científico ou cultural. A dimensão estética da notícia fica evidente ao analisarmos o *design* gráfico da revista. De uma forma geral, ela exerce uma atração no leitor por meio da estética utilizada, uma estética sedutora, que Lipovetsky (2015, p. 250) denomina “*design* afetivo”, que se aproxima do consumidor pelo sentimento, pelo gosto, que estimula a fantasia e o imaginário, proporcionando um ambiente tranquilizador e servindo como um instrumento de encantamento estético, que proporciona uma experiência positiva para o leitor.

Pela relação de proximidade entre a Vale S/A e o jornal *O Liberal*, percebemos uma narrativa enviesada, que evidencia as ações de sustentabilidade produzidas ou promovidas por ela mesma e pela sociedade civil, ao mesmo tempo em que invisibiliza tanto os aspectos predatórios inerentes à atividade que desenvolve quanto o Estado, enquanto gestor do território, dos recursos naturais, e mediador das relações entre empresa e sociedade.

Decorrente desse fato, identificamos, no que se refere às narrativas que falam sobre a empresa, uma abordagem conciliadora da parte do narrador, na qual este apresenta ao leitor sentidos de compensação. Ou seja, no universo configurado pelo texto, as ações sustentáveis nas quais a empresa se engaja possuem o mesmo peso que as ações predatórias que ela promove pela natureza de suas operações.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Mauro Médice. **Entre a filha enjeitada e o paraensismo**: as narrativas das identidades regionais na Amazônia Paraense. 2010. 446 f. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**. 5. ed. São Paulo: Editora Ática, 1997.



_____. **As amazônias de Bertha K. Becker**: ensaios sobre geografia e sociedade na região amazônica: v. 1. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.

BRAGA, Thaís Luciana Corrêa. **Nem eu, nem o outro; qualquer coisa de intermédio** – estudo exploratório de formas simbólicas sobre o plebiscito para a criação dos estados de Carajás e de Tapajós. 2015. 127 f. Mestrado (Ciências da Comunicação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2015.

CASTRO, Fábio Fonseca de. Sistemas de comunicação na Amazônia. **Revista Fronteira: estudos midiáticos**. v. 14, n. 3, 2012. Disponível em: <<http://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2012.143.01>> Acesso em: 24 out. 2017.

COSTA, Alda Cristina; AQUINO, Evelyn Cristina Ferreira de; BRAGA, Thaís Luciana Corrêa. Narrative identities and the plebiscite in Pará: an analysis of the front pages for O Liberal and Diário do Pará. **Brazilian Journalism Research**. v. 13, n. 1, 2017. Disponível em: <<https://bjr.sbpjor.org.br/bjr/article/view/954>> Acesso em 24 out. 2017.

FLUSSER, Vilém. **O mundo codificado**: por uma filosofia do design e da comunicação. São Paulo: Cosac Naify, 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Regional-global**: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

LIPOVETSKY, Gilles. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MAGNITUDE preservada. **Amazônia Viva**, Belém, ano 2, n. 19, p. 34-43, mar. 2013.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **Análise crítica da narrativa**. Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

_____. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Márcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

PINTO, Lúcio Flávio. **A Amazônia em questão**: Belo Monte, Vale e outros temas. São Paulo: B4 Editores, 2012.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa** (Tomo I). Campinas: Papyrus, 1994.

_____. **Tempo e narrativa**: a intriga e a narrativa histórica. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.

ROCHA, Bruno. Bem natural. **Amazônia Viva**. Belém, ano 4, n. 43, p. 38-45, mar. 2015.

RODARTE, Lídia Karolina de Sousa. **Amazônia codificada**: a configuração narrativa da comunicação institucional. 2017. 148 f. Mestrado (Ciências da Comunicação). Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de et al. (Orgs.): **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.



TRINDADE JÚNIOR, Saint-Clair Cordeiro da. Cidades na floresta: os “grandes objetos” como expressões do meio técnico-científico informacional no espaço amazônico. **Revista IEB**, n. 50, p. 113-138, mar./set. 2010. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rieb/article/download/34662/37400>>. Acesso em 25 out. 2017.

_____; MADEIRA, Welbson do Vale. Polos, eixos e zonas: cidades e ordenamento territorial na Amazônia. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**. Macapá, v. 9, n. 1, p. 37-54, jan./jun. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/view/2570>>. Acesso em 25 out. 2017.

VELOSO, Maria do Socorro Furtado. **Imprensa, poder e contra-hegemonia na Amazônia: 20 anos do Jornal Pessoal (1987-2007)**. 2008. 317 f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.



GT 06 – A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

MOVIMENTOS SOCIAIS, COMUNICAÇÃO, CULTURA E TERRITÓRIO NA AMÉRICA LATINA

Dennis de Oliveira (Celacc)¹

e-mail:dennisol@usp.br

Fabiana Felix do Amaral e Silva (Celacc)²

e-mail:fabiana.amaral@gmail.com

RESUMO

Este artigo compõe uma reflexão inicial no âmbito do projeto de pesquisa - Movimentos sociais, comunicação, cultura e território na América Latina-, que visa explorar o cenário dos novos movimentos sociais diante da realidade de concentração global do poder do capitalismo em países da América Latina. Parte-se do princípio que o capitalismo contemporâneo age pela ação direta do capital que desregulamenta o modo de produção e o trabalho, intensificando os processos de desigualdades sociais que gera um movimento contestatório significativo e renovado com bases em outras lógicas que expressam alternativas a este poder estabelecido. Com base nos campos da cultura e da comunicação, a texto destaca elementos que possam oferecer subsídios para uma reconceituação de movimentos sociais na região em debate. Parte-se do princípio que uma proposta para o estudo das culturas e da comunicação subalternas só terá sentido se puder observar este objeto de estudo - a cultura e a comunicação populares subalternas – como projeto alternativo. O texto ainda apresenta alternativas metodológicas para os estudos de experiências de movimentos sociais.

Palavras-chave: comunicação e cultura; culturas subalternas; cultura e movimentos sociais, comunicação, cultura e território; movimentos sociais latino-americanos.

1. INTRODUÇÃO

O capitalismo contemporâneo se articula, como modo de produção, por meio de uma rede de células produtivas distribuídas em todo o planeta. As grandes corporações transnacionais se organizam como centros de gerenciamento destas várias unidades produtivas, nas quais as mercadorias são montadas. As condições oferecidas por cada nação – mais ou menos favoráveis – é que definem os locais em que cada uma destas

¹Professor associado da Escola de Comunicações e Artes da USP. Chefe do Departamento de Jornalismo e Editoração (CJE), professor dos Programas de Pós-Graduação em Mudança Social e Participação Política (Promuspp) da EACH (Escola de Artes, Ciências e Humanidades) e de Integração da América Latina (Prolam). Coordenador do CELACC (Centro Latino Americano de Estudos de Cultura e Comunicação). Coordena o projeto “Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina” financiado pela FAPESP.

² Pesquisadora do CELACC (Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação) da USP, pós-doutora pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP e pós doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade do Vale do Paraíba - PPGPLUR UNIVAP. Pesquisadora-senior do projeto “Movimentos Sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina” financiado pela FAPESP.



unidades produtivas será sediada. E esta rede de produção global tem como eixo articulador o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação.

Diante desta nova forma de organização, tem-se que o capital pressiona os poderes públicos para que estes desregulem os fluxos internacionais de capital e as relações de trabalho. Com isto, toda a ação do capital fica sem freios e impõe lógicas organizativas de acordo com os seus interesses. Esta nova lógica produtiva é a base material para o chamado “neoliberalismo”, doutrina que ganhou força nos anos 1980, principalmente após a queda dos regimes do Leste Europeu e a avalanche ideológica conservadora que pôs a esquerda mundial na defensiva.

O conceito que se utiliza neste estudo para esta nova lógica do capitalismo é Ação Direta do Capital, emprestando o conceito de “ação direta” do movimento anarquista que pregava o uso de métodos de força para impedir ou constranger atitudes indesejáveis. A “ação direta do capital” constrange Estados, Poder Público, esfera pública e todas as instituições mediadoras constituídas no bojo da sociedade liberal para que os interesses do capital não sejam contrariados ou regulados. Há um ativismo do capital na sociedade a tal ponto que há uma separação e iminente divórcio do Poder e da Política. (Bauman, 2007). Enquanto o poder se concentra cada vez mais nas estruturas privadas do capital, a política se desfoca e se transforma em mero espetáculo cênico.

Ideologicamente, a mídia ocupa um papel central. Primeiro, é ela que faz a ponte e constrói este cenário mundial – o mundo, hoje, é acessível pelas disponibilidades de acesso às informações via o sistema de comunicação. Segundo, porque a comunicação se transformou no principal “intelectual orgânico” deste processo de globalização neoliberal, conforme afirma Otávio Ianni (2001). E, terceiro, que a própria indústria da comunicação e da cultura se transformou na mais recente fronteira de expansão e reprodução do capital, sendo ela própria, um “grande negócio”.

Diante deste cenário, por novos movimentos sociais entendemos todas as formas de resistência que politizam a dimensão cotidiana, principalmente no tocante aos mecanismos de opressão das discriminações de gênero, etnia e origem regional, bem como aqueles que reivindicam identidades singulares. Tais movimentos ressignificam a cultura e o território como lugares de contrapontos e tem a comunicação como um elemento central de organização. Estas práticas políticas sinalizam para a constituição de uma nova esfera pública que entra em confronto com o espaço público oficial.

A América Latina é a região onde estas experiências têm mais possibilidades de crescimento. Isto porque, entre outros fatores, o continente latino-americano é produto de



processos de violência. Violência perpetrada pela colonização, pelo histórico de governos despóticos, pelo tratamento aos movimentos sociais, pela desigualdade social, pelo lugar subalterno na economia mundial e pelas violências étnicas.

Aníbal Quijano afirma que “a produção histórica da América Latina começa com a destruição de todo um mundo histórico, provavelmente a maior destruição sociocultural e demográfica da história que chegou ao nosso conhecimento” (2005: p. 16). Quijano refere-se à destruição das civilizações dos povos originários da América, porém agregam-se a isso a destruição também das civilizações africanas com o advento da transplantação forçada e da escravização dos povos daquele continente.

O processo de violência que constitui o que se conhece hoje como América Latina ocorreu em quatro dimensões: a-) desintegração dos padrões de poder e de civilização de experiências avançadas da humanidade; b-) genocídio físico destas populações; c-) eliminação deliberada dos mais importantes líderes destas experiências; d-) estabelecimento de processos de repressão material e continuada dos sobreviventes de forma a impedir a constituição de subjetividades alternativas. (Quijano, 2005)

Diante disso, os conflitos étnicos se transformaram no motor principal da dialética poder/resistência nestas sociedades e a arena política passa a ser contaminada pelas dinâmicas de negociação e conflito das demandas sócio culturais. Esta dinâmica recrudescerá mais nos momentos recentes quando emerge categorias novas para a dimensão política não associadas diretamente às categorias clássicas do contrato social liberal.

A temática da integração da América Latina volta aos debates públicos. Em parte, essa motivação ocorre em função da busca de um mundo globalizado multipolar, tendo em vista a percepção das insuficiências de uma mundialização controlada por uma única superpotência. Entretanto, o que mais força este retorno da temática da integração latino-americana é a emergência do conflito das diferenças culturais – chamadas por alguns de multiculturalismo e por outros de interculturalismo. Entendemos que essa emergência pode ser explicada pelos seguintes motivos:

a-) Os fluxos migratórios intensificaram, particularmente em direção à Europa e Estados Unidos. Estima-se que chega a 11 milhões o número de imigrantes ilegais nos Estados Unidos, segundo estudos divulgados em 12 de março de 2009 pelo Centro Hispano Pew, sendo que 57% são mexicanos. Outro relatório, divulgado pela Federação pela Reforma da Imigração Americana (Fair) mostra que entre 2000 e 2002, a imigração líquida (descontado o número de norte-americanos que emigraram) foi de 1,4 milhão de pessoas



por ano – se essa tendência perdurar, o número de imigrantes que hoje representa quase 8% da população dos EUA chegou a 14% em 2010.

b-) O contato forçado com a diversidade põe em cheque a possibilidade das esferas públicas clássicas existentes nestes países de conviver com a diversidade, a medida que sujeitos formados em tradições civilizatórias distintas reivindicam espaços iguais (portanto, públicos) para expressar suas diferenças.

c-) A circulação mais intensa de informações por meio das redes telemáticas aproxima universos culturais distintos no espaço virtual e criam no sujeito uma ideia mais caótica de universo.

d-) A dificuldade da cultura hegemônica centrada no sujeito renascentista, eurocêntrico e racional em resolver os grandes dilemas contemporâneos da humanidade, como o problema ambiental, a concentração brutal de riquezas, a miserabilidade, entre outros.(HALL, 1990)

Estes cenários acontecem dentro de uma situação de grande concentração das indústrias de bens simbólicos. Atualmente, seis grandes grupos oligopolistas controlam a produção e o fluxo de bens simbólicos em todo o mundo, todos eles situados nos EUA e Europa. Dentro dessa concentração de produção simbólica, órgãos multilaterais como a Unesco aprovam declaração de que a diversidade é um direito fundamental², na esteira da transfiguração dos direitos humanos em DESCs (Direitos Econômicos, Sociais e Culturais). Assim, um cenário de percepção maior da diversidade, normatizada em uma declaração multilateral, ocorre dentro de uma situação de concentração brutal de capital e de produção de bens simbólicos

Sendo assim, se há uma tentativa de reconstrução da estrutura formal de poder em alguns países da América Latina e mesmo uma re colocação da região no espaço geopolítico internacional, qual é a perspectiva de construção de uma esfera pública alternativa a partir das experiências destes novos movimentos sociais?

2. OS NOVOS CONFLITOS

As modernas formas de luta social apontam para novos conflitos e a discussão proposta é compreender como tais conflitos se manifestam nos movimentos populares na atualidade.

Os conflitos de classe além de estarem presentes na produção, estendem-se a outras contradições sociais; são aqueles antagonismos antes invisíveis dentro do quadro



geral da política, como antagonismos étnicos, sexuais, regionais, urbanos e rurais, que ocupam, agora, posições de destaque. Estes novos conflitos situam-se aparentemente fora, ou não apenas na produção, e são, principalmente, de dois tipos:

1) lutas contra formas de poder, repressão e discriminação, principalmente na vida cotidiana. Estes movimentos visam a democratização integral da sociedade desigualdade no trabalho entre homens e mulheres, entre etnias e direitos humanos;

2) lutas por direitos e pela apropriação de bens e serviços no campo do consumo (movimentos sociais urbanos de defesa do consumidor, lutas por moradia, contra a inflação, acesso à educação, melhores condições de saúde e transporte, etc.), democratização da cultura e da comunicação.

Segundo Manuel Castells (1976), estes novos movimentos se caracterizam por sua quase nula incidência no processo produtivo e pelo baixo interesse que despertam nos partidos políticos tradicionais.

É provavelmente por essa razão que esses movimentos surgidos na disputa por recursos e na vida cotidiana são representados fora dos partidos políticos mas geram uma relação não convencional entre cultura e política, entre valores e poder. São movimentos novos, indicadores das múltiplas capacidades de resistência popular à hegemonia e a repressão.

Os movimentos sociais têm revelado mais que uma resposta defensiva diante das alterações de forças sociais e de suas condições de vida e reprodução, com toda a sua complexidade e diferenças nacionais, os movimentos sociais latino-americanos têm desenvolvido dimensões mais proativas que abrem possibilidades de pensar novas alternativas emancipatórias a partir da defesa e da promoção da vida e da diversidade.

Maristella Svampa (2007) apresenta a identidade territorial, como uma das dimensões que caracterizam os movimentos sociais latino-americanos contemporâneos. Na identidade territorial em sentido amplo, tanto nos movimentos urbanos como nos rurais, o território aparece como um espaço de resistência e também progressivamente como um lugar de resignificação e criação de novas relações sociais. Esta dimensão material, muitas vezes compreendida como auto-organização comunitária, aparece como uma das características dos novos movimentos sociais na América Latina e, neste sentido, o território surge como o lugar privilegiado da disputa. Salienta que os movimentos latino-americanos se constituem como movimentos territoriais, a partir de uma clara defesa e promoção da vida, da diversidade e correlacionando aspectos como a comunidade, o território e a cultura.

Outro aspecto que Svampa evidencia é a demanda pela autonomia a qual atravessa desde pequenos coletivos culturais até as grandes estruturas de organização em massa. A autonomia, em termos gerais, aparece não somente como eixo organizativo, mas também



como um plano estratégico, que remete tanto a autodeterminação como para um horizonte mais utópico de criação de mundos alternativos.

Segundo a autora a conjunção destas características (território, cultura como campo dialógico) tem configurado um novo campo de estratégias contra hegemônicas, um novo conjunto de orientações políticas e ideológicas que configuram a ação coletiva e se expressa através de novos modelos de militância: sociais ou territoriais, socioambientais, ativistas culturais entre outros, configurando um campo de discussão para construção de novas subjetividades políticas. Ainda salienta que mesmo diante das diferenças estruturais entre os países, a defesa da diversidade cultural tem sido um elemento cada vez mais presente em todos os movimentos.

3. CULTURA E COMUNICAÇÃO SUBALTERNAS

Buscando responder ao questionamento de como estas experiências novas podem apresentar perspectivas de construção de uma esfera pública alternativa, a abordagem teórica está inserida na área de Comunicação Social e esta escolha é definida pela opção de estudar a cultura através do sistema de comunicação, entendida aqui a comunicação lato sensu, e não apenas como mediação tecnológica.

Parte-se do princípio que uma proposta para o estudo das culturas e da comunicação subalternas só terá sentido se puder observar este objeto de estudo - a cultura e a comunicação populares subalternas - como possibilidade de transformação social: a cultura e a comunicação popular subalternas como projeto alternativo. (SERRANO, 2006)

Entretanto, esse tema vem sendo subestimado, como demonstra o histórico de seus estudos. Os intelectuais que mais escreveram sobre o assunto, geralmente realizam pouco ou nenhum trabalho empírico; a pesquisa social, na maioria dos casos, se restringe ao econômico e ao político stricto sensu. O estudo desta realidade, profundamente afetada pelo processo de globalização, tem muito a acrescentar à pesquisa social; principalmente porque este tema, esquecido e marginal, começa a disputar a preocupação dos pesquisadores. Do ponto de vista econômico, pode-se considerar que o crescimento dos processos voluntários de urbanização, a expansão do mercado econômico e cultural, a necessidade de incorporar os setores populacionais ao processo de globalização e, ainda, a complexidade dos conflitos de classes entre campo e cidade, têm despertado a atenção para o estudo dos setores populares. Do ponto de vista político, apresentasse o grande desafio de entender as crises do Estado, das ideologias, da cultura e, até mesmo, a crise de hegemonia. (AGUAYO, 2005)



De acordo com o pensamento de Garcia Canclini (1988) o acesso a procedimentos simbólicos mais sofisticados é um imperativo da sociedade atual, para trabalhar e consumir. Esta situação aumentou a distância material e cultural entre as classes da mesma sociedade e entre países periféricos e centrais. A propriedade transnacional das novas tecnologias aumenta também a assimetria entre os poderes locais e nacionais e aqueles de caráter transnacional. Esta situação, que se manteve desde os primórdios da expansão capitalista, no neoliberalismo, atinge seu auge.

Sendo assim, estas condições na atualidade atuam fortemente na diferenciação. A diferença entre as classes e grupos sociais não é apenas econômica, mas é o resultado desta participação diferenciada na reprodução material-simbólica da sociedade. É por isso que a explicação para a apropriação desigual dos bens econômicos e culturais não está apenas no campo da produção, mas na realidade do mundo atual e se expressa também em outras esferas do social, principalmente no campo da cultura, isto é, na cotidianidade das classes sociais.

Por outro lado, é imperioso localizar os cenários nos quais se expressa a cultura popular subalterna.

A cultura popular subalterna se expressa no dia-a-dia, na vida cotidiana. Entendendo-se a cultura como o conjunto de processos simbólicos através dos quais se compreende, reproduz e transforma a estrutura social, como afirma Garcia Canclini (1988), fundamentando-se em Gramsci, pode-se considerar que a cultura subalterna é construída no espaço e no tempo da cotidianidade das classes subalternas, nas suas condições de luta pela vida, através dos processos de adaptação e ressignificação dos quadros dados pelo sistema, tendo como principal instrumento, os seus próprios meios de comunicação.

Entretanto, nesta abordagem há que se tomar alguns cuidados. O primeiro é situar a problemática da cultura de massas, ela também está presente na realidade das classes subalternas, principalmente, na esfera do consumo. O outro é evitar o culturalismo. Se, de um lado, é necessário aprofundar o estudo da cultura popular subalterna, de outro, é imprescindível a compreensão dos mecanismos que tornam possível a aceitação da cultura de massas pelas camadas subalternas.(HERNABDEZ,2005) Tanto aqueles que defendem a preservação da cultura tradicional, como os que procuram adaptá-la à modernidade, quase sempre se esquecem de relacionar suas posições com as necessidades sócio-econômicas dos setores populares e as condições globais do desenvolvimento social. Esta realidade recoloca a necessidade de se levar em conta as causas estruturais que modificam os vínculos entre o popular e o massivo. Nesse sentido, Garcia Canclini (1988) recomenda alguns princípios úteis a serem seguidos:



a) o “massivo” é uma característica das sociedades atuais, mas sua origem é anterior a presença dos meios de comunicação de massa; tem, portanto, raízes no nascimento do proletariado industrial do Séc. XIX;

b) o “massivo” não é completamente estranho ou externo ao “popular” não se define por traços internos ou em repertório de conteúdos tradicionais pré-massivos, mas por uma oposição frente ao hegemônico. É ação concreta, às vezes inconsciente que as culturas popular-subalternas executam frente à ação hegemônica. É, pois, neste contexto que será propício o estudo de formas de comunicação verdadeiramente populares, não aquelas experiências de comunicação calcadas nos modelos hegemônicos, mas aquelas que têm um caráter insurgente, justamente porque constroem formas e conteúdos fora dos modelos hegemônicos e até mesmo, de oposição a estes.

Para levar adiante uma proposta científica sobre o estudo da cultura e da comunicação subalternas, é necessário a utilização dos conceitos de Antonio Gramsci³ sobre as classes subalternas, cujas premissas serão expostas ao longo desta proposta.

Garantidos de que o conceito gramsciano das classes subalternas permite avançar nesta proposta, seria necessário considerar a pergunta: Porque existem culturas subalternas?⁴

Para um número expressivo de estudiosos latino-americanos, encabeçados por Garcia Canclini (1988), existem culturas subalternas porque a reprodução desigual gera:

- a apropriação desigual dos bens econômicos e culturais por parte das diferentes classes e grupos na produção e no consumo.
- nos setores excluídos da participação plena nos produtos sociais, uma satisfação específica de suas necessidades, a partir de suas condições de vida.
- uma interação conflitiva entre as classes subalternas e as hegemônicas pela apropriação dos bens sociais.

Ao compreender as culturas e comunicação das classes subalternas como projetos alternativos se faz necessário encontrar procedimentos metodológicos que tenham a preocupação de construção coletiva do conhecimento como elemento central.

³ GRAMSCI, A. Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. Ver também do mesmo autor Poder, política e partido. S. Paulo: Expressão Popular, 2012. E também o texto de Salvador LÓPEZ ARNAL. Aproximaciones de Sacristã a la obra de Antônio Gramsci: antologia mínima. Rebelión, 03/09/2006.

⁴ O conceito de subalterno é referenciado às perspectivas de Gramsci que, ao criar a expressão, emprega-a no sentido de marcar a diferença entre o patrimônio cultural do povo e a cultura oficial. Assim, o autor constrói um conceito dinâmico e historicista, no qual a cultura é compreendida como um processo que se conserva e renova permanentemente somente na prática social. Esta ótica amplia o sujeito produtor/receptor/consumidor de cultura a todo o universo social. É por isto que neste projeto optou-se em utilizar o conceito de “culturas subalternas” ou “cultura das classes subalternas” ao invés de “cultura popular” utilizado por outros estudiosos, inclusive Garcia Canclini.



4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS PARTICIPATIVOS NAS PERIFERIAS LATINO-AMERICANAS

O método proposto se baseia na ideia de “sistematização de experiências” de Oscar Jara (1998) Este educador elaborou esta proposta metodológica como uma forma de realizar procedimentos de avaliação processual de experiências de movimentos sociais no sentido de instrumentalizar suas formas de renovação e readequação. Embora os objetivos deste projeto não sejam necessariamente os mesmos de Jara, entende-se que a sua preocupação em constituir um procedimento metodológico que parta da análise de “experiências vividas” pelas classes subalternas é um denominador comum. Jara apresenta as seguintes justificativas para propor o seu método de sistematização:

... el nuevo escenario de este fin de siglo há puesto em cuestión las prácticas y las concepciones teóricas de los movimientos sociales y las ciencias sociales latinoamericanas. Nos enfrentamos a nuevas preguntas y a desavíos inéditos. Es un momento histórico privilegiado para la creación, pero las respuestas a las nuevas preguntas no van a surgir de ningún otro lugar sino de la propia experiencia histórica acumulada.

Lamentablemente no hemos acumulado aún los aprendizajes necesarios contenidos en esas experiencias. La sistematización, como ejercicio riguroso de aprendizaje e interpretación crítica de los procesos vividos, sigue siendo una tarea pendiente y hoy – más que nunca – puede contribuir de forma decisiva a recrear las prácticas de los movimientos sociales y a renovar la producción teórica de las ciencias sociales, desde la experiencia cotidiana de los pueblos de América Latina, em particular, de aquellas comprometidas con procesos de educación y organización popular. (JARA, 1998)

Jara afirma que “la sistematización de las experiencias está comenzando a dejar de ser tarea pendiente” (JARA, 1994) pois várias iniciativas de instituições de educação popular e acadêmicas têm contribuído para gerar novos elementos para aprofundar o método e as reflexões teóricas advindas dele.

Extraindo reflexões a partir de um estudo realizado com camponeses deslocados na Guatemala por conta da violência e da repressão política, Jara propõe que as interpretações das experiências sistematizadas devem ser “integrals e dialéticas” levando em consideração os seguintes elementos:



- Entender as experiências com todas nossas capacidades humanas (mentais, sensíveis, emotivas, intuitivas).
- Entender as diferentes etapas, as mudanças mais importantes, as razões dessas mudanças e seus efeitos. A lógica de todo o processo.
- Entender como os momentos de mais dificuldades contribuíram a que se tenha maior criatividade para buscar soluções.
- Entender a relação entre o pequeno e o grande, entre o particular e o geral.
- Entender a particularidade das experiências dentro da estrutura econômica, social, política e ideológica do país.
- Entender como se localiza nossa experiência no transcurso da história - Entender como os elementos culturais e que marcam nossa identidade estão presentes em cada experiência.
- Entender, a partir de várias experiências particulares, fatores que podem sinalizar para certas generalizações e reflexões teóricas. (JARA, 1994)

A proposta de Jara compreende uma observação densa de processos cotidianos e a sua reflexão constante, articulando dialeticamente com elementos conceituais. É por esta razão que:

La sistematización crea nuevos conocimientos a partir de la experiencia concreta, pero, em especial – em la medida em que su objeto de conocimiento son los procesos sociales y su dinamica – permite aportar a la teoria algo que le es próprio: explicaciones sobre el cambio em los procesos. (JARA, 1998)

É com base nisto que Jara entende o processo de sistematização como uma interpretação crítica, vista esta como um reordenamento ou reconstrução do processo vivido e a suas interconexões. Jara afirma que a sua proposta de sistematização não aspira olhar as experiências com objetividade mas sim objetivar a experiência vivida. Se trata de describir, ordenar, clasificar, los hechos, situaciones, pensamientos, intuiciones com los que hemos actuado em la practica, para tomar distancia de ellos, para sacarlos de nosotros mismos y proyectarlos fuera, objetivando sus características y condiciones. (idem)

As perguntas que devem ser respondidas são “por que passou isto que passou” e “por que não passaram outras coisas”. Em outras palavras, de forma “rigorosa



intelectualmente” como afirma Jara, pode-se desvendar componentes e os seus trajetos a partir de uma perspectiva processual.

No projeto de pesquisa intitulado “Movimentos sociais, Comunicação, Cultura e Território na América Latina”⁵, a proposta metodológica de Jara é realizada a partir dos seguintes procedimentos:

- Identificação e territorialização dos problemas a partir da percepção dos participantes;
- Socialização de informações produzidas pelos participantes;
- Reflexão coletiva a partir de elementos informativos gerais perpassados pelos pesquisadores;
- Sistematização das experiências a partir das questões: por que as coisas se passaram assim e por que não se passaram de outra forma.

A pesquisa está sendo realizada com lideranças de movimentos sociais em São Paulo (Brasil), Buenos Aires (Argentina) e Bogotá (Colômbia). A escolha destes países deve-se tanto, as especificidades políticas, econômicas e culturais quanto, a forma como vêm se configurando os novos movimentos sociais. O trabalho pretende construir uma análise comparativa e reflexiva que evidencie as similitudes e as diferenças das diversas experiências analisadas para a reconceitualização dos movimentos sociais na América Latina. Serão analisados dois movimentos sociais de cada cidade. O critério de seleção de tais movimentos será: movimentos que se organizam em forma de “coletivos horizontais”, que sejam liderados por jovens negros e/ou indígenas e que tenham uma atuação em territórios periféricos destas metrópoles escolhidas.

Estas etapas são realizadas por meio de oficinas e seminários reunindo ativistas e lideranças de movimentos sociais diversos em que os objetivos do projeto são apresentados e repensados a partir da discussão coletiva. Esta experiência de reflexão tem permitido a construção de um panorama de relações e questionamentos iniciais que dão subsídios para a leitura problematizadora de algumas discussões: o modelo neoliberal de cidade e as relações de poder estabelecidas; o levantamento das causas e consequências destas relações; a identificação da correlação das ações dos grupos com as dimensões mais amplas da política e da econômica; o levantamento dos processos comunicacionais dos grupos e as estratégias de resistência. O processo de discussão por meio de rodas de

⁵ Projeto em andamento coordenado pelo autor do artigo e financiado pela FAPESP



conversa em pequenos grupos, mapeamentos das iniciativas, reflexões sobre narrativas midiáticas é registrado em diários de campo pelos pesquisadores.

Outro procedimento metodológico importante são as reflexões retrospectivas e prospectivas das experiências. A importância destas reflexões decorre de que sinalizam como os saberes vividos são introjetados nas consciências dos participantes das experiências e como estas constituem suas *experiências* e, por sua vez, como sinalizam para as perspectivas (*prospecções*). Com isto, é possível visualizar não só as posições de classe mas as suas trajetórias.⁶ Portanto, na perspectiva da análise e reflexão do processo vivido, alguns destes grupos têm identificado a necessidade de levantar criticamente suas estratégias de ações e, deste modo, suas relações com os diversos atores envolvidos e os diferentes âmbitos de suas ações políticas.

O conjunto de informações é complementado por depoimentos prestados pelas lideranças dos movimentos sociais coletados formalmente (por meio de entrevistas gravadas e transcritas) e informalmente (por meio de rodas de conversa registradas em diários de campo). Completam ainda o *corpus* imagens produzidas pelos ativistas participantes, palavras destacadas nas reflexões em grupo (como *taggements*), procedimentos de auto-avaliação.

Com estes procedimentos, o projeto espera atingir os seguintes resultados:

- Sistematização das ações culturais e comunicacionais identificadas;
- Análise da intencionalidade das ações identificadas e do alcance dos objetivos de cada movimento investigado;
- Reflexão sobre os depoimentos colhidos entre os agentes e as suas motivações;
- Análise da correspondência entre as percepções colhidas através do trabalho de campo e as hipóteses formuladas no projeto;
- Reconceituação dos movimentos sociais latino-americanos;
- Compartilhar as experiências e comunicar a aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES

A configuração do capital acarreta mudanças estruturais do modo de produção e, conseqüentemente, revela uma nova relação dos movimentos sociais com os poderes

⁶ Pierre Bourdieu aponta que nos campos de interação, as classes sociais se definem não apenas pelas suas posições, mas também pelas suas trajetórias que sinalizam uma gramaticalidade das suas narrativas e posturas, ou o que ele chama de *habitus*. Ver em BOURDIEU, P. Economia das trocas simbólicas. S. Paulo: Perspectiva, 1974.



constituídos. Surgem, assim, outros graus de resistência pautados por uma nova lógica fortalecida por novos arranjos políticos e sociais. Neste contexto, a América Latina se configura como o local onde estas possibilidades ganham força e se articulam na construção de projetos políticos e sociais alternativos.

Entende-se que estes novos movimentos sociais constituem formas de resistência que politizam a dimensão cotidiana e sinalizam para a constituição de uma nova esfera pública que entra em confronto com o espaço público oficial.

Desta forma, o estudo visa contribuir para a construção de uma teoria e metodologia de análise dos novos movimentos sociais no cenário latino-americano, a partir da consideração da necessidade de reconstrução do projeto da esfera pública, tendo em vista a crise do seu modelo tradicional construído na experiência do liberalismo e as particularidades da formação das nações do continente e destacando elementos que possam oferecer subsídios para uma reconceituação destes movimentos sociais considerando as especificidades da América Latina.

REFERÊNCIAS

- AGUAYO, Cláudio. Maquiavelo y Gramsci: notas sobre la política, el partido y el Estado moderno. *Rebelión*, 13/05/2005
- BAUMAN, Z. *Tempos Líquidos*. Rio: Jorge Zahar, 2007
- BOURDIEU, P. *Economia das trocas simbólicas*. S. Paulo: Perspectiva, 1974
- CANCLINI, Nestor & RONCAGLILO, Rafael (orgs). *Cultura transnacional y culturas populares: bases teórico-metodológicas para la investigación*. Lima, Peru: IPAL, 1988
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- _____. *Poder, política e partido*. S. Paulo: Expressão Popular, 2012.
- CASTELLS, M. *Movimientos sociales urbanos*. México, Siglo XXI, 1976.
- GARCIA CANCLINI, N. "Culturas transnacionales y culturas populares" in: GARCÍA HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós modernidade*. S. Paulo: LPA, 1990
- HERNANDEZ, D. *Libertad de expresión: vocês diversas y conciencias críticas o hegemonia mediática*. Caracas, Ministério de Comunicación e Información, 2005.
- IANNI, O. *Enigmas da modernidade mundo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001
- JARA, Oscar. *El aporte de la sistematización a la renovación teóricas praticas de los movimientos sociales*. S. Jose: Alforja, 1998
- JARA, Oscar. *Para sistematizar as experiências*. S. José: Alforja, 1994
- LÓPEZ ARNAL, S. *Aproximaciones de Sacristã a la obra de Antonio Gramsci: antologia mínima*. *Rebelión*, 03/09/2006
- MARCUSE, H. *A ideologia da sociedade industrial*. Rio de Janeiro : Zahar, 1982
- QUIJANO, A. *Dom Quixote e os Moinhos de vento da América Latina*. *Estudos Avançados*. vol. 19 no.55 São Paulo Sept./Dec. 2005
- SERRANO, Pascual. *Comunicación y toma de poder*. *Rebelión*, 07/09/2006
- SVAMPA, Maristella. *Movimientos sociales y escenario político: las nuevas inflexiones del paradigma neoliberal en America Latina*. Observatorio Social de América Latina: CLACSO, 2007.

**GT 06 – A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa.****AMAZÔNIA BRASILEIRA NO DISCURSO OFICIAL VEICULADO EM MEIO IMPRESSO, DESDE ASSOCIAÇÕES À ARQUITETURA E URBANISMO.**Renato Luiz Sobral Anelli (USP)¹
reanelli@sc.usp.brVlândia Pinheiro Cantanhede Heimbecker (USP)²
vladiacantanhede@usp.br**RESUMO**

Neste trabalho são exploradas imagens de Arquitetura e Urbanismo, difundidas durante o regime militar no Brasil, em publicações tematizadas na Amazônia brasileira. É conferido realce a fontes impressas nas quais registros de edificações reforçaram um discurso de teor desenvolvimentista, junto a representações alinhadas à propaganda oficial, de uma modernização amazônica sob a tutela do Estado. Em perspectiva histórica, partindo de referenciais bibliográficos críticos às práticas estatais nos anos em questão e da constatação empírica da interdependência produzida entre formas escritas e visuais, são discutidos significados subjacentes a esta relação, consonantes à retórica da integração da Amazônia ao país. São destacadas menções escritas às imagens, referenciadas em realizações pregressas de Arquitetura e Urbanismo, na revista *Amazônia é Brasil*, de finais dos anos de 1960, no Catálogo da exposição fotográfica do 5º aniversário da SUDAM, de 1971 e na compilação *Brazil development n.3*, de 1972. A aproximação às fontes proposta com o presente artigo é feita com a identificação de obras e projetos icônicos evocados, de tipificações de modos de vida postos alinhados aos referenciais de modernidade associados à Amazônia brasileira pelo Estado, em especulações sobre a visualidade construída com o conjunto das imagens levantadas. Neste conjunto, certa produção de Arquitetura e Urbanismo foi propagada junto à valorização da urbanidade, de novas atividades econômicas industriais, de práticas de domínio do meio natural e controle do território, enunciando a magnitude da presença do Estado na região em sua concepção oficial de desenvolvimento.”

Palavras-chave: Regime militar no Brasil, Propaganda, Amazônia, Imagens de modernidade, Arquitetura e Urbanismo

1. INTRODUÇÃO

A atuação de arquitetos urbanistas em estruturas estatais no Brasil alude aos anos de 1930, junto à formulação de programas de modernização do país. Sua participação mais direta a partir de então foi dada com o desenvolvimento de formas construtivas modernizadas, associadas em parte a interpretações de uma cultura pretensamente nacional e a novos meios construtivos, levadas deste modo à materialidade de edifícios,

¹ Doutor em Arquitetura e Urbanismo (USP), Professor Titular do Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU - USP, Brasil.

² Mestre em História Social (UFAM), Estudante de pós-graduação no Instituto de Arquitetura e Urbanismo, IAU - USP, Brasil (bolsista FAPEAM).



muitos deles, públicos. Não são recentes nem poucas as pesquisas a respeito da vinculação desses profissionais ao ideário do Estado Nacional³, bem como de sua produção, a princípio sob a administração de Getúlio Vargas, e em fluxo, mais marcadamente, junto aos planos desenvolvimentistas de Juscelino Kubitschek.

Na imprensa nacional e internacional essa produção teve repercussão junto a outras formas de expressão cultural no Brasil, tidas ao seu tempo como as mais progressistas e atualizadas, como a das artes visuais, musicais. Fruto de práticas intelectuais de interpretação do que fosse a nação, foram voltadas à modernização das artes construtivas, síntese de uma cultura brasileira transposta a novos monumentos edifícios. A notabilidade conferida à arquitetura tornada icônica, desenvolvida no Brasil entre 1940 e 1950, por parte da imprensa, além da crítica especializada, a associou às categorias de vanguarda e também, ao que fosse avançado em termos materiais, visuais e sociais⁴.

A realização de Brasília, como evento ampliado de múltiplas motivações e repercussões, teria sido simbólica e politicamente, marco do processo formativo dessa concepção intelectual, cultural, da nação brasileira, da qual arquitetos participaram mais diretamente. Neste caso, seu feito foi centrado na abstração de uma forma de cidade capital nova⁵. Guardando relação com a constituição e o enraizamento de um novo estágio da disciplina da Arquitetura e Urbanismo no país o curso dessa produção tomada em seu

³ O trabalho de Carlos Alberto Ferreira Martins é fundamental nesta linha de análise. MARTINS, Carlos Alberto Ferreira. *Arquitetura e Estado no Brasil. Elementos para uma investigação sobre a constituição do discurso moderno no Brasil: a obra de Lúcio Costa (1929-1952)*. São Paulo, dissertação de mestrado, FFLCH – USP, 1987.

⁴ A revista “O Cruzeiro” veiculou, no início dos anos de 1950, uma série de matérias e informes publicitários a respeito da implantação do hotel Amazonas em Manaus – AM, dos quais se destaca a chamada publicitária da edição de número 1. Nela, a Amazônia foi representada como o “inferno verde”, numa menção à obra de Alberto Rangel, de 1908. O novo equipamento, de propriedade da “prudência capitalização”, acomodaria os que desejassem conhecer a região, com “luxo e conforto”. Imagens confrontadas dos elementos naturais e do edifício de quatro pavimentos, além de térreo, sobreloja e terraço em perspectiva, projetado por Paulo Antunes Ribeiro e seus jardins, por Roberto Burle Marx, reforçaram a antítese entre a selva e a modernização urbana tentada com o empreendimento (O CRUZEIRO, 1950, ed.1, p.99). Noutra edição, a mesma revista chamou atenção à iniciativa do empreendedor na contratação de arquiteto e paisagista do Rio de Janeiro para o projeto do “magnífico palácio de 25 milhões de cruzeiros, cujas esquadrias vieram prontas da Inglaterra, cujo ar condicionado veio da América, para conforto dos turistas que de avião ou navio saltarem em Manaus”, também demonstrando o novo ramo de serviços instalado na capital, ao qualificar o “refrigério de hotel”, que representava muito “para o turismo no norte do Brasil”, só de fato conhecido pelo contato com Manaus. Ainda segundo a matéria, a cidade seria grata a Adalberto Vale, ao “idealismo desse homem que [...] teve o bom senso entregar a realização do Hotel Amazonas a dois artistas do risco que souberam torna-lo uma obra de arte, conforto e bom gosto.” (O CRUZEIRO, 1951, ed.13, p.21) O referido edifício, cujas imagens ecoam em todas as fontes aqui pesquisadas, acompanhou figurativamente projetos igualmente associados à moderna arquitetura brasileira.

⁵ O interesse em difundir uma determinada imagem de modernidade com registros de Brasília foi identificado por Heloisa Espada ao analisar a aceitação das fotografias que Marcel Gautherot fez da construção da capital e após sua inauguração, produzidas nos anos de 1950 e início dos 1960 (ESPADA, 2014). Segundo a pesquisadora, as fotografias nas quais ele registrou os bolsões de pobreza junto à cidade não tiveram aceitação nos veículos, que priorizavam associa-las à modernidade.



campo de realização de modo recorrente como “moderna”⁶, até Brasília, foi a partir de determinados ícones⁷, amplamente difundida e absorvida, a ponto de conformar uma visualidade socialmente aceita e popularmente reproduzida dentro e fora do país⁸.

O projeto de controle da Amazônia brasileira, ancorado em estratégias de reordenamento territorial teve origem nos anos de 1930, demarcatórios pelo início das atividades de planejamento espacial realizadas pelo Estado na região⁹, junto a um ideário nacional desenvolvimentista iniciado no primeiro governo de Getúlio Vargas. Nos anos 1950, pautas progressas relativas à ocupação territorial do país adquiriram efetividade e foram institucionalizadas, de modo que até a década de 1960, o Estado estruturou seu aparelhamento para este fim¹⁰. Articuladas à implantação de Brasília e à construção da Rodovia de Belém à nova capital, tiveram continuidade no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), visada a integração do território e ocupação do espaço nacional.

Na reconfiguração do território amazônico, de centralidades simbólicas da nação, foi processada uma nova colonização, articulada à implantação da capital. No ano de 1966 foi iniciado um “novo e ordenado ciclo de devassamento amazônico, num projeto geopolítico para a modernização acelerada da sociedade e do território nacionais”¹¹ (BECKER 2009, p.25-26). Um ideário colonizador da Amazônia articulado pelo Estado, que adquiriu força a partir desses anos de 1960, quando grandes projetos foram implantados na região, perdurou até 1985, com o Calha Norte, último nesses moldes.

Das implicações da ingerência estatal sobre a Amazônia brasileira, cabe acatar a crítica de autores que revelam aquelas decorrentes do caráter exógeno, dominador e

⁶ Trata-se de uma qualificação prevalente no campo, que confere unidade a produção de AU no Brasil até os anos de 1950.

⁷ Destacam-se obras referenciais de arquitetura desenvolvidas no Rio de Janeiro, especialmente as comumente articuladas, prática e discursivamente, à centralidade da atuação de Lúcio Costa.

⁸ Fernando Luiz Lara abordou a assimilação cultural e o consumo ampliado, na década de 1950, da arquitetura moderna e de sua visualidade, por segmentos sociais distintos dos unicamente intelectuais. O autor se utiliza da categoria do “Modernismo popular” como forma manifesta de um fenômeno no qual ocorreu a aproximação entre academia e massas, também, como fruto da “qualidade do modernismo brasileiro” absorvido e reproduzido pelas classes médias urbanas (LARA, 2005).

⁹ Ariovaldo Umbelino de Oliveira destacou a realização do Congresso Internacional de Geologia em Estocolmo em 1910, a partir do qual grupos econômicos internacionais, além de ingleses, tomaram ciência das reservas minerais brasileiras. Daí o interesse estadunidense desde a primeira década do século XX, em mapear os recursos naturais norte americanos e inventariar fontes de matérias primas mundiais. Após a Primeira Guerra Mundial, grupos ingleses associaram-se a americanos, para exploração de minério de ferro no Brasil. Em 1920 Eptácio Pessoa admitiria não só a exploração de minério, mas a construção de siderurgias, estradas de ferro, portos, sob a isenção de impostos por 60 anos (OLIVEIRA 1988, p.13-14).

¹⁰ Bertha K. Becker ressalta o caráter discursivo da atuação do Estado nesse período, mencionando a Marcha para Oeste, a criação da Fundação Brasil Central em 1944 e do Programa de Desenvolvimento para a Amazônia, inserido na Constituição de 1946, a delimitação do território regional, a criação da Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia — SPVEA.

¹¹ O ano de 1966 é referencial pelo fato de ter sido criada, durante o Governo de Castelo Branco, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, em substituição à SPVEA, junto a uma série de mudanças contidas na “Operação Amazônia”. A SUDAM seria a “estrutura institucional que conduziria o planejamento regional através da política de incentivos fiscais” (LIRA, 2005).



exploratório com que foram empreendidas¹². Os projetos de colonização realizados pelos governos militares, bem como as medidas legais para o favorecimento da exploração da terra, inclusos no projeto geopolítico de integração nacional foram determinantes para a forma com que se sucedeu sua ocupação e transformação. Cleber Batalha Franklin aponta a estratégia geopolítica¹³, junto ao planejamento regional, e o alcance do capitalismo à região, como bases das transformações da Amazônia após 1964, quando prevaleceu o modelo conservador e controverso de modernização¹⁴ (FRANKLIN, 2014).

Neste trabalho é tomada por base a intervenção estatal na Amazônia por parte de governos militares, na análise de imagens veiculadas em publicações institucionais junto à propagação de seu discurso oficial. Em específico são exploradas as imagens ecoadas da produção de Arquitetura e Urbanismo, referenciadas na vertente “moderna”. Algumas revigoradas¹⁵, deslocadas, associadas a uma concepção de modernização construtiva, ou mesmo enunciadas como síntese de modernização, compõem as publicações produzidas entre finais dos anos de 1960 e início de 1970.

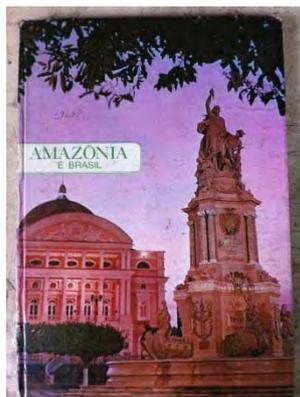
As fontes aqui apresentadas compõem um conjunto de suportes à análise, a revista **Amazônia é Brasil**, de finais da década de 1960, o **Catálogo da exposição fotográfica do 5º aniversário da SUDAM**, de 1971, a compilação **Brazil development n.3**, de 1972. Elas foram selecionadas pelo seu caráter propagandístico, por tematizarem a Amazônia brasileira e estabelecerem relações de visualidade com a cultura construtiva arquitetônica progressa.

¹² Aqui cabe distinção que faz Rodrigo A. L. de Medeiros de uma “geopolítica militar”, ocupada de uma “política de poder de Estado nacional” para outra “geopolítica crítica”, que visa “compreender políticas territoriais e suas composições socioeconômicas”. Em sua tese este autor se ocupa das narrativas e discursos tornados práticas institucionalizadas, no caso da Amazônia, com referência à sua internacionalização (MEDEIROS, 2012).

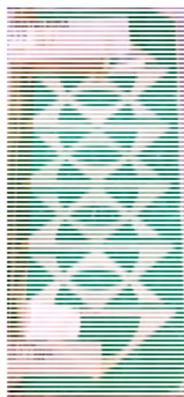
¹³ Adriana Aparecida Marques, em tese na qual analisou o pensamento militar sobre a Amazônia, bem como a relação entre interesses estatais e elementos simbólicos que fundaram as estratégias de defesa das Forças Armadas para a região, aborda o “vazio demográfico” como categoria levada à Amazônia e componente do discurso que serviu de base à intervenção sobre a região por parte dos governos militares. A concepção foi filiada aos estudos de geopolítica produzidos entre os anos de 1930 e 1980, que “considerava a população como um dos instrumentos de poder dos estados” e os “estudiosos brasileiros, majoritariamente militares, detectavam na baixa densidade demográfica da região amazônica, um fator de risco à soberania nacional” (MARQUES, 2007, p.49).

¹⁴ O autor explora as bases ideológicas de tal modelo e o relaciona às doutrinas desenvolvidas com base no Army War College americano, pela Escola Superior de Guerra. Nesta, Golbery Couto e Silva desenvolveu suas teses, que incluíam a necessidade de o Brasil ser aliado dos norte americanos em um período pós-segunda guerra. Frente este interesse, seria estratégica a divisão do país para a integração e modernização nacional,

¹⁵ Em função de terem sido veiculadas em um momento posterior à realização de Brasília, esta, assumida como um marco político com rebatimentos no campo das artes e da cultura arquitetônica sem precedentes.



Revista Amazônia é Brasil.
Ed. Vitória Régia. Brasília,
s/d.



Catálogo da exposição
fotográfica do 5º aniversário
da SUDAM. Assessoria de
Programação e Coordenação
- SUDAM. Belém, 1971.



Série Desenvolvimento
Brasileiro n.3. Telepress
Serviços de Imprensa Ltda. São
Paulo, 1972.

Na pesquisa histórica, ao serem utilizadas imagens não somente como documentos visuais, mas pela sua natureza discursiva, de meios que cerquem a visualidade em sua historicidade, são tornadas possíveis interpretações ampliadas, com base em fontes deste tipo. Ulpiano Bezerra de Menezes esclarece quanto à extensão de um estudo da visualidade, imerso numa possível História Visual¹⁶. Quanto à abrangência destas investigações, para além da abordagem já corrente a respeito da recepção das imagens, como ocorre na História da Arte, defende a inclusão da “materialidade das representações visuais no horizonte dessas preocupações”, a compreensão das imagens “como coisas que participam das relações sociais, e mais que isso, como práticas materiais”. Ao percorrer princípios de campos que se utilizam de imagens para compreensão dos fenômenos sociais, o historiador pontua a contribuição significativa de antropólogos e sociólogos, “quer ressaltando o potencial cognitivo do documento visual, quer valorizando a dimensão visual da vida social”, defendendo que a cultura material poderia ser estudada como “a dimensão física, empírica, sensorial, corporal, da produção/ reprodução social” (MENEZES, 2003).

Frente à possibilidade de compreensão mais ampliada da sociabilidade, como sugerido pelo referido autor, em que esteve inscrito o regime de visualidade em completude, aquele relacionado à atuação estatal durante o regime militar no Brasil, dado pela propagação de referenciais visuais da modernização regional, o presente artigo constitui texto introdutório, um fragmento. Com ele é apresentada uma análise articulada à cultura

¹⁶ O autor se refere à História Visual como um “campo operacional em que se elege um ângulo estratégico de observação da sociedade - de toda a sociedade”, não que a fonte seja o foco da leitura histórica em si, nem que o historiador deva priorizar a fonte frente o problema histórico enfrentado, ou como afirma, para ser História, precisa ser “história da sociedade”, sendo a cultura material, uma possível “plataforma de observação”. A visualidade, portanto, diria respeito à sociedade e não às fontes em caráter estrito, tendo preponderância, fontes “de caráter visual” que deste modo, não possuem sentido imanente (MENEZES, 2003, p. 26-28).



material da Arquitetura e Urbanismo, numa análise restrita às imagens contidas nas fontes, pelas pontes que elas estabeleceram entre as representações da AU e o discurso modernizador oficial da Amazônia brasileira.

Bertha Becker constata que o Estado conduziu vultosos investimentos na construção de redes de circulação e comunicação na Amazônia nos anos de 1970, produzindo formas de controle e possibilitando a circulação de fluxos de capitais, provocando impactos expressivos ao meio natural, às populações tradicionais, além de relações conflitivas, especialmente pela violência com que foram implantados muitos de seus projetos (BECKER 2009, p.25-26):

O privilégio atribuído aos grandes grupos e a violência da implantação acelerada da malha tecno-política, que tratou o espaço como isotrópico e homogêneo, com profundo desrespeito pelas diferenças sociais e ecológicas, tiveram efeitos extremamente perversos, destruindo, inclusive, gêneros de vida e saberes locais historicamente construídos. Tais são lições de como não planejar uma região.

O caráter autoritário das ações nesses anos incluiu práticas repressivas a formas sociais reativas à atuação governamental sobre o território e a centralização do aparato institucional para realização das ações federais. Minimizando o papel dos estados regionais, governos incentivaram investimentos externos e a partir da administração de Emílio Médici, também realizaram grandes projetos, criando novas fontes de recursos através de órgãos públicos¹⁷. Nos anos 1970, a presença do Estado na região era expressiva e impactante, tanto pelos megaprojetos que realizava quanto pelos incentivos fiscais¹⁸ que possibilitaram atividades pecuárias, mineradoras, da metalurgia e siderurgia e da pecuária (SOUZA, 2001).

Essa década foi marcada pela intensificação de políticas de ocupação, com a transição de projetos de desenvolvimento realizados desde os anos de 1950 para projetos de colonização (RABELLO, 2013). Tendo como marco a inauguração da rodovia Transamazônica em 1972, foi desenrolada uma fase caracterizada pelo fortalecimento da urbanização reconduzida a vetores de modernização e redes de circulação rodoviária iniciados na década anterior. Ainda a respeito dos anos de 1970, explica Bertha Becker que

¹⁷ Junto aos incentivos, a publicidade compôs a empreitada estatal para a Amazônia. A chamada "Venha investir no Amazonas", se unia à tentativa de ser construída uma imagem de progresso e de oportunidades de lucro para os que ali investissem. O governo divulgava mais ampla e sistematicamente os potenciais regionais, a fim de atrair investimentos externos. Nessa publicação de 1969 do Governo do Estado do Amazonas, o intento era de atingir "a grande integração" territorial. Deste livreto, destacam-se as afirmativas "Amazonas — nem inferno nem paraíso: simplesmente uma verdade que se impõe", "o Amazonas é também um convite", "Convite para investimento de capital", "oferecendo o Amazonas", como complementos ao argumento de total condição para investimentos articulados a essa fala desenvolvimentista levada à região (AMAZONAS, 1969, p.24).

¹⁸ Uma série de regulações legais, como aponta Ariovaldo Umbelino de Oliveira, formaram campo para a atuação de empresas estrangeiras na região, como o caso do Projeto Jari de Daniel Keith Ludwig, para produção de celulose, que contava com mais de 3.500.000 ha de terras na fronteira entre os estados do Pará e Amapá para sua realização, e que foi implantado dentro da legalidade que lhe serviu de suporte.



houve "um processo explicitamente dirigido por meio do urbanismo rural, que criou cidades ou fortaleceu projetos de colonização ao longo de novos eixos de circulação, para atrair o povoamento e organizar o mercado de trabalho" (BECKER 2013, p.33).

Portanto teria havido na Amazônia uma "Modernização conservadora 'de cima', exercida por governos militares, na incorporação do setor privado às elites regionais e nacionais por incentivos fiscais", nas palavras de Gerd Kohlhepp. Esta incluiu empreendimentos estimulados pelo Estado, públicos e privados, com investimentos em infraestrutura predominantemente rodoviária, a realização de projetos de colonização rural e política de redução de impostos (KOHLHEPP, 2002).

Além dos efeitos sobre o meio natural, como a afetação dos ciclos naturais, da biodiversidade, os efeitos sobre os modos de vida tradicionais foram expressivos, ocasionados dos conflitos violentos de terra. Bertha Becker explica o desenvolvimento dos projetos alternativos, de baixo, como a transfiguração dos conflitos sociais das décadas de 1970-1980, de teor conservacionista, articulados em "redes transnacionais", das quais participam "ONGs, organizações religiosas, agências de desenvolvimento, partidos políticos, governos", produzindo "novas territorialidades", com diversas formas de parceria e organização social (BECKER 2009, p.28).

Deste modo que os anos de 1980 foram marcados tanto pelo esgotamento da política nacional desenvolvimentista iniciada com Getúlio Vargas, quanto pelo surgimento de formas de organização social reativas às práticas estatais prevalentes para a região Amazônica nos últimos trinta anos, pelo menos. A geógrafa também aponta junto a esses dois fenômenos, a atuação de um segmento tecnocológico predominante entre os anos de 1985 e 1996, configurando a Amazônia como uma "fronteira socioambiental", justamente pela convergência de práticas de feição renovada como as que a autora aponta¹⁹.

2. A RESPEITO DAS FONTES: NARRATIVAS

¹⁹ Quando se refere às modalidades de ingerência sobre a região, deslocadas das ações centralizadas no Estado, fortalecidas a partir da década de 1980, Bertha Becker ressalta o fato de que os projetos não estariam restritos "aos projetos coletivos e seus parceiros", mas fizeram reverberar certa politização global a respeito de uma questão ambiental pautada na preservação, conformando a Amazônia como uma "fronteira socioambiental". Os impedimentos à expansão de tal "positividade social e ambiental" teriam sido dentre outros, os mercadológicos e gerenciais, em virtude da amplitude física da região. Em revés, nos anos de 1990 houve a retomada das práticas de planejamento territorial, o desenvolvimento de projetos de mobilização dos recursos naturais, negócios e empresas, com o reforço de medidas desenvolvidas desde o exterior da região (BECKER 2009).



O Editorial da “Amazônia é Brasil”, “revista-álbum” conforme denominada nesta publicação de finais dos anos de 1960²⁰, apresentou a defesa dos planos regionais para o desenvolvimento da Amazônia, projetando discursivamente a perspectiva de uma aspirada grandiosidade para a região, como contributo à que se idealizava retoricamente para o país. Sua “ocupação”, “valorização” e “integração” no “contexto sócio-econômico-político da Pátria”, reclamaria um “planejamento global” da região. A tonalidade convocatória do escrito assinado por Miguel Cruz e Silva ressaltou o imperativo dos planos regionais às “reais reivindicações, direitos e interesses do Amazônida, dos que com eles trabalham para o progresso comum”, se utilizando de tais categorias de generalização, para expressar um hipotético estágio de unidade vislumbrado para a região (AMAZÔNIA É BRASIL, s/d):

Precisamos de harmonizar tendências, idéias, conjugar esforços e apresentarmo-nos, sem discrepâncias, unidos indissolvelmente; irmanados de molde indestrutível, em todos os sentidos, com êste altíssimo objetivo: o inevitável engrandecimento do Brasil. A concretização dessa meta patriótica e indeclinável, reclama, exclusivamente, desprendimento, coragem, vontade de crescer.

Para a garantia dessa unidade, relacionada a iniciativas governamentais de domínio do território, seriam adotados encaminhamentos administrativos e legais para controle da região tida como a última fronteira a ser incorporada e protegida pelo Estado brasileiro. Sua ocupação, motivada pelo potencial de riquezas naturais e dado o risco de ocupação estrangeira e desintegração territorial frente o descontrole sobre as fronteiras, seria imperativa. O encaminhamento das medidas com tal propósito guardou relação, igualmente em termos simbólicos, com o empreendimento português em tempos coloniais (MARQUES, 2007).

Na primeira revista em análise foi feita uma síntese do desenvolvimento da Amazônia Legal, narrado pela apresentação dos referenciais de modernização de cada um dos Estados que então a compunham²¹, numa indeterminação temporal, já que se propunha manifestar de modo propagandístico “a Amazônia de ontem e a Amazônia de hoje” e projetar “em bases positivas e encorajadoras, a Amazônia do porvir”, numa convocação da população à confiança nas propostas dos “responsáveis pelo progresso do Brasil”, promotores do desenvolvimento da região, com a “conquista da área como com sua integração no todo progressista” do país, “de modo que as comunidades da Região se

²⁰ Brasília, Editora Vitória Régia, tiragem de 20 mil exemplares, bilingue, s/d. Edição comemorativa do primeiro centenário de abertura dos portos da Amazônia, brochura.

²¹ Cleber Batalha Franklin menciona o desconhecimento sobre o território amazônico, no presente, ao afirmar que “planejar e executar ações de políticas públicas na Amazônia representam desafios de toda ordem, até mesmo pela própria definição do que seja a Amazônia”. No caso, resalta que o Brasil tem utilizado artifícios legais que “desde a promulgação da Lei 1.806 de 06/01/1953, delimita a sua parcela amazônica para efeitos de planejamento e incentivos fiscais” (FRANKLIN, 2014).



integrem definitivamente na ascensão do desenvolvimento de outras áreas do País”. O tempo presente foi representado em fluxo de transformação a partir de imagens de provisoriedade ou desde falas comparativas entre o “antes” e o “agora”, nas quais foram empregadas categorias genéricas de caracterização da região e seu estado de atraso, bem como apresentados e descritos novos serviços ali implantados (AMAZÔNIA É BRASIL, s/d).

O material exposto a respeito de cada um dos estados da Amazônia Legal foi introduzido na revista por uma série de artigos que reproduziram falas oficiais entremeadas das imagens de autoridades, além de gráficos e mapas dotando de sentido técnico e objetividade, escritos que continham argumentos simplificados a respeito das práticas governamentais propagandeadas. Dentre estas, é possível destacar as relativas à segurança territorial, diante das atividades das forças armadas²². Nos trechos da revista dedicados a cada um dos estados foram referenciados em fotografias, os serviços novos implantados pelos governos, as instituições públicas criadas como extensivas ao governo militar, as paisagens naturais genéricas, os referenciais históricos monumentais de períodos tidos como grandiosos, novos equipamentos urbanos, estruturas industriais, bem como trabalhadores em atividade, elementos da fauna e flora, paisagens em transformação e atrativos turísticos.

De certo modo essas imagens aparecem nas duas outras fontes analisadas, que compuseram uma narrativa aproximada à de “Amazônia é Brasil”, no tocante às atividades estatais e quanto às representações do desenvolvimento regional, em integralidade e unidade, propagandeadas nas publicações. O catálogo comemorativo de cinco anos da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, foi apresentado como uma “rápida amostragem do esforço” do governo federal concentrado na Amazônia Legal, para “atingir, no mais curto espaço de tempo, um estágio sócio-econômico compatível com as aspirações das populações regionais”, por meio de empreendimentos públicos e privados, então apresentados na exposição retratada no referido catálogo, “nem 20% de tudo quanto vem sendo executado nos mais variados setores de atividades” para igualar economicamente a região às demais do país (SUDAM, 1971).

Alguns “aspectos gerais” introduziram o catálogo, apresentando em generalização e síntese, dados históricos e características geográficas tomadas como regionais, para então abordar a Amazônia brasileira do ponto de vista legal e populacional, delineando o argumento de que tratava do maior vazio demográfico do Brasil. Segundo esta fonte (idem):

²² Das 377 ilustrações contidas na revista em análise, 13 são relativas às atividades das forças armadas, 44 são de autoridades, 167 de edificações.



A Amazônia atualmente experimenta grande surto de progresso em todos os seus setores de atividades. O Programa de Integração Nacional e os planos de desenvolvimento promovidos pela SUDAM, em colaboração com a iniciativa privada, são fatores básicos do estágio sócio-econômico da Amazônia de hoje. Belém, sede da SUDAM, situada na embocadura do rio Amazonas, e Manaus, edificada em pleno coração da selva, são duas cidades progressivas do Brasil, dando uma antevisão otimista para a Amazônia do futuro.

O catálogo apresentou, como as demais fontes, os estados, caracterizando uma modalidade recorrente de organização das narrativas nas publicações, as intervenções empreendidas sob o incentivo ou iniciativa governamental na Amazônia. O Amazonas foi destacado e a respeito de Manaus, esta foi representada como uma “cidade cosmopolita, com todos os recursos das grandes metrópoles brasileiras”, detentora de serviço de telecomunicações, universidade, aeroporto internacional, estações de rádio e televisão, bem como de parque industrial, este, “graças à política de incentivos fiscais”. Embratel, Transamazônica, Rodovia BR319 e Rodovia BR 236 figuraram destacadamente como as intervenções de significado e porte, antecedendo as ilustrações e comentários a respeito da importância das empresas atraídas pelos referidos incentivos estatais à região.

A compilação “Série Desenvolvimento Brasileiro”²³, edição bilingue, editada em 1972, situou a Amazônia em um conjunto de realizações estatais realizadas nesta região e no nordeste brasileiro. Partindo da apresentação de representantes das instituições e governo, enfatizou o caráter vultoso das obras em curso, especialmente a Transamazônica, e do processo de industrialização programado, no caso do Amazonas, com a Superintendência da Zona Franca de Manaus²⁴. A região foi apresentada a partir de sua baixa densidade, geografia, clima, e de eventos históricos simbolicamente referenciais e oficialmente demarcados, com destaque à ocupação territorial no tempo. A trajetória narrada, mais detalhada que as demais publicações, foi levada ao tempo presente, caracterizado pelas possibilidades de ali ser concretizado um novo mundo, desenvolvido. O detalhamento do aparato administrativo foi apresentado, junto a informações objetivas a respeito das atividades econômicas vislumbradas para a região, os serviços de

²³ TELEPRESS Serviços de Imprensa Ltda, São Paulo, edição bilingue, 1972, 424p.

²⁴ Em 06 de junho de 1957, foi criada uma “zona franca na cidade de Manaus”, por Juscelino Kubitschek, por meio da Lei no 3.173. Em seu artigo 1º, o texto da lei enunciava que a zona franca serviria para “o armazenamento ou depósito, guarda, conservação beneficiamento e retirada de mercadorias, artigos e produtos de qualquer natureza, de procedência estrangeira, destinados ao consumo interno da Amazônia, como dos países interessados, limítrofes do Brasil ou que sejam banhados por águas tributárias do rio Amazonas”. Esta lei foi alterada em 1967, pelo Decreto-Lei no. 288, de 28 de fevereiro de 1967, que além de reestruturar a Zona Franca de Manaus, também criou uma Superintendência – SUFRAMA para administrá-la, inclusive, para atrair indústrias para a cidade. As transformações operadas no espaço urbano ocorreram, por motivo desta ZFM durante a ditadura militar, sob a justificativa de desenvolver-se economicamente a região, a partir de uma medida que “atraísse para ela força de trabalho e o capital, nacional e estrangeiro, vistos como imprescindíveis para a dinamização das forças produtivas locais” (SERÁFICO e SERÁFICO, 2005).



comunicação em implantação e as empresas, tidas como as grandes responsáveis pelo desenvolvimento regional, em síntese.

3. CONSTRUÇÃO DE VISUALIDADE: IMAGENS E ESCRITOS

As referências construídas cujas imagens foram publicadas com evidência nas fontes são destacadas a seguir, acompanhando categorias de agrupamento referenciadas nas próprias publicações, dada sua recorrência. Os referenciais progressos remetem a uma temporalidade anterior, idealizada, retomada nas narrativas como forma de estabelecimento de continuidade. Também, como demarcação simbólica de determinados eventos consagrados e memoráveis com os quais foi estabelecido paralelo em função da grandiosidade dos mesmos, como o período áureo da borracha, centralizado em Manaus e Belém, nas imagens publicadas. As imagens referenciadas nos monumentos por vezes são dispostas em diagramação que as articula a outras, anacrônicas, no fluxo da narrativa da modernidade regional em longa duração.



(1) Revista Amazônia é Brasil. Ed. Vitória Régia. Brasília, s/d.



(2) Série Desenvolvimento Brasileiro n.3. Telepress Serviços de Imprensa Ltda. São Paulo, 1972, p.28-29.

A respeito da imagem (1) além da nomeação das obras, a escrita que as acompanha na mesma página em rodapé, trata do fato de que “reservas florestais são imensas no Amazonas, e seu aproveitamento racional irá constituir grande riqueza, desde que se aproveite as madeiras, as sementes oleaginosas, a celulose, para industrialização”, como forma de articulação da imagem dos monumentos aos novos intentos governamentais. Manaus é caracterizada como “metrópole na selva”, uma demarcação frequente, da distinção entre o selvagem e o urbanizado. Na imagem (2), os escritos valorizam as instituições SUFRAMA e SUDAM, junto à imagem do Teatro Amazonas e de um panorama de Manaus, imagem remetida à urbanidade, em referência ao potencial regional de reerguimento econômico.



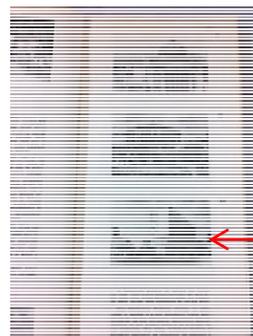
As imagens das obras icônicas de Arquitetura e Urbanismo mediaram com maior proximidade temporal, a visualidade construída para o discurso da modernização regional nas fontes. Várias dessas imagens veiculadas durante o regime militar evocaram referenciais do próprio campo da Arquitetura e Urbanismo. Destes, imagens recorrentes ou de edifícios icônicos destacáveis são as de Brasília (1960), imagem (3), do Hotel Amazonas (1951), imagem (4), (5) e Palácio Rodoviário (1960), em Manaus, a ICOMI em Serra do Navio (1950).



(3) Revista *Amazônia é Brasil*. Ed. Vitória Régia. Brasília, s/d.



(4) Série Desenvolvimento Brasileiro n.3. Telepress Serviços de Imprensa Ltda. São Paulo, 1972, p.30.



(5) Catálogo da exposição fotográfica da SUDAM. Assessoria de Programação e Coordenação - SUDAM. Belém, 1971.

Essas imagens deram visibilidade a objetos referenciais de Arquitetura e Urbanismo, e além destes, novos equipamentos urbanos também foram publicados, sincrônicos às fontes em pauta, como o Estádio Vivaldo Lima²⁵ (1970), imagem (6), a Camtel²⁶ em Manaus, o Clube de Regatas Jaó em Goiânia (1962), imagem (7), além de moradias construídas pela COHABAM, “quase todas as habitações do tipo social, levantadas no Amazonas, por essa entidade cuja presença está plenamente vitoriosa”, segundo a revista *Amazônia é Brasil*, na veiculação de imagens de habitações seriadas. Elas foram veiculadas junto à assertiva de que “o problema habitacional está se resolvendo no Amazonas, com inteligência e planificação”. Essas temáticas novas, do lazer e esporte, da moradia denominada social, dos equipamentos institucionais, da estrutura hoteleira, compuseram de fato aparato material novo em cidades amazônicas, como suporte a modos de vida urbanos conduzidos junto à materialidade de uma arquitetura de novas feições. No entanto as imagens publicadas foram associadas à vida urbana para a qual em parte serviria de suporte, mas também de modo mais amplificado, aos feitos governamentais.

²⁵ Sobre o Estádio, a revista expressa que se trata de uma visão “majestosa do futuro Estádio Vivaldo Lima, para desenvolvimento esportivo de Manaus, com capacidade para cerca de 50.000 espectadores”.

²⁶ A legenda desta imagem faz menção ao “adiantamento” e ao “dinamismo” que caracterizaram a instalação do “prédio da Companhia Amazonense de Telecomunicações a CAMTEL”.



(6) Revista Amazônia é Brasil. Ed. Vitória Régia. Brasília, s/d.



(7) Revista Amazônia é Brasil. Ed. Vitória Régia. Brasília, s/d.

4. CONCLUSÃO

As imagens presentes nas publicações em análise, justapostas, revigoradas ou mesmo dispostas anacronicamente, possivelmente, como forma de resgate discursivo ou fortalecimento do discurso desenvolvimentista proferido pelo Estado, foram manejadas na construção de significados de sua propagação. Na construção de uma visualidade particular, que até certo ponto perpassou as fontes analisadas, foram propagadas como síntese da modernização regional pretendida e empreendida pelos governos militares na região, apresentada em homogeneidade e nivelamento.

Cabe considerar este texto como introdutório à análise neste recorte, de como o Estado, atores e feitos, além de ter viabilizado as obras de Arquitetura e Urbanismo na Amazônia brasileira, as utilizou em imagens para viabilizar um discurso modernizador da região. Neste processo, caberia avaliar a participação dos profissionais no curso do desenvolvimento dos encargos governamentais, no deslocamento da prática à utilização de imagens de obras e projetos para fins propagandísticos, associados a formas escritas deslocadas dos propósitos projetuais, arquiteturais.

Fica em aberto alguns pontos mais apropriados à análise histórica, relativos à utilização das imagens de Arquitetura como síntese de uma atividade interventiva estatal controversa, que incluíam formas de difusão e de recepção das fontes, de sua feitura, circulação. Também, de formas de contato com outras publicações, possivelmente partidárias ao mesmo discurso, mas principalmente as reativas às práticas empreendidas pelo governo militar na região.

O fato é que nesta amostra de fontes, imagens de Arquitetura e Urbanismo foram utilizadas junto à concepção oficial de desenvolvimento, pautado em práticas de domínio do meio natural e de formas sociais, propagando significados nas publicações, de validação da atuação de governos militares na região amazônica. Neste conjunto, certa produção de AU



foi propagada junto a práticas de domínio do meio natural e de formas sociais, enunciando a magnitude da presença do Estado, desde uma concepção oficial de desenvolvimento.

5. REFERÊNCIAS

BECKER, Betha K. Amazônia Geopolítica na virada do III Milênio. Rio de Janeiro, Ed. Garamond, 2009.

_____. A urbe amazônida. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

ESPADA, Heloisa. Fotografia, arquitetura, arte e propaganda: a Brasília de Marcel Gautherot em revistas, feiras e exposições. Anais do Museu Paulista. São Paulo, N. Sér.v.22.n.1. p.81-105, jan-jun, 2014.

FRANKLIN, Cleber Batalha. Geopolítica dos Governos Militares para a Amazônia Brasileira. Olhares Amazônicos, Boa Vista, v.2, n.01, jan/ jul. de 2014, p.332-347. ISSN 2318-1095.

LARA, Fernando Luiz. A insustentável leveza da modernidade. In: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.057/500>, acessado em janeiro de 2017.

LIRA, Sérgio Roberto B. de. Morte e ressurreição da SUDAM. Uma análise da decadência e extinção do padrão de planejamento regional na Amazônia. Tese de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA. Belém: Universidade Federal do Pará, 2005.

MARQUES, Adriana Aparecida. Amazônia: pensamento e presença militar. Tese de Doutorado em Ciência Política. São Paulo: FFLCH – USP, 2007.

MEDEIROS, Rodrigo Augusto Lima de. Decodificando a internacionalização da Amazônia em narrativas e práticas institucionais: governos da natureza no Brasil e nos EUA. Tese de Doutorado em Estudos Comparados sobre as Américas, Ciências Sociais. Brasília: UNB, 2012.

MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História Visual. Balanço provisório, propostas cautelares. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.23, n.45, p.11-23, 2003.

KOHLHEPP, Gerd. "Conflitos de interesse no ordenamento territorial da Amazônia brasileira." Estudos Avançados 16 (45), 2002: 37-61.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Integrar para entregar. Políticas públicas e Amazônia. Campinas: Papirus, 1988.



RABELLO, Antônio Cláudio. "Amazônia: uma fronteira volátil." Estudos Avançados 27 (78), 2013: 213-235.

SERÁFICO, José, e Marcelo SERÁFICO. "A Zona Franca de Manaus e o capitalismo no Brasil." Estud. av. [online], 2005: 99-113 ISSN 0103-4014.

SOUZA, Márcio. "Amazônia e Modernidade." Estudos Avançados (16) 45, 2002: 3136.

—. Breve História da Amazônia. Rio de Janeiro: Agir, 2001.



GT 06 – A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa

“NÃO ESCRAVIZO NINGUÉM. DOU TRABALHO PRA QUEM ESTAVA DESEMPREGADO”. DA NEGAÇÃO À CONSTRUÇÃO DOS DISCURSOS E IMAGENS SOBRE O TRABALHO ANÁLOGO À ESCRAVIDÃO EM ÁREAS RURAIS NO ESTADO DO PARÁ

Juliete Miranda Alves (UEPA)¹

RESUMO

O trabalho análogo à escravidão segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), além do cerceamento a liberdade, inclui a noção de condições degradantes de trabalho, de jornada exaustiva, e ainda a de servidão por dívida. Apesar do esforço de setores organizados da sociedade no enfrentamento desta forma de escravidão contemporânea, a relação de empresas e empresários que integram a lista suja do trabalho escravo no Brasil, aponta para a persistência dessa prática, inclusive deixando de ser um problema social restrito aos espaços rurais e se estendendo às cidades. Apesar das evidências, a negação do trabalho escravo está presente em todos os discursos dos empregadores autuados por este crime. Em face do exposto, o objetivo principal deste artigo consiste em apresentar como os discursos e as imagens são construídas sobre o Trabalho análogo à escravidão em três grupos sociais: por fazendeiros e empresas autuados por trabalho escravo. Por trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e por juízes e advogados ligados aos Direitos Humanos no Estado do Pará. Como procedimento metodológico, analisei documentos, notícias em jornais e realizei várias entrevistas com atores sociais desse diferentes grupos, resultando em sentidos conflituosos sobre o tema, mas sobretudo procuro evidenciar à construção de imagens e conceitos por parte de fazendeiros relacionando o trabalho escravo como única e exclusivamente o ato de cercear a liberdade.

Palavras Chave: Discursos, Conflitos de interesses, Escravidão, Imagens.

INTRODUÇÃO

O tema da escravidão contemporânea tem ocupado espaços de pesquisa na academia. Iniciou-se nas Ciências Sociais, e aos poucos tornou-se um tema de estudo em outras áreas do conhecimento: Geografia, História, Serviço Social e especialmente o Direito. Nesta última área com vários grupos de pesquisa espalhados em diferentes Universidades brasileiras. Há sem dúvida uma produção significativa em dissertações de mestrado, teses de doutorado, livros e artigos científicos sobre o assunto. A persistência desse problema social tornou-se importante para a academia. A urgência

¹ Doutora em Ciências Sociais, Professora da Universidade Estadual do Pará. Pesquisadora do Núcleo de Ciências Sociais da Universidade de Coimbra. Email; juliete110@yahoo.com.br



ainda que tardia desse debate demonstra que a sociedade brasileira está longe de atingir patamares positivos de igualdade social.

Nos anos de 1960 a 1970, as denúncias da prática de trabalho escravo foram formuladas especialmente pelas organizações religiosas, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Esse período do regime militar foi marcado pela censura à determinada imprensa e qualquer outro órgão de comunicação, até o cerceamento das pesquisas e das atividades políticas nos espaços acadêmicos.

O tema e a denuncia de trabalho escravo foi e ainda é um campo também político marcado por diferentes discursos dos grupos envolvidos nesta questão, alguns defendendo a punição mais eficaz e outros, diminuindo o impacto do que seja trabalho escravo e negando a sua condição como violação dos Direitos humanos. Estes discursos constituem-se em um conhecimento construído, representativos de interesses que irá reger a forma como os indivíduos representam o mundo e conduzem suas ações. Contudo, é importante ressaltar que estas representações são construídas também por defesa de interesses para validar e legitimar muitas ações.

As representações sociais são, portanto, importantes como reconhecimento de espaços de poder, de conflitos e de interesses. E são estas representações que constroem os discursos e as imagens sobre o trabalho escravo. Este artigo se insere nessa perspectiva, primeiramente em compreender as imagens e os discursos de diferentes grupos sociais sobre o que seja o trabalho escravo contemporâneo, a partir de dois conceitos: a Justiça e trabalho. As análises empreendidas no decorrer do artigo, não estão separadas das relações de poder nas quais muitos discursos estão envolvidos.

Em face do exposto, o objetivo principal deste artigo consiste em apresentar como os discursos e as imagens são construídas sobre o Trabalho análogo a escravidão em três grupos sociais: primeiramente fazendeiros e empresas autuados por trabalho escravo. No segundo grupo, trabalhadores encontrados em situação análoga à escravidão e membros da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e no terceiro grupo juízes e advogados ligados aos Direitos Humanos no Estado do Pará. Como procedimento metodológico, analisei documentos, notícias em jornais e veiculadas nas redes sociais e Televisão. Realizei várias entrevistas com atores sociais desse diferentes grupos: 5 entrevistas não gravadas, com 5 fazendeiros, 3 entrevistas gravadas com membros da CPT e 3 com trabalhadores resgatados, entrevistei 3 advogados e dois procuradores da Justiça. Grande parte das análises nesse artigo são resultados principalmente dessas entrevistas. Ressaltam-se no artigo suas



representações e os sentidos dados a escravidão contemporânea na Amazônia. Procuo evidenciar à construção de imagens e conceitos por parte de fazendeiros relacionando o trabalho escravo como única e exclusivamente o ato de cercear a liberdade.

As entrevistas foram realizadas no período de dezembro de 2016 a julho de 2017. Quando citado o trabalhador resgatado refiro-me ao trabalhador encontrado em situação análoga a de escravo incurso em uma ou mais hipóteses do artigo 149 do Código Penal brasileiro. Resumindo, são elas: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante.

A justificativa para desenvolver esta pesquisa no Estado do Pará reside principalmente nos dados relativos ao trabalho análogo à escravidão no Brasil, destacando este Estado com indicadores perversos nessa atividade ilegal, ocorrendo com maior incidência em áreas rurais, principalmente a escravidão por dívida.

No Pará, segundo os dados fornecidos pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), de 2008 a 2013 foram 480 estabelecimentos (considerando pessoa física e jurídica) autuados por trabalho escravo, sendo 468 em áreas rurais nas seguintes atividades laborais: carvoarias, fazendas, Empresa agropecuária e de mineração. Nos dados fornecidos pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) nos mesmos anos, os imóveis denunciados foram 397, nas mesmas atividades registradas pelo MDE. Estes números mostram que o trabalho análogo à escravidão no Pará, se concentra nos espaços rurais.

O artigo está assim organizado: na primeira seção destaco algumas questões relativas ao trabalho escravo no Brasil. Na segunda seção o seu desdobramento na Amazônia, situando o Estado do Pará. Na terceira seção, destaco os discursos dos grupos de fazendeiros, juristas e trabalhadores resgatados incluindo neste ultimo a Comissão Pastoral da Terra. E na terceira seção as imagens e os discursos como representações das relações de poder

1º Seção: O TRABALHO ESCRAVO NO BRASIL. ALGUMAS QUESTÕES

O atual conceito de trabalho escravo distingue-se daquele praticado na antiguidade ou no período colonial brasileiro. No período colonial a escravidão era um sistema baseado na propriedade, ou seja, era um direito de domínio de um homem sobre outro. No Brasil, a utilização da mão de obra escrava se deu com a vinda dos portugueses, e perdurou por quase quatrocentos anos, período que compreendeu



entre 1500 até 1888, ano da assinatura da lei áurea. Em razão deste histórico, nos documentos internacionais não se utiliza o termo “trabalho escravo”, mas sim “trabalho forçado, formas contemporâneas ou análogas à escravidão” (CASTILHO, 1999). Contudo, em várias teses, trabalhos acadêmicos em geral e mesmo documentos da CPT e MTE, o nome trabalho escravo tem sido consagrado nestas literaturas pela prática das atividades exercidas, principalmente (mas não exclusivamente) pelo cerceamento da liberdade e ameaças impostas em algumas situações encontradas quando trabalhadores foram resgatados pelas autoridades competentes.

A exploração do trabalho humano por meio da servidão por dívida se caracteriza como a forma em que o trabalhador fica obrigado, perante o empregador, a saldar o débito contraído em virtude da própria prestação do trabalho. Nessa prática, opera-se a coisificação do trabalhador envolvido, na medida em que ele se torna instrumento de trabalho, sem contraprestação pelo emprego da sua força produtiva,

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O trabalho forçado ou compulsório é todo tipo de trabalho ou serviço exigido de uma pessoa sob a ameaça de pena e para o qual não se tenha oferecido espontaneamente. Ocorre quando o trabalho é imposto pelo Estado, ou por empreendimentos privados, ou por indivíduos que têm o poder de controlar os trabalhadores através de privações severas, como a violência física ou o abuso sexual, restringindo a liberdade das pessoas, detendo seus salários ou seus documentos, obrigando-os a ficar no trabalho ou retendo-os por meio de uma dívida fraudulenta da qual eles não podem escapar. O trabalho forçado é um crime e uma violação dos direitos humanos fundamentais.

O trabalho forçado ou análogo à escravidão se apresenta com variadas formas de exploração: a escravidão para trabalhos domésticos; a prostituição forçada, sobretudo, no caso de mulheres e meninas; o tráfico de pessoas definido pelo recrutamento, guarda, compra e transporte de pessoas através do uso da força, fraude ou coação, com o objetivo de sujeitá-las a atos não voluntários, tais como os relacionados à exploração sexual comercial (incluindo prostituição) e o uso de mão de obra para o trabalho baseado na servidão por dívida.

O Brasil, apesar de ter sido, em 1995, uma das primeiras nações do mundo a reconhecer oficialmente a ocorrência do problema da escravidão em seu território, assumindo este fato perante a Organização Internacional do Trabalho (OIT), ainda possui um grande contingente de trabalhadores escravizados. Segundo dados do projeto “escravos nem pensar”, de 1995 até 2014, mais de 47 mil trabalhadores foram libertados de situações análogas à escravidão.

Importantes medidas institucionais têm sido efetivadas desde então, como a



criação da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (CONATRAE)², o Grupo Especial Móvel de Fiscalização do MTE³, e as denominadas “listas sujas”⁴ que visam divulgar os nomes das empresas autuadas por trabalho escravo em alguma fase de sua cadeia produtiva.

Do ponto de vista jurídico o tema da escravidão esbarra em duas dimensões: a trabalhista e a penal. No Brasil significativos avanços se deram a partir da promulgação da Lei nº 10803, de 11 de dezembro de 2003, alterando o artigo 149 do Código Penal. Na redação anterior constava: “Art. 149. Reduzir alguém à condição análoga à de escravo. Pena – reclusão, de 2 (dois) a 8 (oito) anos”. Com a alteração, o artigo passou a dispor da seguinte forma:

Artigo 149. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Dessa forma quando citamos o trabalhador resgatado referimo-nos ao trabalhador encontrado em situação análoga a de escravo incurso em uma ou mais hipóteses do artigo 149 do Código Penal brasileiro, acima citado. Resumindo, são elas: trabalho forçado, servidão por dívida, jornada exaustiva e/ou trabalho degradante.

Em se tratando de trabalho escravo, a dimensão trabalhista trata-se do pagamento de indenização, das verbas salariais devidas ao empregado e decorrente do rompimento do contrato de trabalho por causa dada pelo empregador e compreende saldo de salários, de férias, décimo terceiro (gratificação natalina), entre outros.

O Brasil no cenário internacional é uma referência no combate ao Trabalho escravo, principalmente pelas medidas jurídicas tomadas, ressalta-se como referencia a “lista suja”. Apesar desses esforços, calcula-se que de 1995 a 2015, 49.816 pessoas foram libertadas da escravidão no país. O maior número de libertos encontra-se no

² Criada em 2003 e vinculada à Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República

³ Criado em 1995.

⁴ Criada em 2003 pelo Governo Federal. Recentemente ela foi liberada para acesso. Contudo ficou suspensa até dezembro de 2016, por conta de uma decisão liminar de 23 de dezembro de 2014, pelo Ministro Ricardo Lewandowski, no bojo da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5209, em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF)



Pará com 12.790 resgatados (REPORTERBRASIL.- DADOS/TRABALHO ESCRAVO, 2016)

O trabalho escravo não está associado somente às áreas rurais, apesar da sua preponderância (nos cinco últimos anos, esta mudança se verificou em áreas urbanas) ele tem sido cada vez mais flagrado nas grandes cidades. Em 2013, segundo dados da CPT, o número de libertações no meio urbano foi maior que o do meio rural pela primeira vez na história, contabilizando 2.208 trabalhadores libertados, 56% nas cidades (1.228). Em 2012, os números indicavam que menos de um terço (30%) dos resgatados estavam na área urbana. Uma das explicações para esta mudança é o número crescente de grandes obras de construção civil e hidrelétricas pelo país. A construção civil encabeça o ranking de setores com mais libertações no ano de 2013 (914) (41% do total). (CPT, 2014).

Na prática do trabalho escravo em geral, as atividades econômicas ligadas ao campo predominaram, sobre as atividades urbanas.

O Atlas do trabalho escravo (2009) no Brasil caracteriza os trabalhadores escravizados predominantemente em áreas rurais como sendo do sexo masculino, analfabeto funcional, migrante maranhense, do norte de Tocantins ou oeste do Piauí. A CPT, desde 1995 até 2013, concluiu que quase dois terços dos 28.702 trabalhadores libertados tinham entre 18 e 34 anos (63,6%), 73,7% eram analfabetos (35,3%) ou haviam estudado até o 5º ano incompleto (38,4%) e 95,3% eram homens (CPT, 2014).

O trabalho escravo ocorre, sobretudo, nas seguintes atividades econômicas: desmatamento para pecuária, em companhias siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, madeireiras, usinas de álcool e açúcar, destilarias, empresas de colonização, garimpos, fazendas, empresas de reflorestamento/celulose, agropecuárias, empresas relacionadas à produção de estanho, empresas da área de citricultura, olarias, cultura de café, produtoras de sementes de capim e seringais.

2º Seção: O RESURGIMENTO DA ESCRAVIDÃO POR DÍVIDA NA AMAZÔNIA

Para Martins (1997) o trabalho escravo ressurgiu após a expansão da fronteira agropecuária para a Amazônia, nas aberturas de fazendas e na expulsão de posseiros⁵ durante a década de 1970 (MARTINS, 1997). Para este autor, a escravidão

⁵O termo posseiro foi muito utilizado pela literatura sociológica nas décadas de 1970 e 1980 para tratar de trabalhadores rurais migrantes que buscavam terras para seu sustento. Uma boa definição pode ser encontrado no conceito de "Terra de trabalho e terra de negócio" de GARCIA (1987) e MARTINS (1997).



contemporânea permite ao grande proprietário acumular mais, usando o ser humano como mercadoria de troca. Nesta situação as relações de trabalho permitem a acumulação primitiva de capital por parte de fazendeiros ou empresas no momento principalmente do desmatamento, da abertura de fazendas ou da implantação de carvoarias.

Os mecanismos dessas formas degradantes de trabalho, não podem ser compreendidas isoladas do contexto de municípios (principalmente na Amazônia) que apresentam fragilidades nas instituições locais e nas atividades produtivas, há outros mecanismos a considerar na persistência desta forma degradante de trabalho. Referimo-nos a dificuldade de denúncias e resolução deste grave problema, pois de uma forma perversa a escravidão reforça ou representa a sobrevivência de pequenas pensões, pousadas, comércio, que vivem e dependem financeiramente dos trabalhadores aliciados pelos “gatos”⁶. Estes intermediários pagam muitas vezes adiantados reforçando um ciclo de dependência dos pequenos comércios e pensões e dificultando a denúncia. A suposta “dívida” contraída pelo trabalhador não começa na fazenda, ela inicia quando o trabalhador aceita trabalhar para um fazendeiro e ou empresa que muitas vezes sequer ele sabe o nome, a relação é direta com quem o arregimenta, o gato. O mecanismo de endividamento se estende mais ainda quando este trabalhador vai para o lugar do trabalho e compra bens necessários à sua sobrevivência: material de higiene pessoal, biscoito, pilhas, equipamentos de trabalho, etc. Vendidas a um preço exorbitante em cantinas que deveriam fornecer gratuitamente estes produtos, endividando-os, prendendo-os ao trabalho por dívidas ilegais e intermináveis, já que impedidos de sair enquanto não quitados seus “débitos” com os aliciadores. Estes trabalhadores ainda têm de pagar por tudo aquilo que deveria ter sido fornecido gratuitamente pelo empregador, como os equipamentos de proteção individual (máscara, botas, chapéu, capacete etc) ou ferramentas essenciais ao desempenho do trabalho (foice, esmeril etc.).

O trabalhador não pode se afastar enquanto não acaba o serviço, ou termine de pagar a dívida. Em muitos casos, quando acaba o serviço e ele não “quitou” a dívida ele é “repassado” como instrumento de troca para outro fazendeiro, como forma de pagamento pela dívida contraída no trabalho anterior.

⁶ O “gato” e o empreiteiro que está encarregado de arregimentar os trabalhadores e os desloca para os locais de serviço. Neste caso o gato faz ao trabalhador uma proposta de emprego, com a promessa de ganhar um bom dinheiro e se propõe a pagar as suas diárias no hotel e ainda lhe oferece um adiantamento.



Essa relação de trabalho assimétrica baseadas na dependência a um patrão encontra-se na história da Amazônia, no sistema de “aviamento”⁷, condenada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e constando na Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948.

A escravidão por dívida e outras formas de trabalho forçado e sua persistência, deve ser também analisada, principalmente na Amazônia, neste quadro de dependência dos pequenos lugarejos, há um “silêncio” dos envolvidos direta e indiretamente que impede a denúncia destas formas degradantes de relações de trabalho. Outra questão precisa ser mais bem analisada, o fato de que alguns trabalhadores quando são libertados, voltam novamente a ser escravizados em uma nova tarefa. A reincidência é comum revelando que o trabalhador não tem alternativa.

A escravidão contemporânea não são formas de trabalho, ou resquícios de formas primitivas de produção, concordo com Martins (1997), que reconhece na escravidão contemporânea um componente do próprio capitalismo, referindo-se especificamente ao Brasil, para quem “o capitalismo não é só compatível com o trabalho não livre, como, em certas situações, prefere-o a uma força de trabalho livre” (MARTINS, 1997).

Nesse sentido, a escravidão deve ser compreendida nesse contexto de desenvolvimento desigual. E a impunidade pelo aliciamento e pela prática do trabalho escravo incentivam a reincidência e a extensão do crime, como também a ausência de políticas ousadas de geração de emprego e renda. Em algumas entrevistas realizadas, um trabalhador resgatado, relatou, que “estava no trecho há muito tempo. Se não encontrar trabalho, volto pra essa vida, não tenho saída” (TRABALHADOR RESGATADO, 2017).

Problematizando ainda mais esta temática, a relação entre trabalho escravo e desmatamento, nos conduz a compreendê-lo sob a luz das questões ambientais. No Projeto Infoamazônia (Reporter Brasil, 2014) a partir de um levantamento de todos os resgatados de trabalho escravo cadastrados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, entre 2003 a 2013. A conclusão apresentada permite relacionar a alta incidência de flagrantes nas áreas em que mais houve desmatamento na Amazônia e reforça a

⁷O aviamento na Amazônia é um sistema de adiantamento de mercadorias a crédito. Começou a ser usado na região na época colonial, mas foi no ciclo da borracha que se consolidou como sistema de comercialização e se constituiu como uma relação econômica da sociedade amazônica. No sistema de aviamento o comerciante ou aviador adianta bens de consumo e alguns instrumentos de trabalho ao produtor, e este restitui a dívida contraída com produtos extrativos e agrícolas. É, pois, uma forma de crédito, e gerador de uma extrema dependência entre patrões e empregados.



relação entre avanço da fronteira agrícola, degradação social e devastação do meio ambiente.

Os levantamentos realizados na pesquisa em documentos jurídicos públicos e veiculados ao trabalho escravo, alguns fazendeiros autuados, justificam que suas atividades não são escravistas, nem devastam o meio ambiente, antes “são movidas pela garantia de trabalho, por fornecer e colaborar com o Estado dando emprego”. Em uma das entrevistas que realizei, um fazendeiro relatou “que fazia mais que o Estado, que não garante emprego e ainda desemprega. Justiça é dar emprego, e não se preocupar só com o meio ambiente” (FAZENDEIRO, 2016). E mais adiante afirma “que os Direitos humanos deviam prender os governantes que não oferecem condições e nem políticas de emprego, isso os juízes não enfrentam” Nesta última afirmação se referindo às ações trabalhistas e as indenizações que teve de pagar.

As representações sobre trabalho e as concepções de justiça explicitadas nas entrevistas relatadas na seção 3, são demonstrações que “dar” ou “oferecer” emprego é uma dádiva, e deve ter seu reconhecimento pelo Estado e não sua punição. Um discurso emblemático está registrado na fala do Deputado Severino Cavalcanti (Partido Progressista-PE) “Ora, Senhoras e Senhores Deputados. Vamos parar de hipocrisia, de fingir que somos a França, os Estados Unidos ou a Alemanha e que podemos copiar as suas avançadas legislações trabalhistas”. Este é um trecho do discurso em 02 de março de 2004, quando foi eleito presidente da Câmara dos Deputados. Este mesmo Deputado defendeu os proprietários rurais e uma suposta cultura do campo, que não exigiria a garantia dos direitos trabalhistas devido à realidade da região, diferente das cidades, e atacou o combate ao trabalho escravo realizado no Brasil.

Em Minas, como na Amazônia, no Nordeste, outras regiões ou Estados brasileiros, milhares de bóias-frias são deslocados para as fazendas conforme o trabalho que surge. Fica difícil para o produtor ou fazendeiro, muitas vezes com estrutura precária, registrar esse trabalhador pelo espaço de um ou dois dias, ou curtos períodos de tempo. (SEVERINO CAVALCANTI, 2004)

3° Seção: OS DISCURSOS NO TRABALHO ANALOGO À ESCRAVIDÃO

Nesta seção procuro mostrar os discursos representados a partir dos conceitos do que seja justiça e trabalho para os grupos entrevistados.

Os conceitos de representação foi desenvolvido inicialmente por Moscovici (1978) e são concebidas por este autor como fenômenos psicossociológicos, podendo ser explicadas com base em implicações não só psicológicas como também sociais e ideológicas, o que as integra ao contexto das determinações históricas e culturais.



Assim, cada indivíduo constrói e utiliza uma representação social de um objeto possivelmente relacionada com o grupo social ao qual ele pertence. As representações sociais não se restringem à racionalidade, e envolve questões relacionadas aos sentidos, e não devem ser separadas de cada sociedade ou grupo social de pertença.

Para Bourdieu (2004), essas representações sociais são também fortemente influenciadas pelas posições sociais que ocupamos nas hierarquias existentes nos campos e entre as classes sociais. Para este autor, elaboramos as nossas representações para que estejam de acordo com os interesses consciente ou inconscientemente vinculados à posição que ocupamos “as representações dos agentes variam segundo sua posição (e os interesses associados a ela) e segundo o seu *habitus* como sistema de esquemas de percepção e apreciação, como estruturas cognitivas e avaliatórias que eles adquirem através da experiência durável de uma posição no mundo social”. (p.158)

Tanto para Moscovici quanto Bourdieu o valor da dimensão simbólica não se separa das representações, são fundantes na construção da realidade social.

Nas entrevistas realizadas, aparecem dois conceitos importantes nos discursos desses grupos: **justiça e Trabalho**. Estas representações nos grupos de fazendeiros, Juízes, procuradores, advogados e dos trabalhadores resgatados, são polissêmicas e plurais. Vejamos algumas narrativas.

3.1- Juizes, procuradores e advogados,

É inadmissível no século 21, a presença do trabalho escravo. É indecoroso para a Justiça. Como Procurador considero importante a mobilização dos juízes e numa ação conjunta. A lei chegou tarde na sua punição. A justiça só pode ser feita com a punição e conscientização de todos. Não é possível pensar uma sociedade desenvolvida com escravidão (PROCURADOR, 2017).

A justiça, na exposição acima é representada pela lei e organizada com a mobilização. A mobilização é a conscientização a que se refere é a dos juristas principalmente. O ideal de justiça se revela na aplicação das leis.

Em outra entrevista, novamente o ideal de justiça, a eficácia das leis, mas sem deixar de mensurar a ideia de desenvolvimento beneficiada pelas empresas e empresários.

Como juiz do trabalho, preciso aplicar a lei, não importa a faixa de renda. A lei deve ser imparcial, e se aplicada teremos justiça. Como ser humano considero abominável o trabalho escravo. Empresa e empresários, autuados deveriam ser mais responsáveis. Contudo



não se deve colocar todos os empresários no mesmo patamar. Muitos cumprem a lei e colaboram com o desenvolvimento deste País. Pra mim é essencial a aplicação das leis e não levar os conflitos adiante. Precisamos de pessoas responsáveis na aplicação da justiça (JUIZ, 2017).

Nessas entrevistas o «mundo dos tribunais», representa o ideal de justiça. Realizada na eficácia da lei e na sua aplicação. O conflito é visto pela sua negatividade, e não como componente importante para compreender as causas, ou origens do problema. Não cabe a justiça resolver os interesses distintos no trabalho escravo, mas aplicar as leis.

3.2- Fazendeiros

Entre os fazendeiros as entrevistas revelam que a ideia de trabalho é fortemente oferecida como um valor que agrega e inclusive justifica o trabalho pesado e as péssimas condições oferecidas. Afinal, “O trabalho é pesado na roça, ninguém contratou para descansar. Foram avisados, que era no mato, que tinha mosquito. Ninguém foi forçado!” (FAZENDEIRO, 2017)

Na narrativa abaixo, o trabalho aparece como uma dádiva que deve ser agradecido. Mas segundo o relato “a justiça só vê a lei”.

Fui autuado por trabalho escravo, e paguei uma multa muito caro. Ninguém viu que dei emprego, que fiz o que o Estado não faz. Pra mim justiça e dar trabalho. Os trabalhadores na minha fazenda tinham mais do que na casa deles. Minha mãe me ensinou que dívida é para ser paga. Nunca maltratei ninguém, Nunca impedi ninguém de sair. A justiça e os direitos humanos não me perguntaram quantos eu empreguei. Isso não conta nesse país. Tem muito direito pro trabalhador e nós? Que fazemos o progresso desse país? (FAZENDEIRO, 2016).

Quem disse que trabalhar é doce. Pra chegar aonde cheguei, trabalhei muito, dormi no chão. Vendi o almoço pra jantar.. Fiquei muitas vezes sem comer. É assim mesmo! Não somos reconhecidos. Quem manda nesses país são os direitos humanos. Se não der filé no almoço para os trabalhadores, somos ruins, Se não tiver banheiros, somos escravistas. Onde tem um trabalho assim? Eu não conheço (FAZENDEIRO, 2016).

Nessas entrevistas, o trabalho está relacionado a dádiva e reconhecimento. Dádiva, que se inicia com a oferta do trabalho, e o reconhecimento daquele que ofereceu o emprego. A dádiva neste caso não se revela como o dar e receber, ela é desigual e hierárquico. Toda dívida contraída, funciona com um vínculo de



dependência muito forte e persistente, e constantemente é cobrada. “Eu paguei tudo, é justo que me paguem” (FAZENDEIRO, 2017)'

A penosidade não representa um comportamento trabalhista ilegal, mas uma dívida, não importando como será pago. A justiça, não é aplicação da lei, mas reconhecida na visão do empregador, por este ter dado a oportunidade do trabalho e emprego. As dimensões dos direitos trabalhistas são vistas como exagero dos direitos humanos.

Os discursos dos fazendeiros recolocam a imagem de que os escravos são “eles por terem de pagar tantos direitos trabalhistas”. “São escravos das leis”. Silenciam quando perguntados, sobre os trabalhadores resgatados e as péssimas condições de trabalho ofertadas. Alegam a liberdade de escolha e que todos são sabedores do contrato de trabalho. Retomam várias vezes a escravidão no Brasil, justificando que “escravo é aquele que tem sua liberdade cerceada” e portanto os trabalhadores que foram encontrados em suas propriedades “não são escravos, tem liberdade de ir e vir”.

3.3 Trabalhadores resgatados e Comissão Pastoral da terra

Entre os trabalhadores resgatados as entrevistas revelam uma dívida moral e da obrigação de “pagar”. “Não me importo de trabalhar, se devo, eu pago. Sei que não tinha boas condições na fazenda, mas eu trabalhei, Não importa se não tinha boa comida, mas não reconhecer o meu trabalho é injustiça (TRABALHADOR RESGATADO, 2017)”. A outra narrativa revela que mesmo com as condições degradantes retornariam.

Fui tratado como bicho, só queria trabalhar, levar para casa a boia sagrada. Sei que não tem paraíso, não me importo em trabalhar muito. Mal sei ler, escrevo meu nome, é só. Como posso ter um bom trabalho? Mas sou da lida, faço tudo. Fazia tudo, e minha carteira (de trabalho) não tava assinada. Tinha medo de perguntar. Um dia o nosso fiscal disse que carteira de trabalho só vale quando pagamos o trabalho. Perdi o tempo, não sabia mais quanto tempo tava lá. Mas só tenho esse tipo de trabalho, se for preciso volto. Um dia pego um patrão que seja justo e me pague o meu trabalho (TRABALHADOR RESGATADO, 2017).

Os trabalhadores resgatados não sabem ler, e muitas vezes são contratados por um tempo curto. E quando a dívida se realiza na cobrança de foice, facão, alimentos, cigarro, biscoito, cachaça, vendida por um preço exorbitante. Os próprios trabalhadores fazem



questão de pagar, essa é a dívida moral (MEMBRO DA CPT, 2017)

Entre os entrevistados desse grupo, o trabalho é visto como penoso. E mesmo na condição de resgatados do trabalho escravo, grande parte dos entrevistados retornaria, pois não veem alternativas. A ideia de Justiça é para estes, o reconhecimento do esforço do trabalho, da lida. Justiça é o empenho, não somente a aplicação das leis. A dívida moral se estabelece pela obrigação do contrato verbal por mais que a carteira de trabalho não esteja assinada. Este contrato ilusório é controlador e regulatório

4º Seção: SEÇÃO SOBRE DISCURSOS, IMAGENS E RELAÇÕES DE PODER

Na confluência dos discursos produzidos em diferentes esferas, podemos compreender a representação que coloca em funcionamento sentidos dessa prática trabalhista, esta filiada a diferentes posições ideológicas. O embate ideológico sobre o que se possa considerar como trabalho escravo passa a ser objeto de disputa, mais intensamente, nos discursos: i) das organizações que se posicionam em defesa dos trabalhadores; ii) de proprietários autuados por trabalho análogo a escravidão e iii) do judiciário enquanto instituição mediadora do conflito instaurado entre trabalhadores ou movimentos sociais e fazendeiros

Embora os discursos elaborados em cada uma das narrativas (reflito também sobre outras, que por motivo de restrição do artigo não as coloquei) aqui recortadas se definam por identidades ideológicas que sustentam e conduzem os discursos produzidos por esses grupos, é possível dizer que os três discursos se fundam no valor social do trabalho.

Entre os fazendeiros esta representação se baseia na ordem econômica e na propriedade, não importando as condições de trabalho oferecidas. Assim o trabalho degradante, como a falta de lugar próprio para o trabalhador defecar, falta de água potável para consumo, falta de água para higienização do trabalhador, alojamento em péssimas condições com acesso de animais e insetos, problemas com esgotamento de dejetos, falta de equipamento de proteção para trabalhar com produtos nocivos, trabalho obrigatório em altas temperaturas e até mesmo na chuva, não concessão de períodos de descanso, dentre outros, não representam trabalho escravo, mas uma “cultura” na qual estes trabalhadores “estão acostumados”, em suas vidas de pobreza. A imagem que representa esta ação não é o trabalho degradante, mas o trabalho como oportunidade, não importam as condições ofertadas. O discurso valoriza a



oferta, mas do que a garantia em lei de que ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.

No campo jurídico, o trabalho deve ser garantido no instrumento legal: aplicação das leis, multas e punição dos culpados, é mais um retrocesso nas leis no combate ao trabalho escravo. Os entrevistados também fazem parte de um campo mais atuante do judiciário. Neste caso e em vários outros, ressalta-se a impunidade do campo jurídico.

Nos movimentos mais organizados da sociedade representados pela CPT, a erradicação do trabalho escravo “está longe”. Mas se deve lutar pelo comprometimento das instituições jurídicas e por relações de trabalho justas. A denúncia é um instrumento importante para esta entidade e a conscientização da sociedade é a representação de justiça. Porém para a CPT o enfrentamento do conflito é importante para a conscientização das causas. Estas causas estão no agronegócio, na timidez do engajamento governamental.

Entre os trabalhadores resgatados o valor social do trabalho reside no reconhecimento do esforço do seu trabalho. A justiça é a garantia dos direitos conquistados. Mesmo nas condições precárias de trabalho oferecidas, esses trabalhadores questionam o porquê trabalharam tanto e nada conseguiram.

As reflexões deste artigo me remetem a uma questão discutida por Jessé Souza (2017), em que para este autor a escravidão é o que nos marca como sociedade até hoje. A interpretação de nossa herança de corrupção é uma leitura liberal e conservadora, pois oferece fragmentos da realidade social, não sua totalidade. Para Jessé Souza, o fio condutor para compreender o Brasil e seu desenvolvimento desigual está nas marcas deixadas pela escravidão. Desde o Brasil colônia a instituição que influenciava todas as outras era a escravidão e essa marca da superexploração, do desprezo pelo outro pode ser ainda vista nos discursos dos fazendeiros. A elite econômica é uma continuidade da elite escravista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, os discursos refletem um dado importante na compreensão do trabalho análogo à escravidão, que mesmo reforçando as leis, o combate ao trabalho escravo é uma disputa de poder e pelo poder. A definição legal do que é escravidão contemporânea está detalhada no artigo 149 do Código Penal, que foi atualizado por meio da Lei 10.803/2003, fruto de um processo coletivo do qual participaram pessoas de diferentes áreas preocupadas com o combate a essa grave violação de direitos humanos. A lei compreende também que jornadas exaustivas e condições



degradantes envolvem uma profunda humilhação que pode levar até à morte, portanto devem ser punidas como trabalho análogo à escravidão.

E neste ponto principalmente que há uma discussão não meramente conceitual, mas ideológica. A bancada ruralista com uma bancada expressiva no Congresso Nacional defende que o conceito seja revisto, para eles há escravidão apenas nos casos em que a submissão se dá com base em violência física direta e ameaça. Portanto para esse grupo a “jornada exaustiva” por si só não caracteriza trabalho forçado. Este debate urgente, reaparece em momentos de crise do Estado, em reconfigurações e demarcações de força.

Ao refletir sobre o trabalho escravo, não podemos deixar de lado uma análise do Estado liberal que assumiu o monopólio da criação e da adjudicação do direito, e que segundo Boaventura Santos (2003), este ficou, assim, reduzido ao direito estatal. Para este autor esta tensão pautou-se entre a regulação social e a emancipação social e definindo-se mais pela da regulação jurídica. Nos termos da emancipação social só seriam permitidos os objetivos e práticas emancipatórios sancionados pelo Estado e, por conseguinte, conformes aos interesses dos grupos sociais que lhes estivessem, por assim dizer, por trás.

BIBLIOGRAFIA

- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- CPT – COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Caderno Conflitos no Campo – Brasil**. Todos os números entre 1986 e 2007. Goiânia/São Paulo: CPT-Loyola, 1986-2007. CPT/Loyola, 1999.
- ESTERCI, Neide. **Escravos da Desigualdade: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje**. Rio de Janeiro: CEDI/ Koinonia, 1994.
- _____. **A dívida que escraviza**. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: CPT/Loyola, 1999. p. 101-125.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: a escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Erradicação do trabalho forçado**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/prgatv/in_focus/trab_esc.php. Acesso em: 0 de agosto de 2014.
- HERVÉ, Théry, MELLO, Neli Aparecida, HATO, Júlio, GIRARDI, Eduardo Paulon **Atlas do Trabalho Escravo No Brasil**. São Paulo: Amigos da Terra, 2009.
- MARTINS, José de Souza. **A escravidão nos dias de hoje e as ciladas da interpretação: (reflexões sobre riscos da intervenção subinformada)**. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo: CPT/ Loyola, 1999.
- SOUZA, Jessé. **A elite do atraso- Da escravidão à lava jato**. São Paulo: Editora Leya, 2017



MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Cadastro de empresas e pessoas autuadas por exploração do trabalho escravo.** Anos 2000 a 2014.
SANTOS. Boaventura de Sousa. **Poderá o direito ser emancipatório.** Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 65, Maio 2003: 3-76.



GT 06 - A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa.

REVITALIZAÇÃO OU INTERVENÇÃO? INTER-RELAÇÕES DE COMUNICAÇÃO, ARTE E IDENTIDADE NO PROJETO STREET RIVER NA ILHA DO COMBU, EM BELÉM (PA)

Will Montenegro Teixeira (Universidade da Amazônia - Unama)¹
willmontenegro@hotmail.com

Neusa Gonzaga de Santana Pressler - *In memoriam* (Universidade da Amazônia - Unama)²
neusapressler@hotmail.com

RESUMO

O artigo discute a inter-relação entre a comunicação, a arte e a construção de identidade com base no projeto de arte urbana Street River, no furo da Paciência, na ilha do Combu, em Belém (PA). A base teórica de investigação é os estudos sobre Amazônia, populações tradicionais, comunicação, arte urbana e identidade a partir da problematização de revitalização e intervenção na modernidade. A análise aborda os grafites de arte urbana realizados por artistas nacionais e internacionais na terceira edição do projeto Street River em maio de 2017. O pressuposto é que a interação é o elemento motor para a construção identitária do ribeirinho, no qual a inter-relação de revitalizar e intervir é vital para a construção identitária de povos tradicionais que estabelecem constantes trocas entre rural e o urbano e vice-versa de Belém.

Palavras-chave: Street River, Comunicação, Arte Urbana, Combu, Ribeirinho.

1. NAVEGAÇÕES PRELIMINARES PELOS POVOS DA AMAZÔNIA

¹ Doutorando em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Mestre em Ciências Sociais - área de concentração em Sociologia - pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Especialista em Artes Visuais: Cultura e Criação pelo Senac (Senac/RJ). Pós-graduado em Gestão Responsável para a Sustentabilidade pela Fundação Dom Cabral (FDC/MG). Bacharel em Comunicação Social - habilitação em Jornalismo pela Universidade da Amazônia (Unama). Docente da Fapen, Fapan e Feapa. Pesquisador do grupo de pesquisa História da Mídia na Amazônia (certificado pelo Diretório de Grupos do CNPq) da UFPA. Integrante do grupo de pesquisa Agências Digitais na Amazônia Real: a inovação das práticas de comunicação na publicidade paraense (certificado pelo Diretório de Grupos do CNPq) da Unama.

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU/Naea) da UFPA. Mestre em Planejamento do Desenvolvimento do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PDTU/Naea) da UFPA. Especialista em Planejamento de Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM - São Paulo); e em Desenvolvimento de Áreas Amazônicas e em Gestão Pública pelo Núcleo de Altos Estudos da Amazônia da UFPA. Professora titular do Curso de Comunicação Social e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Linguagens e Cultura (PPGCLC) da Unama. Coordenadora do grupo de pesquisa Agências Digitais na Amazônia Real: a inovação das práticas de comunicação na publicidade paraense (certificado pelo Diretório de Grupos do CNPq) da Unama.



Imagem 1 – Fachada em grafite em moradia ribeirinha no furo da Paciência, ilha do Combu, em Belém (PA)



Fonte: TEIXEIRA, 2017.

A Imagem 1 retrata uma moradia localizada no furo da Paciência, residência comum às margens da ilha do Combu, parte insular de Belém, capital do estado do Pará, região Norte do Brasil. Seus moradores são, historicamente, chamados de ribeirinhos pelo fato da relação social, política, econômica, cultural e ambiental estabelecida com a parte continental da cidade.

A fachada da moradia, normalmente construída em madeira, recebeu um colorido. As casas integram o projeto Street River Amazônia, iniciativa do artista visual e grafiteiro Sebastião Tapajós Junior, mais conhecido como Sebá Tapajós. Iniciado em 2015, o projeto tem a proposta de levar a arte urbana, em especial o grafite, à ilha e enaltecer a cultura dos povos tradicionais da Amazônia, historicamente esquecidos pelo Poder Público e que enfrentam problemas de saneamento básico e infraestrutura, por exemplo.

O projeto, intitulado pelo idealizador de primeira galeria fluvial do mundo, é composto por grafites de Sebá Tapajós e de artistas nacionais e internacionais convidados. Em sua terceira edição, realizada em maio de 2017, dez artistas, além de Sebá, participaram do Street River, que teve apoio do Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), como será explicado posteriormente.

Como apresenta a Imagem 1, a proposta do projeto é revitalizar as moradias dos ribeirinhos, fazendo com que eles sejam partícipes no processo de construção da galeria fluvial durante a intervenção do artista na fachada residência. Revitalizar e intervir são importantes palavras a serem observadas. A primeira é utilizada pelos envolvidos no



projeto³ e a segunda é a palavra colocada por este artigo a fim de debater e impulsionar a reflexão acerca da temática proposta.

Os habitantes da zona insular são identificados como populações tradicionais ou ainda de povos ou comunidade tradicionais, conforme o Decreto nº. 6.040/2007⁴, no qual são considerados grupos culturalmente diferenciados, que ocupam de forma própria o espaço, possuem formas próprias de organização social e utilizam os recursos naturais para a sua reprodução como um todo.

De acordo com Almeida (2007, p. 48), “a ocupação da terra e os seus diferentes usos pelos povos tradicionais da Amazônia abrangeram muitas categorias de população: índios, seringueiros, ribeirinhos, castanheiros, entre outras”. Isso demonstra a amplitude conceitual desses povos que Arruda (1999) acrescenta o caráter da subsistência, a fraca articulação com o mercado, o uso da mão de obra familiar, a tecnologia de baixo impacto e a base sustentável como caracterizadores das populações tradicionais.

Conhecidos como Povos das Águas, eles se diferem de outros povos de terra firme, pois vivem em comunidades, à beira de rios, igarapés e igapós e em casas – a sua maioria – de palafitas⁵ para enfrentar as inundações. Os ribeirinhos necessitam da terra para colheita na ilha, assim como dependem da água também para o trabalho a fim de estabelecerem pequenas transações comerciais com a região continental (SCHERER, 2005).

A Amazônia, região na qual está incluída o Norte do País, é caracterizada por dois tipos principais de ecossistema (SCHERER, 2005). O primeiro tipo é as terras de várzeas, regiões baixas em beiras de rios. E o segundo tipo é a terra firme, área relativamente alta não sujeita às inundações sazonais.

O município de Belém é um exemplo deste tipo de ecossistema e composto por terra de várzea e por terra firme. A cidade está situada na área interna do estuário⁶ do rio Amazonas. Belém possui o principal centro urbano da zona de transição da Amazônia Oriental, Central e Ocidental. O território está dividido em duas áreas: um continental e outra

³ Nos dias 6 e 7 de maio de 2017, foram disponibilizados passeios turísticos até o furo da Paciência com o objetivo de visitação às moradias participantes do projeto. Os passeios gratuitos e pagos eram comercializados pela internet. Os gratuitos tinham a duração de 30 minutos e os pagos duravam cerca de 1h30, com pequenas paradas, entre as agendadas, na casa que produz chocolate artesanal e em moradia pertencente ao projeto, além de um rápido bate-papo com um artista. No 6 de maio, o este pesquisador participou de um passeio pago, mas, na parada em frente à pintura de Sebá Tapajós, o mesmo relatou que estava concentrado e não iria falar com o grupo que estava no barco. Ainda durante o passeio e em materiais encontrados na imprensa, a palavra revitalização foi mencionada como propósito do projeto.

⁴O Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

⁵ Casa construída em madeira e suspensa da terra firme para enfrentar as inundações dos sistemas de cheias dos rios. Tipo de moradia peculiar na Amazônia em função das áreas alagadas.

⁶ Os estuários são regiões (rios, braços, furos, entre outros) nas quais podem ser localizadas tanto água doce como água salgada, de dependendo da maré e da época do ano.



insular. Na zona insular, a capital paraense possui em sua circunscrição estadual 39 ilhas, além de outras ilhas ao entorno de Belém que estão sob administração de outros municípios paraenses. A forma de acesso às ilhas é fluvial, por meio de embarcações que saem diariamente dos diversos portos de Belém e representam a zona rural da cidade (TELES; MATHIS, 2008).

Teles e Mathis (2008) afirmam que os ribeirinhos integram a categoria da produção rural familiar, o que direciona possibilidades relacionadas às gerações de emprego e renda.

“O que todos esses grupos possuem em comum é o fato de que tiveram pelo menos em parte uma história de baixo impacto ambiental e de que têm no presente interesses em manter ou em recuperar o controle sobre o território que exploram. Mas acima de tudo, estão dispostos a uma negociação: em troca do controle sobre o território, comprometem-se a prestar serviços ambientais” (CUNHA; ALMEIDA, 2001, p.3).

As relações estabelecidas pelos ribeirinhos com o centro urbano e as trocas de controle pelo território podem ser também estendidas e compreendidas por meio do viés das interações comunicacionais existentes entre eles e centros urbanos.

2. NAVEGAÇÕES METODOLÓGICAS PELA COMUNICAÇÃO E PELA ARTE URBANA

A arte urbana teve origem entre o final da década de 1960 e o início da década de 1970. O grafite foi a forma mais antiga de sua expressão, ganhando em 1980 os contornos do produto artístico institucional. Originária na Filadélfia, o grafite se alastrou por Nova Iorque, no início se concentrando inscrições em marcas e depois passando a *status* de peças ou obras-primas, no sentido de ilustrações caligráficas grandes e complexas, dialogando com elementos pictóricos. A principal mídia, se não a única, era o sistema de transporte público de Nova Iorque (FARTHING, 2011). Atualmente, existem outros produtos além do grafite na arte urbana, como a fotografia, mural, cartazes, intervenções e *flash mob*.

No caso deste artigo, o grafite utiliza como mídia a fachada da moradia dos ribeirinhos como forma de expressão da arte urbana. Sem os contornos de ilustrações caligráficas dos anos 1970 e 1980, mas com a proposta da utilização de elementos pictóricos, que traduzem paisagens, povos tradicionais, flora e fauna e modos de vida.

A concepção de mídia utilizada pela arte urbana, como o explicitado nos dois casos acima, possibilita ingressar pelo limiar da comunicação. Mídia é a grafia aportuguesada da palavra latina *media*, que é plural de *medium*, e significa meio (RABAÇA; BARBOSA, 2002). Se as moradias são os meios de sentidos e significados expressos pela arte urbana, a comunicação e arte estão em uma linha tênue de convergência neste contexto, no entanto,



são campos com suas diferenciações e complexidades necessárias. Aqui, é destacado o fato de atuação da comunicação e da arte estarem em território comum.

É necessário, neste momento, evocar Dewey (2010) pela sua contribuição da arte como experiência, quando afirma que cada arte emana um tipo diferente de linguagem e comunicação entre o objeto, artista e o público, este último os próprios moradores e os visitantes da ilha. A forma e a expressão da arte, enquanto linguagem e comunicação, permite a idiossincrasia, no sentido de ver, sentir e experimentar. De acordo com o autor, a interação entre o humano e o meio é importante para a produção de sentido, a comunicação de significação, a transmissão de ideias e o conhecimento. A temática da arte provoca emoção e o contato transforma o objeto em novo. É o que o autor diz quando não há separação entre a matéria e a forma.

Dewey destaca que a experiência é elemento fundamental em sua análise. O ser vivo recebe e sofre a influência do meio. Para o homem, tempo e espaço integram as necessidades conscientes de transformar o orgânico em forma de expressão e comunicação; a arte utiliza a natureza em sua capacidade de produzir e dá significados, utilizando a energia dos materiais; e a experimentação está na contemplação da expressão. É a continuidade entre os eventos e os atos cotidianos no qual a arte é uma forma de experimentação que alcança a dimensão estética.

Ao observar os grafites nas casas ribeirinhas, a denominação pelo idealizador do projeto de primeira galeria fluvial do mundo, fazendo a compreensão de que as moradias que receberam a arte urbana integram um percurso imagético, com o propósito de revitalizar as casas não somente no sentido estético, mas também político-cultural, e as relações estabelecidas pelo ribeirinhos com a terra, é possível suscitar indagações a partir de perspectivas comunicacional e identitária, como é o caso da proposição deste artigo.

Um dos questionamentos é justamente em que medida ocorre a revitalização, como propõe o idealizador a partir de relatos divulgados na imprensa, ou se não a intervenção, no que se refere à questão de identidade dos povos tradicionais e de recepção deste tipo de situação. É importante ressaltar que não se quer discutir de forma reducionista ou mesmo de um padrão de identidade para os povos tradicionais, no entanto, é necessário observar que, mesmo com consentimento do morador para a realização do grafite, há uma interação do artista e da proposta artística e estética com o ribeirinho, assim como ocorre, em determinada medida, modificação comunicacional, no sentido imagético e paisagístico, do espaço e das relações estabelecidas a partir da estética das moradias seja por seus moradores, artistas e possíveis visitantes, além do enquadramento das moradias como composição de galeria fluvial, como Sebá Tapajós denomina. Além disso, ao trazer a revitalização e a intervenção para o debate, não é objetivo adentrar nas questões



arquitetônicas e patrimoniais, no entanto, é possível perceber a reverberação de significados e sentidos que ambas palavras provocam quando são utilizadas, aliadas à visualidade do grafite nas moradias.

O *corpus* deste artigo está na discussão, porém não fechada ou definitiva, da estética (visual, imagética e comunicacional) que compõe a galeria fluvial com base nas perspectivas comunicacional e de identidade. Este é o ponto de tensão. O objetivo é levantar o debate por este viés da temática, sem esgotar possíveis ampliações de estudo ou reformulações futuras, caso sejam necessárias.

O acesso ao furo da Paciência, na ilha do Combu, onde se encontram as moradias com os grafites da edição 2017 do Street River, se dá somente por meio fluvial. A ilha do Combu está localizada na margem esquerda do rio Guamá. Possui uma área de aproximadamente 15 km² e 985 habitantes⁷. Em 1997, foi transformada em Área de Preservação Ambiental (Apa) Combu⁸.

Nas edições anteriores, nos anos de 2015 e 2016, o projeto contemplou os moradores do igarapé do Combu, em outra localidade da ilha que leva o mesmo nome. O foco do projeto é o ativismo social e a interação com os povos tradicionais. É justamente neste ponto nevrálgico da interação que este artigo se propõe. Na primeira edição, foram 12 casas; na segunda, mais 10 que receberam os grafites (VIDIGAL, 2017).

Antes de iniciar o trabalho, as casas são selecionadas juntos aos moradores pelo projeto, que convivem com Sebá Tapajós há pelo menos quatro anos, e os artistas têm contato com os ribeirinhos em momentos anteriores ao início da pintura a fim de compreender sobre as dinâmicas existentes no espaço onde estarão atuando por meio da arte urbana. Para isso, é necessário um convívio entre os artistas e a comunidade, o que inclui conversas, almoço típico da região que é o peixe com açaí, além da experimentação do modo de vida dos ribeirinhos, que sobrevivem do agricultura de subsistência e do extrativismo vegetal e da pesca (VIDIGAL, 2017).

Para a compreensão da interação a partir viés comunicacional e de identidade, o artigo foi desenvolvido pela organização do conhecimento, no qual houve uma combinação com uma abordagem antropológica. No primeiro momento, foram realizadas as seguintes etapas de coleta: pesquisa da literatura, pesquisa empírica e exploratória e registros fotográficos (APOLLINARIO, 2012; DUARTE; BARROS, 2005).

A pesquisa bibliográfica deu conta da fundamentação teórica necessária ao trabalho e as explicações das categorias adotadas com o uso de material disponível ao

⁷ De acordo com o estudo do Projeto Zoneamento Econômico e Ambiental nas Ilhas do entorno de Belém realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA), publicado em 2015.

⁸ Lei Estadual Nº 6.083, de 13 de novembro de 1997.



público, tais como livros, tese, dissertações e artigos. Assim, o embasamento teórico versa sobre temas como Amazônia e populações tradicionais (ALEMIDA, 2007; SCHERER, 2005; ARRUDA, 1999; TELES; MATHIS, 2008; CUNHA; ALMEIDA, 2004) e comunicação, arte e identidade (BOURDIEU, 1989; CANCLINI, 1997, 1998; CASTELLS, 1942; DEWEY, 2010; FARTHING, 2011; HALL, 2011, 2000, 2003; HARVEY, 1992, 2005; SANTAELLA, 2005, 2004, 2013).

No segundo momento, foi realizada a etapa da interpretação dos dados a partir da análise temática das fotografias dos registros realizados em pesquisa empírica e exploratória (APOLLINARIO, 2012; DUARTE; BARROS, 2005).

3. NAVEGAÇÕES INTERATIVAS PELA CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE

A cidade é um espaço de comunicação, cultura e linguagens. Nesse espaço, no caso Belém, com a sua parte continental e insular, existe a conexão de fluxos informacionais e trocas comerciais. De acordo com Oliveira (2010), a noção de lugar se desterritorializa na atualidade e alcança os limites geográficos dos países, em especial aos indivíduos, de formas e em proporções distintas.

As modificações da comunicação no espaço urbano permitem observar de como um local pode ser tomado por novas experiências espaço-temporais. A cidade de Belém tem, em parte, reflexo deste processo, no qual as interações comunicacionais se dão de forma diferenciadas entre as partes continental e insular, no caso entre os ribeirinhos, haja vista que, apesar das ilhas pertencerem a Belém, elas têm configuração rural, mesmo com a pouca distância da parte continental

Oliveira (2010) lembra que o sujeito urbano - habitante das grandes cidades - parece desaparecer nas diferentes manifestações comunicativas que simulam a ideia de pertencimento ao mundo. Portanto, a cidade está ligada, na maioria do tempo, ao campo das informações midiáticas.

A partir desta perspectiva, é necessário ampliar a concepção de sujeito urbano de Belém, já que é uma grande cidade formada pelas partes continental e insular. No entanto, o ribeirinho, habitante das ilhas, também está neste contexto das manifestações comunicativas, quando disposto às mídias e às artes, por exemplo, a fim de estabelecer uma prática comunicacional e até mesmo de interação como o espaço no qual se relaciona.

O entrecruzamento entre rural e urbano, como é o caso de Belém continental e insular, alcança o ponto de tensão deste artigo citado anteriormente, pois a presença da arte urbana em área de características rurais culmina em uma formulação estética, seja visual, imagética e comunicacional, que, por um lado, revitaliza uma questão que estava esquecida e, por outro, intervém em um modo de vida ribeirinho que passa a agregar à identidade local



como fator de reconhecimento de que eles fazem parte da cultura, que além de local é global, integrando assim na fragmentação os universos continental e insular.

Santaella (2005), ao explicar a convergência entre as comunicações e artes (no plural mesmo), traça pressupostos e percursos histórico, da linguagem, das comunicações e das arte, em especial os emergentes da cultura de massa e da conseqüente complexidade dos dois campos, no qual não menospreza as especificidades de cada um, mas, sim, ressalta a inter-relação desses campos, como é o caso de ocupar territórios comuns, "nos quais as diferenças se roçam sem perder os seus contornos" (SANTAELLA, 2005, p.7). Os "caminhos interatuantes" das comunicações e das artes passaram a ter local importante, principalmente a partir do século XX, nas culturas das sociedades industriais, pós-industriais e de consumo.

É importante pensar, no contexto do objeto analisado, que arte urbana chega ao ambiente de características rurais mesmo dentro da cidade, com a possibilidade de agregar aos ribeirinhos, seja em uma questão identitária, com os significados e as experiências dos ribeirinhos em processos de construção de atributos culturais inter-relacionais (CASTELLS, 1942); seja em um sentido estético da própria arte; ou seja ainda em um sentido comunicacional daquilo que é estabelecido pela galeria enquanto proposta comunicativa visual e imagética.

Os ribeirinhos são considerados agentes a partir da concepção de Bourdieu (1989) dentro de um campo, no caso as ilhas. O sujeito tem acesso ao mundo, no sentido global, com base na noção de espaço, que vai se distanciando da realidade. As experiências globais ganham amplitude por meio de ferramentas compartilhadas em espaços, que não existem fisicamente, tais como, internet, televisão, transmissões via satélite, entre outros aparatos da globalidade que fazem perder o senso de pertencimento a um local.

O processo de globalização, segundo o autor, não é uma experiência unitária e total. Na avaliação Bourdieu (1989), o processo globalizante gera estruturas fragmentadas, o que é chamado de "espaços sem lugar", em que os sujeitos urbanos têm o sentimento de que não pertencem a uma localidade delimitada, o que pode ser percebida na relação de interação comunicacional estabelecida entre os ribeirinhos e as mídias. Logo, experimentando diferentes configurações temporais simultaneamente, denominadas de "culturas desterritorializadas".

Esses aspectos são característicos da pós-modernidade, conforme afirma Harvey (1992). A eliminação de fronteiras é reflexão da fragmentação do espaço urbano, onde o intercâmbio de capital e bens simbólicos são factuais, "[...] existe num contexto com tecnologias de comunicação e de transporte capazes de lidar com a interação social no espaço de maneira bastante diferenciada." (HARVEY, 1992, p. 77).



Castells (1942) ressalta que apesar das comunidades locais, com suas identidades, entrarem em contato com outras origens de significado em suas localidades, elas resistem à individualização, o que permitem reunir-se em organizações comunitárias com o propósito de fortalecimento e, sobretudo pertencimento de uma identidade cultural.

Duas situações podem ser elencadas como forma de exemplos da construção identitária, mesmo que em contextos e condições diferenciadas das apresentadas até aqui. Entretanto, apresenta de forma elucidativa o que foi discutido até aqui.

O primeiro é o colocado por Bezerra (2007), ao analisar as festas populares na cidade de Mossoró, no estado do Rio Grande do Norte, que traz concepção de que são tratadas como possibilidade de construção identitária, de resistência e de afirmação de lugar em um campo no qual as festas tornaram-se produto mercadológico (mercantilização da cultura) utilizados como recurso cultural que denota as particularidades regionais e locais diante do mercado global.

Reconhecidamente como expressões de identidade popular, as festas analisadas em questão por Bezerra são caracterizadas como produção social que gera produtos em diversas dimensões da vida - material, espiritual, política, econômico e simbólica. No entanto, segundo a autora, evidenciada por conflitos, tensões e até censuras, já que se definem como um espaço múltiplas territorialidades (RAFESTTIN, 1993), com diferentes sujeitos se fazendo representar nas esferas material e imateri

al. Com isso, há geração de relações de poder de grupos específicos, seja do Estado e/ou da sociedade tradicional para fins de controle ou propaganda regional.

Em meio isso, há, por um lado, a festa sendo apropriada com uma das formas de demarcação da identidade e, por outro, a institucionalização do tempo e do espaço e pelo Poder Público, além da transformação em espetacularização (DEBORD, 1997).

Jacks (2013), por sua vez, ao analisar as relações entre a formação cultural gaúcha e a comunicação midiática, tenta sair em defesa de que a mídia auxilia na identidade e que não há como pensar as identidades culturais distantes do universo midiático, sem que haja prejuízo para a legitimidade. Com a análise em programas televisivos gaúchos, Jacks ressalta a contribuição dos veículos de comunicação para a formação cultural, destacando a interação de processos comunicativos com contextos locais e regionais.

A autora coloca em questão o processo de globalização e as tradições locais e regionais como pontos de tensão. A integração da produção simbólica, na qual diminui as distâncias no mundo e aumenta com o sistema mundial, possibilita o processo de desterritorialização das culturas, provocando o que a autora denomina de ressurgimento de regionalismo e localismos. Além disso, é possível, segundo Jacks, que inverso ocorra (reterritorialização) em função do que a esfera virtual proporcione na internet, "com seus



infinitos dispositivos que podem atualizar as relações e colocá-las em um mesmo território simbólico" (2013, p. 15). Diante desses fatos, a identidade cultural deve ser concebida como um fluxo multifacetado, com base em seus contextos interativos.

Os ribeirinhos são sujeitos integrantes de uma modernidade, a partir do momento em que o sujeito está propenso às várias interferências e de certa forma "perdido" no mundo (HALL, 2011). Nessa perspectiva, Hall (2011) apresenta três concepções de identidade: a do sujeito do iluminismo, que é visto como centrado no eu, unificado, imutável; a do sujeito sociológico, fragmentado, variável, provisório, formado na essência com outras pessoas, numa concepção interativa entre o eu e a sociedade; e o sujeito pós-moderno, decorrente dessa transformação, sem identidade fixa, identidades diferentes de acordo com dada situação.

Oliveira (2010) ressalta que além de uma veloz modificação do espaço, uma constante sobreposição de formas passadas, as quais são "coladas" umas às outras, coexistindo vários tempos em um mesmo espaço. A autora avalia que a pós-modernidade não lida apenas, como também na modernidade, com a aniquilação do tempo e com a ausência do espaço, mas também com convergências temporais e espaciais nas experiências dos habitantes.

As experiências de habitação do espaço urbano, desde o período do pós-guerra, passam pelos agentes comunicacionais. De acordo com Canclini (1997), o espaço urbano se apropria de características múltiplas, provenientes do intercâmbio e hibridismo culturais e das políticas neoliberais, de globalização, que destinaram a América Latina à distribuição desigual de material simbólico.

Na América Latina, segundo Canclini (1998), o delicado enraizamento na própria história dificulta o entendimento de como a modernidade é vista, até por uma deliberada opção do predomínio da cultura escrita sobre a visual. Portanto, o autor afirma que "não chegamos a uma modernidade, mas a vários processos desiguais e combinados de modernização" (CANCLINI, 1998, p. 154). Com isso, ele explica a construção de uma cultura híbrida presente nas sociedades latino-americanas. A expansão urbana é uma das causas que intensificaram a hibridação cultural, em que a cidade e meio rural se articulam pela mídia.

Neste ponto, é importante mencionar a contribuição do autor na importância que dá para a constituição identitária do latino-americano ligada à cultura visual, termo que designa os diversos sistemas de imagens e desenhos existentes no campo simbólico da sociedade. O grafite aplicado, enquanto revitalização ou intervenção, nas moradias dos ribeirinhos culmina em um processo misto no qual se cruzam e inter cruzam relações, interações e significações. Com isso, é mais propício pensar a galeria fluvial no qual utiliza a fachada das



casa dos ribeirinhos para revitalizá-las como uma construção de narrativas que possibilitam a reconstrução de relatos.

A expressão revitalizar, em parte, se observada por este viés, traduz esta concepção de Canclini, já que a arte urbana pode ser considerada uma linguagem na qual vai possibilitar ter um novo olhar para os povos tradicionais. Para o autor, a identidade é uma construção constante na pós-modernidade, que não se dá de forma definitiva e acabada. Aqui a identidade é apresentada como hibridismo.

A construção da identidade ocorre pelos agentes sociais, no caso os ribeirinhos e, inclusive, os artistas. A interação é um elemento propulsor dessa formação identitária, no entanto, vale destacar que Canclini pondera que a identidade se realizada em um campo de tensão, nas quais podem existir condições desiguais em função às relações de poder. Sem adentrar de forma aprofundada neste mérito, vem a ideia novamente de intervenção, uma vez que há a interferência, por mais que seja imagética, que vai gerar algum tipo de repercussão para os próprio ribeirinho ou visitante daquele espaço. Uma das propostas da galeria fluvial é fomentar o turismo de base comunitária no local.

A hibridez, conforme aponta Canclini, tem um longo trajeto nas culturas latino-americanas, já que os projetos de independência e desenvolvimento nacionais buscaram compatibilizar o modernismo cultural com a semimodernização econômica, e ambos com as tradições persistentes.

Para Canclini (1998), compreender a modernidade pressupõe observar, ao mesmo tempo, as formas de entrada e saída que ocorrem nela. Vê-la com uma condição que envolve. Compreender como se reestruturam os agentes sociais que participam tanto do campo culto ou popular quanto do massivo e como isso abranda as fronteiras entre seus praticantes e seus estilos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira galeria fluvial do mundo, proposta pelo projeto Street River, apresenta uma experiência cotidiana, com o foco no caráter de denúncia pelo situação na qual aqueles povos vivem, mas também no sentido de dar por meio da arte o sentido de experimento para os próprios ribeirinho, visitantes, artistas e objetivo. A galeria como um todo funciona como um espaço comunicativo no qual arte transforma as relações, com significados e sentidos a partir da estética produzida, pela imagem visual e pela comunicação empreendida.

A peculiaridade de Belém, cidade na qual se divide em uma extensa área, por um lado, continental, e, por outro, insular, mantém uma relação entre urbano e rural, que, em determinados, torna-se difícil compreender os limites - se é que é possível tê-los. A linha



extremamente tênue, marcada pela invisibilidade, permite entrecruzamentos e, concomitantemente, inter-relações que são específicos da cidade, possibilitando simbiose social, informacional e comunicacional.

Se a proposta do projeto é revitalizar ou fazer a intervenção, chega-se ao momento de apontar a existência das duas situações no mesmo espaço sem que haja o conflito entre elas. A fragmentação proporcionada pela modernidade e pelo processo de globalização abre a possibilidade de que, por um lado, o projeto Street River promove uma nova paisagem estética, imagética e comunicacional, carregadas de significados e de produção de sentidos para os atores sociais envolvidos. Assim como, por outro lado, a intervenção ocorre pelo fato de dar uma nova experimentação no sentido e no modo de vida, principalmente do ribeirinho, a partir da arte urbana. A inter-relação de revitalizar e intervir é vital para a construção identitária de povos tradicionais que estabelecem constantes trocas entre rural e o urbano e vice-versa de Belém.

A interação é o elemento motor para a construção identitária do ribeirinho, haja vista que possuem características próprias e o caráter da individualização, que levam a organização própria. Em tempos de modernidade, a construção é constante e não se dá de forma definitiva. O campo da tensão, do conflito, é o local onde a identidade é realizada a partir dos fluxos incessantes de entrada e de saída proporcionados pelo cultivo de experiências efêmeras de habitar o espaço.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. Quem são os povos da floresta?. Cadernos SBPC 30. **Povos da Floresta:** Cobertura jornalística feita a partir de conferências e mesas-redondas apresentadas na 59 Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). 2007.

APOLLINARIO, F. **Metodologia da Ciência:** filosofia e prática da pesquisa. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

ARRUDA, R. “Populações Tradicionais” e a proteção de recursos naturais em Unidades de Conservação. In: **Ambiente & Sociedade**, ano II, n 5, 1999.

BECK, U. **A sociedade de risco:** rumos a uma outra modernidade. São Paulo: Ed. 34, 2010.

BEZERRA, A. C. A. Festa e Identidade: A busca da diferença para o mercado de cidades. In: ARAÚJO, F. G. B., HAESBAERT, R. (orgs.). **Identidades e Territórios: questões e olhares contemporâneos**. 1. ed. Rio de Janeiro: Access, 2007b. pp. 69 – 92. (30p.).

BOURDIEU, P. Sobre o poder simbólico. In: **O Poder Simbólico**. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/ Bertrand Russel, p. 7-16, 1989.

CANCLINI, N. G. **Imaginárias urbanos**. Buenos Aires: Eudeba, 1997.



_____. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** Trad. Heloisa P. Cintrão e Ana Regina Lessa. 2.ed. São Paulo: Edusp, 1998.

CASTELLS, M. **O poder da identidade.** São Paulo: Editora Paz e Terra, 1942.

CUNHA, M. da.; ALMEIDA, M. W. B. populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. R. et al. **Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios.** São Paulo, Estação Liberdade: Instituto Socioambiental, 2001.

DEBORD, G. **A Sociedade do Espetáculo.** Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DEWEY, J. **Arte como experiência.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

DUARTE, J.; BARROS, A. (Org.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação.** São Paulo: Atlas, 2005.

ESCOSTEGUY, A. C. D. Identidades culturais: uma discussão em andamento (identidade como diáspora; como descentramento; como hibridismo). In: ESCOSTEGUY, A. C. D. **Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001. (139-185).

FARTHING, S. **Tudo sobre arte.** Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

FEATHERSTONE, M. **O desmanche da cultura: globalização, pós-modernismo e identidade.** São Paulo: Studio Nobel, 1995.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

_____. Quem precisa de Identidade? In: SILVA, T. T. (org). Stuart Hall, Kathryn Woodward. **Identidade e Diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. **Da Diáspora. Identidades e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

HARVEY, D. **A condição pós-moderna.** São Paulo: Loyola, 1992.

_____. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

JACKS, N. **Comunicação, cultura e identidade: “relações íntimas, profundas e delicadas.** Antares, vol. 5, jan./jun. 2013. (12p.)

OLIVEIRA, A. P. **Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização.** Florianópolis: Terceiro Milênio, 2010.

PARÁ. Universidade Federal do Pará. **Projeto Zoneamento Econômico e Ambiental nas Ilhas do entorno de Belém.** Belém-PA, 2015.

RABAÇA, C. A.; BARBOSA, G.G. **Dicionário de Comunicação.** Rio de Janeiro: Campus, 2001.

RAFESTTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder.** São Paulo: Ed. Ática S.A, 1993.



SANTAELLA, L. **Por que as comunicações e as artes estão convergindo?**. São Paulo: Paulus, 2005.

_____. **Culturas e artes do pós-humano: da cultura das mídias a Cibercultura**. 2ª Ed. São Paulo: Paulus, 2004.

_____. **Comunicação ubíqua. Repercussões na cultura e na educação**. São Paulo: Paulus, 2013. (Coleção Comunicação).

SCHERER, E. **Modos de vida ribeirinha na Amazônia**. GT11 – A – Mundo Rural na Sociedade Brasileira: Território, Atores e Projetos. XII Congresso Brasileiro de Sociologia, 2005. Disponível em:

http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=643&Itemid=170. Acesso: 20 Abr. 2017.

TEIXEIRA, W. M. **Fachada em grafite em moradia ribeirinha no furo da Paciência, ilha do Combu, em Belém (PA)**. Belém, 2017. 1 fotografia digital.

TELES, E.; MATHIS, A. **Dinâmicas Sócio-Espaciais: Estratégias de sobrevivência em comunidades Ribeirinhas no Estuário Amazônico**. IV Encontro Nacional da Anppas em Brasília, 2008. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro4/cd/ARQUIVOS/GT7-310-867-20080510222553.pdf>. Acesso em: 1 Mar. 2017.

VIDIGAL, E. **Esse rio que é rua e museu**. O Liberal, Belém, Caderno Magazine, capa, p. 1, maio 2017.

<http://sebatapajos.com.br/>

**GT 06 – A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****PERSPECTIVAS DA CIDADE E A CIDADE EM PERSPECTIVA: A MÍDIA ESTATAL E OS PLANOS URBANÍSTICOS DA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM**

José Júlio Ferreira Lima (UFPA)¹
jjlimaufpa@gmail.com
Jorge Leal Eiró da Silva (UFPA)²
eirojorge@gmail.com
Mateus Carvalho Nunes (UFPA)³
mateuscn4@gmail.com

RESUMO

O desenho de perspectivas utilizadas para publicizar projetos arquitetônicos e urbanísticos constitui-se em prática considerada complementar a projetos de arquitetura e urbanismo. Planos propostos para a Região Metropolitana de Belém (RMB) contêm propostas de intervenção urbanística na forma de perspectivas que representam espaços urbanos após a implantação de intervenções de diversas naturezas, algumas voltadas ao embelezamento dos espaços públicos como praças ou parques, enquanto outras são relacionadas à habitação ou à infraestrutura sanitária e de transportes. Geralmente, os planos não contêm projetos detalhados para os espaços urbanos, o que faz com que os desenhos sejam simultaneamente expressões de um conjunto de intenções de variados agentes sociais interessados no espaço urbano, além de funcionarem como veículos de propaganda estatal. A metodologia parte do registro dos desenhos de perspectivas veiculadas nos planos, quando são observados seus aspectos plásticos, técnicas de produção e publicização. Das imagens existentes, optou-se por apresentar o caso de imagens do Centro Histórico de Belém do plano diretor de 1975, como se relacionam a imagens precedentes e ao Projeto Feliz Lusitânia dos anos 2000. Para tal, realiza-se pesquisa bibliográfica para o entendimento das bases conceituais do plano e o papel das propostas como mídia política. Conclui-se com a indicação de construção de uma imagem pública, capaz de criar uma narrativa visual para o Estado, em parte como ação preliminar e, em alguns casos, em substituição à ação, por conta de sua expressão plástica, assim como pelas especulações formais em meio à discussão do viés político.

Palavras-chaves: urbanismo, desenho em perspectiva, mídia governamental, planejamento urbano, Centro Histórico de Belém.

1. INTRODUÇÃO

A representação gráfica de projetos urbanísticos em perspectiva é, de maneira geral, incomum: tal tipo de desenho é mais usual no campo dos projetos arquitetônicos, embora a integração entre a arquitetura e o urbanismo seja intrínseca e indissociável, inclusive na esfera projetual. Com tal peculiaridade, projetos urbanísticos desenvolvidos para a Região

¹ PhD em Arquitetura, professor Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil.

² Doutor em Educação, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil.

³ Bolsista PIBIC UFPa. Graduando em Arquitetura e Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Brasil



Metropolitana de Belém (RMB) apresentam desenhos em perspectiva para representação de suas propostas de intervenção urbana, servindo como prática complementar à projetual.

Além da função de traduzir e interpretar conceitos tridimensionais e espaciais em uma superfície bidimensional (DOMINGUES, 2001, p. 4) – o próprio plano –, essencialmente gráfica, tais desenhos funcionam também como veículos de propaganda estatal, por estratégias midiáticas de divulgação das ações do poder público através de intervenções e modificações no espaço urbano. Planos propostos para a Região Metropolitana de Belém (RMB) entre 1980 e 2008 contêm propostas de intervenção urbana mostradas na forma de perspectivas que representam espaços urbanos após a implantação de intervenções de diversas naturezas, algumas voltadas ao embelezamento dos espaços públicos como praças ou parques, enquanto que outras são relacionadas à produção de habitação ou de projetos setoriais de infraestrutura sanitária e de transportes. Na maioria das vezes, os planos foram apresentados sem o desenvolvimento de projetos detalhados para os espaços urbanos, o que faz com que os desenhos sejam simultaneamente expressões de um conjunto de intenções de variados agentes sociais interessados no espaço urbano, além de funcionarem como veículos de propaganda estatal.

Do conjunto de imagens em análise na pesquisa a qual este trabalho se vincula, optou-se por apresentar o caso do Centro Histórico de Belém. Como estudo de caso, são analisadas as imagens contidas no plano diretor de 1975 e como as propostas ali contidas se relacionam com imagens do Projeto Feliz Lusitânia, levado a cabo nos anos 2000 pelo Governo do Estado do Pará. Para tal, utiliza-se de metodologia que parte do registro das perspectivas veiculadas nos planos, quando são observados seus aspectos plásticos, autoria, técnicas de produção e publicização. Realiza-se ainda pesquisa bibliográfica para o entendimento das bases conceituais contidas no plano e o papel das propostas como componentes do processo político.

Assim, este trabalho é dividido em três sessões, além desta introdução. Primeiro são discutidas as bases conceituais do urbanismo no que se refere a posturas culturalistas e progressistas conforme proposto por Françoise Choay (1992 [1965]). A seguir, tem-se a análise das imagens contidas no Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém (CODEM, 1975) para intervenções no Centro Histórico de Belém. Associa-se a expressão plástica de desenhos à construção de uma narrativa política voltada à inclusão do embelezamento urbano até sua materialidade no Projeto Feliz Lusitânia, referenciando ainda maquetes eletrônicas mais recentes dos anos 2000 para a mesma área no Centro Histórico. Por fim, são sugeridas conclusões preliminares acerca de como o processo de gestão pública passa a desempenhar um papel de destaque na construção de uma imagem pública, uma narrativa visual para o Estado, em parte como preliminar ou em alguns casos em



substituição à ação, por conta de sua expressão plástica, assim como pelas especulações formais em meio à discussão do viés político.

2. PLANEJAMENTO URBANO E EMBELEZAMENTO COMO INTERVENÇÃO ESTATAL

As proposições feitas por Choay na antologia “O Urbanismo”, publicada em 1992 no Brasil, distingue ideias culturalistas e progressistas na trajetória de propostas espaciais feitas por urbanistas. As primeiras são subsidiárias de uma perspectiva de cidade como repositório da história. Modelos culturalistas seriam capazes de resguardar a sociedade dos problemas causados pela industrialização, enquanto modelos progressistas seriam veículos de modernidade em uma cidade funcionalista e utópica. Sob tais perspectivas, sugere-se que urbanistas podem filiar-se a um ou outro modelo. Apesar da polarização, as ideias da autora têm sido relevantes para a discussão da vinculação entre pensamento e ação urbanística. Tendo inclusive influenciado a análise da carga ideológica, amplamente utilizado na história como impulsionador do Estado através de planos de embelezamento urbano ou ainda de melhoria sanitária, tanto com viés culturalista no caso das primeiras, como progressistas quando associadas ao desempenho técnico das redes de infraestrutura ou de transporte na cidade, inclusive na mesma cidade.

No panorama de pensamento sobre o planejamento urbano, até a década de 1940, a expressão mais frequente quando se remetia à administração municipal era “embelezamento urbano”. Segundo Villaça (2004, p. 192), as proposições projetuais com caráter de embelezamento eram a proposta que a então classe dominante tinha para as cidades: pensamento essencialmente de estratégia política. A ideia de discurso propagandístico era reforçada, historicamente, como ideal republicano de renovação, como explana Benchimol (1992, p. 228) *apud* Villaça (2004, p. 193):

O termo “embelezar” tem enorme ressonância no discurso propagandístico da época. Designa, mais do que a imposição de novos valores estéticos, a criação de uma nova fisionomia arquitetônica para a cidade. Encobre, por assim dizer, múltiplas “estratégias”. A erradicação da população trabalhadora que residia na área central; [...] a mudança de função do centro, atendendo – num plano mais imediato – aos interesses especulativos que cobiçavam essa área altamente valorizada e – num plano mais geral – às exigências da acumulação e circulação do capital comercial e financeiro; razões ideológicas ligadas ao “desfrute” das camadas privilegiadas; razões políticas decorrentes de exigências específicas do Estado republicano em relação àquela cidade que era a sede do poder político nacional.



As imagens de projetos e obras públicas desempenham papel importantíssimo na gestão política, com caráter desenvolvimentista e de importação de ideais europeus para as cidades. Segundo CASTRO (2010), no final do século XIX houve o que se caracterizou como um período de grande visibilidade do moderno, marcado pela expansão colonial e industrial das potências europeias – impulsionado também, ideologicamente, pela adaptação ou implantação de certos modelos e pensamentos europeus na realidade colonizada – e pela celebração do progresso técnico-industrial (CASTRO, 2010, p. 70) - que servia como propagação das modernidades advindas com o pensamento republicano, suas eficiências econômicas e repercussões sociais. Tais projetos têm origem renascentista importada a nós através da França, mais familiar aos habitantes de Belém pelas obras executadas na cidade no período da *belle époque*, fortemente marcado pelos novos ideais de República.

Assim como Paris serviu, na Europa do século XIX, como um espaço privilegiado para a experimentação do espírito moderno (CASTRO, 2010, p. 69), Belém serviu como experiência de introdução deste pensamento na Amazônia. O vasto material icônico do cenário histórico-político de Belém naquele período chega a atualidade através dos Relatórios de Antônio Lemos, Intendente municipal entre 1897 e 1911. O conjunto bem organizado na forma de relatório de obras, administração de serviços e até legislação urbanística e edilícia, embora não fossem, serviram essencialmente como veículo de propaganda política dos projetos, das obras e do cotidiano do governante. A estratégia de proposição e execução de obras no espaço urbano como perpetuação política no regime democrático se repete na história: para Lemos, a Secção de Obras era considerada como “uma das úteis e operosas repartições da Intendência”, e suas atividades ocupavam centenas de páginas dos seus Relatórios Anuais (MATOS, 2016, p. 33). O governo de Lemos, por tais estratégias e ações, constituiu uma narrativa visual do período histórico da cidade marcante na construção da identidade urbana de um período de grande pujança econômica devido aos preços da goma extraída da Amazônia e escoadas pelo Porto de Belém (NUNES, 2017).



Figura 01 - Palácios Lauro Sodré (sede do governo do estado) e Antônio Lemos (sede da prefeitura), no Álbum de Belém de 1902. Fonte: BELÉM, 1902.

No governo Lemos, obras públicas eram utilizadas como veículo ideológico: a modernidade trazida pelos diversos aterros na área da Campina – a água não é mais um limite, agora constrói-se sobre ela –, o ar parisiense pela implementação do *Boulevard da República* – com outra compreensão da perspectiva e da monumentalidade da cidade – e o código de polícia que ditava como as construções da cidade deveriam ser, sob ideias higienistas e elitistas – o novo momento da República. Assim, constitui-se uma narrativa de efetiva ação do governante, de execução de obras que modificaram o espaço urbano e trouxeram melhorias para a cidade e para a população. As imagens tornam-se, então, método de propaganda do próprio governante e de seu mandato, visando a continuação do mandato ou a perpetuação política do nome na história. As imagens para o Centro Urbano analisadas neste trabalho são duplamente representativas, por um lado pela continuidade histórica que se constrói já na administração lequista, e por outro, já na contemporaneidade, seguem a mesma estratégia midiática política.

3. PERSPECTIVAS DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO PARA A GRANDE BELÉM DE 1975

As perspectivas também constroem uma narrativa visual relacionada à época, seja com caráter idílico e utópico, seja pragmático e técnico. O Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém (PDGB), desenvolvido em 1975 pela Prefeitura Municipal de Belém através da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém



(CODEM) e em parceria com o Banco Nacional de Habitação (BNH), utilizou-se da técnica de representação de projetos em perspectiva.

O PDGB refletia os interesses do Estado e da iniciativa privada, combinado com a proposição e implementação esquemática de diversos outros planos e projetos de desenvolvimento para a Amazônia no então período. A consolidação definitiva do processo de desenvolvimento e integração regional (BELÉM, 1975, pg. 3), enquanto objetivo geral estava articulado no plano ao ordenamento do espaço urbano e direcionamento do crescimento físico da RMB, então composta por Belém e Ananindeua, de modo que a desconcentração do centro urbano fosse efetivada com políticas de criação de empregos em áreas estratégicas da cidade e de sub-centros urbanos (LIMA, 2003, p, 82). O centro urbano seria objeto de um projeto de ordenamento visando atrair atividades turísticas em função da localização dos conjuntos arquitetônicos e paisagísticos das igrejas, mercados e praças, já tombados pelo Patrimônio Federal desde 1940 (IPHAN, 2017).

O plano continha aspectos do chamado urbanismo progressista voltados à constância ideológica e à repetição de estratégias de geração de emprego e implementação de infraestrutura urbana comumente perceptíveis neste tipo de instrumento de ordenamento territorial, o plano diretor. Por outro lado, valoriza traços culturais por meio de medidas de valorização do espaço público do entorno dos monumentos históricos do centro de Belém. A combinação de políticas públicas infraestruturais e de geração de empregos com medidas de organização espacial é a chave para o entendimento dos planos urbanísticos previstos para essa área da cidade no decorrer do tempo. Para esta integração do ordenamento territorial em políticas públicas, calcava-se no PDGB no discurso de um modelo de descentralização dos polos econômicos, comerciais e de serviços estabelecidos no centro de Belém e na região do Centro Histórico. Por mais que esta região abrigasse este núcleo dinâmico da cidade, ele ainda apresentava diversos problemas provenientes geralmente das áreas periféricas, como habitações irregulares, sem saneamento básico e com falta de infraestrutura urbana, principalmente nas áreas mais próximas à Baía do Guajará.

O segundo volume do Plano, referente às medidas para a área central de Belém, contém anteprojeto de remanejamento para a área e se constitui majoritariamente de produção textual, com pranchas de desenhos anexas. Os objetivos explicitados no próprio plano (BELÉM, 1975, p. 5) são: preservação e revitalização dos elementos arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos como partes integrantes do Patrimônio (seja ambiental urbano, seja histórico, cultural e natural); melhoria do aproveitamento do espaço urbano da área; valorização do pedestre no processo de planejamento; compatibilização dos sistemas de circulação e integração dos elementos paisagísticos e naturais para a criação de uma nova imagem da área central e da cidade (BELÉM, 1975).



A importância dada pelo plano na preservação e medidas de restauração do patrimônio histórico da área central da cidade se dá, principalmente, como um investimento econômico a longo prazo, com alto potencial turístico a ser explorado. O Centro Histórico de Belém tem, ainda hoje, grande capacidade turística inexplorada – ou com abordagem não efetiva –, que dinamizaria a economia da cidade como um todo e movimentaria social e economicamente a área central da cidade. Visando o maior aproveitamento deste potencial da cidade, outros planos foram posteriormente desenvolvidos com este viés de incentivo ao turismo; é o caso do Complexo Feliz Lusitânia, nova denominação dada nos anos 2000 para a mesma área e analisado subseqüentemente neste trabalho.

Os princípios de limpeza e organização, frequentemente adotados como princípios pelos projetos urbanísticos com caráter higienista, fizeram com que as proposições do plano, de maneira geral, visassem a manutenção das condições de higiene, saúde pública e funcionamento comunitário na maioria dos conjuntos (BELÉM, 1975, p. 125). O caráter organizacional explícito no plano não trata apenas da organização espacial e urbana, mas de organização logística e de atividades executada nas áreas de intervenção. Tal organização se daria pelo controle e restrição sobre os estabelecimentos de serviço, como bares, restaurantes e feiras; restrições e proibições quanto a devidos usos do espaço da via pública, como estacionamentos; e reorganização e regulamentação das atividades na área, como atividades comerciais, serviço de limpeza pública e policiamento.

A iniciativa de organizar um sítio turístico dotado de infraestrutura adequada e da valorização do sentido cultural e de tradição da cidade casa-se, também, com outro objetivo do plano: a valorização do pedestre no processo de planejamento urbano. O espaço urbano delimitado deve, então, ser vivenciado na escala do pedestre, e não do automóvel: curiosamente, aqui há uma quebra com o pensamento desenvolvimentista habitual da época, em que se priorizava a locomoção urbana através de automóveis – até como geração de capital nacional pela ênfase no “rodoviarismo” e na produção automobilística brasileira.

Toma-se como personagem fundamental na narrativa visual da cidade o *flâneur*: o explorador urbano, que vaga pela cidade, conhece a rua, vivencia o espaço urbano (BENJAMIN, 1991 *apud* D`ANGELO, 2006). A preocupação com o pedestre-turista também fez com que o plano se atentasse a alguns pormenores, não usualmente encontrados em planos de tal escala: foram elaborados desenhos de mobiliário urbano e programação visual de sinalização para a área. Os futuros equipamentos comunitários demonstram a intenção de permanência no local visitado, também expressa na proposição de áreas que serviriam como praças no circuito do Centro Histórico e na criação de pontos de encontro diversos – “tacacá, sucos, sorvetes, frutas, bares, etc” (BELÉM, 1975, p. 137).



A mais notável e expressiva proposta de intervenção presente no plano destinado à Área Central de Belém é a do Conjunto 2 (Figuras 02 e 03) que corresponde ao Largo da Sé (Praça Frei Caetano Brandão) e à Praça Dom Pedro II. A área tem um grande valor histórico e cultural para a cidade, por ser o centro político da cidade e sua origem irradiadora. Estão presentes importantes obras arquitetônicas, assim como espaços públicos com grande valor para a cidade e para a história, como a Praça do Relógio, a Praça Felipe Patroni, o Forte e a Ladeira do Castelo e o Largo de São João. Este conjunto tem forte caráter monumental, tanto pela espacialidade urbana quanto pela grandiosidade arquitetônica, e tem potencial para ser o núcleo turístico da cidade.



Figuras 02 e 03 – Perspectivas para a Área no entorno da Catedral de Belém. Fonte: BELÉM, 1975.

Quanto às técnicas de expressão gráfica, as perspectivas são executadas originalmente em nanquim sobre papel vegetal, com imagem reproduzida a partir de original fotográfico. Tais desenhos eram reproduzidos por fotolito em alto contraste e impressão em offset e dimensionados na prancha no momento da diagramação, ou seja, podiam ter tamanhos diferentes que os desenhos originais. Não apresentavam escala gráfica nem qualquer outra referência métrica. Na representação da situação proposta, a limpeza gráfica expressa também a assepsia do projeto, somente com o uso de nanquim para limpeza no traço, quanto nas representações da situação anterior (no projeto referido como “atual”),



utiliza-se o grafite para representar os danos nos edifícios e dar aspecto mais conturbado visualmente ao desenho.

As propostas para este conjunto reforçam categoricamente o ideal de embelezamento da cidade: desapropria-se, demole-se e remaneja-se o que compromete de maneira negativa a paisagem urbana, enquanto recupera-se e reintegra-se o que a fortalece. Para o subconjunto do Largo da Sé e do Forte do Castelo, há a proposição de demolição de diversos “prédios prejudiciais ao conjunto” (BELÉM, 1975, p. 138), como galpões de maneira encostados à Igreja de Santo Alexandre e outros prédios e barracões comerciais situados no entorno. Na praça Frei Caetano Brandão, há a curiosa proposição de transferência da estátua do centro da praça e a reimplantação das mangueiras como vegetação periférica e das duas centenárias Cicadácias – vegetação com folhas semelhantes às de palmeira, mas de baixa altura, nunca chegando à altura de uma árvore – no centro da praça, possibilitando que o espaço seja usado também para atender ao público das igrejas em suas festividades. Evidencia-se que há uma forte preocupação com as intervenções paisagísticas nos espaços dos conjuntos. A manutenção, complementação e revitalização de espécies vegetais em diversas partes, principalmente nas rotas para pedestres, contribuem para o caráter ornamental e apreciativo previsto para a área.

Quanto às medidas de integração, ainda neste subconjunto, propõe-se o incentivo da circulação de pedestres na área, além da criação de áreas de estacionamento – junto à Igreja da Sé e entre a Praça Felipe Patroni e o Largo de São João, na região posterior do Palácio – que fizessem com que os habitantes/visitantes com carros executassem o trajeto do estacionamento às praças e aos edifícios de maneira fácil e segura. Além da conexão das praças entre si e das áreas de estacionamento, indica-se a criação de comunicação entre a praça e o rio Guamá, visando integrar o ambiente construído à paisagem natural. Esta estratégia de abertura da paisagem para o rio é recorrente nos projetos futuros para as áreas de orla de Belém, com o lema de “janelas para o rio”, que consta no Plano Diretor de Belém de 1993 (MOREIRA, 2016, p. 39).

E, de caráter mais icônico, há a proposta de criação de um enorme lago artificial, circundando ambos os Palácios, o do Governo e o Azul – hoje Lauro Sodré e Antônio Lemos, respectivamente –, vistos na figura 01 do relatório de Lemos. Tais propostas constituem um cenário que beira a utopia, a supremacia do monumento, a exaltação da arquitetura e o fetichismo da integração com a água que busca transportar e elevar, narrativamente, as edificações monumentais do espaço urbano presente. Há o enlace com a supremacia histórica de Belém e o resgate da imagem de cidade moderna e abastada. Esta é a chave para a compreensão dos processos de embelezamento do espaço urbano: a



criação de uma narrativa visual, de um espaço deslumbrante e majestoso, que carrega diversos valores e serve, neste caso, como forte estratégia de veiculação de ideais políticos.



Figuras 02 e 03 – Perspectivas para a Área no entorno dos Palácio Antônio Lemos (sede da prefeitura) e Palácio Lauro Sodré (sede do governo do Estado) (situações atual e proposta, respectivamente). Fonte: BELÉM, 1975.

4. PERSPECTIVAS DO PROJETO FELIZ LUSITÂNIA DE 2002

Conservando diversas estratégias de abordagem do Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém, o Projeto Feliz Lusitânia, do Governo do Estado do Pará (1997-2002), estabelecia proposições bastante focadas no embelezamento urbano e no preparo da área – agora em um recorte menor, comparado ao PDGB – para o turismo. O projeto visava a dinamização espacial e econômica da área do complexo através da organização urbana para a atividade de turismo comercial, principalmente pela retomada de referenciais teóricos, sociais e econômicos do Pará. Tal ideal de resgate da memória da cidade tem forte relação com as propostas do projeto anterior analisado neste trabalho, que visavam a retomada da imagem da cidade deslumbrante em seu auge histórico e do uso de tal poder de narrativa visual como atrativo turístico, econômico e social para a área.



Com preocupação restaurativa, o projeto visava a manutenção do patrimônio edificado de reconhecido valor na área que deu origem a Belém, com fortes exemplares de edifícios importantes para a história da cidade. Quanto aos edifícios presentes no complexo e abrangidos pelo projeto, MOREIRA (2016, p. 44) elucida:

Na primeira etapa do projeto foram incluídos a Igreja de Santo Alexandre, onde encontra-se o Museu de Arte Sacra; o Palácio Episcopal; a Casa das Onze Janelas, que abrigou um restaurante e algumas galerias de arte; o Forte do Castelo, no qual está o Museu do Encontro; os anexos, os jardins e o entorno imediato dessas áreas; e as oito edificações térreas, situadas à Rua Padre Champagnat.

As áreas livres correspondiam, de maneira geral, à área da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo. Sendo área da Marinha, o Ministério autorizou o uso dos espaços pelo Governo do Estado para a execução do projeto, e a consequente demolição de diversos edifícios para abertura da paisagem, como galpões de depósito de suprimentos, edificações e benfeitorias do Clube do Círculo Militar (MOREIRA, 2016, p. 45). A integração da abertura de espaços públicos – com a demolição de alguns edifícios e o projeto de áreas de convivência – e do mote “janelas para o rio” fez com que se obtivesse uma unidade na compreensão espacial do local, sem divisões físicas aparentes. Contribuindo para a unidade espacial, houve a derrubada do muro que se situava na extremidade do lote do Forte, o que ainda hoje causa densos debates sobre restauro e patrimônio histórico.

Sobre a análise gráfica das perspectivas, agora é utilizada a técnica da maquete eletrônica, ainda sem muito refinamento: talvez devido à época em que foi executada, devido a limitações tecnológicas no processamento computacional. As perspectivas, por mais que visualmente atraentes *a priori*, apresentam blocos em três dimensões e texturas despreocupadas com o real e as imagens finais provavelmente sem pós-produção em software de edição de imagem, resulta em aspecto final pouco aprimorado. Tecnicamente, dão a impressão de certo desleixo pela utilização de fotos na modelagem das fachadas dos prédios do conjunto, o que poupa tempo na modelagem dos elementos arquitetônicos mais detalhados – fortemente presentes nas edificações do Complexo.

O fundo preto, recortado (Figura 04), não demonstra muito cuidado ou integração com o entorno, ou relação do projeto com a cidade como um todo, o que poderia ser facilmente solucionado, tecnicamente, com programas de edição de imagem e fotos aéreas da cidade. Por mais que, de maneira geral, a maquete seja mais atrativa que as figuras do PDGB por utilizar-se de cores e mecanismos gráficos que aproximam à realidade, demonstra certos aspectos questionáveis em sua execução.



Figura 04 – Maquete eletrônica da área do Projeto Feliz Lusitânia, incluindo o casario na quadra da Igreja de Santo Alexandre ao fundo e a exclusão da Catedral de Belém adjacente a Praça Frei Caetano Brandão. Fonte: SECULT, 2002.

Curiosamente a maquete eletrônica não apresenta a Catedral da Sé, talvez pelo fator da complexidade arquitetônica e volumétrica do edifício que resultaria em longas horas de modelagem. Embora a intervenção executada pelo Governo do Estado na época tenha sido representativa como atrativo econômico para Belém, tanto em função da instalação de museus e de restaurantes na área, a restauração da catedral só foi finalizada em outra gestão estadual.

5. DESENHOS DE PERSPECTIVAS E A MÍDIA ESTATAL

As imagens criadas para o Centro Histórico de Belém ao longo do tempo vêm sendo amplamente utilizadas pela mídia governamental, veiculadas como parte de um projeto mais amplo de preservação do patrimônio histórico, complementar ao Complexo Estação das Docas inaugurado anteriormente, assim como uma alternativa mais cuidada do ponto de vista estético e saneado quando comparado à vizinha Feira do Ver-o-Peso. Adotando-se como ponto de referência o estabelecimento feito por Lemos ainda no início do século XX do conjunto de imagens feitos para divulgação de seu governo e que chega à contemporaneidade na forma de fotografias publicadas nos seus relatórios, sugere-se com as análises feitas por meio dos desenhos em perspectiva que há uma linha de articulação entre as propostas espaciais e a produção de mídia estatal.

Longe de constituir-se em estudo aprofundado no campo da comunicação, o caso aqui exposto pode ser articulado a um dos pontos de uma agenda de investigação para a



relação entre política e mídia indicado por Rubim e Azevedo (1998), trata-se de um possível componente a ser investigado em estudos dos atos de fala políticos, trazendo elementos da semiologia e semiótica da leitura das imagens pelos seus caracteres simbólicos e de construção de significado, neste caso do tratamento urbanístico e arquitetônico do espaço público. Sugere-se que estaríamos abrindo campo para o que:

[...] certamente lapidaria [seu instrumental teórico-metodológico e encontraria resultados mais elucidativos acerca dos discursos políticos midiáticos, de seus processos de produção de significados e símbolos, de seus protocolos de enunciação e negociação de sentidos, bem como de seus sistemas discursivos. (RUBIM E AZEVEDO, 1998, s.p.)

Em meio aos estudos da relação entre política e mídia, observa-se que embora haja ênfase na análise da propaganda no processo eleitoral, inclusive com a utilização maciça de imagens de obras públicas na televisão, tanto concluídas como por meio de maquetes eletrônicas animadas ou não, os estudos ainda estão por incluir elementos constituintes dos próprios projetos urbanísticos. Ao estabelecer uma relação com os desenhos dos projetos, seja nos planos diretores, seja na condução de seus detalhamentos por meio de projetos de arquitetura e de desenho urbano, a gestão pública passa a desempenhar um papel de destaque na construção de uma imagem pública, capaz de criar uma narrativa para o Estado, uma narrativa visual em substituição à ação, por conta de sua expressão plástica, assim como pelas especulações formais em meio à discussão do viés político.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O paper propõe que as perspectivas analisadas para projetos no Centro Histórico de Belém constituem subsídio para o entendimento da dimensão discursiva e simbólica das perspectivas, aqui sugeridas como componentes midiáticos capazes de revelar as vinculações entre ações políticas e sociais, bem como a capacidade de influenciar os avanços e retrocessos no processo de democratização do planejamento urbano na RMB.

Isto é feito primeiramente relacionando diferentes posicionamentos de caráter embelezador ou de melhoria da eficiência sanitária ou funcional, sugeridos no paper como subsidiários do urbanismo progressista conforme proposto por Choay. Na condução de projetos de intervenção em área tombada, há componentes culturalistas importantes. Apesar de não se constituir em uma ação programada, a proteção patrimonial também se insere no discurso governamental. Primeiro por meio de imagens especulativas no plano da década de 1980 e depois na representação de um projeto que de fato foi implementado nos anos 2000. As imagens trazem consigo o discurso do Estado para o aproveitamento econômico com a participação privada. Tudo mediado pela campanha da mídia de que os



bens públicos ali existentes e sua utilização são robustos o suficiente para funcionarem como fonte de desenvolvimento econômico para a cidade, o que também constitui um elemento do discurso midiático do Estado.

Outro fator é que já desde as imagens dos relatórios governamentais de Lemos, ainda no início do século XX, ao relacionarem a ação estatal a manutenção dos espaços públicos e a intervenções de estruturação, já se nota um controle do espaço. As proposições de melhoria no espaço público são autorizadas pelo crescente reconhecimento feito pelos usuários de que a mensagem que chega do Estado é de sua responsabilidade em garantir que o patrimônio e o desenvolvimento econômico associados serão atingidos por meio da intervenção física. O que crescentemente vem sendo veiculado nas mídias governamentais, mesmo que efeitos negativos fiquem sem mitigação, o que parece mais relevante é a iniciativa e a proposição, sem necessariamente uma avaliação mais rigorosa dos resultados.

Referências bibliográficas

BELÉM, Prefeitura Municipal. **Álbum de Belém**. Pará: F. A. Fidanza, 1902.

_____. **Plano de Desenvolvimento para a Grande Belém (PDGB)**. Volume II – Anteprojeto de Remanejamento da Área Central. CODEM, 1975.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **A Cidade Sebastiana. Era da borracha, memória e melancolia numa capital da periferia da modernidade**. Belém: Edições do Autor, 2010.

CHOAY, Françoise. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 1979 [publicado originalmente em 1965].

D'ANGELO, Martha. **A modernidade pelo olhar de Walter Benjamin**. Estud. av. vol.20 no.56 São Paulo Jan./Apr. 2006

DOMINGUEZ, Fernando. **Croquis e perspectivas**. Porto Alegre: Editora Masquatro, 2011.

IPHAN, **Bens tombados e processos de tombamento em andamento** (atualização 08/08/2017). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Lista%20bens%20tombados%20e%20processos%20em%20andamento%20ago>, 2017, acesso em 15/10/2017.

LIMA, J. J. **Ordenamento territorial e os serviços de infra-estrutura na Região Metropolitana de Belém**. In: PEREIRA, José Almir Rodrigues (org.). Saneamento ambiental em áreas urbanas. Belém: UFPA/NUMA, EDUFPA, 2003.

MATOS, Ana Léa Nassar. **Um projetista para a cidade lemista: José Sidrim**. In: SARGES, Maria de Nazaré; LACERDA, Franciane Gama (org.). Belém do Pará: História, cultura e cidade para além dos 400 anos. 2. ed. rev. e ampl. Belém: Açai, 2016.

MOREIRA, Juliana Vasconcelos. **Urbanidade nos espaços públicos do Complexo Feliz Lusitânia: o caso das áreas livres da Casa das Onze Janelas e do Forte do Castelo** (Dissertação de mestrado). Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2016.

NUNES, Márcia Cristina Gonçalves. **Rumo ao Boulevard da República: entre a cidade imperial e a metrópole republicana** (Tese de doutorado). Belém: Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-graduação em História., 2017.



RUBIM, Antonio Albino Canelas; AZEVEDO, Fernando Antonio. **Mídia e Política no Brasil: textos e agenda de pesquisa.** São Paulo: Lua Nova (online), 1998, n. 43.

SECULT, Secretaria de Cultura do Estado do Pará. **Maquetes eletrônicas do Projeto Feliz Lusitânia.** Arquivo em formato jpg. 2002.

VILLAÇA, Flávio. **Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil.** In: DEÁK, Csaba; SCHIFFER, Sueli Ramos (org.). O processo de urbanização no Brasil. São Paulo: EdUSP, 1999.

**GT 06 – mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****GEPOLÍTICA DO PETRÓLEO, COMUNICAÇÃO E PSICOSFERA: OS USOS DO TERRITÓRIO SOB OS INTERESSES DO CAPITAL TRANSNACIONAL**

Ruth Alexandre de Paulo Mantoan (Universidade de São Paulo - USP)¹
ruthalexandre@usp.br

RESUMO

A geografia do petróleo é formada também, por uma geopolítica, mas esta última raramente é encontrada nas informações sobre a Petrobras, transmitidas pela mídia brasileira. A maioria das notícias apresenta o petróleo nacional mais como *commodity*, que como uma riqueza estratégica. Eventos importantes ocorridos recentemente foram noticiados sem abordar a importância geopolítica do recurso envolvido. E a avalanche diária de informações de corrupção, investigada pela “Lava Jato”, gera uma “atmosfera pessimista” em torno de uma das maiores petroleiras do mundo. Nesse sentido, o presente artigo pretende abordar os círculos de informações veiculadas no território nacional, envolvendo a questão da Petrobras, apoiando-se principalmente no conceito de psicofera, enquanto aspecto imaterial importante para entender a dialética do mundo globalizado, governo mundial em confronto com Estado Territorial, estudados por Milton Santos. Para exemplificar como a atuação da empresa Petrobrás foi apresentada nas notícias veiculadas pela mídia nacional, escolhemos os jornais Folha de S. Paulo e O Globo, em razão da amplitude de circulação, perfil de reprodutores de agências transnacionais de notícias e da credibilidade dos mesmos, que lhes permite pautar os círculos de informação no território brasileiro.

Palavras-chave: Petrobras, informação, psicofera, território, geopolítica

1. INTRODUÇÃO

A dimensão do patrimônio nacional contido na Petrobras, bem como a importância geopolítica que este representa para autonomia econômica e política do território brasileiro, pelo fato do petróleo ainda ser a principal matriz energética do mundo, não recebe destaque suficiente na mídia de massa do país, para permitir que a nação mantenha a consciência dessa riqueza e da estatura que ela pode conceder ao Brasil, na relação com os outros países, e possa participar das decisões sobre a condução da empresa. Em 2010 a Petrobrás alcançou o posto de 4ª maior empresa do mundo, com valor de mercado estimado em cerca de US\$ 217 bilhões, mais do que companhias como a Microsoft. De acordo com informações de agosto de 2017, disponibilizadas no site da empresa, a Petrobras atua nos

¹ Mestranda em Geografia Humana – Universidade de São Paulo; graduada em Geografia pelo IFSP- Instituto Federal de Ciência e Tecnologia de SP; graduada em Comunicação Social pela FIAM - Faculdades Integradas Alcântara Machado.



segmentos de exploração e produção, refino, comercialização, transporte, petroquímica, distribuição de derivados, gás natural, energia elétrica, gás-química e biocombustíveis e está presente em 19 países. A Petrobras é uma das 15 maiores petroleiras do planeta e tem *know-how* exclusivo, de exploração de petróleo em águas profundas.

Nas informações sobre a Petrobras sobressai o petróleo *commodity*, e não o da riqueza estratégica. O patrimônio aparece de forma fragmentada, o que não dá a dimensão real. Essa prática tem se mantido mesmo após a descoberta da gigantesca jazida de petróleo, na camada de pré-sal. A falta dessa contextualização pode ser comprovada, por exemplo, quando o governo brasileiro mudou os contratos de exploração, para aumentar o controle do Estado sobre esse patrimônio nacional em, 2010. Nem após declaração do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2008, da desconfiança sobre os motivos que levaram os EUA a reativar a IV Frota de Navios de Guerra, em águas próximas ao Pré-Sal, nem após a denúncia do site WikLeaks em 2010, sobre o lobby internacional junto a políticos brasileiros, pelo retorno dos contratos à forma de concessão, de interesse das petroleiras internacionais, muito menos, quando o Senador José Serra, do PSDB, apresentou o Projeto de Lei do Senado nº 131, com alterações nos contratos de exploração do petróleo, revendo iniciativas tidas como nacionalistas e protecionistas pelo mercado, projeto que deu origem à Lei 13.365/2016; menos com a operação Lava a Jato, deflagrada para investigar corrupção na Petrobras, a geopolítica do petróleo esteve em pauta, o que prepondera é um arcabouço de notícias negativas que cria o senso comum de que a empresa representa um problema.

1.1 A IMAGEM DO PETRÓLEO BRASILEIRO NA COMUNICAÇÃO

No dia 31 de março de 2016, o Jornal Folha de S. Paulo recuperou a informação de “prejuízo recorde” do balanço/2015 da Petrobras. A charge mostra uma plataforma à deriva, suportada por uma jangada de madeiras sobre tambores. Inspirada pela charge, em 07/04/2016, foi pesquisado no site de buscas Google pelo seu título: “Petrobras com recorde de 34,83 bilhões em 2015”, encontrou-se 70 títulos idênticos. Os 10 títulos de cada página, até a página sete, apresentavam as palavras: Petrobras, prejuízo recorde”.

Somente na página oito do site de buscas, surgiu um título que apresentava um contraponto: “Petrobras continua produtiva e lucrativa” do site “Diálogo Petroleiro”. Abaixo, apresentamos a cópia da primeira página resultante da busca feita pelo título: “Petrobras com recorde de 34,83 bilhões em 2015”. Resultados da consulta:



1.2 - A DIAGRAMAÇÃO E O DIRECIONAMENTO DO OLHAR

A diagramação é parte importante da arquitetura da notícia, pois ela oferece e organiza o quadro onde as notícias estarão dispostas por ordem de importância, de forma hierárquica. Nos jornais, formato de veículo que nos dispusemos a uma análise pontual, focalizamos as capas principais e as dos cadernos Economia/Mercado; charges e a página onde foi publicada a notícia sobre a Petrobras. As capas trazem destaque para os acontecimentos, pré-definidos pelo viés ideológico do veículo, como “os mais importantes”, a serem informados à sociedade. A foto principal, a manchete em tipo maior, estarão em primeiro plano.

Em cinco de outubro de 2016, o Projeto do Senador José Serra, já aprovado no Senado, passou pela votação na Câmara. No jornal Folha de São Paulo, não foi manchete principal. Então na avaliação do jornal, não era o assunto mais importante. Aparece na coluna da esquerda da capa como a 4ª chamada com o título: “Câmara **acaba com fatia obrigatória no pré-sal**”. Assim, quem não acompanha a discussão sobre a lei terá pouca condição de entender do que se trata. No Jornal o Globo também não foi manchete principal. Ou seja, na avaliação do jornal, não era o assunto mais importante. “Câmara aprova **mudança no pré-sal**”, ocupou a coluna lateral, na segunda posição. O termo “mudança”, só informa quem está acompanhando as propostas do projeto, para os demais, mudança pode ser para pior ou para melhor.

Na verdade, de acordo com a disputa geopolítica do petróleo, o que está em jogo é se a Petrobras vai ou não controlar a exploração de seus campos de petróleo. No miolo título e texto também não trazem a informação de forma objetiva.

As tarjas vermelhas foram colocadas para ajudar na localização:



Figura 2 - Capa do Jornal Folha de S.Paulo



Figura 3 - Capa do Jornal O Globo

No *Jornal Folha de São Paulo*, a notícia aparece no interior do caderno *Mercado*, dedicado a assuntos relacionados à economia, e o título da matéria informa que o “dever” da Petrobras foi **reduzido**, e na linha complementar do título o fim da “obrigação”. Nada que leve à percepção de perda de controle sobre o petróleo.



Figura 4 – Notícia do jornal Folha de S.Paulo

O texto da notícia já é mais descritivo quanto ao embate de políticos e sindicalistas favoráveis e contrários às mudanças, durante o processo de votação, citando, mas sem indicar nomes, a expectativa de “especialistas”, da Firjan e de petroleiras, do aumento de investimentos, fala também no endividamento da Petrobras. Nenhum entrevistado, nada



sobre a geopolítica. Em pesquisa do Ibope-2015 (OESP, 2014)², os políticos aparecem em último lugar em credibilidade, ou seja, quando a matéria de um dos jornais mais importantes do país repercute o tema com deputados favoráveis e contrários busca confrontar um discurso com baixa credibilidade, outro, com mais crédito, de especialistas da Federação da Indústrias do Rio de Janeiro, a despeito desta federação já ter feito campanha favorável ao projeto do senador José Serra, inclusive com inserção paga nos jornais, também foi dado destaque as petroleiras, parte interessada nas mudanças. No jornal *O Globo*, a matéria saiu na capa do caderno *Economia*. A linha de complementação, abaixo do título informa que a **Petrobras está livre da “Obrigação”**. O segundo título indica que **“mudanças destravam investimentos”** e atraem empresas. O Olho destaca a afirmação de Moreira Franco, Secretario Executivo do Programa de Parcerias de Investimentos do governo Temer, segundo o qual: **“restabelece a confiança regulatória e conceitual[...]**”. O subtítulo em negrito informa: **SINDICATOS SÃO CONTRA**. Os personagens ouvidos pela reportagem



Figura 5 - Jornal O Globo

são: deputados favoráveis e contrários às mudanças, com os problemas de credibilidade indicados acima; Alfredo Renault, professor da PUC/RJ e diretor da RioSil Consultoria, onde desenvolve análises, cenários prospectivos e planejamento estratégico, oferecendo consultoria em energia para grandes empresas e organizações do setor.

Entre os favoráveis, ouviram deputados da base de apoio, membros do governo Temer, e especialistas ligados à consultorias tipo de empresa muito relacionado aos *lobbies* do setor empresarial junto ao governo. Os entrevistados contrários são petroleiros, sindicalistas, e deputados da oposição ao governo Temer. As questões do petróleo ficaram restritas às mudanças nos contratos, questões econômicas, de produção e de investimento externo.

Não se aborda o fato de o Brasil ter tecnologia para prospecção de petróleo em profundidade, não se discute que o custo de extração do barril estava em U\$10, atualmente está em U\$7³ e sendo vendido por um valor em torno dos U\$50⁴. Quando se fala em

² Jornais trazem notícias mais confiáveis, aponta Secom. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/geral,jornais-trazem-noticias-mais-confiaveis-aponta-secom,1138229>>. Acessado em 16/10/2016

³ “A Petrobras reduziu o custo de extração no pré-sal para menos de 7 dólares por barril ...”.Disponível em:<<https://exame.abril.com.br/negocios/petrobras-ve-custo-no-pre-sal-abaixo-de-us7barril/>>. Acessado em 09/10/2017



necessidade de investimento externo, não se discute que o Brasil, tendo o controle, decide quando vai explorar, pode esperar o melhor momento e obter preços ainda melhores no futuro.

1.3 – OPINIÃO PÚBLICA X PENSAMENTO HEGEMÔNICO

A comunicação social é vital para a democracia, pois desempenha papel estratégico na formação da opinião pública. Diante dessa condição, é imprescindível que os meios de

comunicação garantam espaço para as diferentes vozes representantes de uma sociedade plural, de acordo com os preceitos do artigo 1º; inciso 5º da Constituição Federal de 1988. Portanto a concentração dos meios de comunicação em mãos de poucos grupos econômicos no Brasil e a possibilidade de uso desta concentração, como ferramenta de influência na elaboração de políticas, contraria as determinações da Constituição. Só há limite para a concessão de rádio e TV (Portal



Gráfico 1 – Empresas do Grupo Globo – Fonte Arthur William Santos (2016)

EBC), não para a aquisição de outros meios (jornais, revistas, sites, etc.), nem para a reprodução em outras emissoras. Logo, esse cruzamento de mídias aliado às emissoras repetidoras de conteúdo, ganha capacidade de maximizar a reprodução de um pensamento hegemônico, levando uma informação sem contraponto, por todo o território nacional

Sobre os maiores grupos brasileiros de mídia, ranqueados pelo faturamento obtido, constata-se que dentro do oligopólio da mídia também existe uma forte concentração econômica. O Grupo Globo controla a maior parte da estrutura de comunicação e também das verbas publicitárias. É necessário levar em conta também o papel desempenhado pela televisão, que reproduz as informações pautadas pelos impressos, nesse processo. De acordo com estudo de Eula Dantas Cabral (2015), sobre a Comunicação no Brasil, 96,9% dos lares brasileiros têm, pelo menos, um aparelho de televisão e 83,4% um rádio; 48%

⁴ Cotação do Petróleo. Disponível em: <http://www.investir-petroleo.pt/artigo/cotacao-barril-petroleo.html>. Acessado em 09/10/2017.



acessam a Internet; 21% leem jornal e 13% revistas; 26% dos lares brasileiros são atendidos por serviço pago de TV; 23% por antena parabólica. E que no Brasil, essa comunicação social transformou-se em um negócio altamente lucrativo na forma de propriedade privada fortemente concentrada, conforme Fernandes (2009):

No século XX, o jornalismo tornou-se definitivamente uma atividade empresarial, exigindo organização e capital, e regendo-se pelas regras do sistema capitalista.[...] Dentro da lógica capitalista, as empresas de comunicação passaram a acumular veículos de comunicação social, concentrando poder econômico e político. Esse movimento concentracionista foi facilitado pela ausência, no Brasil de limites legais à concentração de veículos de mídia por um mesmo grupo econômico. (FERNANDES, 2009, p.47)

Importante refletir sobre essa força da televisão, que além da capacidade de abrangência territorial, ficou com 70%⁵ na distribuição das verbas publicitárias em 2016. Entre os dados dessa concentração, importante destacar o caráter multimídia dos grandes grupos, que na verdade controlam diferentes tipos de meios de comunicação, rádio, televisão, impresso, internet, etc. Neste sentido, o caso do Grupo Globo é emblemático (gráfico 1). E como vimos não existe legislação que impeça essa concentração. Outro fator importante é a cobertura territorial pela programação da TV Globo. Em 2008, já atingia 97% do território nacional. A dimensão que tomou a empresa de comunicação é vista como monopólio, não só da transmissão de informações como das verbas publicitárias, de acordo com Fernandes (2009). E a importância das empresas afiliadas para estender a programação por todo o território brasileiro e conformar a psicosfera, Munhoz (2009):

O sistema de emissoras afiliadas da Rede Globo de Televisão consolidou-se no Brasil na década de 1970[...]A empresa, ao organizar este sistema, cria uma divisão territorial do trabalho que transforma as afiliadas em unidades de produção de informações para a sede, enquanto ela produz a maior parte da programação que é transmitida pelas afiliadas. A existência de uma tecnosfera (torres de recepção e retransmissão, links de microondas e captação do sinal do satélite, etc.) e de uma psicosfera (ideologia do progresso que se transmite com a programação da emissora nacional tradicionalmente reconhecida pela sua qualidade técnica) cria as condições para que este sistema funcione com uma alta capilaridade territorial e se imponha verticalmente nos lugares. (MUNHOZ, 2009, p.12)

Para Venício A. de Lima e Bráulio Santos Rabelo (2015), o caso da Globo poderia ser caracterizado como “monopólio, em razão da fatia do mercado controlada pela empresa e do poder de alteração unilateral das regras, como ficou evidenciado no exemplo da

⁵ “De acordo com o estudo (Kantar IBOPE Media), a TV (aberta, paga e merchandising) segue como principal destino das verbas de mídia, atraindo 70% do total de compra de espaço publicitário em 2016. O meio acumulou R\$ 95,9 bilhões, representando um crescimento de 4,3% no período.” Disponível em: <http://appbrasil.org.br/noticias-e-artigos/noticias/mais-de-30-mil-novos-anunciantes-passaram-a-investir-em-publicidade-no-brasil-em-2016-aponta-kantar-ibope-media/>>. Acessado em 17/10/2016.



negociação dos direitos de transmissão do campeonato brasileiro de futebol.” E, com base em dados de 2009, demonstrou que a Globo controlava 73,5% das verbas publicitárias, a Record 10,1%, o SBT, 8,7%, a Band 4,9% e a Rede TV 1,9%. A concentração da estrutura de propriedade, aliada à concentração das verbas, cria um ciclo difícil de ser quebrado por outras opções de comunicação. E a internet vem reproduzindo esse quadro de concentração, de acordo com os participantes do lançamento da Campanha que vai monitorar a propriedade da mídia no Brasil MOM⁶:

“Olaf Steenfadt destacou que [...]a concentração da propriedade, o aumento do monopólio, torna-se cada vez mais visível em vários países do mundo e também na internet. A Google, por exemplo, concentrou 86% da verba publicitária no último ano”, disse. No caso do Brasil, ainda persiste uma realidade de prevalência dos chamados meios tradicionais, rádio e televisão.”

Dados da Pesquisa Brasileira de Mídia, de 2015, apontam que 95% da população tem a televisão como veículo preferencial. Pesquisa TIC Domicílios, realizada pelo Cetic.br⁷, aponta que mais da metade da população não tem acesso à internet⁸.

O artigo 220 da Constituição determina que não pode haver monopólio ou oligopólio na comunicação social eletrônica. Cabe ao Congresso Nacional elaborar leis que regulamentem essa determinação constitucional. A regulação dos meios de comunicação é uma prática de países como Inglaterra, França, Alemanha e Estados Unidos. Diferente do Brasil nos EUA o The New York Times não pode fazer o cruzamento com uma emissora de TV. No Brasil, o projeto de Lei de Iniciativa Popular prevê a divisão do sistema nacional de comunicação em:

privado, estatal e público, conforme previsto na Constituição, reservando 33% para este último, sendo que metade deste número deve ser utilizado de forma comunitária. Outra proposta que consta no projeto é a da criação de um “Fundo Nacional de Comunicação Pública” para auxiliar no sustento do sistema público, que levanta recursos de forma diferente da iniciativa privada. Desse fundo, ao menos 25% serão utilizados para promover a comunicação comunitária. Um dos capítulos do projeto de lei é todo dedicado a “concentração, o monopólio ou o oligopólio”. (INTERVOZES, 2013)

⁶ Com a missão de monitorar a adoção das tecnologias de informação e comunicação (TIC) – em particular, o acesso e uso de computador, Internet e dispositivos móveis – foi criado em 2005 o Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br). O Cetic.br é um departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (Nic.br), que implementa as decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet do Brasil (Cgi.br).

⁷ “Pesquisa irá monitorar os proprietários da mídia no Brasil”(Por Intervozes em 5 de julho de 2017). Disponível em:< <http://intervozes.org.br/intervozes-e-reporteres-sem-fronteiras-lancam-iniciativa-para-aumentar-a-transparencia-da-midia-no-brasil/>>. Acessado em: 09/10/2017.

⁸ Nos últimos dias 29 de junho e 04 de julho(2017) foi lançado, em São Paulo e no Rio de Janeiro respectivamente, a versão brasileira do Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor – MOM), pesquisa que busca mapear os maiores controladores das empresas de mídia, seus interesses econômicos e uso das verbas públicas no setor. O mapeamento acontece entre julho e outubro deste ano quando os dados serão levantados e disponibilizados online. O Brasil é o 10º país a receber o projeto, que já ocorreu em lugares como Colômbia, Tunísia e Hungria.



O texto impõe restrições à propriedade, permitindo que se controle até cinco emissoras em território nacional, e impede “propriedade cruzada”. Apesar do empenho da sociedade junto ao governo de Dilma Rousseff, o projeto não virou lei.

2. BREVES APONTAMENTOS SOBRE A GEOGRAFIA DO PETRÓLEO

Desde 2006, a Petrobras é detentora do maior campo petrolífero já encontrado em região profunda, abaixo das camadas de rochas salinas. De acordo com informações do site “Diário do Pré-sal”, o óleo encontrado tem baixo teor de substâncias poluentes, como enxofre e nitrogênio, encontrados no petróleo pesado e, portanto, o petróleo leve da camada pré-sal é estratégico para o Brasil, pois é mais fácil de ser refinado, produzindo uma porcentagem maior de derivados finos e, por isso, é comercializado por um valor maior no mercado internacional.

Se as reservas petrolíferas forem de 100 bilhões de barris, e o petróleo estiver cotado entre US\$ 50,0 ou US\$ 100,00, esta riqueza mineral permitirá ao país obter uma renda gigantesca, entre US\$ 5 trilhões e US\$ 10 trilhões, apenas extraíndo óleo cru. Se o petróleo for refinado, para a produção de outros subprodutos, este valor pode ser multiplicado em várias vezes, impactando diretamente toda a economia nacional. (Diário do Pré-sal, ano 2009).

O petróleo está na base de inúmeros produtos, desde os combustíveis utilizados em veículos, na indústria, no comércio e nos domicílios, como gasolina, óleo diesel, querosene, gás de cozinha (GLP). E também, enquanto matéria-prima, em lubrificantes, fertilizantes, explosivos, ceras, parafina, asfalto, alimentos, roupas, embalagens, equipamentos eletrônicos, cosméticos, chicletes, giz de cera, remédios entre outros. A expectativa é de que o petróleo permaneça como matriz energética global até 2050. E por ter se transformado em recurso natural ‘geopolitizado’, no mundo capitalista o petróleo é símbolo de poder, segurança, e paradoxalmente, de insegurança (Monié e Binsztoc - 2012).



Figura 6 – Disponível no site da Agência Nacional do Petróleo

De acordo com informações do site da Petrobras, a área total da província do pré-sal (149 mil km²) corresponde a quase três vezes e meia o estado do Rio de Janeiro, um polígono de aproximadamente 800 km de extensão por 200 km de largura, no litoral entre os estados de Santa Catarina e Espírito Santo.

Graças ao desenvolvimento de tecnologia para prospecção em águas profundas, a produção de



petróleo do pré-sal brasileiro ultrapassou, no primeiro semestre de 2016, 1 milhão de barris/dia. A Petrobras recebeu pela terceira vez prêmio “OTC Distinguished Achievement Award for Companies, Organizations, and Institutions”, nos Estados Unidos, por desenvolvimento de inovações em “tecnologia em águas profundas”, que são fundamentais no desafio do Pré-sal.

De acordo com a Associação dos Engenheiro do Petróleo, (2016), vivemos um cenário diferente daquele de 40 anos atrás, época em que a economia de petróleo mundial era dominada pelas empresas conhecidas como as sete irmãs - Shell, Texaco, Exxon, Standard Oil, BP, Chevron, Gulf Oil – que detinham 74% da produção mundial e possuíam 48% das reservas descobertas. Em 2016 controlavam menos de 30% da produção e eram proprietárias de menos de 4% das reservas mundiais. As novas sete irmãs, de acordo com AEP, são agora estatais: russa, chinesa, iraniana, brasileira, malasiana, venezuelana e saudita. Nenhuma dos Estados Unidos. Atualmente, os países membros da OPEP possuem cerca de 75% das reservas mundiais de petróleo.

2.2 – PRÉ-SAL: CONTROLE DO ESTADO X CONTROLE DO MERCADO

Nesse contexto internacional, em função da descoberta do Pré-Sal, três leis mudaram a regulamentação da exploração e partilha do petróleo brasileiro em 2010. Essa mudança tornou a Petrobras operadora única dos blocos, com participação mínima de 30% na exploração e produção do pré-sal, com o objetivo de manter o controle dessa riqueza estratégica com o Estado. Na sequência, em dezembro de 2010, o site Wikileaks revelou cinco telegramas enviados pelo consulado norte-americano a Washington envolvendo a questão do pré-sal, vazados pelo ex-agente americano da NSA, Edward Snowden. A cônsul Elizabeth Lee Martinez refere-se ao pré-sal como “uma nova e excitante descoberta” e uma “oportunidade de ouro” para as empresas americanas. O título de um dos telegramas: “A indústria do petróleo vai conseguir combater a lei do pré-sal”. Como vimos, a Lei 13.365/2016, modificou as regras da partilha sem participação dos brasileiros no debate.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De Milton Santos (1994) apreendemos que a técnica reconfigurou o mundo e na atualidade o meio técnico-científico-informacional permite, que essa remodelação do mundo se refaça, adaptada aos interesses dos que administram um mundo globalizado. O papel da informação é ferramenta importante nesse processo, na medida em que atua na construção de uma hegemonia comandada pelos setores mais concentrados da mídia, com a



transmissão de crenças, desejos, inspirando comportamentos... conformando a "psicosfera". Uma mediação interesseira, carregada de tintas e que mutila o conjunto. "O terrorismo da linguagem (H. Lefevre, 1971,p.56) leva a contraverdades mediáticas, conforme nos ensina B. Kayser (1992). Este autor nos dá alguns exemplos, convidando-nos a duvidar do próprio fundamento de certos discursos das mídias." (SANTOS,1994, p.22)

Inspirado nesse pensamento, este artigo propôs uma reflexão sobre como vem se constituindo uma psicosfera negativa em torno da empresa Petrobras, a partir da ação dos meios de comunicação de massa, e sobre os riscos dessa imagem negativa, num contexto de disputa do mercado internacional do petróleo. O levantamento documental foi feito pontualmente em notícias publicadas nos jornais Folha de São Paulo e O Globo, das quais foram observadas suas manchetes, o perfil dos entrevistados e diagramação. A análise, aqui apresentada, indica que a maioria das informações sobre a Petrobras não é contextualizada com disputas e conflitos internacionais pelo petróleo e "mutilação do conjunto" da qual nos fala Santos(1994), fato que impede a ampliação do debate em torno de um patrimônio público estratégico para a Nação Brasileira.

É imprescindível debater, no Brasil, o papel da comunicação no processo das relações territoriais, a partir do conceito de "meio técnico-científico-informacional" de Milton Santos (1994), de espaço geográfico refeito pela técnica e entrevisto através da tecnoesfera e psicoesfera. Essa psicoesfera "resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo" (SANTOS, 1994, p.32). O autor chama a atenção para o fato de que o conceito de território, como espaço soberano do Estado-Nação, preconizado por Friedrich Ratzel, deu lugar à "transnacionalização do território". Uma nova forma de relação entre os territórios, na qual os Estados-Nação mais poderosos têm condição de impor seu pensamento hegemônico a outros territórios, utilizando-se da informação e da cooptação política dos lugares; assim, as notícias passam a ser preponderantes para a segurança dos interesses do Estado-Nação e de sua autonomia.

Nesse contexto, torna-se indispensável considerar a informação como variável central que estrutura os territórios através de discursos, representações, linguagens. A amostra pontual tratada neste texto identifica que, em ambos os jornais, faltou ouvir especialistas em política energética internacional e em geopolítica para discutir a importância de o Brasil se tornar um player importante do petróleo no mundo, ainda dependente desta energia. "A mediação interessada, tantas vezes interesseira da mídia,



conduz... à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento." (SANTOS, 1994.p.22). Uma discussão ampliada daria aos brasileiros, proprietários da Petrobrás, condições de participar e decidir sobre quem deve controlar o petróleo, recurso natural que faz parte do território. Se os meios de comunicação não ampliam o assunto em suas abordagens não estão favorecendo aos interesses nacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CABRAL, Artur. **A Batalha do Petróleo**. Problemas - Revista Mensal de Cultura Política nº 7 - Fevereiro de 1948. Disponível em:< https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/07/batalha.htm>. Acessado em: 25/08/2016.
- CABRAL, Eula Dantas Taveira. **Mídia no Brasil: Concentração das Comunicações e Telecomunicações**. Revista Epitic, Vol. 17, nº 3, setembro-dezembro 2015. Disponível em:< <http://www.seer.ufs.br/index.php/epitic/article/viewFile/4298/pdf>>. Acessado em: 20/08/2016.
- CARTA CAPITAL. **Sobre publicidade estatal e transparência**. Disponível em:< <http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/sobre-publicidade-estatal-e-transparencia-7735.html>>. Acessado em: 25/08/2016.
- DIÁRIO DO PRÉ SAL. Disponível em:< <https://diariodopresal.wordpress.com/o-que-e-o-pre-sal/>>. Acessado: em 21/10/2016.
- FERNANDES, André de Godoy. **Meios de comunicação social no Brasil: promoção do pluralismo, direto concorrencial e regulação**. Disponível em: file:///C:/Users/Ruth%20Alexandre/Downloads/Andre_de_Godoy_Fernandes_Tese.pdf. Acessado em: 09/11/2016.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **WIKILEAKS OS PAPÉIS BRASILEIROS - Petroleiras foram contra novas regras para pré-sal**. Folha de São Paulo, 13/12/2010. Disponível em:< <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/poder/po1312201002.htm>>. Acessado em: 02/08/2016.
- GINDRE, Gustavo. **Dados financeiros grupos de comunicação**. Disponível em: < <http://gindre.com.br/conheca-os-dados-financeiros-dos-principais-grupos-de-midia-do-brasil/>
- KAHIL, Samira Peduti. **Psicoesfera: uso corporativo da esfera técnica do território e o novo espírito do capitalismo**. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 22 (3): 475-485, dez. 2010.
- LIMA, Venício A.; Santos, Bráulio Rabelo. Observatório da Imprensa. **Monopólio ou oligopólio?** 13/01/2015 na edição 833. Disponível em http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/_ed833_monopolio_ou_oligopolio_contribuicao_ao_debate/ > Acessado em 23/08/2016.
- KANTAR IBOPE MÍDIA. Disponível em:< <http://appbrasil.org.br/noticias-e-artigos/noticias/mais-de-30-mil-novos-anunciantes-passaram-a-investir-em-publicidade-no-brasil-em-2016-aponta-kantar-ibope-media/>>. Acessado em 17/10/2017.
- MARINONI, Bruno. **Concentração dos meios de comunicação de massa e o desafio da democratização da mídia no Brasil**. Disponível em: <http://intervozes.org.br/wp-content/uploads/2016/02/Projeto-FES-Artigo-concentracao-meio.pdf>.. Acessado em: 20/08/2016.
- MARCATO, Murilo. **Petróleo e Política: Quem são as novas sete irmãs do petróleo?** Disponível em: <http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/2946>. Acessado em: 10/09/2016.
- MONIÉ, Frédéric; BINZTOK, Jacob. **Geografia e Geopolítica do Petróleo**. Disponível em:< <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=WoHGBwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=>



geografia+e+petroleo&ots=GnejDdfG91&sig=mzlnwJ-lkOnY27ETXor6V6ymszM#v=onepage&q=geografia%20e%20petroleo&f=false.>Acessadoem: 03/09/2016.

MUNHOZ, Eliane Regina: **A rede Globo de televisão no território brasileiro através do sistema de emissoras afiliadas**. 2009. Dissertação de mestrado em Geografia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Cláudio da Costa. **Petrobras continua produtiva**. Disponível em:<<http://dialogopetroleiro.com.br/petrobras-continua-produtiva-e-lucrativa/>>. Acessado em: 07/04/2016.

PORTAL EBC. Disponível em: < <http://www.ebc.com.br/regulacaodamidia>> Acessado em: 28/08/2016.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1996. Disponível em < <http://www.2i2p.ba.gov.br/wp-content/uploads/2013/01/SANTOS-1996-Do-meio-natural-ao-meio-t%C3%A9cnico-cient%C3%ADfico-informacional.pdf>>. Acessado em: 20/08/2016.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, Globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Território, Globalização e fragmentação**. São Paulo: Editora Hucitec, 1996
SANTOS, Arthur William. **Organizações Globo: saiba quais empresas do Grupo Globo**. Disponível em:< <http://arturoilha.com.br/organizacoes-globo-saiba-quais-empresas-do-grupo-globo/>>. Acessado em: 21/08/2016.

**GT 06 – A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****FOTOJORNALISMO COLABORATIVO: UM ESTUDO DE CASO DO MOVIMENTO
JORNALISTAS LIVRES**

Thaís Christina Coelho Siqueira (UFPA)¹
thaissiqueira.jor@gmail.com
Raoni Lourenço Arraes (UFPA)²
raoniarraes@gmail.com

RESUMO

Este artigo busca realizar um estudo de caso sobre a atuação do fotojornalismo no movimento Jornalistas Livres, o qual funciona desde 2015 sob um regime colaborativo entre pessoas de todas as regiões do país e com uma linha editorial voltada para os movimentos sociais, onde o próprio grupo também se autodeclara como um movimento social. Compreendemos a atuação dos Jornalistas Livres como uma outra maneira de fazer jornalismo, que vem tomando forma no cenário de convergência atual, em uma época de desgaste do modelo corporativo e das narrativas tradicionais. Nesse sentido, o objetivo deste estudo é compreender como se configura o fotojornalismo produzido pelo grupo a partir das experiências dos próprios fotógrafos. Para essa análise, partiremos de levantamento bibliográfico e estudo de caso e como técnica adotaremos a elaboração de entrevistas semi-estruturadas com os sujeitos diretamente envolvidos nessa produção: os fotojornalistas. Na busca por compreender as questões propostas neste estudo, entendemos como fundamental a contextualização do atual cenário convergente e a conceituação de cultura participativa (JENKINS, 2009; JENKINS; GREEN; FORD, 2014), de que forma o próprio jornalismo vem se relacionando com as mudanças nesse ambiente (SALAVERRÍA, 2010; SALAVERRÍA; AVILÉS; MASIP, 2010), como o fotojornalismo colaborativo se forma nesse contexto (SILVA JUNIOR; QUEIROGA, 2010), além de dialogarmos com as discussões sobre economia criativa, a partir de (MIGUEZ, 2007).

Palavras-chave: Jornalismo colaborativo, Fotojornalismo, Jornalistas Livres.

¹ Estudante de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, bacharel em Comunicação Social habilitação Jornalismo, integrante do Grupo de Pesquisa Interações e Tecnologias na Amazônia - ITA (CNPq).

² Estudante de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, da Universidade Federal do Pará, bacharel e licenciado em Ciências Sociais, integrante do Grupo de Pesquisa Cidade, Aldeia e Patrimônio e do Grupo de Pesquisa Fenomenologia da Cultura e da Comunicação.



1. INTRODUÇÃO

No atual contexto de crescimento exponencial dos ambientes virtuais e do ciberespaço, uma nova forma de consumir informação é delineada, e o jornalismo necessita se reinventar para acompanhar as novas demandas que esse novo cenário apresenta. Esse cenário se iniciou a partir da revolução da tecnologia da informação da década de 1980, que segundo Castells (1999), reestruturou o sistema capitalista e vem reestruturando as formas de fazer jornalismo, o que é importante considerar, pois essa nova era da comunicação, afeta a sociedade como um todo.

É nesse contexto sociocultural de reconfigurações e de intenso debate político, sobretudo nas redes sociais digitais, que surge o movimento Jornalistas Livres. Sua atividade tem início a partir da necessidade de noticiar os acontecimentos políticos partindo de uma visão descomprometida com o agendamento pautado pela grande mídia. Em seu manifesto,³ os Jornalistas Livres expressam que não agem orientados por nenhum tipo de chefe, editor ou corporação jornalística, inclusive rejeitando a chamada indústria jornalística tradicional, por ter, na opinião dos integrantes, um caráter antidemocrático e por ser comprometida com o grande capital. Dentro dessa linha editorial do movimento, onde predomina o colaborativismo, encontra-se o trabalho dos profissionais encarregados de produzir imagens.

Nossa pesquisa foi motivada pela possibilidade de diálogo com as práticas fotojornalísticas do grupo, em um momento no qual a sociedade se vê em meio a uma crescente produção de imagens, formando assim uma cultura fotográfica, entendida por Turazzi (1998) como

(...) uma das formas de cultura, ideia reforçada pelo argumento de que a fotografia foi e continua sendo um recurso visual particularmente eficaz na formação do sentimento de identidade (pessoal ou coletiva), materializando em si mesma uma 'visão de si, para si e para o outro', como também uma 'visão do outro' e das nossas diferenças. É a existência dessa cultura específica que provoca nosso apelo e nosso interesse pela fotografia, transformando-nos em espectadores e, ao mesmo tempo 'aqueles que se põem na sua expectativa' (TURAZZI, 1998, p. 9).

Em um contexto de maior acesso à produção de fotografias, onde o poder de produção de uma imagem no jornalismo não está mais apenas na mão do fotojornalista, se faz necessário compreender como se configuram as práticas desses profissionais a partir de suas experiências. Em função da compreensão da produção fotográfica desse grupo, propomos uma descrição conceitual de fotojornalista a partir de Sousa (2013):

³ Disponível em <https://jornalistaslivres.org/quem-somos/> . Acessado em 23/10/2017.



Fotojornalismo (sentido lato): No sentido lato, pode entender-se por fotojornalismo a actividade de realização de fotografias informativas, explicativas, interpretativas, documentais ou meramente ilustrativas para a imprensa ou para outras plataformas de difusão informativa. Neste sentido o fotojornalismo caracteriza-se pela finalidade (explicativa, informativa, documental ou ilustrativa) e pelo uso que é dado as fotos (consumo de informações, explicações ou mesmo opiniões – porque a fotografia também pode sugerir opiniões sobre a realidade). Fotojornalismo (sentido estrito): Em sentido estrito, é possível entender por fotojornalismo a actividade profissional que visa informar, explicar, esclarecer ou mesmo marcar pontos de vista através da fotografia de acontecimentos e da cobertura sistemática de assuntos de interesse jornalístico através de órgãos jornalísticos (SOUSA, 2013, p. 81).

Para compreender esse processo, nossa investigação, possui um método híbrido, que consiste em primeiramente realizar o levantamento bibliográfico sobre os principais conceitos relacionados à convergência, jornalismo convergente (SALAVERRÍA, 2010; SALAVERRÍA; AVILÉS; MASIP, 2010), fotojornalismo colaborativo e coletivos fotográficos (SILVA JUNIOR; QUEIROGA, 2010) e economia criativa, a partir de (MIGUEZ, 2007).

Em seguida ao levantamento bibliográfico, realizamos um estudo de caso a respeito do Movimento Jornalistas Livres, onde foram feitas entrevistas semi-estruturadas com três membros dos Jornalistas Livres. O intuito desse método híbrido é a possibilidade de dialogar conceitos das ciências da comunicação e a realidade da pesquisa de campo.

2. O FOTOJORNALISMO COLABORATIVO NA CULTURA DA CONVERGÊNCIA

Nas últimas décadas, vem se desenvolvendo o que alguns autores como Jenkins (2009) entendem como o emergir de uma cultura da convergência, onde ocorrem não apenas mudanças tecnológicas, mas também industriais, sociais e culturais, ou seja, mudam os comportamentos e as formas de consumir, sobretudo, produtos de mídia. Nesse cenário, os consumidores tornam-se mais ativos, reagem de formas imprevisíveis e colocam-se de forma mais centralizada no processo de produção, contribuindo para a constituição de uma cultura participativa, ainda que nem todos tenham condições de fazer parte dela da mesma forma (JENKINS; GREEN; FORD, 2014).

Essa participação dos usuários se torna mais evidente quando observamos a partir do entretenimento, onde se destacam os *fandoms* – grupos ou comunidades “cujos membros se identificam conscientemente como parte de uma comunidade maior com a qual sentem algum grau de comprometimento e lealdade” (JENKINS; GREEN; FORD, 2014, p. 210). Por meio das atividades desses grupos, fica evidente a participação dos usuários em maior ou menor grau no direcionamento de diversos produtos e franquias. No jornalismo, a



participação se dá de formas diferenciadas e em níveis muito divergentes. Busquemos compreender um pouco como se desenvolve essa área na atualidade.

Desde a proliferação da banda larga, movimento que teve início por volta do começo do século XXI, atuando como um “divisor de águas” (MUNHOZ, 2005) para a produção jornalística, observa-se uma mudança gradual nas práticas profissionais. Para Salaverría, Avilés e Masip (2010) vivemos um momento em que o jornalismo alcançou sua etapa convergente, tornando-se muito mais multimídia, multiplataforma e interativo. Ao propor uma discussão sobre a chamada convergência jornalística, os autores explicam que não existe um consenso sobre o conceito. Eles a definem como:

(...) um processo multidimensional que, facilitado pela implantação generalizada das tecnologias digitais de telecomunicação, afeta o âmbito tecnológico, empresarial, profissional e editorial dos meios de comunicação, propiciando uma integração de ferramentas, espaços, métodos de trabalho e linguagens anteriormente desagregados, de forma que os jornalistas elaboram conteúdos que se distribuem através de múltiplas plataformas, mediante as linguagens próprias de cada uma (SALAVERRÍA; AVILÉS; MASIP, 2010, p. 59).

Salaverría (2010) acrescenta que, para não perder público, não basta as empresas de comunicação investirem apenas em um dos quatro âmbitos definidos acima (tecnológico, empresarial, profissional e editorial ou de conteúdo). Para se fazer jornalismo no contexto no qual vivemos, é preciso integrar as redações fisicamente, investir em tecnologias, criar estratégias empresariais para gerir as empresas de comunicação nessa ambiência, convergir as linguagens das diferentes mídias sem ignorar as particularidades de cada uma, preparar os profissionais para esse contexto que irá exigir cada vez mais uma polivalência, entre outros aspectos.

Isso se reflete na produção fotográfica jornalística, a qual se encontra hoje em sua etapa convergente (SILVA JUNIOR, 2012); possui uma produção totalmente digital, ou seja, não se utiliza mais os recursos analógicos; atua como elemento multimídia, compondo a notícia junto a outros elementos, como os textos, sons, infográficos, vídeos, e também possui o aspecto multimídia dentro de sua narrativa fotográfica; é multiplataforma e está presente sobretudo nas plataformas móveis, promovendo assim uma transmidialidade; seu produtor – o repórter fotográfico – deve ser polivalente; e possui a cooperação como uma das características mais marcantes na produção do fotojornalismo atual, evidenciada no trabalho dos coletivos fotográficos independentes, o que contribui para o fortalecimento de uma cultura participativa (SILVA JUNIOR, 2012).

Nesse contexto, destaca-se o fotojornalismo colaborativo, observado na emergência de coletivos fotográficos nesse ambiente de convergência, o qual possibilita, entre outras



coisas, a prática de uma inteligência coletiva e incentiva formas de participação e colaboração entre os indivíduos na sociedade (SILVA JUNIOR; QUEIROGA, 2010).

A Internet figura como um dos ambientes favoráveis à manifestação e expressão desta cultura da convergência. No que diz respeito a fotografia, particularmente, um movimento de interesse e adaptação ao ambiente possibilita a progressiva formatação de práticas, cunhada sob o termo “coletivo fotográfico”. Todavia, é possível mapear e entender as matrizes que alimentam essa consolidação em torno da mídia que é toda ao mesmo tempo, em diversos lugares, móvel e em dispositivos multiplicadores de acesso e proposição de conteúdos (SILVA JUNIOR; QUEIROGA, 2010, p. 7-8).

Para os autores como Silva Junior e Queiroga (2010), além desse contexto permitir o surgimento desses grupos de fotógrafos, eles também surgem como resposta a uma crise pela qual vêm passando as antigas práticas jornalísticas desde os anos 1960. Os indivíduos que compõem esses coletivos estariam hoje mais preocupados com outras formas de fazer imagens jornalísticas, que difeririam daquelas feitas pelas agências de notícias e pelos veículos de comunicação (modelo um para todos).

Com estes exemplos em tela, o modelo de organização da cadeia do fotojornalismo configurado em torno do coletivo, apresenta-se como fenômeno inédito. Pode ser que não seja inédito ao observarmos parcialmente apenas pelo aspecto gregário de reunião de fotógrafos em torno de núcleos produtivos moldados como cooperativas, associações, fotoclubes, recheados de precedentes na própria história da fotografia. Mas todavia, se lançarmos luzes sobre a síntese possível entre a prática fotojornalística e o cenário da convergência, podemos deduzir que o fenômeno do coletivo assimila as características da produção trabalhadas aqui como modelo propositivo (SILVA JUNIOR; QUEIROGA, 2010, p. 14).

Um dos grupos que vem trabalhando esse aspecto de produção fotojornalística colaborativa é o Movimento Jornalistas Livres, que será apresentado a seguir, compondo o objeto de análise deste estudo.

3. JORNALISTAS LIVRES

Os Jornalistas livres são uma rede colaborativa de jornalistas e fotojornalistas, cuja origem se deu em São Paulo, cidade na qual está instalada sua sede e, conseqüentemente, onde tem o grupo tem atuação mais intensa. A rede surgiu em março de 2015, para realizar a cobertura das manifestações dos dias 13 e 15 de março, buscando oferecer versões dos fatos diferentes das mídias tradicionais.



Para a compreensão do surgimento dos Jornalistas Livres, é necessário compreender um pouco a atual situação política do país. Em junho de 2013 houve um intenso crescimento no ativismo político, principalmente nos movimentos sociais, a partir do Movimento Passe Livre (MPL), criado para protestar contra o aumento da passagem de ônibus em São Paulo. Os atos organizados pelo grupo ficaram conhecidos por expressões como “não é por 20 centavos, é por direitos”.

O movimento foi recebido com violência policial. Estudantes e jornalistas foram agredidos e presos durante as manifestações, o que levou a uma reação em cadeia, mais de 80 cidades no país aderiram ao movimento e foram às ruas não só em solidariedade aos manifestantes de São Paulo, mas também para levantar as pautas de suas cidades. Esse momento ficou conhecido como as manifestações de Junho de 2013.

Após isso, houve diversas manifestações, como as iniciadas em março de 2015, realizadas por pessoas que eram contra ou favor do processo de *impeachment* da Presidenta Dilma Roussef. Mais uma vez, a mídia tradicional foi acusada de não noticiar versões variadas dos fatos, nesse caso, as manifestações pró-Dilma, o que motivou o surgimento de grupos que buscassem conhecer e divulgar essas outras versões, é o caso dos Jornalistas Livres.

A estruturação física do grupo foi possibilitada a partir de um financiamento coletivo na plataforma Catarse. O dinheiro levantado foi utilizado para a criação de uma sede, a compra de equipamentos e para a criação do site. No vídeo da campanha, intitulado “Seja Jornalista Livre”, o ativista Adriano Diogo, afirma que o recurso usado para a execução do projeto “não pode ser recursos partidários, não pode ser recursos empresariais. Têm que ser recurso das pessoas que acreditam que a notícia, tem que correr pelo mundo...”. O que nos leva a levantar a discussão de economia criativa e jornalismo colaborativo.

Miguez (2007) mostra que, a princípio, a economia criativa era voltada para atividades artísticas e ligada à economia da cultura. Posteriormente, teve uma ascensão em outras áreas como tecnologias, jogos e a mídia. Segundo o autor (2007):

A economia criativa trata dos bens e serviços baseados em textos, símbolos e imagens e refere-se ao conjunto distinto economia criativa: uma discussão preliminar de atividades assentadas na criatividade, no talento ou na habilidade individual, cujos produtos incorporam propriedade intelectual e abarcam do artesanato tradicional às complexas cadeias produtivas das indústrias culturais (MIGUEZ, 2007, p. 96-97).

A partir do financiamento colaborativo de 1.292 pessoas, os Jornalistas Livres, tiveram condições de iniciar seu trabalho. O financiamento coletivo foi uma forma que intelectuais, artistas e diversos outros grupos encontraram para realizar sua produção e



fazer circular esse conteúdo até chegar ao consumidor final, sem intermédio de uma empresa, como editoras, produtoras e no caso dos Jornalistas Livres, a mídia de massa. A partir da plataforma Catarse, site que oferece o serviço de financiamento coletivo, a Rede Jornalistas Livres lançou o seu projeto para se equipar e começar a atuar, o que coincide com a filosofia desse tipo de plataforma.

4. O FOTOJORNALISMO NO MOVIMENTO JORNALISTAS LIVRES

Para melhor compreender os motivos de colaborar com um projeto desse tipo, em entrevista qualitativa, perguntamos a três interlocutores, o que motiva esses profissionais a colaborar com os jornalistas livres.

Para César Locatelli, 64 anos, economista e mestre em economia, proveniente da cidade de São Paulo, colaborar com os Jornalistas Livres é “permitir que os brasileiros tenham alternativa à mídia tradicional, comprometida com a elite econômica e política do país”. Fabiana Ribeiro, 44 anos, comunicóloga original de Campinas-SP, atuar no grupo é uma forma de militar pela democratização da mídia e por “políticas públicas democráticas de comunicação, por informações éticas e comprometidas com direitos humanos”.

A fotógrafa Milena Abreu, 23 anos, formada em Jornalismo pela Universidade Federal da Bahia, acrescenta que fazer parte do grupo é uma forma de ajudar as pessoas e fazer a diferença por um mundo melhor.

Com uma proposta de ser uma imprensa não-hegemônica,⁴ o papel que se desenvolve a fotografia nesse meio, também é diferenciado. Ao discutir a importância do fotojornalismo na atualidade, César reforça a capacidade informativa da imagem fotográfica junto ao texto. Fabiana diz que o fotojornalismo sempre teve papel fundamental nas narrativas e atualmente é uma das ferramentas principais de registros dos fatos. Ele tem a responsabilidade de mostrar e registrar a situação política do país e as lutas da população por seus direitos.

Nessa concepção, o fotojornalismo feito pelo grupo é produzido por sujeitos que além de fotojornalistas, também são manifestantes. Como pontua Becker e Machado (2014):

Os manifestantes filmam o que estão vendo e postam tudo em plataformas de rede social, produzindo um arquivo em constante crescimento de

⁴ Compreendemos imprensa não-hegemônica a partir de Castro (2012), que a define como “empresas e veículos de comunicação não alinhados ao padrão conservador e oligopolista da comunicação hegemônica. São empresas progressistas, comprometidas com a informação equilibrada e com a defesa dos interesses sociais e dos direitos humanos” (CASTRO, 2012, p.151).



imagens e autorepresentações das manifestações. Os discursos inscritos nesses registros alimentam a memória coletiva do protesto porque as redes sociais funcionam como contranarrativas para ativistas e facilitam a mobilização de massas (BECKER; MACHADO, 2014, p. 46).

O papel que esses fotógrafos exercem na atual conjuntura política é de construtores de uma contranarrativa, de sujeitos em busca de uma democratização da comunicação. Milena Abreu enfatiza que “na sociedade da imagem em que vivemos, o fotojornalismo continua a ter grande importância, ousaria dizer que talvez até mais, justamente pela grande quantidade de atenção que as pessoas dão às imagens nos dias de hoje”.

Sobre as diferenças da produção fotojornalística dos Jornalistas Livres em relação à produção da mídia tradicional, César Locatelli acredita que, tanto em uma quanto na outra, desde a própria escolha do que será enquadrado na cena, já não há imparcialidade, mas os fotógrafos do grupo buscam mostrar além do que é mostrado pela mídia tradicional. Sobre essa questão, Munhoz (2005) entende que

A manipulação da imagem é algo inerente à fotografia. A partir do momento em que o fotógrafo optou por este ângulo e não por aquele, ou por determinado tipo de distância focal de lente e não por outro, de alguma maneira já está manipulando o conteúdo da imagem, alterando seu sentido de acordo com as suas intenções, sejam elas movidas por fatores expressivos e estéticos ou por questões ideológicas de engajamento (MUNHOZ, 2005, p. 47).

Para a fotógrafa Fabiana Ribeiro, os fatores que movem as práticas dos fotojornalistas do grupo são “o comprometimento com os direitos humanos, com movimentos sociais, fazer a contranarrativa da imprensa hegemônica e ampliar as vozes das minorias”. Milena acrescenta que, na Rede Jornalistas Livres, esses profissionais possuem mais liberdade para produzir conteúdos do que teriam na mídia tradicional, podem aprofundar a temática nas coberturas e se permitir utilizar uma linguagem mais artística, mesmo no jornalismo, sem deixar de informar por meio das imagens.

O movimento social dos Jornalistas Livres tem em sua essência o ciberativismo, que segundo Ugarte (2008):

Um ciberativista é alguém que utiliza Internet, e, sobretudo, a blogosfera, para difundir um discurso e colocar à disposição pública ferramentas que devolvam às pessoas o poder e a visibilidade que hoje são monopolizadas pelas instituições. Um ciberativista é uma enzima do processo pelo qual a sociedade deixa de se organizar em redes hierárquicas descentralizadas e passa a constituir-se em redes distribuídas basicamente igualitárias (UGARTE, 2008, p.42).

Ugarte (2008) explica que nas redes sociais é onde a maior parte dessa militância ocorre, reforçando as possibilidades proporcionadas pelo cenário atual de cultura da convergência (JENKINS, 2009; JENKINS; GREEN; FORD, 2014), onde as velhas estruturas



que durante muito tempo formaram a prática jornalística e fotojornalística são questionadas e reformuladas, colocando em diálogo o produto de duas revoluções, a fotografia - que é um produto da revolução industrial – e a internet – um produto da revolução da informação.

5. CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou compreender como se configura o fotojornalismo produzido pelo Movimento Jornalistas Livres a partir das experiências dos próprios fotógrafos. Para isso, realizamos entrevistas com três fotógrafos do grupo, com o intuito de conhecer elementos que compõem essas práticas.

No grupo, o sistema colaborativo fica evidente desde o momento de formação, a exemplo do financiamento coletivo que possibilitou sua criação, até as atividades atuais, onde observa-se uma articulação em nível nacional em prol da constituição de um jornalismo para além da mídia hegemônica. Observamos que, para o grupo, a ideia de “fazer fotografia diferente da grande mídia” está atrelada à concepção de dar visibilidade a grupos minoritários e que, geralmente, não têm tanto espaço nas pautas desses veículos.

O estudo também evidenciou as possibilidades desse cenário de cultura da convergência, o qual promove um espaço para a elaboração dessas iniciativas e as interações entre os integrantes que constituem o grupo, além de um ambiente de circulação do material fotográfico produzido sem passar pela seleção da grade mídia.

REFERÊNCIAS

BECKER, Beatriz; MACHADO Monica. **Brasil entre as telas e as ruas: produção e consumo das narrativas jornalísticas audiovisuais sobre os protestos nacionais de junho de 2013**. Discursos fotográficos, Londrina, v.10, n.17, p.39-60, jul./dez, 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Fábio Fonseca de. **Comunicação, Poder e Democracia**. Belém: Labor Edições, 2012.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. São Paulo: Aleph, 2009.

_____; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

MIGUEZ, Paulo. **Economia criativa: uma discussão preliminar**. In: NUSSBAUMER, Gisele Marchiori (org.). **Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007.



MUNHOZ, Paulo César Vialle. **Fotojornalismo, Internet e Participação: Os usos da fotografia em weblogs e veículos de pauta aberta**. Salvador: Dissertação, PPGCOM-UFBA, 2005.

SALAVERRIA, Ramón. Estructura de la convergência. In: LÓPEZ, Xosé; PEREIRA, Xosé (Org.). **Convergencia digital**. Reconfiguración de los medios de comunicación en España. Santiago de Compostela: Servicio Editorial de la Universidad de Santiago de Compostela, 2010, p. 27-40.

SALAVERRÍA, Ramón; AVILÉS, José Alberto García; MASIP, Pere. Concepto de convergencia periodística. In: LÓPEZ GARCÍA, Xosé; PEREIRA, Xosé (Org.). **Convergencia digital**. Reconfiguración de los medios de comunicación en España. Santiago de Compostela: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Santiago de Compostela, 2010. p. 41-64.

SILVA JUNIOR, JOSE AFONSO; QUEIROGA, Eduardo. Fotojornalismo colaborativo em tempo de convergência. In: VIII Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo - SBPJOR, 2010, São Luiz. **Anais** do VIII Encontro nacional da SBPJOR. 2010, p. 1-17.

SILVA JUNIOR, José Afonso da. Cinco hipóteses sobre o fotojornalismo em cenários de convergência. **Discursos Fotográficos**, Londrina, v.8, n.12, p.31-52, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/discursosfotograficos/article/view/11925/10489>>. Acesso em: 15 out. 2017.

SOUSA, Jorge Pedro. **Estatuto e expressividade da fotografia jornalística: um ensaio**, in: COUTO, Edvaldo Souza, SILVA, Valdirene Cássia da, TEIXEIRA, Irenides (org.). **Cultura e Comunicação Visual**. Canoas: Ed. ULBRA, 2013.

TURAZZI, Maria Inez. Uma cultura fotográfica in:Revista do Patrimônio histórico e artístico nacional. N°27, 1998.

UGARTE, David de. **O poder das redes: Manual ilustrado para pessoas, organizações e empresas chamadas a praticar o ciberativismo**. Porto Alegre: Editora PUCRS, 2008.



GT 06 – MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSOS EM DISPUTA

O “RAGABUNDO” E A COMUNIDADE

- O INDIVIDUAL E O COLETIVO NO POÇO DA DRAGA -

GLORIA MARIA SANTOS DIÓGENES (UFC)¹
gloriadiogenes@gmail.com
EDVALDO SIQUEIRA ALBUQUERQUE (UFC)²
valdosiqueira@gmail.com

RESUMO

Analisamos através de relatos orais em pesquisa de campo, na comunidade do Poço da Draga - Fortaleza, CE- como a imagem exposta pela mídia televisiva, constrói dentro desta gleba urbana, a ideia de um indivíduo como sendo “vagabundo”.

O que se fala na mídia sobre os sujeitos que se desviam do ideal do coletivo? Quem é tido pela comunidade como vagabundo(a)? Como se desenvolve o mito singular do sujeito que vaga? Até que ponto estes vagabundos correspondem, de fato, ao papel que a sociedade lhes imputa?

Ele é protagonista de histórias que valorizam mais o individual, não o grupo social. Mas, nem toda pessoa é passível de receber o apodo de *vagabunda* pelo todo social.

Palavras-chave: Sociologia do desvio, comunidade, mídia;

INTRODUÇÃO

O esforço de sistematização deste trabalho refere-se à atração de parte de recortes de um estudo etnográfico que vem sendo realizado na comunidade do Poço da Draga³, bairro Praia de Iracema, cidade de Fortaleza, Ceará. Analisamos aqui, por meio de relatos orais e de pesquisa de campo, como a imagem — ou a figura do *vagabundo* — é construída dentro do coletivo que compõe a comunidade neste território urbano, em contraponto à imagem divulgada nos veículos de comunicação. E mais, o que fazem, como agem e que histórias são contadas sobre sujeitos de considerados de comportamento desviante do

¹Doutora em Sociologia. Profa. Titular do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará-UFC. Pesquisadora do CNPQ. Membro-fundadora da Rede Luso-Brasileira de Pesquisadores em Artes e Intervenções Urbanas-R.A.I.U. Coordenadora do Laboratório das Juventudes-LAJUS da UFC e membro fundadora da Rede Todas as Artes, Todos os Nomes.

² Doutorando em Sociologia (UFC), bacharel em Filosofia (UECE), mestre em Comunicação (UFC). Professor do curso de Cinema e Audiovisual da Universidade de Fortaleza (UNIFOR)

³ Poço da Draga não é um bairro. É uma comunidade que possui mais de três mil pessoas, localizada onde iniciou a cidade de Fortaleza – onde hoje se diz ser o centro da capital do Ceará. Fica no perímetro histórico e turístico do bairro Praia de Iracema. No mapa da cidade não existe este marcador geográfico, por isso, oficialmente, o lugar parece não existir.



coletivo nesta área, sujeitos que são minoria em relação ao conjunto da comunidade que parece escapar dessa classificação.

Esse esquema de classificação que emerge dentro do Poço — quem é ou não considerado vagabundo — diz respeito, como bem enfatiza Foucault (1993, p. 127), a um tipo de poder disciplinar, ou *bio poder*, que “aumenta as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminui as mesmas essas mesmas forças (em termos econômicos de utilidade)”. Portanto, o epíteto de “vagabundo”, para além de se colocar como dispositivo de disciplinamento, também atua como “estigma”.

De acordo com Goffmann (1975, p. 12), o estigma se relaciona com a situação do *desacreditado*, à do *desacreditável*, “é na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo [...]. Por isso, interessa-nos aqui, ao invés de naturalizar o estigma do vagabundo, problematizá-lo, e assim perceber os meandros da construção de sua lógica entre alguns sujeitos que formam a “comunidade do Poço”.⁴

Nesse sentido, sob uma ótica reflexa enquanto de pesquisador, pude conversar com diferentes atores do lugar e, através dos quais reunir, assim, relatos significativos para o desenvolvimento deste trabalho. As fontes são, portanto, do mundo histórico constituído e circunscrito nesta micro geografia incrustada no centro da metrópole, onde se diz ter iniciado o processo de desenvolvimento da vila a partir da qual se originou a cidade de Fortaleza. Acredito, com isso, que possamos abrir espaço, no presente nesse estudo, para rastrear vestígios de lembranças desse tempo através do objeto estudado.

A partir da metodologia desenvolvida por E. J. Hobsbawm em *Bandidos*⁵, busco basear-me em tais fontes de pesquisa da memória dos moradores, assim como na produção de conteúdos artísticos na comunidade, tais como, poemas, pinturas e música. Ou seja, em manifestações do campo das artes que ajudem ou ponham em questão o estereótipo do *vagabundo* no âmbito do Poço e das discussões mais gerais sobre o tema. Busco, portanto, analisar estes dados e extrair deles o *corpus* empírico que serve de material para levantamento das questões que permeiam esse estudo.

Quem é o indivíduo tido pela comunidade como vagabundo(a)? Como nasce este vagabundo no mundo social do Poço? Como se desenvolve o mito singular do sujeito que “vaga”? Até que ponto esses vagabundos correspondem, de fato, ao papel que os

⁴ O termo comunidade é tomado, neste artigo, como categoria nativa, sendo o lugar assim amplamente identificado pelos seus moradores.

⁵ HOBBSAWM, E. J. *Bandidos*. – Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. 1ª. Edição brasileira. Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Maio de 1975. Ed. Forense Universitária.



moradores do Poço e a sociedade lhes imputa? E, se a teia da vida cotidiana⁶ exerce força sobre estes indivíduos, quais são os elementos que podem justificar a imputação desse termo a alguém?

Na modernidade, com a apologia ao trabalho, a figura do vagabundo sempre existiu. E no século XX, o mundo das imagens (e de resto, o das artes) sempre utilizou-se do exotismo de suas particularidades para vender filmes, músicas e produtos midiáticos em que esse tipo de individuação é apresentada como desviante do normativo. Para citar exemplos, recorrendo ao clássico mudo de Charles Chaplin “*A dama e o vagabundo*”, no qual o pobre morador de cortiço na periferia urbana subverte, pela criatividade, a figura socialmente desejada do “cidadão produtivo, elegante e sóbrio”, apresentando-se maltrapilho, bêbado e desocupado. Em um plano local, o cinema apresentou filmes distintos no ambiente em que se insere a figura do desocupado, ganhando destaque em pelo menos duas das comédias de Renato Aragão, ambas de grande repercussão midiática: *Bonga, o vagabundo* e *Os vagabundos trapalhões*.

Na música, usando a ironia, Chico Buarque de Hollanda atacava a ditadura exaltando a figura do vagabundo na música em “*Vai trabalhar, vagabundo*”, que viraria filme posteriormente, encenado por Hugo Carvana —, só para citar exemplos de reapropriação. Na contemporaneidade, vivendo sob outros signos, a música brasileira convive com outros expoentes, sendo um destes, Wesley Safadão, que dialoga de forma indireta com o do título de Chaplin para contar, em ritmo acelerado, outra história de “*A dama e o vagabundo*”, de brigas e separações de casais, como na letra: “Mas eu não vivo sem você/ E você não vive sem mim/ Ela me conheceu cachorro/ E se apaixonou por mim assim/ Eu apronto, ela perdoa/ Eu vou pegando todo mundo/ Nessa história ela é a dama/ E eu sou o vagabundo” (MELL, 2015).

O *hip-hop*⁷, de vocal social mais ligado às lutas de grupos minoritários, também grita o direito a expor sua idéia ideia de vagabundo, como no caso do grupo cearense Costa-a-Costa. Em sua primeira *mixtape*, anuncia na música um estilo de vida e de vestimenta mais

⁶ De acordo com Henri Lefebvre (1991, pp. 81-82), ao contrário da importância que se dá a instâncias relativas a uma esfera pública ampliada, “o cotidiano não é um espaço-tempo abandonado, não é mais o campo deixado à liberdade da razão ou a bisbilhotice individuais. Não é mais o lugar em que se confrontavam a miséria e da condição humana [...] O cotidiano se tornou domínio de todos os cuidados: domínio da organização do espaço-tempo, da auto-regulação voluntária e pacificada”.

⁷ De acordo com Simões, “A chamada cultura hip-hop teve uma origem sócio-histórica específica que marcou a sua emergência e acabou por condicionar a sua evolução:1 início dos anos 70 do século XX, Estados Unidos, cidade de Nova Iorque, mais concretamente o Sul do Bronx. Apesar desta origem geográfica e histórica particular, o hip-hop transpôs a esfera local e perdurou ao longo do tempo. De Nova Iorque para outros contextos norte-americanos e a partir destes para o resto do mundo”. 2013. Disponível em: <file:///Users/gloriadiogenes/Downloads/29119-96418-1-PB.pdf>.



próxima dos povos caribenhos, quando abre a primeira a gravação dizendo: “Me cai bem tipo chapéu, banda mar/ Vagabundo da orla é o que há/ É o estilo da Costa, coca/ Um Bacardi, coração no gelo, Cuba livre” (GALO, 2013).

Os processos de reapropriações culturais, que ocorrem em diferentes contextos culturais, repercutem de forma direta nas comunidades periféricas, sobretudo, pela visibilidade que obras como as citadas têm, atingindo seu alvo (audiência) —, ou seja, os indivíduos de baixa renda —, pela mídia. Mídia esta que faz chegar ao todo comunitário a ideia do indivíduo desejado, tal qual nos tempos de Chaplin, como também do indesejado, o vagabundo.

Na introdução de “*Comunidade – a busca por segurança no mundo atual*”⁸, Bauman nos sugere uma aplicação do significante, ligando-o a um significado sentimental: “ o que quer que ‘comunidade’ signifique, é bom ‘ter uma comunidade’, ‘estar numa comunidade’” (p. 07, 2013). O autor parece estar chamando a atenção para o fato de que, mais do que decifrar o termo, é importante vivenciar a condição prática de quem o sente através da experiência comunitária. Conforme pensa inicialmente o autor, alguém que se desvie do objetivo de viver junto —, o de viver a vida em comum com seus pares —, tem reprovada sua conduta, atribuindo a esta uma “má companhia”, posto que, em tese, viver em comunidade é aceitar o território possível onde se pode morar e dividir espaço com outros tantos. Ele afirma: “Quem não gostaria de viver entre pessoas amigáveis e bem intencionadas nas quais pudesse confiar e de cujas palavras e atos pudesse se apoiar?” (2013, p. 8). O entendimento compartilhado que dá forma ao ideal comunitário, completa o autor. Já Michel Maffesoli se preocupa igualmente em encontrar os elos históricos que compõem a sociedade, recheada de comunidades distintas, com a observação: “A comunidade, por sua vez, esgota sua energia na própria criação (ou, eventualmente, recriação). Isso é o que permite estabelecer um laço entre a ética comunitária e a solidariedade. Um dos aspectos particularmente marcantes dessa ligação é o desenvolvimento do ritual” (2010, p. 47).

De fato, os ritos, jogos e performances desta comunidade nos fornecem reflexões importantes para a observação etnográfica, recheada de rituais e dramas sociais. Tivemos oportunidade de observar estas características na pesquisa efetuada com certa frequência, ao abordarmos, junto à comunidade do Poço, a temática da perspectiva juvenil com relação ao futuro, por exemplo. Um interlocutor privilegiado da pesquisa, que prefere não ser

⁸ BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. / Zigmunt Bauman; Tradução de, Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.



identificado, diz que há atalhos certos para a aceitação comunitária — na infância, enterrar o umbigo na comunidade ou jogar jogá-lo no mar (para que os peixes comam); na adolescência, o ritual de atirar-se de cima da Ponte Metálica, em um mergulho no mar a partir de uma plataforma de grande altura, a – como sinônimo de passagem da adolescência à idade adulta; e, para os adultos, a participação em eventos esportivos no interior da comunidade. Quando se refere-se à aceitação, naturalmente, quer dizer que não expõe nenhum desacordo com os ritos públicos de uma tradição local. Da mesma forma, é exigido do jovem uma performance ritual que inclui seu próprio corpo na atividade de inserção na comunidade. Esta performance ritual é uma espécie de ritual sagrado, comparado à atividade religiosa tradicional.

Segundo Schechner⁹, performances, “sejam elas performances artísticas, esportivas ou vida diária,— consistem na ritualização de sons e gestos” (2010, p. 49). Rituais seriam uma forma de as pessoas lembrarem das performances, sendo estas um conjunto de comportamentos em interação entre o jogo e o ritual. “Rituais são memórias em ação, codificadas em ações. Rituais também ajudam pessoas (e animais) a lidar com transições difíceis, relações ambivalentes, hierarquias e desejos que problematizam, excedem ou violam as normas da vida diária.” (2010, p.49).

Ao conviver com outros indivíduos, partilha não só da existência do coletivo, como também aceita suas regras e ritos, a instituição de uma vida que reconhece a sua na do outro, que não se separa, portanto, dos ideais comunitários. Esta convivialidade, como Enquanto “cimento comunitário”, tal convívio constrói a ideia sentida de pertencimento, enraizamento e reconhecimento do cotidiano na alteridade. Tais ideias geram intercâmbios reais e simbólicos entre os indivíduos. Porém, quando alguém se nega a trocar tais experiências, contrariando o coletivo, ocorre um descompromisso com estes sentimentos. Na comunidade do Poço da Draga, um dos indivíduos que têm características que destoam desses ideais são os intitulados alcunhados de vagabundos —, “*ragabundos*”, como são chamados pela população nativa.

Contextualmente, se pensando a história recente, a imagem do indivíduo vagabundo, sempre houve. É considerado como aquele que vive dentro de uma estrutura social resumida, mas pode estar tanto no campo como nas cidades. Também, diz respeito a sujeitos que pareçam ter sido marcados é um que tenha uma “ferida moral”, como já mencionado, por um estigma, diante dos seus e com o seu tempo. No geral, ele é tratado

⁹ Richard Schechner, um dos fundadores do Departamento de Estudos da Performance da Tisch School of the Arts da New York University (NYU), foi é um dos nomes principais teóricos do teatro contemporâneo e dos estudos de performance no mundo.



como pessoa reles, desprezível e indigno pela comunidade. – ou grande parte dela. Ele quebra a expectativa de um ordenamento, justamente por não ter um comportamento que seja dividido com o coletivo. Comumente, o vagabundo é protagonista de histórias que valorizam mais o individual, não o grupo social, não o comunitário. Ele não preenche o ideal de vida em comunidade, pois normalmente tem uma trajetória mais curta que a maioria.

O vagabundo é uma referência oculta, negativa e, ao mesmo tempo, pública pública e transparente no que tange à comunidade do Poço da Draga. Oculta porque não deve ou deveria aparecer, sendo um translúcido do social. Negativa porque, na ótica do senso comum, é um exemplo a não ser seguido. Pública e transparente porque tais esquemas de classificação e de rotulação se efetuam sob o crivo de uma certa unanimidade.

Por isso, um dos pontos-chaves acerca do objeto é que o vagabundo é encarado como um ser que está *dentro* e *fora* do mundo social, ainda que possa ser considerado integrante de um corpo comunitário ou do público.

Obviamente, esse rótulo não se reveste de aos olhos dos que dividem o mesmo espaço com ele. A maioria absoluta que recebe esta pecha comum é de sujeitos relegados a uma condição menor, que atua como uma espécie de desclassificação, mesmo que alguns cheguem até a ser admirados e exaltados. Porém, controvertidamente, nem toda pessoa é passível de receber o apodo ou apelido de *vagabunda* pelo todo social. Com tamanhas recusas sociais — perfeitas antinomias, torna-se difícil precisar concretamente quem é o *vagabundo*. O que se torna verbal e anômalo do todo é dito na linguagem, na poesia, na música, nos vídeos, realizados pela comunidade nesta unidade territorial. Estas formas de expressão comunitária empregam significado para a palavra “vagabundo” de forma não correspondente ao que está no verbete do dicionário, posto que o emprego prático do termo é diverso da literatura.

Preocupou-me, inicialmente, levantar as diferentes conceituações e significações contidas em dicionários para o termo “vagabundo”. *Preguiçoso, malandro, instável, inconstante, volúvelvolute, medíocre, ordinário, grosseiro, mendigo, nômade, vadio, tunante, ocioso, madraço, larápico, gaudério, vagante, vagamundo, prófugo, errante, erradio, andante, nômada.*

O escritor Carlos Heitor Cony descreve a figura feminina do vagabundo, no livro em *Matéria de memória*¹⁰, da seguinte forma: pensará que sou vagabunda, que andei de homem em homem simplesmente para encher o tempo (p. 54). No dicionário Aurélio, o verbete “vagabundo” aponta alguns significados, a saber:

¹⁰Matéria de memória” é o quinto livro escrito por Carlos Heitor Cony e trata-se de um romance sobre *outsiders*: abandonados, viúvos e traídos.



Que leva uma vida errante; que vagueia; vagamundo; vadio; erradio, errante, nômade, andejo, mundeiro; [(...)] 4. Velhaco, pelintra, canalha, biltre; 5. De má qualidade, reles, ordinário; 6. Indivíduo vagabundo, erradio, mundeiro, nômade, troca-pernas, vagamundo; 7. Indivíduo desocupado, ocioso, vadio, caça-fecho, cafumango, cavaleira, calça-fecho, calça-foice, lustra. Lustroso, ximbo. (HOLLANDA, 2009).

Porém, nos parece que, embora forneça uma larga gama de significados, o dicionário não consegue mesmo abarcar a complexidade do termo. Embora saibamos que, universalmente, o exemplo de vagabundo seja comumente identificado como aquele que vaga, que tem seu tempo mais vago que outro —; ou aquele que não erra em suas itinerâncias e nomadismos —, não existe um consenso sobre os reais significados para este verbete. Como nosso objetivo é o de fazer uma escuta na comunidade para entender estes usos, iremos, portanto, trabalhar com os significados constituídos para este vocábulo e, que se tornaram senso comum.

A onipresença do *ragabundo* chega a ser mencionada nas entrevistas procedidas por esta pesquisa com moradores do Poço da Draga. Tal como identificado na observação de Raimundo Mota Neto, o Raimundinho, que é *videomaker*:

O vagabundo tem uma vida fácil. Ele fica no meio da rua, mesmo tendo casa. Eu vejo que o vagabundo é aquele cara que tem a oportunidade de fazer alguma coisa, mas prefere não trabalhar, não estudar. Ele quer ter a vida fácil 'à custa' dos outros, né? Acontece muito aqui onde eu moro. Ele acaba vendo um jeito de ganhar dinheiro fácil, começa a vender droga, rouba, quer tirar o que é dos outros.

Agora tem outro tipo de vagabundo, que eu nem sei se é vagabundo mesmo. É aquele cara que fica sem fazer nada, que não faz nada, não contribui com nada, mas que na hora da 'vamo ver', ele quer dar a opinião dele. Mas esse não é o pior tipo de vagabundo, não. Antigamente tinha muita gente assim, mas hoje não, tem menos. Mas ainda tem! Ele está aí, basta circular aqui na comunidade. Em cada rua você vê um (informação verbal)¹¹.

Como se percebe nas palavras de Mota, o espaço público é, portanto, o sítio onde o sujeito tido como vagabundo se faz mais presente. Nesse ambiente aberto, ele é a própria performance do presente, pelo ato de repetição do cotidiano de fazer nada — ou de não estar constantemente fazendo o que os outros gostariam que fizesse.

“O que você está fazendo?”

Esta interpelação exerce uma pressão substantiva sobre o indivíduo social, pois é lançada para esse sujeito quase como uma injunção normativa. No imaginário coletivo, esses indivíduos parecem estar cientes de que precisam estar fazendo algo produtivo para

¹¹Entrevista realizada com Raimundo Mota Neto.



si e para a sociedade. Quem não incorpora na sua natureza interna esta ideia de produtividade e autonomia, diverge da disciplina e do adestramento familiar, do coletivo. Alguém que a responde sem ter conseguido desempenhar bem um papel que a comunidade julgue relevante, nessa dinâmica, pode ser rebaixado à condição de “vagabundo”. Não se pode responder “nada” sem que tenha uma justificativa social de proporcional força à interpelação. Assim, a expectativa da comunidade corresponde a uma ordem que não deva ser desrespeitada, funcionando como uma regra e um mecanismo de controle aos quais todos devem respeitar.

O fato de não corresponder ao que se espera dele, pressupõe-se que há a ruptura de um laço social importante, pois o indivíduo passa a ser não apenas um simples indivíduo, mas alguém estranhado em seu tempo. Alguns o observam-no como preterido ou excluído. Esse aspecto da exclusão não é compartilhado por todos. “Ele não é ‘abandonado (sic)’, nem desamparado, não. Ele é vagabundo. Ele não faz nada”, diz dona Luiza Marilac (informação verbal)¹².

Dessa forma, se faz perceber que o “ato de fazer nada” é repudiado pelo coletivo, passando a ter, inclusive, um papel pedagógico comunitário: “- *Fulano, trabalhe para não ficar feito um vagabundo!*” Esta situação reação à sua figura tem um efeito contrário no indivíduo de comportamento desviante. Visto como um fenômeno social individual e distinto do coletivo, mesmo minoritário, o sujeito nega o coletivo, em contraste com o consenso majoritário acerca das regras sociais. Muitas vezes, essa negação — manter-se à distância dos seus pares — dentro de seu próprio ambiente, o leva a tornar-se violento, menos passivo.

Em certas situações, quem for considerado como sujeito desviante chega mesmo a ser excluído do espaço público (por exemplo, na rua, à frente de bares e restaurantes, onde ele é ainda mais indesejável). Com a privação de circulação, esse *flâneur*¹³ deixa de fazer o que mais lhe apraz: caminhar na rua. Pedestrianista, caminhador, ele sabe que com os dispositivos de segurança privada — câmeras — e os muros cada vez mais altos, já há privação de circulação, mas a maior barreira é a imposição de seus pares, de que não se sinta à vontade para circular livremente.

¹² Entrevista realizada com Luiza Marilac.

¹³ O *flâneur* é um tipo sugerido em textos de Walter Benjamin. “Nesse mundo o flâneur está em casa; é graças a ele “essa paragem predileta dos passeadores e dos fumantes, esse picadeiro de todas as pequenas ocupações imagináveis encontra seu cronista e seu filósofo” (BENJAMIN, 1989, p. 35).



O sociólogo e o criminologista escocês Jock Young elucidam estes aspectos da exclusão na sociedade de nosso tempo, na introdução de seu livro “*A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente*”:

Trata-se de um movimento que parte de uma sociedade inclusiva de estabilidade e homogeneidade para uma sociedade excludente de mudança e divisão. No mundo moderno recente, a exclusão se dá em três níveis: a exclusão econômica dos mercados de trabalho, exclusão social entre pessoas na sociedade civil, e nas atividades excludentes sempre crescentes do sistema de justiça criminal e da segurança privada. (2002, p. 11).

Sem dúvida, o sujeito que vagabundeia se enquadra nos três níveis apontados por Young. É um excluído econômico, posto que não dispõe de condições materiais de sustento para sua vida, sequer as condições mínimas de sobrevivência. É também um excluído de sua própria comunidade, que não lhe aceita da forma como é. Além, o que na sociedade privada que está lá fora, existem espaços onde há claras delimitações de circulação, tais como *shopping centers*, cinemas, teatros etc., onde ele é um ser humano indesejável, expugnado, que perturba a ordem social. Isso se dá porque, tanto em aspecto físico quanto como em social, ele não se condiz, nem é adequado aos padrões prototípicos de cidadania. Pois além de vestir-se inadequadamente, não tem trabalho, não tem ocupação, sendo um sujeito ocioso. Ele é considerado como amoral.

Apesar de andar a esmo por horas seguidas, parando aqui e ali, esse *flâneur* não é bem visto em sua história de peregrinações em torno de sua subjetividade. Por quê isso acontece? Há uma construção social que associa o ócio à marginalidade?

Ampliam-se os questionamentos sobre esta figura que “desrespeita a ordem”, tornando-se um indivíduo de “caráter desviante”¹⁴, Posto que a maioria de suas ações adequa-se mais ou menos às regras particulares de sua comunidade. Raramente sua ação está em consonância com o que é esperado do sujeito que tem direitos e deveres de quem tem cidadania. Aquele que tem o comportamento apropriado, como diz Becker (2005, p. 31), obedece às regras do social, o que é percebido por todos. Quem transgredir a ordem social e tornar-se desviante desobedece a regra e é percebido como tal, claro, como transgressor. A

¹⁴Como indicado em seu prefácio de *Outsiders*, o autor Howard Becker (2008, p. 9) diz que “não inventou o campo do que hoje se chama ‘desvio’”. Ideias semelhantes haviam surgido antes através de Edwin Lemert e Frank Tannenbaum. Mas este livro diferiu das abordagens anteriores porque refletia estudos empíricos, relatados de maneira muito concisa no detalhe. Em especial, estudou os músicos, mas acabou se deparando com o campo do crime, que à época era chamado de “desorganização social”. No interior do grupo estudado, sempre aparecia a necessidade de se dar conta de questões relativas à ordem social — ou à desordem. Então sua pesquisa passou a incorporar uma questão maior: por que as pessoas que identificamos como criminosos fazem as coisas que identificamos como crimes?



diferença é que, no modelo primeiro, o sujeito não se faz notar pela diferença, o que não acontece com o segundo. Em muitos casos, este último não precisa de motivação externa — ou seja, é fruto de sua intenção de fazê-lo — e não reconhece a existência de regras rígidas do social.

Por exemplo, uma ordem de referência temporal fica suspensa, quando falamos do sujeito considerado como *vagabundo*. Posto que este parece subvertê-la, por não completá-la com o que se espera dele — uma boa gestão do seu corpo na cena social.

A comunidade tem expectativa de que ele cumpra os rituais diários que todos cumprem, ou seja, acordar cedo, ir para o trabalho, ajudar no sustento da família, casar, ter filhos, dormir cedo, integrar-se com os vizinhos etc. Ocorre, todavia, que o sujeito desviante conhecido como *vagabundo* desnorreia o tempo das pessoas. Ele dorme até mais tarde, não tem trabalho, não busca ocupar seu tempo como todos da comunidade, almoça fora de hora, tem suas ações cotidianas mais concentradas no espaço público, vive muito o noturno, vaga sem ter um objetivo definido.

O sujeito tem, assim, mais tempo do que todos os outros de sua comunidade. E vive os vários tempos do dia comunitário. Tido como sujeito preguiçoso, ele vivencia, mas diverge da atitude *communitas*, que exige horizontalidade nas relações sociais e liminaridade vivida coletivamente. Começa a divergir dessa construção por acordar muito tarde e dormir muito tarde.

Num contexto urbano como esse, as relações se dão precedidas de cautela, a fim de que uma ação não invada o terreno da alteridade. As divergências devem ser evitadas, para que não causem interdição das relações. Porém, não se percebe que cessa a censura ao sujeito ocioso, sem produção laborial. No senso comum do Poço da Draga, quem é vagabundo “tem tempo demais”, “não usa o tempo devidamente” ou “não sabe preencher bem o tempo”. Morador da comunidade, o técnico audiovisual Álvaro Graça Júnior (informação verbal)¹⁵ diz: “O vagabundo é aquele que não estuda, não trabalha, que fica no meio da rua até de madrugada, vendo ou fazendo o que não presta. Ou seja, ele tá parado no tempo”.

A questão do tempo levantada anteriormente se repete nos relatos acerca do “mundo paralelo” onde vive o vagabundo. Em sua análise, Álvaro afirma:

¹⁵Álvaro Graça Júnior, 32 anos, é conhecido pela comunidade como “Teco” ou “Alvim”. Aos 18 anos começou uma formação em audiovisual na ONG Alpendre, na qual ficou por quatro anos prestando serviços como *cameraman*, técnico de som, assistente de câmera, operador de edição. A Alpendre passou por dificuldades financeiras, época em que Álvaro passou a trabalhar em eventos no Centro Dragão do Mar. Depois de dez anos da formação, passou a trabalhar como operador de câmera no programa UFCTV, da Universidade Federal do Ceará, onde está até o momento desta pesquisa.



O vagabundo vive num mundo que não é esse nosso. Se até a própria mãe o chama de vagabundo. E ela dá exemplo. Diz: 'Menino, você quer ser vagabundo, vá morar na rua, aqui em casa, não!'. E ela tá certa, né? Se ele não trabalha, como ele vai se manter? 'à custa' dela? Tem que pensar nisso, né? Porque a comunidade não admite ficar mantendo uma pessoa sem ver pra quê? Qual o sentido de manter um vagabundo? (informação verbal)¹⁶.

De forma análoga, cita outra figura que se mistura à do vagabundo: aquele que também sabe viver sem trabalhar — a que identifica como sendo a do “malandro”.

O malandro sabe se rebolar. Ele faz um 'corre' ali e outro 'corre' acolá, tipo uma pessoa que consegue sobreviver sem trabalhar, sem nada. O malandro sabe viver a vida dele sem dar dor de cabeça às autoridades. Têm muitos desses que se viram assim, sem trabalho. Ele não trabalha mas consegue suas coisas. Ele tá ali, tem uma roupa boa, tem um sapato legal, sai com a galera e todo mundo pergunta: mas como ele consegue dinheiro se a gente não ele trabalhando? (informação verbal)¹⁷.

Segundo Álvaro, o malandro leva consigo a astúcia que o vagabundo não tem, de lutar contra as adversidades, dar saltos de criatividade sobre as vicissitudes impostas pela vida nada fácil, ainda que este se utilize de métodos de sustento nem sempre lícitos — o que acaba sendo visto como meio fácil de viver. Diz que o malandro aparece com a carteira cheia de dinheiro — muitas vezes fruto de apostas, jogos de azar, trabalhos indignos etc., chegando mesmo a repartir com os amigos o apurado de suas fortuitas colheitas financeiras.

Como se vê, a comunidade enxerga com bons olhos a figura do malandro, porque ele tem uma postura de independência, mas, bom que se diga, independência de ordem econômica, o que é diferente da no caso do vagabundo. Young percebe a existência de padrões que são “flagrantemente” reestruturados na sociedade atual. A existência de um patamar de tolerância ao malandro, mas não ao vagabundo, se deve também a estes padrões entronizados pela comunidade. Padrões que advêm da cultura e são , fruto de mudanças estruturais globais nos meios de vida das pessoas, o que repercute em qualquer lugar:

E essas mudanças estruturais se fizeram acompanhar por mudanças culturais não menos dramáticas: padrões de desejo foram transformados; a aldeia global engendrada pelos meios de comunicação de massa tornou-se uma realidade onipresente; os velhos padrões de esforço e recompensa foram redefinidos; o individualismo institucionalizado penetrou em áreas até então sacrossantas da vida social. (2002, p. 11;).

¹⁶Idem.

¹⁷Idem.



Desse modo, a cultura local é constantemente abalada pela ordem global, criando uma forma vertical de relacionamento em que apenas uma — a local — é afetada diretamente. Assim, crianças, adolescentes, jovens adultos e velhos, todos são devedores dessa ordem.

No meio da rua se vê roupas penduradas no varal. Cada uma com sua multiplicidade de escolha de marcas, seus brilhos e metais. As emoções e desejos também povoam os becos que serpenteiam o território ocupado. Nas cabeças, são penduradas as tecnologias do cotidiano, satisfazendo os desejos individuais mais imediatos. Ou seja, a vida urbana está enodada pelo consumismo.

Todavia, o vagabundo não se percebe como dependente dessa apologia ao consumo. Segundo relatos da comunidade, nem todos os vagabundos utilizam telefone celular. Eles ainda preferem seguir a pé a sua vaga. O preencher tempo não obrigatoriamente incorpora a necessidade de tecnologia, o que não deixa de ser algo que nega a dinâmica social do campo pesquisado, porque o vagabundo é analógico. Ele “bate perna”, “corre”, “puxa fio” ou “brinca de rua”, como dizem. Prefere estar em contato com a movimentação das ruas do que se defrontar com um microcomputador. Sua internet anda a passos lentos, pé em pé, sem pressa por segundo. O vagabundo não usa marca de roupa como sinônimo de *status* social. A roupa tem uma função protocolar de cobrir o corpo esqualido. Também nesse sentido se pode pensar na postura desviante desse sujeito.

Os mais velhos conseguem conviver com o comportamento desviante, embora não contemporizem concordem com ele. Não veem sentido na falta de objetividade destes homens e mulheres, na falta de trabalho, e, principalmente, na falta de independência e liberdade na produção dos meios de suas próprias sobrevivências. Muitos velhos, sobretudo, homens, reconhecem que em seu tempo era mais fácil domesticar estas ações advindas do sujeito vagante. Já crianças, veem no corpo do vagabundo o território das ausências, sobretudo, de perspectiva e horizontes. Como se fosse um constante terreno *recreativo*, um corpo baldio e inerte, sem compromisso, quase místico.

Muitas vezes, outros olhares contemplam-no. E o sujeito desviante é vítima de bode expiatório no corpo social. A polícia pensa reconhecer um vagabundo pelas características de seu corpo e pelos seus modos de andar e agir diante da aproximação de um policial. Ela trata de forma mais rija um indivíduo suspeito de ser um. O policial diz: “A gente tem que dar uma ‘prensa’ pedagógica no vagabundo para ele se criar”. Para a mesma polícia, o vagabundo nega o estigma: “Eu não sou vagabundo, não! Você tá me confundindo com um vagabundo?”.

Um adendo a esse ponto pode ser descrito acerca de uma coexistência entre artistas e vagabundos, tidos como indesejados e destituídos de respeito pela comunidade e



destituídos de respeito, o que é muito comum nesta área. Assim, pintores de quadros, dançarinos de *hip-hop* e cantores de *rap* estão associados à vagabundagem no mundo¹⁸. Uma comunidade que, embora não se cegue, torna invisíveis esses seres.

O *rap* tem uma expressão muito forte no mundo comunitário de Fortaleza. Em quase todas as favelas há grupos que se expressam musicalmente através desse estilo, que privilegia um vocal com forte mensagem social. Uma banda de *rap* chamada Costa-a-Costa tem esse nome por unir as duas costas da cidade, a Leste e a Oeste. Em uma de suas muito inspiradas letras sobre o papel do indivíduo em seu gueto, cantam esse vocal social acerca dos horizontes do vagabundo:

Fazer rap é igual em qualquer lugar
Tipo: toda luta é igual em qualquer lugar, primo!
Se o pilantra reina, em qualquer lugar
Se o guerreiro chegar, ele vai derrubar, primo!
Fortaleza é igual a qualquer lugar
Pra lutar
Todo gueto é igual em qualquer lugar
Qualquer lugar: tem lugares 'pior'
No melhor lugar só vai ter lugar pro melhor (Gallo, 2011).

Esta letra muda a direção do contingente social, reelabora o discurso comunitário, diz muito sobre a hipótese desse estudo, sobretudo quando desfaz, nas últimas frases, o sonho de que um indivíduo na favela pode “vencer na vida”. Ela considera o vagabundo e o malandro como guerreiros, vítimas do sistema político, que não lhes dão ouvidos, que lhes subjagam ao papel de invisível social. Mas, ainda assim, gritam a necessidade de ele seja sempre melhor. No restante da *demo mixtape*, ele se pergunta: “Como ser melhor?”

Em suma, o vagabundo, em si, pode não ser um exemplo a ser seguido, mas tem um autorreflexo que lhe faz olhar para si, que escapa das tramas de submissão do social, onde seu corpo está imerso. Ele aceita a pecha, pois coexiste com a exploração, a opressão e a submissão como normas de vida, mas, e apesar disso, desenvolve seu *habitus*¹⁹ na paisagem e torna-se um reformador do tempo do social.

¹⁸Mundão é uma gíria criada nas comunidades para designar aquele espaço onde cai o indivíduo que não tem nada a perder. Muitas vezes, é o mundo da violência e do crime.

¹⁹A noção de *habitus*, conforme foi pensada por Pierre Bourdieu, encontrada em suas palavras em *O poder simbólico*:) *habitus*, como indica a palavra, é um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista) o *habitus*, a *hexis*, indica a disposição incorporada, quase postural -, mas sim de um agente em ação (...) (2012, p. 61).



Referências

BAUMAN, Zigmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual.* / Zigmunt Bauman; tradução de, Plínio Dentzien. . – Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo.* T/ Walter Benjamin; tradução de José Martins Barbosa e, Hemerson Alves Baptista. – 1ª. Edição. – São Paulo: Brasiliense, 1989. – Obras escolhidas v. 03

BECKER, Howard Saul. *Outsiders: estudos de sociologia do desvio.* T/ Howard S. Becker; tradução de Maria Luiza X. De Borges.; revisão técnica de Karina Kuschnir. – Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico.* Tradução Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CONY, Carlos Heitor. *Matéria de memória.* Rio de Janeiro: Editora Civilização brasileira,. Rio de Janeiro.1962.

HOBBSAWN, E.J. *Bandidos.* Tradução de Donaldson Magalhães Garschagen. Primeira edição brasileira. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, . Rio de Janeiro. maio de 1975.

LIGIÉRO, Zeca (Org). *Performance e antropologia de Richard Schechner.* T / Richard Schechner; seleção de ensaios organizada por Zeca Ligiéro ; (tradução de Augusto Rodrigues da Silva Junior etc AL.). – Rio de Janeiro : Mauad X, 2012.

MAFFESOLI, Michel. *O tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa.* A / Michel Maffesoli; apresentação e revisão técnica de Luiz Felipe Baeta Neves.; tradução de Maria de Lourdes Menezes. ; tradução do anexo e do prefácio Débora de Castro Barros. – 4ª. Edição. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

PAIVA, Raquel. *O espírito comum: comunidade, mídia e globalismo.* / Raquel Paiva; prefácio à 1ª. Edição: Muniz Sodré; prefácio à 2ª. Edição: Gianni Vattimo. – 2ª Ed. Rev. e ampl. – Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

YOUNG, Jock. *A sociedade excludente: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente.* Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

**GT 06 - A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****SOBRE A INFLUÊNCIA ÉTICO-ESTÉTICA DA IMAGEM FÍLMICA: UM BOSQUEJO
SOBRE O CINEMA COMO ARTE**

Valber Oliveira de Brito (Universidade Federal do Pará - UFPA)¹
valberbrito@yahoo.com.br
Jorge Oscar Santos Miranda (Universidade Federal do Pará - UFPA)²
jorgeoscarsm@gmail.com
Kátia Marly Leite Mendonça (Universidade Federal do Pará – UFPA)³
guadalupelourdes@hotmail.com

RESUMO

O intuito deste trabalho é realizar um pequeno itinerário ético-estético a respeito do cinema como arte, tendo como contribuições pertinentes autores como Walter Benjamin, Adorno e Horkheimer, Fredric Jameson, Guy Debord, Edgar Morin, Andrei Tarkovski, Carl Dreyer, Robert Bresson, Abbas Kiarostami, Ermanno Olmi, Wim Wenders e Manoel de Oliveira dentre outros. Em suma, a análise nos mostra que o cinema traz em seu bojo o poder de promover experiências de banalização da arte e da imagem fílmica, contribuindo para, dentre as várias consequências, situações de violência. Porém, neste mesmo contexto onde a arte está inserida (ressalta-se aqui, em especial, a imagem cinematográfica) a mesma pode ser redentora.

Palavras-chave: Imagem, Cinema, Arte, Ética, Sociedade.

1. INTRODUÇÃO

Em meio à grande quantidade de imagens e tecnologias nos dias atuais, a imagem fílmica emerge como instrumento de mediação do contexto sócio-histórico e científico que possui uma singularidade que merece atenção. Walter Benjamin (2012), Adorno e Horkheimer (1985), Fredric Jameson (2006), Guy Debord (1997), Edgar Morin (2014) dentre outros, dedicaram grande parte de suas produções intelectuais a refletir sobre a criação artística moderna. Ao analisarmos o cinema sob a lente destes autores, podemos afirmar

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA - UFPA. Mestre em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela UFPA. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Faz parte do *Grupo de Pesquisa Imagem, Arte, Ética e Sociedade*, da Universidade Federal do Pará, coordenado pela Prof.^a Dra. Kátia Marly Leite Mendonça (UFPA). Bolsista da Capes/UFPA.

² Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - PPGSA - UFPA. Mestre em Ciências Sociais, com ênfase em Sociologia, pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais pela UFPA. Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Pará - UFPA. Faz parte do *Grupo de Pesquisa Imagem, Arte, Ética e Sociedade*, da Universidade Federal do Pará, coordenado pela Prof.^a Dra. Kátia Marly Leite Mendonça (UFPA). Bolsista da Capes/UFPA.

³ Prof.^a Titular do Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará - PPGSA-UFPA. Bolsista de Produtividade do CNPq. Possui Bacharelado em Ciências Econômicas pela Fundação Armando Álvares Penteado de São Paulo (1980), mestrado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1988) e doutorado em Ciência Política pela Universidade de São Paulo (1997). Trabalha no momento com estudos voltados para a relação entre ética, arte e sociedade. *Coordenadora do grupo de pesquisa Imagem, Arte, Ética e Sociedade*.



que a experiência estética da imagem fílmica carrega consigo múltiplas possibilidades na contemporaneidade, que vão da alienação à emancipação, da violência à não violência, de elevar o homem para o bem ou para o mal. Andrei Tarkovski (1998), ao chamar atenção para a responsabilidade ética do artista, faz duras críticas à utilização da ciência e da tecnologia nos dias atuais, afirmando que o artista não pode ficar surdo diante da “civilização da prótese” que predomina no mundo contemporâneo, ao qual a arte e o artista não escapam. Ao comentar sobre o pensamento de Tarkovski, Mendonça (2015, p.32) destaca que encontraremos no cineasta russo uma crítica à crise espiritual do artista e da arte contemporâneos. Os homens não estavam moralmente prontos para o desenvolvimento sem precedentes do último século “que os conduziu a um mundo falso e ao que ele chama de ‘realidade de próteses’ que interferem em nossos corpos sem serem acompanhadas pela necessária base espiritual”. Nas palavras do realizador:

Sobre a crise atual. Vivemos num mundo falso. O homem nasceu livre e sem medo. Mas a nossa história reside no desejo de se esconder e defender-se contra a natureza, o que nos força mais e mais a apertar-nos uns contra os outros. Nós não nos acostumamos com isso, não porque nós gostamos, não para ter o prazer de nossas relações, mas para não ser tão assustador. Esta civilização é falsa se nossos relacionamentos são construídos em tal princípio. Toda a tecnologia, o chamado progresso técnico, que acompanha a história, realmente cria próteses - que alonga nossas mãos, aguça a nossa visão, permite-nos mover muito rapidamente. E tem um significado fundamental. Nós nos movemos hoje muito mais rápido do que no século anterior. Mas não nos tornamos mais felizes. Nossa personalidade entrou em conflito com a sociedade. Não nos desenvolvemos harmoniosamente, nosso desenvolvimento espiritual é tão retrógrado que nos encontramos vítimas do efeito avalanche do desenvolvimento tecnológico. Não podemos voltar à superfície desta corrente, nem mesmo se quiséssemos. Como resultado, quando aos homens apareceram a exigência de uma nova energia para o desenvolvimento tecnológico, quando eles encontraram essa energia, eles não estavam moralmente prontos para usá-lo para o seu bem. Somos como selvagens que não sabem o que fazer com um microscópio eletrônico. Talvez eles vão usá-lo para plantar pregos, destruir paredes? Em qualquer caso, torna-se claro que somos escravos deste sistema, desta máquina que já é impossível parar. (Tarkovski, 1984, p. 2, tradução nossa).

A despeito deste diagnóstico, Tarkovski, e outros autores, diretores e/ou cineastas como Carl Dreyer, Robert Bresson, Abbas Kiarostami, Ermanno Olmi, Wim Wenders e Manoel de Oliveira entendem que a arte, em especial a arte cinematográfica, carrega a possibilidade de ser um instrumento de vivência de experiências que nos indique um caminho, um sentido para vida. Pautados na visão de mundo destes realizadores, podemos afirmar que o cinema traz em seu bojo o poder de promover experiências contra a banalização da arte e da imagem fílmica.

Outro contributo que merece destaque com relação a discussão sobre o cinema surge da articulação entre antropologia e arte. Desta interconexão destaca-se, em especial,



as contribuições de Edgar Morin. O autor francês apresenta uma abordagem antropológica do cinema, definindo-o como uma máquina que registra a existência e a restitui como tal, porém levando em consideração o indivíduo, ou seja, o cinema seria um meio de transpor para a tela o universo pessoal, solicitando a participação do espectador. (GUTFREIND, 2006, p. 5).

Assim, apesar do mundo de diferenças entre os realizadores supracitados, considerando suas singularidades e por meio de suas manifestações estéticas, e longe de esgotar toda a discussão nesse espaço, o intuito deste trabalho é promover um modesto itinerário ético-estético a respeito do cinema e discutir as possíveis intersecções, diagnósticos e as principais contribuições destes autores e cineastas para a análise da arte cinematográfica, tendo como foco a análise da influência da ética e da estética da imagem fílmica na contemporaneidade. Tais reflexões fazem parte da revisão de literatura preliminar do Pré-projeto de tese de Doutorado intitulado “Educação e cinema: influência da ética e estética da imagem fílmica na contemporaneidade”. Um diálogo será travado entre as perspectivas de autores trabalhados no âmbito do grupo de pesquisa *Imagem, Arte, Ética e Sociedade*⁴. Para dar conta desta tarefa, este trabalho está subdividido em duas partes: Na primeira é exposta uma revisão de literatura acerca das contribuições filosóficas, sociológicas e antropológicas para a questão da arte e da imagem fílmica. Na segunda é proposta uma análise das contribuições de alguns diretores e cineastas que sugerem um caráter redentor do cinema enquanto arte, que fogem da argumentação teórica pretenciosa, convergindo para o que acreditava Tarkovski (1998, p. 55), ao alertar para a responsabilidade ética do artista, entendendo que “a arte tem apenas a capacidade, através do impacto e da catarse, de tornar a alma humana receptiva ao bem”. Este é o ponto nevrálgico deste artigo, pois aproxima-se da noção de arte cinematográfica que defendemos. A busca de pontos de contato contribuirão, sem dúvida, para compreendermos a relação existente entre imagem, arte, ética e sociedade e o aprofundamento do que até aqui foi construído no que diz respeito às interconexões e impactos sociais da imagem fílmica sobre o receptor.

⁴ Projeto de pesquisa coordenado pela Profa. Dra. Kátia Mendonça (UFPA). Aborda a temática voltada à questão das interconexões e impactos sociais da imagem e da arte, em suas múltiplas expressões, a saber: Cinema, música, fotografia e demais manifestações estéticas.



2. ÉTICA, ESTÉTICA E IMAGEM FÍLMICA: DIAGNÓSTICOS E POSSIBILIDADES NO MUNDO CONTEMPORÂNEO⁵.

Ao realizamos uma investigação acerca do termo “estética” bem como seu significado, concluímos que o mesmo vem do grego *aisthesis*, que significa sensação, percepção por meio dos sentidos. Porém, cabe ressaltar que é somente no século XVIII que ele passa a se referir a uma área da filosofia que trata da apreensão da beleza e da sua expressão por meio de obras de arte. Conforme Costa (2013), o filósofo que cunhou o termo nesse sentido específico foi Alexander Gottlieb Baumgarten (1714-1762). Porém, de todo modo, o seu sentido originário, relacionado à percepção sensorial, não se perdeu, pois a estética, nomeada e entendida por Baumgarten, seria justamente a ciência filosófica de apreensão do fenômeno da beleza que se apresenta a nós por meio dos sentidos, como a música, a escultura, a pintura, a arquitetura e, em especial neste trabalho, a imagem fílmica. A discussão sobre a estética mereceu destaque nas reflexões entre gregos antigos, no medievo e nas filosofias de Kant, Nietzsche, nos debates da escola de Frankfurt e, mais recentemente, nas reflexões antropológicas sobre a possibilidade de o termo estética ser usado universalmente⁶.

Walter Benjamin (2012) autor que contribui para nossa discussão pois explicita as consequências decorrentes da reprodução técnica da obra de arte e perda da aura⁷ e, em uma postura crítica, enfatiza também as possibilidades do uso politizado da obra de arte (alienação e/ou emancipação), dentre as quais, o cinema. O filósofo propõe que arte na era de sua reprodutividade técnica provocaria a regressão do sentido da visão e na percepção. Porém, a arte (destaca-se neste trabalho a arte cinematográfica) pode ser capaz de contribuir para a emancipação desse público e para a melhoria da sociedade, uma vez que serve de caminho importante para a ampliação do seu horizonte de conhecimento. (BENJAMIM, 2012). As reflexões de Benjamin sobre o uso politizado da obra de arte seriam problematizadas criticamente por Adorno e Horkheimer (1985). Para estes, longe de emancipar, a indústria cultural provoca a alienação do homem e não sua emancipação. Semelhante é o pensamento de Fredric Jameson (2006), que sustenta que a conversão da cultura em economia e economia e cultura, com a produção de produtos feitos para o mercado, acarreta a coisificação desde estrelas de cinema, sentimentos, experiência

⁵ Este tópico é uma adaptação do Pré-Projeto de Tese de Doutorado intitulado “Educação e Cinema: influência da ética e estética da imagem fílmica na contemporaneidade”.

⁶ Sobre este debate vide CAMPBELL, S. A estética dos outros. Proa – *Revista de Antropologia e Arte* [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010.

⁷ Nas palavras de Benjamim: “Em suma, o que é aura? É uma teia singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja”. Vide BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica*. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 179-212.



política, etc. Nessa mesma esteira, Guy Debord (1997) irá problematizar sobre as consequências da sociedade do espetáculo, dando destaque para a relação entre mídia e Consumo. Em resumo, ao analisarmos o cinema sob a lente destes autores, podemos afirmar que a experiência estética da imagem fílmica carrega consigo a possibilidade de exercer uma influência negativa na contemporaneidade, contribuindo para, dentre as várias consequências, a situação de violência⁸. Nas palavras de Mendonça (2013, p. 129):

Antes de tudo, o conceito construído por Debord dá conta de relações sociais mediadas pela imagem espetacular em uma sociedade em que a imagem será o último grau atingido pela reificação na sociedade. Da mercadoria, ingressamos no universo da coisificação das relações mediadas pela imagem. Nessa sociedade, tudo gira em torno do midiático descomprometido com a verdade e com a não violência. Espetáculo que cega em vez de informar e que violenta em vez de elevar, fenômeno vinculado à regressão na eticidade dos espectadores e da sociedade. A cegueira provocada pelo espetáculo tem elementos tanto do choque benjaminiano quanto do ofuscamento de Adorno e irá atingir diretamente a arte no mundo atual.

Em sua obra “O cinema ou o homem imaginário”, Edgar Morin⁹ apresenta uma abordagem antropológica do cinema onde traça uma análise a respeito das transformações do cinematógrafo de Jules Marey e de Louis e Auguste Lumière, invenção de finalidade científica, em “cinema”, máquina de produzir imaginário. O autor defende que não se deve separar, para estudar o cinema, o aspecto da arte do aspecto da indústria, e conclui que no universo fílmico há uma espécie de “maravilhamento atmosférico quase congênito”. “E considero o cinema como um objeto, não periférico, acessório ou risível [...] mas como objeto privilegiado para uma antropossociologia séria, porque ele coloca um segundo nó no górdio de indagações fundamentais”. (MORIN, 2014, p. 18). Mendonça (2014, p.28) destaca que, para Morin “a arte cinematográfica, esta tem a capacidade de condicionar a personalidade e a civilização humanas, fazendo a essência humana penetrar na máquina e penetrando na essência humana, modelando-a”. Logo, já no prefácio de sua obra, Morin

⁸ Uma revisão de literatura sobre a visão destes autores encontra-se em: BRITO, Valber Oliveira de et al. **Da ética e Estética da Imagem Fílmica**. In: 40º CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 40., 2017, Curitiba: Universidade Positivo, 2017.

Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-1940-1.pdf>.

⁹ Vale lembrar a parceria feita entre Edgar Morin e o antropólogo cineasta Jean Rouch para a produção de alguns filmes. Este último propõe uma nova maneira de ver o cinema, ao que denominaram de “cinema-verdade” (rótulo que foi posteriormente abandonado, devido às suas ambiguidades filosóficas e ideológicas, e substituído por “cinema-direto”). Tratava-se de propor uma nova atitude estética e moral, para além da evolução técnica. Os cineastas participavam na evolução da investigação e da filmagem, não procuram disfarçar a câmera nem o microfone; intervêm diretamente no desenrolar do filme, passando do estatuto de autores ao de narradores e de personagens. Em paralelo, a câmara é concebida como um instrumento de revelação da verdade dos indivíduos e do mundo. Assim, o cinema direto abre espaço para a palavra dos próprios filmados. O nativo deixa de ser um figurante, elemento da paisagem etnográfica, para conquistar um espaço e voz. A construção da prática rouchiana ficou conhecida como “Antropologia Compartilhada”. Vide SZTUTMAN, Renato. “Jean Rouch: um antropólogo cineasta” In: S.C. Novaes et al. (Orgs.), **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Fapesp, EDUSP, 2004, pp. 49-62.



(2014, p.14-15) destaca que entende o cinema como “gerador de emoções e sonhos [...] O que é preciso indagar precisamente é o fenômeno espantoso no qual a ilusão de realidade é inseparável da consciência de que ela é realmente uma ilusão, sem no entanto que essa consciência mate o sentimento de realidade”. Portanto, Morin interessa-se mais pelo caráter mágico do cinema, pouco contemplado pelos estudos sociológicos clássicos. Para ele, a arte cinematográfica moderna ressuscita o universo arcaico dos duplos graças à técnica da fotográfica da reprodução do movimento. É neste sentido que o cinema ressuscita o homem imaginário.

Mendonça (2013) em seu artigo intitulado *Arte como experiência estética e como experiência ética*, lembra da dificuldade em analisar o papel social e ético da arte nos dias atuais, em meio à abundância de tecnologias, de imagens e à crescente perda da sensibilidade estética. No referido trabalho, a autora traça uma discussão onde visa tratar esta problemática tendo como foco teórico a percepção que autores como Tolstoi e Tarkovski sobre o papel social e ético da arte e do artista. Para Tarkovski a dimensão ética está atrelada à estética na medida em que uma realidade emocional brota do contato com a arte. (MENDONÇA, 2013, p. 136). Ao comentar sobre as reflexões de Benjamin e Adorno, a socióloga destaca que em um primeiro momento, podemos dizer que Benjamin e Adorno “abrem-nos a possibilidade de refletir sobre o fato de que a regressão nos sentidos (provocada pela vinculação entre a arte e tecnologias de reprodução) pode conduzir a uma regressão ética da sociedade”. (MENDONÇA, 2013, p. 127). Porém, neste mesmo contexto onde a arte está inserida (ressalta-se aqui, em especial, a imagem cinematográfica) a mesma pode ser redentora. Baseada nas reflexões de Tarkovski, a autora afirma:

O cinema – arte específica do mundo desencantado porque apoiada em uma técnica própria da modernidade – não teria, na visão daquele diretor, um viés negativo. A técnica aqui, ao contrário do pensamento adorniano, tem sim possibilidades redentoras e, ao contrário do pensamento de Walter Benjamin, não estaria a serviço de um projeto ou utopia políticos, mas antes da salvação da alma humana. (MENDONÇA, 2013, p. 136).

É neste sentido que a arte, da qual a cinema é parte integrante, possui a possibilidade de ser um instrumento de construção de relações sociais e intersubjetivas não violentas e alicerçadas na paz e na solidariedade. O cinema, portanto, traz em seu bojo o poder de promover experiências contra a banalização da arte e da imagem fílmica, como iremos mostrar em nossa próxima seção.



3. SERIA POSSÍVEL UM CINEMA REDENTOR?¹⁰

Ao refletir sobre a noção de redenção, Ferguson (2011, p. 853) destaca que, ainda que não exista um consenso, “o termo ‘redenção’ pode então, desse modo, ser usado em um sentido bem amplo para expressar o conceito geral de salvação e libertação”. A produção artística de diretores como Carl Dreyer, Robert Bresson, Abbas Kiarostami, Andrei Tarkovski, Ermanno Olmi, Wim Wenders e Manoel de Oliveira, sugerem esse caráter salvífico e de libertação da sétima arte. Dito isto, buscaremos responder os seguintes questionamentos: como a visão de mundo desses diretores podem contribuir para conduzir a caminhos não violentos? Em que medida a arte, em especial o cinema, pode ser uma estratégia potencializadora da formação ética do homem contemporâneo, em meio ao vazio existencial e espiritual ao qual se encontra?

Em suas reflexões sobre a relação do homem com a obra de arte, o filósofo alemão Hans Georg Gadamer (2010) nos coloca a questão da verdade a partir da experiência da arte, privilegiada como experiência de verdade em que o homem é modificado pela relação que mantém com a obra. Para este autor, o método científico não é o único a instaurar e garantir uma experiência de verdade. A arte teria valor de paradigma para a totalidade da nossa experiência, que encontra o sentido na equivocidade. Baraquin e Laffitte (2007) nos lembram ainda que, para Gadamer, a existência humana, penetrada na historicidade, é um processo aberto: o encontro atual com uma obra de arte ou com um documento do passado constitui um acontecimento novo, que penetra na história deles e passa a fazer parte dela. Neste sentido, para o filósofo alemão, as ciências humanas deverão ser ciências hermenêuticas, ou seja, não devem contentar-se em estabelecer fatos apostando exclusivamente nos métodos ou técnicas tal como a cientificidade das ciências exatas. Ao contrário, as ciências humanas devem tentar interpretar o sentido das intenções ou das ações. É a partir desta perspectiva que iremos delinear essa reflexão.

Ao analisar as aproximações e afastamentos entre Carl Theodor Dreyer e Manoel de Oliveira, Maria Bello (2009, p.11) destaca que, lembrando também Andrei Tarkovski, “qualquer um destes realizadores aposta na capacidade metafísica da sétima arte: literalmente, revelar o imaterial *através* do físico, e não *acima* dele”. ‘Como chegar ao espiritual senão pelos sentidos?’, pergunta-se Oliveira, a propósito de *Vale Abraão*.’ .

¹⁰ Este tópico é uma versão reduzida do artigo intitulado *O cinema como redenção: possibilidades ético-estéticas da sétima arte*, em vias de ser publicado (aguardando a edição do livro). Este estudo foi resultado de reflexões e vivências no âmbito do grupo de pesquisa Imagem, Arte, Ética e Sociedade e de dois momentos complementares, a saber: 1- minha participação na disciplina eletiva intitulada Arte e Fé: um diálogo com o cinema; 2- o segundo momento diz respeito ao Seminário Ética e Sociedade: reflexões sobre a arte e a paz, do qual também participei. Todos os eventos ocorreram no ano de 2016/2017, sob a orientação e organização da Prof. Dra. Kátia Marly Leite Mendonça em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia - (PPGSA/UFGA).



Fundamentada em Paul Schrader (1972), a autora apresenta pontos em comum na estética e no estilo destes realizadores, em uma sintética análise comparativa, sem deixar de reconhecer os pontos de claras divergências e alguns aspectos que os afastam.¹¹

As obras de Carl Dreyer e de Manoel de Oliveira propõem uma recusa do tratamento de “temas”, no sentido de não estarem preocupados com a defesa de paixões ideológicas. Sobre esta afirmativa, Bello (2009) recorre a Donald Skoller¹² para ressaltar que Dreyer estava envolvido com essências e não com questões. Visava uma arte não manipulativa, “confiante no poder que a imagem tem de evocar mundos não visíveis, mas cuja presença se deixa vislumbrar através da emoção que a fisicidade cinematográfica provoca” (BELLO, 2009, p.12). Já com relação à Manoel de Oliveira, a sua autonomia, no contexto do cinema português, vem sobretudo da sua grande liberdade em filmar apenas aquilo que verdadeiramente lhe importa – não as tendências ideológicas, nem necessariamente as estéticas, muito menos as técnicas, mas sim o seu interesse pelas pessoas, pelo drama humano, pela situação nacional ou pela sua circunstância pessoal. (BELLO, 2009, p.8). Tais posições não significam dizer que estavam alheios às questões de seu tempo, ao ponto de não tomarem posições sobre temas relevantes. Dreyer, por exemplo, foi conhecido pela sua posição em favor do povo judeu. O Diretor dinamarquês, portanto, foge da argumentação teórica pretenciosa, não acompanhando as tendências ideológicas de seu tempo. Antes busca tornar tais questões acessíveis, próximas. Assim, tal como Dreyer, também Oliveira quer dirigir-se a todos, através da (re) construção de mundos que a todos dizem respeito, desde que capazes de manter a “mente aberta”. “São universos quotidianos que, na sua aparente banalidade, se vêem tocados pelo drama e pelo milagre”. (BELLO, 2009, p. 9).

A partir de sua teoria chamada “cinematógrafo”, Robert Bresson definiu a finalidade do cinema: a verdade. “Por ‘verdade’, convém entender não uma verdade social que decorre de um ‘programa’ de verdade” historicamente variável, porém mais cruamente a verdade, atribuível ao real e apenas a ele”. (AUMONT, 2004, p. 17). Para Bresson (1979) a arte e a obra de arte só existem em decorrência da intencionalidade manifestada por um cineasta, que é responsável por seus meios e por sua intenção, porém não por uma intenção particular, mas por uma intencionalidade geral, que seria a intenção de criar uma obra. “Ele defende uma espécie de intenção da ausência de intenção. A intencionalidade toma então uma forma particular, a da ignorância, do desconhecimento, da espera, e do que Bresson chama a improvisação”. (AUMONT; MARIE, 2009, p. 39). Em sua concepção, o artista

¹¹ Para o aprofundamento da análise comparativa entre estes diretores vide BELLO, Maria do Rosário Lupi. *A instável estabilidade: aproximações e afastamentos entre Dreyer e Oliveira*. In Junqueira, Renata Soares (org.). *Manoel de Oliveira : uma presença*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2009.

¹² SKOLLER, Donald (ed) – *Dreyer in Double reflection*. New York, Da Capo Press, 1991, p. 19-20.



caracteriza-se pela sutileza do olhar e pela ciência das relações a serem estabelecidas entre os dados sensíveis. Neste sentido, o cinematógrafo define-se por uma combinação que envolve: o imprevisto, o instintivo, o inesperado; a emocionalidade, a absorção do espectador; a intenção de verdade, a crença no real. Indagado durante uma entrevista sobre o viés espiritual que atribuem a seus filmes, Bresson respondeu: “[...] existe uma presença de algo que chamo Deus, mas não quero mostrar muito isso. Eu prefiro fazer as pessoas sentirem” (BRESSION apud OLIVEIRA, 2011, p. 3).

Apesar das diferenças existentes em relação aos demais realizadores anteriores, a visão de mundo do cineasta iraniano Abbas Kiarostami possui um ponto de contato interessante que contribui para nosso itinerário ético-estético sobre o cinema, o qual considera uma “obra inacabada” ou “semifabricada”, confiante em um espírito criativo de seu público ao deixá-los livres para intervir, em uma postura ativa. Conhecido por uma abordagem que alia documentário e ficção, Kiarostami, por meio de suas obras como “O Pão e o Beco” (1970), “O vento nos levará” (1999), “Close-up” (1990), o curta-metragem “Não” (2011), dentre outras, revela um desejo de respeito pela experiência cinematográfica, que não menospreze a inteligência de seus espectadores e nem busque manipulá-los. Em sua concepção, cada indivíduo, assistindo ao filme, cria seu próprio mundo. A partir de cada detalhe – de uma cidade ou uma pradaria, de uma personagem ou um assunto – que aparece na tela, o espectador se informa para criar um universo. O cinema não nos informa de um único mundo, mas de vários. Ele não nos fala só de uma realidade, mas de uma infinidade de realidades. Pertencendo a cada um de nós, o filme então passa a ser depurado por toda bagagem que carregamos ao longo da vida. “A poltrona do cinema frequentemente ajuda muito mais do que o divã do psicanalista. O espectador completa seu filme a partir de nosso ‘semifilme’” (KIAROSTAMI, 2016, p. 32).

Em uma declarada estratégia de resistência contra ao que chama de “estética rasa do cinema” e sua lógica industrial, o cineasta italiano Ermanno Olmi, orienta seus trabalhos a partir de temas como a sacralidade da vida, a dignidade do trabalho e busca do homem para os valores espirituais mais elevados. Sob influência de valores cristãos, suas obras nos alertam para a aridez existencial e espiritual da sociedade contemporânea. Para ele, a contemplação, a indignação e a transcendência tornam-se mecanismos de resistência, em um combate à estética rasa do cinema voltada quase que exclusivamente para o lucro (monetário ou ideológico), o entretenimento e o sucesso comercial. Em uma entrevista concedida em 2014 ao jornal “O Globo”, Olmi define sua obra fílmica como “uma forma poética de discutir os conceitos do povo, de terra, de fé”. Lembra ainda que seus filmes “falam das pessoas que veem e registram os movimentos da vida sem receber do Estado, da arte, do próximo, um pingote de atenção. Eu tento retratar dilemas concretos de pessoas



que não têm uma chance de se expressar para o mundo”. Para ele, a única medida importante de um filme é a sua capacidade para refletir o denominador comum humano ou a necessidade de valores espirituais, de mística, de ternura entre seres humanos, num mundo frio. (CARDULLO, 2008). Olmi usa fatos reais da vida (usando atores não profissionais em seus filmes), não para despertar a curiosidade do espectador, mas para tentar falar a verdade. Logo, o cinema deve ser levado tão a sério como a vida. Ao refletir sobre a lógica industrial do cinema da atualidade, acrescenta:

Contemplação, indignação e transcendência, os três sacramentos que faziam do cinema uma forma de resistência, hoje estão em segundo plano, pois as plateias foram reeducadas para apreciar guloseimas comerciais. Mas isso não se passa só com os filmes. Todas as instituições que deveriam servir como farol para a sociedade não se perder na ignorância entraram no obscurantismo do discurso do dinheiro. A crise afogou os valores da velha Europa. E, nós, afogados, acabamos nos agarrando a um mundo que perdeu a habilidade de enfrentar problemas concretos. A salvação parece difícil.¹³

Para o diretor alemão Wim Wenders, mais que outras artes, o cinema é um documento histórico do nosso tempo. “Esta que chamam de sétima arte é capaz, como nenhuma outra arte, de apreender a essência das coisas, de captar o clima e os fatos de seu tempo, de exprimir suas esperanças, suas angústias e seus desejos numa linguagem universalmente compreensível”. (WENDERS, 1991, p.181). Crítico da visão puramente mercadológica das imagens, na concepção de Wenders as imagens e as cidades orientam-se por um olhar comercial. “Se mostrar foi noutra época a missão primeira, a missão mais nobre das imagens, o seu fim parece ser cada vez mais vender”. (WENDERS, 1991, 183). Apesar deste diagnóstico da sociedade contemporânea no que tange as imagens, o cineasta alemão mostra-se otimista no caráter redentor do cinema.

Emily Manthei em seu artigo intitulado *Beyond the Visible: The Images of Wim Wenders*, ressalta essa possibilidade redentora a partir da análise da “estética religiosa” das obras de Wenders, em especial *Paris, Texas* (1984) e *Asas do desejo* (1987). Para a autora, Wenders pede que seus telespectadores olhem, vejam as coisas como elas realmente são e, assim, encontrem a verdade. Diferentemente dos filmes de Hollywood que visam manipular as emoções, os filmes do cineasta alemão oferecem liberdade para responder sem persuadir o espectador. Em Wenders a história fílmica possui a capacidade de mostrar coisas que são impossíveis de dizer, alcançando uma narrativa tanto para além das palavras como para além das imagens pela colaboração - sempre colaboração e cooperação - de ambos (imagem e história). É através dessa rede complexa que Wenders conseguiu continuar a ligar a imagem à verdade e a justificar sua profissão como guardião

¹³ Vide <http://oglobo.globo.com/cultura/ermannio-olmi-guardiao-do-cinema-italiano-12534651>.



de imagens num mundo de imagens sempre prolíferas e desonestas. Wenders percebeu que encontrar a verdade em imagens não é apenas ver; requer a visão para encontrar uma história que forneça ordem e honestidade: uma história na qual os espaços permitem que os eventos, assim como o público, fluam. A tentativa de Wenders de reconciliação neste mundo quebrado e dividido (e, portanto, redenção da casa destruída) através da beleza de suas imagens afeta uma restauração da fé nos tempos mais obscuros. (MANTHEY, 2009).

Por fim, outro diretor fundamental para a reflexão aqui travada a respeito do cinema como redenção é Andrei Tarkovski. A perspectiva deste cineasta estabelece umnexo estreito entre arte cinematográfica e ética, abordando não só os impactos da imagem sobre o público, mas também a grande responsabilidade do artista e a necessidade dele estabelecer uma relação dialógica com o Transcendente a fim de efetivar um processo de criação marcado pelo compromisso com o outro (MENDONÇA, 2014 e 2015). Tarkovsky fez filmes profundamente espirituais, quase todos com personagens que estão em profunda crise existencial, que têm um profundo despertar no final da história.

Em suas reflexões, o cineasta russo destaca a predominância da alienação do trabalho artístico. Na ânsia por reconhecimento imediato e total não há mais espaço para o mistério na arte. “O que hoje passa por arte é, em sua maior parte, mentira pois é uma falácia supor que o método pode tornar-se o significado e o objetivo da arte. Não obstante, a maior parte dos artistas contemporâneos passa seu tempo em exibições autocomplacentes de método”. (TARKOVSKI, 1998, p. 113). Conhecido por sua convicção artística rigorosa e opiniões sobre o papel moral dos artistas, acreditava que a "arte moderna" tinha tomado uma direção errada em algum lugar ao longo do caminho e havia abandonado sua "busca pelo sentido da existência para afirmar o valor do indivíduo por sua própria causa". Para o diretor russo, a arte moderna tinha sido despojada de toda a sua humanidade. Os artistas estavam falhando em reconhecer o dom que lhes foi dado ao serem artistas, e estavam fracassando em comunicar ao homem o significado de sua existência. Em suas palavras, o objetivo de toda arte “[...] é explicar ao próprio artista, e aos que o cercam, para que vive o homem, e qual é o significado da sua existência. Explicar às pessoas a que se deve sua aparição neste planeta, ou, se não for possível explicar, ao menos propor a questão”. (TARKOVSKI, 1998, p. 38). Em *Stalker* (1979), por exemplo, Tarkovski explora esse propósito da arte. Sobre o tema principal o cineasta afirma que “em termos gerais, é o tema da dignidade humana; o que é esta dignidade; e como um homem sofre se não tiver amor-próprio”. (TARKOVSKI, 1998, p. 238). Apesar de a viagem até a Zona¹⁴ parecer terminar em fracasso, “na verdade cada um dos protagonistas adquire algo de inestimável valor: a fé.

¹⁴ Região mística, fortemente guardada, onde há rumores de conter um quarto dentro do qual os sonhos são realizados, e ter as implicações de precipitação nuclear.



Cada um torna-se consciente do que é mais importante que tudo. E esse elemento está vivo em cada indivíduo”. (TARKOVSKI, 1998, p. 240). Ao comentar sobre *Stalker*, Tarkovski faz uma afirmação fundamental. Para ele, mesmo com a aridez de nossa capacidade de amar “basta o amor pela humanidade — milagrosamente — para provar que é falsa a suposição grosseira de que não há esperança para o mundo. Este sentimento é o nosso valor comum e indiscutivelmente positivo”. (TARKOVSKI, 1998, p. 239). E o que seria a zona? Para Tarkovski, a Zona é a vida, com suas possibilidades de destruição ou salvação do homem: “Se ele se salva ou não é algo que depende do seu próprio auto-respeito e da sua capacidade de distinguir entre o que realmente importa e o que é puramente efêmero”. (TARKOVSKI, 1998, p. 241). E acrescenta: ” Minha função é fazer com que todos os que veem meus filmes tenham consciência da sua necessidade de amar e de oferecer seu amor, e que tenham consciência de que a beleza os está convocando”. (TARKOVSKI, 1998, p. 241).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como dito no início deste artigo, este breve itinerário ético-estético a respeito do cinema teve o intuito de discutir possíveis intersecções, diagnósticos e apresentar as principais contribuições dos autores e cineastas aqui trabalhados para a análise da arte cinematográfica, tendo como foco a análise da influência da ética e da estética da imagem fílmica na contemporaneidade. Como vimos, a experiência estética da imagem fílmica pode exercer uma influência negativa, contribuindo para, dentre as várias consequências, a situação de violência. Apesar disso, a arte cinematográfica também nos abre a possibilidade do efeito oposto, ou seja, a vivência de experiências que podem ser capazes de contribuir para a emancipação desse público e para a melhoria da sociedade, uma vez que serve de caminho importante para a ampliação do seu horizonte de conhecimento. E, mais ainda, pode nos proporcionar a vivência de eventos para além da violência predominante na arte cinematográfica nos dias atuais, contendo, assim, um caráter redentor ao oferecer a experiência de valores éticos e morais que redimem a arte e o homem, a alertar-nos para o compromisso do artista com o outro. Buscou-se também responder aos questionamentos citados ao longo do trabalho, a saber: como a visão de mundo de diretores como Carl Dreyer, Robert Bresson, Abbas Kiarostami, Andrei Tarkovski, Ermanno Olmi, Wim Wenders e Manoel de Oliveira podem contribuir para conduzir a caminhos não violentos? Em que medida a arte, em especial o cinema, pode ser uma estratégia potencializadora da formação ética do homem contemporâneo, em meio ao vazio existencial e espiritual ao qual se encontra? Acreditamos que alguns pontos de contato que aproximam esses diretores nos



permitem uma resposta: Todos comungam o desejo de responsabilidade do artista que não abdica da transcendência (não necessariamente se referindo a “filmes religiosos”); fogem da argumentação teórica pretenciosa, portanto não buscam manipulação religiosa e política de seus espectadores; não se deixam levar por tendências ideológicas do seu tempo (portanto, não estão preocupados com a defesa de ideologias, porém tal postura não inibe uma tomada de posição sobre questões consideradas importantes) e o anseio de verdade. Apesar de suas singularidades, todos eles aproximam-se de um desejo em transcender o dualismo entre fé e razão. Essas aproximações destes cineastas indicam um caminho de sensibilização de corações e mentes por intermédio da arte. Neste sentido, a arte cinematográfica surge como possibilidade de redimir o homem em um mundo vazio de sentido, conduzindo-o para o bem:

É óbvio que a arte não pode ensinar nada a ninguém, uma vez que, em quatro mil anos, a humanidade não aprendeu absolutamente nada. Se houvéssimos sido capazes de prestar atenção à experiência da arte e de permitir que ela nos modificasse de acordo com os ideais que expressa, já teríamos nos transformado em anjos há muito tempo. A arte tem apenas a capacidade, através do impacto e da catarse, de tornar a alma humana receptiva ao bem. É ridículo imaginar que se pode ensinar as pessoas a serem boas [...]. A arte só pode oferecer alimento — um impulso, um pretexto para a experiência espiritual. (TARKOVSKI, 1998, p. 55).

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1985.

AUMONT, Jacques; MICHEL, Marie. **Dicionário teórico e crítico do cinema**. Lisboa: Edições Texto & Grafia. 2009.

AUMONT, Jacques. **As Teorias dos Cineastas**. São Paulo: Papyrus, 2004.

BARAQUIN, Noella; LAFFITTE, Jacqueline. **Dicionário dos filósofos**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

BELLO, Maria do Rosário Lupi - **A instável estabilidade: aproximações e afastamentos entre Dreyer e Oliveira**. In Junqueira, Renata Soares org. - "Manoel de Oliveira: uma presença". São Paulo: Editora Perspectiva, 2009. ISBN 978-85-273-0888-5. Disponível em <https://repositorioaberto.uab.pt/bitstream/10400.2/1309/1/Oliveira%20e%20Dreyer.pdf>. Acesso em 18.02.2017.

BENJAMIN, Walter. A obra de arte na era de sua reprodutividade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. 8ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2012, p. 179-212.

BITTENCOURT, Renato Nunes. A indústria cultural e o estatuto da obra de arte na era da reprodução técnica. In: CABRAL, Alexandre Masques (Org.). **Filosofia**: um panorama histórico-temático. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.



BRESSON, Robert. **Notas sobre el cinematógrafo**. México: Ediciones Era, 1979.
BUBER, Martin. **Eu e Tu**. Trad. Newton Aquiles Von Zuben. São Paulo: Centauro, 2001.
CAMPBELL, S. A estética dos outros. Proa – **Revista de Antropologia e Arte** [on-line]. Ano 02, vol.01, n. 02, nov. 2010.

CARDULO, Bert. **Reflecting Reality and Mystery**: An Interview with Ermanno Olmi. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/224037577/Reflecting-Reality-ERMANN-OLMI>. Acesso em: 17/02/2017.

COSTA, José Silveira. A estética grega. In: CABRAL, Alexandre Masques (Org.). **Filosofia**: um panorama histórico-temático. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FONSECA, Rodrigo. **Ermanno Olmi, o 'guardião' do cinema italiano**. Disponível em <http://oglobo.globo.com/cultura/ermanno-olmi-guardiao-do-cinema-italiano-12534651>. Acesso em: 20/02/2017.

FERGUSON, Sinclair B.; WRIGHT, David; PACKER, J.I. **Novo dicionário de teologia**. São Paulo: Hagnos, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica da Obra de Arte**. Seleção e tradução de Marco Antonio Casanova. São Paulo: WMF/Martins Fontes, 2010.

GUTFREIND, Cristiane Freitas. **O filme e a representação do real**. Revista E-Compós, nº6, 2006.

JAMESON, Frederic. **Espaço e Imagem**: teorias do pós-moderno e outros ensaios de Fredric Jameson. 4. ed. Org. e trad.: Ana Lúcia Almeida Gazzola. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

_____. **"Falso movimento"**, entrevista a Marcelo Rezende. Folha de São Paulo, 19 de novembro de 1995.

KELLNER, Douglas. Cultura da mídia e triunfo do espetáculo. In: DÊNIS, Moraes de (org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006, p. 119-147.

KIAROSTAMI, Abbas. Um filme, cem sonhos. In: SAVINO, Fábio; CHIARETTI, Maria (Orgs.). **Abbas Kiarostami: um filme, cem histórias**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: Centro Cultural Banco do Brasil, 2016.

LUKÁCS, George. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MANTHEI, Emily. **Beyond the Visible**: The Images of Wim Wenders. Studies in World Christianity, Aug. 2009, v. 15, No. 2, p. 176-191.

MENDONÇA, Kátia Marly Leite. **Arte como Experiência Estética e como Experiência Ética**. In: MENDONÇA, Kátia Marly Leite (Org.). Valores para paz. UFPA / EditAEDI, 2013. v.2.

_____. Andrei Tarkovski e o Imaginário do Apocalipse. In: **Avanca Cinema: International Conference 2015**. 1ª Ed. AVANCA: Edições Cine Clube Avanca, 2015, v.1, p. 99-107.

_____. Arte e ética no pensamento de Tarkovski. In: **Avanca Cinema: International Conference 2014**. 1ª Ed. AVANCA: Edições Cine Clube de Avanca, 2014, v.1, p.83-91.



MORIN, Edgar. **O Cinema ou O Homem Imaginário**: ensaio de Antropologia Sociológica. Tradução Luciano Loprete. São Paulo: É Realizações, 2014.

OLIVEIRA, Roberto Acioli de. **Robert Bresson e Balthazar**. Disponível em <http://www.rua.ufscar.br/robert-bresson-e-balthazar/> . Acesso em 29/01/2017.

SCHRADER, Paul. **Transcendental style in film**: Ozu, Bresson, Dreyer. Berkeley: University of California Press, 1972.

_____. A utopia reversa de Jean Rouch: *de Os mestres loucos a Petit à petit*. In: **Devires**. Belo Horizonte, V. 6, N. 1, Pp. 108-125, JAN/JUN 2009, p. 108-125.

SZTUTMAN, Renato. "Jean Rouch: um antropólogo cineasta" In: S.C. Novaes et al. (Orgs.), **Escrituras da Imagem**. São Paulo: Fapesp, EDUSP, 2004, pp. 49-62.

TARKOVSKI, Andrei. **Esculpir o tempo**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

_____. **Discours sur l'Apocalypse**. Disponível em <http://newsoftomorrow.org/arts/cinema/andrei-tarkovski-discours-sur-lapocalypse>. Acesso em 10/07/2017.

WENDERS, Wim. **A paisagem urbana**. Trad. Maurício Santana Dias. Disponível em <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=reviphan&pagfis=8512>. Acesso em 19/02/2017.

**GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSOS EM DISPUTA****A PRODUÇÃO DE IMAGEM DA PRAIA DE IRACEMA (CE) NAS DISPUTAS NARRATIVAS DA PRODUÇÃO DO ESPAÇO**

Rafaela Kalaffa Sergio e Silva (Universidade Federal da Bahia)¹
kalaffa@gmail.com

RESUMO

A partir da teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre - *La production de l'espace* (2000)- entende-se que a experiência de uma cidade existe como uma montagem de elementos distintos (pessoas, objetos, edificações, natureza, entre outros) que se relacionam em diferentes tempos. O autor elucida que o espaço percebido é onde o corpo experimenta/sente e, em um movimento de interação, a subjetividade do indivíduo produz pensamento no espaço vivido, a partir da relação com um certo espaço concebido, onde se dá a produção do conhecimento. No caso desta pesquisa, o olhar se volta no recorte espacial da Praia de Iracema, na cidade de Fortaleza – Ceará, como exercício para entendermos como se dá a produção de imagens nas disputas narrativas da produção deste espaço. O recorte temporal da pesquisa leva em consideração o início - em 2012 - da construção do empreendimento turístico Acquario Ceará. Para este artigo, a análise se volta para quatro produtos imagéticos, que são: vídeo Fort Acquario² (2016) e fotografias da matéria “Uma praia para chamar de crush” da Revista Vós³ (2016). Como suporte para análise discursiva, aproxima-se do método arqueológico proposto por Michel Foucault para assim dar a ver as linhas (temporal-social) que formam a rede de existência destas imagens analisadas. Através dos produtos imagéticos, é possível acessar os componentes urbanísticos da Praia de Iracema, os discursos que são produzidos sobre este espaço, bem como perceber as modificações sociais produzidas neste ambiente-natureza.

Palavras-chave: Produção do espaço, Praia de Iracema, disputas narrativas

1. INTRODUÇÃO

¹ Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal da Bahia (UFBA), integrante do Grupo de Pesquisa Cidades Políticas (CIPO's), coordenado pela professora Dra. Thais Banthumchinda Portela.

² Fort Acquário. Brasil, 7, 2016. Realização: Pedro Diógenes, Fotos: Victor de Melo, Montagem: Victor Furtado, Finalização de imagem: Zack Chinaski, Edição de Som e Mixagem: Lucas Coelho. Disponível em: < <https://vimeo.com/153083040>>, acesso em 25 de junho de 2017.

³ Disponível em: < <http://www.somosvos.com.br/praias-dos-crush/>>, acesso em 25 de junho de 2017.



A pesquisa acontece na Praia de Iracema (PI), na área de afetação do Acquário Ceará⁴, existente no bairro de mesmo nome, formada por diferentes componentes urbanos e narrativos⁵ que aos poucos foram surgindo para compor a caracterização do objeto da pesquisa.

Com base na teoria de Lefebvre, entende-se que os componentes urbanísticos aqui listados são intervenções atuantes na complexidade interativa da produção do espaço da Praia de Iracema. Apesar de serem datados em um tempo cronos, ao participarem deste espaço junto a outros corpos (afetos) – área de afetação – são constantemente atualizados e atualizantes.

Talvez seja preciso ir mais longe e admitir que os produtores do espaço sempre agiram segundo uma representação, ao passo que os “usuários” suportam o que se lhes é imposto, mais ou menos inserido ou justificado em seu espaço de representação. Como se efetuam tais manipulações? Cabe à análise responder. **Se é certo que os arquitetos (e os urbanistas) têm uma representação do espaço, de onde eles a tiram?**⁶ Em proveito de quem ela se “operacional”? Se é certo que os “habitantes” têm um espaço de representação, um curioso mal-entendido começa a se elucidar. O que não quer dizer que ele desaparece na prática social e política. (LEFEVBRE, 2006, p.44)

Ainda na teoria da produção do espaço, os componentes narrativos são entendidos como espaços, em que as disputas aparecem como articulações de linguagem enquanto discursos que disputa este espaço. Assim, neste capítulo, serão descritos os componentes urbanísticos e narrativos que participaram da análise da produção social deste espaço na Praia de Iracema.

1.1 Produção do Espaço

O pensamento de Henri Lefebvre sobre a produção do espaço, elucidado por Schmid (2012), é construído a partir da dialética alemã em que o autor relaciona pensamentos de Hegel, Marx e Nietzsche. Lefebvre faz críticas a Hegel ao discordar de sua dialética restrita aos conceitos, limitada ao pensamento. Com isso, junto às leituras de Marx, ele mobiliza o pensamento da escola alemã e direciona para o processo material da produção social.

⁴ O Acquario Ceará, projeto do Governo do Estado do Ceará apresentando em 2008 – gestão de Cid Gomes – teve a obra iniciada em 2012 e até o momento é uma obra paralisada, por falta de má gestão dos investimentos. Nesta pesquisa, o Acquario (no caso a obra paralisada) é chamada de componente urbanístico.

⁵ A ideia de componentes dialoga com o conceito de banco de dados aberto, sem deixar de lado a noção de realidade, que o uso da palavra personagem pode provocar.

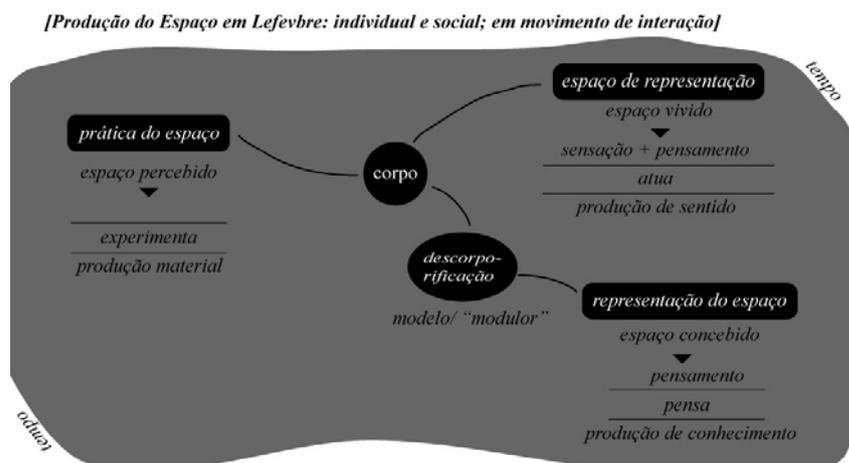
⁶ Grifo nosso.



... Se o espaço (social) intervém no modo de produção, ao mesmo tempo efeito, causa e razão, ele muda com esse modo de produção! Fácil de compreender: ele muda com “as sociedades”, se se quiser exprimir assim. Portanto, há uma história do espaço. (Como do tempo, dos corpos, da sexualidade etc.). História ainda por escrever. (LEFEVBRE, 2006, p.6)

Lefebvre pensa o espaço percebido enquanto aquele que a apreensão do espaço se dará pelos sentidos do corpo. O espaço percebido está intrinsecamente ligado a prática social. O corpo-indivíduo é também um corpo-social que precisa de um tempo e de um espaço para se relacionar. As representações do espaço (espaço concebido) são concernentes ao saber intelectual e ideológico, que carregam em si um caráter objetivo. Estas são engendradas a partir de um conjunto de regras que legitimam sua existência, quase sempre autorizadas pelo Estado e participam diretamente da prática social e política. Enquanto que os espaços de representação (espaço vivido) articulam a experiência do espaço percebido (que se relaciona diretamente com o espaço concebido) com a subjetividade característica de cada indivíduo, ligados ao emocional, à psique, ao cultural que compõem este sujeito. "É imprescindível que o vivido, o concebido, o percebido sejam reunidos, de modo que o “sujeito”, o membro de determinado grupo social, possa passar de um ao outro sem aí se perder."(LEFEVBRE, 2006, p.41).

Figura 1: Diagrama que nos ajuda a pensar o pensamento tridimensional da produção do espaço em Lefebvre.



Schmid (2012) aponta a percepção subjetiva, ou ainda, a experiência como componente constituinte de toda prática social, que acontece quando um corpo, ao



encontrar um espaço previamente concebido (pensado anteriormente), passa a percebê-lo. “A junção de elementos para formar um “todo” que é então considerado ou designado como espaço presume um ato de pensamento que é ligado à produção do conhecimento” (SCHMID, 2012, p. 14). Todavia o espaço vivido é a atuação deste corpo que percebe e concebe o espaço.

Neste ponto, Lefebvre é inequívoco: o vivido, a experiência prática, não se deixa exaurir pela análise teórica. Sempre permanece um excedente, um remanescente, o indizível, o que não é passível de análise apesar de ser o mais valioso resíduo, que só pode ser expresso por meio de meios artísticos. (SCHMID, 2012, p.14)

Portanto, a noção de produção do espaço lefevbriana apoiará as análises dos discursos presentes nos vídeos analisados neste trabalho, funcionando assim como um demarcador de complexidade existente nos espaços citadinos.

1.2 Análise de discurso

Para Foucault discurso é uma construção feita sobre uma rede mutável de linhas de poder(es). No livro “A Ordem do Discurso – aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970” Foucault sistematiza os modos de classificar, delimitar e controlar o discurso, dividindo em: procedimentos externos, procedimentos internos e sistemas de restrição

Suponho que em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.

Em uma sociedade como a nossa, conhecemos, é certo, procedimentos de exclusão. O mais evidente é a interdição. Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa. (FOUCAULT, 2014, p. 8-9)

Na palestra, Foucault explica como ao longo da história foi-se constituindo um sistema de exclusão, entendido por ele como procedimentos exteriores ao discurso e destaca os seguintes temas: palavra proibida, a segregação da loucura e a vontade de verdade, sendo esta última a que mais o autor se debruçou ao longo de seus estudos na fase arqueológica. Isto porque a vontade de verdade tendia a atravessar os outros dois temas, os enfraquecendo na disputa dos discursos. “E,



contudo, é dela [vontade de verdade] sem dúvida que menos se fala. Como se para nós a vontade de verdade e suas peripécias fossem mascaradas pela própria verdade em seu desenrolar necessário.” (FOUCAULT, 2014, p.19). Na rede de poderes de um discurso, a vontade de verdade tende ao velamento de sua operação excludente que se abastece da dinâmica do poder e do desejo.

Os procedimentos internos são subdivididos em comentário, autor e disciplina. O comentário existe em função do sistema cultural, em que “... não tem outro papel, sejam quais forem as técnicas empregadas, senão o de dizer *enfim* o que estava articulado silenciosamente no *texto primeiro*.” (FOUCAULT, 2014, p.24). Fazendo uma analogia com o audiovisual, seria o que “extracampo” fala na ausência.

O autor, na análise foucaultina, não é entendido como o indivíduo que pronuncia ou produz o texto, mas sim o emaranhado de atravessamentos que está por trás do que é dito.

...aquilo que ele escreve, aquilo que ele desenha, mesmo a título de rascunho provisório, como esboço da obra, e o que deixa, vai cair como conversas cotidianas. Todo este jogo de diferenças é prescrito pela função do autor, tal como a recebe de sua época ou tal como ele, por sua vez, a modifica. (FOUCAULT, 2014, p.27)

E é este emaranhado que este artigo tenta desvelar ao analisar as imagens produzidas sobre a Praia de Iracema após o início da obra do Acquário Ceará.

A disciplina trabalha em oposição tanto ao princípio do comentário, como do autor. Foucault (2014, p.28) explica que sua organização se define pelo domínio de objetos, métodos, instrumentalizações, corpus de proposições tidas como verdadeiras, a fim de se criar um sistema anônimo à disposição de quem pode servir-se dela. Além disso, a organização disciplinar não se pensa, como no caso do comentário, como algo que possa ser redescoberto, questionável. A disciplina trabalha com o vetor progresso, ou seja, na possibilidade de sempre formular indefinidamente novas proposições. Lembrando que não é qualquer proposição que passa a pertencer a uma disciplina específica, sua sistematicidade requer avaliação sob as regras que ela reconhece e impõe.

É importante ressaltar que este artigo não realizou uma arqueologia estrita nos conceitos de Foucault, buscando nestes estudos iluminação para pensar os discursos que disputam a produção do espaço na Praia de Iracema.



2. PRODUTOS IMAGÉTICOS :

2.1 Fort Acquario (FA)

Começa em fundo preto sem áudio. Aos poucos, os créditos iniciais aparecem sobre este fundo e junto um som ambiente: escutam-se vozes e o barulho do mar. Em 00:38, entra um texto que diz

"A cidade é mistério. Atrás da aparência, e sob a transparência, empreendimentos são tramados e potências ocultas atuam junto com o poder ostensivo da riqueza. O urbano tem um lado repressivo."

O áudio ambiente com pessoas e mar some e surge então uma voz empossada, ainda em fundo preto, que ajuda a trazer a fala para a sensação de primeiro plano.

"Eu acho que vai ser sensacional. A Praia de Iracema merecia há muito tempo, é uma área histórica de Fortaleza. O que está sendo feito hoje em dia é uma maldade. É hmm, talvez para usar um termo leve né. É uma iniquidade que aconteça aquilo, mas para ser revitalizado, este aquário é a melhor resposta. Este tipo de solução já foi aplicado com sucesso em diversas áreas do planeta. O de Lisboa é a mesma coisa, também era uma área degradada. O de Los Angeles também era uma área degradada. Isso já aconteceu em diversos locais, onde você instala equipamentos de primeira linha e você atrai que público? O público familiar.



Foto 1 – minuto 01:28

A primeira fotografia da sequência apresentada no vídeo mostra pessoas utilizando a faixa de praia entre PV e PIng, ou seja, trecho de praia que fica próximo a comunidade Poço da Draga. Vale ressaltar que este trecho não tem o mesmo cuidado

institucional (Prefeitura de Fortaleza) que o lado direito onde localiza-se o Aterro (referência de frente para o mar). Este passa por um processo periódico de limpeza feito por uma máquina que lamina a areia, deixando uma aparência mais organizada e limpa para a Avenida Beira-mar - cartão-postal de Fortaleza.



Figura – Foto aérea do

A fala que inicia-se no minuto 00:58 tem como característica a ausência de um narrador visível. No universo do cinema, esta ausência é usado como recurso de edição que promove diferentes experiências estéticas, conhecidas como voz *off* e voz *over*. Na primeira sabe-se quem fala, apesar da não aparição no quadro (cena) da pessoa que fala, enquanto na segunda, além do narrador não ser visível, não se sabe quem fala. Em FA, esta fala (com início em 00:58 e fim em 04:30) estimula uma experiência estética próxima a voz *over*, também conhecida como “voz de Deus”, já que inicia-se ainda em fundo preto e segue falando junto a sequência de fotografias feitas na PI (com início em 01:28 e fim em 04:30). O conteúdo da fala apresenta contraste ao encontrar com a PI e os corpos ocupantes apresentados nesta sequência de fotos.

Na cartela dos créditos finais, aparecem três links de vídeos com o título “Sons e Imagens retirados do youtube”, que permitem acesso aos vídeos que foram agenciados para resultar na edição de Fort Acuario. O primeiro link refere-se à entrevista do arquiteto Leonardo Fontenele, responsável pelo projeto Acuario Ceará, para o programa “Barão em Iracema”⁷. Ao visitar o vídeo da entrevista, é possível observar que a fala do arquiteto⁸ não tem a mesma sequência apresentada

7 Título: Sec. da Cultura e Acuario de Fortaleza pt.02. Brasil, 11', 2011, Produção: Programa Barão de Iracema. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dmVUKZOshLA>>, acesso em: 7 de julho de 2017.

8 Leonardo Fontenele é homem, branco, brasileiro, cearense e o arquiteto responsável pelo projeto do empreendimento Acquário Ceará. Graduado em arquitetura e urbanismo pela Universidade Federal do Ceará, possui especialização “em Entertainment Design, na Harvard University (Boston, EUA), [além de ser, atualmente], o Chairman para América Latina da Associação Mundial de Entretenimento Temático (Themed Entertainment Association – TEA), uma aliança dos mais talentosos e experientes profissionais da Indústria do Entretenimento internacional, distribuídos ao longo de 680 empresas, em 39 países do mundo. Este reconhecimento veio após uma longa trajetória de trabalho e estudos que incluem passagens pela Walt Disney Imagineering - o braço de design e desenvolvimento da Walt Disney Company, responsável pela criação e construção de parques temáticos e hotéis da Disney em todo o mundo - e a graduação em Amusement Facilities Management, na Greenville Technical College (South Carolina, EUA). Como membro da American Association of Museums, além de suas atribuições profissionais, contribui com o aprimoramento da indústria do Entretenimento e Hotelaria através de suas diversas participações em conferências e seminários, e ainda atua como professor convidado dos cursos de pós-graduação da Fundação Getúlio Vargas (FGV-SP) e da Universidade de São Paulo



no vídeo FA. Para esta pesquisa, o áudio da entrevista do programa “Barão de Iracema”, ao estar inserido no Youtube, participa de um BDA, que neste caso é a *internet*. É a partir da edição deste áudio que os realizadores do curta-metragem deram outra sequência para esta fala. O que nem sempre resultou em uma fala natural.

Considerou-se esta dificuldade de edição como uma estética surgida na montagem que provoca uma reflexão a respeito do lugar de fala do arquiteto-urbanista que ao falar sobre a grandiosidade deste empreendimento arquitetônico ora gagueja, ora embola a fala⁹. Os gaguejos ou falas emboladas trazem uma sensação de insegurança para as afirmações proferidas. Esta sensação tensiona a própria estética sonora promovida pela voz *over* ou “voz de Deus” que a edição de FA utiliza e que somada ao contraste provocado pelo encontro com a sequência de fotografias cria uma espécie de contra-narrativa ao próprio conteúdo político que o projeto Acuario usa como justificativa. Ao aproximar este tensionamento provocado pelo vídeo às disciplinas de Arquitetura e Urbanismo, é possível repensar a posição do arquiteto-urbanista como representante da solução.

Segundo a fala *over* o projeto do aquário é a melhor resposta para a revitalização da Praia de Iracema, área histórica de Fortaleza. A credibilidade dada ao projeto leva em conta a experiência de outras cidades (estrangeiras) que, a partir da instalação de um aquário, começa a atrair um novo público, o público familiar, caracterizando assim o processo de restituir a vida – revitalizar – (d)o espaço

Todo o momento, a fala do arquiteto tenta exaltar a grandiosidade do megaempreendimento. Buscam-se referências em outras concepções de espaços espetaculares (Disney ou Hollywood) como forma de legitimação do projeto. A presença do espetáculo no projeto Acuario Ceará, além de estar presente na fala *over*, pode ser vista também no desenho da arquitetura e em todas as articulações políticas executadas para a construção do Acquário. “O espetáculo é o dinheiro que *apenas se olha*, porque nele a totalidade do uso se troca contra a totalidade da representação abstrata. O espetáculo não é apenas o servidor do *pseudouso*, mas já é em si mesmo o pseudouso da vida.” (DEBORD, 1997, p.34)

“Então você resgata a praia de Iracema, traz de volta

(USP). Atualmente, vive em São Paulo de onde lidera a multitalentosa equipe de criação da IMAGIC! em seus novos projetos pelo mundo”. Disponível em: <<https://br.linkedin.com/in/leonardo-fontenele-265a5315>>, acesso em: 22 de agosto de 2017.

⁹ No anexo da dissertação é possível acessar a decupagem na íntegra com sinalizações desses gaguejos de acordo com a minutagem do vídeo.



as famílias, não só os de fora, como os Fortalezenses e deixa que Fortale (gaguejo) Praia de Iracema floresça novamente.”

Este trecho da fala *over* refere-se aos que Vainer (2000) chama de “visitantes e usuários solváveis”. “Os de fora” corresponde diretamente à qualidade de turista-usuário-consumidor, que como público-alvo do Acquário Ceará, se destina a revitalizar a Praia de Iracema.



Foto 4 – minuto 01:54



Foto 6 – minuto 02:08



Foto 5 – minuto 02:02



Foto 8 – minuto 02:22

Nesta sequência de fotos (4 – 6 e 8) câmera aponta para o sentido direito (frente para o mar), onde em algumas delas podemos ver a PIng. Em algumas fotos dessas sequências (5, 6 e 8), é possível ver os tapumes e parte da estrutura da obra do água.

Como contra-narrativa do discurso do planejamento estratégico existente no áudio de Fort Acquário, os realizadores trazem fotos que contêm imagens de pessoas utilizando a praia, praticando nado/surf no mar, passeando na faixa de orla, circulando na Ponte Velha. Diferentemente do que o arquiteto aponta como uma patologia da PI - área degradada que precisa ser revitalizada, há práticas sociais deste espaço da Praia de Iracema que acontecem sem catracas, sem a demanda de ingressos que permitam a entrada em um espaço privado, sem segurança privada



em um movimento que tendência ao aberto a diferentes tipos de produção do espaço.



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM-PARÁ-BRASIL

A experiência estética das fotos aponta para uma sensação de que a câmera utilizada seria portátil, visto que a qualidade das fotos não tem resolução cinematográfica. Esta escolha estética é entendida aqui como uma forma de proteger aqueles corpos fotografados. A questão central do vídeo é sobre a (possível) transformação que o espaço da praia no entorno do Acquario Ceará poderá sofrer, e os corpos ali presentes aparecem como aliados a conta-narrativa apresentada na montagem de Fort Acquario. Assim, parece coerente a opção por planos abertos em que se apresenta o espaço da praia do entre pontes ocupada.

Contudo, a foto 4 apresenta um rapaz que percebe o fotógrafo em sua ação de registro. Esta cena provoca a quebra da quarta parede, recurso usado no teatro, cinema, literatura, em que algum personagem dirige-se sua atenção para a plateia/espectador. A montagem opta por trazer a foto 4 é uma forma dos realizadores do vídeo se implicarem. O olhar do rapaz traz um corpo para a câmera, quebrando com a naturalidade proposta pela ficção. Esta reflexão atravessa a crítica desta pesquisa levantada em relação a espetacularização de todo o processo do Acquario Ceará. Houve um movimento de quebra da quarta parede? Quando de fato houve um exercício por parte da equipe responsável pelo projeto para voltar a atenção para aqueles que tornar-se-ão espectador deste empreendimento?

Os realizadores Pedro, Victor de Melo, Victor Furtado e Lucas Coelho foram alunos do curso de Realização em Audiovisual da Vila das Artes. Victor de Melo já morou na comunidade Poço da Draga e seu contato com audiovisual começou através do Alpendre¹ - casa de arte, que tinha o projeto NoAr, curso de formação na área de vídeo para adolescentes. A sede do Alpendre ficava próximo ao Centro Cultural Dragão do Mar e a comunidade Poço da Draga. Vila das Artes é um equipamento cultural da Prefeitura de Fortaleza, vinculado à Secretaria Municipal de Cultura (Secultfor), que oferece formação, difusão e produção em diferentes linguagens artísticas. Uma das frentes de formação é o audiovisual.

Em fevereiro de 2017, a Casa do Barão de Camocim – que também faz parte do patrimônio público destinado a instituição Vila das Artes – foi ocupada pelo movimento Vila Viva, que cobrava transparência na gestão da Secultfor. Uma fala que fundamentam o discurso-militante do movimento é que a formação da Vila não está estritamente implicada com uma vertente técnica, "A ideia da Vila não é criar mão de obra, mas formar realizadores de perfis diferentes que se apropriem do cinema e tenham responsabilidade política. Temos alunos de toda cidade, a Vila faz parte de uma rede social para Fortaleza junto com os



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM-PARÁ-BRASIL

Cucas¹⁰.

2.2 “Uma praia para chamar de crush”

Não sei quem foi que primeiro começou chamando o Aterrinho de Praia dos Crush, assim mesmo, no singular. Mas queria saber, pra dar um abraço, tamanho o bom humor. Meu crush normalmente já vai comigo, mas não deixa de tornar a coisa toda uma verdade, porque o clima na praia ultimamente é de crush mesmo, crush com a areia, com a cervejinha ou a água gelada, crush com o mar quase sem onda. Fim de tarde é pra lá! Light Panic foi até lá trazer umas fotinhas pra dar vontade de cair nesse clima também.¹¹

Hoje saiu uma matéria sobre a praia dos crush na revista Vós (patrocinada por empresas milionárias), com fotos dos frequentadores (todos brancos, usando rayban, sentados em suas canguinhas, com cara de gente rica da aldeota). Quem me conhece sabe que a bendita ideia de chamar o Aterrinho de Praia dos Crush foi minha, não que isso seja motivo pra orgulho, na verdade, de uns tempos pra cá só tem me dado dor de cabeça. Quando ela não era tão frequentada, quem ocupava aquele pedaço incrível em frente ao São Pedro eram geralmente as mesmas pessoas, meus crushs, por isso o nome. Agora começa a parte chata: depois desse processo de ocupação em massa do aterrinho, os frequentadores mudaram. Isso é paia? É nada, é massa! Mas ela começou a ser vista como uma parte em que a "nata cult bacaninha" de Fortaleza ia se encontrar antes de ir pro Órbita. Gente, eu sou do Siqueira. As gatinhas que vão comigo a praia são da periferia. A gente passa quase duas horas no Parangaba/Mucuripe pra poder relaxar no mar e bronzear. A periferia frequenta sim! E desde sempre! Agora, chega uma revista tirando foto de um monte de gente branca e dizendo "ai é isso aqui a praia dos crush" É NÃO GATINHA! A praia é vetim, é bolotada, é areia, é cigarro, é a cana baratinha. Praia dos Crush é meu cu.¹²

O primeiro texto é a matéria “Uma praia para chamar de crush”, publicada na Revista Vós, em setembro de 2016. O segundo foi postado na página pessoal de Dhiovanna Barroso, ilustradora/quadrinista cearense que reside na cidade de Fortaleza.

A crítica apontada por Dhiovanna começa pela crise de representatividade que a matéria da Vós (representação do espaço) apresenta. Segundo ela, os frequentadores “todos brancos, usando rayban, sentados em suas canguinhas, com

10 Fala de Alexandre Veras, um dos professores-idealizadores do Curso de Audiovisual da instituição para uma reportagem do jornal O Povo sobre a Ocupação da Casa do Barão de Camocim em fevereiro de 2017, disponível em: < <http://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2017/02/movimento-vila-viva-ocupa-casa-do-barao-de-camocim.html>>, acesso 7 de julho de 2017.

11 Disponível em: <<http://www.somosvos.com.br/praias-dos-crush/>>, acessado 13 de junho de 2017.

12 Disponível em: < <https://www.facebook.com/Dhiiow/posts/1512273062132374>>, acessado 13 de junho de 2017.



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM-PARÁ-BRASIL

cara de gente rica da aldeota¹³” não comunicam de fato a realidade dos frequentadores deste espaço social. “Gente, eu sou do Siqueira. As gatinhas que vão comigo à praia são da periferia. A gente passa quase duas horas no Parangaba/Mucuripe”, neste trecho, Dhiovanna constrói um mapa social da cidade de Fortaleza. Assim como ela, outras pessoas de bairros periféricos, vão de transporte urbano para fazer uso do lazer oferecido pela praia, neste trecho entre Ponte dos Ingleses e Espigão.

A Praia de Iracema, no trecho Ponte Velha-Ponte dos Ingleses recebe o apelido de “Havaizinho da Ponte Metálica” onde é também possível ver uma periferia de Fortaleza que frequenta a PI . Existe a geolocalização, Havaizinho da Ponte Metálica¹⁴, criada na plataforma Facebook e que reúne fotos, textos, vídeos sobre a região da Praia de Iracema vizinha ao que hoje é chamado de Praia dos Crush e que fica mais próximo da comunidade Poço da Draga.

William Ferreira se manifestou a respeito das escolhas estéticas da matéria revista Vós, e além de escrever um texto não se reconhecendo como alguém que “não é tão bonito, quem não tem tanta grana, quem não é tão branquinho e também vai a praia”, publicou fotos de sua autoria em contraposição as fotos usadas na matéria.

Figura 2: Montagem feita com fotos da equipe Light Panic (quadro à esquerda) – colaboradores da Revista Vós e com fotos de William Ferreira (quadro à direita).



Fonte: Light Panic – Revista Vós (fotos à esquerda) e William Ferreira (fotos à direita)

13 Aldeota é foi um bairro nobre que passou a ser ocupado pela elite fortalezense, quando esta buscou se afastada do centro da cidade por conta do adensamento de populações de baixa renda que começaram a ocupar a região. Assim, década de 50 o bairro se tranformou em uma região nobre da cidade e na década de 70, passou por um processo de verticalização.

14 Havaizinho da Ponte Metálica, disponível em: <https://www.facebook.com/pages/Havaizinho-Da-Ponte-Met%C3%A1lica/174430162755370?hc_ref=ARQYb_h0Qn3GyXOzY9OGlqJdZSeYZJpJGDxK4daOnJmxaVTrav-ZL6Ee87gpL1UtbTE>, acesso 13 de julho de 2017.



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM-PARÁ-BRASIL

Vós é uma plataforma que escreve sobre Fortaleza e que, muito além de uma revista online, se entrelaça com outros saber-poderes (FOUCAULT) que produzem o espaço urbano. Vós vem produzindo algumas ações na cidade, como por exemplo “Vós na Praça¹⁵”, evento realizado pela plataforma, que acontece na Praça Portugal. A praça, que também funciona como uma rotatória, fica suspensa para o tráfego de automóveis, motocicletas e transporte público, e passa a ser ocupada por pedestres, comerciantes temporários, praça de alimentação e recreação.

A Praia dos Crush aparece na pesquisa como uma espécie de “prova real” da teoria lefevbriana da produção do espaço, que explica o constante movimento em que o espaço urbano é produzido. Neste pequeno trecho de praia, em menos de um ano, configurou uma identidade de praia - Praia dos Crush – que passou por disputas discursivas.

Se em algum momento o movimento Balneabilidade Livre¹⁶ chamou, em 2015, uma rede de pessoas para ocupar livremente – de forma matrística (MATURANA, 1993) – a Praia de Iracema no trecho Ponte dos Ingleses-Espigão da João Cordeiro, logo em seguida este espaço é tomado por outros movimentos de ocupação, estimulados pela mídia jornalística e publicitária da cidade de Fortaleza, numa lógica patriarcal que observa oportunidades de capitalização deste espaço.

Dhiovanna ao publicar o “textão” no Facebook não quer reivindicar autoria do título Praia dos Crush. Ela reivindica representatividade, mas não só. Para além disso, a artista denuncia a rede saber-poder que está por trás dos textos produzidos pela Revista Vós. Esta rede saber-poder inclui empresários e Governo do Estado, que se reúnem para articular um projeto de cidade turística competitiva, buscando assim criar uma identidade da cidade de Fortaleza.

15 Cobertura fotográfica disponível em:< <http://www.somosvos.com.br/vos-na-praca/>>, acesso 8 de agosto de 2017.

¹⁶ Balneabilidade livre¹⁶ foi um movimento esporádico que aconteceu no segundo semestre de 2015 na Praia de Iracema, através de uma mobilização online. A página do Facebook é registrada na categoria “comunidade” e teve sua primeira publicação em 9 de outubro de 2015. O texto traz um chamamento público para que as pessoas que tivessem interesse em aderir a este movimento de livre ocupação da PI “chegasse junto”, de forma espontânea, sem caráter de mobilização social planejada. O local marcado para o encontro foi delimitado entre a Ponte dos Ingleses e o espigão da João Cordeiro. No final do texto, a publicação faz referência à SEMACE a respeito da Balneabilidade da Praia de Iracema. No site da SEMACE¹⁶ existe um mapa hospedado no Google Maps que possibilita a consulta dos trechos de praia próprio para banho. O trecho 20, referente à área de afetação da Praia de Iracema analisada nesta pesquisa, costuma sempre estar “livre”, ou seja, própria para banho.



CENTRO DE EVENTOS BENEDITO NUNES - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ - BELÉM-PARÁ-BRASIL

REFERÊNCIAS

DEBORD, Guy. *A sociedade do espetáculo*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 21ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. 2006. Disponível em:
<http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>.

Acesso em: 20 abr. 2016.

MATURANA, Humberto. "Conversações Matrísticas e Patriarcais" In: MATURANA, Humberto; GENDER-ZOLER, Gerda. *Amar e brincar*. fundamentos esquecidos do humano do patriarcado à democracia. São Paulo: Palas Athena, 2004.

SCHMID, C. A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. *GEOUSP: espaço e tempo*, São Paulo, v.32, p. 89-109, 2012.

VAINER, Carlos B. "Pátria, empresa e mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano" In: ARANTES, Otília *et alli*. *A cidade do pensamento único*: desmanchando consensus. Petrópolis: Vozes, 2000. P.75-104

**GT 06 – Mídia, produção de imagens e estratégias de discurso em disputa****A AMAZÔNIA 'NOSSA' DE CADA DIA NO JORNALISMO DE TV**Vânia Torres Costa (UFPA)¹

vaniatorrescosta@gmail.com

RESUMO

Este trabalho propõe como recorte analítico a construção jornalística sobre a Amazônia, enquanto espaço geográfico e político inserido no território brasileiro. A partir do conceito de 'acontecimentos discursivos', em Michel Foucault, buscamos caminhos para a análise do audiovisual televisivo, que nos mostra como a 'região' é produzida em enunciações ofertadas enquanto produção de sentido. Interessa-nos observar em que discursos e contextos a região é recortada, selecionada e exibida em rede nacional, a partir do Sudeste do país, o *locus* centralizador da produção televisiva nacional. O *corpus* de análise são séries especiais de reportagens do telejornalismo da Rede Globo, de 2006 a 2016, a última década. Por meio dos caminhos da polinarrativa, que propomos como observação do audiovisual, observamos imagem em movimento, texto e som em modos de falar sobre a região como propriedade nacional, quando se vislumbra a Amazônia como questão que diz respeito à soberania do país. Os textos inserem a região como objeto da colonialidade do discurso nacional, que privilegia um certo olhar em direção à periferia, como terra, ao mesmo tempo exótica e fracassada, que deve ser apropriada material e simbolicamente, pelo centro político, econômico e cultural da nação, representado como apto a 'ampará-la' em suas fragilidades.

Palavras-chave: Amazônia, Jornalismo, Televisão, Discurso, Região

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Refletir sobre a imagem de uma região significa adentrar no campo das representações e divisões internas de uma nação, tanto espacial como política e cultural. Ao problematizar produções de sentido ofertadas pela Rede Globo, observamos textos que explicitamente tem como lugar de fala o Sudeste do Brasil – leia-se Rio e São Paulo, de onde se constrói uma determinada ideia de Amazônia.

Os significados produzidos vão nos dizer como o campo jornalístico tece a floresta enquanto fronteira, no sentido de Berta Becker (1998), como espaço social e político gerador de realidades novas. Os assuntos que, supostamente, provocam maior identificação com o público são selecionados diariamente pelo jornalista, que narra o mundo a partir de um centro produtor de informações.

¹ Doutora em Comunicação (UFF), Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (UFPA). Graduada em Comunicação – Jornalismo (UFPA). Atualmente é professora adjunta da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal do Pará (UFPA). É uma das coordenadoras do projeto Narramazônia – grupo de estudos e pesquisas sobre Narrativas Contemporâneas na Amazônia Paraense, parceria entre UNAMA (PPGCLC) e UFPA (PPGCOM).



Tomamos também como base as discussões de Berta Becker (1998) sobre o papel diferenciado que o termo 'região' propõe com relação às outras regiões, e de Roberto Lobato Corrêa (2003) sobre a região utilizada para fins de ação e controle. Discutimos, a partir do 'colonialismo' em Aníbal Quijano (2005), como a Amazônia aparece sob um certo discurso de propriedade sobre a região, vista como 'nossa' na tela da TV. Tal constatação nos instiga a observar os modos como determinados discursos historicamente vem sendo reiterados, enquanto terra de 'fracassados' e de riquezas a serem 'guardadas' para a nação, onde as populações locais são tomadas sem vozes e sem condições de domínio político e econômico.

O *corpus* de análise selecionado são séries de reportagens especiais do telejornalismo da Rede Globo, de 2006 a 2016², que tomam a fronteira amazônica como foco, no qual predomina um olhar sobre a floresta como patrimônio ambiental e econômico do Brasil e do mundo. Observamos como a televisão enquanto imagem em movimento propõe um efeito de realidade ao associar imagem, texto e som, o que chamamos de 'polinarrativa'³ da atualidade. Desde o olhar sobre os nomes dados às séries, tais como 'Brasil invisível', 'Amazônia Urbana' ou 'Amazônia S/A', trata-se de problematizar como o jornalismo televisivo, em diálogos propostos com a audiência nacional, convoca o telespectador a assistir suas reportagens por meio de enunciados que definem o que é considerado mais atraente em cada material exibido.

Tomamos alguns trechos das séries escolhidas para problematizar como essas narrativas instauram a Amazônia como patrimônio nacional. Neste ensaio, não observamos, especificamente, como os sujeitos são representados ou como o telejornalismo os constrói, o que já apresentamos em outros trabalhos. Aqui, limitamo-nos à região e seus recortes no texto televisivo, como práticas de linguagem que buscam diálogos e reconhecimentos junto aos telespectadores. A que discursos e disputas esse lugar, que ocupa mais da metade do território brasileiro, é associado? Como terra, floresta e recursos surgem como 'acontecimentos discursivos' apropriados pelas narrativas televisivas?

Tratamos de observar as 'condições de existência' de determinados discursos a partir das proposições de Michel Foucault (2012), como práticas concretas e históricas que estão vivas nos textos. Descrever um enunciado "é apreendê-lo como acontecimento, como algo

² Neste trabalho, lançamos o olhar sobre as seguintes séries: Desejos do Brasil (2006 – Jornal Nacional); Terra do Meio (2007 – Bom Dia Brasil); Raposa Serra do Sol (2008 – Jornal da Globo); Amazônia (2010- Jornal Nacional); Amazônia S/A (2015 - Fantástico).

³ "As imagens e os sons, após editados e ofertados em uma sequência narrativa, são recortes do mundo encenado, produzidos para aparecer na televisão e aparecer bem, no sentido de se tornar atraente e factível. A montagem, tal qual no cinema, é consequência de escolhas de imagens ('reais') em movimento, associadas a sons, textualidades e visualidades que se complementam como produção de sentido, mas que se ofertam enquanto discursos únicos, indissociáveis nos acontecimentos que ocultam as múltiplas performances da polinarrativa" (COSTA, A; COSTA, V.; AMORIM, 2017, p.275).



que irrompe num certo tempo, num certo lugar”. Observam-se as regularidades de uma determinada prática, de um determinado campo, como ‘matrizes de sentido’: “os falantes nela se reconheceriam porque as significações ali lhe parecem óbvias, ‘naturais” (FISCHER, 2012, p. 78-79)

2. O JORNALISTA, A NAÇÃO E A TELEVISÃO

Nos noticiários nacionais, o jornalista tem a missão de ofertar ao Brasil sentidos sobre as diversas regiões do país. Em busca de histórias para contar, ele é um mediador entre o mundo real e o mundo do leitor, criando histórias atraentes para manter a audiência conectada. Quando se trata de textos que circulam em rede nacional de TV, como os que trazemos aqui, temos uma materialidade importante, do ponto de vista acadêmico-reflexivo, para problematizar lugares específicos narrados em tempos e espaços outros, presentificados pelas representações midiáticas.

Em primeiro lugar, essa relação tem como contexto uma divisão hierárquica nacional pautada pelas condições dos veículos de comunicação de massa, cujas “mensagens são produzidas por um grupo de indivíduos e transmitidas para outros situados em circunstâncias espaciais e temporais muito diferentes das encontradas no contexto original de produção” (THOMPSON, 2002, p. 31). Essa interação, no caso da Amazônia, traz espacialidades completamente distintas.

O texto jornalístico, no caso das produções nacionais, emana de um centro produtor – a região Sudeste, que diariamente atualiza e abastece o Brasil com o que aconteceu de mais importante naquele dia, à luz dos critérios jornalísticos de noticiabilidade. Após o ‘mergulho’ local, com a captura de entrevistas e imagens, o repórter retorna para a base, onde texto e imagem serão montados (editados) e inseridos em um formato específico, a partir de uma grade de programação.

O jornalista dialoga com um telespectador ideal a partir de um centro irradiador de informações, a partir do qual tem uma visão aérea. Ao organizar a experiência e produzir sentidos de maneira tão específica, o noticiário torna-se ‘mitologia’: “um sistema cultural vibrante e ritualizado, análogo à religião, à universidade, à ciência e à arte, no sentido em que, através de suas histórias, ele procura dar sentido a um mundo frágil e frequentemente contraditório” (CAMPBELL, 1991, p.2).

As narrativas, enquanto textos inseridos em tempos e espaços demarcados historicamente, tecem as experiências enquanto acontecimentos produzidos para passar na televisão. Assim como a nação é uma criação cultural e histórica (ANDERSON, 2008), as regiões e as fronteiras também o são. Essas separações hierárquicas constituem na prática



um Brasil historicamente repartido, reafirmado pelos dispositivos midiáticos. Aí se tem o que Thompson (2002, p. 38) está chamando de ‘historicidade mediada’: “nosso sentido do passado e de como ele nos alcança se torna cada vez mais dependente da expansão crescente de um reservatório de formas simbólicas mediadas”.

E quando se trata de produções audiovisuais, como a televisão, temos especificidades relevantes. Arlindo Machado (2000, p. 33) nos diz que temos que pensar não só com as imagens, “mas também com as palavras e os sons, pois o discurso das imagens não é exclusivista, e sim integrador e multimídia”. O desafio de refletir sobre a oferta televisiva repousa exatamente nessa condição em que o texto é construído em uma formato único, enquanto imagem ancorada e captada do real, tal qual como a vida em movimento, o que dificulta seu desvelar enquanto representação, enquanto discurso construído no contexto de uma nação.

Acreditamos que o audiovisual se faz enquanto ‘polinarrativa’, em que texto, imagem e som são tecnicamente montados para gerar efeitos de sentido, que dialogam com a audiência, com o ‘telespectador médio’, abstratamente produzido em consequência de condições reais e historicamente geradas no contexto de uma nação. É nesse viés de reflexão que propomos observar as tessituras televisivas enquanto narrativas complexas, que apresentam o ‘real’ em movimento tal qual ele supostamente surge diante dos nossos olhos. São “discursos que se interpenetram e se complementam nessa narrativa, entre eles: os textos em caracteres, a narração em *off*, a trilha sonora, o cenário, as imagens em movimento, os apresentadores, os entrevistados, a voz e a visualidade” (COSTA, V.; COSTA, A.; AMORIM, 2017, p.12).

3. A AMAZÔNIA ENTRE COLONIZAÇÃO E COLONIALIDADES

Amazônia e Região Norte são duas divisões diferentes do ponto de vista geopolítico, levando-se em conta que este é um termo complexo, atravessado por “interesses nos quais nem se pode distinguir, quando seu conteúdo é reconhecidamente de natureza científica, como ramo da Antropogeografia das nações, ou predominantemente orientado por critérios de conveniência, em geral ditado pelo imperialismo internacional” (RIBEIRO, 2005, p.37). O termo Amazônia, historicamente, refere-se à cobertura vegetal da floresta tropical e à maior bacia hidrográfica do mundo, capitaneada pelo Rio Amazonas, enfim, ao bioma⁴ amazônico. A segunda – Região Norte – é uma divisão política para fins censitários.

⁴ Segundo o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – “bioma é um conjunto de vida vegetal e animal, constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação que são próximos e que podem ser identificados em nível regional, com condições de geologia e climas semelhantes e que, historicamente, sofreram os mesmos



Mas dada a extensão gigantesca da floresta, suas riquezas e sua importância para o planeta, as diversas nomeações da região são de uma complexidade histórica que envolve disputas materiais e discursivas em uma 'irrupção de acontecimentos', tal qual Foucault (2012, P. 31) sugere, como discurso 'repetido, sabido, esquecido, transformado, apagado até nos menores traços, escondido bem longe de todos os olhares, na poeira dos livros'. O nome Amazônia torna-se uma das marcas mais fortes do mundo na atualidade. Amaral Filho (2016, p. 229) afirma que o conjunto desenvolvimento sustentável/biodiversidade vem justificando a utilização da Amazônia como estratégias para o marketing. "O enunciado Amazônia tende a equiparar-se a uma marca qualquer, a um produto simbólico que dá passagem às mesmas estratégias de venda de produtos e/ou conceitos usando como diferencial o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social

A Região Norte é composta por setes Estados da Federação e está contida na chamada Amazônia Legal, que é muito maior. Esta é constituída pelos sete Estados da Região Norte e mais Mato Grosso e parte do Maranhão. "O Brasil possui 63,4% da Amazônia sul-americana e a Amazônia Brasileira corresponde a mais da metade do território nacional (...) ela não se confunde com a região Norte, que é uma divisão político-administrativa para fins censitários" (BECKER, 1998, p. 9).

Pensar em região, além de pensar em divisão, é pensar em relações de poder, em dominantes e dominados. Roberto Lobato Corrêa nos diz que o conceito de região vem sendo utilizado para fins de ação e controle. "Utilizam-se o conceito de diferenciação de área e as subseqüentes divisões regionais, visando ação e controle sobre territórios militarmente conquistados ou sob a dependência político-administrativa e econômica de uma classe dominante" (CORRÊA, 2003, p. 47). Assim, surge o conceito de Amazônia Legal a partir de 1953, que é consolidado na década de 70, no governo militar, com a doutrina da segurança nacional.

A Amazônia vem se constituindo enquanto fronteira, para Becker, devido o ritmo acelerado de suas transformações, com inovações diferenciadas do restante do território nacional. "Seu valor econômico e estratégico é transparente na tese da sua internacionalização que surge ciclicamente com diferentes projetos" (BECKER, 1998, p.9). Na fronteira as contradições se acirram. A luta pela terra e por riquezas expõem as dicotomias entre os grandes projetos que se instalam na região com a força do capitalismo selvagem e os pequenos produtores, que vivem do trabalho sobre a terra. Fronteira é um espaço social e político ainda não totalmente estruturado e, conseqüentemente, para Becker, gerador de novas realidades.

processos de formação da paisagem, resultando em uma diversidade de flora e fauna própria". Disponível em <https://7a12.ibge.gov.br/vamos-conhecer-o-brasil/nosso-territorio/biomas.html>. Acesso em 20 ago. 2017.



O texto televisivo, enquanto ‘acontecimento discursivo’ (FOUCAULT, 2012) torna-se consequência de uma prática social e cultural, que emoldura e enquadra as regiões, a partir de seus discursos hegemônicos. No caso do Brasil, temos a centralidade da cultura europeia, letrada, ocidental como saber canônico que reduz os saberes das populações locais, historicamente escravizadas, como negros e índios. O colonialismo, enquanto poder ainda vigente que subalterniza as populações resultantes de diásporas, tem como característica a negação do saber do ‘outro’, visto como estranho e reduzido em uma escala ideal de evolução.

O colonizado torna-se ‘o outro da razão’, segundo Castro-Gomez⁵, e sua invenção está condicionada aos dispositivos de saber e poder que orientam as representações. Por isso, a ‘colonialidade do poder’ e a ‘colonialidade do saber’ encontram-se em uma mesma matriz genética, para o pesquisador. Os processos de exclusão se disseminam legitimando conceitos binários, como barbárie/civilização, tradição/modernidade, comunidade/sociedade.

Em nome de uma unidade nacional, o discurso hegemônico brasileiro vê as especificidades regionais como dissonantes de uma herança nacional dada. É quase como se fossem dois países, como ressalta o historiador Márcio Souza⁶. São heranças da perspectiva eurocêntrica que distorce, quando não bloqueia, a percepção de nossa experiência histórico-social. Aníbal Quijano (2005) reforça o argumento dizendo que a colonialidade do poder faz da América Latina um cenário de des/encontros entre nossa experiência, nosso conhecimento e nossa memória histórica.

A colonialidade, enquanto discurso que instaura a herança portuguesa como civilização e modernidade, aparece como discurso frequente nas reportagens analisadas, quando observamos os modos como a memória colonial é exaltada pelos repórteres Pedro Bial (Desejos do Brasil) e Alberto Gaspar (Amazônia Urbana). Este chega a considerar Belém mais amazônica: “Belém, com sua arquitetura colonial, é mais amazônica. Se alimenta com seus sabores e sua história... uma cidade profundamente fluvial, amazônica, com a floresta e a história muito próximas e bem cuidadas. Bom lugar pra se pensar o futuro da região”. A associação do rio (‘profundamente fluvial’) com a floresta, seus sabores e as marcas da presença portuguesa conferem a Belém a condição de ‘mais amazônica’

A relação entre floresta e memória também aparece em Pedro Bial: “com todo respeito à Paris, posto de civilização, posto da civilização avançado é Belém do Pará, portão da floresta amazônica”. Aqui, é interessante observar que o cenário escolhido para

⁵ CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociales, violência epistémica y el problema de la “invencion del outro”*. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2007.

⁶ SOUZA, Márcio. *A literatura na Amazônia: as letras na pátria dos mitos*. Disponível em <http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=vida>. Acesso em: 26 mai. 2008.



apresentar Belém foi a parte antiga da cidade. O mesmo acontece com relação à capital amazonense. Bial exalta “Manaus e seus tesouros... o teatro Amazonas, a arquitetura da alfândega, do palácio da Justiça, a catedral...”.

A entrevista com o filósofo Benedito Nunes é utilizada para permitir ao repórter fazer um passeio pela Belém ‘civilizada’. Enquanto o filósofo vai citando seus lugares preferidos, as imagens são mostradas. Os lugares que pontua são o da cultura erudita, como o Teatro da Paz. E a capital paraense aparece relacionada à preservação da memória colonial, da cultura europeia e da floresta. O cenário da entrevista é a casa de Bené, percorrida com câmera subjetiva até chegar a uma sala lotada de livros, onde o filósofo está sentado. O repórter diz: “lido e cultuado internacionalmente, Bené, como chamam os amigos, poderia ter vivido em qualquer grande capital do mundo. Ficou por aqui”. E acrescenta como quem mostra realmente algo extraordinário: “exemplo de intelectual que longe dos grandes centros se mantém atualizado e mesmo à frente do seu tempo”.

O comandante da Caravana JN vai tecendo a cidade a partir das falas recortadas do filósofo que são entremeadas pelas suas. Vale a pena ver como isso se dá no texto (quadro1):

Quadro 1 – Entrevista com o filósofo Benedito Nunes

Repórter Pedro Bial	Filósofo Benedito Nunes	Imagens
Graças à opulência do ciclo da borracha...	Belém foi sempre uma cidade muito...é.. com... com jeito de metrópole.	Imagem do porto antigo de Belém. Guindastes da Estação das Docas.//Plano Geral da Praça do Relógio. Imagem de baixo para cima. // Estátua da praça da República entre dois prédios.
Até hoje no Teatro da Paz...	Nunca vi espetáculo que desse mais gente do que ópera.	Fachada do Teatro da Paz. Em primeiro plano com destaque às pedras portuguesas da calçada da Praça da República. Câmera sobe e mostra fachada completa.
Para suas caminhadas Benedito gosta do Bosque Rodrigues Alves – o Jardim Botânico amazônico.	Aí sim tem um clima florestal, de certo modo conservado.	Geral do Bosque - interna- pan mostra ponte de pedra sobre o rio e cabana e árvores ao fundo// close em macaco de cheiro// arquitetura antiga do Bosque mostra identificação: “Bosque Rodrigues Alves- Jardim Botânico da Amazônia”.// Close de peixe-boi comendo mato na superfície da água

Bial extrai da fala do entrevistado aquilo que permite mostrar a cidade ao Brasil: a importância do ciclo da borracha e da arquitetura colonial portuguesa, que deixaram a cidade com jeito de metrópole – marcas da civilização - e a floresta em equilíbrio com o



passado. Ao compor o texto junto com o filósofo, o repórter deixa claras suas impressões sobre Belém. “A linguagem citada tem por função comprovar o discurso: como referencial, introduz nele um efeito de real; e por seu esgotamento remete, discretamente, a um lugar de autoridade (...) Ela produz credibilidade (CERTEAU, 2010, p. 101).

Seguindo a reflexão de Michel de Certeau, temos a autoridade do filósofo e do jornalista, que ‘juntos’ constroem o texto. Bial reúne a condição intelectual do entrevistado com sua relação de pertença a Belém. Bené torna-se autoridade duas vezes, pelo saber reconhecido cientificamente que produz, e por ser uma voz autorizada a falar sobre sua cidade. A credibilidade da ‘parceria’ entre autor e entrevistado valida o texto como efeito de real.

Em três das séries analisadas – *Caravana JN*, *Raposa Serra do Sol e Amazônia Urbana* - percebe-se a mesma visão colonialista da Amazônia que reforça o discurso fundador (ORLANDI, 1993) construído quando da criação da nação brasileira. Em *Amazônia Urbana*, Alberto Gaspar diz que “os primeiros a enfrentar essas poderosas regras da natureza foram os portugueses”. As condições adversas da floresta são relacionadas ao colonizador como primeiro habitante do lugar. As populações indígenas são completamente apagadas do discurso jornalístico.

A construção narrativa é ocidentalista e eurocêntrica. As populações indígenas e os conflitos havidos quando da chegada dos portugueses são a face obscura dessa forma de recontar a região. A história trazida ao presente reconstitui as mudanças como projetos pacíficos que tornam os índios os responsáveis pelas escolhas que os fizeram alterar suas culturas e modos de vida. Apaga as populações indígenas que tiveram de ir recuando no território enquanto as cidades seguiam ocupando a margem dos rios e os expulsando. O repórter Alberto Gaspar, em *Amazônia Urbana*, chega a falar em “a aventura da colonização nessa região que concentra 25 milhões de pessoas”. E a ‘aventura’, se deu, segundo o repórter, “primeiro para ocupar e depois para explorar comercialmente a colônia. A urbanização foi seguindo os rios Amazônia adentro”. Como se exploração não fosse prioridade do projeto colonial.

Os índios são silenciados e reduzidos na relação da terra com o território quando não se problematiza o pertencimento deles à floresta muito antes dos portugueses chegarem. “Não é muita terra pra pouco índio?”, pergunta o repórter a um indígena na Raposa Serra do Sol. O presente apaga o passado para robustecer o sentimento de nacionalidade, naturalizando o passado (recente) por meio de uma seleção consciente. Assim criou-se e cristalizou-se na memória nacional uma identificação total com os portugueses e um estranhamento absoluto com relação aos índios.



4. OS MARCOS MEMORÁVEIS: ENTRE RIQUEZA E DECADÊNCIA

Observando a memória nacional, como lugar de coexistência das memórias coletivas e comemorativas (BARBOSA, 2007), tem-se o período da borracha como marco insistentemente repetido e cristalizado do sucesso de uma época. É quando a Amazônia de fato se faz existir para o Brasil e para o mundo (VELHO, 1979). O discurso silencia a exploração do homem, que Márcio Souza (2001) reivindica na releitura da história local. As marcas do silêncio nos dizem de um modo de ver que se faz frequente no discurso jornalístico. Este vai se reafirmando como o lugar onde a construção memorável oficial do país se faz de maneira significativa. Os sentidos são reafirmados por autores diferentes em situações específicas e em anos distintos.

O período de produção da borracha será a marca visível do desenvolvimento e do avanço da região, tendo como face obscura o esquecimento, o empobrecimento, a exploração e as desigualdades consolidadas na região. Essa é a nova fronteira que surge para o Brasil e para o mundo. São os viajantes do século XIX que confirmam e detalham à Europa a existência e os potenciais da borracha, há muito utilizada pelos índios e pelos portugueses na região na fabricação de botas e garrafas. Tais informações foram fundamentais diante da alta taxa de demanda internacional do produto. Coincidentemente, nesse momento, o nordeste brasileiro vive uma de suas piores secas entre 1877 e 1879.

Começa a retirada em direção à Amazônia. São os cearenses que vão servir de mão-de-obra nos seringais, mas são os coronéis da borracha que enriquecem. “Mas essa contradição nunca preocupou ninguém. A face oficial do látex era a paisagem urbana, a capital coruscante de luz elétrica, a fortuna de Manaus e Belém, onde imensas somas de dinheiro corriam livremente” (SOUZA, 2001, p. 182). Na memória coletiva é o período da *Belle Époque*. É o *boom* da borracha, quando a região ganha destaque no cenário nacional e internacional. Otávio Velho (1979, p. 193) escreve: “a não ser como mito e no curto período do auge da borracha, o Brasil e o mundo viveram quase como se a Amazônia não existisse. As estatísticas naturais” (...) eram parte essencial da crença no Brasil como o país do futuro”. A Amazônia passa a existir como fronteira econômica importante e assim se constitui para a memória nacional oficial.

O repórter Alberto Gaspar, em *Amazônia Urbana*, exalta em um primeiro momento: “a borracha abriu o caminho até a Amazônia mais profunda. Povoou a região... Até o começo do século XX, a extração da borracha construiu fortunas. Fez crescer e embelezou cidades”. Na memória nacional foi o *boom* do crescimento econômico da região, que deixou um rastro de decadência para a capital paraense, conforme temos na reportagem de Alberto Gaspar, quando afirma sobre Belém: “ela nunca se recuperou direito do fim do ciclo da



borracha”. E mais enfático ainda: “a extração da borracha construiu fortunas. Fez crescer e embelezou cidades. Mas ela se deslocou para a Ásia com as plantações intensivas dos ingleses. A Amazônia ficou um pouco órfã. A floresta começou a ser derrubada”.

Passado, presente e futuro são ordenados no texto como pobreza (antes); crescimento, beleza e fortuna (durante); e orfandade e devastação (depois). Assim, a imagem de Belém como decadente e abandonada vem sendo perpetuada na memória nacional. Surge no texto como ‘polícia discursiva’ (FOUCAULT, 2006), trazendo saberes e poderes acumulados que atravessam o discurso fazendo construções memoráveis.

A relação da Amazônia com o fracasso também foi observada em outros textos analisados. A ideia de falência e abandono aparece nas tentativas frustradas de crescimento da região. Na série *Amazônia Urbana* isto pode ser constatado em vários momentos. Quando narra a história da cidade de Fordlândia, no Pará, Alberto Gaspar começa assim: “as margens do rio Tapajós ruínas de um sonho (pausa) americano”. O repórter refere-se à tentativa do americano Henry Ford de retomar a produção de borracha na Amazônia para fugir do monopólio dos ingleses. As imagens mostram prédios abandonados, uma parede com a pintura descascada onde se lê ‘welcome the...’ (apagado) - o resto é incompreensível -, maquinário abandonado em preto e branco, casas vazias, fachadas. Em seguida o repórter conversa com uma professora:

Repórter Alberto Gaspar: “isso aqui não virou nada, né? Porque...”
Professora Maria Raimunda: “não virou nada”.
Repórter: “é como se fosse um museu do fracasso”.
Professora: “museu do fracasso”.

Ao repórter cabem as observações conclusivas mais importantes. A fala da professora serve tão somente para confirmar o que o jornalista anuncia. O ‘outro’ aqui é desbotado. O diálogo explicita as impressões pré-concebidas do repórter. Michel de Certeau argumenta que toda escrita é colonizadora, porque visa a “colonização do corpo pelo discurso do poder” (CERTEAU, 2010, p. 09). A proposta de Certeau é estudar a escrita como prática histórica, analisando a relação do discurso com o real.

Ao reforçar a ideia de fracasso, o repórter, assim como os forasteiros, também não tem interesse em observar com mais atenção a vida dos lugares por onde passa. Vai apenas nomeando, classificando. Não busca saber o que aconteceu com as pessoas envolvidas no projeto. O que elas fazem hoje? Que caminhos seguiram? Onde moram? Para o repórter, Fordlândia é igual a fracasso e isso é preponderante.

A rodovia Transamazônica, um projeto do Governo militar, é citada, em *Amazônia Urbana* (2010), como um projeto ambicioso, tanto quanto a ‘aventura de Henry Ford’, que



não foi concluído. Assim, o repórter Alberto Gaspar constata: “a Transamazônica deveria chegar até Benjamin Constant na fronteira com o Peru. Nesse trajeto deve ter mudado a vida de Lábrea. Certo? Errado”. Compartilha com o telespectador o absurdo da situação. E prossegue em uma passagem de vídeo:

o rio ainda é o principal caminho pra chegar ou sair de Lábrea. Sete dias de navegação até Manaus. Isso apesar da cidade estar junto a uma das principais rodovias brasileiras: BR 230 – Transamazônica , que na verdade termina bem no centro da cidade, onde se formou essa espécie de pracinha, com uma lanchonete, uma casa de jogos eletrônicos, um cybercafé e mais essas duas aqui, ó, bem no caminho da rodovia (plano médio do repórter. Casas ao fundo. Câmera sai do repórter e mostra rodovia. Crianças correndo em primeiro plano. Câmera vai mostrando o que ele fala) (repórter Alberto Gaspar, série *Amazônia Urbana*).

Ao final do texto acima, o repórter entra em uma das lojas que estão no caminho da rodovia e conversa com a dona, Zilda Bandeira. O clima é de ironia:

Repórter Alberto Gaspar: “será que num vai passar a estrada bem no meio da sua loja não?” (interna - loja, plano médio. Bolsas em prateleiras ao fundo).
Lojista Zilda Bandeira: “ai será? Eu acho que não”.
Repórter: “acha que não?”
Lojista: “não”.
Repórter: “acha que ela num continua não, né?”
Lojista: “não”.

E ao deixar Lábrea, observa: “na Transamazônica que existe a partir de Lábrea, levamos algumas horas para rodar pouco mais de 100 quilômetros”. O repórter Marcelo Canellas também constata, ao percorrer os caminhos que levam à Terra do Meio: “de Altamira a Marabá são 550km de poeira e solavancos pela Transamazônica”. Os dois repórteres observam desmatamento, queimadas, ameaças à floresta dos dois lados da rodovia.

Gaspar é enfático: “milhares de quilômetros cortando a floresta”. E às margens da estrada aponta ‘vários projetos de cidades que ficaram pelo caminho’ (casa de madeira com varal na frente no meio do mato. Câmera, fechada em bola, abre e mostra casas ao fundo. Gramado em primeiro plano). As casas à beira da rodovia são para o repórter projetos de cidade abandonados. Não entra para conhecer e saber de quem mora ali. Não percebe ali um modo de vida específico. Sua preocupação é com a taxonomia.

5. REGIÃO E FRONTEIRA COMO LUGARES SIMBÓLICOS



Nas narrativas analisadas, a Amazônia se constitui como uma região diferenciada, como se a floresta fizesse sombra sobre toda a Região Norte. Na maioria das reportagens analisadas aparece a palavra Amazônia. Assim, em *Terra do Meio*, de Marcelo Canellas (2007) temos na primeira matéria da série: “as mazelas e as riquezas da Amazônia como você nunca viu”. E na segunda reportagem: “um lugar de nome estranho: Terra do Meio. Fica no Pará... Hoje você vai conhecer os ribeirinhos. Cerca de 300 famílias que vivem na floresta amazônica. São brasileiros de um Brasil invisível”.

A invisibilidade e o anonimato das populações locais serão recorrentes nas reportagens seriadas. Em *Amazônia S/A* (2015) temos na abertura do primeiro episódio: “nós viajamos mais de 10 mil quilômetros por água, terra e ar pra tentar revelar uma sociedade que continua anônima para o Brasil”. Tem-se aqui, claramente o discurso do centro que irrompe e se oferta como Brasil e instaura o lugar da Amazônia como periferia, o ‘outro’ da colonialidade.

Em *Amazônia Urbana* (2010) temos: “o Jornal Nacional convida você a assistir a partir de hoje uma série de reportagens com um olhar diferente sobre a Amazônia. Os repórteres Alberto Gaspar e Laércio Domingues vão mostrar como é a vida dos brasileiros que moram em cidades erguidas no meio da floresta”. Os jornalistas destacam a necessidade de proteger a fronteira amazônica enfatizando as medidas anunciadas pelo Governo para ‘pacificar a região’: a criação de novos postos militares e o desarmamento. A história da disputa de terra na Raposa Serra do Sol é investigada pelo repórter, mostrada com destaque e exibida com exclusividade (figura 1): “Você vai ver imagens inéditas de uma visita do Marechal Rondon à região”.

Figura 1 – Marechal Cândido Rondon em visita à Raposa Serra do Sol



Fonte: Rede Globo – Jornal da Globo (exibido em 14/05/2008)

As imagens, cedidas pelo Museu do Índio à Rede Globo, são tomadas como exclusivas. O general, militar, “verifica pessoalmente os marcos estabelecidos. Rondon recebeu a missão de inspecionar as condições da vida e segurança das fronteiras



brasileiras”, diz o repórter. O general é mostrado em ação entre os índios na primeira metade do século passado. A narrativa mostra as riquezas da região, a cobiça, a exploração dos recursos minerais pelos próprios índios e a vulnerabilidade da fronteira. A situação de conflito traz ao debate nacional a discussão sobre o futuro da Amazônia, por isso o repórter questiona: “o julgamento até poderá decidir o caso de Roraima, mas não resolve uma questão ainda maior. O que queremos fazer com a Amazônia? Como queremos tratar nossos índios?”.

Amazônia e índios são abordados como questões nacionais, nas quais o repórter se inclui ao usar a palavra ‘nossos’, ainda sem solução. Os índios são situados no centro da disputa como os responsáveis pelo conflito. E como são ‘incapazes’, de acordo com a Constituição Brasileira, é preciso decidir o que fazer com eles. São propriedade do Brasil: “nossos índios”. Os demais atores sociais envolvidos na disputa não são de propriedade coletiva: não se diz nossos arroteiros, nossos grileiros, nossos madeireiros.

“A missão de incorporar terras, defender fronteiras, preservar riquezas é constitutiva da mística da penetração na Amazônia” (CARDOSO; MULLER, 1978, p.10). No Governo militar esse discurso é disseminado com a justificativa da valorização do homem e da integração nacional. O jornalismo torna-se o porta-voz do discurso da unidade nacional acima dos interesses das populações locais. É o centro quem deve decidir, é o Governo Federal, é o Supremo Tribunal Federal. E ao repórter que vem de fora é perfeitamente cabível perguntar: “como queremos tratar nossos índios?” Será que não é hora de perguntar como os índios querem ser tratados, invertendo o discurso?

E a sequência de perguntas continua. Mas dessa vez entra em cena o discurso do desenvolvimento sustentável e as questões são outras. Agora é o repórter Alberto Gaspar, da série Amazônia Urbana (2010), quem pergunta. “Será que a **nossa Amazônia** ainda vai exportar ideias para as cidades do futuro?” Nesse momento a série referia-se aos exemplos que associam floresta e desenvolvimento, como os exemplos do artesão das bijóias, a escola da floresta ou a dona de madeireira que trabalha com o conceito de sustentabilidade.

A Amazônia continua sendo ‘nossa’, observando o texto do repórter, mas é ela que tem de dar o exemplo com ações de preservação da floresta. A questão não é prioritária e nem se cobra agilidade do Governo para apresentar soluções rápidas como se viu na Raposa Serra do Sol. Aqui paira a dúvida sobre a capacidade da Amazônia, sozinha, gerar conhecimentos e bons exemplos para o mundo. Interessante pensar a oscilação do discurso que representa a Amazônia ora como brasileira, nossa, ora como patrimônio mundial e ora como ‘outro mundo’.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS



Neste artigo, refletimos sobre a Amazônia no contexto regional e nacional, tendo como base os 'acontecimentos discursivos' das séries televisivas no contexto da nacionalidade. Esta foi identificada na representação dos lugares, projetos e na reatualização da herança portuguesa. A exaltação da colonização portuguesa como marco de identificação da nação brasileira se confirma na produção telejornalística analisada.

A subalternidade indígena é ratificada no presente do texto, como passado a ser retomado na produção noticiosa. A Amazônia segue, enquanto discurso, como o equilíbrio entre floresta e passado colonial preservados. Os sujeitos locais são a face obscura desse discurso, que tem no filósofo reconhecido, a representação do saber civilizado enaltecido em oposição ao saber das populações locais apagadas.

A região é apresentada como negócio em permanente tensão com a exploração dos recursos, nas reportagens mais recentes, como Amazônia S/A. Numa das entrevistas da série, um especialista diz: " não sei se a floresta é o pulmão do mundo, mas com certeza ela é o coração do Brasil". A floresta é ofertada enquanto órgão vital, pulsante, emocional para a nação. Os textos expõem as ambivalências entre desmatamento e as capacidades inatas da floresta com relação à riqueza de sua biodiversidade, contradição entre subdesenvolvimento da Amazônia e suas possibilidade de investimento para o futuro.

REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARBOSA, Marialva. *Percursos do olhar: comunicação, narrativa e memória*. Niterói, RJ: EDUFF, 2007.
- BECKER, Bertha K. *Amazônia*. 6.ed. São Paulo: Ática, 1998. 112p. (Série Princípios).
- CAMPBELL, Richard. *60 minutes and the news: a mythology for middle America*. Urbana & Chicago: Univ. of Illinois Press, 1991.
- CARDOSO, Fernando Henrique; MULLER, Geraldo. *Amazônia: expansão do capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1978.
- CASTRO-GÓMEZ, Santiago. *Ciências sociais, violência epistémica y el problema de la "invencion del outro*. Disponível em <http://www.clacso.org/wwwclacso/espanol/html/libros/lander/7.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2007.
- CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 7.ed. São Paulo: Ática, 2003.
- COSTA, Vânia.; COSTA, Alda.; AMORIM, Célia. A polinarrativa do telejornalismo. In: SOSTER, Demétrio; PICCININ, Fabiana (Orgs.). *Narrativas midiáticas contemporâneas: perspectivas epistemológicas*. Santa Cruz do Sul: Catarse: 2017. P.264-277.
- FISCHER, Rosa Maria. *Trabalhar com Foucault: arqueologia de uma paixão*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.



- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2006.
- MACHADO, Arlindo. *A televisão levada a sério*. São Paulo: Senac São Paulo, 2000.
- ORLANDI, Eni. Vão surgindo sentidos. In: _____ (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Fontes, 1993.
- ORLANDI, Eni. Vão surgindo sentidos. In: _____ (Org.). *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Fontes, 1993. 171p. p. 11-25.
- QUIJANO, Aníbal. Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina. *Estudos Avançados*, São Paulo: USP, v. 19, n. 55, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v19n55/01.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2008.
- RIBEIRO, Nelson. *A questão geopolítica da Amazônia: da soberania difusa à soberania restrita*. Brasília: Senado Federal, 2005.
- SOUZA, Márcio. *Breve história da Amazônia: a incrível história de uma região ameaçada conta com o apaixonado conhecimento de causa de um nativo*. 2.ed. Rio de Janeiro: Agir, 2001.
- _____. *A literatura na Amazônia: as letras na pátria dos mitos*. Disponível em <http://www.marciosouza.com.br/interna.php?nomeArquivo=vida>. Acesso em: 26 mai. 2008.
- THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 4.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo autoritário e campesinato: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento*. Rio de Janeiro, São Paulo: Difel, 1979.

**GT 06 – A mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa****TELEJORNALISMO LOCAL: REDES DE MEMÓRIAS E PROCESSOS DE DOCILIZAÇÃO DESDE A PAUTA À REPORTAGEM SOBRE O INDÍGENA NO PARÁ**

Arcângela Auxiliadora Guedes de Sena (Estácio do Pará)¹
Arcangela.sena@estacio.br

RESUMO

Hoje, apesar das mídias digitais e suas possibilidades de convergência, a televisão aberta, no Brasil, não perdeu espaço para as novas tecnologias de informação. O IBOPE, desde 2014 mostra que nas principais metrópoles brasileiras, pelo menos 16 milhões de pessoas realizam as duas atividades simultaneamente, ver TV e ao mesmo tempo estar conectado à internet. O telejornalismo e suas novas configurações representam uma das principais fontes de informação de nossa sociedade. Os profissionais que trabalham nas redações, na maioria das vezes, podem não perceber que a rotina de produção aliada às redes de memórias que já lhes constituem, mesmo antes de fazerem parte da mídia, são bastante influentes no momento de decidir se uma notícia deve ou não entrar em pauta. Aqui, propomos analisar diferentes perspectivas sobre a notícia indígena na Amazônia, em especial no telejornalismo paraense; como ela vira um valor na redação, que compreende aspectos culturais, simbólicos, históricos, bem além do econômico ou do social. A herança do discurso colonial está presente na seleção da pauta, no enquadramento, no texto, na seleção de imagens e no lugar que a reportagem irá ou não ocupar no espelho do telejornal. Há um discurso sobre a Amazônia e sobre os povos indígenas atravessado pela ideia de integração presente, na memória do sujeito produtor de mídia. As reflexões que apresentaremos partem das discussões teóricas de Michel Foucault e Nelson Traquina. Tomaremos o corpo indígena, apresentado nos jornais da TV Liberal, de Belém, do Pará, como objeto central de nossa análise.

Palavras-chave: Telejornalismo, Discurso, Indígena

1. INTRODUÇÃO

As memórias que constituem o profissional de jornalismo, mesmo antes de fazerem parte da mídia, são bastante influentes no momento de decidir se uma notícia deve ou não entrar em pauta. Este funcionamento discursivo, na literatura específica de jornalismo faz parte de um conjunto definido como critérios de noticiabilidade.

A noticiabilidade corresponde ao conjunto de critérios, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação enfrentam a tarefa de

¹ Professora Mestre em Ciência da Comunicação. Graduada em Jornalismo e Publicidade e Propaganda. Coordenadora dos Cursos de Jornalismo e Publicidade e Propaganda da Estácio do Pará. Membro do Laboratório de Pesquisa em Comunicação – Labcom da Estácio do Pará. Membro do GEDAI/UFPA. Grupo de Estudo Mediações, Discursos e Sociedades Amazônicas.



escolher, quotidianamente, de um entre um número imprevisível e indefinidos de fatos, uma quantidade finita e tendencialmente estável de notícias. (WOLF, 1994. P.170)

Esta ação/decisão dos produtores de mídia define o que as pessoas vão assistir e fortalece o telejornal, à medida que o torna um significativo formador de opinião entre os brasileiros. Uma ordem do discurso, que se sustenta com práticas discursivas, estabelecidas em dado momento histórico e sob condições de existência. institucionalizadoras à organização do trabalho e dos processos produtivos a que o corpo do jornalista deve se submeter.

Propomos, portanto, analisar diferentes perspectivas sobre a notícia, como ela vira um valor na redação, que compreende aspectos simbólicos, históricos, que vão bem além do econômico e como essa composição, mesmo em tempos de convergência, ainda impacta na pauta indígena, em especial no telejornalismo paraense. As corporações de comunicação e suas marcas institucionais estabelecem relações de poder que se sustentam a partir da docilização dos corpos dos produtores de notícia, uma tática do próprio ofício que controla e domina este processo. A tática, segundo Foucault (1999) é a condição primeira para o controle e o uso de um conjunto de elementos distintos: a base para uma microfísica do poder.

Partindo da ideia de relações de poder envolvendo o corpo do jornalista, prosseguiremos em direção ao que Foucault (1995) propõe “uma nova economia das relações de poder”, muito mais presente e empírica para falar de resistência desse sujeito produtor de mídia que se encontra preso à sua própria identidade quer seja por uma consciência ou autoconhecimento.

Buscaremos também, a partir da análise do discurso compreender como os procedimentos organizacionais da redação do telejornal fazem parte das lógicas discursivas em diferentes enunciados, sejam tradicionais ou digitais, para uma produção de sentidos, quando se trata de desenvolver a notícia sobre as sociedades indígenas no telejornalismo, em especial, no paraense.

2. O TELEJORNALISMO E SUAS TRANSFORMAÇÕES

Neste tópico, tentaremos elucidar o que define os valores notícias amparados nos critérios de noticiabilidade jornalísticas. Para isso, utilizaremos as proposições teóricas de Nelson Traquina (2005) e suas reflexões sobre as teorias do Jornalismo. Falaremos sobre as imbricações que atravessam tais teorias e como são estabelecidas as redes de memórias



dos sujeitos produtores de mídia para o fortalecimento das relações de poder com a sociedade.

Nesse sistema relacional de sentidos, o telejornal deve ser compreendido no contexto comunicacional, “A comunicação tem lugar em um ambiente físico, social e mental compartilhado... Um telejornal sempre apresenta definições dos seus participantes, dos objetivos e dos modos de se comunicar explicitamente” (GOMES, 2007, p. 25). Deve-se levar em consideração a interpretação dos componentes e sujeitos que participam do processo de produção e construção da notícia e, portanto, estão envolvidos em acontecimentos. Segundo Foucault (2013), o acontecimento é um procedimento interno, que atua segundo princípios de ordenação, classificação e distribuição. Portanto, pensar um telejornal é trabalhar em condições históricas possíveis e compreender de maneira descontínua as memórias imbricadas entre sociedade e a mídia televisiva, enquanto dispositivos de controle do poder.

As vozes da televisão a precedem em outras vozes e isso talvez, seja essencial para a noção de proximidade que a televisão exerce sobre seus interlocutores. Para Courtine (1989), trata-se de uma relação de “proximidade distante”, o telespectador está presente e é participante da ação representada pela televisão, mesmo que não esteja. Isso caracteriza a linguagem televisiva e auxilia o compartilhamento de sentidos.

Esse compartilhamento de sentidos que faz da televisão um importante dispositivo para as relações de poder, tem no telejornalismo um aliado poderoso, principalmente no processo da comunicação. A televisão como mídia e o telejornal como produto supostamente não ficcional, gênero da televisão, portanto prática discursiva, produto de linguagem e processo histórico, deve ser analisado, levando-se em consideração a circulação dos enunciados, as posições de sujeito, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações dos enunciados com a história e as redes de memórias. Com isso podemos apreender o seu funcionamento, acompanhar trajetórias históricas de sentidos materializados nas formas discursivas do telejornal.

Os imbricamentos do público com o telejornal estão para além do movimento passivo do poder televisivo sobre a sociedade, como defendia o teórico canadense, Marshal McLuhan (2007) e a noção de que o meio é a mensagem, ou seja, um veículo que transmite a um receptor a mensagem por ser ele próprio (o veículo) a mensagem. Existem correlações de forças, relações de poderes que definem e emolduram a circulação de saberes entre o sujeito histórico e sujeito produtor de mídia.

O movimento frenético das redações expõe o produtor de mídias às relações corporativas e mercadológicas, mas outras teorias ajudam a entender a relação do jornalista com a notícia. A representação do real, essa suposta construção da realidade



encontra no trabalho diário do jornalista a produção de discursos submetidos as relações de poder e que constituem o senso comum das redações. Com isso, a imprensa de uma maneira geral acaba por ajudar a atualizar identidades ou até mesmo excluí-la ou interdita-las.

O sujeito telejornalista se diferencia dos demais sujeitos produtores de mídia, pela maneira agitada e apressada de desenvolver sua atividade. Quem trabalha num telejornal e “faz” a notícia tem preocupações de chegar com o assunto, de preferência, ainda acontecendo, é o “império do gerúndio” que se instala, principalmente nos jornais do meio dia.

É a lógica interna das redações de um telejornal, principalmente, que constituem e influenciam todo o processo de produção a que o socióloga Gaye Tuchman chama de *newsmaking*². A luta contra o tempo faz com que todos os envolvidos na produção de um telejornal, do repórter ao motorista trabalhem muito aceleradamente, a fim de mostrar o fato na hora em que acontece ou minutos depois de ter acontecido.

Mauro Wolf acredita que o *newsmaking* se articula em três vertentes principais, a cultura profissional dos jornalistas, a organização do trabalho e os processos produtivos. No telejornal, tais vertentes se evidenciam com a mesma força do deadline, elemento gnóstico na rotina de uma redação, uma força disciplinar que se exerce na relação do jornalista com a notícia e, portanto, com a forma e conteúdo do que será veiculado.

Para além das intenções incondicionais da prática do jornalista e em especial do jornalista de televisão está a submissão a um planejamento produtivo. Com isso, a ideia de “manipulação da notícia” é suplantada pelas imposições da produção jornalística. Se instauram como essenciais a esse processo, as redes de memórias que constituem os profissionais somadas as formas de produzir a informação.

Diante da imprevisibilidade dos acontecimentos, as empresas jornalísticas precisam colocar ordem no tempo e no espaço. Para isso estabelecem determinadas práticas unificadas na produção de notícias. É dessas práticas que se ocupa a teoria do *News-making*. (PENA, 2010, p.130)

No telejornalismo essa influência está no tempo das sonoras, no tempo da reportagem, na permanência do profissional no fato e no conteúdo produzido.

Outro importante fator que se debruça sobre o que é notícia para os jornalistas é a escolha, seleção do material a ser informado à sociedade. A esse processo, a literatura acadêmica sobre o jornalismo, chama de *gatekeeper*³. Traquina (2005) explica que “O termo

² Segundo Tuchman, a teoria do *News-making* retrata o processo de produção da notícia como algo planejado, como uma rotina industrial.

³ Foi a primeira teoria que surge na literatura do jornalismo, nos anos de 1950, a partir dos estudos de David Manning White.



gatekeeper refere-se à pessoa que toma uma decisão numa sequência de decisões”. O processo de produção da notícia está envolto em uma série de escolhas, “onde o fluxo de notícias tem que passar por diversos gates, isto é, “portões” que não são mais do que áreas de decisão em relação as quais o jornalista, isto é, o *gatekeeper*, tem de decidir se vai escolher essa notícia ou não.”(TRAQUINA, 2005, p.150)

Nesse sentido se estabelecem entre o jornalista, a notícia e a informação a ser dada à sociedade uma relação de poder. O mito da objetividade jornalística deixa de existir, pois os critérios de escolhas do profissional de mídia passam a ser subjetivo e arbitrário.

É preciso pôr em questão, novamente, essas sínteses acabadas, esses agrupamentos que na maioria das vezes, são aceitos antes de qualquer exame, esses laços cuja validade é reconhecida desde o início; é preciso desalojar essas formas e essas forças obscuras pelas quais se tem o hábito de interligar os discursos dos homens; é preciso expulsá-las das sombras onde reinam. (FOUCAULT, 2014, p.26)

As unidades dos discursos dos jornalistas com o *gatekeeper* perdem a tradição histórica da imparcialidade. O que é acontecimento ou mesmo novidade no jornalismo, vai depender da vontade de verdade de quem permite que tal notícia seja publicada, sob determinadas condições de possibilidades históricas.

3. CORPOS DÓCEIS NAS REDAÇÕES

A rotina de uma redação bem poderia ser comparada a uma indústria e o “fazer notícia” ao processo de montagem de um produto. Tudo tem um estágio, dentro de um tempo determinado e segundo uma ordem de destinação. O telejornal não é um corpo homogêneo, ao contrário, a relação que se faz entre a notícia e o público, é uma relação que segue regras nacionais, regionais ou internacionais, dependendo de quem fala, de onde fala e para quem deseja falar.

A mídia administra nossos “gestos de leitura” (NEVES, 2009) em relação aos acontecimentos e os profissionais envolvidos na produção da notícia exercem poder sobre o que é dito, como é dito e também sobre aquilo que se opta em não dizer. Neste sentido, a ordem do discurso produzido pela e na mídia “é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída, por certo número e procedimentos que tem por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório...” (FOUCAULT, 2013,p.08).

Os profissionais envolvidos na produção da notícia trabalham sob a pressão do tempo, com uma infraestrutura muitas vezes precária do ponto de vista tecnológico, cumprem jornadas com horários de entrada, mas sem previsão de saída. O deadline diário estabelece o ritmo alucinante para o fechamento das edições. A hierarquia, que



compreende a diretoria, coordenadores, editores chefes e os jornalistas estabelece relações de poder que muitas vezes restringem e automatizam a percepção destes profissionais em relação ao processo. Seu corpo se torna útil. Esta correlação de forças promove um embate profissional que toma conta do corpo do jornalista. Para Michel Foucault (1999, p.13):

O corpo também está diretamente mergulhado num campo político; as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica; é, numa boa proporção, como força de produção que o corpo é investido por relações de poder e de dominação; mas em compensação sua constituição como força de trabalho só é possível se ele está preso num sistema de sujeição (onde a necessidade é também um instrumento político cuidadosamente organizado, calculado e utilizado); o corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso.

É esse corpo que se estrutura e consolida-se nas relações de poder entre os jornalistas e as corporações. O poder não se mantém sozinho, precisa da estrutura e da participação sempre presente dos sujeitos produtores de mídia.

A Foucault (2014) não interessa a macroestrutura, nem a ideologia ou o Estado, mas o discurso em si mesmo. Sua busca é “pelo projeto de uma descrição dos acontecimentos discursivos” (FOUCAULT 2014). A descrição dos acontecimentos midiáticos pelos telejornais faz parte do processo de construção do discurso que começa ainda na redação, na postura do profissional em relação ao fato que irá virar notícia. Um jogo de cenas, sons, textos não ficcionais, com a intenção ou pretensão de ser a representação objetiva da realidade. Os telejornais fazem parte de um dispositivo maior, de um conjunto arquitetônico diretamente envolvido na (re)produção das identidades.

4. SELVAGEM E VIOLENTO

A violência indígena sempre esteve associada à relação de dominação, uma vez que era necessária essa imagem, como uma forma de verdade para que o descobridor tivesse controle da situação nas terras a serem conquistadas. Neves (2009) nos alerta que “o índio não foi inventado sozinho. Para que a imagem do selvagem fizesse sentido, muitas outras também entravam em cenas”. A mídia representa mais uma forma de violência e dominação contra os indígenas, tanto no Brasil, quanto em outros lugares do planeta.

Durante nossa pesquisa, em periódicos antigos, uma reportagem exibida no jornal A Província do Pará, em setembro de 1961 encontramos uma matéria muito semelhante à exibida no telejornal 1º edição da TV Liberal, uma emissora paraense, localizada, na cidade de Belém, estado do Pará, região Amazônica. A emissora é líder em audiência no Estado.



Pertence a família Maiorana, que sempre esteve entre as mais ricas da região. A recorrência do discurso da violência indígena é evidente. Na imagem fotográfica há a tradução do selvagem violento.

Nada foi realmente comprovado, com relação ao desaparecimento do pesquisador, nem mesmo se os indígenas tinham alguma coisa com o fato. 52 anos depois, a matéria exibida no telejornal, que envolve pesquisadores e indígenas, retoma a figura do indígena antropófago, desprovido de moral e alheio às leis dos brancos, apresentados nas primeiras cartas envidas aos reis europeus.

Figura 1,- Setembro de 1961-
sequestro biólogo Inglês.



Figura 2: Libertação dos biólogos,
em 24.06. 2013



Índios Mundurucu, libertaram os 3 biólogos, feitos reféns, desde o fim de semana e que foram mostrados aqui na TV Liberal, através das imagens do telespectador, João Paulo Pessoa. A nossa repórter Cássia Rangel tem mais informações”

Após a apresentação da reportagem feita pela jornalista apresentado

ra, entra a imagem da repórter, ao que chamamos na técnica jornalística de “ABERTURA”, quando o material já entra com o jornalista relatando o fato. O Texto dela fala diz:

Os reféns foram libertados, no final da tarde de ontem, depois de uma reunião com representantes da Funai, secretaria geral da Presidência da República e Ministério da Justiça. Os três biólogos são funcionários de uma empresa terceirizada da Eletrobrás. Ficaram reféns dos índios mundurucu, durante três dias foram capturados às proximidades de uma Aldeia Indígena, quando faziam pesquisas para verificar a viabilidade da construção de barragens nos rios da região.

Essa fala imagética da repórter, que não está oculta nas imagens produz um sentido de verdade, um peso maior às representações lançadas sobre os sujeitos indígenas.



Nesse sentido, compreende-se a narrativa do repórter como mais um enunciado que coloca o indígena na situação de criminoso. São desconsideradas as subjetividades dos

fatos e principalmente as condições de possibilidades históricas vividas pela sociedade como um todo.

Nas cenas seguintes, as imagens antropofágicas dão conta de um “índio” vingativo. Falam da ocupação da sede da FUNAI, em Brasília, como forma de aviso para que não houvesse qualquer tipo de tentativa de estudos na região dos Mundurucu, o que poderia acarretar problemas para os brancos.

Essa sequência (re) identifica o indígena como um resultado da invenção europeia que o desqualifica e o faz “selvagem”.

É esse conjunto de relatos que ainda hoje constroem os saberes indígenas, mesmo que em tempos de convergência midiática, onde as velhas e novas formas de comunicação se colidem, se complementam (JENKINS, 2006), as recorrências sobre essas sociedades se reconfiguram e se atualizam mesmo diante das condições da contemporaneidade.

Figura 3: Frames da reportagem
"Libertação biólogos"



5. CONCLUSÃO

A expectativa desse trabalho foi mostrar como as sociedades indígenas estão representadas no programa de notícias de televisão Liberal. Durante a investigação, analisamos a perspectiva do produtor de mídia sobre o padrão indígena, o dito e não mencionado por esses profissionais, historicamente constituídos pelas relações de poder e pela circulação ocidental do conhecimento.



O método arqueológico, proposto por Michel Foucault em *Arqueologia do Conhecimento* (2008), nos permite ver as indicações de que o jornal nos diz sobre a desqualificação do conhecimento indígena, a fim de compreender como certos eventos, que não estão na ordem cronológica de Uma história é registrada como recorrente nas notícias da televisão.

A memória colonial de um índio desnudo e violento, coberta por uma pintura abstrata aos olhos dos não índios, sem contribuições culturais para a sociedade ocidental exposta, mesmo nas cartas de Caminha, continua a circular e a ser atualizada em condições de possibilidades históricas em outros dispositivos O social e a televisão fazem parte de um conjunto arquitetônico e heterogêneo que cristaliza identidades, sujeitos subjetivos e que está presente em tempos de convergência.

REFERÊNCIAS

CORREIA, João Carlos e VIZEU, Alfredo Eurico. A construção do real no telejornalismo: do lugar de segurança ao lugar de referência. In: VIZEU, Alfredo (org.). *A sociedade do telejornalismo*. Petrópolis: Vozes, 2008.

COURTINE, J.J. *Decifrar o Corpo*. Pensar com Foucault, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FILHO, Ciro Marcondes (org). *Dicionário da Comunicação*. 2.ed. São Paulo: Paulus, 2014.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

_____. *Vigiar e punir*. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

_____. *A ordem do discurso*. 23.ed. São Paulo: Loyola 2013.

_____. *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2014

_____. *Sujeito e Poder*. In: DREYFUS, H & RABINOW, P. *Michael Foucault, uma trajetória filosófica: (Para além do estruturalismo e da hermenêutica)*. Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Universitária, 1995.

HALL, Stuart. *A Identidade na pós-modernidade*. 9.ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2004.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência – a colisão entre os velhos e novos meios de comunicação*. São Paulo: Aleph, 2009.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: EDUSC, 2001.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Comunicação e Identidade. Quem você pensa que é?* São Paulo: Paulus, 2010.



NEVES, Ivânia;CARDOSO, Shirley. Patrimônio Cultural Tembé Tenetehara-Terra Indígena Alto Rio Guamá. Belém: Iphan-PA. 2015

PENA, Felipe. Teoria do Jornalismo. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 2010

REZENDE, Guilherme Jorge de. Telejornalismo no Brasil – um perfil editorial. São Paulo: Summus, 2000

SQUIRA, Sebastião. Aprender Telejornalismo-Produção e Técnica. São Paulo: Brasiliense, 2004

TRAQUINA, Nelson. Teorias do Jornalismo. A tribo jornalística – Uma comunidade interpretativa transnacional. V. II. Florianópolis: Insular, 2005.

WOLF, Mauro. Teorias da Comunicação. LISBOA: Editorial Presença, 1994.

**GT 06 – A Mídia, produção de imagens e estratégias de discursos em disputa.****publiCIDADE DO BASA – BANCO DA AMAZÔNIA – COMO MARCA DE
DIVULGAÇÃO DO PROGRESSO E DO DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO**Luiz LZ Cezar Silva dos Santos (UFPA)¹

lzcezar@ufpa.br

RESUMO

Este artigo tem por base as mudanças históricas da construção da marca BASA, posteriormente denominada Banco da Amazônia, por meio das mensagens publicitárias veiculadas ao longo de mais de sete décadas de existência da instituição financeira (banco). Assim, buscamos estudar a construção das marcas do banco (Banco de Crédito da Borracha, Banco de Crédito da Amazônia, BASA e Banco da Amazônia) como uma personalidade representativa do progresso e do desenvolvimento da região amazônica, tanto para o Brasil quanto para o mundo. O estudo tem por base a publiCIDADE do Banco da Amazônia (BASA), cidade-região sede do banco, como lugar de pertencimento das populações atendidas e atingidas pelos projetos financiados pelo banco estatal e suas iniciativas institucionais publicizadas com o intuito de promover, publicitariamente, o(s) discurso(s) de progresso e de desenvolvimento da Amazônia.

Palavras-Chave: Marca; BASA; Banco da Amazônia; publiCIDADE; Desenvolvimento.

ABRINDO AS PORTAS DO BANCO

1942 - ressurge das cinzas, na região amazônica, um sopro de esperança com a volta do comércio do látex, lembrando o período de 1870 a 1912, também conhecido como época áurea do Ciclo da Borracha, já que “não havia outro lugar para ir buscar o produto, fora da Amazônia brasileira, que fora, no início do século, a maior área produtora do mundo.” (DA SILVA, 2002: 404).

Ao final da segunda metade do século XIX, Belém já comandava os negócios da região em relação às riquezas produzidas pelo comércio da borracha, e essa riqueza já se fazia presente nas mudanças urbanísticas, preparando a cidade para ser a capital da borracha na Amazônia, no Brasil e no mundo. (SANTOS, 2010: 30).

¹ Doutor em História pela PUC/SP, Professor da Faculdade de Comunicação – Publicidade e Propaganda – e do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia – PPGCom/ ILC/ UFPA, Brasil.



Mesmo que historicamente, entre os anos de 1912 e 1942, houvesse uma desaceleração da produção de borracha na região, principalmente em função da disputa de mercado com os países do Oriente (Ceilão, Índia, Malásia, Birmânia e Indonésia), grandes produtoras mundiais de látex, a era da borracha é sempre vista como um momento de enorme euforia econômica, política e cultural na região. A criação do Banco da Borracha (Figura 1), pelo Decreto Lei nº 4.451, de 9 de julho de 1942, em decorrência dos acordos de Washington assinados entre o Brasil, governado por Getúlio Vargas, e os Estados Unidos da América, governado por Franklin Delano Roosevelt, com a finalidade de produção de borracha (látex) para auxiliar no esforço de guerra (II Grande Guerra Mundial) consolidando o sistema de financiamento da exploração do látex na Amazônia como um dos produtos requisitados pela economia fomentada pela guerra.

A borracha, que sempre foi importante na economia regional, torna-se, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial, matéria-prima altamente estratégica para as forças aliadas, uma vez que os seringais do Oriente haviam caído nas mãos dos japoneses. (DA SILVA, 2002: 404).

Historicamente, o novo ciclo da borracha não aconteceu como o “sonhado” pelos proprietários de seringais e pelos governos locais e, mais ainda, segundo Amaral Filho (2016), “O ciclo da borracha na Amazônia se constitui no exemplo mais significativo desse modo capitalista de exploração com base no crescimento econômico como forma de desenvolvimento.” (AMARAL FILHO, 2016: 90). Em outras palavras, o desenvolvimento como atividade trazida para a região no modelo das economias externas, tendo como elemento central a exploração de recursos naturais, usando mão de obra barata, de base colonial, expropriativa e exportadora, deixando na região, como herança, uma população degradada, que precisou refazer, de forma contínua, sua vida usando a floresta viva como riqueza.

Olhar para essa economia do desenvolvimento como crescimento econômico significa, antes de tudo, atentar para o seu modelo de financiamento e, entre eles, talvez o mais significativo, a criação de um banco, na Amazônia, o Banco da Borracha. A primeira referência marcária da região que o banco propaga em seu significado econômico é a da borracha, por meio do sugestivo nome de Banco de Crédito da Borracha S. A. (Figura 1)



Figura 1: Banco de Crédito da Borracha.

Fonte: www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/biblioteca/livro_70anos/Livro_70_anos_WEB.pdf

Posteriormente, mudaria de nome ao trocar o termo “Borracha” por “Amazônia”, conforme apresentado no Relatório BCB, Banco de Crédito da Borracha S.A., publicado em 1949.

Hoje este Banco nada tem a justificar o seu título. Fundado exclusivamente para fomentar e assistir à produção da borracha, teve seu campo de ação ampliado. [...] Deixou de ser o Banco da Borracha para ser, na realidade, um grande Banco de crédito geral. Impõe-se, pois, a substituição de seu nome, e, nenhum mais apropriado que o indicado pela III Conferência Nacional da Borracha: BANCO DE CRÉDITO DA AMAZÔNIA S.A. (BASTOS, 2012: 93).

Assim, com a mudança do nome do Banco, surge o Banco de Crédito, agora, não mais da Borracha, mas da Amazônia (Figura 2).



Figura 2: Banco de Crédito da Amazônia.

Fonte: www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/biblioteca/livro_70anos/Livro_70_anos_WEB.pdf

Aqui, aparece, mais uma vez, o nome da região como referência marcária para a criação do nome do banco, ou seja:

A “Amazônia” se constitui, portanto, como uma marca a partir de uma proposta de valor que, por sua natureza polissêmica, parece conferir aos vários produtos e serviços que agregam este nome, uma valoração garantida pelo nível de publicização que a palavra atingiu. (AMARAL FILHO, 2016: 58).



E mais ainda, a marca Amazônia vai gerar novos e velhos discursos sobre a região, ou nas palavras de Amaral Filho:

A imagem da Amazônia, como uma marca, é constituída a partir de estereótipos genéricos como floresta, rios, bichos, índios que estão no imaginário universal e que se juntam a outros de um imaginário popular representado no imaginário mítico como o Boto, a Boiuna, a Iara. Acrescente-se a estes outros conceitos trazidos pelos viajantes como *inferno verde*, *pulmão do mundo*, *celeiro do mundo*, que amplia e se refina possibilitando à publicidade oferecer para a Amazônia outros conceitos ainda, estes trazidos do conhecimento científico, como um inventário simplificado da ciência, em que se apresentam a biodiversidade, o manejo florestal e o desenvolvimento sustentável, entre tantos outros, oriundos do discurso científico. (AMARAL FILHO, 2016: 41/42).

O discurso de desenvolvimento e progresso está presente não somente na(s) marca(s), mas também nas mensagens dos anúncios publicitários do Banco, como iremos ver mais adiante. Conforme Corrêa (2002), durante a década de 1950 e o início dos anos 1960, segundo relatório da Consultoria BRASTEC (Sociedade Brasileira de Serviços Técnicos e Econômicos LTDA), encomendado pelo BCA, a infraestrutura econômica e social na região era "inadequada, obsoleta, insuficiente e antieconômica, quer se tratasse de transporte, energia elétrica, saúde pública, abastecimento de água, rede de esgoto ou serviço bancário". (CORRÊA, 2002: 358).

Não podemos esquecer que, na década de 1950, o Brasil atravessava uma onda nacionalista, ou seja, "Vivíamos os dias do nacional-desenvolvimentismo e acreditava-se na importância do papel econômico do Estado, na luta pelo desenvolvimento". (DA SILVA, 2002: 411). Da Silva também faz menção ao Relatório do BCA do exercício de 1962, que afirma: "É importante, imprescindível mesmo, se quisermos pensar em termos de desenvolvimento econômico, que tal assistência atinja realmente aos legítimos produtores, àqueles cujo trabalho, na conjuntura atual, pouco proveito lhes traz, enriquecendo apenas aos donos da produção, os que lhes proporcionam apenas o indispensável a continuarem vivos, a seguirem no seu papel de máquinas produtoras da riqueza alheia". (DA SILVA, 2002: 415).

O panorama descrito até agora também é fruto das ações governamentais do período que trabalhava mais em detrimento do capital comercial da região do que em favor do desenvolvimento regional. Segundo Corrêa (2002: 360), "Essa era a



performance da economia amazônica, às vésperas das grandes transformações que chegariam com a década de 1970. Uma produção modesta atendia o restrito mercado interno, e contava como o apoio do BCA na geração de algum excedente para exportação".

Atividades como a pesca artesanal, bovinocultura extensiva, lavouras de subsistência (arroz, milho e mandioca), culturas comerciais (pimenta-do-reino, juta e malva), diamantes, peles e couros silvestres, produtos extrativistas (castanha, borracha, balata, sorva, ucuquirana), além de algumas pequenas indústrias localizadas nos principais centros urbanos, como fumo, sabão, perfumes, refrigerantes, calçados, curtição de couro, madeira – eram exemplos dos negócios de pequena escala característicos da economia regional. (CORRÊA, 2002: 361).

A descrição acima sobre a economia regional demonstra que o BCA – Banco de Crédito da Amazônia estava direcionado para investir nos grandes negócios, em detrimento dos pequenos produtores. Nesse contexto econômico e político permeado pelos interesses do capital nacional e multinacional, "a Amazônia deixaria de ser considerada mera fornecedora de produtos extrativos, para assumir o papel de fronteira econômica para reprodução do capital" (CORRÊA, 2002: 363). Para apoiar todo esse complexo sistema político e econômico, criaram a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; transformaram o Banco de Crédito da Amazônia (BCA) em Banco da Amazônia (BASA) e, posteriormente, lançaram o Programa de Integração Nacional – PIN. Portanto o BASA seria o agente financeiro e o braço direito do governo federal para a implantação do desenvolvimento e do progresso na região amazônica.

Em 1966, já sob o regime dos governos militares, o banco é rebatizado de Banco de Crédito da Amazônia para Banco da Amazônia S.A., e passa a ser conhecido popularmente pela sigla BASA (Figura 3), e "torna-se o agente financeiro do governo federal para o desenvolvimento econômico e social da região. O cadeado da logomarca significava segurança e tradição." (BASTOS, 2012: 155).



Figura 3: BASA – Banco da Amazônia.

Fonte: www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/biblioteca/livro_70anos/Livro_70_anos_WEB.pdf

A marca do BASA é formada por um logotipo composto pelo nome Banco da Amazônia, representado por uma fonte tipográfica que a distingue das outras marcas de banco, além do uso de um artifício visual: o cadeado, símbolo que remete à segurança, à guarda de algo, ao fechamento seguro de alguma coisa.

O significado principal de uma marca é o resumo das principais associações feitas pelo consumidor e das percepções dominantes sobre ela, uma fotografia instantânea que imediatamente vem à mente ao se ouvir o nome da marca. Simplesmente, é a maneira pela qual o consumidor define certa marca espontaneamente. (BARTEY, 2010: 210).

Para Corrêa, a região é “vista como fronteira para expansão do capital, o dinamismo da Amazônia, em toda a sua história”, ainda segundo o autor, “é marcado por três componentes externos: a ação do Estado, a demanda de recursos naturais e o excedente de população do resto do País.” (CORRÊA, 2002: 385). Portanto, “A preocupação do BASA com a situação socioeconômica da população interiorana da Região foi uma constante, desde a sua criação”. (DA SILVA, 2002: 414). Com essa finalidade, o BASA, no período de 1971 a 1975, procurou dotar de vantagens competitivas os setores de mineração, madeira e turismo indicando-os como indústrias estratégicas para competir nos mercados nacional e internacional. Mesmo assim, no referido período, do ponto de vista do desenvolvimento, a região amazônica deixava muito a desejar com relação aos indicadores macroeconômicos.

CRONOLOGIA DA MARCA DO BANCO DA AMAZÔNIA

Com o título “De onde viemos e para onde vamos”, o anúncio comemorativo dos 30 anos de existência do BASA (Figura 4), publicado em 1972, traz em sua mensagem referências a diversos pontos já citados anteriormente, principalmente, a “importância” do banco para o desenvolvimento da região amazônica.



De onde viemos e para onde vamos.

Em trinta anos, muita coisa mudou na Amazônia. Uma planície imensa, que vê suas decantadas potencialidades começarem a se tornar realidade. Esse tempo todo, o BASA esteve sempre ligado aos problemas da região. Plantando agências em cidades pequenas e distantes. Financiando a atividade extrativista. A borracha. As fibras. Enfim, uma presença pioneira.

Depois, agente financeiro do Governo Federal, viu-se o BASA repassando recursos, apoiando ainda mais a iniciativa privada e colaborando na criação de uma adequada infra-estrutura sócio-econômica para a região.

Agora, o BASA completa trinta anos. Exatamente no momento em que a Amazônia está dando um grande salto à frente. Por tudo isso, este não é apenas mais um aniversário do BASA. É um marco na vida do banco.

Porque coincide com a implantação de uma nova filosofia de desenvolvimento. Com uma nova política de trabalho, que renova métodos, aperfeiçoa o material humano e amplia suas operações. Para prestar melhores serviços. O novo BASA é tudo isso. Principalmente, é uma força propulsora na realidade amazônica de hoje.

BANCO DA AMAZÔNIA S.A.
Av. Presidente Vargas, 800
Belém, Pará

**30 anos
BASA**

Figura 4: Anúncio dos 30 anos BASA.
Fonte: Jornal O Liberal, publicado dia 09 de julho de 1972.

Transcrevemos abaixo o texto do anúncio:

Em trinta anos, muita coisa mudou na Amazônia.

Uma planície imensa, que vê suas decantadas potencialidades começarem a se tornar realidade.

Esse tempo todo, o BASA esteve sempre ligado aos problemas da região.

Plantando agências em cidades pequenas e distantes. Financiando a atividade extrativista. A borracha. As obras. Enfim, uma presença pioneira.

Depois, agente financeiro do Governo Federal, viu-se o BASA repassando recursos, apoiando ainda mais a iniciativa privada e colaborando na criação de uma adequada infra-estrutura sócio-econômica para a região.

Agora, o BASA completa trinta anos. Exatamente no momento em que a Amazônia está dando um grande salto à frente.

Por tudo isso, este não é apenas mais um aniversário do BASA. É um marco na vida do banco.

Porque coincide com a implantação de uma nova filosofia de desenvolvimento. Com uma nova política de trabalho, que renova métodos, aperfeiçoa o material humano e amplia suas operações. Para prestar melhores serviços.

O novo BASA é tudo isso.

Principalmente, é uma força propulsora da realidade amazônica de hoje.



Contudo, apesar da mensagem publicitária incentivadora, a Amazônia, segundo Da Silva (2002), está longe de ver equacionados os seus problemas básicos. “Sua indiscutível potencialidade de riquezas minerais e vegetais, que sempre despertou a cobiça internacional, ainda aguarda recursos e decisão para o seu aproveitamento.” (DA SILVA, 2002: 417/18).

No final da década de 80 e no início da de 90, era preciso reformular o conceito de desenvolvimento regional e seus instrumentos econômicos. Assim, criticada por sua dimensão exclusivamente quantitativa, segundo Corrêa (2002), “a noção de desenvolvimento regional passava agora a incorporar, em meio a essa atmosfera de democratização da vida brasileira, a dimensão qualitativa”, ou seja, para o autor, passava “de forma dominante, interiorizando a noção de sustentabilidade expressa na busca da harmonia entre os objetivos econômicos, sociais e ambientais”. (CORRÊA, 2002: 383).

Buscando se fazer presente fisicamente em cada Estado da Amazônia, o Banco da Amazônia – BASA, a mais de uma década, vem estabelecendo parcerias específicas com os setores público e privado e seus diversos atores sociais, sensibilizando a todos, “quanto à necessidade de agirem articuladamente nas questões atinentes ao desenvolvimento”, questões que envolvem desde “a infraestrutura socioeconômica, até a constituição de políticas de ciência e tecnologia, fundiária, agroflorestal, mineração, preservação ambiental, entre outras” (CORRÊA, 2002: 388).

Nas comemorações dos 50 anos do BASA, em 9 de julho de 1992, não foi publicado nenhum anúncio alusivo à data comemorativa, apenas outras instituições fizeram anúncios homenageando-o pela data, como o da FIEPA/CIP, criado pela *Griffo Comunicação*, com o simbólico título: “BASA. 50 ANOS DE UM SÍMBOLO DO DESENVOLVIMENTO AMAZÔNICO”. Um símbolo histórico reforçado no texto do anúncio: “A história do Basa está para sempre ligada a gerações de empresas e empresários, que enfrentaram juntos o desafio amazônico.” E conclui: “Basa, hoje, não é apenas uma sigla. É um símbolo.”

Para Amaral Filho (2016):

Houve um incentivo de órgãos financiadores como o Banco da Amazônia, por exemplo, estimulando o extrativismo ou contribuindo para o desaparecimento através dos plantios racionais, como o do guaraná e da criação de novas alternativas econômicas para a região como a do



cupuaçu, a da pupunha e principalmente a do açaí. (AMARAL FILHO, 2016: 62).

O conjunto de ações tratado como desenvolvimento, seja sustentável, seja de biodiversidade, na verdade, vai se caracterizar, principalmente, pela exploração dos recursos propiciados pela floresta, pelos rios, acrescidos da exploração e da espoliação das populações locais, mas, nos discursos do *marketing* e da publicidade e propaganda, ganha a denominação de “comércio justo”.

Em 2002, ao completar 60 anos, a marca do Banco passa por outra reformulação: saem a sigla BASA e o cadeado e enfatiza-se o nome Banco da Amazônia escrito por extenso, ou seja, a marca enfatiza a palavra “Amazônia”. A nova marca (Figura 5) traz o ‘A’ maiúsculo representando solidez; e a ‘onda amarela’, desenvolvimento. Conceitualmente, o uso da cor amarela, mais que representar o metal precioso (o ouro), serve como indicativo para lembrarmos que a Amazônia também faz parte do Brasil, ou seja, pertence à Nação brasileira. A nova marca do Banco trabalha a letra “A” em caixa alta, entrelaçada por símbolo que remete a uma folha ou a um rio que corta a letra dando sentido de caminho. De certa forma, a cor verde funciona como uma denominação também da floresta. Segundo Amaral Filho (2016), “como se busca representar a Amazônia pela floresta, a cor termina por se constituir em um elemento para esta percepção a que estamos nos referindo. Árvore, folha, dégradé do verde, são elementos dessas composições.” (AMARAL FILHO, 2016: 197). Por fim, “o conceito de marca deve encontrar uma expressão, ou pelo menos estar refletido, na comunicação da marca, no nome, no *slogan* e nos outros elementos de *marketing*.” (BARTEY, 2010: 269). Com a nova marca, o Banco assume, ainda, segundo Bastos (2012), “sua responsabilidade socioambiental e passa a priorizar o repasse de créditos baseados no desenvolvimento sustentável, apoiando ações culturais, sociais, esportivas e de pesquisa.” (BASTOS, 2012: 155).





Figura 5: Banco da Amazônia.

Fonte: www.bancoamazonia.com.br/images/arquivos/biblioteca/livro_70anos/Livro_70_anos_WEB.pdf

Segundo Bartey (2010), “um produto físico se torna uma marca quando é acrescido de algo mais – imagens, símbolos, percepções, sentimentos – para produzir uma ideia total maior do que a soma de suas partes. (BARTEY, 2010: 27). O que dizer, então, do produto físico “Amazônia”. Uma região geográfica localizada no Norte do Brasil e cortada pela linha do Equador, acrescente-lhe uma floresta, um grande rio e outros mais, uma fauna e uma flora diversificada, e temos a “marca Amazônia”. Uma marca midiática, conforme nos diz Amaral Filho:

A Marca Amazônia está na mídia como um discurso cultural, econômico, ecológico e científico, mas o que nos interessa aqui é defini-la como um elemento do sistema de signos da publicidade, logo, como uma proposição ideológica que envolve nomeações, conceitos e imagens com a finalidade precípua de persuadir e seduzir para a compra da mercadoria. (AMARAL FILHO, 2016: 58/59).

Para os consumidores, a quem são dirigidos todos os interesses e a quem são atribuídos os melhores resultados, a marca Amazônia também é fruto de uma série de percepções, de associações que povoam em suas cabeças, incluindo aí todo o universo imaginário criado e propagado pelas mídias sobre a Amazônia. Por isso mesmo, a Amazônia como Marca, nas palavras de Amaral Filho (2016), “parece se constituir em uma matriz cultural produzida pela midiatização e por uma narrativa baseada em dados fantásticos e reais”, matrizes que, segundo o autor, “tiveram origem em universos simbólicos locais que foram apropriados e ofertados com um sentido dado pela publicidade para o mercado global.” (AMARAL FILHO, 2016: 114).

No anúncio comemorativo dos 70 anos do Banco da Amazônia (Figura 6), publicado em julho de 2012, a mensagem publicitária faz referências à história do Banco para o desenvolvimento da região amazônica. Com o título: “BANCO DA AMAZÔNIA 70 ANOS. UMA HISTÓRIA EM MOVIMENTO.” E o texto do anúncio afirma:

Cresci com um compromisso: desenvolver de forma sustentável uma grande região.

Desafiei o sol, os rios, as distâncias. Ganhei respeito, amigos. Caminhei de mãos dadas com a esperança.



Acredito no trabalho ético, na tecnologia ao alcance de todos, nas fontes de energia limpa, no empreendedorismo consciente, no movimento pela geração de emprego e renda para o povo da floresta.

Meu verdadeiro lucro é melhorar a vida das pessoas. Eu sou a história, sou o futuro, sou você, sou a Amazônia.

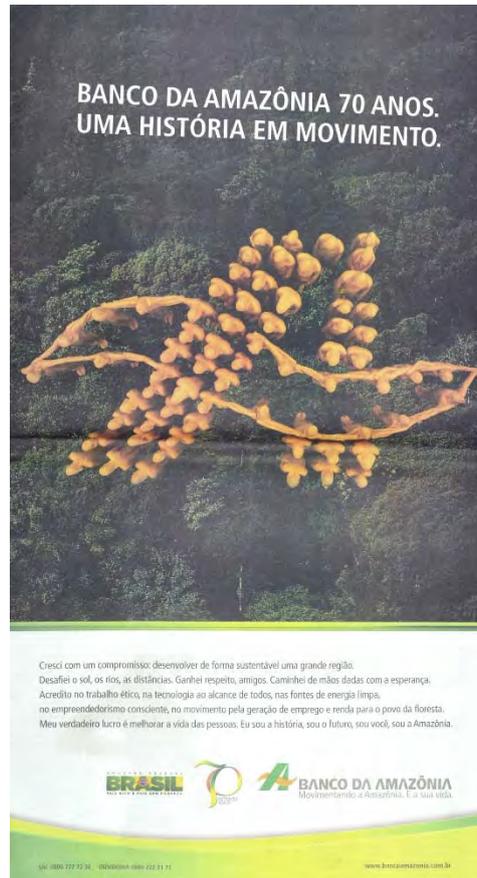


Figura 6: Anúncio dos 70 anos BASA.
Fonte: Jornal O Liberal, publicado dia 09 de julho de 2012.

Na assinatura do anúncio abaixo da logomarca do Banco, encontramos o *slogan*: “Movimentando a Amazônia. E a sua vida.”

A publicidade, por sua vez, segundo Amaral Filho (2016), “usa a simulação para criar a sensação do testemunhal e da comprovação como elementos fundadores da sua fala” e, ainda, “um mundo publicitário, cuja matriz criada pelo consumo, oferece sociabilidades que redefinem o comportamento e o estilo de vida” (AMARAL FILHO, 2016: 33). A proposta comercial da peça publicitária comemorativa aos 70 anos do Banco busca evidenciar, por meio de um depoimento



histórico-testemunhal, a importância da instituição financeira, Banco da Amazônia, para a região.

Para Amaral Filho:

A publicidade parte de uma formulação conceitual, ou seja, ela se apropria ou cria o conceito que o produto precisa. É nesse sentido que há a incorporação de uma marca como Amazônia, primeiro pelo sentido de publicização pleno, midiático, portanto, segundo em função da sua pluralidade cultural; e por fim pela imagem conceitual que a Marca tem, essa definida também por padrões intrínsecos como a floresta, a cor verde, a água, os rios, os pássaros, os animais, as populações indígenas, ribeirinhos e caboclos. Impossível ver, que seja, apenas um cartaz sobre a Amazônia sem um desses elementos. (AMARAL FILHO, 2016: 166).

Como vimos, essa apropriação conceitual do produto, do serviço e da marca precisa se fazer presente nas peças publicitárias criadas e produzidas para divulgar as datas comemorativas do Banco da Amazônia, órgão financeiro criado para e pela própria região. A peça publicitária abaixo (Figura 7), por sua vez, é um exemplo dessa presença do banco e de sua marca nas cidades da região.



Figura 7: Empena do Banco da Amazônia na cidade de Belém do Pará – 2007.
Fonte: Fotografia de Otacílio Amaral Filho

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por base as mudanças históricas da construção da marca BASA, posteriormente denominada Banco da Amazônia, por meio das mensagens publicitárias veiculadas ao longo de mais de sete décadas de existência da



instituição financeira (banco), buscou-se mostrar a efetividade e a robustez da marca de uma empresa, no caso do Banco da Amazônia, que transporta no tempo, além do seu valor conceitual, o seu ativo simbólico, que representa a sua atividade fim, ou seja, o financiamento bancário na região amazônica ao longo desse tempo. Do Banco de Crédito da Borracha ao Banco de Crédito da Amazônia, passando pelo BASA e chegando ao Banco da Amazônia, com duas características publicitárias dominantes da marca, o nome Amazônia e a cor verde como um signo da floresta.

Com o tempo, segundo Bartey (2010), “as marcas constroem um vocabulário próprio – palavras que são associadas àquela marca não só no *slogan*, mas também nas descrições que são feitas do produto e na propaganda impressa ou *on-line*, por exemplo.” (BARTEY, 2010: 64). Assim, buscamos estudar a construção da marca BASA como uma personalidade representativa do progresso e do desenvolvimento da região amazônica, tanto para o Brasil quanto para o mundo.

O estudo tem por base a publiCIDADE do Banco da Amazônia (BASA), cidade-região sede do banco, como lugar de pertencimento das populações atendidas e atingidas pelos projetos financiados pelo banco estatal e suas iniciativas institucionais publicizadas com o intuito de promover publicitariamente o(s) discurso(s) de progresso e de desenvolvimento da Amazônia.

Na região amazônica, as formas de ocupação constituídas principalmente por áreas de fronteira, como é o caso da expansão pecuária, agronegócio e mineração, é que exercem uma pressão de forma direta na migração interna nacional como fator de crescimento demográfico principalmente das populações urbanas.[...]Esta pressão sobre os mercados vai afetar tendências econômicas, especialmente aquelas ligadas ao poder aquisitivo que por sua vez, estão ordenadas por fatores como a renda normal, a poupança, os preços e disponibilidade de crédito. [...] então é preciso olhar os fatores econômicos que movimentam estas populações como poder aquisitivo que são importantes para o atendimento de necessidades dos consumidores... (AMARAL FILHO, 2016: 74).

Trata-se de um estudo do uso da criação e da comunicação da marca do Banco da Amazônia, por meio de anúncios publicitários impressos veiculados nos jornais. Desde os tempos do “BASA” que o banco é publicizado como ferramenta de *marketing* para a divulgação midiática da marca do Banco da Amazônia, dentro e fora da região amazônica, ou seja, no território nacional. Não é à toa que o Banco propagandeia nas peças publicitárias comemorativas dos seus 75 anos,



comemorados em julho de 2017, o mote: “Investindo em pessoas, desenvolvendo a Amazônia sustentável”.

O nome e a marca do Banco da Amazônia passaram por algumas mudanças ao longo dos anos. Segundo Bastos, “Mudanças que procuravam retratar o contexto histórico e de política econômica do governo federal em cada época na região.” (BASTOS, 2012: 154). Sendo assim, as marcas utilizadas pelo banco, desde a sua criação (Banco de Crédito da Borracha, Banco de Crédito da Amazônia, BASA e Banco da Amazônia), trazem consigo inúmeros simbolismos que nos remetem ao patrimônio marcário da região como forma de representação cultural, social, econômica e política dos símbolos e das características peculiares da floresta, dos rios, da fauna, da gente e das cidades urbanas e rurais da Amazônia.

Referências

AMARAL FILHO, Otacílio. **Marca Amazônia: o marketing da floresta**. Curitiba, PR: CRV, 2016.

BARTEY, Mark. **O significado da marca: Como as marcas ganham vida na mente dos consumidores**. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.

BASTOS, Luiza (et ali). **Banco da Amazônia 70 anos**. Belém: PLW Projetos e Linguagens; Banco da Amazônia, 2012.

CORRÊA, Roberto Ribeiro. Basa: seis décadas de mudança institucional. *In A Amazônia e o seu banco*. In: MENDES, Armando Dias (Org.). Manaus: Editora Valer/ Banco da Amazônia, 2002.

DA SILVA, Luiz Osíris. Três capítulos importantes da história do Basa. *In A Amazônia e o seu banco*. In: MENDES, Armando Dias (Org.). Manaus: Editora Valer/ Banco da Amazônia, 2002.

**GT 06 - Mídia, Produção de Imagens e Estratégias de Discursos em Disputa****IDOSOS, INTERNET E RECONHECIMENTO**

Camila de Andrade Simões (Ppgcom, UFPA)¹
camilasimoescontato@gmail.com

Walter Teixeira Lima Junior (Ppgcom, UFPA)²
walter.lima@unifap.br

RESUMO

Ser velho, ou idoso, apresenta diferentes configurações de acordo com o momento histórico em que vivem as sociedades. Atualmente, ser mais velho significa ter tempo para fazer atividades não possíveis antes (na idade do trabalho). Contudo, também significa mudança do *status* ativo para o inativo, o que pode acarretar exclusão social, econômica, atingindo também as relações primárias, familiares. Mesmo que a mudança fisiológica humana atinja a todos de modo geral, em maior ou menor grau e independente da idade, a aparência das pessoas mais velhas os relega um estigma de inferioridade e distância do que é atual. Junto ao fator social do envelhecimento, pensa-se no ambiente virtual (de acesso a internet: possibilitando gamas de informações diversas e o uso, entre outras coisas, das redes sociais digitais) como aproximador intergeracional, familiar, de inclusão social em geral e até mesmo ambiente entendido como possibilitador de atualização e (re)inclusão no mercado de trabalho. Tal colocação é a hipótese de trabalho que irá guiar o presente artigo. O trabalho busca entender em qual contexto os idosos estão se aproximando, em Belém, dos meios digitais de acesso a Internet e analisa quais as motivações os levam a interagir com o ambiente virtual digital, realizando levantamento de um Estado da Arte para entender como vem se dando tal aproximação, assim como, e adiante, analisam-se tais motivações junto às noções de reconhecimento de Axel Honneth, apontando direções para pesquisas nas três dimensões apontadas pelo autor: (1) relações de amor, (2) relações de direito e (3) relações de solidariedade.

Palavras-chave: Idosos, Internet, Reconhecimento.

1. INTRODUÇÃO

De modo geral, o envelhecimento é um processo que soma redução de eficiência física e mental que acomete a todos os seres humanos, podendo ser retardado mas não parado (SALOMÃO, 2011, p. 295). É também “importante salientar que essas transformações são gerais, podendo se verificar em idade mais precoce ou mais avançada e em maior ou menor grau, de acordo com as características genéticas de cada indivíduo”

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Belém, PA, Brasil.

² Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação Comunicação, Cultura e Amazônia, UFPA, Belém, PA, Brasil.



(SALOMÃO, 2011, p. 295). A autora também sublinha que além destas mudanças, a velhice traz modificações ao *status* social do idoso, afeta também o relacionamento que travam com outras pessoas ou grupos (p. 297).

Atualmente a quantidade de idosos no Brasil ultrapassa a marca dos 19 milhões de indivíduos com mais de 60 anos (IBGE, censo 2010). Adiante, segundo projeções feitas pelo IBGE, o grupo de pessoas de 60 a 69 anos poderá chegar a mais de 21 milhões de indivíduos e serão mais de 18 milhões de pessoas com 70 anos ou mais, até 2020 (SALOMÃO, 2011, p. 295). É no contexto de envelhecimento da população brasileira, e paraense, que pretende-se pensar os processos comunicativos e a inserção do idoso em tal lógica.

1.1 A centralidade midiática e a formação de grupos excluídos

Braga (2011) diz que é a primeira vez na história humana, que uma sociedade se encontra dotada de um aparato tecnológico-empresarial-cultural-profissional-mítico consideravelmente vasto (BRAGA, 2011, p. 68). Para Quiroga (2013), a comunicação aparece como elemento identitário de uma época, paradigma histórico que predomina a virada do século XX para o XXI, colocando o fenômeno comunicativo no centro dos debates do atual tempo (QUIROGA, 2013, p. 47). Quiroga (2013) aponta a centralidade do fenômeno da comunicação, “se não como elemento fundador, certamente como elemento decisivo dos processos e passagens históricas” (p. 47).

Mas e quando os atores excluídos são os idosos? Ao acompanhar as pesquisas sobre consumo de mídia no Brasil a colocação dos idosos tem sido específica. São eles os que menos utilizam a Internet, da mesma forma são eles os que menos têm renda o que pode colocá-los em posição complicada quanto a autonomia ou mesmo consumo de produtos vistos como não essenciais. Uma das características marcantes do Brasil é sua constituição histórica socio-econômica assimétrica, o que vem acentuando as desigualdades tornando-as “ainda mais profundas em um tempo extremamente curto” (BARBOSA, 2014, p. 45).

Para Costa e Grist (2017), deve-se estar ciente das principais vantagens e barreiras impostas pelas novas mídias através do tempo, como os desafios no acesso a informação que tem causado lacunas entre gerações (p. 1). Diz ainda que as Tecnologias da Informação e Comunicação (ou TICs) têm papel crucial no fortalecimento de identidades, no encorajamento de comportamentos pró-sociais e sentimento de conexão social.

É a Web a camada mais amigável da Internet, onde estão localizados sites, blogs, microblogs e redes sociais, por exemplo (LIMA JUNIOR, 2013, p. 13). Lima Junior (2013) fala sobre a rede ter sido projetada, em seus primórdios para “estabelecer transferência



perfeita de dados entre os múltiplos pontos de acesso” (p. 11) indicando assim uma simetria necessária para que a comunicação entre máquinas ocorresse. Os dispositivos de acesso combinados com infinitos tipos de *software* (pagos ou livres) permitem diferentes níveis de apropriação tecnológica da Web, pois a arquitetura da rede idealizada por Paul Baran [...], em 1964, tornou a Internet uma rede descentralizada, distribuída e de baixa hierarquia (LIMA JUNIOR, 2013, p. 12). Tal apropriação se dá de formas diferentes, criar uma conta em redes sociais pode ser feito em alguns minutos assim como *hackear* sistemas (LIMA JUNIOR, 2013, p. 13), o que exige domínio de outras camadas mais complexas ligadas ao funcionamento técnico da Internet.

Formou-se um cenário em que a pessoa idosa não vem se aproximando dos ambientes digitais como outras faixas de idade, o que supõe-se um tipo de empecilho para atitudes autônomas. O presente trabalho propõe uma revisão de literatura a partir de publicações científicas disponíveis online que relaciona a pessoa idosa e seus usos, acesso e impressões sobre a internet e dispositivos tecnológicos.

Junto ao fator social do envelhecimento, pensa-se no ambiente virtual (de redes conectadas ou não) como aproximador intergeracional, familiar, de inclusão social em geral e até mesmo ambiente entendido como possibilitador de atualização e (re)inclusão no mercado de trabalho. Tal colocação é a hipótese de trabalho que irá guiar o presente artigo.

Antes, é necessário discutir como a Teoria do Reconhecimento, cunhada por Axel Honneth (2003), pode contribuir para discussões em torno da autorrealização e independência social relacionando-a ao horizonte do presente trabalho.

2. RECONHECIMENTO

Para Mendonça (2012), a teoria do reconhecimento não tem origem em uma teoria democrática, mas pode auxiliar nas discussões sobre desigualdades, por exemplo, por ser “uma abordagem profundamente marcada por uma teoria democrática” (MENDONÇA, 2012, p. 130). Para ele, a teoria do reconhecimento oferece os elementos necessários para tal discussão através de um viés ampliado, não restrito à elaboração de leis por intermédio do Estado, preocupa-se com a “estruturação das condições sociais que permitem que os membros de uma coletividade efetivamente decidam seus rumos” (IDEM, 2012, p. 131). Na teoria do reconhecimento tudo o que é concernente ao coletivo importa, sendo tudo o que permeia processos de identidade, no fortalecimento ou cerceamento das condições de autorrealização (MENDONÇA, 2012, p. 131). Assim, Axel Honneth (2003) propõe três dimensões da luta por reconhecimento, a caminho da autorrealização.

Honneth (2003) fala que as diferentes formas de reconhecimento recíproco conformam etapas de auto-relação prática do ser humano. As “relações amorosas e das



amizades”, as relações jurídicas e o “assentimento solidário”, são dimensões do reconhecimento, segundo o autor (HONNETH, 2003, p. 157).

Sobre a primeira dimensão do reconhecimento, Honneth (2003) recomenda um emprego neutro do termo “amor”. As relações amorosas devem ser entendidas por todas as relações primárias, “na medida em que elas consistam em ligações emotivas fortes entre poucas pessoas”, ou seja, entre parceiros, amigos ou mesmo pais e filhos (HONNETH, 2003, p. 159). A primeira dimensão do reconhecimento tem uma ligação forte com as relações familiares, por ilustrar que o sucesso das ligações afetivas depende da capacidade do indivíduo em se auto-afirmar (HONNETH, 2003, p. 163). Aqui, a autoconfiança individual é criada que, segundo Honneth (2003), “é a base indispensável para a participação autônoma na vida pública” (p. 178).

A segunda dimensão do reconhecimento perpassa pelas relações de direito. Fazendo referência ao pensamento de Hegel e Mead, Honneth (2003) fala que “só podemos chegar a uma compreensão de nós mesmos como portadores de direitos quando possuímos, inversamente, um saber sobre quais obrigações temos de observar em face do respectivo outro” (HONNETH, 2003, p. 179). Aqui, o reconhecer-se como pessoa de direito é gozar da autoconsciência. Afirma ainda que “a forma de reciprocidade especial do reconhecimento jurídico, diferentemente daquela do amor, só pôde se constituir na sequência de uma evolução histórica” (HONNETH, 2003, p. 180).

Para além da distinção entre as dimensões das relações primárias (ou de amor) e o reconhecimento também como forma de reciprocidade jurídica, Honneth (2003) diz que “os sujeitos humanos precisam ainda, além da experiência da dedicação afetiva e do reconhecimento jurídico, de uma estima social que lhes permita referir-se positivamente a suas propriedades e capacidades concretas” (HONNETH, 2003, p. 198). Esta dimensão de reconhecimento recíproco, diz respeito às formas de respeito ou estima social. Vê-se o ser humano a partir de suas propriedades particulares e diferenças pessoais. Esta terceira forma de reconhecimento recíproco pressupõe “um contexto de vida social cujos membros constituem uma comunidade de valores mediante a orientação por concepções de objetivos comuns” (IDEM, 2003, p. 200). A terceira dimensão do reconhecimento está ligada aos conceitos de “reputação” ou “prestígio social”.

Adiante Honneth (2003), identifica então formas de desrespeito a partir da observação do que é ideal nas três dimensões do reconhecimento: (1) relações primárias ou afetivas, (2) relações jurídicas e (3) relações de solidariedade. Assim, maus-tratos e violação, privação de direitos e exclusão e degradação ou ofensa são as conclusões tomadas pelo autor (IDEM, 2003, p. 211).



Em uma aproximação à temática central deste trabalho, a relação que trava o idoso com os meios digitais, Salomão (2011) demonstra como as três dimensões do reconhecimento podem lançar luz sobre três formas de desrespeito junto ao grupo de idosos, e de modo geral. Para a autora, entre outros, exemplos claros de não reconhecimento são “as agressões verbais e físicas, o ostracismo e a negação de direitos nos transportes coletivos” (SALOMÃO, 2011, p. 302). Adiante, os procedimentos de levantamento e análise dos dados é elucidado assim como a discussão é desenvolvida com vistas a teoria do reconhecimento.

3. PROCEDIMENTOS E MÉTODOS

O presente trabalho é guiado por critérios caros à uma revisão bibliográfica minuciosa, que prevê passos específicos a serem seguidos: a começar pela (1) delimitação do que se quer pesquisar e o (2) levantamento e fichamento do relevante (PIZANNI et al., p. 5). Neste tópico tratam-se os procedimentos para a coleta de dados, além da catalogação e organização do que será discutido.

A área de pesquisa verificada através desta revisão aproxima, de modo geral, o ambiente digital e a pessoa idosa, com idades que variam de acordo com cada trabalho visto. A Organização Mundial da Saúde (OMS) estabelece o ser idoso com variações de idade conforme o nível sócio-econômico de cada nação (INAGAKI et al., p. 1), em países em desenvolvimento é considerado idoso aquele que completa 60 anos de idade enquanto que em países desenvolvidos idoso é aquele que completa 65 anos (IDEM).

Após uma exploração inicial percebeu-se que a principal expressão que é utilizada para indicar a aproximação/interação entre idosos e a internet ou o computador é “inclusão digital”, e foi colocada em relação a outras que - como observado também durante a exploração inicial do tema - fazem referência ao objeto desta pesquisa, tais como: idoso(s), pessoa idosa, terceira idade, e sênior. Assim, por motivo de refinamento da pesquisa, apenas em língua portuguesa e no intervalo de tempo 2010-2017, as palavras-chave, que fazem referência ao objeto da pesquisa, foram cruzadas com as expressões: inclusão digital, internet, telefone(s) celular(es) e smartphone(s).

Para tal efeito, foram utilizadas três plataformas de pesquisa combinadas, são elas: o Google Acadêmico, a Scielo e a plataforma de busca Publish or Perish, que dispõe os resultados por volume de citações, entre outras possibilidades. Em todas as ferramentas os termos foram cruzados, com a ajuda de operadores booleanos. Tais operadores são “palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de pesquisa”, permitindo assim a ampliação ou corte específico no escopo dos resultados (PIZANNI et al., 2012, p. 59). São eles: AND, OR e NOT (em língua portuguesa podemos identificá-los como



“e”, “ou” e “não”). Assim, fez-se uso combinado dos dois primeiros operadores booleanos para que a busca tivesse alguma restrição dentro do universo que se quer investigar.

A catalogação dos dados, assim como a leitura direcionada posterior, foi auxiliada pelo Google Formulários, um tipo de ferramenta digital online que coleta e organiza informações em diversos formatos. A exemplo da presente pesquisa, a ferramenta pode organizar os artigos vistos a partir da data de publicação, título da revista científica ou indicação de repositórios de dissertações e TCCs, nomes e instituições dos autores, palavras-chave dos artigos, quais métodos utilizados, entre outras identificações de conteúdo. Uma categoria que propõe-se discutir no presente trabalho, é a de vozes de idosos ativas durante a revisão, o que dizem, o que representam.

Adiante, após a exclusão de repetições e de pesquisas que envolviam pessoas com algum tipo de impossibilidade no manejo direto com as atividades de informática ou com o celular e a internet, foram lidos 43 trabalhos coletados através das ferramentas de busca citadas, entre estes: 1 tese, 7 dissertações, 26 artigos de revista científica, 8 artigos de anais e 1 artigo de repositório universitário.

3.1 Caracterizações gerais do material

Quanto ao material verificado observou-se a ocorrência tanto no Brasil quanto em Portugal. No Brasil, a distribuição das publicações vistas aponta, principalmente, as regiões Sudeste e Sul. Já os trabalhos lidos publicados em Portugal ocorrem entre a capital, Lisboa, e os distritos do Porto, Coimbra e Aveiro.

Quanto a áreas de conhecimento das pesquisas, identificadas a partir da discussão que tecem, palavras-chave ou mesmo através das diretrizes de publicação das revistas científicas em que foram publicadas pode-se visualizar o quadro 1.

Quadro 1 - Identificando áreas de conhecimento dos trabalhos

Área de conhecimento	Expressões centrais que identificam os trabalhos
Saúde	Ciências Médicas, Comunicação e saúde, Saúde, Gerontologia e tecnologia, Gerontologia educacional, Terapia Ocupacional, Geriatria e tecnologia, Gerontologia biomédica, Ciências Sociais e Gerontologia, Comunicação e gerontologia;
Ciências Sociais	Ciências Sociais, Humanidades e tecnologias;
Comunicação	Ensino e tecnologia, Comunicação e educação, Turismo e internet, TICs e Educação, Comunicação, Inclusão Digital;
Ciências da informação	Ciência da Informação, Ciência da computação e educação, Biblioteconomia, Design, Tecnologias da Inteligência e Design Digital - TIDD, Informática e educação;



Educação	Educação inclusiva, Comunicação e aprendizagem, Inclusão Digital, Ensino e Tecnologia;
----------	--

Fonte: Elaboração própria.

Os artigos vistos trazem a interdisciplinaridade e a multidisciplinaridade como característica primordial, as discussões e desenvolvimento dos textos relacionam diretamente pelo menos duas áreas de conhecimento, a exemplo do envelhecimento e os processos comunicacionais. Seja na verificação de possibilidades motoras, de memória e psicológicas do idoso em direção a criação de ferramentas mais adequadas como também estudos que tentam verificar a possível queda cognitiva de idosos e a relação de tal fenômeno com a utilização do computador, telefone celular e a internet, identificando fatores positivos e negativos em tal relação.

A partir de uma abordagem quanti-qualitativa verificou-se também as vozes de idosos ativadas nos trabalhos vistos através desta revisão, a este dado dá-se centralidade a partir deste ponto com vistas à hipótese de trabalho do presente empreendimento. que considera a inclusão digital como fenômeno aproximador intergeracional e de (re)inclusão social.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Vozes dos idosos

Os grupos de pessoas idosas presentes nas pesquisas são buscados através de instituições que promovem algum tipo de atividade de inclusão digital ou testes relacionados a saúde cognitiva e psicológica, geralmente ligadas à universidades e programas de pós-graduação, 50 anos é a idade mínima das pessoas que participaram das pesquisas, tanto no Brasil quanto em Portugal. As falas dos idosos são vistas representadas por trechos de entrevistas em menos da metade dos trabalhos, comumente utilizadas para representar as categorias encontradas pelas respectivas pesquisas.

Assim, podemos ver o trabalho de Dias (et al., 2012) que teve por objetivo analisar a relação entre os seniores com o que chamam de tecnologias da informação e comunicação (TICs) em direção a inclusão digital, por meio de um estudo quanti-qualitativo que envolveu mais de 700 idosos das cidades de Coimbra, Porto e Lisboa, em Portugal, e percebeu também, além de motivações e interesses ligados aos usos de tais tecnologias, que incrementos trazem às relações intergeracionais e amicais (p. 27). Assim, trechos das entrevistas podem ser vistas.

“Não saio sem telemóvel. É o mais simples possível. Gosto de receber chamadas e telefonar. Não muito complicado, nada mais.” [Celeste, 67 anos, doméstica]
“Eu uso mais para falar com as minhas filhas... é só para falar com a família



e os amigos.” [Lurdes, 59 anos, reformada³)
“Agora tenho telemóvel. [...] às vezes telefono para as minhas amigas, às vezes quando vou a qualquer lado telefono para a tua madrinha [da filha] para ela me ir buscar.” [Dália, 78 anos, reformada] (DIAS et al., 2012, p. 71)

O artigo de Frias (et al., 2014) mostra uma pesquisa com idosos em situação de rua em um bairro na cidade de São Paulo, Brasil. Os indivíduos são atendidos por uma Ong, onde realizam algumas atividades, entre elas o acesso a internet através de computadores. Foram entrevistados 5 idosos que falaram sobre dificuldades, facilidades e estímulos em tal uso. As dificuldades estavam relacionadas à questões físicas ou cognitivas, falta de instrutor ou mesmo conhecimento no manuseio com a máquina (p. 799).

“A dificuldade está mais mental, no caso a gente já está com certa idade então fica mais difícil.” (Dif.2.1)
“[...] tem coisa que no caso você tem que treinar várias vezes [...]” (Dif.2.2)
“[...] as maiores dificuldades que tive foram as gravações dos nomes das redes sociais, porque não começa direto na internet, então tinha dificuldade de gravar aqueles nomes e sites que tinha que entrar [...]” (Dif.3.2)
“Eu aprendi a mexer no computador por conta própria, eu ia às empresas e mexia e aprendi.” (Fac.4.1)
“[...] eu abro e fecho com segurança, os e-mails [...]. [...] receber e-mail eu achei fácil [...]” (Fac.2.1)
“[...] Hoje me comunico com meus dois filhos pelo Facebook [...]” (Fac.3.2)
“[...] agora já aprendi um pouquinho. Então quando não sei alguma coisa ou não entendo, entro no Google [...]” (Fac.3.3) (FRIAS et al., 2014, p. 768-769)

O grupo de trabalhos que vêm das Ciências da Informação, estudos em design e especificamente da usabilidade, também são vistos. Assim, Anjos (2015) ao entrevistar pessoas com idade a partir dos 60 anos, em uma instituição de Florianópolis, identificou categorias de dificuldades no uso do telefone celular e fez recomendações de usabilidade quando do desenvolvimento de aplicações, de modo geral, tendo em vista a pessoa idosa (p. 790). Alguns depoimentos mostram as dificuldades e também facilidades, que traduzem tanto frustrações quanto autonomia.

“O celular é muito útil, mas é muito difícil de mexer. Acho que devia ser mais fácil.”
“Meus filhos me deram porque se preocupam comigo, mas eu não gosto. Acho muito difícil.” “[...] Eu não gosto de mexer porque tenho medo de estragar. Mas a minha filha não tem paciência para me ensinar. Então eu só disco e atendo ligações.”
“Eu acho fácil e não tenho nenhum problema com o meu celular. Uso a internet, o rádio e a agenda.” (ANJOS et al., 2015, p. 800)

Ferreira (2011) busca entender a representação social do idoso e a inserção no mundo atual, através da internet. Isto posto, foram entrevistadas 100 pessoas com idade a partir dos 65 anos, residentes no Distrito Federal, não analfabetos. Assim, concluiu-se que

³ Também significa aposentada ou pensionista. Em Portugal a idade mínima para se aposentar é 66 anos, com 15 anos de contribuição. Disponível em: encurtador.com.br/grDIO.



há um rompimento da visão negativa sobre o envelhecimento como fatalidade e solidão, a internet é vista como o abrir de portas à novas possibilidades em direção à inserção no mundo contemporâneo, “permitindo-lhes criar novos laços de amizade e novas interações sociais” (FERREIRA, 2011, p. 710).

“O dia todo fico sozinha, e com a internet eu não penso na minha solidão, pois entro em contato com um ou outro. Tem sempre gente pra conversar” (Sujeito Z, 68 anos).
“Com a internet, minha qualidade de vida melhorou muito. Me sinto útil, ajudo os outros passando minhas experiências pra eles. Eu sinto bem com isso” (Sujeito E, 90 anos).
“Durante o tempo em que estou na internet, eu não penso em nada, só em navegar na internet; e minha filha, como fico satisfeita, você nem imagina!” (Sujeito G, 78 anos).
“A internet é tudo pra mim, é alegria, é participação, é vida! Posso ficar o tempo todo e não me canso de acessá-la” (Sujeito Z, 78 anos).
“Hoje, eu tô cheia de colegas e quem sabe até de amigos, só porque um dia acessei o orkut e o msn” (Sujeito B, 80 anos).
“A internet me fez sentir competente naquilo que eu sei fazer, me proporcionou leitura, prazer, paixão em ajudar alguém” (Sujeito P, 71 anos).
“A internet pra mim é muito importante (...) tenho como entrar em contato com outras pessoas, me informar, fazer algo sem sair de casa” (Sujeito W, 80 anos). (FERREIRA, 2011, p. 709-710)

Em estudos como a tese de Krug (2017), das ciências médicas, e de Lindôso (et al, 2011), da gerontologia biomédica, as vozes dos sujeitos não são vistas de forma direta. Nos referidos estudos os resultados são apresentados através de métricas conseguidas por meio da Avaliação Funcional Breve, Teste de Percepção Subjetiva de Memória, Testes de Memória Lógica I e II e o Action Research Arm Test (ARAT), processos descritos e utilizados no estudo de Lindôso (et al., 2011), além da utilização do Mini Exame do Estado Mental (MEEM) no estudo de Krug (2017) que ajudou na avaliação do declínio cognitivo de idosos que utilizam a internet e praticam atividade física de lazer, em um estudo longitudinal. Lindôso (et al, 2011) teve por objetivo central “verificar a associação de percepção subjetiva de memória com a habilidade manual de idosos” (p. 303) e constatou que há uma pouca clara associação entre a habilidade manual, do lado direito principalmente, em relação à memória semântica e não episódica (p. 315). Entre outros objetivos, o estudo de Krug (2017) previu “estimar a associação entre o uso de internet e o ganho/perda cognitivo ao longo de quatro anos em idosos” (p. 5) e comprovou que “o uso da internet aumenta significativamente as chances de ganho cognitivo e diminui as chances de perda cognitiva em idosos e que o uso da internet influencia em um comportamento mais ativo em relação a atividade física de lazer” (KRUG, 2017, p. 6).

No trabalho de Fernandes e Ferreira (2012), o horizonte local do trabalho é visualizado - de Belém ou mesmo do Pará, foi o único artigo achado em que inclusão digital e idosos são as duas categorias em destaque e relacionadas diretamente, durante o período



investigado. Na procura por entender em que condições a inclusão digital de idosos ocorre na cidade de Belém, a autora e o autor investigaram onde atividades de informática para idosos era oferecida, entre instituições privadas ou não (FERNANDES; FERREIRA, 2012). Assim, selecionaram quatro unidades: Ver-o-sol, Bolonha, Uniterci e Case. Apenas no Bolonha e na Uniterci cursos de informática eram oferecidos apenas para idosos, no momento de realização da pesquisa (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 5). Após 101 entrevistas, por meio de um questionário com perguntas de natureza aberta e fechada, constataram que a participação feminina é maioria (74%), a maioria dos alunos têm contato primeiro com o computador através de tais cursos (65%), 66% deles acusaram utilizar a internet quase diariamente (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 5).

Mas o que estes idosos, moradores de Belém, dizem sobre a internet? Acusam como objetivos principais utilizar a internet para manterem-se atualizados e devido a comunicação mais barata e rápida que podem ter com amigos e familiares (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 6). Também acusam utilizar o correio eletrônico (89%), pesquisam e estudam através da internet (59%), usam redes sociais e salas de bate-papo (49%), sobre outros serviços como os bancários e compras, 3% e 14% os citaram, respectivamente - os motivos para os fazerem com pouca ou nenhuma frequência está ligado à questões de segurança (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 6).

“É muito prático se comunicar com quem está fora, enviando e-mails, cartão digital. Melhora a interação com amigos mais distantes que não vemos com frequência.” (R.F.M.R., 67 anos).

“Ficou muito mais barato e rápido falar com os meus filhos e amigos. Costumo trocar mensagens muito bonitas com meus amigos, e através do computador fico sabendo das novidades.” (F.M.C., 67 anos).

“Com a internet me comunico com as minhas filhas e netos. É um meio de comunicação melhor que o telefone porque podemos ver a outra pessoa.” (M.C.P.L., 68 anos). (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 7)

Quanto às dificuldades citadas pelos idosos (FERNANDES; FERREIRA, 2012) quatro grandes domínios são assinalados: aqueles ligados à dificuldade na memorização de sequências de comandos, questões relacionadas ao acesso ao computador e internet, considerações sobre o próprio curso de informática e sobre a didática oferecida que, por vezes, causa desistência quando não se adapta às necessidades específicas pela quais os idosos buscam tal atividade (p. 7). Os autores observam alguns dos ganhos obtidos pelos participantes idosos de cursos de informática e dizem terem “a possibilidade de aprender coisas novas e ter acesso a informações de forma instantânea” o que proporciona “uma ampliação de sua visão do mundo, e da cultura contemporânea, o que aliado ao conhecimento adquirido por eles durante a vida, melhora a consciência da sua condição na sociedade e possibilita manifestações de cunho político e cidadania” (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 8).



As falas dos idosos (FERNANDES; FERREIRA, 2012, p. 8) seguem chamando atenção para questões como atitude política e de direitos, a possibilidade de sair da “inércia”, retorno ao mercado de trabalho, oportunidades de comunicação e interação com pessoas, falam também sobre a autonomia conseguida, sobre a fatalidade do isolamento e melhora na confiança e autoestima a partir do contato com tais tecnologias de comunicação e informação, gratidão pelo reconhecimento da família, temas como a discriminação entre colegas de trabalho por não saber utilizar o computador ou a internet também são vistos (p. 8).

No geral, os estudos vistos nas mais diversas áreas do conhecimento percebem benefícios, dificuldades, influência social e cognitiva do uso da internet através do computador ou telefone celular, e muitas vezes abordam a inclusão digital da pessoa idosa como sinônimo de inclusão social, aproximação familiar e facilitadora na criação de novos laços. O que pôde-se perceber através das falas, mesmo fragmentadas, que propomos expor.

4.2 Idosos e Reconhecimento

A discussão, então, se esclarece à medida que se percebe no ato de aproximação do idoso com os meios digitais um tipo de busca por reconhecimento (HONNETH, 2003). Ao retomar Honneth (2003), pode-se compreender, em princípio, duas dimensões do reconhecimento aí presentes:

- 1) reconhecimento concernente às relações primárias: quando os idosos dizem utilizar a internet para aproximação com familiares, amigos e conhecidos, além de possibilitar novos laços;
- 2) reconhecimento social: quando as pessoas consultadas dizem utilizar tais meios para se atualizar, entrar em contato com o que está acontecendo no mundo através de portais de notícias ou todo o tipo de pesquisa que podem empreender na internet, como também quando citam utilizar suas redes conectadas para entrar em contato com outros idosos, como uma forma de autorreconhecimento a partir de um grupo.

No trabalho de Fernandes e Ferreira (2012) fica claro a possibilidade da autonomia trazida pelo uso da internet em direção a construção do cidadão idoso ativo, o que pode, ainda segundo os autores, motivá-lo à atividades políticas. Aqui percebe-se uma dimensão do reconhecimento (HONNETH, 2012) que é a adjudicação de direitos, um tipo de reconhecimento atravessado pela administração estatal e conseguida através de mediações políticas. A autonomia da pessoa idosa, enquanto grupo identitário forte na sociedade



brasileira e paraense, pode levar a uma discussão de qualidade à medida que estas vozes estejam cada vez mais ativas.

5. CONSIDERAÇÕES

A hipótese deste trabalho trata de várias questões que tentou-se elucidar e discutir através da revisão empreendida. Assim, pensou-se a pessoa idosa como aquela que está estacionada em um *status* inativo ao se aposentar, e é o que percebe-se através de alguns depoimentos que dizem estar na utilização de redes sociais e da internet, de modo geral, a possibilidade de sair de um tipo de inércia, a social. Sobre a exclusão social, entre outros fatores, ser motivada por questões econômicas não fica claro pois não é o foco dos trabalhos vistos nesta revisão. Contudo, questões econômicas são percebidas quando aposentados dizem precisar de computadores para acessar a internet mas não estão em condições financeiras para comprar. Algum tipo de afastamento físico e social faz com que os idosos, com frequência, acusem utilizar a internet em direção à aproximações familiares e amicais. Foi também proposto neste trabalho pensar o ambiente digital como aproximador intergeracional, o que parece ocorrer apenas na dimensão das relações primárias, pessoas idosas em contato com familiares (a exemplo de filhos, netos), não observou-se outros tipos de relação entre pessoas de diferentes idades. Outro ponto verificado a partir da hipótese de trabalho do presente artigo é se o ambiente virtual pode ser visto como meio de inclusão social: pode-se concluir que sim, a maioria dos trabalhos lidos têm considerações positivas quanto ao uso dos meios digitais - conectados ou não - em direção à inclusão social.

Viu-se que os idosos, no Brasil e o mesmo em Belém, vêm se aproximando dos meios digitais principalmente através de cursos de informática; aparentemente familiares ou pessoas próximas em geral não estão disponíveis, não têm paciência ou mesmo conhecimentos e didática necessários para ensiná-los.

A discussão proposta mostra que pesquisas futuras podem trabalhar tais horizontes a partir da Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth (2003) com vistas à entender, exclusiva ou de forma relacionada, como a pessoa idosa (1) trava contato com familiares, amigos, conhecidos ou mesmo partem para novos laços, através da internet, como se dá a (2) luta por direitos (direta e/ou indiretamente) também através de meios e ferramentas conectadas, como também procurar saber de que (3) movimentos, organizações e grupos fazem parte e se identificam através de redes na internet. Vê-se aí caminhos para empreendimentos de pesquisa em Comunicação e Informação que podem utilizar-se da Teoria do Reconhecimento, de viés social e de cunho democrático desenvolvido por Axel Honneth (2003). O que coloca-se está relacionado diretamente às três dimensões do



reconhecimento (HONNETH, 2012) e podem ajudar a compreender o que essa dinâmica de comunicação conectada em rede representa para grupos entendidos como excluídos.

6. REFERÊNCIAS

BRAGA, J. L. Constituição do campo da comunicação. **Verso & Reverso**, São Leopoldo, v. 25, n. 58, p. 62–77, 2011.

BARBOSA, A. F. (2014). **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação nos domicílios brasileiros**: TIC Domicílios 2014. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2015. (Como citas esse relatório no corpo do texto?)

COSTA, L.; GRIST, H. Ageing in a Network Society: An Introduction. **Networking Knowledge**, v. 10, n. 1, mar. 2017.

DIAS, I. O uso das tecnologias digitais entre os seniores. **Sociologia: Problemas e Práticas**, Lisboa, n. 68, p.51-77, jan. 2012.

FERNANDES, F. S.; FERREIRA, B. J. Inclusão Digital de Idosos: Um estudo sobre a Realidade do Município de Belém (Pa). **Novas Tecnologias na Educação**, Porto Alegre, v. 10, p.1-10, jun. 2012.

FERREIRA, M. A. S.; ALVES, V. P. Representação social do idoso do Distrito Federal e sua inserção social no mundo contemporâneo a partir da Internet. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v.14, n.4, p. 699-712, jan. 2011.

FRIAS, M. A. E.; PERES, H. H. C.; PEREIRA, V. A. G. Idosos em situação de rua ou vulnerabilidade social: facilidades e dificuldades no uso de ferramentas computacionais. **Revista Brasileira de Enfermagem**, São Paulo, v. 67, n. 5, p. 766-772, abr. 2014.

HONNETH, A. **Luta por reconhecimento**. São Paulo: Editora 34, 2003..

KRUG, R. R. **Impacto do uso de internet e da atividade física na função cognitiva de idosos**. 2017. 212 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Ciências Médicas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

LIMA JUNIOR, W. T. O surgimento da nova camada complexa da Web e a apropriação doméstica das tecnologias digitais conectadas. **Comunicação & Inovação**, São Caetano do Sul, v. 14, n. 27, p. 10–18, jul./dez. 2013.

LINDÔSO, Z. C. L.; CAMMAROTA, M. P.; ARGIMON, I. I. L. Percepção subjetiva de memória e habilidade manual em idosos de uma oficina de inclusão digital. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 14, n.2, p.303-317, jan. 2011.

MENDONÇA, R. F. Democracia e desigualdade: as contribuições da teoria do reconhecimento. **Revista Brasileira de Ciência Política**, v. 1, n. 9, 119–146, 2012.

OMS. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2015.

QUIROGA, T. (2013). **Pensando a episteme comunicacional**. 2. ed. Campina Grande: EDUEPB, 2013.



PIZZANI, L.; SILVA, R. C.; BELLO, S. F. A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.10, n.1, p.53-66, jul./dez. 2012.

SALOMÃO, D. (2011). Desigualdades sociais na área da saúde: terceira idade, reconhecimento e capital social. In: MARQUES, Â.; MATOS, H. (Org.). **Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública**. São Paulo: Summus Editorial, 2011. p. 293-316.



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSOS EM DISPUTA

MODOS DE FALAR E VER A AMAZÔNIA NA INTERNET: UMA ABORDAGEM INTERSUBJETIVA SOBRE CONSTRUÇÃO DE ESTIGMAS

Rebecca dos Santos Lima (Universidade Federal do Pará)¹
rebecca.limar@gmail.com

Manuela do Corral Vieira (Universidade Federal do Pará)²
manuelacvieira@gmail.com

RESUMO

Este trabalho busca compreensões sobre processos comunicativos em ambientes online que resultam em expressões de ódio através de estigmas acerca da população da Amazônia; caracterizada, por alguns, como “índios”. Nos interessa, portanto, refletir, à luz de um caso empírico para pensar de que forma discursos veiculados midiaticamente reforçam preconceitos e consolidam estigmas. Discutiremos esse fenômeno a partir de uma publicação feita no dia 21/08/2015, quando o perfil “Nicole Silva”, no Facebook, fez uma publicação na página da torcida do time paraense Paysandu, após um jogo ocorrido no dia anterior contra o Fluminense, no Rio de Janeiro. Na publicação, o perfil usa termos pejorativos para declarar repulsa contra a população paraense. A partir então de uma perspectiva fenomenológica, buscaremos refletir sobre alguns dos efeitos dessas (rel)ações online, enquanto atos de expressão e compartilhamento de sentidos e significados.

Palavras-chave: Mídia, Amazônia, Intersubjetividade, Estigmas.

1. INTRODUÇÃO

A Era da Informação constituiu um novo momento histórico, em que a base das relações sociais estabelece-se também através da informação e de sua capacidade de processamento e de geração de conhecimento. A este fenômeno, Castells (1999) denominou “sociedade em rede”; que teve como marco revolucionário a apropriação da internet. A sociedade em rede também é analisada por Lévy (1999) sob a denominação de

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação, Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Pará (UFPA), bacharel em Comunicação Social com habilitação em Relações Públicas, pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (IESAM), Brasil.

² Doutora pelo Programa de Pós graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal do Pará, professora na Faculdade de Comunicação (FACOM) e no Programa de Pós Graduação em Comunicação, Cultura e Amazônia (PPGCOM) da Universidade Federal do Para (UFPA), coordenadora do projeto de pesquisa Consumo, Identidade e Amazônia (CONSA), Brasil.



“cibercultura”, como um espaço de interações propiciado pela realidade virtual. Ao explicar o virtual, a cultura cibernética, onde as pessoas experienciam uma nova relação tempo-espaço, Lévy utiliza a mesma analogia da “rede” para indicar a formação de uma “inteligência coletiva”.

Apesar de as linhas de análise dos autores citados percorrerem caminhos diferentes, há uma questão na interseção entre seus pensamentos acerca dos estudos das tecnologias da comunicação: o impacto das tecnologias e das relações geradas a partir delas à vida em sociedade.

O avanço na difusão dessas tecnologias de comunicação e informação cria constantemente novos mecanismos de produção, circulação, transmissão e consumo de informação; tal como as plataformas de redes sociais virtuais. Tais espaços de interação representam também mudanças nas formas de organização social, política, representação, conversação e mobilização social. Atuando também como “marca, modelo, racionalidade produtora e organizadora de sentido” (Mata 1999).

Essas mudanças impactam e influenciam o processo de produção de conteúdos. Novos comportamentos emergem nos sites redes sociais virtuais, assim como novos atores, que ganham voz e visibilidade nesses espaços.

Este trabalho avança em questões abordadas em um estudo anterior³ e apresenta uma continuidade na busca por interpretações acerca de ações online, trazendo novas conclusões sobre o assunto. Interessa-nos, portanto, refletir, à luz de um caso empírico, sobre falas de ódio estigmatizadas sobre a população da Amazônia. E pensar de que forma discursos veiculados midiaticamente reforçam preconceitos.

Discutiremos esse fenômeno a partir de um escrutínio público ocorrido no dia 21/08/2015, quando o perfil “Nicole Silva”⁴, no Facebook, fez uma publicação⁵ na página da torcida do time paraense Paysandu, após um jogo ocorrido no dia anterior, entre os times Paysandu e Fluminense, pela copa do Brasil, no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro. Na publicação, o perfil usa termos pejorativos para declarar repulsa contra a população paraense, representada, neste caso, pelos jogadores do time do Paysandu; categorizados como “pretos” e “índios”.

³ Disponível em: <http://www.guaritadigital.com.br/casaleiria/acervo/midiaticom/anais/assets/basic-html/page-1193.html>

⁴ Optamos por divulgar o nome, pois após o ocorrido esclareceu-se que o perfil usava imagem e nome falsos.

⁵ Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/esporte/para/noticia-341412-.html>



Figura 1: Manchete da notícia que aborda comentários preconceituosos de torcedores do time Fluminense contra o time Paysandu.

Fonte: Diário do Pará Online⁶

2. CIBERESPAÇO E AS MÚLTIPLAS VOZES

O ciberespaço, no qual parte da sociedade contemporânea está imersa, para Pierre Lévy, especifica não apenas a estrutura material da comunicação digital, mas também o universo de informação que ela abriga, tal como aqueles que transitam e alimentam esse universo. Já é muito discutido que caminhamos por um processo não somente de universalização da cibercultura, na medida em que os processos comunicativos e de produção de conhecimento se tornam cada vez mais indissociáveis das ferramentas virtuais, mas também de reestruturação das relações sociais.

A cibercultura especifica o conjunto de técnicas (materiais e intelectuais), de práticas, de atitudes, de modos de pensamento e de valores que se desenvolvem juntamente com o crescimento do ciberespaço (Lévy, 1999, p. 17). Possibilitou-se novos espaços de conhecimento, emergentes, abertos, contínuos, em fluxo, não lineares, se reorganizando de acordo com os objetivos ou os contextos nos quais cada um ocupa uma posição singular (Lévy, 1999, p.158).

Por outro lado, o poder de difusão e reapropriação das mensagens lançadas ao mar de informações foram substancialmente amplificados em virtude de sua plasticidade e

⁶ Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/esporte/brasil/noticia-341297-.html>



fluidez, que conferem volatilidade e rapidez a esse processo. Podemos perceber o ciberespaço como aberto a muitas vozes e no qual o que é propalado atinge grande potencial de repercussão, ou seja, de ecoar, de replica-se e reapropriar-se para além do controle de quem o emite.

Esses novos espaços comportam, inevitavelmente, o estoque de conhecimento (Schutz, 2012) que nos é inerente socialmente, uma vez que indissociável de nós enquanto sujeitos sociais. Ele é “construído nas e pelas atividades vivenciadas por nossas consciências” (Schutz, 2012, p. 86), porém é uma região de coisas que são tomadas como dadas, com várias gradações de imprecisão, obscuridade e ambiguidade.

Tais espaços então fecundam todo tipo de comportamentos e de atores, que atuam de modo livre, segundo Raquel Recuero⁷ (2015), que em entrevista ao Jornal Zero Hora, apontou os comportamentos de ódio e preconceito enquanto recorrentes na sociedade, porém que não têm nela a mesma visibilidade que alcançam na vida virtual, onde essas demonstrações são exponencialmente crescentes.

Veza por outra essas expressões de intolerância rotineiras destacam-se, mobilizando as conversações cotidianas e o debate público, seja em sua defesa ou em tom de indignação. A mídia então adquire papel privilegiado na tematização e identificação dessas questões, seja pelo alcance, seja pelo potencial de pluralidade de vozes que os constituem.

Entre as diversas expressões de ódio, nos interessa aquelas que se direcionam à população da Amazônia. Por considerarmos a construção do estigma sobre essa região como uma complexidade, que pode se entrecruzar com diversos outros preconceitos, seja o de raça, de classe, ou mesmo os relacionados à pobreza e níveis intelectuais. Sendo, portanto, multifacetada e ultrapassando a noção de origem que lhe seria inata, e alcançando variadas dinâmicas discursivas e de poder.

2.1 Mídia e Amazônia

A construção deste trabalho pressupõe que os conceitos pré-concebidos, expressos através dos discursos hostis propagados pelos por esses atores absorvem e retroalimentam o discurso veiculado midiaticamente acerca do imaginário amazônico; quando a mídia de massa mostra a população da Amazônia como “*grupos congelados no tempo-espaço*” (Dutra, 2009, p. 12).

Os programas que têm a Amazônia como objeto de reportagens, revelam a visão que o pensamento hegemônico brasileiro mantém da região: permanente redescoberta,

⁷ Disponível em: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2015/05/o-discurso-de-odio-se-tornou-mais-visivel-diz-pesquisadora-4766057.html>



espanto, distanciamento, encanto e estranhamento (Dutra, 2009, p. 23-24). Um lugar exótico, social e culturalmente não incorporado ao todo nacional.

A mediação online desse estigma parece reforçar e reproduzir comportamentos vivenciados na sociedade, explicitando a percepção de determinados grupos sociais sobre a Amazônia e sua população. O que consolida o comportamento etnocêntrico e a visão hegemônica sobre a Amazônia, como observou Dutra (2009) ao analisar discursos de programas de televisão sobre a região. Onde índio e os demais povos tradicionais são abordados como algo exótico, pessoas invisíveis e ineptas para dar racionalidade econômica aos recursos naturais.

Para Pedro Gilberto Gomes (2006), os meios massivos acabam, pautando a conversação social com seu amplo poder de falar às massas, invadindo o espaço privado dos indivíduos, expandindo sua visão e sua opinião sobre os fatos. No conceito de midiatização proposto pelo autor, os meios funcionam na construção do imaginário social, produzindo reflexões e posicionamentos acerca dos acontecimentos.

Aumentando-se a visibilidade dessas falas de intolerância, ódio e preconceito, reproduzidas nas plataformas de sociabilidade online, intensifica-se também a exposição de estigmas sociais.

3. ESTIGMATIZAÇÃO E ÓDIO

No bojo das relações sociais, determinados traços de alguém podem ser fatores de atração ou repulsão, vindo a concentrar ou destruir possibilidades de atenção para outros atributos de alguém, afastando-o do convívio (Goffman, 1988). Aí se inicia o processo de estigmatização.

Com base nisso, fazemos vários tipos de discriminações, através das quais efetivamente, e muitas vezes sem pensar, reduzimos suas chances de vida: Construimos uma teoria do estigma; uma ideologia para explicar a sua inferioridade e dar conta do perigo que ela representa, racionalizando algumas vezes uma animosidade baseada em outras diferenças, tais como as de classe social. Utilizamos termos específicos de estigma como aleijado, bastardo, retardado, em nosso discurso diário como fonte de metáfora e representação, de maneira característica, sem pensar no seu significado original. (Goffman, 1988, p. 8)

Ainda conforme Goffman (1988), podemos compreender o estigmatizado como o que carrega sinal físico, mas também como aquele que expressa um signo, complexo de significações que permitem o reconhecimento através do estereótipo.

Em oposição aos “estigmatizados”, estariam os “normais”, assim chamados aqueles “como nós e os que não se afastam negativamente das expectativas particulares em questão”. Ressalte-se que o normal e o estigmatizado não seriam pessoas, mas



perspectivas geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuem sobre o encontro (Goffman, 1988, p.117).

Em uma perspectiva intersubjetiva, baseada em Schutz (2012) o mundo social no qual o homem nasce, é experienciado por ele como uma rede de relações sociais, de sistemas de signos e símbolos com sua estrutura particular de significados, de formas institucionalizadas de organização social, de *status* e prestígio, etc. O significado de todos esses elementos do mundo social em toda sua diversidade e estratificações é assumido como natural (Schutz, 2012, p. 92).

Eles são naturalizados porque foram testados ao longo do tempo e, sendo socialmente aceitos, dispensam explicações ou justificações. Isso caracteriza a intersubjetividade como cultura, como herança social, como modo de pensar contínuo e naturalizado.

De acordo com Schutz, os sujeitos no mundo social estão determinados por sua biografia; os sujeitos apreendem a realidade de acordo com a posição que ocupam no mundo e neste mesmo lugar se configura um *repertório de conhecimento disponível* que consiste no “armazenamento passivo de experiências” (Schutz, 1932, p. 107). Graças a essa reserva de conhecimentos, os sujeitos podem compreender novos fenômenos sem que necessitem iniciar um processo reflexivo para ordenar cada uma das experiências novas que encontrem.

Dizer que uma situação é biograficamente determinada é afirmar que ela possui uma história; ela é a sedimentação de todas as experiências prévias do indivíduo (Schutz, 2012, p. 85), dentre as quais há um sistema de relevâncias que, por sua vez, determina quais elementos devem ser transformados em uma espécie de “tipificação generalizadora”.

Enquanto que para Lebrun (2008), o ódio está estritamente vinculado à violência; está presente em nosso cotidiano, em nossos erros, em nossa agressividade, no tom da nossa voz, em nosso desejo de dominar, na maneira pela qual nos dirigimos ao outro. Sendo ele externado, principalmente, no encontro com o outro.

Lebrun (2008) compreende o ódio enquanto oriundo da opressão, por considerar a sociedade responsável por impor normas, instituições e mandamentos ao sujeito. O qual precisa viver de acordo com esses padrões e limites, restringindo suas ações e pensamentos. Segundo o autor, “a civilização nos impõe sempre um gozo a menos, uma falta, uma restrição e a isso respondemos com ódio” (Lebrun, 2008, p. 9). Essas restrições, entretanto, parecem diluir-se no ambiente virtual. Pois suas características permitem muito menos vigilância e controle, possibilitando assim um risco menor de punição.



4. ANÁLISE

No dia 21/08/2015, um perfil nomeado “Nicole Silva”, dentro do site de rede social *Facebook*, publicou um comentário na página (“Campeão dos campeões”) da torcida do time Paysandu, clube paraense de futebol, após um jogo ocorrido no dia anterior, entre os times Paysandu e Fluminense, pela Copa do Brasil, no estádio do Maracanã, no Rio de Janeiro.

Na imagem abaixo, a responsável pelo perfil, que depois foi caracterizado como falso, tece comentários repletos de termos pejorativos contra a população paraense, representada neste caso, pelos jogadores do time do Paysandu, categorizados como “pretos” e “índios”. A publicação obteve grande repercussão e acabou ganhando destaque nacional.



Nicole Silva

Onde já se viu índio ter internet?
brincar bola num estadio
prestigiado?, pra mim índio e preto
tem que ser como no Brasil colonia,
um bando de escravos malditos,
índio tem que ser gandula e não
jogador, preto tem que ser catador de
lixo, índio e preto não são humanos,
são animais, merecem se foder,
Belém do Pará não é uma cidade, pra
nós é um chiqueiro fedido, bando de
animais, o RJ tem nojo de vcs,
escravos safados, vão trabalhar na
colheita já! #pronto #Falei
#Indignada

Figura 2: Publicação ofensiva contra a população paraense
Fonte: Diário do Pará Online⁸

Na imagem, “Nicole Silva” se apropria de um perfil no *Facebook*, para, gratuitamente, declarar falas de ódio através desse espaço de interação. Nota-se a reprodução de uma ideia intersubjetiva quando se refere aos paraenses como “índios”. Ideia absorvida como verdade pronta, pouco discutida, pouco contestada, como relatou Dutra (2009), sobre uma região distante cultural e socialmente, não incorporada ao todo nacional.

Baseando-se nesse raciocínio, podemos inferir que os estigmas funcionam como vozes que ecoam. Que aparentam serem externas ao sujeito e que ressoam, sem poder ter-se precisão do seu início ou fim. Os discursos que consolidam determinados estereótipos lhe concedem um tom de verdade, de solidez, que ao mesmo tempo se vale da repetição

⁸ Disponível em: <http://www.diarioonline.com.br/esporte/para/noticia-341412-.html>



para mascarar sua fragilidade. Como meio de encobrir sua fragilidade e autorreferencia-se: é verdade porque sempre foi repetido, se repete porque é verdade.

Porém para aquele que o repete, parece haver algum tipo de ganho. A adoção da fala arrogante pelo agente traz alguma segurança e controle ilusório ao acessar, através da construção estigmatizada, integral conhecimento sobre alguém ou sobre um grupo, colocando-o em uma posição de superioridade.

O sistema de conhecimento então adquirido intersubjetivamente, do qual tratou Schutz – incoerente, inconsistente e apenas parcialmente claro – faz com que “Nicole Silva” reproduza padrões culturais absorvidos inteiramente prontos, como um guia não questionável para todas as situações que normalmente ocorrem na vida social. O conhecimento vinculado a um padrão ancestral carrega em si mesmo sua evidência – ou melhor, é tido como certo na ausência de uma evidência em contrário (Schutz, 2012, p.93). A partir daí se intensificam e se replicam os estigmas sociais, sendo então produtos genuínos da intersubjetividade.

A intersubjetividade requer, portanto, interação e em toda situação de interação se produz um contato intersubjetivo (Garcia, 2009). Segundo Schutz, qualquer forma de interação tem sua origem nas construções da compreensão do outro, de modo que qualquer interação entre sujeitos pressupõe uma série de construções de sentido comum.

A criação do consenso em torno dos significados da realidade social é resultado das interações que participam os sujeitos, de modo que o mundo da cotidianidade só é possível se existe um universo simbólico de sentidos compartilhados, construídos socialmente e que permitem a interação entre subjetividades diferentes.” (García, 2009, p. 29)

A proposta sociofenomenológica põe ênfase na interpretação dos significados do mundo e as ações de interações dos sujeitos sociais e não tanto nos sistemas funcionais que se dão na vida em sociedade. A sociologia fenomenológica nos serve fundamentalmente para explorar o que conhecemos como comunicação interpessoal.

Do mundo conhecido e das experiências compartilhadas pelos sujeitos, se obtém os sinais e as indicações para interpretar a diversidade de símbolos. Isso aponta para as bases da sociologia fenomenológica, da qual falou Schutz, e o espaço conceitual da comunicação: os sujeitos compartilham experiências, interagem e se comunicam, e como produto dessas situações de interação, obtém os sinais necessários para compreensões (Garcia, 2009, p.26).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS



A mediação online de um discurso discriminatório reproduzem comportamentos vivenciados na sociedade, explicitando e ampliando a percepção de determinados grupos sociais sobre a Amazônia e sua população; o que, muitas vezes, consolida um comportamento etnocêntrico e o discurso homogêneo e hegemônico sobre a Amazônia. O discurso contido no caso analisado evidencia a forma como determinados grupos sociais concebem a Amazônia e seus povos. O índio e demais populações tradicionais são abordados como algo exótico, pessoas invisíveis e ineptas para dar racionalidade econômica aos recursos naturais e, tampouco, aptos a ganhar relevante destaque fora de sua geolocalização.

As plataformas sociodigitais geraram grandes mudanças na forma de sociabilidade entre os indivíduos e, com isso, a recorrência falas de ódio e de violência simbólica tende a ser intensificada nesse ambiente, como Raquel Recuero mencionou, em entrevista; já que as barreiras de interação social entre os atores estão reduzidas nessas plataformas.

Também é importante observar como os perfis são constituídos nessas redes, pois nos sites de redes sociais, o ator pode construir uma representação de si falsa (*fake*), como foi o caso de “Nicole Silva”, e dessa forma ficar protegido pelo anonimato. Assim podendo reproduzir com mais facilidade escrutínios sem ser “punido”⁹ e, conseqüentemente, expor e reforçar os estigmas sociais.

Dessa forma, publicações como essa tendem a objetificar e distanciar aqueles que estão sendo estigmatizados.

Essa Amazônia estereotipada, inalterada desde a colonização, é a imagem que tem quem a desconhece. Quando o Manuel Dutra (2009) disse que “na atualidade, o imaginário alimenta o discurso da mídia”, talvez possa-se dizer que, da mesma forma, a mídia alimenta o discurso do imaginário. E atores nos espaços virtuais o reproduzem.

Dito tudo isso, se pode afirmar que a comunicação, desde o enfoque sociofenomenológico, é intersubjetividade, é relação de sujeitos que se assumem similares a seus interlocutores e ato significativo de expressão de sentidos sobre o mundo da vida cotidiana. É fluxo de consciência entre semelhantes, ação de compartilhar sentidos e cenário comum de significados (García, 2009).

De acordo com Marta García (2009), se compreendermos o sujeito como um ator social em permanente interação com os *outros*, não se pode ignorar a importância da comunicação midiática na construção de sentidos e significados. Portanto, produzimos informação, conhecimento e significado não somente pelo que experimentamos diretamente

⁹ O termo “punido” foi utilizado entre aspas, pois a legislação para crimes virtuais no Brasil ainda é limitada. E a postura adotada pelos sites de redes sociais contra os usuários que infringem os termos de uso (normas de conduta) do sistema, é a simples expulsão; chamada de banimento.



por meio da experiência empírica cotidiana, mas também através das mensagens que os meios midiáticos constroem e difundem.

Como se observou, os sujeitos interagem e estabelecem relações intersubjetivas, que requerem um acervo de conhecimento, de um repertório de conhecimento disponível, que provém não somente das interações cotidianas com outros, mas também da exposição dos atores às mensagens propagadas pelos meios de comunicação.

Se anteriormente havia concentração na produção e difusão de mensagens, através da imprensa e demais meios de comunicação de massa, como a televisão e o rádio, o formato atual do poder de fala sofreu uma revolução: aqueles que têm acesso ao ciberespaço possuem inúmeras plataformas de manifestação, tendo a possibilidade de formar uma rede de apoiadores de suas ideias e ter gozo de alguma autoridade.

REFERENCIAS

CASTELLS, Manuel. 1999. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra. v. 1.

DUTRA, Manuel Sena. 2009. **A natureza na mídia: os discursos da TV sobre a Amazônia, a biodiversidade, os povos da floresta**. São Paulo: Annablume.

GARCÍA, Marta Rizo. 2009. **Sociología fenomenológica y sus aportes a la comunicación interpersonal y mediática**. Fronteiras – estudos midiáticos, vol. 11, n. 1, p. 25-32.

GOFFMANN, E. 2008. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4 Ed. Rio de Janeiro: LTC.

GOMES, Pedro Gilberto. 2006. **A filosofia e a ética da comunicação na midiatização da sociedade**. São Leopoldo: Unisinos.

LEBRUN, J. P. 2008. **O futuro do ódio**. Porto Alegre: CMC.

LÉVY, P. 1999. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34.

MATA, Maria Cristina. 1999. **De la cultura masiva a la cultura mediática**. Diálogos de la comunicación, Lima: Felafacs, n.56.

SCHUTZ, A. 1993 [1932]. **La construcción significativa del mundo social: introducción a la sociología comprensiva**. Barcelona, Paidós, 304 p.

_____. 2012. **Sobre fenomenologia e relações sociais**. Petrópolis: Vozes.



GT 06 - A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSOS EM DISPUTA

COMUNICAÇÃO DO CONHECIMENTO AMBIENTAL NA AMAZÔNIA: ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS E DISCURSO NO SITE DO GREENPEACE BRASIL

Douglas Junio Fernandes Assumpção (UNAMA |UTP)¹
rp.douglas@hotmail.com
Analaura Corradi (UNAMA)²
corradi7@gmail.com

RESUMO

Este artigo visa retratar como os sites, que abordam a temática do desenvolvimento informacional sobre o meio ambiente sobre a região Amazônica. Nesta pesquisa analisa-se o site do Greenpeace Brasil – www.greenpeace.com.br - com a proposta de estabelecer um processo de categorização do mesmo, a fim de verificar as abordagens sobre meio ambiente e a Amazônia e contextualizar as estratégias de comunicação utilizada. O modelo de análise aplicado tem o foco, no primeiro momento, a técnica de análise heurística de Nielsen (2000) que permite um processo de apreciação detalhada da interface e no segundo momento é a análise de conteúdo de Bardin (2011) identificando as categorias comunicacionais e contextualização de suas estratégias de comunicação. Mostrando que o site do Greenpeace Brasil, utiliza-se de recursos comunicacionais digitais, a fim de legitimar o conhecimento e informação com seu público sobre o meio ambiente e região Amazônica.

Palavras-chave: Amazônia; Interfaces; Processos Comunicacionais; Greenpeace Brasil

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é parte da tese de doutorado, em desenvolvimento, intitulada: “A (In) Visibilidade Da Amazônia: Realidade E Fantasia Construídas Através Dos Sites Das Agências De Cooperação Internacional”. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a interface e estrutura de navegação do site GREENPEACE BRASIL, afim de perceber o discurso e as práticas comunicacionais envolvidas no planejamento da interface web. Para isso, considerou-se o aspecto do conteúdo como forma de expressão do discurso da comunicação institucional da organização.

¹ Doutorando em Comunicação e Linguagens pela Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Mestre em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (Unama). Graduado em Comunicação Social: Habilitação em Relações Públicas e Multimídia pelo Instituto de Estudos Superiores da Amazônia (Iesam). Integrante do Grupo de Pesquisa Capital Social e Cultural no contexto midiático contemporâneo (UNAMA) Brasil, E-mail: rp.douglas@hotmail.com

² Doutora em Ciências Agrárias na área de Agroecossistemas da Amazônia –UFRA/Pa, jornalista, professora/pesquisadora titular da Universidade da Amazônia – UNAMA nos cursos de Graduação em Comunicação Social e Coordenadora do Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura e Líder do Grupo de Pesquisa Capital Social e Cultural no contexto midiático contemporâneo (UNAMA); Brasil, E-mail: corradi7@gmail.com



O layout do site apresenta ao interagente, uma panorâmica geral do site, colocando rapidamente cerca das principais informações e/ou serviço e ações do Greenpeace. Assim como as demais páginas, que compõem a estrutura do site, evidenciam um arcabouço informacional instantânea ao interagente.

A estrutura do processo criativo de *site* ocorre de modo semelhante ao processo de criação voltado ao mercado da comunicação. O profissional, que é designado para elaborar as estratégias comunicacionais e de navegação, irá desenvolver o projeto que precisa considerar: objetivos de marketing e comunicação, público-alvo, conteúdos, formatos e respostas.

No entanto, é importante lembrar, que a internet é uma mídia, que tem uma linguagem e formato próprios. Então os profissionais que desenvolvem projetos devem estar atentos a isso, visto que, a utilização da experiência em outras mídias, algumas vezes, acaba sendo catastrófica, pois a internet pede uma abordagem distinta. (ASSUMPÇÃO e VILLEGAS, 2012).

No processo metodológico, aplicou-se análise de heurística, proposta por Nielsen (2000) e, aos discursos transmitidos pelo site, a análise de conteúdo de Bardin (2011). Esta pesquisa vai ao encontro da estrutura de navegação, considerando o aspecto do conteúdo como forma de expressão do discurso do Greenpeace Brasil na divulgação do conhecimento sobre o meio ambiente em especial na região da Amazônia.

Para analisar o site do Greenpeace na difusão do conhecimento ambiental na Amazônia este artigo está estruturado nos seguintes tópicos: 2. Amazônia em Debate Internacional; 3. Estratégias comunicacionais nos sites 4. Processo metodológico; 5. Estudo do Site Greenpeace e as considerações finais.

2. AMAZÔNIA EM DEBATE INTERNACIONAL

Nos últimos anos, questões como desmatamento, mineração, preservação ambiental, construção de hidrelétricas vêm sendo constantemente pautados na mídia nacional, e conseqüentemente internacional. Os meios de comunicação de massa transmitem discursos que os amazônidas não possuem a capacidade de cuidar da natureza. O discurso internacional relaciona que a preservação vegetal, animal e mineral da floresta devem ficar intactos e não devem suprir as necessidades básicas do ribeirinho. No entanto, para Rother (2007, p.283) muitos brasileiros não conhecem pessoalmente a Amazônia e acreditam que “muitos estão convencidos de que os estrangeiros estão trabalhando para minar a soberania brasileira na região, de modo que possam assumir o controle”. De acordo com a pesquisa de Beltrão (2006) sobre o desenvolvimento sustentável e o papel da mídia na Amazônia, a função da imprensa é educar o público a respeito das necessidades



econômicas e desafios ambientais. A autora argumenta que é necessário o aperfeiçoamento de jornalistas especializados em ciência e meio ambiente, para que os brasileiros e a comunidade internacional compreendam melhor as dificuldades do desenvolvimento da região.

O meio ambiente é na maioria das vezes vinculado como assunto mais importante ao elencar assuntos sobre a região. Destacam-se a presença de grandes números de reportagens sobre desmatamentos, queimadas, flora e fauna, manutenção de tribos de indígenas, exploração de madeira e biodiversidade. Tal ponto pode-se observar quanto, Assumpção Et.al, (2015 p.185) relata que “ A Amazônia é vista nas reportagens como um espaço isolado, portanto deve ser retratada como um espaço muito mais complexo do que uma área composta de rios, matas e animais, e sim que envolve também uma população formada por diversas raças e tipos de pessoas.”

Frequentemente encontra-se esta criação da identidade amazônica na televisão, que utiliza de recursos de imagens para associar a este perfil. Daí a necessidade de que a mídia tanto nacional como a internacional busque compreender e expor os problemas sociais e econômicos da região amazônica.

A atuação dessas agências, sejam financeiras ou de cooperações técnicas, utiliza-se de estratégias comunicacionais. Atualmente, as mais comuns são as relacionadas à internet, em suas mais variadas formas de expressão, portanto, fundamentado em (PRESSLER, 2010 p. 216) que relata: [...] a comunicação para a difusão do conhecimento nesse campo ainda é um desafio para organizações brasileiras e estrangeiras, pois a Alemanha, apesar de todo aparato, revelou durante Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG7), problemas de silenciamento e opacidade na forma de divulgar as informações.

Nota-se que as notícias “silenciadas opacas”, encontram-se um contexto midiático, na qual os sites de notícias em especial, os próprios sites institucionais, se utilizam de ferramentas estratégicas comunicacionais, para evidenciar os o discurso institucional partir da interface web, que parte desde a elaboração visual, cores, layout, percepção de navegação até ao contato final do site com interagente.

3. ESTRATÉGIAS COMUNICACIONAIS NOS SITES

Quando se cria, produtos comunicacionais, para internet normalmente o mercado empresarial, especial às organizações que almejam uma visualidade maior no



mercado competitivo, envolve-se no mundo digital, como um único objetivo: a venda ou divulgação de produtos ou serviços. O profissional que irá desenvolver o *site* – que objeto de estudo - precisa estar preocupado em traçar estratégias que atinjam os objetivos mercadológicos de seus clientes.

No mundo globalizado, o uso de ferramentas de multimídia por empresas tornou-se uma necessidade para que possam competir e sobreviver com seus produtos ou serviços no mercado. A respeito disso, Bairon (1995, p.97) menciona:

A curto prazo a multimídia tem seu valor primordial, em nível de marketing, exatamente por oferecer uma grande diferenciação tecnológica frente ao mercado. Uma empresa que venha a ser pioneira na utilização de material multimídia, com certeza estará na vanguarda no processo de comunicação, isto porque o material interativo oferece maior possibilidade de entrosamento do consumidor com o produto ou serviço, exatamente por se ter a oportunidade de viver uma consequente simulação.

Assim, de acordo com um plano de marketing, as empresas veem na multimídia uma forte ferramenta na concretização de seus negócios, e maior aproximação com seus consumidores, criando um canal de comunicação.

Desse modo, o *webdesigner* precisa utilizar as ferramentas adequadas para solucionar o problema de seu cliente. Quando fala -se em criatividade, esta se referindo à técnicas de solução de problemas. Para Plaza e Tavares (1998 p.67), a criatividade pode ser definida:

Como uma reorganização dos dados, no intuito de os associar e de os combinar para a solução de problemas...O criar estaria justamente relacionado com o ato de reorganizar este campo de percepção, constituindo uma nova ordem, uma nova idéia, a partir de dados já conhecidos

A estrutura do processo criativo e produtivo do *site* ocorre de modo semelhante ao processo de criação voltado ao mercado da comunicação. O profissional que irá desenvolver o projeto precisa considerar: objetivos de marketing e comunicação, público-alvo, conteúdos, formatos e respostas.

No entanto, é importante lembrar, que a internet é uma nova mídia, que tem uma linguagem e formato próprios. Então os profissionais que desenvolvem projetos devem estar atentos a isso, visto que, a utilização da experiência em outras mídias, algumas vezes, acaba sendo catastrófica, em especial na internet, qual é necessário ter uma abordagem diferenciada na forma com que apresenta suas linguagens.

Desta forma é comum verificar estratégias de comunicação como: composição visual, *layout*, cores, imagens e textos, *hiperlinks*, vídeos dentre outros. Neste trabalho caracteriza estes elementos como infográficos dinâmicos, que segundo (Teixeira, 2010) trata-se de recursos multimídia que compõe a estrutura do site.



Nilsen (2011) estabelece uma proposta de elaboração de site em que o homem deve obter um conhecimento das linguagens adequadas a cada público, das ferramentas de *softwares* e de suas técnicas assim diversas características que identificam atratividade e a percepção de navegação/usabilidade para os interagentes. Optou-se pelo termo interagente, nesta pesquisa, pois trata-se dos internautas ou usuários, que é um participante ativo que é produtor de informações.

A máquina criativa é composta por: *softwares* - programas que proporcionam o critério estético para diferentes tipos de informação; hardware – computador que processa a informação; e os sistemas operacionais – que controlam os dois elementos anteriores (Plaza e Tavares, 1998).

4. PROCESSO METODOLÓGICO

Este material apresenta um estudo de caso que analisa o site do Greenpeace Brasil – www.greenpeace.com.br. A elaboração dos processos metodológicos fundamenta-se na proposta de análise do site, proposta por Nielsen (2000), que trata-se da Heurística. No levantamento dos discursos transmitidos pelo site, aplica-se a análise de conteúdo de Bardin (2011). Inicia-se apresentando a estrutura de navegação do site, onde foram considerados os aspectos do conteúdo como forma de expressão do discurso, disponível no site do Greenpeace Brasil, na divulgação do conhecimento sobre o meio ambiente em especial na região da Amazônia.

Para evidenciar as categorias do site contando com o apoio do sistema *NVivo*³ para auxiliar no levantamento das informações. Este estudo foi realizado no período de 10 a 15 de setembro de 2017 e foi dividido nos itens de seu projeto gráfico, envolvendo questões estéticas e comunicativas, sua estratégia de navegação dentro de todo o processo de comunicação

5 SITE GREENPEACE BRASIL

O Site do Greenpeace Brasil – www.greepeace.com.br -, apresentados na figura 01, refere-se, a página principal, onde apresenta-se o *design* da página e, conseqüentemente, os menus principais, banners, áreas de conteúdo; na *homepage*.

Figura 1 -Versão da homepage do website IMAZOM, publicada 10 de Setembro de 2017



³NVivo é um software de análise de conteúdo disponível em: <http://www.qsrinternational.com/>



Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>

A página principal, *homepage*, apresentada na figura 1, proporciona uma visão geral do site, observando assim o menu principal que está localizado na parte superior do site.

No canto superior, à esquerda, apresenta-se o logo do Greenpeace Brasil.

No canto superior direito, pode-se observar o sistema de busca do site, área que permite ao usuário realizar uma pesquisa pelo site utilizando palavras-chaves, tendo acesso às documentações e outros materiais disponibilizados pelo site e sites parceiros da organização.

Cada um dos menus principais dispostos na *homepage* são *links* que direcionam às páginas internas do site. Na figura 02, observa-se cada assunto tratado no menu, foi direcionado um conteúdo específico.

Figura 2 -Menu Principal do Greenpeace



Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>

Assim, apresentam-se algumas interfaces para se ter uma dimensão da estrutura básica da navegação. No caso de “QUEM SOMOS”, “O QUE FAZEMOS”, “PARTICIPE” e



“BLOG” são links, que caracteriza o menu principal, permitindo acesso a outros submenu com extensão pertinente ao conteúdo proposto.

A fim de que o interagente mantenha-se atualizado, a *homepage* apresenta uma área destaque aos conteúdos publicados nos campos ÚLTIMAS ATUALIZAÇÕES, sendo subdividas por categorias de interesse.

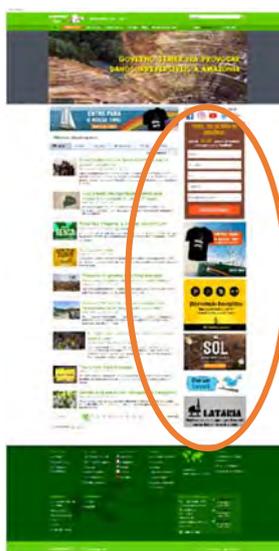
Figura 2 –Área de notícias: ultimas atualizações



Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>

Dividida em: “NOTICIAS”, “FOTOS”, “VIDEOS”. “PÚBLICAÇÕES”, “TUDO” e “BLOG” o site traz um sistema de acesso rápido ao conteúdo, em diversas plataformas, para que interagente possa de modo simplificado selecionar o tipo de conteúdo que procura.

Figura 3 – Localização dos demais recursos comunicacionais





Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>

Na figura 03, circulado em laranja, evidencia os links para redes sociais do Greenpeace, contato com presidente, apresentação de projetos e ações desenvolvidas pela organização.

Na figura 04, apresenta a base do site, qual observa-se que este composto de todos os elementos de navegação, caso durante a “viagem” pelo site, o interagente necessite de um acesso rápido a uma determinada informação.

Figura 4 – base do site Greenpeace



Fonte: <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/>

Observa-se que o Site do Greenpeace Brasil, quando ao seu planejamento de estrutura e informacional, tem a preocupação de cativar o interagente pelos detalhes e recursos multimidiáticos. Após esta apresentação de do site, de forma sucinta, seguimos para análise Heurística do site.

5.1 Análise Heurística do site Greenpeace

Ao elaborar de um site, seja ele de qualquer esfera temática, manter-se conectado com a percepção que interagente irá percorrer o site é fundamental, pois através de recursos, muitas vezes minimalista e possível prendê-lo interagente por mais tempo. A proposta heurística de Nilsen (2000) apresenta vários tópicos buscando delimitar formas de usabilidade de um interagente, apresentada sinteticamente no quadro 1.

Quadro 01 – Análise heurística do site Greenpeace Brasil

TERMO	ANALISE
Visibilidade Estado do	Durante a navegação, não foi identificado erros no sistema, todos os links estavam atendendo e



TERMO	ANALISE
Sistema	respondendo adequadamente.
Correspondência entre o Sistema e o Mundo Real	Faz jus a um vocabulário adequado e ao uso de suas nomenclaturas que, quando aplicadas, mantêm o usuário informado de seu significado.
Controle e Liberdade Usuário	Fornecer alternativas e “saídas de emergência”. Como exemplo, o logotipo funciona como uma saída de emergência para a página principal do site. Tanto no top e na base do site
Consistência e Padronização	Mantém uma lógica visual, obedecendo a sua identidade sem páginas estruturadas diferentemente da proposta.
Prevenção de Erro	Não apresentou erros
Ajuda aos Usuários para Reconhecerem, Diagnosticarem e Recuperação de Erros	Não se aplica para o site do Greenpeace o mesmo não apresentou erros durante a navegação que possibilitou a avaliação deste campo
Reconhecimento em vez de Memorização	Site conta com recursos simbólicos e textuais que auxilia o interagente a navegar tranquilamente pelo site.
Flexibilidade, Eficiência de Uso	Embora seu Layout apresente de forma “limpa” seus recursos são bem estruturados que mantem uma navegação simples e eficiente.
Design Estético e Minimalista	Além de manter um design que respeita sua identidade visual, quanto instituição, o site apresenta, detalhadamente mapa do site que ajuda rapidamente o interagente na navegação rápida.
Ajuda e Documentação	O site o greenpeace apresenta sistemas de busca, que ajudam o interagente a localizar material e/ou assunto específico no site

Fonte: adaptado de Nilsen(2010) por Assumpção 2017

5.2 Análise do Conteúdo do Site Greenpeace Brasil

A leitura realizada, no dia 13 de setembro de 2017, no site do Greenpeace, identificou um conteúdo pertinente à área de atuação da organização. O procedimento de coleta de dados se fundamentou nos recursos disponíveis no sistema NVivo, que auxiliou identificar os termos mais publicados no site em toda sua estrutura e texto, destaca-se que não foram objetos as matérias jornalísticas pois o foco está no discurso institucional no site, que resultou nas subcategorias.



Quadro 2 - Síntese da Análise de conteúdo realizada por Quadro de Categorias Greenpeace Brasil

CATEGORIAS	CONTEÚDOS
Energia /Energética	Esta categoria em destaque ENERGIA e ENERGETICA e dado os desenvolvimentos de projetos do Greenpeace junto a universidades e outras instituições afim de repensar a forma de produzir energia.
Brasil/ Brasileiro	Esta categoria vem afirmar o desenvolvimento e aplicação de atividades que o Greenpeace vem desenvolvendo junto com o Brasil. Qual vem de encontro a importancia da atividades de educação ambiental para com o Pais. Esta categoria é evidenciada nas areas : IMPRENSA, AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO, ENERGIA e MEGACIDADES
Greenpeace	É o nome da Instituição. Portanto, manisfeta-se no site em muitos momentos a delimitação entre a política organizacional e o seu discurso. A logomarca da sigla GREENPEACE é utilizada no cabeçalho do site, se mantendo em todos os espaços percorridos pelo internauta. Enquanto citação, se sobresai as áreas TRANSPARENCIA DE CONTAS, MISSAO E VALORES e E AGRICULTA E ALIMENTAÇÃO.
Desenvolvimento/ Desenvolvimento Sustentável	Com poucos projetos em desenvolvimento o Greenpeace Brasil torna-se uma das principais fonte informacionais sobre DESENVOLVIMENTO e DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL no Brasil. Pois o discurso instalado no site mostra a preocupação de mostra o que vem sendo desenvolvido por eles e/ou insituições parceiras para pensar um meio ambiente mais sustentavel
Desmatamento	Esta categoria ocorre como contra-argumento da categoria reflorestamento, uma vez que o site foca em assunto de conservação das florestas. Desmatamento obteve maior incidência no IMPRENSA, AMAZONIA.

Fonte: Assumpção, 2017.

Nota-se que no Quadro a categoria ENERGIA/ENERGÉTICA apresentou uma frequência em 24 enunciados que podem ser encontrados em grande escala na área de atuação e projetos da organização.

Com 17 enunciados, a categoria BRASIL/BRASILEIRO relata a preocupação produzir informações pertinente ao Brasil, uma vez que o Greenpeace possui projeto e escritório situados nos pais.

GREENPEACE é uma categoria, embora apresentando 16 enunciados em todo o site. Percebe-se durante a pesquisa que a organização se manifesta várias vezes no site fim evidenciar projetos e ações ambientais que faz parte. DESENVOLVIMENTO E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL foram escolhidos como categorias por apresentar um enunciado que, em sua essência, vem acompanhado pela categoria SUSTENTÁVEL, que demonstrou 7 enunciados durante a pesquisa.



A categoria, DESENVOLVIMENTO, apresentou 8 enunciados. Porém, grande parte do conteúdo analisado e exposto no site, relativo à categoria DESENVOLVIMENTO, sempre relacionava conteúdo voltado ao meio ambiente.

DESMATAMENTO se caracterizou como categoria com 10 enunciados, relatando a preocupação da organização com a natureza, em especial na Amazônia, onde a categoria se apresenta fortemente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os meios de comunicação transformaram-se em conglomerados de mídia; métodos e processos foram reorganizados. Desse modo, a informação tornou-se um produto supervalorizado na sociedade de consumo e passou a ser customizada. Essas mudanças, nas esferas tecnológicas, culturais e interpessoais criaram práticas, influenciando profundamente a maneira de se comunicar e produzir conhecimento.

“Os homens criam as ferramentas. As ferramentas recriam os homens” McLuhan (1964) define bem o contexto que se vive até hoje. Com o advento da Internet e das infográficas dinâmicas e na composição dos sites. Percebe-se que a produção do conhecimento, pelas Agências de Cooperação Internacional, cria novas percepções de veracidade sobre a região amazônica.

Assim região Amazônia faz parte desta produção de conhecimentos em diversas plataformas comunicacionais, qual procura-se legitimar a construção de região a partir de do ponto de vista do outro. Porém, a produção de conhecimento sobre Amazônia estabelece, em uma pequena porcentagem, no site do Greenpeace Brasil. Qual foi possível compreender o modo pelo qual a organização pensa e apresenta a região amazônica, pelo seu discurso institucional, no site.

No aspecto comunicacionais do site Greenpeace Brasil, estrutura de navegação e interface, foi possível analisar a dinâmica da interface, este ir e vim do interagente, pela estrutura navegacional permitindo perceber as ações estratégicas comunicacionais tais como: a localização do menu principal, os recursos de saída rápida, cores do site, a localização de navegação, o acesso as informações principais, forma de utilização dos recursos infográficos dinâmicos, assim como a participação de instituições parceiros com os links de acesso.

Sob uma perspectiva gráfica o site apresenta ao interagente, uma panorama geral do site, colocando rapidamente cerca das principais informações e/ou serviço e ações do Greenpeace. Assim como as demais páginas, que compõe a estrutura do site, evidenciam um arcabouço informacional instantânea ao interagente.



Análise heurística forneceu subsídios para demonstrar as pequenas falhas existentes no processo de planejamento do site, como a ausência de recursos simbólicos, o processo de navegabilidade e a de forma de acesso mais rápida ao conteúdo.

Quando ao conteúdo do site, temos as categorias destacam: ENERGIA /ENERGÉTICA, BRASIL/ BRASILEIRO, GREENPEACE, DESENVOLVIMENTO, SUSTENTÁVEL, DESMATAMENTO, cria a veracidade do discurso do Greenpeace quando se trata das suas práticas e conteúdo sobre o meio ambiente. .

Ao interligar a análise heurística e de conteúdo, revisita a importância da interface gráfica que juntamente no planejamento da estrutura navegacional em dar direções e percepções, ao interagente, do que se pode ter acesso. Assim a estes processos comunicacionais, que estão interligados a uma estrutura estética do site, dão subsídios para que o haja a legitimidade do conteúdo produzido pela organização.

GREENPEACE BRASIL, está ligada diretamente a área de conhecimento ambiental, na qual a região Amazônica apresenta-se no site de forma simbólica, não legitimando o Greenpeace como uma organização detentora de produção de conhecimento unicamente sobre a Amazônia. Assim permite legitimar a instituição como produtora de conhecimento sobre o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ASSUMPÇÃO. D. J. F.; CORRADI, A.; ARAÚJO, F. V. B de. **Amazônia no The New York Times em 2012. Estudos em Jornalismo e Mídia**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-185, abr. 2015. ISSN 1984-6924. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/jornalismo/article/view/1984-6924.2015v12n1p175>>. Acesso em: 07 set. 2017.

ASSUMPÇÃO. D.J.F e VILLEGAS. G.M.L.G.C. **Relações Públicas Como Planner No Processo De Criação E Planejamento De Sites**. In: XI CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORTE, 2012 Palmas/TO. (Anais). São Paulo: INTERCOM, 2012.

BELTRÃO, J.F.. **Desenvolvimento sustentável e o papel da mídia na Amazônia Brasileira**. Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 19, n. 2, p. 79-92, jul.-dez. 1996

BAIRON, S. **Multimídia**. São Paulo: Global, 1995.

BARDIN, L.. **Análise de conteúdo**. Lisboa-Portugal: Edições 70, 2011.

MCLUHAN .M. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. Rio de Janeiro, Cultrix, 1964.

PRESSLER, N. **Discursos e práticas da cooperação técnica internacional relativos a projetos socioambientais na Amazônia**. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação



em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido. Belém: Universidade Federal do Pará, 2010.

PLAJA, J. e TAVARES, M. **Processos Criativos com os Meios Eletrônicos: Poéticas Digitais**. São Paulo: Hucitec, 1998

TEIXEIRA, T. **Infografia e Jornalismo: conceitos, análises e perspectiva**. Salvador: EDUFBA, 2010

ROTHER, L. **Deu no New York Times**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007

Consulta Web Site

Greenpeace (Greenpeace Brasil) < <http://www.greenpeace.org/brasil/pt/> > Acesso em: 23 out. 2017.



GT 06 – A MÍDIA, PRODUÇÃO DE IMAGENS E ESTRATÉGIAS DE DISCURSOS EM DISPUTA.

YOUTUBE INFANTIL: MÍDIA E INÂNCIA DIGITAL

Danuta Leão (UNAMA)¹

danutaleaopp@gmail.com

Neusa Gonzaga de Santana Pressler² - In memoriam (UNAMA)

neusapressler@hotmail.com

RESUMO

A descoberta e possibilidades oferecidas pela internet tem provocado a participação de crianças e adolescentes nesse ambiente, seja pela própria produção realizada por esse público, seja pelos produtos, programas e demais ofertas disponibilizadas na internet. Este artigo propõe analisar o perfil de 3 youtubers com maior audiência no Brasil, identificando os conteúdos e discursos presentes em seus canais, principalmente o uso do Storytelling na construção dos vídeos. Assim pretende-se analisar e mostrar a criança enquanto sujeito social e sua relação com a mídia youtube, todo o processo de interação entre criança expectadora e criança youtuber se dá em um ambiente que é familiar para ambas.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Infância; Youtuber; Storytelling

1. REFLEXÕES SOBRE A INFÂNCIA

A preocupação com as crianças e a reflexão sobre o seu lugar e sua importância na sociedade contemporânea não é algo que existe há muito tempo, a infância como categoria social se deu somente a partir do século XX. De acordo com Redin (1998), antes do séc. XVII, a representação da infância era vinculada à imagem funerária. Mais tarde, a partir do século XVII surge o interesse em retratos

¹ Doutoranda do Programa de Pós-graduação Comunicação, Cultura e Linguagens da Universidade da Amazônia- UNAMA. Professora do Curso de Publicidade e Propaganda da Universidade da Amazônia- UNAMA e Faculdade de Estudos Avançados do Pará- FEAPA. Membro do “Projeto de Pesquisa Agências Digitais na Amazônia Real: a inovação das práticas de comunicação na publicidade paraense”. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Consumo, Identidade e Amazônia E- mail: danutaleaopp@gmail.com

² Professora titular I do Curso de Comunicação Social da Universidade da Amazônia (UNAMA) e do Programa de Doutorado em Comunicação, Linguagens e Cultura da Universidade da Amazônia - UNAMA, Doutora em Ciência Socioambiental - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/ UFPA. Pesquisadora Líder do “Projeto de Pesquisa Agências Digitais na Amazônia Real: a inovação das práticas de comunicação na publicidade paraense”. E-mail: neusapressler@hotmail.com



reais, retratos de crianças vivas. Pois antes deste período, a imagem da criança era vinculada à simbolização da estrutura do mundo, da santidade, da morte e do tempo.

Leite (1997) argumenta que no final do século XX a infância tornou-se uma questão cadente para o Estado e para as políticas não governamentais, também para o planejamento econômico e sanitário, para legisladores, psicólogos, educadores, antropólogos, para a criminologia e para a comunicação de massa. A partir de 1990 a criança passou a ser valorizada como bens de consumo, num objeto que segundo Veloso; Hilbebrand; Compomar (2012) exteoriza status e permite com que os pais se exibam perante a sociedade, para os autores isso explica a criação de objetos de luxo para as crianças de produtos consumidos por seus pais.

Para Veloso; Hilbebrand; Compomar (2012) colocam a criança como influenciadoras de pessoas a sua volta, como pais que trocam de carro para acomodar a família. Por meio da mídia televisiva ela começa a influencia-los diretamente, pois exposta a propagandas ela passa tomar conhecimento de marcas e das categorias de produtos.

É necessário quebrar os estereótipos da infância fragilizada e é necessário se fazer ouvi. Neste sentido Chon (2013), em seu trabalho sobre “Concepções de infância e infâncias: Um estado da arte da antropologia da criança no Brasil”, argumenta: como ouvir realmente as crianças? Para a autora, a antropologia da criança é consolidada, mas é necessário fazer ainda o diálogo com a capacidade de debater e intervir no campo mais amplo da antropologia, da atuação no mundo. Uma atuação que seja efetivamente condizente com o que as crianças fazem e querem fazer de suas infâncias, neste mundo em que as possibilidades de infâncias e de ser criança são inúmeras.

Braga(2011) argumenta sobre a construção do campo comunicacional, para o autor as conversações interpessoais – em presença ou por rede – são apenas parte possível do processo geral. Para o autor, é este conjunto de fatores que nos permitem afirmar que hoje vivemos em uma “sociedade de comunicação” ou “sociedade mediática”. Segundo o autor, é preciso assinalar que os meios de Comunicação são apenas o fenômeno empírico e como tal não correspondem propriamente a um ângulo ou preocupação de busca de conhecimento. Portanto sobre eles volta-se também, de pleno direito, o olhar das demais áreas humanas e sociais



Posto isto, a proposta deste artigo é analisar o consumo midiático de crianças através do Youtube. O caminho teórico-metodológico deste trabalho partiu do reconhecimento da criança³ enquanto sujeito social e sua relação com mídia, não apenas como expectadora e consumidora, mas sim como protagonista. Para tal, neste trabalho foi analisado 3 canais no Youtube de crianças. A escolha se deu por serem os canais de maior audiência no Brasil, ou seja, maior número de visualização e inscritos. Os Canais selecionamos foram de Júlia Silva (11 anos), Isac Moura (8 anos) e Isabel Cerrer (9 anos). Portanto busca-se entender através destes canais a lógica do consumo infantil digital.

2. YOUTUBE É LUGAR DA CRIANÇA?

Fundado por Chad Hurley, Steve Chen e Jawed Karim em 2005, o Youtube é uma plataforma de compartilhamento de vídeos que em 2006 foi comprado pelo Google. Burgess e Grenn (2009) falam que o Youtube ilustra as relações cada vez mais complexas entre produtores e consumidores na criação de significado, valor e atuação. Para os autores não há dúvida que o site representa uma ruptura cultural e econômica.

Concorda-se com Burgues e Grenn (2009), pois observa-se o Youtube como um modelo de negócio e também enquanto mídia. Os participantes do Youtube se envolvem, para os autores narram e comunicam suas experiências culturais e de consumo.

Em 2015 o Google lançou o YouTube Kids⁴, mas no Brasil, só chegou em 2016⁵. Trata-se de um aplicativo específico para crianças de 2 a 8 anos, que permite assistirem vídeos com conteúdo adequado para sua idade, dentre uma das funções os pais podem gerenciar o conteúdo que seus filhos irão assistir. Neste sentido o pregado pelo Youtube é de segurança. As marcas presentes não levariam as crianças para outros ambientes, sua publicidade seria clicável.

³ Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no seu artigo 2º considera-se criança [...] a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre doze e dezoito anos de idade.

⁴ Lançamento do youtube kid disponível em: <https://olhardigital.uol.com.br/noticia/youtube-lanca-aplicativo-com-programacao-so-para-criancas/46947> Acesso em set/ 2017

⁵ Youtube kids no Brasil. Disponível em: <http://www.meioemensagem.com.br/home/midia/2016/07/01/lancado-no-brasil-youtube-kids-e-polemico-nos-eua.html> Acesso em set/2017



A idade mínima para se fazer um canal (ter um perfil) no Youtube é de 13 anos, segundo as normas da empresa, quando se é uma criança segundo a empresa, o canal deverá ser gerenciado pelos pais. O que se observa é a proliferação de canais infantis, ou seja, os chamados Youtubers Mirins.

Correa (2015) em seu estudo “Geração Youtube: Um Mapeamento sobre o consumo e a produção de vídeos por crianças”, identificou que entre os 100 canais de maior audiência no YouTube no Brasil, 36 são direcionados para crianças. Sua pesquisa ainda identificou que destes 110 canais, 22 são de conteúdo relacionado à programação da televisão aberta e por assinatura e, 88 de conteúdo exclusivo para YouTube. A audiência desses soma mais de 17 bilhões de visualizações e, os 22, totalizam mais de 3 bilhões. Estes dados correspondem a uma coleta realizada entre fevereiro a outubro de 2015.

Em 2016, a audiência saltou para 50 bilhões de visualizações e o número de canais está em 230. De acordo com Correa (2016) “O salto de audiência não se deve pelo aumento do número de canais, pois os que possuem o maior número de visualizações continuam sendo os 110 mapeados até 2015. O que foi possível constatar é que há uma variação na posição dos canais de maior audiência”.

Essas crianças, Youtubers criam um canal no qual contam histórias de seu cotidiano, apresentam viagens, fazem desafios, tutoriais de maquiagem, apresentam receitas culinárias, falam de assuntos diversos e ainda apresentam seus brinquedos. Os vídeos fazem tanto sucesso que essas crianças ganham status de “astros”⁶. Na pesquisa de Correa (2016) A categoria dos Youtubers Mirins apresentou um crescimento expressivo, de 564% com relação 2015 de visualizações.

3. OLÁ AMIGOS.

Dentre maiores Youtubers mirins no Brasil destacam-se os canais de Júlia Silva, que possui 11 anos, é de Minas Gerais e atualmente em seu canal possui mais de 1113 vídeos e 2.251.437 inscritos em seu canal. Seus vídeos são divididos por categorias como escolas, novelas, receitas, looks, games, viagens e bonecas. A maioria dos seus vídeos chega a bater a marca de 1 milhão de visualizações. Julia

⁶Audiência dos Youtubers mirins Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/asmais/2015/08/1662956-10-youtubers-mirins-que-voce-precisa-conhecer.shtml> Acesso out/2017



Silva possui 613.641.725 visualizações em seu canal e o vídeo com maior audiência possui 16.923.234 visualizações

Isac Moura tem 8 anos e é Baiano, possui um canal chamado Isac do Vine com mais de 4.147.804 inscritos em seu canal, assim como a Júlia Silva ele já lançou livro. A maior característica de seus vídeos é o humor, Isac faz paródia de músicas, desafios para os expectadores e o chamado Rico x Pobre, os vídeos nessa categoria chegam a bater os 8 milhões de visualizações. Seu canal possui 281.662.856 visualizações e o vídeo mais popular tem 10.868.746 visualizações.

Outro perfil que merece destaque é o da Bel para Meninas⁷ canal da Isabel Cerrer, carioca com 9 anos de idade tem em seu canal mais de 3.865.287 inscritos. Com vídeos diários que no mês somam a marca de 48 milhões de visualizações. Seus vídeos são divididos por desafios, troca de papeis, sou rica x pobre, a pestinha e tipos. Assim como Júlia Silva e Isac do Vini também já lançou livro.⁸ Em seu canal Bel é a eu possui maior audiência dos 3, seu canal possui 1.553.075.685 de Visualizações e o vídeo com maior audiência possui 21.846.867 visualizações.

Figura 01- Print Screen do perfil de Júlia Silva, Isaac do Vine e Bel para Meninas.



⁷ Canal Bel para Meninas disponível em <https://www.youtube.com/user/belparameninas> Acesso em Abril de 2017.

⁸ Youtubers mirim disponível em : http://www.diariodepernambuco.com.br/app/noticia/diario/2015/12/04/interna_diarinho.614321/criancas-a-frente-de-canais-no-youtube-fazem-sucesso-na-web.shtml Acesso em Abril 2017



O que se observa é que essas crianças Youtubers (figura01), hoje são influenciadores. O que a partir de 1980 verifica-se uma ampliação na programação televisiva infantil das emissoras da época, com quatro novos programas: o Xou da Xuxa (Globo), o TV Fofão (Bandeirantes), Dr. Cacareco e Cia (Record) e Lupu Limpim Clapá Topo (Manchete). O que chamava a atenção das crianças nestes programas eram os apresentadores e os desenhos animados. Estes apresentadores eram vistos pelas empresas como estrelas que emprestavam sua imagem para produtos e marcas.

No entanto, em torno da programação infantil das diversas emissoras, movimentou-se um mercado chamado por Sampaio (1996) de “mercado de milhões”. De acordo com a autora, é a propaganda, através de seu financiamento, que garante à criança um lugar destacado no próprio gênero.

As apresentadoras infantil eram responsáveis pelo grande boom do consumo infantil na época, com vários produtos licenciados destinados a esse público. Hoje a lógica é outra, no contexto da convergência midiática aliada às estratégias de marketing impulsionou a criação de mundos virtuais, no qual a interatividade é sua característica fundamental, para atingir o público infantil. Nos mundos virtuais por exemplo, a criança encontra um enorme espaço para suas experiências individuais e trocas coletivas. Através de campanhas publicitárias, ela cria uma nova forma de desejos, relacionando a desejos fictícios. Isso também pode ser observado nos vídeos do Youtube, quando esta criança tem a possibilidade de produzir, interagir e consumir conteúdos.

As redes sociais podem ser o resultado do tipo de uso que o indivíduo faz da internet. Os atores são o primeiro elemento da rede social, representados pelas pessoas. Para Recuero (2009), estes representam pessoas envolvidas na rede, atuam de forma a moldar estruturas sociais, através da interação e da constituição de laços sociais. Já as conexões desta rede são representadas por laços sociais formados por meio da interação social entre os atores. A interação, com isto, é a matéria prima para a construção das relações e dos laços sociais.



A geração no digital, hoje é consumidora de mídia digital e tem os Youtubers como seus ídolos. Desta maneira as marcas veem um ambiente prospero para influenciar seus consumidores.

Nas redes sociais as empresas conseguem obter respostas de seus consumidores instantaneamente, usando a análise de dados e de métricas para medir a eficácia da publicidade. No *YouTube*, a quantidade de visualizações, o número de “like”, e a análise de discurso dos comentários fazem a pesquisa de satisfação ser mais ágil e de baixo custo. Para tal, as empresas patrocinam canais que têm um público assíduo para se promoverem. (NUNES e Araújo, 2016 p.8)

Quando uma criança apresenta seus brinquedos que “ganhou”, mostra-se a marca e as funções do brinquedo, pratica essa chamada de *unboxing*. Desta forma , há claramente uma estratégia das marcas que fazem “parcerias” com esses pequenos astros que é presenteá-los com produtos em lançamentos para que eles façam *unboxing*. Ao publicar os vídeos em seus próprios canais, as crianças acabam criando uma relação muito mais íntima com as marcas, e transferem esse imaginário para as outras crianças que assistem os vídeos. A divulgação dos produtos acaba sendo feito “por um amigo” e não mais pela mediação do discurso publicitário óbvio que existe com a televisão ou outras mídias tradicionais.(LEÃO e.tal 2016). A maneira mais comum de intervenção das marcas que se encontra no canal, é o que nós chamamos de “patrocínio velado”: as marcas enviam seus produtos para Júlia e ela compartilha esses vídeos em seu canal. (NUNES e Araújo, 2016 p.10)

Em um exemplo mais recente, Júlia silva vai para uma tarde de autógrafos (junho/2017) de seu novo livro “Quero ser Youtuber” na cidade de Recife. A Youtuber diz que “ganhou” um dia de princesa e que vai compartilhar a experiência com seus seguidores. No Vídeo como mostra a imagem 02, há um destaque para a marca do SPA, a Gerente que a recepciona informa dos serviços que serão oferecidos para Júlia e como eles foram pensados para a satisfação da criança, também destaca-se dentro da narrativa do vídeo a preocupação em mostrar a estrutura do Spar e seus serviços, assim como a Júlia utilizando eles. Em algumas partes é possível perceber o vídeo na vertical, formato esse típico das redes sociais digitais.

Figura 02 - Print scream do Canal Júlia Silva



O que deixa claro a intenção de passar proximidade, já que Júlia já possui um relacionamento com seus seguidores e com isto mostrar-se confortável em compartilhar esse momento com seus seguidores, há um tom de intimidade. Neste sentido temos o discurso publicitário se utilizando a imagem do Youtuber para atrair seus consumidores, ou seja, os seguidores de Júlia. Nesta linha Mendes (2017) diz que não apenas porque Youtuber e Expectador/ consumidor parecem interagir constantemente nas ferramentas digitais, mas também porque, muitas vezes, o endosso dado pelos primeiros não se apresenta como conteúdo publicitário propriamente dito, mas sim como conversa corriqueira ou sugestão cotidiana, “embalados” numa fachada que enfatiza o caráter rotineiro dessa interação.

Neste exemplo, fica claro o que Perez & Trindade (2017) destacam sobre a a prática midiática do *youtuber*.

Embora institucionalizada como celebridade e geradora de capital econômico, ainda que esta produção esteja revestida de amorismo, sendo esta a marca identitária/empática do *youtuber*, na sua lógica de vinculação com seu público consumidor. Isto é, do ponto de vista do espectador jovem “ele é como eu!”. O olhar é sempre frontal e buscando o diálogo com seu público. As imagens têm enquadramento fechado, forçando a ênfase nos olhos e na boca, marcas expressivas mais fundamentais. É sempre evocador do seu público, inclusive sugerindo diálogos (“você que está aí curtindo o meu canal...”). Revela intimidade e proximidade com o jovem, colocando-se ao seu lado, sempre com muito humor Perez & Trindade (2017.p10)

Nos Vídeos de Júlia, Isac e Bel o dialogo bem próximo, com um “oi galerinha”, “isso é para vocês”, “espero que gostem”, “oi meus anjinhos” fazem parte da



estratégia midiática de aproximação com o público seguidor, esses 3 Youtubers entendem toda a lógica comunicacional da plataforma, já que são nativos digitais.

É inegável que as tecnologias Digitais têm se tornado cada vez mais presentes em todos os aspectos da vida humana- social, profissional, pessoal – impactando e afetando a sociedade, a cultura, o modo como vivemos e interagimos com o mundo. E com as crianças não é diferente, sua infância no digital trouxe um protagonismo na circulação de informações, como Toppscot(1999) é a criança que decide o que ver e consumir nas redes.

Nestes perfis apresentados neste artigo, é importante destacar o canal Bel para Meninas, o seu canal é o de maior audiência na categoria kids no youtube⁹. Visualizações que chegam a bater a marca de bilhão é algo que merece um olhar mais atento para as transformações que estamos passando. A cultura digital trouxe para o usuário o poder, ele é produtor e consumidor de mídia. O que esses números revelam o cenário onde a criança ao não encontrar na TV aberta uma programação com seus interesses, migra para o Youtube, e encontra um ambiente interativo e com linguagem muito próxima à cultura infantil.

4. NO VÍDEO DE HOJE: STORRYTELLING

“As narrativas se assemelham a do ato que a maioria das crianças mais gosta, brincar e ganhar brinquedo” diz Correa(2016). A interatividade também é uma das características para o sucesso. Ao fazer um comentário em um dos vídeos e ser respondido pelo Youtuber cria um laço de afetividade entre espectador e Youtuber.

Ao criar narrativas a criança utiliza-se do storrtelling que segundo Xavier (2015) pode ser definido como a arte de encadear cenas, dando-lhes sentido envolvente que capte a atenção das pessoas e ensaje a assimilação de uma ideia central. Para o autor é uma ferramenta de comunicação que atua para os sentidos e emoções. Neste sentido Mcsill(2015) é uma narrativa com um propósito e serve para engajar audiência. Nesta perspectiva, os canais analisados é possível identificar o

⁹ Dados disponíveis em <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/articles/youtube-voce-conhece-a-Bel.html>
Acesso Junho/2017



uso do storytelling para reter a atenção de seus seguidores, principalmente ao trazer os laços de afetividade e as novidades. A construção de cada vídeo com histórias diferentes, seja ela mostrar brinquedos, viagens ou desafios, fideliza a audiência já que utiliza-se a linguagem espontânea da infância

Segundo Perez e Trindade (2017) A linguagem utilizada pelos Youtubers brinca com o espontâneo, o erro, o palavrão, o imperfeito, tudo o que não é visto em outros meios massivos e mais institucionais, como a TV aberta e fechada e os meios impressos, por exemplo. Para os autores tudo pode ser transformado em vídeo: nem sempre o consumo é dos vídeos, para eles o que nos sugere que nestas interações consomem-se “pessoas”, seus pontos de vista, uma determinada visão de mundo, um estilo de vida cotidiano. Uma identificação e uma segurança de pertencimento, envolvida numa aura narcisista. Nos vídeos de Isac Moura é possível perceber o tom espontâneo, o youtuber até brinca com seus erros, já que não consegue falar algumas palavras por conta de sua idade a sua linguagem é um pouco limitada. O seu sucesso vem justamente da narrativa espontânea que seus vídeos são construídos, diferente dos vídeos de Júlia e Bel, Isac usa muito o humor como estratégia, fazendo paródias de músicas conhecidas e entrevistas.

Mendes (2017) pontua que há uma abertura maior ao erro, algo que foge da forma como se constrói as produções do audiovisual de um modo geral que, por passarem por um processo de edição, conseguem excluir as falhas do produto final. Para o autor, Em alguns vídeos, o erro, que pode aparecer também como comentário/ digressão, não é excluído do processo de edição mas sim, muitas vezes, aparece enfatizado através de recursos como o zoom, o *slowmotion*, a mudança de cor, ou inserção de outras imagens e textos. Usos estes que transformam a falha em elemento criativo, mais um recurso para a gestão da proximidade.

O que o autor destaca, pode ser percebido nos vídeos de Isac Moura, o youtuber utiliza-se muito desta estratégia do erro em seus vídeos, por ser uma criança de 9 anos, sua fala ainda é comprometida, as vezes ele repete uma palavra várias vezes até acertar a pronuncia e ele está na fase de troca de dentes, algo tão comum e que faz parte da infância.

Neste processo midiático, para os autores Bragaglia e Ferreira(2016) a felicidade é associada às marcas promovidas, quando, por exemplo, ficam contentes



ao ganharem um novo brinquedo e ao se divertirem em lojas, shoppings, parques e outros locais em que aparecem práticas de consumo. Como no vídeo Dia de Princesa de Júlia silva, ou no material Escolar de Bel intitulado “meu material escolar”.

Figura 03 - Print Scream do vídeo Meu Material Escolar 2017



Este vídeo conta com mais de 2 milhões de visualizações, por quase 14 minutos Bel mostra todo o seu material, canetas, cadernos, lápis etc. Mas o que chama a atenção é como a imagem 3 destaca, é a apresentação de sua agenda “bel para Meninas”, ou seja a youtuber agora estampa uma linha de agenda. A menina mostra em uma linguagem simples todas as características de sua agenda, um discurso extremamente publicitário dizendo que é linda, legal, mostra o diferencial da agenda como adesivos. A Youtuber reforça que vai fazer parte de seu material escolar. Seu estilo de vida analisado por Peres e Tindade(2017) aparece aqui. Sendo assim a produção de conteúdo destas crianças está diretamente ligado a sua audiência:

Os usuários que geram conteúdo on line estão frequentemente interessados em expandir sua própria audiência e reputação. Eles podem medir seu sucesso pelo número de seguidores que atraem no twitter, tal como os executivos de televisão dão valor no número de expectadores por seus programas. Entretanto, mesmo concordando que certo grau de autopromoção desempenha em toda comunicação, devemos também reconhecer um desejo pelo diálogo e pelo discurso, pela consolidação das relações sociais e pela construção de comunidades maiores através da circulação de mensagem de mídia (JENKINGS, 2014. p 91)

O que a autor argumenta é observado nos canais do Youtube dessas crianças, a proximidade com o que você interage com seu público, ou seja, há um relacionamento. As crianças criam conteúdo de mídia, pois tem algo que querem



compartilhar com um público maior, seja desafios, relatos de suas viagens ou contar histórias através de seus brinquedos.

E é assim que as empresas enxergam Julia Silva, Isac Moura e Isabel Cerrer como influenciadores e propagadores de suas marcas, esses youtubers são formadores de opinião neste contexto, dialogarem com seu público de maneira encantadora, hipnotizadora e persuasiva. Espaços que geração digital encontrou mediada pelas plataformas mobile, tablets e computadores, onde a criança brinca e entra em um novo mundo de descobertas e imaginação, tornando assim presas fáceis para os recursos do marketing através dos pequenos astros digitais.(LEÃO & PRESSLER, 2017)

Desta forma, as marcas vem cada vez mais buscando esse relacionamento com o consumidor, estreitando relações e principalmente incentivando a participação deles em suas campanhas, fomentando o engajamento do usuário. Para Atem e Tavares (2014) na Ciberpublicidade o consumidor não apenas responde a sedução publicitaria, ele é convocado a participar. Para os autores, sem interação Marca-consumidor não há campanha. Isto pode ser observado através dos Youtubers mirins no qual apresentam produtos, conteúdos e experiências para seus seguidores, ou seja, seu público.

Torna-se válido considerar que, compreender a realidade e o mundo das crianças nos ajuda a compreender suas interações com as novas tecnologias, pois a infância está em constante mudança. A facilidade de acesso às novas tecnologias se torna evidentemente uma questão cultural; a transformação do cotidiano das crianças, sua nova realidade, a apropriação de jogos virtuais, torna as experiências ainda mais lúdicas.

Contudo, todo o processo de interação entre criança expectadora e criança youtuber se dá em um ambiente que é familiar para ambas. Na maioria das vezes a criança expectadora também tem seu perfil próprio no Youtube, o ambiente mediador da relação. Isso faz com que o modo como a criança expectadora vê a criança youtuber seja diferente dos ídolos que ela vê na TV. O youtuber é muito mais um “amigo”, o jogador é muito mais um ídolo distante. No segundo caso a criança sonha em alcançar o que o jogador possui, no primeiro caso a criança quer ser como o youtuber, e sabe que tem condições para isso, ambas têm as mesmas ferramentas.



5. CONSIDERAÇÕES

Este trabalho compartilha do mesmo pensamento de Jacks e Escosteguey (2005) e de uma pesquisa realizada pela Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM)¹⁰ de que os estudos em comunicação e infância precisam dedicar maior atenção à chamada “esfera da recepção”, focalizando nos contextos e cenários diferentes e desiguais que definem modos também particulares de uso e apropriação das mídias. Pode-se destacar ainda que após a análise dos artigos produzidos para o Pró-pesq PP, que há uma ausência de pesquisas de recepção no campo da Infância e Publicidade.

Todo o processo de youtubers mirins e publicidade ainda é muito recente. Dentro de uma perspectiva a médio prazo o mercado dá indícios de crescimento ainda maior. Por isso é preciso prestar atenção para essa área e aprofundar ainda mais pesquisas na área.

Analisar como o Youtuber Mirim interagem, produzem e consomem é importante porque nos mostra a criança enquanto sujeito social e sua relação com mídia, não apenas como expectadora e consumidora, mas sim como protagonista. Por isso pensar em pesquisas que dialoguem com as crianças, de a enxerguem enquanto protagonistas e com voz ativa são fundamentais para entender o consumo e a produção midiática no Youtube. Desta forma um caminho teórico – metodológico de recepção poderá trazer revelações mais profundas sobre os Youtubers Mirins.

6. REFERÊNCIAS

ATEM, Guilherme Nery; TAVARES ariana Ayres. O Pathos discursivo na ciberpublicidade. IN ATEM, Guilherme Nery; OLIVEIRA, Thiane Moreira; AZEVEDO, Sandro Torres. **Ciberpublicidade: Discurso, experiência e consumo transmídia**. Rio de Janeiro: E-Pappers, 2014.

¹⁰ Pesquisa realizada pelo PPGCOM ESPM . Criança Mídia & Consumo, O objetivo da pesquisa foi verificar a presença da publicidade no imaginário de crianças de uma favela em SP. Disponível em http://www2.espm.br/crianca-midia-e-consumo?utm_source=Emkt&utm_medium=Emkt&utm_term=pesq2&utm_campaign=News-Pesquisa



BRAGAGLIA Ana Paula & FERREIRA, Andre Luis do Nascimento. **Os youtubers mirins e a felicidade através do consumo** REVISTA TEMÁTICA Ano XII, n. 12. Dezembro/2016. NAMID/UFPB - <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica> Acesso em Junho 2017

BUCKINGHAM, David. **Crescer na Era das Mídias**: após a morte da infância. Trad.Gilka Girardello e Isabel Orofino. Florianópolis:2006. Título original: After the death of childhood: growing up in the age of eletronic media.

BURGESS, Jean; GREEN, Joshua. **Youtube e a revolução Digital**: Como o maior fenômeno da cultura participante transformou a mídia e a sociedade. São Paulo: Aleph, 2009.

CORRÊA, Luciana. **Geração youtube**: Um mapeamento sobre o consumo e a produção de vídeos por crianças. ESPM: São Paulo, 2015. Disponível <http://pesquisasmedialab.espm.br/criancas-e-tecnologia/em>: . Acesso em: 04 de jul. de 2016.

_____. **Geração youtube**: Um mapeamento sobre o consumo e a produção de vídeos por crianças. ESPM: São Paulo, 2016. Disponível em: <http://pesquisasmedialab.espm.br/criancas-e-tecnologia/> . Acesso em: 14 de abril. de 2017

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; JACKS, Nilda. **Comunicação e Recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

JENKINS, Henry. **Cultura da Conexão**.. São Paulo: Aleph, 2014.

LEÃO, Danuta. E.TAL **A CiberPublicidade Infantil : experiência, linguagem e consumo**. In INTERCOM. Congresso XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. São Paulo - SP – 05 a 09/09/2016 <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/resumos/R11-2130-1.pdf>

_____; PRESSLER, Neusa. **Youtuber Mirin: Formas de Interação e Consumo**. IN VIII Pró-Pesq PP – Encontro de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda. Recife, 2017. Disponível em: <http://www.abp2.org/anais>. Acesso Junho/2017

MCSILL, James. 5Lições de **Storytelling**: fatos, ficção e Fantasia. 2.ed.São Paulo:DVS , 2015

MENDES, José Maria. **Endosso Publicitário no Youtube**: Gestão da Proximidade e ocultação da equipe na divulgação do Novo Ensino Médio. IN PROPESQ PP. VIII Pró-Pesq PP – Encontro de Pesquisadores em Publicidade e Propaganda . Recife .2017 Dispinível em <http://www.abp2.org/anais> Acesso out/2017

NUNES, Madianne; ARAÚJO, Nayara. **A exposição infantil em vídeos de beleza**: erotização da infância em favor do consumismo. Revista Temática. Ano XII, n. 01. Abril/2016. 168 -182p NAMID/UFPB Disponível em <http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/tematica> . Acesso out/2017

PEREZ, Clotilde & TRINDADE, Eneus. **Consumo midiático**: youtubers e suas milhões de visualizações. Como explicar?. IN COMPÓS. XXVI Encontro Anual da Compós, Faculdade Cásper Líbero, São Paulo - SP, 06 a 09 de junho de 2017. Disponpivel em : http://www.compos.org.br/data/arquivos_2017/trabalhos_arquivo_8ZFMQLRPRBSKXOZF8L5N26551016022017073230.pdf Acesso em set /2017

RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009



SAMPAIO, Inês. **Televisão, Publicidade e Infância**. São Paulo: Annablume, 2000.

TAPSCOTT, Dan. **Geração Digital: a crescente e irreversível ascensão da geração net**. Trad. Ruth Gabriela Bahr. São Paulo: Makron Books, 1999.

XAVIER, Adilson. **Storytelling: histórias que deixam Marcas**. Rio de Janeiro: BestSeller, 2015

Canais

Canal de Júlia Silva

<https://www.youtube.com/user/paulaloma29> Acesso Outubro de 2017

Perfil de Isac do Vini

https://www.youtube.com/channel/UCxyk5VZ-BY-5rvIx1_Zx9wA Acesso Outubro de 2017

Canal Bel para Meninas:

<https://www.youtube.com/user/belparameninas> Acesso Outubro de 2017



II SIALAT BELÉM 2017

Belém - Pará - Brasil

REALIZAÇÃO



PATROCÍNIO



PARCERIAS

